



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1584

Quinta-feira - 02 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	4
Anchieta.....	5
Antônio Carlos.....	7
Atalanta.....	10
Balneário Rincão.....	11
Biguaçu.....	11
Braço do Trombudo.....	48
Brusque.....	49
Caçador.....	61
Camboriú.....	67
Campo Alegre.....	68
Campos Novos.....	333
Canelinha.....	334
Canoinhas.....	335
Capinzal.....	372
Caxambu do Sul.....	372
Chapadão do Lageado.....	373
Cocal do Sul.....	375
Concórdia.....	378
Cordilheira Alta.....	385
Coronel Freitas.....	385
Coronel Martins.....	386
Correia Pinto.....	392
Curitibanos.....	392
Faxinal dos Guedes.....	404
Forquilha.....	408
Fraiburgo.....	416
Frei Rogério.....	419
Galvão.....	421
Garopaba.....	421
Garuva.....	437
Gaspar.....	438
Governador Celso Ramos.....	439
Grão Pará.....	441
Guaramirim.....	443
Herval d'Oeste.....	445
Ibiam.....	457
Imarui.....	459
Imbituba.....	459
Indaial.....	460
Iomerê.....	544
Ipumirim.....	553
Irineópolis.....	555
Itaiópolis.....	555
Itapiranga.....	556
Itapoá.....	557
Jacinto Machado.....	561
Joaçaba.....	566

Luzerna.....	571
Mafrá.....	573
Massaranduba.....	575
Meleiro.....	579
Modelo.....	580
Morro da Fumaça.....	581
Navegantes.....	582
Nova Trento.....	584
Novo Horizonte.....	587
Orleans.....	588
Ouro Verde.....	589
Palhoça.....	591
Papanduva.....	636
Passo de Torres.....	639
Penha.....	715
Pinheiro Preto.....	716
Pomerode.....	719
Ponte Serrada.....	721
Porto Belo.....	723
Porto União.....	724
Presidente Castello Branco.....	725
Rio do Sul.....	726
Santa Rosa do Sul.....	736
São Bento do Sul.....	737
São Domingos.....	814
São João do Sul.....	815
São José.....	817
São Lourenço do Oeste.....	818
Schroeder.....	819
Sombrio.....	833
Timbé do Sul.....	835
Timbó.....	836
Treze Tílias.....	838
Tunápolis.....	839
Vargeão.....	841
Vargem Bonita.....	844
Videira.....	845
Xavantina.....	851

### Consórcios

CIGA.....	852
CIMCATARINA.....	852
CIS/AMMVI.....	855

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Portaria 255/2014

PORTARIA Nº 255/2014 de 1 de Outubro de 2014  
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário NILSON DOS SANTOS LINS, CPF 425.724.609-04, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Construção e Manutenção, a partir de 01/10/2014 até 30/10/2014, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 1 de Outubro de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

### DECRETO Nº 088/2014

DECRETO Nº 088/2014 - DE 22 DE SETEMBRO DE 2014  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.110,59 (sete mil cento e dez reais e cinquenta e nove centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de rendimentos de aplicação financeira do FUNDEB.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO  
3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas.....R\$ 7.110,59  
TOTAL ..... R\$ 7.110,59

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo

1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 089/2014

DECRETO Nº 089/2014 - DE 22 DE SETEMBRO DE 2014  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado parcialmente o seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO INTERESSE SOCIAL  
3.1.90.00.00.0095/128 Aplicações Diretas.....R\$ 1.720,00  
TOTAL ..... R\$ 1.720,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO INTERESSE SOCIAL  
3.3.90.00.00.0095/129 Aplicações Diretas.....R\$ 1.720,00  
TOTAL ..... R\$ 1.720,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de setembro 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

### Regulamento do 5º Concurso Fotográfico Água Doce Sob Um Novo Foco

#### REGULAMENTO

#### 1. DO OBJETIVO

A Prefeitura de Água Doce através do Departamento de Turismo da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, promove a 5ª edição do Concurso Fotográfico - Água Doce sob um novo foco. Esse concurso tem como intuito revelar e divulgar as belezas de Água Doce, bem como, contribuir no fomento à atividade turística.

#### 2. DAS CATEGORIAS

O Concurso Fotográfico - Água Doce sob um novo foco prevê somente a categoria fotógrafo amador. Para fins desse concurso,

designa-se como fotógrafo amador todo aquele que não faz uso da fotografia como profissão, ou seja, que não possui renda proveniente dessa atividade. Ressalta-se que o uso de equipamentos de uso profissional para a captação de imagens para esse concurso, não caracteriza o autor como fotógrafo profissional.

### 3. DO TEMA

A 5ª edição do Concurso Fotográfico - Água Doce sob um novo foco traz como temática única: "Simplicidade".

Propõe-se com esse tema, desafiar os fotógrafos amadores e captarem imagens exclusivamente de Água Doce (na área urbana ou rural) em que a beleza se sobressai pela simplicidade do elemento ou momento fotografado.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 A inscrição será efetivada mediante a remessa de 01 (uma) ou mais reproduções do(s) trabalho(s) para o local determinado nesse regulamento.

4.2 Não serão aceitas fotografias exclusivamente em mídias eletrônicas (CD, pendrive, etc.).

4.3 Cada fotógrafo poderá inscrever um número ilimitado de fotos, sendo que somente um dos trabalhos poderá ser premiado.

4.4 A(s) fotografia(s) deve(m) ser inédita(s), não podendo ser cópia ou adaptação de fotos já existentes.

4.5 As fotografias impressas não serão devolvidas, sendo que posteriormente serão expostas em eventos municipais.

4.6 A(s) fotografia(s) deve(m) conter no verso etiqueta adesiva com o título da obra e indicação do local de Água Doce onde a mesma foi feita. Juntamente com a(s) foto(s) impressas, deverão ser entregue(s) o(s) arquivo(s) em mídia eletrônica (CD, pendrive) além da ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada pelo autor.

4.7 A ficha de inscrição poderá ser retirada no Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Água Doce, localizado junto à Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal, ou no site [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br). Não será cobrada taxa de inscrição.

4.8 A(s) fotografia(s) e a ficha de inscrição deverão ser entregues no Departamento de Turismo, até o dia 31 de outubro de 2014, no seguinte endereço:

Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal

Departamento de Turismo

Rua XV de Novembro, 311 - Centro

Água Doce - SC

CEP: 89654-000

Horário: Segunda à sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

4.9 Para as inscrições realizadas mediante envio pelos Correios será considerada a data de postagem igual ou anterior ao dia 31 de outubro de 2014.

4.10 A fotografia não deve ser enviada com cliques ou grampos.

4.11 A Prefeitura de Água Doce reserva-se o direito de publicação e divulgação das fotografias. A inscrição no concurso implica a cessão de uso dos trabalhos à Prefeitura de Água Doce, sem qualquer tipo de ônus, assegurada à divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos.

4.12 O concurso é aberto a todos os públicos, moradores de Água Doce ou não, sendo que menores de idade deverão encaminhar autorização dos pais ou responsáveis, a qual pode ser retirada no Departamento de Turismo ou no site [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

4.13 Serão desclassificados os trabalhos que não estiverem de acordo com as especificações descritas nos itens anteriores.

### 5. DAS ESPECIFICAÇÕES

5.1 Tamanho: 20x30cm

5.2 A fotografia deverá ser fosca e não possuir borda;

5.3 A fotografia poderá ser colorida, sépia ou preta e branca;

5.4 Não serão aceitas fotografias em formato macro, bem como, fotos com algum tipo de manipulação.

### 6. DOS PRAZOS

Os prazos para o 5º Concurso Fotográfico - Água Doce sob um novo foco são os seguintes:

Inscrições	01/10/14 a 31/10/14
Avaliação do júri técnico	08/11/14
Divulgação da avaliação do júri técnico	10/11/14
Votação popular	11/11/14 à 25/11/14
Divulgação da votação popular	25/11/14
Divulgação do resultado final do Concurso Fotográfico	25/11/14
Premiação dos vencedores do Concurso Fotográfico	07/12/14

### 7. DA AVALIAÇÃO

7.1 A seleção das fotografias será realizada por um Júri Técnico formado por 03 (três) avaliadores especializados e nomeados sem ônus para a Prefeitura de Água Doce.

7.2 Critérios de avaliação:

.Criatividade;

.Estética;

.Qualidade fotográfica;

.Consonância com o tema: "Simplicidade".

7.3 Para cada imagem inscrita, o Júri Técnico estará atribuindo notas de 0 a 10 (com duas casas decimais). Posteriormente será calculada a média por critério, seguida pela média geral, que apresentará a nota final. As fotografias que alcançarem melhor pontuação serão as classificadas no concurso.

7.4 Em caso de empate, o valor do prêmio será dividido entre os participantes.

7.5 A avaliação do Júri Técnico das fotografias inscritas será realizada no dia 08 de novembro de 2014, às 15 horas, nas dependências da Casa da Cultura Maria Imaculada Brunner Beal. A avaliação é aberta ao público.

### 8. DA VOTAÇÃO POPULAR

8.1 Para a participação na votação popular, cada fotógrafo deverá optar por um trabalho dentre as fotografias inscritas. Após a escolha, o mesmo deve preencher com o título da foto o campo específico da Ficha de Inscrição denominado "Votação Popular".

8.2 Participarão da Votação Popular somente as fotografias dos autores não selecionados pelo Júri Técnico.

8.3 Para a realização da Votação Popular utilizar-se-á a página oficial do Departamento de Turismo na rede social Facebook: Turismo - Água Doce, Santa Catarina, Brasil. Nessa página serão publicadas as fotografias participantes, sendo que as 5 (cinco) imagens que receberem maior número de "Curtir", serão as fotografias eleitas.

8.4 Em caso de duas ou mais fotografias receberem o mesmo número de "Curtir", o valor do prêmio será dividido entre os participantes.

8.5 A votação popular na página do Facebook estará aberta no período do dia 11/11/14 até às 15 horas do dia 25/11/14.

8.6 Qualquer pessoa poderá votar nas fotografias que concorrem à Votação Popular, seja essa residente ou não no município de Água Doce, da mesma forma que essa poderá conceder seu voto a quantas fotografias desejar.

### 9. DOS IMPEDIMENTOS

É vedada a participação de membros da Comissão Organizadora e Júri Técnico, bem como, familiares de 1º (primeiro) grau desses.

### 10. DA PREMIAÇÃO

10.1 As melhores fotografias de cada modalidade (Júri técnico e Votação popular) receberão prêmios em dinheiro, conforme sua classificação:

Júri técnico:

.1º lugar: R\$500,00

.2º lugar: R\$400,00

.3º lugar: R\$300,00  
 .4º lugar: R\$200,00  
 .5º lugar: R\$100,00  
 Votação popular:  
 .1º lugar: R\$500,00  
 .2º lugar: R\$400,00  
 .3º lugar: R\$300,00  
 .4º lugar: R\$200,00  
 .5º lugar: R\$100,00

10.2 Os prêmios serão custeados com recursos oriundos da Administração Municipal e também através de patrocínio, sendo que o controle da entrada desses valores será feito mediante lançamento em livro-caixa.

10.3 A entrega da premiação acontecerá paralela ao evento "Arte da Casa - Feira de Arte e Artesanato de Água Doce", a ser realizado:

.Data: 07 de dezembro de 2014

.Horário: 15 horas

.Local: Pavilhão da Igreja Nossa Senhora da Paz, localizado na Praça João Macagnan, Centro de Água Doce.

#### 11. DOS RESULTADOS

11.1 Os resultados serão publicados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Água Doce ([www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)) e também na página oficial do Departamento de Turismo na rede social Facebook (Turismo - Água Doce, Santa Catarina, Brasil), conforme cronograma apresentado no item 6 desse regulamento.

11.2 Os vencedores desse concurso serão comunicados do resultado por intermédio de telefone ou correio eletrônico.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As decisões do Júri Técnico serão irrecorríveis, soberanas e finais;

12.2 O ato da inscrição implica a aceitação total do presente regulamento;

12.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do 5º Concurso Fotográfico - Água Doce sob um novo foco.

Água Doce, 19 de setembro de 2014.

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 002/2014, de 1º de Outubro de 2014.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Objeto: Processo Seletivo Público de Prova Escrita, para FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA no Município de Alto Bela Vista/SC, para atuação em caráter temporário, em consonância com a legislação municipal vigente e com o disposto no Edital, a ser realizado sob a responsabilidade da empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 6 a 18 de outubro 2014, somente via internet, pelo site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br)

Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento inicial <sup>1</sup>	Escolaridade mínima
Agente Comunitário de Saúde	2 vagas, na forma do Anexo IV	40h	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental, curso introdutório de formação inicial e continuada e residir na micro área de atuação, na forma do Anexo IV do Edital
Agente de Limpeza e Copa	Cadastro Reserva	40h	R\$ 855,53	Alfabetizado
Assistente Social	Cadastro Reserva	40h	R\$ 2.890,68	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional
Auxiliar de Creche	Cadastro Reserva	40h	R\$ 1.014,00	Ensino Médio Completo
Farmacêutico	Cadastro Reserva	40h	R\$ 3.706,47	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional
Fonoaudiólogo	Cadastro Reserva	20h	R\$ 2.294,50	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional
Merendeira	Cadastro Reserva	40h	R\$ 855,53	Alfabetizado
Psicólogo	Cadastro Reserva	40h	R\$ 3.706,47	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional

A íntegra do presente Edital está publicada nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br)

Alto Bela Vista/SC, 1º de outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal, em exercício



# Anchieta

## PREFEITURA

### Extrato Publicação Cp 001-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Concorrência, Menor Preço Global, para Contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), de rede coletora de esgotos, ligação domiciliar, estação elevatória, estação de tratamento de esgoto e urbanização, no perímetro urbano da cidade de Anchieta, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento. A documentação para habilitação e propostas será recebida na sala de Licitações até às 09:00 do dia 24/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas de Segunda à Sexta - Feira.

Anchieta, 01 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro Mês Setembro/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	36.829,23
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	36.829,23
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.818,92
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.010,31
Receita Extra - Orçamentária	95.001,53	Despesa Extra - Orçamentária	41.326,26
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00
CRÉDITOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS A RECEBER	70,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00
DEPÓSITOS	3.102,30	DEPÓSITOS	2.592,99
CONSIGNAÇÕES	2.847,42	CONSIGNAÇÕES	2.592,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.847,42	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.592,99
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	254,88	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	38.663,27
DEPÓSITOS A TRANSFERIR	254,88	OBRIGAÇÕES A PAGAR	38.663,27
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	36.829,23	FORNECEDORES	5.844,35
OBRIGAÇÕES A PAGAR	36.829,23	PESSOAL A PAGAR	27.123,08
FORNECEDORES	4.010,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84
PESSOAL A PAGAR	27.123,08		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	55.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO	55.000,00		
Saldos anteriores	34.272,24	Saldos atuais	51.118,28
BANCO C/ MOVIMENTO	34.272,24	BANCO C/ MOVIMENTO	51.118,28
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	129.273,77	Total	129.273,77

ANCHIETA, 01/10/2014

\_\_\_\_\_  
EDUARDO RAFAEL SCHNEIDER  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Portaria N 438/2014

PORTARIA nº 438, de 01 de outubro de 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público, da servidora VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, a partir de 03/10/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, detentora da matrícula funcional nº 415, portadora do CPF nº 559.267.629-87, inscrita no PASEP nº 1703312038-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III - 20 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.950,29 (um mil novecentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 03/10/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de outubro de 2014.  
Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.464/2014

LEI Nº 1.464/2014

Dispõe sobre o aproveitamento e admissão dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, amparados pelo parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 e pela Lei Federal nº 11.350/2006, de 05 de outubro de 2006 e dá Outras Providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º As atividades de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias do Município de Antônio Carlos/SC passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Artigo 2º O exercício de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito de Sistema Único de Saúde - SUS, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e a Administração

Municipal.

Artigo 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição, o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação:

I - A utilização de instrumentos para diagnósticos demográficos e sociocultural da comunidade;  
II - A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - O registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - O estímulo a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - A realização de visitas periódicas para monitoramento de situações de risco a família;

VI - A participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Artigo 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção de controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

Artigo 5º O Município disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que referem os artigos 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do caput do Artigo 6º e I do caput do Artigo 7º desta Lei, observadas as diretrizes nacionais definidas pelo Ministério da Saúde.

Artigo 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;  
II - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial de continuada; e,  
III - Haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º - Não se implica a exigência a que se refere o inciso III do caput deste artigo aos que, na data de 09 de junho de 2006, quando ocorreu a publicação da Medida Provisória nº 297, que foi convertida na Lei nº 11.350/2006 estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º - Compete ao município à definição da área geográfica a que se refere o inciso I do caput deste artigo, observado os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Artigo 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e,  
II - Haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo Único - Não se implica a exigência a que se refere o inciso II do caput deste artigo aos que, na data de 09 de junho de 2006, quando ocorre a publicação da Medida Provisória nº 297, que foi convertida na Lei nº 11.350/2006 estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Artigo 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelo Município de Antônio Carlos/SC, na forma disposto no § 4º do artigo 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico único estatutário.

Artigo 9º Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Artigo 10. A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenta aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Artigo 11. A Administração Pública somente poderá demitir o Agente Comunitário de Saúde ou o Agente de Combate às Endemias, de acordo com o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos (Lei Municipal 558/92) e assegurado a ampla defesa e o contraditório, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Prática de falta grave, dentre as enumeradas nas normas de Administração Pública consolidadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal;

II - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.811/99 de 14 de junho de 1999; ou,

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidas de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

§ 1º - No caso do Agente Comunitário de Saúde poderá haver demissão na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do caput do artigo 6º desta Lei, ou em função da apresentação de declaração falsa de residência.

§ 2º - Na aplicação das penalidades será considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes aos antecedentes funcionais.

Artigo 12. Aos profissionais não ocupantes de cargo eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Antônio Carlos que em 14 de fevereiro de 2006, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51/2006, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias é assegurado a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do artigo 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pelo município ou por outras instituições, com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos demais entes da federação e mediante a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Único - Caberá a Administração Pública certificar a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51/2006 de 14 de fevereiro de 2006 e caput do presente artigo considerando-se como tal àquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no caput deste artigo.

Artigo 13. As despesas decorrentes da criação dos cargos a que se refere o artigo 1º desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Anual do Município, advindas dos repasses da União para tal fim.

Parágrafo Único. A contrapartida do Município, na gestão tripartite do Sistema Único de Saúde, consiste na responsabilidade do pagamento dos encargos sociais, adicionais, gratificações, indenizações, incentivos, auxílios, ajudas de custo e outros consectários.

Artigo 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 2º da Lei Municipal nº. 816 de 06 de abril de 1999.

Artigo 16. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 30 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **DECRETO N 098/2014**

DECRETO N.O 098/2014

Homologa resultado final de concurso público realizado pelo município de Antônio Carlos/SC e da outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade, e;

CONSIDERANDO o resultado definitivo do Concurso Público (edital 001/2014) realizado pelo município de Antônio Carlos/SC.

DECRETA:

Art. 1o - Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Concurso Público, concernente ao Edital 001/2014, à vista da classificação final apresentada pela Comissão Municipal do Concurso Público e pela empresa que realizou o certame - Instituto Barriga Verde, para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Administração Municipal, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens da classificação Final (ATO 029/iobv/ac/14 e ATO 030/iobv/ac/14).

Art. 2º - Publique-se a classificação definitiva.

Art. 3º - O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 01 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal



**Decreto N 099/2014**

DECRETO NO 99/2014

Regulamenta a realização de inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público - caráter efetivo.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os exames e os procedimentos de inspeção médica oficial que precedem a nomeação em cargo público (caráter efetivo), haja vista a realização de concurso público realizado pela municipalidade.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Regulamentar a realização da inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público, tendo como empresa contratada para este fim "PERICIAL SUL", situada no CEISA CENTER - Bloco C, 10º andar, sala 1002 - Centro Florianópolis - SC, a qual obrigatoriamente observará as disposições desta Decreto.

Art. 2º - O candidato aprovado em concurso público, quando de sua convocação para o ingresso no cargo, deverá proceder à realização dos exames admissionais e agendar, quando da posse dos resultados destes, a inspeção médica oficial, junto empresa PERICIAL SUL, sob pena de desclassificação.

Art. 3º - Os exames clínicos admissionais, de acordo com o cargo ocupacional - sua natureza, atribuições, responsabilidades e/ou condições de serviço, encontram-se discriminados, conforme relação constante do Anexo I, deste Decreto.

Art. 4º - Fica a critério do perito designado pela empresa contrata, objetivando aferir a aptidão física e mental do candidato à assunção no cargo ocupacional, a exigência de avaliações e/ou exames complementares que julgar imprescindíveis à sua conclusão pericial, verificada durante a inspeção admissional.

Art. 5º - Na data agendada para a realização da inspeção médica oficial, o candidato deverá comparecer munido dos laudos avaliativos constantes no anexo I deste Decreto.

Art. 6º - A nomeação no serviço público fica condicionada à decisão exarada pela perícia oficial do Município, por meio do laudo médico oficial, emitido pela empresa contratada PERICIAL SUL, comprovando a aptidão física e mental do candidato ao exercício do cargo pleiteado.

Art. 7º - Este Decreto permanecerá disponível para acesso e consulta dos candidatos e demais interessados, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, no endereço eletrônico antoniocarlos.sc.gov.br.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 30 de setembro de 2014.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I - exame de admissão para ingresso no serviço público - caráter efetivo

JUNTA MEDICA OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS:  
PERICIAL SUL - SITUADA NO CEISA CENTER - BLOCO C, 10º ANDAR, SALA 1002 - CENTRO FLORIANOPOLIS/SC.

Item I - EXAMES EM GERAL PARA TODOS OS CARGOS:

1. Hemograma Completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia Para Lues;
4. Parcial De Urina;
5. Rx Do Torax (Pa + Perfil) Com Laudo Médico;
6. Creatinina;
7. Vdrl;
8. Eletrocardiograma Com Laudo (Acima De 35 Anos).

**Item II - AGENTES SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

1. Todos do Item I;
2. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. RX de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação (Tétano).

**Item III - OPERADOR DE MAQUINA**

1. Todos do Item I;
2. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. RX de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação (Tétano);
6. Audiometria;
7. Acuidade visual com e sem correção, fundo de olho, deverá ser emitido laudo por médico oftalmologista.

**Item IV - MOTORISTA**

1. Todos do Item I;
2. RX ombro dominante;
3. Acuidade visual (fundo de olho) com Laudo emitido por medico oftalmologista.

**Item V - PROFESSOR GRADUAÇÃO:**

1. Todos do Item I;
2. RX de ombro dominante com descrição acrômio;
3. Audiometria;
4. Laringoscopia indireta;
5. Carteira de vacina rubéola (sexo feminino).

**Item VI - PROFESSOR GRADUAÇÃO (EDUCAÇÃO FISICA)**

1. Todos do Item I;
2. RX dinâmico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
3. Rx de bacia panorâmico;
4. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
5. Caderneta de vacinação (tétano e Rubéola, sexo feminino);
6. Audiometria;
7. Laringoscopia indireta.

**Item VII - MEDICO, ODONTOLOGO, FARMACEUTICO**

1. Todos do Item I;
2. HCV anti Hepatite C;
3. HBsAg e Anti HBS;
4. Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola - sexo feminino).

**Item VIII - TECNICO DE ENFERMAGEM E ENFERMEIRO**

1. HCV - Hepatite C;
2. HBsAg e Anti HBS;
3. Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola - sexo feminino);
4. RX do ombro dominante.

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**Portaria N 439/2014**

PORTARIA NO 439/2014

Exonera servidor temporário com fundamento no artigo 129, II, da lei municipal 558 de 30 de novembro de 1992 - estatuto dos servidores públicos municipais.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a decisão exarada pela Comissão do Processo Disciplinar (nomeada pela portaria nº. 383/2014), a qual opinou pela exoneração do funcionário abaixo identificado;

CONSIDERANDO que efetiva decisão foi precedida de extrema cautela, bem como foi amparada nos preceitos jurídicos aplicáveis a espécie.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor Tomaz Luiz Vieira Neto, matrícula nº. 1.432, ocupante do cargo de Monitor de Transporte Escolar desta municipalidade, face o abandono do cargo por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Portaria N 436/2014**

PORTARIA Nº 436/2014.

Concede Férias a ACT.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais,

**Resolve,**

Art. 1º - Conceder FÉRIAS, por 30 dias, a VANESSA TREMARIN, ocupante do cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 01 de novembro de 2014, referente não período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 30 de setembro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

# Atalanta

**PREFEITURA****Decreto Legislativo Nº 002/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2014

"APROVA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA/SC, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Atalanta, nos termos do Art. 12, Inciso XV, §§ 1º, 2º e 3º, Art. 158 da Lei Orgânica Municipal, c/c disposição prevista no Art. 59 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e disposições do Art. 12, XI, Art. 50, VIII, Art. 87, XV, Art. 157, IV, Art. 205, II, Art. 238 e Art. 239, todas do Regimento Interno, e considerando parecer e proposição da Comissão de Finanças e Orçamento, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, relativas ao Exercício de 2012, seguindo Parecer do Tribunal de Contas e da Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo único. Recomenda-se ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas com vistas à correção das impropriedades detectadas no Relatório DMU, Capítulo 6, a observância dos prazos destinados à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira e a correção quanto às deficiências apontadas no Parecer Prévio da Corte de Contas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2014.

ALVINO SCHELTER

Presidente

**Pregão Presencial Nº 14/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 14/2014, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SÊMEN PARA ATENDER A SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 15 de outubro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 01 de outubro de 2014.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação 076/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 20/10/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de serviços de assistência social e de apoio logístico para a execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Deobaldo Donato Pacheco) no Município de Balneário Rincão - SC.

Fone/Fax: (48) 3468-5176/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 01 de Outubro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

#### AVISO DE LICITAÇÃO 077/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 21/10/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento parcelado de Pneus Novos, sem uso, projetados para aplicação nos eixos direcionais, tração e reboque de veículos pesados, tipo ônibus, que executam serviços de transporte urbano e rural e de um Carregador de Baterias para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-5176/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 01 de Outubro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Adiamento de Sessão de Julgamento Nº 01/2014

ADIAMENTO DE SESSÃO DE JULGAMENTO Nº 01/2014

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

ALTERA A DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 29/09/2014 PARA O DIA 27/10/2014 COM INÍCIO ÀS 15h E 30m NO AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 9987/2012 - CMC

INTIMAÇÃO FISCAL Nº 3865/PMB/2012

RECORRENTE: SALÉSIO COELHO EPP

RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRA RELATORA: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

#### COMUNICADO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TP 195-2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

DE PREÇOS TP 195/2014 PMB

Comunicamos as empresas participantes da TP 195/2014, que devido à falta de manifestação de intenção de Recurso solicitada pela empresa RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA conforme prazo previsto na Lei 8.666/93, informamos a que a abertura da proposta da Empresa habilitada JMC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME ocorrerá no dia 06/10/2014, às 14:00 horas no Setor de Licitação da PMB.

Biguaçu, 01 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

#### EXTRATO CONTRATO Nº 10.065/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 58/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.065/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 58/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA.

Valor: R\$ 21.340,00 (VINTE E UM MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

Vigência: 24/09/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2307/2014**

PORTARIA nº 2307 de 01 de outubro de 2014

Nomeia Luiz Eduardo Borgert Coelho, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Orildo Nelson Laurentino Junior, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência à Saúde, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/10/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 01 de outubro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2306/2014**

PORTARIA nº 2306 de 01 de outubro de 2014

Nomeia Orildo Nelson Laurentino Junior, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Operações Internas, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Orildo Nelson Laurentino Junior, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Operações Internas, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 01/10/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 01 de outubro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2305/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2305 de 30 de setembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPESC, INSS e do 5º DISTRITO NAVAL DA MARINHA DO BRASIL nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPESC, sob

o nº 339/2002, da qual se extraiu o período de 08 (oito) anos, 01 (um) mes e 02 (dois) dias, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00005/14-1, da qual se extraiu o período de 12 (doze) anos, 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo 5º DISTRITO NAVAL DA MARINHA DO BRASIL, sob o nº 98/2010, da qual se extraiu o período de 10 (dez) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**Portaria Nº 2304/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2304 de 30 de setembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPESC, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SILVANA BAIXO, detentor(a) da matrícula 467 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) SILVANA BAIXO, detentor(a) da matrícula 467 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPESC, sob o nº 0552/2005, da qual se extraiu o período de 03 (três) anos e 11 (onze) meses e 13 (treze) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**PORTARIA Nº 2303/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2303 de 30 de setembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ROSIMAR SOARES SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 538 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ROSIMAR SOARES SIQUEIRA, detentor(a) da matrícula 538 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS



GERAIS I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00033/14-5, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos e 04 (quatro) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de setembro de 2014.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**80ª CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO -  
SESAU - EDITAL 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DA SAÚDE  
Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000  
FONE/FAX: (48) 3039 8500

80ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012  
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 07/10/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 02 de outubro de 2014.  
Leandro Adriano de Barros  
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II  
26 - Beatriz Eugenia de Oliveira

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico  
08 - Paula Alves de Souza

Cargo - Lotação 4039 - Vigia  
05 - Wellesley Ramos

**REVOGAÇÃO PP 152/2014 PMB E OUTROS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PP 152/2014 PMB**

O Prefeito Municipal em Exercício, Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a **Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 152/2014PMB**, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR REFORMA DE BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DAS PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL".

**Biguaçu, 01 de outubro de 2014.**

**Ramon Wollinger**  
**Prefeito Municipal**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BIGUAÇU**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**RETIFICAÇÃO DO PP 208/2014 PMB**

Comunicamos às empresas interessadas no PP 208/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE SWITCH ROUTER GERENCIÁVEL, LAYER 04 PARA A GESTÃO DA REDE INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU", que devido a erros na especificação do item 01 do Anexo I do referido Edital, fica retificado o mesmo passando a ter a seguinte redação:

**ITEM 01**

Item	Quant	Unid	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UN	6.900,00	Item 1 - Switch Concentrador L3 Gigabit Ethernet - 24 portas Deve possuir, no mínimo, 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet 10/100/1000BaseT com conectores RJ45. Deve suportar autonegociação de velocidade, modo duplex e MDI/MDIX; Possuir, pelo menos, 2 (duas) portas Gigabit Ethernet óptica baseada em SFP e não sendo permitida a utilização de conversores externos. As portas Gigabit ethernet ópticas solicitadas acima não poderão ser do tipo Combo, devendo estar ativas, pelos menos, 26 (vinte e seis) interfaces ativas simultaneamente no switch independente da configuração; Deve suportar a substituição das 2 (duas) portas Gigabit Ethernet óptica baseada em SFP em 2 (duas) portas 10 Gigabit Ethernet óptica baseada em SFP+; Deve possuir capacidade de comutação (switching) de, no mínimo, 144 Gbps; Deve possuir capacidade de encaminhamento (forwarding) de, no mínimo, 96 Mpps, utilizando pacotes de 64 bytes; Deve possuir fonte de alimentação que opere com tensões de entrada entre 100 e 240 VAC e suporte frequência entre 50/60hz; Possuir fonte de alimentação redundante interna; Deve implementar Jumbo Frames de até 9000 bytes em todas as portas; O equipamento deve possuir portas para empilhamento com taxa total de, pelo menos, 40Gbps. Os cabos específicos para esta finalidade deverão ser fornecidos; Permitir empilhamento de até 9 (nove) equipamentos, atuando como uma única entidade lógica e gerenciável por um único IP; Características de Camada 2 Deve possuir tabela de

			<p>endereços MAC com capacidade para, pelo menos, 32.000 (trinta e dois mil) endereços MAC; Deve implementar Multicast VLAN Registration; Deve implementar o protocolo Spanning Tree (802.1d); Deve implementar o protocolo Rapid Spanning Tree (802.1w); Deve implementar o protocolo Multiple Spanning Tree (802.1s), com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) domínios de STP; Deve implementar BPDU Protection; Deve implementar mecanismo de proteção da "root bridge" do algoritmo Spanning-Tree; Deve implementar IEEE 802.1Q-in-Q (VLAN-VPN); Deve implementar Q-in-Q seletivo; Deve implementar mapeamento de VLAN N:1 (VLAN mapping); Deve Implementar controle de broadcast, multicast e unicast, permitindo fixar os limites máximos de broadcasts, multicasts e unicasts por porta (percentual e/ou pps); Deve implementar UDLD ou DLDAP; Deve permitir a criação, remoção, gerenciamento e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q; Deve implementar protocolo de rápida convergência, menor do que 250ms, para redes em anel e barramento exceto STP, RSTP e MSTP. Características de Camada 3 Deve implementar roteamento IPv4 e IPv6; Deve implementar no mínimo os seguintes protocolos em IPv6: TCP6, UDP6, ACLv6, ICMPv6, pingv6 e tracertv6. Deve possuir, pelo menos, 256 interfaces L3 (VLAN Interface); Suporte a, no mínimo, 1000 (mil) rotas estáticas; Deve possuir tabela de roteamento de 12.000 (doze mil) rotas; Deve implementar RIPv2, RIPv6, OSPF, OSPFv3 e BGP; Deve implementar PIM-DM e PIM-SM; Deve implementar no mínimo 4.000 (quatro mil) VLANs; Possuir no mínimo 2.000 (dois mil) grupos de Multicast; Deve implementar IGMP v1, v2 e v3; Características de QoS Implementar o padrão 802.1p; Deve implementar Qualidade de Serviço (QoS) com Leitura, Classificação, e Marcação pacotes, baseada nos padrões IEEE 802.1p (CoS) e DSCP, "Traffic Policing" e "Traffic Shaping"; Deve implementar o gerenciamento de banda em valores absolutos em intervalos de 64 Kbps; Deve possuir, no mínimo, 8 (oito) filas para priorização de tráfego por porta; Deve implementar os mecanismos de controle de fila: SP (Strict Priority) e um dos seguintes WRR/DRR (Weighted Round Robin, Deficit Round Robin). Deverá permitir, em uma mesma porta, fila com prioridade estrita e filas com divisão ponderada (WRR+SP ou DRR+SP); Deve detectar telefones IPs conectados tanto do mesmo fabricante como de terceiros e automaticamente configurar a porta para a VLAN de Voz (Voice VLAN); Deve implementar LLDP, segundo padrão IEEE 802.1ab; Deve implementar LLDP-MED; Características de Gerenciamento Deve implementar gerenciamento SNMP, v1, v2c e v3; Deve implementar gerenciamento RMON implementando no mínimo 4 grupos, conforme a RFC 2819; Deve implementar espelhamento de tráfego de forma que o tráfego de várias portas possa ser espelhado em outra para fins de monitoramento e diagnósticos; Deve implementar Espelhamento Remoto (RSPAN); Deve implementar configuração através de TELNET; Deve implementar configuração através de SSH v2; Deve implementar configuração através de HTTPS; Deve implementar o padrão IEEE 802.3az; Deve implementar protocolo NTP (Network Time Protocol), devendo ser suportada autenticação MD5 entre os peers NTP, conforme definições da RFC 1305; Deve implementar TFTP, FTP e um dos protocolos seguros: SCP ou SFTP; Deve permitir a configuração através de porta console; Deve implementar autenticação via servidores RADIUS; Deve permitir que se restrinja as sessões de gerenciamento (TELNET, HTTP e SSH) a endereços IP específicos; Deve implementar o padrão IEEE 802.1ag; Deve implementar o padrão IEEE 802.3ah; Deve implementar o protocolo ethernet OAM; Deve implementar funcionalidades de troubleshooting como trace e ping; Características de Segurança Deve suportar proteção contra ataques do tipo DoS e DDoS destinados a sobrecarregar a CPU do equipamento; Deve implementar Network Login através do padrão IEEE 802.1x permitindo a configuração automática dos parâmetros de VLAN e aplicação de ACL de acordo com o perfil do usuário; Deve implementar autenticação através de endereço MAC cadastrado em</p>
--	--	--	---

				<p>servidor RADIUS com configuração automática de VLAN de acordo com o MAC cadastrado (MAB – MAC Authentication Bypass); Deve implementar re-autenticação IEEE 802.1x; Deve implementar Guest VLAN; Capacidade de suportar autenticação 802.1x de múltiplos usuários por porta. O Switch deverá possibilitar que apenas o tráfego dos usuários que se autenticarem via 802.1x seja permitido, mesmo que vários usuários estejam conectados a uma mesma porta; Deve implementar DHCP Snooping, de forma a não permitir a operação de servidores DHCP não autorizados na rede, permitir a criação de uma tabela de associação entre IP/MAC/PORTA física. Deve implementar ARP Proxy; Deve implementar listas de controle de acesso baseadas em critérios das camadas 2, 3 e 4, identificador de VLAN, valor do campo DSCP e hora do dia; Deve permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas isoladas e portas compartilhadas ("promíscuas"), onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas compartilhadas ("promíscuas") de uma dada VLAN. Implementar limitação de número de endereços MAC aprendidos por uma porta, para uma determinada VLAN, de forma que, se o número máximo de endereços MAC de uma VLAN específica for atingido, a porta permita a associação de endereços MAC de outras VLANs. Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que utilize o protocolo TCP, implemente mecanismos de AAA com garantia de entrega, criptografe todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso, permita controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem emitir em determinados elementos de rede. Características de Alta Disponibilidade Implementar agregação de links conforme padrão IEEE 802.3ad com, no mínimo, 64 (sessenta e quatro) grupos, sendo 8 (oito) links agregados por grupo e suporte a LACP. Deve responder a pacotes de testes para teste da implementação dos níveis de serviço especificados (SLA). Devem ser suportadas, no mínimo, as seguintes operações de teste: - ICMP echo, - TCP connect, - UDP echo. O switch deve suportar pelo menos 5 destas operações de testes simultaneamente. Deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários ao funcionamento do equipamento, incluindo cabos de console, e manuais de operação e instalação do equipamento. Apresentar declaração do fabricante comprovando que a revenda está autorizada a fornecer e prestar assistência técnica ao equipamento solicitado. O licitante vencedor deverá instalar e configurar o equipamento, incluindo: Configurações das Vlans definidas pelo corpo técnico da PMB. Atualização do firmware para o mais recente disponibilizado pelo fabricante. Adequação ao escopo DHCP fornecido pelo corpo técnico da PMB.</p>
--	--	--	--	--

Diante do exposto, fica republicado o referido processo para a seguinte data:

Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 14/10/2014, até 13:45 horas no Setor de Licitação da PMB.

Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 14/10/2014, às 14:00 horas no setor de licitação da PMB.

**Biguaçu, 01 de outubro de 2014.**

**Ramon Wollinger**  
**Prefeito Municipal**



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO E PENALIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO DE Nº 048 1411/2014 A 048 1436/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1411/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJM7876	55008229E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
GYO4119	54838083E	5568/0	15/04/2014	181 * XIX
MAH7337	55008254E	5541/2	25/04/2014	181 * XVII
MAL8401	55008249E	5541/4	22/04/2014	181 * XVII
MBU0492	54838039E	5541/4	14/05/2014	181 * XVII
MGT8854	55902987D	5207/0	22/05/2014	169
MHT4324	55008334E	5541/4	21/05/2014	181 * XVII
MJE4332	54838073E	5541/2	11/04/2014	181 * XVII
MMH1403	55008262E	5541/4	29/04/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1412/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJK3269	55903008D	6912/0	05/02/2014	R\$ 53,20	232
MJZ1725	55007763E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1413/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC2522	54838067E	7064/0	09/04/2014	R\$ 191,53	244 * IV
MIA5934	54840169E	5541/2	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV5588	54840463E	5541/2	12/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1414/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATK6652	55903130D	5010/0	25/05/2014	162 * I
LZN1792	54838102E	6599/2	31/05/2014	230 * V
LZN1792	54838103E	5010/0	31/05/2014	162 * I
MDC8973	54838084E	6637/1	22/04/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1415/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW5455	55008258E	5568/0	25/04/2014	181 * XIX
LWZ0854	55008436E	5550/0	03/06/2014	181 * XVIII
MDX3467	55008310E	5452/1	06/05/2014	181 * VIII
MGI2777	55008438E	5541/4	03/06/2014	181 * XVII
MHQ5900	54403137D	5452/1	26/04/2014	181 * VIII
MHZ5501	55008312E	5452/1	07/05/2014	181 * VIII
MLR2576	55008273E	5460/0	09/05/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1416/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKA7935	54840489E	5541/2	18/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1417/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GLU5339	54838454E	6599/2	09/06/2014	230 * V
MEJ8292	55008160E	5010/0	10/06/2014	162 * I
MEJ8292	55008161E	5274/1	10/06/2014	175
MFO9398	54838668E	6920/0	19/05/2014	233
MHS4126	54838037E	5010/0	13/05/2014	162 * I
MJR0209	54403141D	5169/1	09/06/2014	165
MJR0209	54403142D	5045/0	08/06/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1418/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHN2148	55008321E	5452/1	09/05/2014	181 * VIII
ANS4457	55008314E	5541/4	07/05/2014	181 * XVII
IUN6602	55008224E	5541/4	07/04/2014	181 * XVII
MBF9685	55008405E	5460/0	09/05/2014	181 * IX
MDM8718	54838038E	5541/5	14/05/2014	181 * XVII
MEG4705	55008444E	5550/0	05/06/2014	181 * XVIII
MFT4975	55008275E	5541/4	12/05/2014	181 * XVII
MGM0922	55008408E	5452/1	12/05/2014	181 * VIII
MHA8418	55008311E	5452/1	06/05/2014	181 * VIII
MHA8868	54838082E	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MIK9746	55008448E	5452/1	06/06/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1419/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEJ3601	55007751E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
AFS3315	55901984D	5169/1	09/02/2014	R\$ 1.915,38	165
ANN7124	55900738D	6653/2	07/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
AQS1046	54838580E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
BPG8778	54838545E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
IJU3215	55901982D	5169/1	30/12/2013	R\$ 1.915,38	165
IJW3885	55903109D	6599/2	13/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
IJW3885	55903110D	5010/0	13/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYE9998	54838558E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
LZV9209	54840215E	6920/0	13/01/2014	R\$ 127,69	233
MAD1735	54838574E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
MBS6714	55008020E	5010/0	25/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBS6714	55008021E	5061/0	25/04/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBS6714	55008022E	6912/0	25/04/2014	R\$ 53,20	232
MBS6714	55008024E	6556/4	25/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBS6714	55008025E	6653/1	25/04/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MCZ9649	54838562E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
MEL7242	54838556E	6920/0	05/02/2014	R\$ 127,69	233
MFS6110	54403104D	6599/2	16/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFS6110	54403105D	5061/0	16/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFS6110	54403106D	5010/0	16/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGZ5090	54840200E	6653/2	13/01/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MIB4982	54838575E	6920/0	17/02/2014	R\$ 127,69	233
MIP8794	54840484E	5037/1	14/02/2014	R\$ 574,61	162 * III
MJT9953	54403109D	5010/0	21/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLA2029	54840230E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLU5661	55007907E	5010/0	08/02/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1420/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HIF9658	55007809E	5541/1	19/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ7237	54403497D	5541/1	31/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN2648	54840367E	5541/2	20/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA8643	54840472E	5452/1	12/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBS6714	55008019E	5835/0	25/04/2014	R\$ 127,69	195
MEF6976	54840485E	5452/1	14/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEL5223	54840413E	5541/1	14/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM0368	55008121E	5568/0	31/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MHO2511	54840089E	5541/4	03/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP8794	54840483E	5550/0	14/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJT9953	54403110D	7030/1	21/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJU4179	54838077E	5452/1	14/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1421/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRH7837	54838665E	6920/0	19/05/2014	233
DDB2368	54838702E	6920/0	02/06/2014	233
DPL8303	54838715E	6920/0	02/06/2014	233
HOL1739	54838696E	6920/0	05/05/2014	233
JYL4161	54838690E	6920/0	05/05/2014	233
KWA3262	54838453E	6599/2	09/06/2014	230 * V
LXE7541	54838455E	6599/2	09/06/2014	230 * V
LXO9313	54838692E	6920/0	05/05/2014	233
LZJ9332	54838658E	6920/0	22/04/2014	233
MBI7438	54838666E	6920/0	14/05/2014	233
MCA9744	54838603E	6920/0	01/04/2014	233
MDF2540	54838687E	6920/0	07/05/2014	233
MDM1897	54838722E	6920/0	04/06/2014	233
MDQ4164	55008155E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MEW7465	54838688E	6920/0	06/05/2014	233
MFH8901	54838679E	6920/0	12/05/2014	233
MFL4311	54838608E	6920/0	04/04/2014	233
MGC0419	55008306E	5274/1	28/04/2014	175
MGC3187	54838663E	6920/0	21/05/2014	233
MGQ7719	55007928E	5061/0	16/04/2014	163 c/c 162 * I
MGR3380	55008162E	6610/2	10/06/2014	230 * VII
MGR3380	55008163E	6610/2	10/06/2014	230 * VII
MHE9735	54838684E	6920/0	09/05/2014	233
MIL8380	54838655E	6920/0	31/03/2014	233
MIR5899	55007919E	5045/0	03/04/2014	162 * V
MJN6279	54838718E	6920/0	02/06/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJR2028	54838645E	6920/0	10/04/2014	233
MJV1947	54838034E	5010/0	08/05/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1422/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JPN3550	55008414E	5541/4	15/05/2014	181 * XVII
LYW0462	55008143E	5541/4	08/04/2014	181 * XVII
LZR5519	55008325E	5452/1	13/05/2014	181 * VIII
MCZ8776	55008308E	5550/0	05/05/2014	181 * XVIII
MDE4499	55008274E	5541/5	09/05/2014	181 * XVII
MDG1509	54838026E	5541/4	28/04/2014	181 * XVII
MDU1790	55008320E	5541/4	09/05/2014	181 * XVII
MEE2058	54838030E	5541/2	05/05/2014	181 * XVII
MEI0583	55008429E	5541/4	28/05/2014	181 * XVII
MEM7281	55008270E	5541/1	07/05/2014	181 * XVII
MER5557	55071732B	5568/0	20/05/2014	181 * XIX
MGT5549	55008326E	5622/1	13/05/2014	182 * VI
MIA3531	54838076E	5452/1	11/04/2014	181 * VIII
MIE3676	55008245E	5541/4	11/04/2014	181 * XVII
MIE6915	55008267E	5541/4	05/05/2014	181 * XVII
MIV6138	54838059E	5738/0	08/04/2014	186 * II
MIY0510	55008331E	7366/2	16/05/2014	252 * VI
MJL5611	54838063E	5541/5	09/04/2014	181 * XVII
MJY8902	54838068E	5452/1	10/04/2014	181 * VIII
MKI5855	55008142E	5541/4	08/04/2014	181 * XVII
MLA7869	55008205E	5452/3	31/03/2014	181 * VIII
MLD6107	55008406E	5460/0	09/05/2014	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1423/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN1939	55007764E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
AHI9511	54838508E	6920/0	27/01/2014	R\$ 127,69	233
FAH3431	54838534E	6920/0	22/01/2014	R\$ 127,69	233
IME7112	54840211E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
JEZ0481	54838551E	6920/0	31/01/2014	R\$ 127,69	233
JGY5948	54838513E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
LWY2008	55007759E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
LXG7267	54838523E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MAA0872	54840047E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
MAU4773	55008060E	6637/1	05/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAU4773	55008061E	5010/0	05/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBH3194	55903127D	5274/1	01/05/2014	R\$ 191,53	175
MBH3194	55903128D	5061/0	01/05/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCE3237	54838565E	6920/0	07/02/2014	R\$ 127,69	233
MCP5797	54838564E	6920/0	22/01/2014	R\$ 127,69	233
MEG6442	54840205E	6920/0	08/01/2014	R\$ 127,69	233
MFQ4044	54840361E	6653/2	20/01/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGB9262	55007771E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
MYI2581	54840201E	6920/0	06/01/2014	R\$ 127,69	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1424/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKD1438	55901980D	5185/1	21/12/2013	R\$ 127,69	167
GZT4685	54840301E	5541/1	15/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JFS2706	54840309E	5541/1	15/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LFD0830	54838061E	5452/2	09/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LVT8266	55008146E	5550/0	08/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAO7002	54840084E	5541/2	24/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE1718	54838028E	5541/4	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK7954	54840173E	5541/5	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS6919	54840354E	5452/1	16/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIE3203	54840252E	5541/2	30/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1425/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ4595	55008159E	6556/1	16/05/2014	230 * I
BRJ2442	54838675E	6920/0	14/05/2014	233
GTY0975	54838759E	6920/0	09/06/2014	233
HOU4347	54838701E	6920/0	26/05/2014	233
LXT2749	54402431D	6599/2	20/06/2014	230 * V
LZA9425	54838757E	6920/0	09/06/2014	233
MAT0785	54838721E	6920/0	04/06/2014	233
MAT9140	54838742E	6920/0	06/06/2014	233
MCH8897	54838474E	6599/2	16/06/2014	230 * V
MFT5039	54402434D	6599/2	21/06/2014	230 * V
MGC0419	55008305E	5010/0	28/04/2014	162 * I
MGC0419	55008307E	6599/2	28/04/2014	230 * V
MIR5899	55007918E	6599/2	03/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1426/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK7642	54838050E	5380/0	24/06/2014	181 * I
AKY1008	54838483E	5452/1	17/06/2014	181 * VIII
DVI4508	54838496E	5738/0	24/06/2014	186 * II
DVI4508	54838499E	5185/2	24/06/2014	167
DVI4508	54838500E	5185/1	24/06/2014	167
LWR9524	54402433D	5452/1	20/06/2014	181 * VIII
LZN4411	55008428E	5452/1	28/05/2014	181 * VIII
MCE3789	54403138D	5452/1	26/04/2014	181 * VIII
MDR0755	54838469E	5568/0	16/06/2014	181 * XIX
MGO8554	54838024E	5568/0	13/04/2014	181 * XIX
MHV6225	55008246E	5525/0	11/04/2014	181 * XV
MIQ5828	55008350E	5541/1	24/06/2014	181 * XVII
MIR5187	55008338E	5460/0	09/06/2014	181 * IX
MIV8263	54838484E	5541/1	17/06/2014	181 * XVII
MIZ4405	54838041E	5541/2	20/06/2014	181 * XVII
MJJ7631	54838488E	5479/0	17/06/2014	181 * X
MKC9029	54838451E	7366/2	09/06/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1427/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALR7348	54840198E	6599/2	13/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
KZU3287	54838592E	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
LYT0072	54840236E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1428/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG7149	54838051E	5550/0	09/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKQ2153	54840098E	5541/4	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1429/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEQ3483	54838678E	6920/0	13/05/2014	233
MFN5524	54403140D	5010/0	24/05/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1430/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY6667	55008446E	5541/4	05/06/2014	181 * XVII
MHO4464	55008449E	5452/1	06/06/2014	181 * VIII
MMB2663	55008431E	5665/0	30/05/2014	182 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1431/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AUH3941	54838685E	6920/0	07/05/2014	R\$ 127,69	233
IFC7089	54838602E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
IMX2652	54840233E	6920/0	20/01/2014	R\$ 127,69	233
KHX4545	54838616E	6920/0	08/04/2014	R\$ 127,69	233
MCM8401	54840239E	6920/0	14/01/2014	R\$ 127,69	233
MDG3502	54838673E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MDJ6358	54838615E	6920/0	08/04/2014	R\$ 127,69	233
MHI2890	55008014E	6653/2	09/04/2014	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1432/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CVS9339	54840197E	5185/1	13/01/2014	R\$ 127,69	167
MID7191	55898996D	5541/1	24/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI3878	55071721B	5568/0	12/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1433/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHO6979	54854157E	6599/2	11/07/2014	230 * V
BXF1203	54838669E	6920/0	16/05/2014	233
LZX3245	55008026E	6556/1	30/06/2014	230 * I
MAB2714	54838301E	5010/0	05/07/2014	162 * I
MAB2714	54838302E	6599/2	05/07/2014	230 * V
MAZ0410	54838704E	6920/0	26/05/2014	233
MCD8157	54838734E	6920/0	02/06/2014	233
MDA9118	54838723E	6920/0	02/06/2014	233
MDF8479	55008036E	5010/0	05/07/2014	162 * I
MEG3606	54838736E	6920/0	03/06/2014	233
MFE3768	54838705E	6920/0	26/05/2014	233
MFG6118	54838714E	6920/0	30/05/2014	233
MFI7460	54838724E	6920/0	30/05/2014	233
MIW0581	54838737E	6920/0	04/06/2014	233
MJS8372	55008343E	6599/2	10/06/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 048 1434/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHO6979	54854156E	5541/4	11/07/2014	181 * XVII
CQK5016	54838486E	5550/0	17/06/2014	181 * XVIII
DSM0190	54838263E	5460/0	02/07/2014	181 * IX
EDC0749	55008294E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MDW0733	54854003E	5541/4	02/07/2014	181 * XVII
MFP7650	54838272E	5541/6	03/07/2014	181 * XVII
MGA7230	54838275E	5550/0	07/07/2014	181 * XVIII
MHX2746	54854154E	5550/0	10/07/2014	181 * XVIII
MKE5628	54838487E	5568/0	17/06/2014	181 * XIX
MKW2546	55071717B	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MMB5981	54838465E	5568/0	11/06/2014	181 * XIX
OPK5941	54838489E	5541/4	17/06/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1435/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HGG9570	54840247E	6920/0	22/01/2014	R\$ 127,69	233
INB9293	54838677E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233
LXN9061	54838689E	6920/0	07/05/2014	R\$ 127,69	233
MIR4385	54838533E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1436/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DKN7897	54840306E	5541/1	15/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXB9733	55008327E	5541/4	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT2456	54840033E	5452/3	08/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJT3574	54838096E	5380/0	24/04/2014	R\$ 85,12	181 * I
MJU8742	54838052E	7366/2	08/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP7022	55007806E	5541/1	19/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG3231	54838089E	5568/0	22/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLO2102	55008423E	5452/1	27/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLX7778	55008330E	5568/0	16/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MMC3374	55071731B	5568/0	20/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Nota de Revogação de Processo de Compra Nr. 6 2014

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2014 - TP</b>  Processo Administrativo: 41/2014 Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 04/09/2014
<b><u>Objeto:</u></b> Contratação De Empresa Especializada De Engenharia, Para Pavimentação Em Lajotas Hexagonais De Concreto, Drenagem Pluvial, Sinalização Viária, Pavimentação Dos Passeios Em Paver	
<p style="text-align: center;"><b><u>NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2014</u></b></p> <p><b><u>Motivo:</u></b> Revoga o Edital 41/2014 em razão do Descumprimento da Lei 12.378/2010, que regulamenta o Exercício da Arquitetura e Urbanismo, e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUS</p> <p style="text-align: center;">Braço do Trombudo, 1 de Outubro de 2014</p> <p style="text-align: center;">----- Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal</p>	

# Brusque

## PREFEITURA

### Portaria Nº 2.143/2014 Ibprev

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.143/2014

Concede benefício de Aposentadoria Compulsória a Hilario Zorrer

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, b, 35 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 16/12/98.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 115/2014, benefício de Aposentadoria Compulsória a HILARIO ZORRER, CPF 246.908.139-49.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de Outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

### PORTARIA Nº 1920/2014

PORTARIA Nº 1920/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. ANGELO VIDAL, matrícula nº 67713.2, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 02/09/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 17/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1921/2014

PORTARIA Nº 1921/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. ROBERTO CRIPPA, matrícula nº 68089.3, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 02/09/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 17/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1935/2014

PORTARIA Nº 1935/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. JUCINEIA RIBEIRO, matrícula nº 106666.8, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 04/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1958/2014

PORTARIA Nº 1958/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência

- IBPREV, a servidora Sra. SONIA MARA DE ALMEIDA, matrícula nº 68724.3 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 08/09/2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 23/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 1966/2014**

PORTARIA Nº 1966/2014

Colocar servidor a disposição do IBPREV

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a cessão do servidor Sr. ANTÔNIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR, matrícula nº 1080938, ocupante de cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais para o IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, a contar de 09/09/2014, com ônus para o órgão de destino.

Parágrafo Único - A cessão de que trata o artigo 1º encontra fulcro no artigo 22, I da LC 216/2013.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - O controle da carga horária ficará sob responsabilidade do órgão de destino.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 1995/2014**

PORTARIA Nº 1995/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde a Sra. ELISANDRA APARECIDA ZIMMERMANN, matrícula nº 66559.2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 12/09/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6071135226.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 1996/2014**

PORTARIA Nº 1996/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JAQUELINE PEIRÃO DOS SANTOS, matrícula nº 1913.5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 12/09/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 27/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 2008/2014**

PORTARIA Nº 2008/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. EDILAINE MARTINS MARATTO OLIVEIRA, matrícula nº 942383-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 15/09/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2010/2014**  
PORTARIA Nº 2010/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. VIVIANE HELENA PEREIRA, matrícula nº 44406.5, exercendo as funções de Monitor Escolar II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 14/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2011/2014**  
Portaria nº 2011/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. NEUSA SALETE ROSSATO STEFANELO, matrícula nº 104682.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 15/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2016/2014**  
PORTARIA Nº 2016/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ADENIR CASTORINO FRANCISCO, matrícula nº 1222.0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Fundação Ecológica Zoobotânico de Brusque, em decorrência do atestado do dia 16/09/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 01/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2027/2014**  
PORTARIA Nº 2027/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. SARANEIA DA SILVA PAVÃO, matrícula nº 94142.5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 17/09/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de setembro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos



**Portaria Nº 2028/2014**

PORTARIA Nº 2028/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. SARA-NEIA DA SILVA PAVÃO, matrícula nº 94142.5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/09/2014.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2043/2014**

PORTARIA Nº 2043/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. FABIANA FREITAS FACHINI, matrícula nº 41.969.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19/09/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2054/2014**

PORTARIA Nº 2054/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MARILEIA DA SILVA MORESCO, matrícula nº 1682.9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/09/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2076/2014**

PORTARIA Nº 2076/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retificar em parte a portaria nº 987/2012, que enquadra a servidora Sra. MARIA LUIZA FAGUNDES GHISLANDI, matrícula nº 327.1, no padrão de vencimento H, faixa nível II, para o cargo de Professor.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos



**Portaria Nº 2078/2014**

PORTARIA Nº 2078/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. KATHERINE PEREIRA, matrícula nº 94929.9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 22/09/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6072508700.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2083/2014**

PORTARIA Nº 2083/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. DEBORA FERNANDES GOETTEMES, matrícula nº 105273.0, lotada na Secretaria da Fazenda, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 23/09/2014.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2124/2014**

PORTARIA Nº 2124/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. LUCIA SIBIONI DA SILVA, matrícula nº 83507.2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29/09/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6073099146

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2133/2014**

PORTARIA Nº 2133/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MARIA DE LOURDES PRETTI, matrícula nº 931.8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 30/09/2014.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2134/2014**

PORTARIA Nº 2134/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. VALÉRIA RIBEIRO DOS SANTOS ALVES, matrícula nº 94735.0, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 30/09/2014.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2135/2014**

PORTARIA Nº 2135/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. PLÍNIO LOPES DA SILVA, matrícula nº 90923.8 ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, em decorrência do atestado do dia 30/09/2014 de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 15/10/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2242/2014**

PORTARIA Nº 2242/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sra. PLÍNIO LOPES DA SILVA, matrícula nº 90923.8, ocupante do cargo de

provimento efetivo de Advogado, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, para tratamento de saúde na modalidade de auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 30/09/2014 de 45 (quarenta e cinco) dias, ficando suspenso a contar de 15/10/2014.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de outubro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Extrato do Contrato 109/2014 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 109/2014

ESPÉCIE: Aq. Geocalcio. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014. 80.002.17.512.301.2293.3390301100.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 30/09/2014; VALOR: R\$ 51.840,00. CONTRATADA: Dryller Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 30 de setembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

**EXTRATO DO CONTRATO 110/2014 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 110/2014

ESPÉCIE: Aq. ortopolifosfato. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014. 80.002.17.512.301.2293.3390301100.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 30/09/2014; VALOR: R\$ 91.600,00. CONTRATADA: Bauminas Química N/NE Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 30 de setembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO 04/2014**EDITAL DE PUBLICAÇÃO  
04/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 4º Bimestre e ao 2º Quadrimestre de 2014, respectivamente, disponível no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

4º Bimestre / 2014

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	484.094.431,00	484.094.431,00	47.419.345,84	195.400.391,40	288.694.039,60

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA ATÉ O BIM.	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
CORRENTES	236.827.872,00	252.290.790,52	165.293.571,36	151.020.400,47	101.270.390,05
CAPITAL	220.598.439,00	226.878.318,01	27.341.461,64	21.252.915,86	205.625.402,15
INTRA-ORÇAM.	10.338.630,00	9.895.112,00	4.811.479,02	4.794.057,42	5.101.054,58
R. CONTINGÊNCIA	255.000,00	255.000,00	0,00	0,00	255.000,00
R. RPPS	16.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	12.074.490,00
TOTAL	484.094.431,00	501.393.710,53	197.446.512,02	177.067.373,75	324.326.336,78

RESULTADO

SUPRAVIT				18.333.017,65	
----------	--	--	--	---------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

4º Bimestre / 2014

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 262.700.154,04
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

4º Bimestre / 2014

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	1.649.830,32	5.333.599,97	3.063.171,71
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	1.155.343,30	4.867.281,84	3.674.797,97
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	2.805.173,62	10.200.881,81	6.737.969,68

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	8.660.000,00	12.744.000,00	1.837.975,26	7.121.886,34	5.852.153,32
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Desp. Total	8.660.000,00	12.744.000,00	1.837.975,26	7.121.886,34	5.852.153,32
Resultado Previdenciário	8.624.490,00	4.540.490,00	967.198,36	3.078.995,47	885.816,36

## APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	3.495.734,29	3.495.734,29	371.681,07	1.527.107,47	2.124.626,64

## RESULTADO NOMINAL

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

4º Bimestre / 2014

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	1.773.479,96	(17.218.229,19)

## Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	84.688.360,91

## RESULTADO PRIMÁRIO

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

4º Bimestre / 2014

## RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	No bimestre	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	64.059.225,00	1.943.394,60	4.113.872,07	8.736.117,67

## DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	No bimestre	Até o bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	495.993.710,53	46.771.277,01	173.592.243,27	153.950.526,70

## RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(143.844.608,53)	(2.074.840,47)	14.976.719,91	19.523.319,82
---------------------	------------------	----------------	---------------	---------------

## RESTOS A PAGAR

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

4º Bimestre / 2014

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	8.262.300,66	1.440,00	7.510.704,13	750.156,53
RP Não Processados	11.534.588,49	295.179,40	5.554.969,54	5.684.439,55
Total	19.796.889,15	296.619,40	13.065.673,67	6.434.596,08

## APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

## Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

4º Bimestre / 2014

## FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	16.643.462,47
Contribuição ao FUNDEB	23.731.604,91
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	7.026.131,66
Pagamento dos Profissionais do Magistério	22.671.780,31
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	95,53%

**DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)**

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	13.922.270,49
Ensino Fundamental	23.271.066,41
Outras Despesas (administração)	0,00
( - ) Deduções	7.106.387,54
TOTAL p/ fins de apuração	30.086.949,36
% aplicado (art. 212 CF/88)	26,30%

**RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL**  
**Orçamento Fiscal**  
 (Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))  
 4º Bimestre / 2014

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas de Operações de Créditos	1.749.770,33

	Saldo até o bimestre
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	205.625.402,15

Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(78.564.158,48)
--	-----------------

**RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**Orçamento Fiscal**  
 (Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))  
 4º Bimestre / 2014

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	1.343.192,38

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	1.459.538,56

Saldo financeiro a aplicar	25.805,62
----------------------------	-----------

**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**Orçamento Fiscal**  
 (Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))  
 4º Bimestre / 2014
**DESPESAS Até o Bimestre**

Atenção Básica	16.009.049,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.887.037,36
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	492.553,59
Vigilância Epidemiológica	874.996,72
Outras Subfunções	4.002.585,17
( - ) Custeadas com recursos do SUS	20.667.796,47
( - ) Consórcio	0,00
( - ) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	24.598.425,44
% aplicação p/fins da EC 29	21,50%

**Notas Explicativas (RREO)**

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral

do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 30/09/2014 no mural público da Prefeitura Municipal nos termos do art. 108 da LOM.

Relatórios publicados em 02/10/2014 no DOM - Diário Oficial do Município.

Brusque, 30 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL	ARNALDO F. DA SILVA	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

**MUNICÍPIO DE BRUSQUE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
**DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTO FISCAL**

(Dados do anexo I Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, a))  
 2º QUADRIMESTRE / 2014

**Valor até o Quadrimestre**

Despesa Total com Pessoal (Últimos 12(doze) meses)	118.462.346,89
Receita Corrente Líquida (RCL)	262.700.154,04
% da Despesa Total com Pessoal	45,09%
Limite Máximo (%)	54,00%
Limite Prudencial (%)	51,30%

Nota: Nos valores da despesa total com pessoal estão incluídos os gastos que dispõe o § 1º do art. 18º da LRF, e os valores dos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal.

**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA****ORÇAMENTO FISCAL**

(Dados do anexo II Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, b))  
 2º QUADRIMESTRE / 2014

**Saldo até o Quadrimestre**

Dívida Consolidada - DC	45.064.179,13
Dívida Consolidada Líquida - DCL	5.527.488,23
% da DC sobre a RCL	17,15%
% da DCL sobre a RCL	2,10%

**DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA****Saldo até o Quadrimestre**

Dívida Consolidada - DC	107.920.564,04
Dívida Consolidada Líquida - DCL	84.688.360,91

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO****ORÇAMENTO FISCAL**

(Dados do anexo IV Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, d, inc. III, c))  
 2º QUADRIMESTRE / 2014

**Até o Quadrimestre**

Operações de Crédito realizadas	1.749.770,33
---------------------------------	--------------

**Notas Explicativas (RGF)**

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias.



Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são os responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 30/09/2014 no mural público da Prefeitura Municipal nos termos do art. 108 da LOM.

Relatórios publicados em 02/10/2014 no DOM - Diário Oficial do Município.

Brusque, 30 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL	ARNALDO F. DA SILVA	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

## DECRETO Nº. 7.501, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.501, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 1.110.677,16 (Hum milhão, cento e dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), para atender a programação abaixo especificada:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.600,00
02.003	Gabinete do Prefeito
0006.0182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 3.000,00
03.00	Procuradoria Geral do Município
03.001	Procuradoria Geral do Município
0014.0422.0210.2311	Manutenção do Procon Municipal
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00
05.00	Secretaria de Comunicação Social
05.001	Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006	Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 3.500,00
09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund.

Valor. Magistério	Aplicações Diretas - Outras Despesas
3.3.90.00	
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.3.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 50.000,00
0012.0365.0020.2020	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.3.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 30.000,00
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 95.000,00
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.18.00	Transferências do Fundeb (Aplic. Pro-fis.)
VALOR	R\$ 95.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 150.000,00
0012.0365.0335.2021	Manutenção de Creches
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.3.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 78.877,16
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 106.000,00
0012.0122.0005.2022	Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 30.000,00
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.01.00	Rec. De Impostos e de Transf. De Imp.
- Educação	
VALOR	R\$ 50.000,00
11.00	Secretaria de Desenvolv. Econômico
Trabalho e Renda	
11.001	Secretaria de Desenvolv. Econômico
Trabalho e Renda	
0022.0122.0165.2026	Manutenção Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
- Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 8.000,00
11.002	Departamento da Agricultura e Abastecimento
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 70.000,00  
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 5.000,00  
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 5.000,00  
0004.0126.0250.2033 Manutenção do centro de Tecnologia da Informação  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.500,00  
0004.01255.0225.2008 Manutenção do dpeto. De Suprimentos, Compras e Licitações  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 2.000,00  
0004.0122.0225.2011 Manutenção do departamento de Recursos Humanos  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 2.700,00  
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 75.000,00  
0004.0121.0010.2015 Manutenção do depto. De Finanças e Contabilidade  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 70.000,00  
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade  
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade  
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 4.500,00  
75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente  
75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente  
0018.01255.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.001 Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.600,00  
02.003 Gabinete do Prefeito  
0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 7.000,00  
03.00 Procuradoria Geral do Município  
03.001 Procuradoria Geral do Município  
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.000,00  
05.00 Secretaria de Comunicação Social  
05.001 Secretaria de Comunicação Social  
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.500,00  
09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 150.000,00  
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 30.000,00  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 50.000,00  
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 245.000,00  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas  
Correntes  
0.1.18.00 Transferências do Fundeb (Aplic. Pro-fis.)  
VALOR R\$ 95.000,00  
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches  
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação  
VALOR R\$ 100.000,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
Correntes  
0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR	R\$ 6.000,00
11.00	Secretaria de Desenvolv. Econômico
Trabalho e Renda	
11.001	Secretaria de Desenvolv. Econômico
Trabalho e Renda	
0022.0122.0165.2026	Manutenção Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 8.000,00
11.002	Departamento da Agricultura e Abastecimento
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 70.000,00
0015.0452.0305.2066	Manutenção de Praças e Jardins
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0195.2056	Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00
0004.0126.0250.2033	Manutenção do centro de Tecnologia da Informação
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.500,00
0004.01255.0225.2008	Manutenção do dpeto. De Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 2.000,00
0004.0122.0225.2011	Manutenção do departamento de Recursos Humanos
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 2.700,00
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 75.000,00
0004.0121.0010.2015	Manutenção do depto. De Finanças e Contabilidade
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 70.000,00
21.00	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001	Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303	Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.500,00
75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
0018.01255.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundação
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 15.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
21.493-0	B.BRASIL C/ SAL. EDUCACÃO	0.1.58.00 0.3.58.00	216.062,89 1.800.020,02
TOTAL GERAL			2.016.082,91
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	0,00
DDO à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	3.714,69
Restos à Pagar		0.1.58.00/0.3.58.00	212.348,20
TOTAL		0.1.58.00/0.3.58.00	216.062,89
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.58.00	1.800.020,02
Valor Utilizado - Decreto 7474/2014		0.3.58.00	185.000,00
Valor Utilizado - Decreto 7480/2014		0.3.58.00	198.237,00
Valor Utilizado - Decreto 7486/2014		0.3.58.00	300.000,00
Valor Utilizado - Decreto 7492/2014		0.3.58.00	100.000,00
TOTAL			1.016.783,02

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe Gabinete do Prefeito



# Caçador

## PREFEITURA

### Revogação do Processo de Licitação 15-2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 111/2014 EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014 TIPO: MENOR PREÇO POR. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA REFORMA DOS BANHEIROS DO PARQUE DAS ARAUCARIAS - CAÇADOR-SC, com a abertura dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇO e de HABILITAÇÃO, às 14:00 horas do dia 16 de setembro de 2014, conforme especificações deste edital e seus anexos. POR CARACTERIZAR-SE UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Caçador, 17 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PR 83-2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/10/2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 15/10/2014. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 01 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 116-2014 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR 80-2014

Revoga-se o processo Licitatório nº 116/2014 EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS EM REGIME DE COMODATO, DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SC, com a abertura dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇO e de HABILITAÇÃO, às 15h30min do dia 18 de setembro de 2014, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. MOTIVO: TODOS OS PROPONENTES FORAM DESCLASSIFICADOS POR NÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA HABILITAÇÃO ITEM 4 LETRA C

DO EDITAL.

Caçador, 26 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120-2014 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014, AQUISIÇÃO DE CORREIAS E ROLAMENTOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, empresa DIEGO RODRIGUES GARCIA FERRAMENTAS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.139.478/0001-13, com sede na cidade de Pinhais, PR, o prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	10	Unid.	Correia B 56	17,20	172,00
02	10	Unid.	Correia B 53	16,28	162,80
03	10	Unid.	Correia B 54	16,58	165,80
04	10	Unid.	Correia B 55	16,90	169,00
05	24	Unid.	Correia B 78	23,94	574,56
06	20	Unid.	Correia B 60	18,40	368,00
07	07	Unid.	Correia B 64	19,64	137,48
08	07	Unid.	Correia C 240	43,00	301,00
09	07	Unid.	Correia C 59	10,58	74,06
10	07	Unid.	Correia C 80	53,61	375,27
11	10	Unid.	Correia C 173	115,89	1.158,90
12	10	Unid.	Correia C 180	120,58	1.205,80
13	10	Unid.	Correia B 57	17,50	175,00
14	25	Unid.	Correia B 90	27,64	691,00
17	16	Unid.	Rolamento 22215 K	280,00	4.480,00
18	04	Unid.	Rolamento 1213 - K	175,00	700,00
19	04	Unid.	Rolamento 1217 K	146,00	584,00
20	04	Unid.	Rolamento 2217 K	403,00	1.612,00
					R\$
				TOTAL GERAL	13.106,67

### SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CC 03-2014 - PREFEITURA

AVISO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA - CONCORRÊNCIA Nº 03/2014 - PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

Para fins do cumprimento do disposto na Lei 12.232/2010, a Prefeitura Municipal de Caçador, torna público que fará realizar dia 09/10/2014 às 15:00, O sorteio da subcomissão técnica, que ocorrerá na Sala de Licitações e Contratos do Prédio Administrativo, sala 107, localizado na Av. Santa Catarina, 195 - Centro, Caçador/SC, cuja relação de nomes segue: Membros com

vínculo direto ou indireto com a Prefeitura Municipal de Caçador:  
Alessandro Schneider de Almeida  
Ana Paula Maciel Ribeiro  
Adelmo Carlin de Freitas

Membros sem vínculo direto ou indireto com a Prefeitura Municipal

de Caçador  
 Larissa Caroline Pereira  
 Stephanie Grabas  
 Adelcio Machado dos Santos  
 Luciano Gonçalves  
 Robson da Costa e Silva  
 Ana Gabriela Fernandes

Os integrantes poderão ser impugnados no prazo e termos do item 12.4 do Edital de Concorrência nº 03/2014. Maiores informações poderão ser obtidas por telefone (49) 3666-2400, pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br), no endereço acima mencionado ou por e-mail [licitacoes@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cacador.sc.gov.br)

Caçador - SC., 30 de setembro de 2014.  
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
 Prefeito de Caçador

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121-2014 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, empresa BASQUERA & BASQUERA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.937.631/0001-43, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	50	Unid.	Fonte de energia Fonte de Alimentação: 500 W (REAL) Bivolt Automático, Possui - Cabo de força Incluso (nova norma brasileira NBR14136:2002 Pinagem: 20+4 Pinos, 1x ATX 4+4PIN, 2x HD, 2x Serial ATA, 1x PCI Express 6 pinos x 1x floppy, 2x conectores de placa-mãe 4 pinos 12 V, Fan Cooler: 1 Ventilador de 12 cm - Silencioso, Garantia 12 meses	182,00	9.100,00
02	3	Unid.	HD Externo 1 Tera Portátil, SATA, USB, Plug & Play, Antichoque Taxa de transferência - 480 Mbps - máxima USB 2.0; - 4.8Gbps - Máxima USB 3.0. Garantia 12 meses	350,00	1.050,00
03	3	Unid.	Drive Externo de CD/DVD Alimentação: via USB Velocidade CD-R/RW/ROW: 24x Velocidade DVD-R/ROW: 8x Velocidade DVD-R/RW: 4x Velocidade DVD-R (camada dupla) 2.4x Altura (cm) 1,27/. Garantia (Meses) 12.	141,00	423,00
04	250	Unid.	Mouse com fio, sensor óptico, 2 botões, Scroll, conexão USB, cor preto. Garantia 12 meses.	23,80	5.950,00

06	250	Unid.	Teclado ergonômico, preto, 120 teclas, padrão ABNT - Português BR, USB. Garantia 12 meses.	30,00	7.500,00
11	1.000	Unid.	Conector RJ 45.	0,32	320,00
12	5	Caixa	Cabo para Rede EthernetCabo de pares trançados composto por condutores sólidos de cobre nu - 24AWG Multilan - CMX 4 pares - Isolado em Polietileno especial não propagante à chama - Atende aos requisitos da Norma ANSI/TIA/EIA 568B.2. - Caixa com 305 Mt de cabo. - Cat 5e Azul.	580,00	2.900,00
13	50	Unid.	Drive Gravador de CD/DVD-RW Sata interno com cabo sata.	86,90	4.345,00
TOTAL GERAL R\$					31.588,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122-2014 - PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, empresa FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.047.599/0001-32, com sede na cidade de União da Vitória, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
05	250	Unid.	Mouse com fio, sensor óptico, 2 botões, Scroll, conexão ps2, cor preto. Garantia 12 meses	23,75	5.937,50
07	250	Unid.	Teclado ergonômico, preto, 120 teclas, padrão ABNT – Português BR, PS2. Garantia 12 meses	34,30	8.575,00
10	30	Unid.	Switch 16 Portas 10/100 Mbps Porta: 16 10/100 Mb/s Auto Negotiation ports Tipo de cabo: Cat 5, Cat 5e Ethernet cable for 100 Mb/s e Cat 3, 4, 5 for 10 Mb/s LED: Power e Link/Act Taxa de transferência: 10/100 Mb/s Half Duplex e 20/200 Full Duplex Dimensões: 28/285/116 cm (Alt/Larg/Prof) Versão: 4.1 Fonte de alimentação: Tensão de entrada: 120 VAC 60 Hz 0.15A Tensão de saída: 9 VDC 800 mA Comprimento do cabo: 1,80 m Garantia 12 meses	142,50	4.275,00
14	6	Unid.	Projektor multimídia Características do Produto: Tecnologia: 3LCD Método de projeção: Frontal /Traseiro Montada no teto Resolução Nativa: SVGA (800 x 600 pixels) Resolução máxima suportada: 1400 x 1050 Resoluções suportadas: VGA / SVGA / XGA / WXGA / WXGA+ / SXGA / SXGA+ Contraste: 10.000:1 Reprodução de Cores: Full Color 16,77 milhões de cores Luminosidade / Brilho: 3000 ANSI Lumens (em cores) 3000 ANSI Lumens (em branco) Aspecto / Formato de Exibição / Formato tela: 4:3 (nativo) 16:9 / 16h10min (redimensionamento) Lentes: Tipo: Foco manual / Zoom Digital Índice de Projeção / Throw Ratio: 1,45 1,96 Distância de Projeção: 0,88 10,44 metros (100" a 3 m de distância) Tamanho da Imagem: 23" 350" Foco: Manual Zoom: 1 1.35 (digital) Entradas: HDMI x 1	2.247,00	13.482,00

		<p>Computador: VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1  S-Vídeo: Mini DIN x 1  Vídeo Composto: RCA (amarelo) x1  USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-fi)  USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle)  Áudio: RCA x 2 (vermelho/branco)"  HDTV READY: Sim  Conexão para PC: Sim  Conexão para DVD: Sim  Conexão RGB: Sim  Conexão DVI: Não  Conexão HDMI: Sim  Conexão micro HDMI: Não  Conexão USB: Sim  Conexão mini USB: Não  Conexão Vídeo: Sim  Conexão Vídeo Componente: Sim  Conexão Vídeo Composto: Sim  Compatibilidade de Vídeo (sinal de entrada):  Digital: NTSC/NTSC4. 43/PAL/PAL-M/PAL-N/PAL60/SECAM  Analogico: 480i / 480p / 576i / 576p / 720p / 1080i / 1080p  Sistema de Cor: NTSC / PAL / SECAM  Lâmpada:  Tipo: 200 w UHE (E-TORL)  Vide útil: 5000 Horas (modo normal)  6000 Horas (modo Eco)  Outros:  Sistema de Som embutido / Alto falante: Alto falante embutidos: 2 w  Correção de Trapézio: Vertical +/-30 graus. Automático / Horizontal +/-30 graus Manual  Controle Remoto: Sim  Energia:  Voltagem: Bivolt</p>	
TOTAL GERAL R\$			32.269,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123-2014 - PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, empresa LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.129.024/0002-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
08	50	Unid.	Monitor LED 19,5" widescreen Tamanho da tela: 19,5 pol, Contraste:5.000.000.1 Tempo de resposta: 5 ms GTG, Brilho: 200 CD/m² Resolução máxima: 1600 x 900 @ 60 Hz Ângulo de visão: H90° / V 50° Frequência Horizontal: 30 ~ 83 kHz Frequência Vertical: 56~75 Hz Entrada de Sinal: Sinal de vídeo: analógico D-SUB (RGB) Acessórios: Fonte de alimentação, Cabo D-Sub, Manual de usuário. Garantia 12 meses	486,00	24.300,00
09	50	Unid.	Estabilizador 500 W Entrada Bivolt (115 V/220 V), Saída Monovolt (115 V) Potência: 500VA / 500 W Filtro de linha integrado Estabilizador microprocessado 5 estágios de regulação true RMS Gabinete plástico anti-chama Sinalização visual: Rede normal, rede baixa crítica, rede alta crítica Chave liga/desliga frontal embutida Quatro tomadas de saída padrão Nema 5-15 Proteção de sobre carga e de tensão de saída Proteção de sobre temperatura Proteção contra surtos de tensão Porta fusível externo com uma unidade reserva/Garantia 12 meses	158,00	7.900,00
TOTAL GERAL R\$					32.200,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124-2014 - PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014, AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO, ACETILENO, BICOS DE CORTE, CANETA PARA CORTE E CANETA PARA SOLDA, DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa ADELVO BASQUEIRA & CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.554.179/0001-90, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	60	UNID	CARGA DE OXIGÊNIO 10M3	AIR LI-QUIDE	80,00	4.800,00
2	40	UNID	BICO DE CORTE Nº 04	MERCO	20,00	800,00
3	40	UNID	BICO DE CORTE Nº 06	MERCO	20,00	800,00
4	40	UNID	BICO DE CORTE Nº 08	MERCO	20,00	800,00
5	8	UNID	BICO DE CORTE Nº 10	MERCO	20,00	160,00
6	60	UNID	CARGA DE ACETILENO 09 KG	AIR LI-QUIDE	260,00	15.600,00
7	3	UNID	CANETA PARA CORTE	MERCO	190,00	570,00
8	3	UNID	CANETA PARA SOLDA	MERCO	110,00	330,00
TOTAL GERAL						23.860,00

**PORTARIA Nº 24.305**

PORTARIA Nº 24.305, de 04 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOSÉ ALVES RIBEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, carga horária de 44 horas semanais, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, com efeitos a contar de 04 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.533**

PORTARIA Nº 24.533, de 15 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do que previa o art. 124, § 4º, da Lei nº 14, de 06/09/1969 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em vigor até 2004, e dava outras providências,

**RESOLVE:**

CESSAR todos os efeitos da Portaria nº 17.765, de 30 de Setembro de 2007, que converteu em dobro duas licenças prêmios não gozadas e adquiridas nos períodos de 05/10/88 a 05/10/93 e de 05/10/93 a 05/10/98, pela Servidora Pública Municipal GILDA CASTILHO, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, ocupante do cargo de Técnico em Secretariado, e averbou 12 (doze) meses convertidos na forma exposta, ao tempo de serviço público municipal.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**IPASC**

---

**1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 07/2013**

Pregão Presencial nº 01/2013

Processo de Licitação nº 08/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC E A EMPRESA PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, inscrito no CNPJ sob o nº 04.272.905/0001-71, neste ato representado por seu Diretor Presidente, ALCEDIR FERLIN, brasileiro, separado judicialmente, Servidor Público Municipal, RG nº 1.330.956, CPF nº 476.609.539-15, e de outro lado a Empresa PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.891.805/0001-37, representada pelo Sr. GERCE JOSÉ DRAGER, brasileiro, casado, gerente comercial, RG nº 2.657.124, CPF nº 727.084.099-72, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 07/2013 para fazer constar as seguintes alterações:

Nos termos do Processo Licitatório nº 08/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2013, bem como, nas normas da Lei 8.666/93 e alterações, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

**Cláusula Primeira - DO CONTRATO PRINCIPAL**

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 07/2013, datado de 01/10/2013, para a contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico 24 horas, manutenção e locação de sistema eletrônico de segurança para conservação do patrimônio do IPASC.

**Cláusula Segunda - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual pelo período de 12 meses, estando o mesmo de acordo com o que estabelece os artigos 57, §§1º e 2º, e 65, §§ 1º e 2º, II, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA**

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.

**Cláusula Quarta - DO REAJUSTE E DOS VALORES**

Os valores contratados serão reajustados a partir de 01/10/2014, pelo índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 4,90%, incidindo os reajustes sobre os valores a seguir:

1. Serviços monitoramento eletrônico 24 hs:

A) Valor anterior: R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais)

B) Índice de reajuste: 4,90%

C) Valor a pagar atualizado: R\$ 89,16 (oitenta e nove reais e dezesseis centavos)

2. Locação do Sistema eletrônico de segurança para IPASC:

A) Valor anterior: R\$ 90,00 (noventa reais)

B) Índice de reajuste: 4,90%

C) Valor a pagar atualizado: R\$ 94,41 (noventa e quatro reais e quarenta e um centavos)

**Cláusula Quinta - DAS DOTAÇÕES**

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

RECURSOS PRÓPRIOS - 01 - IPASC

PROGRAMA - 09.01.2.034

ELEMENTO - 3.3.90.00

COMPL. ELEMENTO - 33903912000000 e 33903977000000

**Cláusula Sexta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Caçador, 30 de setembro de 2014.

ALCEDIR FERLIN

IPASC CAÇADOR - CONTRATANTE

PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS**

1 - \_\_\_\_\_

Fernanda Fiorelli

058.278.659-23

2 - \_\_\_\_\_

Eliete Catarina D'Agostini

386.386.499-91



# Camboriú

## PREFEITURA

### DI 08/14 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 008/2014 - FMS

Data: 01/10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DO EXAME RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO COM SEDAÇÃO NO PACIENTE PATRICK GABRIEL MONTEIRO PINTO, CONFORME ORDEM JUDICIAL AUTOS Nº 0900073-65.2014.8.24.0113.

Valor total: R\$ 615,00 (Seiscentos e Quinze Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: DMI - DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 01 de Outubro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

### PR 84/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2014-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EXTRAÇÃO DE DADOS DE EQUIPAMENTOS PARA O MONITORAMENTO FOTO-ELETRÔNICO DO TRÂNSITO A SEREM INSTALADOS NAS VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESTUDO TÉCNICO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO E MEDIDOR DE VELOCIDADE E PROJETO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 15 (Quinze) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Outubro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO 008/2014 - CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 008/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 09:00 as 12:00h e das 13:30h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

#### CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

#### DOCUMENTOS ORIGINAIS

- |   |
|---|
| Foto 3x4 atualizada   |
| Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.  |
| Atestado médico admissional saúde física  |
| Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra)   |
| Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos) |
| Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)                                      |
| Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)                                 |
| Declaração de IR (se houver)  |
| Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)  |
| Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos ( <a href="http://WWW.tre-sc.jus.br">WWW.tre-sc.jus.br</a> )                              |
| Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual ( <a href="http://WWW.tj.sc.gov.br">WWW.tj.sc.gov.br</a> )   |
| Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal ( <a href="http://WWW.trf4.gov.br">WWW.trf4.gov.br</a> )  |

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a

publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 2 02 dias do mês de Outubro de 2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Marcio da Rosa  
Secretário de Administração  
ANEXO I

CARGO: AUXILIR DE SERVIÇOS GERAIS
16º CLASSIFICADO - VENICIO LANA
17º CLASSIFICADO - IONICE DE AZEVEDO BORGES FAGUNDES
18º CLASSIFICADO - ROSINEIA APARECIDA MORA PETICK
19º CLASSIFICADO - CLAUDIA JANDIRA QUADROS
CARGOS: MOTORISTA
14º CLASSIFICADO - CRISTIAN HARTMANN
15º CLASSIFICADO - WILSON JOSE SOUZA DA SILVA
16º CLASSIFICADO - GUILHERME CERATTI
17º CLASSIFICADO - HERNANE WAGNER DINIZ

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Ata TP 67/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº 2

(Processo Licitatório nº 67/2014 - TP)

Aos primeiro dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Barsch, membros da Comissão Permanente de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 67/2014, modalidade Tomada de Preço, para procederem a continuação do julgamento da referida licitação, que tem por objetivo a "Contratação de Empresa de Engenharia Elétrica para a Modernização e Aumento da Eficiência da Iluminação Pública no Município de Campo Alegre/SC, através da instalação de luminárias de alto rendimento e da extensão da rede, incluindo a montagem eletromecânica e demais serviços especificados, de acordo com o memorial descritivo, projetos e demais anexos do Edital. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão nominando os presentes, além dos membros da Comissão já nominados se fez presente o Sr. Fernando Sattis Trentin, representante da empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA. A licitante ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA única empresa habilitada no Processo Licitatório apresentou a proposta no valor de R\$ 274.848,84. A Comissão declarou a licitante vencedora do presente Processo Licitatório com o valor global de R\$ 274.848,84. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento da proposta. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 68/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se na concessão de uso de espaço público a particular do Ginásio de Esportes "Amigos Aloncio Kuhn e José Kmiecik", situado à Rua Prof. Rufino Blazkowski, nº 109, no Distrito de Bateias de Baixo, no município de Campo Alegre/SC e as demais dependências físicas, o qual deverá realizar a manutenção de todo o espaço físico e explorar a lanchonete e a quadra poliesportiva., descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Concorrência, nº. 78/2014.

Vigência: 08/09/2014 a 08/10/2015.

Taxa de ocupação mensal: R\$ 60,00 (sessenta reais).

Contratado: BAR DO DIDIO LTDA - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração



**DECRETO Nº 5.263 DE 25 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.263 DE 25 DE JUNHO DE 2008.

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição e na forma da Lei Municipal nº 3.386 de 10 de junho de 2008; Decreta:

Art.1º) Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: A partir do dia 1º de julho de 2008, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art.2º) A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art.3º) Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da disponibilização do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.262 DE 25 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.262 DE 25 DE JUNHO DE 2008.  
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO  
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 005/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2008, integrada pelos seguintes membros:

Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;  
Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula 000211;  
Jarbas Jorge Catoni, matrícula nº 000182;  
Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000146;  
Zurita Maria Pacheco, matrícula nº.282.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção de

Motorista; Agente Administrativo e Técnico de Enfermagem, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2008 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.261 DE 25 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.261 DE 25 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 44.100,00 (quarenta e quatro mil e cem reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 44.100,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.046 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	

08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.052 -	Remuneração de Pessoal de Obras	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 44.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
25/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.260 de 24 de Junho de 2008

DECRETO Nº 5.260 DE 24 DE JUNHO DE 2008  
DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DAS ÁREAS QUE MENCIONA, DECLARANDO-A DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS ARRUAMENTO E EQUIPAMENTO URBANO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o pedido de doação de área para o Município de Campo Alegre, formulado pela Villages Campo Alegre Incorporações e Empreendimentos na solicitação n.º 169/08 de 11 de abril de 2008;

Considerando a necessidade do Município de Campo Alegre/SC, na abertura de nova via "Rua" com intercessão com a Rodovia Estadual SC-427, na localidade de Lageado neste Município, conforme levantamento Planimétrico parte integrante deste Decreto;

Considerando que a abertura mencionada exige o Município de Campo Alegre/SC de eventuais responsabilidades;

Considerando que parte das áreas ofertadas em doação serão utilizadas para a mencionada abertura da via pública;

Considerando que com o arruamento a nova via terá o status de bem público de uso comum do povo, aberta ao trânsito indiscriminado de qualquer pessoa ou veículo;

Considerando que em futuro desmembramento o proprietário da área fica responsável por toda instalação de Energia Elétrica, rede de Água Potável e sistema de drenagem, não decorrendo ônus para o Município;

Considerando que abertura da nova Rua será realizada, a futura ocupação do local ocorrerá de forma ordenada e com a infra-estrutura necessária;

Considerando que fica doado ao Município de Campo Alegre, para fins de equipamento público urbano, duas áreas: Uma contendo 2.503,24m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e três e vinte e quatro decímetros quadrados); e outra área contendo 1.274,52m<sup>2</sup> (um mil, duzentos e setenta e quatro vírgula cinquenta e dois decímetros quadrados), sem ônus algum; esta área destina-se para abertura da nova via Pública "Rua", que em breve será denominada através de Lei Municipal.

Considerando que é atribuição exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal aprovar e determinar abertura de novas vias públicas "Ruas" e desenvolver o sistema viário do Município;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Fica recebido pelo Município de Campo Alegre/SC, sob forma de doação e declarada de Utilidade Pública, a área de terra abaixo descrita:

Área de terra contém 3.777,76m<sup>2</sup> (três mil, setecentos e setenta e sete vírgula setenta e seis decímetros quadrados) destinada para fins de equipamento público para abertura da nova via Pública "Rua", que em breve será denominada através de Lei Municipal.

Parágrafo único - O arruamento de que trata este Decreto dará a nova via o status de bem público de uso comum do povo, devendo a mesma ser aberta ao trânsito indiscriminado de qualquer pessoa ou veículo;

Art.2º) O proprietário da área fica responsável por toda instalação de Energia Elétrica, rede de Água Potável e sistema de drenagem, não decorrendo ônus para o Município;

Art.3º) O Poder Público Municipal, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto poderá, em caráter de urgência, para efeito de prévia emissão na posse da área doada, proceder na forma da Lei, utilizando e dispondo da mesma desde já, na medida das necessidades públicas.

Art.4º) O levantamento planimétrico da área mencionada neste Decreto é parte integrante do mesmo.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto, caso hajam, correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
24/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.259 DE 24 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.259 DE 24 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, matrícula nº 000504, declarando vacância no cargo de Agente Operacional - I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 24 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.258 DE 23 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.258 DE 23 DE JUNHO DE 2008.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 03 de 20 de junho de 2008, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20 DE JUNHO DE 2008.

Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual  
de Execução Físico-Financeira, relativo a Prestação de  
Contas do Co-Financiamento Federal do ano de 2007.

Imelda Júlia Watzko, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira, relativo a prestação de Contas do Co-Financiamento Federal do ano de 2007 ( 01.01.2007 a 31.12.2007).

Art. 2º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 2008  
IMELDA JÚLIA WATZKO  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e oito.

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS  
1ª Secretária do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

### **DECRETO Nº 5.257 DE 23 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.257 DE 23 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - IVAIR ALBERTO TEIXEIRA, matrícula nº 000481, declarando vacância no cargo de Agente Operacional - I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 23 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.256 DE 23 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.056 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Considerando que o Concurso Público nº 001/2007, para o provimento de cargos efetivos, teve as provas de Médicos II e IV anuladas, ensejando a realização de novas provas em data de 09/03/2008;

Considerando por fim, a NECESSIDADE de Manutenção da contratação de Médico para o atendimento do Plantão Médico, atividade precípua da Administração Pública, cuja paralisação deve ser evitada a todo custo, sob pena de prejuízos irreparáveis para a população carente, o Município de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento de seu dever Constitucional previsto nos Arts. 196 e 197 da Constituição Federal, firma a presente contratação temporária, em regime de urgência, nos seguintes termos e condições:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

Decreta:

Art.1º) Contratar o Sr. ORLI ALBERTO GRUDTNER JUNIOR, para exercer o cargo de Médico IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para prestar serviços de plantão Médico, percebendo o valor de R\$ 22,65 (vinte e dois reais, sessenta e cinco centavos) por hora de trabalho, adicionado de 40% (quarenta por cento) de gratificação médica prevista no Art. 117 da Lei Complementar Municipal nº 006/02 e 25% (vinte e cinco por cento) de adicional, noturno, previsto no art. 132 da Lei Complementar Municipal nº 006.

Art.2º) A contratação de que trata o caput deste Artigo dar-se-á em virtude do 1º Termo Aditivo de Contrato firmado em data de 22/06/2007, com prorrogação a partir de 23 de fevereiro de 2008 a 22 de abril de 2008, ou até a Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação dos aprovados, caso ocorra antes do término do prazo contratual.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de fevereiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.255 de 19 de Junho de 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.255 DE 19 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei  
Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em  
seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. FABIANA OLIVEIRA CAMARGO, para exer-  
cer o cargo de Professor, com vencimentos no valor de R\$ 798,87  
(setecentos e noventa e oito reais, oitenta e sete centavos), cor-  
respondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Se-  
cretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quaren-  
ta) horas semanais, pelo período de 19 de junho de 2008 á 15 de  
outubro de 2008, em substituição a Professora Titular Srª. ANA  
LUIZA DA CRUZ KMIETIK, matrícula nº 000451, a qual encontra-  
se em Licença Gestação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.254 DE 18 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.254 DE 18 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 3.391 de 18 de junho de 2008; Decreta:  
Art.1º) Abre Crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 1.000,00  
(um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orça-  
mento Vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.207 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Cor- rentes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,  
correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Or-  
çamento vigente:

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
2.407 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.253 DE 18 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.253 DE 18 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a lei Municipal nº 3.389 de 18 de junho de 2008; Decreta:  
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (de-  
zoito mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pes- soa Física	R\$ 6.000,00

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poli Esportivas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 18.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.252 DE 18 DE JUNHO DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.252 DE 18 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. INÊS MICKUS CANDIDO ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área XVI, Localidades de Saltinho e Lavrinha, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.251 DE 18 DE JUNHO DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.251 DE 18 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. NEUSA APARECIDA ERD ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área XV, Localidades de Pirizal e Papanduva, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.250 DE 18 DE JUNHO DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.250 DE 18 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. MARTA RAMTHUN ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área XIII, Distrito de Bateias de Baixo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.249 DE 18 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.249 DE 18 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. MARIA CLAUDETE DE MELO ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área XIII, Distrito de Bateias de Baixo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.248 DE 17 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.248 DE 17 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. LEONILDA PETSCHOW ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área XI, Loteamento Piske, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.247 DE 17 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.247 DE 17 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. ANA CLAUDIA MACEDO ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área IX, Bairro Cascatas - Vila Cedros, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.246 DE 17 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.246 DE 17 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LARA BELANDRINO, ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área VIII, Bela Vista Bairro Cascatas, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. LARA BELANDRINO, em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.245 DE 17 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.245 DE 17 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. TERESINHA BAECHTOLD DE OLIVEIRA, ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área X, Vila Scheide - Bairro Belo Horizonte, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. TERESINHA BAECHTOLD DE OLIVEIRA, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.244 de 17 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.244 DE 17 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. LAURO STAROWSKI ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área XII, Bairro Santo Antonio, cujas atribuições e responsabilidades constam do



Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. LAURO STAROWSKI, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.243 DE 16 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.243 DE 16 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, ao cargo público de Agente Operacional I, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 474,35 (quatrocentos e setenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.242 DE 16 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.242 DE 16 DE JUNHO DE 2008

RESCINDE O TERMO DE COMPROMISSO DE  
COOPARTICIPAÇÃO DE ESTAGIÁRIO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, em seu Artigo 12, Parágrafo 1º Inciso III; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Termo de Compromisso e Cooparticipação da Estagiária: ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, a pedido da mesma.

Art.2º) A presente rescisão não gera verbas rescisórias em razão da inexistência de vínculo empregatício entre as partes.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.241 DE 16 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.241 DE 16 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - TEREZINHA BAECHTOLD DE OLIVEIRA, matrícula nº 000476, declarando vacância no cargo de Agente Operacional - I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
16/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.240 DE 16 DE JUNHO DE 2008

DECRETO Nº 5.240 DE 16 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 7.155,00 (sete mil, cento e cinquenta e cinco reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 155,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
09.00 -	FUNREBOM - Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUNREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM	
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449051.00.757 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$ 7.155,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 155,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
09.00 -	FUMREBOM - Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUMREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM	
300000.00.757 -	Despesas Correntes	
330000.00.757 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.757 -	Aplicações Diretas	
339036.00.757 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.700,00
339039.00.757 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.300,00
TOTAL		R\$ 7.155,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
16/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.239 DE 13 DE JUNHO DE 2008

DECRETO Nº 5.239 DE 13 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO  
ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.388 de 13 de junho de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito
02.01 -	Chefia de Gabinete

2.010 -	Contribuições a Entidades de Classe	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335000.00.136 -	Aplicações Diretas	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 520,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335000.00.136 -	Aplicações Diretas	
335043.00.136 -	Subvenções Sociais	R\$ 520,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.238 DE 10 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.238 DE 10 DE JUNHO DE 2008  
RESCINDE O TERMO DE COMPROMISSO DE  
COOPARTICIPAÇÃO DE ESTAGIÁRIO POR TÉRMINO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, em seu Artigo 12, Parágrafo 1º Inciso III; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Termo de Compromisso e Cooparticipação da Estagiária: MARQUIELLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ SCHROEDER, por término do mesmo em data de 05 de junho de 2008.

Art.2º) A presente rescisão não gera verbas rescisórias em razão da inexistência de vínculo empregatício entre as partes.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em data de 05 de junho de 2008.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.237 de 10 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.237 DE 10 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. THAIS RODRIGUES ZANATTA, para exercer o cargo de Médico II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no Programa Saúde da Família - PSF da Sede e do Distrito de Bateias de Baixo, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 3.914,58 (três mil, novecentos e quatorze reais, cinquenta e oito centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica, mais 30% (trinta por cento) por laborar exclusivamente no Programa Saúde da Família - PSF, conforme Lei complementar nº 036 de 14 de junho de 2006, Artigos 7º e 10, alínea a, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre, pelo período de 10 de junho de 2008 a 10 de janeiro de 2009, ou até a Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.236 DE 06 DE JUNHO DE 2008**

OGABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.236 DE 06 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no

Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art.1º) Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatórios e compras em geral realizados neste Município.

Art.2º) A Comissão será composta dos seguintes membros:

\* MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ - Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde; quando se tratar de serviços, compras de materiais e objetos para respectiva área de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

\* VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER - Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, quando se tratar de serviços, compras de materiais e objetos para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

\* JARBAS JORGE CATONI - Chefe do Serviço Transporte e Frota da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Pública Municipal e inclusive os Fundos Municipais;

\* LAÉRCIO TELLES - Engenheiro Civil, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;

\* LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração; quando se tratar de serviços e compras dos materiais e objetos para as Secretarias Municipais de Administração e a de Finanças;

\* ESTER MARIA FORLIN FRITSCH - Chefe do Serviço Merenda e Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;

\* ODENILSON CONTRAT EHLKE - Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados para respectiva Secretaria;

\* GILSON OMAR BRUNNQUELL - Engenheiro Agrônomo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;

\* LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança e Protocolo, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos) de toda a Administração Pública Municipal e inclusive dos Fundos Municipais.

#### GABINETE DO PREFEITO

\* PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR - Coordenador da Casa da Cidadania, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Casa da Cidadania no Município de Campo Alegre;

\* RAUL IVAN FERRARI - Cabo Responsável pelo 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar em Campo Alegre, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração do FUMREBOM - Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

\* VILMO BUENO DA SILVA - Sargento, responsável pelo Comando

da Polícia Militar em Campo Alegre, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Militar no Município de Campo Alegre;

\* SANDRO MARCELO POHL - Responsável pela Delegacia da Polícia Civil em Campo Alegre, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Civil no Município de Campo Alegre;

\* PAULA LAURITA RIBEIRO PISKE - Presidente do Conselho Tutelar, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 5.031 de 06 de fevereiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### DECRETO Nº 5.235 DE 06 DE JUNHO DE 2008

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.235 DE 06 DE JUNHO DE 2008.

RETIFICA O DECRETO Nº 4.167/06 O QUAL CONCEDEU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM CARÁTER PROPORCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
SR. IVO ANTONIO TOMAZ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) O Art. 2º do Decreto Municipal nº 4.167/06, passa a vigor com a seguinte redação:

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, nos termos do Artigo 28 da Lei Municipal nº 2.537, no valor de R\$ 210,17 (duzentos e dez reais, dezessete centavos), R\$ 139,83 (cento e trinta e nove reais, oitenta e três centavos) referente a majoração do Art. 201 § 2º da Constituição Federal, perfazendo o montante bruto de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.2º) As demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 4.167/06 continuam inalteradas e em vigor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de junho de 2008.

RENATO BAHR Prefeito Municipal	MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE Diretora Executiva do IPRECAL
-----------------------------------	---



Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.234 DE 06 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.234 DE 06 DE JUNHO DE 2008.

RETIFICA O DECRETO Nº 3.714/05 O QUAL CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLAROU A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MERI ENGLER NEGHERBON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreta:

Art.1º) o Art. 1º do Decreto Municipal nº 3.714/05, passa a vigor com a seguinte redação:

"Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 002/2005 e nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 23 de dezembro de 2003, combinado com o Artigo 17, inciso III alínea "a" e parágrafo 1º da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e Anexo IV da Lei Complementar Municipal 014 de 27 de fevereiro de 2003, que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a servidora MERI ENGLER NEGHERBON, detentora da matrícula funcional nº 000057, Pis/Pasep nº 10421749803, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal".

Art.2º) As demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 3.714/05 continuam inalteradas e em vigor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de junho de 2008.

RENATO BAHR Prefeito Municipal	MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE. Diretora Executiva - IPRECAL
-----------------------------------	---

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.233 DE 03 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.233 DE 03 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - GEOVANE TADEU CANDIDO

matrícula nº 000482, declarando vacância no cargo de Agente Operacional - I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.232 DE 03 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.232 DE 03 DE JUNHO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.385 de 03 de junho de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.114 -		
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.600,00
339039.00.124 -		
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
2.711 -		
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.000,00
	Manutenção das Atividades de Assistência. Médica e Terapêutica	
91.04 -		
	Manutenção e Coordenação das Atividades	
2.117 -		
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
339039.00.124 -		
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	

2.119 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.900,00
2.712 -	Aquisição de Maquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.132 -	Despesas de Capital	
440000.00.132 -	Investimentos	
449000.00.132 -	Aplicações Diretas	
449052.00.132 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 81.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta do Superávit Financeiro dos Recursos PAB (124) e PPI Epidemiológica (132), apurados no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Saúde;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.231 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.231 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - MARCIO LIMA matrícula nº 000512, declarando vacância no cargo de Agente Operacional - III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.230 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.230 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA  
DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar a Srª. NILDA VIEIRA DE LIMA ao cargo de Agente Comunitário, para atuar na Micro Área VII, localidade de Campinas, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.229 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.229 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE  
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 3º da Lei Municipal nº 2.992; alterada pela Lei Municipal nº 3.372 de 08 de abril de 2008; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretária Municipal de Administração:  
Titular: Gustavo Machado do Amaral;

Suplente: André Luiz Niemeyer.

b) Secretária Municipal de Finanças:

Titular: Auriene Roepke;

Suplente: Maria Eliane Friedrich.

c) Secretária Municipal de Educação:

Titular: Anacir Carvalho de Lima Fuckner;

Suplente: Ester Maria Forlin Fristsch.

d) Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: Samille Kesting;

Suplente: Odenilson Contrat Ehlke.

e) Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico:

Titular: Gilson Omar Brunnuell;

Suplente: Denilson de Souza Bandeira.

f) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Rosana Emília Greipel;

Suplente: Zurita Maria Pacheco.

g) Representante do Escritório local da EPAGRI:

Titular: Araci Ruppel Buchmann;

Suplente: Remy Narciso Simão.

h) Representante do Ensino Estadual:

Titular: Alvaseli Camargo Grosskopf;

Suplente: Marlin Telma Martins.

#### REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: Adelaide Drancka;

Suplente: Lucileide Ehlke.

b) Representante da ACIACA - Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: Regina Maria Munhoz;

Suplente: Solange Aparecida Reichart Baechtold.

c) Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre:

Titular: Roseli Maria Fuckner;

Suplente: Alfredo Arildo S. Fuckner.

d) Presidente da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre - Mãos do Campo:

Titular: Elizabeth Kesting;

Suplente: Hermi Schwarz.

e) Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: Rosemir Drancka;

Suplente: Renate Tschoecke.

f) Produtor Rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela EPAGRI:

Titular: Maria Rozemar Munhoz Pauli;

Suplente: Noemia Teresinha Farias.

g) Representante das Associações de Moradores:

Titular: Pedro Dória;

Suplente: Anídia Stolf.

h) Representante do Folclore ativo e organizado:

Titular: Egon Heiden;

Suplente: Sílvia Rocha Heiden.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: ODENILSON CONTRAT EHLKE;

Vice-Presidente: AURIENE ROEPKE;

Secretária: ELISABETH KESTERING.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.146 de 09 de abril de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 5.228 de 02 de Junho de 2008**

DECRETO Nº 5.228 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS E RESPECTIVOS SUPLENTE  
DO CONSELHO DIRETOR DO FUMREBOM.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de conforme estabelece o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial o Artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 de 22 de dezembro de 2005; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Diretor do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM CAMPO ALEGRE - FUMREBOM:

Presidente: RENATO BAHR

Vice - Presidente: RAUL FERRARI

Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Auriene Roepke;

Suplente: Rose Mari Cubas.

Secretaria Municipal de Administração:

Titular: André Luiz Niemeyer;

Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: Laércio Telles;

Suplente: Sérgio Costa.

Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Michel Ramos Hissa;

Suplente: Fernando Grosskopf.

Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL:

Titular: Adelaide Drancka;

Suplente: Luci Leide Elhke.

Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:

Titular: Ivo Romeu Pauli;



Suplente: Eleandro Pauli.

Conselho Municipal de Turismo:

Titular: Samille Kesting;

Suplente: Pedro Dória.

Representante dos Sindicatos Rurais:

Titular: Lucía Mabel Saavedra Bòusses;

Suplente: José Farry-.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 5.133 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 5.227 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.227 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE

E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO

MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 8º e seu Parágrafo único da Lei Municipal nº 3.134 de 22 de agosto de 2006; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de DEFESA CIVIL - COMDEC:

### **I - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

#### **a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:**

1) Chefia de Gabinete:

Titular: José Luis Silva;

Suplente: Rosana Emília Greipel.

2) Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Lílian Terezinha Bartsch;

Suplente: André Luiz Niemeyer.

3) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: José Carlos Nenevê Cordeiro;

Suplente: Maria Maurene Ottvagen May.

4) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: Gilson Omar Brunnquell;

Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

5) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Auriene Roepck;

Suplente: Adriana Aparecida P. Ruzack.

6) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: Lécio Péricles Virmond;

Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

7) Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: Sérgio Costa;

Suplente: Jarbas Jorge Catoni

8) Assessoria Jurídica:

Titular: Pierre Andrade dos Santos;

Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Junior.

9) Assessoria de Comunicação Social:

Titular: Jorge Luiz Lemos;

Suplente: José Mauro Schwarz.

10) Administração Distrital:

Titular: Valdenir Lader.

### **B) REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

Michel Ramos Hissa;

Betina Moreira Silva;

Fernando Grosskopf.

### **II - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NO MUNICÍPIO:**

a) Um representante da Polícia Civil:

Titular: Sandro Marcelo Pohl;

Suplente: Auriane Maureen Sagaz.

b) Um representante do Comando da Corporação de Bombeiros:

Titular: Raul Ivan Ferrari;

Suplente: Carlos dos Passos.

c) Um representante do Comando de Policiamento do Norte 14º Batalhão de Polícia Militar 3ª Companhia de Polícia Militar 1º Grupo de Polícia Militar:

Titular: Vilmo Bueno da Silva;

Suplente: Joacir Stinglin Mendes.

d) Um representante da Companhia de Polícia Militar Rodoviária 4º Grupo:

Titular: João Filhakoski;

Suplente: Jaime Antônio Weber.

e) Um representante da CASAN:

Titular: Artur Fernando Bastos;

Suplente: Adriano Wenig.

f) Um representante da EPAGRI:

Titular: Frederico Hardt Araújo;

Suplente: Remy Narciso Simão.

g) Um representante da Cia. Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

Titular: Ticiane Santos da Rocha;

Suplente: Odete Azevedo.

h) Um representante da CELESC Distribuidora S/A:

Titular: Walter Luiz Wolff;

Suplente: Edson Martins Paes.

### **III - REPRESENTANTES DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORES:**

a) Um representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:

Titular: Elenir Piske;  
Suplente: Renate Tschoecke.

b) Um representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL de Campo Alegre:

Titular: Regina Maria Munhoz;  
Suplente: Adolar Bahr.

c) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:

Titular: José Farry;  
Suplente: Joice Maria Lader.

d) Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais:

Titular: Lucía Mabel Saavedra Bòusses;  
Suplente: Alexandre Muehlmann.

e) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular: Adriana Bombassaro Zanella;  
Suplente: João Orlando do Nascimento.

#### IV - REPRESENTANTES DE CLUBES DE SERVIÇOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Rotary Club de Campo Alegre:

Titular: Estevão Buschle;  
Suplente: José Arildo Arbighaus.

b) Lions Club de Campo Alegre:

Titular: Ivo Kesting;  
Suplente: Maria Roseli Fuckner.

c) ASP - Associação dos Servidores Públicos do Município:

Titular: Sandro Cardoso Meira;  
Suplente: Márcio Marcelo Munhoz.

d) Casa da Amizade:

Titular: Edith Maricler Virmond;  
Suplente: Laura de França.

e) FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: Rosemir Drancka;  
Suplente: Maria Cristina Milczewski.

f) Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre "Mãos do Campo":

Titular: Elenir Piske;  
Suplente: Renate Tschoecke.

g) Três representantes das Denominações Religiosas:

Titular: Valdinar Idalêncio;  
Suplente: Luiz Eduardo Drancka  
Titular: Sérgio Luiz Sidor;  
Suplente: Rubens Bahr;  
Titular: Anita Gomes da Silva;  
Suplente: Antonio Assis Carvalho.

h) Seis representantes de Associações de Moradores.

Titular: José Ramos;  
Suplente: Marilene Piske Rudnick;  
Titular: Rosely Rodack Baptista;  
Suplente: Margarida Meister;

Titular: Pedro Manuel Cubas;  
Suplente: João Campos;

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;  
Suplente: José Alves de Lima;

Titular: Diva Jaci Cardoso da Silva;  
Suplente: Gislaíne Cardoso da Silva;

Titular: Anídia Stolf;  
Suplente: Juracy Sandramar Leda Xavier.

Art.2º) A Coordenadoria Municipal da Defesa Civil - COMDEC constituída como órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil compor-se-á de:

I - Coordenador ou Secretário Executivo;  
II - Conselho Municipal;  
III - Secretaria;  
IV - Setor Técnico;  
V - Setor Operativo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº . 5.132 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.227 DE 02 DE JUNHO DE 2008

DECRETO Nº 5.227 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTES  
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 8º e seu Parágrafo único da Lei Municipal nº 3.134 de 22 de agosto de 2006; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de DEFESA CIVIL - COMDEC:

I - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

1) Chefia de Gabinete:  
Titular: José Luis Silva;  
Suplente: Rosana Emília Greipel.

2) Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Lílian Terezinha Bartsch;  
Suplente: André Luiz Niemeyer.

3) Secretaria Municipal de Educação:  
Titular: José Carlos Nenevê Cordeiro;  
Suplente: Maria Maurene Ottvagen May.

4) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:  
Titular: Gilson Omar Brunnquell;

Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

5) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Auriene Roepck;

Suplente: Adriana Aparecida P. Ruzsack.

6) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: Lécio Pércles Virmond;

Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

7) Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: Sérgio Costa;

Suplente: Jarbas Jorge Catoni

8) Assessoria Jurídica:

Titular: Pierre Andrade dos Santos;

Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Junior.

9) Assessoria de Comunicação Social:

Titular: Jorge Luiz Lemos;

Suplente: José Mauro Schwarz.

10) Administração Distrital:

Titular: Valdenir Lader.

#### B) REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Michel Ramos Hissa;

Betina Moreira Silva;

Fernando Grosskopf.

#### II - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NO MUNICÍPIO:

a) Um representante da Polícia Civil:

Titular: Sandro Marcelo Pohl;

Suplente: Auriane Maureen Sagaz.

b) Um representante do Comando da Corporação de Bombeiros:

Titular: Raul Ivan Ferrari;

Suplente: Carlos dos Passos.

c) Um representante do Comando de Policiamento do Norte 14º Batalhão de Polícia Militar 3ª Companhia de Polícia Militar 1º Grupo de Polícia Militar:

Titular: Vilmo Bueno da Silva;

Suplente: Joacir Stinglin Mendes.

d) Um representante da Companhia de Polícia Militar Rodoviária 4º Grupo:

Titular: João Filhakoski;

Suplente: Jaime Antônio Weber.

e) Um representante da CASAN:

Titular: Artur Fernando Bastos;

Suplente: Adriano Wenig.

f) Um representante da EPAGRI:

Titular: Frederico Hardt Araújo;

Suplente: Remy Narciso Simão.

g) Um representante da Cia. Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

Titular: Ticiane Santos da Rocha;

Suplente: Odete Azevedo.

h) Um representante da CELESC Distribuidora S/A:

Titular: Walter Luiz Wolff;

Suplente: Edson Martins Paes.

#### III - REPRESENTANTES DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORES:

a) Um representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:

Titular: Elenir Piske;

Suplente: Renate Tschoecke.

b) Um representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL de Campo Alegre:

Titular: Regina Maria Munhoz;

Suplente: Adolar Bahr.

c) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:

Titular: José Farry;

Suplente: Joice Maria Lader.

d) Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais:

Titular: Lucía Mabel Saavedra Bòusses;

Suplente: Alexandre Muehlmann.

e) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular: Adriana Bombassaro Zanella;

Suplente: João Orlando do Nascimento.

#### IV - REPRESENTANTES DE CLUBES DE SERVIÇOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Rotary Club de Campo Alegre:

Titular: Estevão Buschle;

Suplente: José Arildo Arbigauss.

b) Lions Club de Campo Alegre:

Titular: Ivo Kesting;

Suplente: Maria Roseli Fuckner.

c) ASP - Associação dos Servidores Públicos do Município:

Titular: Sandro Cardoso Meira;

Suplente: Márcio Marcelo Munhoz.

d) Casa da Amizade:

Titular: Edith Maricler Virmond;

Suplente: Laura de França.

e) FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: Rosemir Drancka;

Suplente: Maria Cristina Milczewski.

f) Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre "Mãos do Campo":

Titular: Elenir Piske;

Suplente: Renate Tschoecke.

g) Três representantes das Denominações Religiosas:

Titular: Valdinar Idalêncio;

Suplente: Luiz Eduardo Drancka

Titular: Sérgio Luiz Sidor;

Suplente: Rubens Bahr;

Titular: Anita Gomes da Silva;

Suplente: Antonio Assis Carvalho.

h) Seis representantes de Associações de Moradores.

Titular: José Ramos;

Suplente: Marilene Piske Rudnick;

Titular: Rosely Rodacky Baptista;

Suplente: Margarida Meister;

Titular: Pedro Manuel Cubas;  
Suplente: João Campos;

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;  
Suplente: José Alves de Lima;

Titular: Diva Jaci Cardoso da Silva;  
Suplente: Gislaine Cardoso da Silva;

Titular: Anídia Stolf;  
Suplente: Juracy Sandramar Leda Xavier.

Art.2º) A Coordenadoria Municipal da Defesa Civil - COMDEC constituída como órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil compor-se-á de:

I - Coordenador ou Secretário Executivo;  
II - Conselho Municipal;  
III - Secretaria;  
IV - Setor Técnico;  
V - Setor Operativo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº . 5.132 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 5.226 DE 02 DE JUNHO DE 2008

DECRETO Nº 5.226 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:

\* Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES;  
Suplente: SÉRGIO COSTA.

\* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNQUELL;  
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA;  
Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

\* Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;  
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

\* Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: FERNADO GROSSKOPF;  
Suplente: ALIDA LAURINDA STEFANES.  
Titular: MICHEL RAMOS HISSA;  
Suplente: BETINA MOREIRA SILVA.

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

\* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:  
Titular: IVO ROMEU PAULI;  
Suplente: ELEANDRO PAULI.

\* Representantes do Comércio através do CDL:

Titular: ROBERTO BAECHTOLD;  
Suplente: ADOLAR BAHR.

\* Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: WILTON FARIAS;  
Suplente: DONALDO DE SOUZA FREITAS;  
Titular: BRÁULIO PRUCKNESKI;  
Suplente: LEONIDES HOFF.

\* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR;  
Suplente: ALTAMIRO FARIAS MUNHOZ.

\* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: ODENILSON CONTRAT EHLKE;  
Suplente: REMY NARCISO SIMÃO.

\* Representantes das Diversas Associações de Moradores do Município:

Titular: MANUEL PEDRO CUBAS;  
Suplente: EDINÉA KNIETCHER;  
Titular: DIVA CARDOSO;  
Suplente: NOELI CARDOSO;  
Titular: JOSÉ BANGHUCK;  
Suplente: JOSÉ RAMOS;  
Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA;  
Suplente: MARLI INÊS FROEHNER.

\* Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: VALÉRIO ALEXANDRE BRUNELLO;  
Suplente: MARCELO MAURÍCIO FOITTE.

\* Representante dos Artesãos, através da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores de Campo Alegre "Mãos do Campo":

Titular: HERMI SCHWARZ HEIZEN;  
Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.129 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.225 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.225 DE 02 DE JUNHO DE 2008  
NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 3.092, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

#### **REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

a) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.  
Titular: Maria de Lourdes Cândido da Rosa;  
Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

Titular: Imelda Júlia Watzko;  
Suplente: Verônica Gorniack Schroeder.

b) Secretaria Municipal de Administração.  
Titular: Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin;  
Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

c) Secretaria Municipal de Educação.  
Titular: Anacir Carvalho de Lima Fuckner;  
Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas.

d) Secretaria Municipal de Finanças  
Titular: Auriene Roepke;  
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Titular: Gilson Omar Brunnquell;  
Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

#### **REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

a) Associação de Moradores  
Titular: Anídia Stolf;  
Suplente: José Ramos.

b) Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Rosemir Drancka;  
Suplente: Sandra Maria Pereira Dana.

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
Titular: Aracy Ruppel Buchmann;  
Suplente: Valdete Arbegaus Bahr.

d) Clube de Idosos  
Titular: Maria Graciema Fuckner;  
Suplente: Magali Augustin.

e) Associação de Pais e Professores de Escolas APP's de Escolas do Município  
Titular: Gersolino Alves da Silva;  
Suplente: Carlos Alberto Maba.

f) Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços  
Titular: Roseli Maria Fuckner;  
Suplente: Jurandyr de França.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Imelda Júlia Watzko;  
Vice-Presidente Verônica Gorniack Schroeder;  
Primeira Secretária: Sirley Dranka de Souza Freitas;  
Segunda Secretária: Roseli Maria Fuckner;  
Tesoureiro: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack;  
Gestora: Eliana Pessoa Machado Collet.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.128 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.224 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.224 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001 em seu Artigo 11, alterada pela Lei Municipal nº 2.875 de 20 de abril de 2004 em seu Artigo 1º, Incisos I e II; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes da Área Governamental e não Governamental, Titulares e Suplentes:

#### **REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:**



a) - Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: FERNANDO GROSSKOPF;

Suplente: BETINA MOREIRA SILVA.

b) - Gabinete do Prefeito:

Titular: ROSANA EMÍLIA GREIPEL;

Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR.

c) - Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE;

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

d) - Secretaria Municipal de Educação:

Titular: ESTER MARIA FORLIN FRITSCH;

Suplente: SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS.

e) - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: ZURITA MARIA PACHECO;

Suplente: ELIANA PESSOA MACHADO COLLET.

f) - Serviço de Desenvolvimento Social:

Titular: IMELDA JULIA WATSKO;

Suplente: VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER.

g) - Escolas Estaduais de Educação:

Titular: TANIA MARA LINDER WEBER;

Suplente: ISOLDE RITA WELTER.

h) - Polícia Militar Estadual

Titular: VILMO BUENO DA SILVA;

Suplente: JOACIR STINGLIN MENDES.

i) - Polícia Civil:

Titular: SILVIO JOSÉ VIEIRA;

Suplente: SANDRO MARCELO POHL.

REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) - Associação Comunitária do Município:

GABINETE DO PREFEITO

Titular: CÁSSIA FROEHNER;

Suplente: CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER.

b) - Associação de Moradores e Bairros:

Titular: MANOEL PEDRO CUBAS;

Suplente: THEREZINHA FOITTE.

c) - FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre

Titular: ROSEMIR DRANKA;

Suplente: RENATE TSCHOEKE.

d) - Representante das Igrejas Cristãs:

Titular: CARLOS ALBERTO MABA;

Suplente: TÚLIO CÉSAR JANSEN.

e) - Rotary Club de Campo Alegre:

Titular: LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND;

Suplente: EDITE MARICLER VIRMOND.

f) - Lions Club de Campo Alegre:

Titular: SANDRA PEREIRA DANA;

Suplente: ROSELI MARIA FUCKNER.

g) - Associação Comunitária de Campo Alegre A.C.C:

Titular: CARLOS ALBERTO FLORIANO;

Suplente: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL.

h) - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: SONIA IZABEL BARTSCH;

Suplente: ELIZABETH KESTERING.

i) - I. E.A.S. - Hospital São Luiz:

Titular: Ir<sup>ª</sup>. ALZIRA ALICE TONELLO;

Suplente: ALAOR HANSEN.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.127 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.223 de 02 de Junho de 2008**

DECRETO Nº 5.223 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.377 de 25 de novembro de 1998, alterada pela Municipal nº 3.234 de 08 de maio de 2007 em seu Artigo 5º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, os membros titulares e suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem como adiante segue:

a) - Prefeito Municipal: RENATO BAHR.

b) - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: CARLOS ALBERTO KOROVSKY;

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

c) - Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;

Suplente: ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

d) - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: ANACIR CARVALHO DE LIMA FUCKNER;

Suplente: JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO.

e) - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: SANDRO BUENO FRANCO;

Suplente: ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT.

f) - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;

Suplente: JOSÉ MAURO SCHWARZ;

Titular: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA;

Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR. .

g) - Representante da CIDASC - Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Estado de Santa Catarina:  
Titular: TICIANE SANTOS DA ROCHA;  
Suplente: PAULO MAURÍCIO PEREIRA.

h) - Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:  
Titular: FREDERICO ARAÚJO;  
Suplente: REMI NARCISO SIMÃO. .

I) - Representante do Sindicato Rural de Campo Alegre:  
Titular: LUCÍA MABEL SAAVEDRA BÒUSSES;  
Suplente: ALTAMIRO MUNHOZ.

j) - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:  
Titular: JOSÉ FARRY;  
Suplente: JOICE MARIA LADER.

l) - Representante de Cooperativa Agrícola instalada no Município de Campo Alegre - COOPERIO:  
Titular: ELMAR LAMB.  
Suplente: CARLOS AUGUSTO FERNANDES.

m) - Representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre:  
Titular: HILDEBERTO BAHR;  
Suplente: NIVALDO COLAÇO.

n) - Representante da Associação dos Apicultores do Município de Campo Alegre -APICAMPO:  
Titular: LEANDRO EUGÊNIO SIMÕES;  
Suplente: RICARDO JOSÉ DE SOUZA.

o) - Representante da Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:  
Titular: ELEANDRO PAULI;  
Suplente: ALEXANDRE GONÇALVES FAJARDO.

p) - Representante da Associação dos Ovinocultores do Município de Campo Alegre:  
Titular: WOLFRAM BAHR;  
Suplente: ADOLAR BAHR.

q) - Representante da Associação da Microbacia do Rio Postema:  
Titular: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA;  
Suplente: TADEU ADRIANO TURCO.

r) - Representante da Associação da Microbacia do Rio Tijucume:  
Titular: ANA ALICE VIEIRA;  
Suplente: MÁRCIO ROSÁRIO ROCHA.

s) - Representante da Associação da Microbacia da Avenca do Rio Negro:  
Titular: MÁRIO KOSTELZER;  
Suplente: GENÉSIO NOGUEIRA.

t) - Representante da Associação da Microbacia do Ribeirão do Meio:  
Titular: LINDAMIR PISKE;  
Suplente: HENRIQUE GROSSKOPF.

u) - 10 (dez) Representantes da Agricultura Familiar:

- Egon Luiz Drefhal  
- Luiz Tadeu Munhoz

- Geraldo Scholze  
- Rufino Telma  
- Rosemar Pauli  
- Wilton Farias  
- Marli Bahr  
- Álvaro Drancka  
- Maurício Derenievicz  
- Landivo Biabock

v) - 05 (zero cinco) Representantes dos demais Agricultores:

- José Stominski  
- Mário Kotovicz  
- Carlos Scholze  
- Lucía Mabel Saavedra BòusSES  
- Leonides Hoff

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será exercida pelos seguintes membros:

- Presidente: WILTON FARIAS;  
- 1º Secretário: ARACY RUPPEL BUCHMANN;  
- 2º Secretário: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA;  
- 1º Tesoureiro: LUIZ TADEU MUNHOZ;  
- 2º Tesoureiro: BRAÚLIO PRUCHNESKY.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.126 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.222 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.222 DE 02 DE JUNHO DE 2008.  
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE  
DO CONSELHO GESTOR DO FHS - FUNDO MUNICIPAL  
DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial os Artigos 7º; 8º e 10 da Lei Municipal nº 3.324; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho GESTOR DO FHS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:  
Titular: Laércio Telles;  
Suplente: Schéliga Monia Foitt Poltronieri.

b) Secretaria Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepke;  
Suplente: Rose Mari Cubas.



## c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico:

Titular: Gilson Omar Brunnquell;

Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

## d) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: Verônica Gorniack Schroeder;

Suplente: Imelda Júlia Watzko.

## e) Secretaria Municipal de Educação,

Titular: Ester Maria Forlin Fritsch;

Suplente: José Carlos Neneve Cordeiro.

## f) Secretária Municipal de Administração:

Titular: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte;

Suplente: André Luiz Niemeyer;

## g) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: Odenilson Contrat Ehlke;

Suplente: Samille Kestering.

## h) Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Michel Ramos Hissa;

Suplente: Betina Moreira Silva.

## i) Representante da Concessionária do Sistema de Água e Esgoto no Município:

Titular: Pedro Florêncio;

Suplente: Elizandro Correia do Carmo.

## REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL - ENTIDADES:

## a) Representantes das Associações de Moradores:

Titular: José Ramos;

Suplente: Diva Jaci Cardoso da Silva.

Titular: Anídia Stolf;

Suplente: Alvino Cordeiro da Cruz.

Titular: José Marcelino Alves de Lima;

Suplente: Roseli Rodaki Baptista.

Titular: Marilena Suchy Engler;

Suplente: Luiz Carlos Christoff.

Titular: Marcos Flor;

Suplente: Aloísio Ademir Biaobock.

Titular: Ronivaldo Fuckner;

Suplente: Egon Luiz Drefhal.

## b) Representante do Sindicato Rural de Campo Alegre:

Titular: Hilário Alfredo Mey;

Suplente: Lucía Mabel Saavedra Bòusses.

## c) Representantes das Associações das Microbacias:

Titular: Rosa Maria de Oliveira;

Suplente: Ivanir Cordeiro da Cruz;

Titular: Remy Narciso Simão;

Suplente: Márcio Rosário Rocha.

## d) Representante entre os Profissionais Liberais de Engenharia e Arquitetura:

Titular: Marcelo Maurício Foitte;

Suplente: Vivian Wesphal.

Art.2º) A Presidência do Conselho Gestor do FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será presidida pela Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social - Srª. VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 5.125 de 31 de março de 2008

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de junho de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.221 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.221 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 3.124 de 25 de julho de 2006, em seu Artigo 1º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem como adiante segue:

## I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

## 1. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Titular: ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT;

Suplente: SIRLONE DE SOUZA.

## 2. Secretaria Municipal de Administração.

Titular: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE;

Suplente: LUCILAINE MOFKA SCHWARZ.

## II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

## 1. Área Hospitalar:

Titular: ALAOR HANSEN;

Suplente: Irª. LURDES NUNES DE MORAES.

## III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

## 1. Área Médica:

Titular: Dr. MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ;

Suplente: Dr. HAROLD RAETSCH.

## 2. Área Farmacêutica:

Titular: Dr. LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND;

Suplente: Dr. CLAUDIO BENTO GONÇALVES.

## 3. Área de Odontológica:

Titular: Drª. VERA LÚCIA BARCOS OLIVER;

Suplente: Dr. ERON EBER STRADIOTTO.

## 4. Área de Enfermagem:

Titular: MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA;

Suplente: FLÁVIA NUNES PATRÍCIO.

**IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:**

1. Associações das Associações de Bairros e Moradores:

Titular: WLADEMIR JOSÉ DIMI PAZDA;  
Suplente: DIVA JACI CARDOZO DA SILVA.

2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ROZELINA MUNHOZ;  
Suplente: JOICE MARIA LADER.

3. Entidades Religiosas:

Titular: LUZIA ROEPKE;  
Suplente: MARISA VENG.

4. Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA):

Titular: ROGÉRIO NELSON TREML;  
Suplente: GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

5. Associação de Pais e Professores:

Titular: ALVASILI TEREZINHA CAMARGO GROSSKOPF;  
Suplente: MARLI TELMA MARTINS.

6. Clubes de Terceira Idade:

Titular: IVALINA KARVAT;  
Suplente: OLINDA AUGUSTIN.

7. Associação de Desenvolvimento das Microbacias:

Titular: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA;  
Suplente: ANALICE VIEIRA DE LIMA.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.124 de 31 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.220 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.220 DE 02 DE JUNHO DE 2008  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art.1º) Fica exonerado o Sr. VILMAR GROSSKOPF, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico a partir de 02 de junho de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.219 DE 02 DE JUNHO DE 2008**

DECRETO Nº 5.219 DE 02 DE JUNHO DE 2008  
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO  
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2008 - Agentes Comunitários, abaixo relacionada:

**MICRO ÁREA IX**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
02	Ana Claudia Macedo	20/09/1976	8,00	1º
27	Maria Elisabete Alexandre	26/12/1985	8,00	2º
09	Cheila Cardoso	02/02/1989	6,50	3º
12	Lucélia Rodrigues			FALTOU
18	Débora Duvoisin Friedrich			FALTOU
24	Eliane Aparecida Rodrigues			FALTOU

**MICRO ÁREA XI**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO		CLASSIFICAÇÃO
28	Leonilda Petschow	15/05/1956	7,00	1º
25	Patrícia Moreira Slomnski	16/06/1983	7,00	2

**MICRO ÁREA XIII**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO		CLASSIFICAÇÃO
19	Maria Claudete de Melo	23/01/1978	8,50	1º
10	Marta Ramthun	27/12/1987	8,50	2º
26	Marisa Ramthun	12/09/1986	7,50	3º
06	Mônica Berta Borges	17/08/1983	6,50	4º
07	Edilaine Camargo Cubas	16/09/1983	5,50	5º

**MICRO ÁREA XV**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO		CLASSIFICAÇÃO
14	Neusa Aparecida Erd	09/01/1980	3,00	1º

## MICRO ÁREA XVI

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO		CLASSIFICAÇÃO
20	Inês Mickus Candido	26/06/1976	9,00	1º
23	Luciana Fuckner	30/12/1983	7,00	2º
21	Maria Aparecida de Melo Mickus	19/12/1981	6,50	3º

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade do Programa Saúde na Família - PSF.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,  
02 de Junho 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.218 DE 28 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.218 DE 28 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO  
PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE AO MUNICÍPIO  
DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal 2.973 de 29 de março de 2005 e com fundamento no Convênio n.º 615, publicado no D.O.U. n.º 178, Decreta:

Art.1º) O Servidor Público Federal ALDÉRICO JOSÉ DANA, Odontólogo do Ministério da Saúde, matriculado no SIAPE sob n.º 0574472, passa, à partir de 14 de maio de 2008, a prestar serviços na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Alegre na qualidade de cedido pelo Governo Federal.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.217 DE 28 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.217 DE 28 DE MAIO DE 2008.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.384 de 28 de maio de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.003 -	Diárias	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias - Civil	R\$ 10.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.007 -	Contratação de Estagiários	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.216 de 28 de Maio de 2008**

DECRETO Nº 5.216 DE 28 DE MAIO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
28/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 5.216 DE 28 DE MAIO DE 2008

DECRETO Nº 5.216 DE 28 DE MAIO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
28/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.215 DE 26 DE MAIO DE 2008

DECRETO Nº 5.216 DE 28 DE MAIO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Munic de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	

2.809 -	Remuner. de Pessoal da Sec de Cult, Turismo, Esporte e Lazer	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 11.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
28/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.214 DE 28 DE MAIO DE 2008

DECRETO Nº 5.214 DE 28 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO MOTORISTA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando que os motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social enquadram-se na hipótese prevista no Art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em razão do habitual deslocamento exigido por força dos seus cargos;

Considerando que por esta razão os mesmos não fazem jus à percepção de diárias, na forma da mencionada Lei;

Considerando, por fim, a necessidade de regulamentação do pagamento da indenização, denominada Auxílio Motorista, nos termos do Art. 115 da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) O Auxílio Motorista, previsto no Estatuto do Servidor em vigência, destina-se ao pagamento de despesas com alimentação e estacionamento será pago aos detentores do cargo de Motorista, lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Parágrafo Único - O pagamento de Auxílio Motorista tem caráter indenizatório e será efetuado através, de cheque nominal ou crédito em conta bancária.

Art.2º) O valor unitário do Auxílio Motorista corresponderá:

I - À R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), quando o destino estiver compreendido entre 25 e 120 Km de distância do Município de Campo Alegre, por dia de efetivo deslocamento a trabalho.

II - à R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), quando o destino estiver localizado a mais de 120 Km de distância do Município de Campo

Alegre, por dia de efetivo deslocamento a trabalho.

§1º - O pagamento de que trata este artigo será semanal, sempre às sextas-feiras e será relativo às viagens realizadas na respectiva semana, devidamente comprovadas através, do Roteiro de Viagem e Comprovatório de Realização de Viagem.

§2º - Quando o pagamento não puder ser realizado na sexta-feira, por tratar-se de feriado ou por outro motivo justificável que o impossibilite, o mesmo deverá ser realizado no dia útil imediatamente posterior.

Art.3º) O Auxílio Motorista não será pago quando o servidor estiver gozando de licença prêmio, férias ou alguma das licenças prevista na Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, ou quando o mesmo esteja com suas atividades temporariamente suspensas em razão de penalidade imposta pela Administração ou por requerimento próprio.

Art.4º) O auxílio de que trata este Decreto, não será:

- a) Incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- b) considerado para efeito de apuração da margem consignável;
- c) configurado como rendimento e nem sofrerá incidência de Contribuição Previdenciária;
- d) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art.5º) As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da mesma Dotação Orçamentária utilizada para o pagamento das diárias previstas no Estatuto do Servidor Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de junho de 2008.

Art.7º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.236 de 20 de outubro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.213 DE 26 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.213 DE 26 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Em virtude de não haver nenhum candidato aprovado no Concurso Público Municipal nº 01/2007 no cargo de Professor de Arte, Contrata a Srª. SIMONE IRENE FUECKNER WALTMANN, para

exercer o cargo de Professor de Arte, com vencimentos no valor de R\$ 838,84 (oitocentos e trinta e oito reais, oitenta e quatro centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 26 de maio de 2008 a 19 de dezembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.212 DE 26 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.212 DE 26 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contratar o Sr. RAFAEL RODMANN, para exercer o cargo de Instrutor de Música, com vencimentos de R\$ 3,91 (três reais, noventa e um centavos) por hora aula, correspondendo o valor de R\$ 376,40 (trezentos e setenta e seis reais, quarenta centavos) mensais, cargo correspondente ao Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 26 de maio de 2008 a 24 de julho de 2008, em substituição a Instrutora de Música Titular Srª. GREICY SCHWENDNER, Matrícula nº 000506, por encontrar-se em Licença Gestação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.211 DE 26 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.211 DE 26 DE MAIO DE 2008

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 013, 014; 015 e 016 de 26 de maio de 2008, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
26 de maio de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 013 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 001/08 DE  
21 DE MAIO DE 2008.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições a ata da reunião anterior;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 26 de maio de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de maio de 2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 014 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 001/08 DE  
21 DE MAIO DE 2008.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO/ 2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Gestão/ 2007;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 26 de maio de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de maio de 2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 015 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 001/08 DE  
21 DE MAIO DE 2008.

APROVAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA REESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA COM RECURSOS PAB/ PSF/ PPI REPASSE DA SES E PRÓPRIOS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições os investimentos para reestruturação da Atenção Básica com recursos PAB/ PSF/ PPI repasse da SES e próprios;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 26 de maio de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de maio de 2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 016 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 001/08 DE  
21 DE MAIO DE 2008.

APROVAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE (PACTO DE GESTÃO)  
2008.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:



Art. 1º) Fica aprovado sem restrições os indicadores de saúde (Pacto de Gestão) 2008;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 26 de maio de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
de Campo Alegre/SC

FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e seis dias do mês de maio de 2008.

### DECRETO Nº 5.210 DE 20 DE MAIO DE 2008

DECRETO Nº 5.210 DE 20 DE MAIO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
2.040 -	Manutenção. e Coord. das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.520 -	Despesas Correntes	
330000.00.520 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.520 -	Aplicações Diretas	
339030.00.520 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
11.00 -	Secretaria Mun de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	

11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00
TOTAL		R\$ 12.600,00

Art. 2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
2.040 -	Manutenção e Coord. das Atividades da Polícia Civil e Militar	
300000.00.520 -	Despesas Correntes	
330000.00.520 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.520 -	Aplicações Diretas	
339039.00.520 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
11.00 -	Secretaria Mun de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
2.019 -	Realização e Participação de Campeonatos Esportivos	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 7.000,00
TOTAL		R\$ 12.600,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
20/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.209 de 20 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.209 DE 20 DE MAIO DE 2008.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSIS-  
TÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da  
Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assis-  
tência Social, Resolução de nº 02 de 16 de maio de 2008, em  
anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.207 DE 20 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.207 DE 20 DE MAIO DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei  
Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública  
Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor  
da mensalidade que é de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro  
reais).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Mariluci dos Santos Nunes Buchmann	12	R\$ 1.164,00
TOTAL		R\$ 1.164,00

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados men-  
salmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada,  
no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais) cada parcela, contra a  
apresentação de documentação que comprove que a beneficiada  
continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.208 DE 20 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.208 DE 20 DE MAIO DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei  
Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública  
Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor  
da mensalidade que é de R\$ 193,80 (cento e noventa e três reais,  
oitenta centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
LOURDES GALLAS MARCZAK	12	R\$ 1.162,80
TOTAL		R\$ 1.162,80

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados men-  
salmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficia-  
da, no valor de R\$ 96,90 (noventa e seis reais, noventa centavos)  
cada parcela, contra a apresentação de documentação que com-  
prove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.206 DE 20 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.206 DE 20 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARIA OLIVIA PADILHA PEYRL, ao cargo público de Auxiliar de Odontologia, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 2, Sub-Nível 21, referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sra. MARIA OLIVIA PADILHA PEYRL em 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.205 de 19 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.205 DE 19 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. VICTOR DIEGO DE CAMARGO PAULISTA ao cargo público de Professor - Educação Física, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível P2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.118,45 (um mil, cento e dezoito reais, quarenta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. VICTOR DIEGO DE CAMARGO PAULISTA, em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.204 de 19 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.204 DE 19 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. GILSON PYKOCZ, ao cargo público de Agente Administrativo II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 752,79 (setecentos e cinquenta e dois reais, sessenta e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. GILSON PYKOCZ, aprovado em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.203 de 19 de Maio de 2008**

DECRETO Nº 5.203 DE 19 DE MAIO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.502 -	Despesas Correntes	
330000.00.502 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.502 -	Aplicações Diretas	
339030.00.502 -	Material de Consumo	R\$ 18.000,00
TOTAL		R\$ 19.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 18.000,00
TOTAL		R\$ 19.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 19/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.202 de 19 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.202 DE 19 DE MAIO DE 2008.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Instituir PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 23 de maio de 2008 (Sexta-feira), voltando com expediente normal no dia 26 de maio de 2008 (segunda-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.201 DE 19 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.201 DE 19 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir à pedido o Contrato Temporário da Srª. RITA ZEOTKO SCHOLZE, a partir de 19 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina



Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.200 DE 19 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.200 DE 19 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, da Servidora - JOELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA matrícula nº 000408, declarando vacância no cargo de Auxiliar de Odontologia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 19 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.199 DE 15 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.199 DE 15 DE MAIO DE 2008.  
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO  
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 004/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2008, integrada pelos seguintes membros:

Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000146;  
Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula 000211;  
Maria Cristina Marciniack Munhoz, matrícula nº 335;  
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;  
Talita Ledoux, matrícula nº.000454.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção, Agente Comunitário de Saúde; e Médico II, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2008 desta Prefeitura

Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.198 de 14 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.198 DE 14 DE MAIO DE 2008  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resolução do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 012 de 12 de maio de 2008, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 001/08 DE 29 DE MAIO DE 2008.

APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO AO COSEMS DE UMA UNIDADE MOVEL PARA PRESTAR ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições a solicitação ao COSEMS de uma unidade móvel para prestar atendimento no município de Campo Alegre;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 12 de maio de 2008.  
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de maio de 2008.

### DECRETO Nº 5.197 DE 14 DE MAIO DE 2008

DECRETO Nº 5.197 DE 14 DE MAIO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 14/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.196 de 13 de Maio de 2008

DECRETO Nº 5.196 DE 13 DE MAIO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.380 de 13 de maio de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 4.748,96 (quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
2.600 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 1.748,96
TOTAL		R\$ 4.748,96

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos Ordinários Municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal  
de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.195 de 13 de Maio de 2008**

DECRETO Nº 5.195 DE 13 DE MAIO DE 2008.

HOMOLOGA TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 9.608/98, Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 e Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º) Fica homologado o Termo de Adesão nº 02 firmado entre o Município de Campo Alegre, a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e Eleonora Bahr Pessoa, em 13 de maio de 2008.

Art. 2º) O serviço voluntário de trata o Termo de Adesão nº 02 caracteriza-se como atividade não remunerada, prestada à Administração Municipal e à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esporte e Lazer de Campo Alegre-SC, com objetivos culturais, cívicos e recreativos.

Parágrafo único - O serviço voluntário será prestado de forma totalmente gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento ou ajuda de custo à voluntária, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim, conforme previsto pela Lei Federal nº 9.608/98.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.194 DE 08 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.194 DE 08 DE MAIO DE 2008.

DESIGNA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso I, Alínea "G", da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Secretária Municipal de Finanças - Srª. AURIENE ROEPKE, matrícula nº 954236, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Administração, à partir de 08 de maio de 2008 por período indeterminado.

Art.2º) A Secretária Municipal de Finanças não perceberá qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Administração, nem incorporará qualquer parcela para efeitos futuros.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
08/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.193 DE 07 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.193 DE 07 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em cumprimento ao disposto nos Artigos 92-A e 92-B da Lei Orgânica Municipal de Campo Alegre/SC; Decreta:

Art.1º) Fica exonerada a Srª. ELEONORA BAHR PESSÔA, do cargo de Secretária Municipal de Administração a partir de 07 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.192 DE 07 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.192 DE 07 DE MAIO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 7.432,00 (sete mil, quatrocentos e trinta e dois reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Administração
04.01 -	Serviço de Administração
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades
300000.00.136 -	Despesas Correntes
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.136 -	Aplicações Diretas



339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	
1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita (125)	R\$ 3.580,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 852,00
TOTAL		R\$ 7.432,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
04.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	
1.009 -	Distribuição de Insumos Agrícolas	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339032.00.136 -	Material de Distribuição Gratuita (123)	R\$ 3.580,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 852,00
TOTAL		R\$ 7.432,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
07/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.191 DE 07 DE MAIO DE 2008

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.191 DE 07 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seus Artigos 299 e 300 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado até a data de 13 de junho de 2008 do Contrato Temporário à Srª. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ ao cargo público de Professor Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços de professor, conforme Decreto Municipal nº 5.039 de 11 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.190 DE 07 DE MAIO DE 2008

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.190 DE 07 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX e Artigo 301; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. AURIONIZE COSENTINO, para exercer o cargo de Enfermeira, com vencimentos no valor de R\$ 1.957,29 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais, vinte e nove centavos), correspondente ao Nível P6 Sub-Nível 61 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 07 de maio de 2008 à 11 de setembro de 2008, em substituição a Enfermeira titular Srª. FABIANA PACKER, matrícula nº 000507, por encontrar-se em atestado médico no período de 07 de maio de 2008 à 14 de maio de 2008 e Licença Maternidade no período de 15 de maio de 2008 à 11 de setembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.189 DE 07 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.189 DE 07 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 030 de 22 de dezembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal Sr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, ocupante do cargo de Médico II, Matriculado sob nº 000549, para exercer a função de Confiança: Diretor Técnico, exercendo as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 847,07 (oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos) mensal, Código nº 17, da Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 07 de maio de 2008.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.188 DE 06 DE MAIO DE 2008**

DECRETO Nº 5.188 DE 06 DE MAIO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 860,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
2.032 -	Fornecimento de Benefícios Sociais	
400000.00.104 -	Despesas de Capital	
440000.00.104 -	Investimentos	
449000.00.104 -	Aplicações Diretas	
449052.00.104 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 860,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
06/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.187 de 06 de Maio de 2008**

DECRETO Nº 5.187 DE 06 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE CONFIANÇA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar o Servidor - MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, matriculado sob nº 000489, do cargo de confiança - Diretor Técnico, à partir de 06 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.186 DE 06 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.186 DE 06 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. ROSICLÉIA SCHÜTZLER, para exercer o cargo de Professor, com vencimentos no valor de R\$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 11 de março de 2008 à 19 de dezembro de 2008, para atuar em sala de aula, devido o aumento do número de alunos no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeusinho Vermelho, no Distrito de Bateias de Baixo neste Município.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2008.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.185 de 06 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.185 DE 06 DE MAIO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO ao cargo público de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para atuar no Programa Saúde da Família - PSF, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 3.914,58 (três mil, novecentos e quatorze reais, cinquenta e oito centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de valor pecuniário correspondendo o valor de R\$ 1.565,83 (um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais, oitenta e três centavos), mais 60% (sessenta por cento) correspondendo o valor de R\$ 2.348,75 (dois mil, trezentos e quarenta e oito reais, setenta e cinco centavos) por laborar exclusivamente no Programa Saúde da Família - PSF, 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviços insalubres, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, em 2º lugar no concurso público n.º 002/2007, homologado pelo Decreto nº 5.123 em data de 31 de março de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.184 DE 05 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.184 DE 05 DE MAIO DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO , a partir de 05 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.183 DE 05 DE MAIO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.183 DE 05 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARILICE DE GUADALUPE SILVA ao cargo público de Médico II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 3.914,58 (três mil, novecentos e quatorze reais, cinquenta e oito centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de valor pecuniário correspondendo o valor de R\$ 1.565,83 (um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais, oitenta e três centavos), e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviços insalubres, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARILICE DE GUADALUPE SILVA, em 5º lugar no concurso público n.º 002/2007, homologado pelo Decreto nº 5.123 em data de 31 de março de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.182 de 05 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.182 DE 05 DE MAIO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - ANTUIR ALVES SOETHE matrícula nº 000465, declarando vacância de Professor de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de maio de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/05/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.181 DE 28 DE ABRIL DE 2008**

DECRETO Nº 5.181 DE 28 DE ABRIL DE 2008  
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO  
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2008, conforme abaixo descrita:

Nº INSCRIÇÃO	NOME	CARGO
01	RAFAEL RODMANN	INSTRUTOR DE MÚSICA

Art.2º) O candidato aprovado será requisitado para nomeação conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,  
28 de abril 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.180 DE 28 DE ABRIL DE 2008

DECRETO Nº 5.180 DE 28 DE ABRIL DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
	Manutenção das Atividades de Assist.	
91.04 -	Médica e Terapêutica	
	Manutenção e Coordenação das	
2.117 -	Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	
339036.00.119 -	Física	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 2.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
	Manutenção das Atividades. de Assist.	
91.04 -	Médica e Terapêutica	
	Manutenção e Coordenação das	
2.117 -	Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	
339039.00.119 -	Jurídica	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
28/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.179 de 28 de Abril de 2008

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.179 DE 28 DE ABRIL DE 2008.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS  
REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 02 de maio de 2008 (Sexta -feira), voltando com expediente normal no dia 05 de maio de 2008 (Segunda-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.178 DE 25 DE ABRIL DE 2008

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.178 DE 25 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS ao cargo público de Médico IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 24,46 (vinte e quatro reais, e quarenta e seis centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 12 (doze) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da

Sr<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS, em 3º lugar no concurso público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.123 em data de 31 de março de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
25 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.177 de 24 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.177 DE 24 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Sr<sup>a</sup>. ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA ao cargo público de Médico IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 24,46 (vinte e quatro reais, e quarenta e seis centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 48 (quarenta e oito) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr<sup>a</sup>. ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA, em 2º lugar no concurso público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.123 em data de 31 de março de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
24 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
24/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.176 de 23 de Abril de 2008**

DECRETO Nº 5.176 DE 23 DE ABRIL DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 75.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 75.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
23/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.175 DE 23 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.175 DE 23 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:



Art.1º) Nomear o Sr. IVAN COLERAUS ao cargo público de Médico IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 24,46 (vinte e quatro reais, e quarenta e seis centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 48 (quarenta e oito) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. IVAN COLERAUS, em 1º lugar no concurso público n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.123 em data de 31 de março de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.174 DE 23 DE ABRIL DE 2008

DECRETO Nº 5.174 DE 23 DE ABRIL DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art. 1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 369.000,00 (trezentos e sessenta e nove mil), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
04.01 -	Serviço de Administração	
2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319016.00.136 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339093.00.136 -	Indenizações e Restituição	R\$ 7.500,00

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 300.000,00
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 60.000,00
TOTAL		R\$ 369.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
04.01 -	Serviço de Administração	
2.043 -	Remuneração de Pessoal da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319013.00.136 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319011.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 300.000,00
319113.00.141 -	Contribuições Patronais	R\$ 60.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 7.500,00
TOTAL		R\$ 369.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
23/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.173 DE 22 DE ABRIL DE 2008**

DECRETO Nº 5.173 DE 22 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o Artigo 71 Inciso VII da lei Orgânica Municipal; Decreta:

**SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º) O recebimento, o encaminhamento, a tramitação e o arquivamento de documentos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, e ainda o processamento das atividades administrativas de que resulte decisão ou despacho que se, modifique ou extinga direito do administrado, ou do servidor, obedecerá o disposto neste Decreto.

Art.2º) Para os efeitos deste Decreto, compreende-se:

1 - Adensamento - é a união temporária de processos.

2 - Arquivamento - ato de depositar um dado expediente administrativo no arquivo, para, a qualquer tempo, desarquivá-lo ou informar seu paradeiro.

3 - Arquivo Corrente - é os arquivos constituídos por documentos ainda em curso ou parados temporariamente, porém que ainda são objeto de consultas freqüentes.

4 - Arquivo Intermediário - é constituído por conjuntos de documentos originários de arquivos correntes que ficam parados temporariamente.

5 - Arquivo Permanente - é o arquivo constituído por conjuntos de documentos transcendem sua finalidade inicial e específica, assumindo um valor cultural e único e, conseqüentemente, sendo obrigados a serem preservados para consultas ao público, ou para uso de interessados no assunto ali tratado.

6 - Desapensamento - é exatamente o inverso do apensamento, é de competência exclusiva do Protocolo e ocorrerá, também, por determinação de autoridade competente.

7 - Desarquivamento - retirada de um processo do arquivo permanente mediante requisição formal de autoridade competente.

8 - Desentranhamento - é a retirada, a pedido de um interessado ou seu legal, de documento de expediente administrativo que somente será efetuado mediante requerimento devidamente endereçado ao dirigente do órgão que não o processo.

9 - Incorporação - é o ato de fundir dois processos, ou seja, eliminar um processo fazendo-o parte integrante de outro, sobre o mesmo assunto, com o mesmo interessado e dirigido à mesma autoridade.

10 - Juntada - é a adesão de folhas (que podem ser despachos, ofícios, pareceres, documentos, mapas, etc.) a um processo em tramitação.

11 - Processo - é o encadeamento necessário e ordenado de atos e fatos à formação ou execução de atos jurídicos, cujos fins são juridicamente regulados. E dividido em:

Processo Administrativo (stricto sensu) - tendente a solucionar uma questão litigiosa ou não, entre o administrado ou servidor e a Administração.

Processo Administrativo Disciplinar - processo que encerra litígio

entre o servidor e a Administração.

Processo Administrativo Tributado - processo tendente a solucionar contencioso fiscal.

12 - Protocolar: Significa apor, no documento que está entrando, um carimbo ou chancela de um relógio datador, para que se registre a data, a hora do recebimento número de "protocolo" dado ao documento.

13 - Tramitação: É o percurso de um dado expediente administrativo dentro de uma repartição ou entre elas.

Art.3º) Para o cumprimento no disposto neste decreto ficam convencionadas as seguintes siglas:

a) Para os órgãos ligados diretamente ao Gabinete:

**I - ORGÃOS DE ASSESSORAMENTO**

GAPRE - Gabinete do Prefeito

ASSCOM - Assessoria de Comunicação Social

ASSJUR - Assessoria Jurídica

CONTRIN - Controle Interno

**II - ORGÃOS DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ADMDIST - Coordenadoria de Administração Distrital

**III - ORGÃO AUTÔNOMO**

IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre:

**IV - ORGÃOS DE COOPERAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

JUMI - Junta Militar

INCRA - Unidade de Cadastramento Municipal

CACI - Casa da Cidadania

b) Para os órgãos Institucionais auxiliares:

I - SEA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, que tem em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

SEPES - Serviço de Pessoal

CAEP - Comissão de Avaliação de Estágio Probatório

SESUPR - Serviço de Suprimentos

SEPATR - Serviço de Patrimônio

NUINF - Núcleo de Informática

II - SEFI - SECRETARIA DE FINANÇAS, que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

SECON - Serviço de Contabilidade

SETRIBF - Serviço de Tributação e Fiscalização

c) Para os órgãos Institucionais de Administração Específica:

I - SEDUC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

SEINF - Serviço de Educação Infantil

SEFUN - Serviço de Ensino Fundamental

SEAADM - Serviço de Apoio Administrativo a Educação

II - SESAÚDS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

DITEC - Diretoria Técnica

DISAÚ - Diretoria de Saúde

SERAPAD - Serviço de Apoio Administrativo da Saúde  
SERABSA - Serviço de Ações Básicas da Saúde  
SERACAV - Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação  
SERVIG - Serviço de Vigilância a Saúde  
SERSOC - Serviço de Desenvolvimento Social

III - SEDEN - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

SERAGMA - Serviço de Agricultura e Meio Ambiente  
SERCOIND - Serviço de Comércio e Indústria

IV - SEPOSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

SETFRO - Serviço de Transporte e Frotas  
SEPLUHA - Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação  
SEROBR - Serviço de Obras  
SEPU - Serviço Públicos

V - SECTEL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, que contará em sua estrutura de apoio os seguintes serviços:

COODCUL - Coordenadoria da Cultura  
COODTUR - Coordenadoria do Turismo  
COODEL - Coordenadoria de Esporte e Lazer

Parágrafo Único - Toda vez que servidor ou autoridade fizer menção por escrito em expediente administrativo ao Órgão da Administração, poderá fazer também através da respectiva sigla.

## SEÇÃO II DOS EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS FORMAIS

Art.4º) A atividade administrativa que disciplina interesses do administrado ou de servidores, em litígio ou não, com a Administração, será realizado por meio de expediente administrativo formal, dividido em duas modalidades cujas denominações adotadas serão:

### I - PROCESSO ADMINISTRATIVO, QUANDO SE TRATAR:

- Sindicância;
- Apuração de responsabilidade funcional;
- Contencioso administrativo tributário;
- Impugnação de ato de polícia administrativa;
- Concessão de licenças edilícias de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- Concessão de incentivos econômicos-fiscais.

### II - PROTOCOLADO, NOS DEMAIS CASOS.

Art.5º) - O Processo Administrativo atenderá ao disposto em normas específicas e ainda:

I - Terá numeração específica e seqüencial iniciada a partir da implantação do protocolo, a ser fixada com etiqueta na parte superior da pasta respectiva;

II - Será autuado em capa própria com termo de autuação;

III - Terá os documentos juntados com termo de juntada e numerados;

IV - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas normas procedimentais da Seção V deste Decreto;

V - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente mediante despacho.

### Art.6º) O Processo Administrativo:

I - Terá numeração seqüencial do protocolo em continuidade às séries numeradas, e será carimbado por relógio datador afixada na parte superior, direita ou lateral do documento que der origem;

II - Terá a adesão de folhas à medida de sua tramitação que serão juntadas seqüencialmente e afixadas simplesmente com "clipes" ou outro semelhante, sendo anotado no verso da folha anterior a respectiva juntada;

III - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas partes procedimentais da Seção V deste Decreto;

IV - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente juntamente despacho.

## SEÇÃO III DO PROTOCOLO

Art.7º) Todo documento ou correspondência que der entrada em órgão da Administração Municipal deve passar pelo Protocolo para registro e devido encaminhamento.

§ 1º - Os órgãos da Administração Indireta e as Secretarias Municipais que funcionarem fora do prédio central da Prefeitura poderão ter protocolos próprios.

§ 2º - É vedado ao Protocolo Geral recusar recebimento de qualquer documento salvo aquele que não for endereçado ao órgão da Administração ou a autoridade a ele pertencente.

§ 3º - Quando documentos endereçados a Administração forem entregues em mãos ou via correio o servidor ou autoridade, dará a estes o devido encaminhamento ao Protocolo com despacho que especifique as providências a serem tomadas.

§ 4º - Da entrega de documentos no protocolo será dado comprovante que poderá ser uma cópia do documento entregue ou cartão que conste o número seqüencial do protocolo.

§ 5º - Excetuam-se do registro do protocolo os documentos como faturas, agendas, notas fiscais, avisos, carnês, extratos bancários e similares.

Art.8º) O Protocolo Geral será um serviço desenvolvido no âmbito dos órgãos da administração e terá as seguintes competências:

I - Receber processos, documentos, expedientes e correspondências em geral;

II - Classificar os documentos recebidos, tomando as providências necessárias ao registro de entrada e ao correto encaminhamento;

III - Efetuar pesquisa sobre os documentos recebidos, para verificar se já registro anterior sobre o mesmo assunto e ou interessado;

IV - Registrar, juntar, apensar ou incorporar, conforme o caso;

V - Distribuir, internamente, os processos, documentos ou correspondências, registrando o andamento dos Processos Administrativos.

VI - Manter perfeito controle da movimentação dos processos e/ou documentos, devendo estar sempre pronto para informar a última

movimentação do mento ou processo;

VII - Emitir relatórios quinzenais do controle da movimentação de mentos, para possibilitar a cobrança de seu andamento.

Art.9º) O responsável pelo Protocolo Geral, diariamente coletará e enviará os expedientes administrativos segundo seus respectivos destinatários, registrando seu andamento e cumprindo eventuais despachos a ele destinado, sempre verificando se foram cumpridas as determinações do último despacho e se foram registrados as juntadas de documentos adicionados ao respectivo expediente.

#### SEÇÃO IV DO ARQUIVAMENTO

Art.10) O arquivamento de expedientes administrativos será feito pelo servidor responsável:

I - sempre que necessário, no arquivo corrente, que é o arquivo formado pelo seu espaço de trabalho e pelo espaço de seu mobiliário;

II - anualmente, no arquivo intermediário, formado por caixas de arquivo, mantidas também em seu espaço de trabalho;

III - periodicamente, a ordem da autoridade competente, de documentos vindos do arquivo intermediário, no arquivo permanente.

Art.11) No ato do arquivamento, o servidor:

I - observará se consta expressamente o despacho de arquivamento;

II - conferirá se todas as folhas estão devidamente numeradas;

III - verificará se as partes em branco e os versos das folhas foram grafadas com um traço transversal;

IV - verificará se há irregularidades no expediente lavrando o respectivo e opinando pelo seu saneamento, enviando, neste caso, para autoridade competente que irá ordenar o saneamento;

V - Removerá grampos e cliques e os substituirá por material que não enferruja.

Art.12) O desarquivamento de um expediente administrativo ocorrerá para consulta, reconsideração de decisão administrativa, recurso ou juntada de documentos, sempre precedido de requisição formal de autoridade competente e será feito por servidor responsável.

Art.13) Será concedido vistas de expediente administrativo a interessado e fornecimento de cópias mediante pagamento das custas, sendo vedada vistas fora da repartição.

Art.14) A descrição dos documentos de que se vale a Administração na sua atividade, seu respectivo prazo de guarda em arquivo e sua destinação final, constarão da "Tabela de Temporalidade de Documentos" constante do Anexo I parte integrante deste Decreto.

#### SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art.15) Os expedientes administrativos se desencadearão numa seqüência lógica de atos, denominada procedimento administrativo, que fica assim dividida:

I - Procedimentos Tributários;

II - Procedimentos de Posturas;

III - Procedimentos Diretores;

a) Obras

b) Zoneamento

c) Parcelamento

IV - Procedimentos de Pessoal;

V - Procedimentos Diversos;

Parágrafo Único - A observância da forma procedimental é obrigatória para todos os servidores e autoridades na análise das questões submetidas à sua apreciação, não obstante se possam inserir, extraordinariamente, etapas não constantes do procedimento ou suprimi-las, justificadamente.

Art.16) Os procedimentos tributários e suas respectivas etapas são:

I - DO PARCELAMENTO DE DÍVIDA:

a) O contribuinte ou interessado seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização para fazer seu Pedido de Parcelamento de Dívida (Anexo II). Após ter observado o número máximo de parcelas, o valor mínimo de cada parcela e os cálculos dos valores principal e acessórios; efetuará sua opção, assinando o Termo de Parcelamento de Dívida

b) No caso de deferimento, o Secretário Municipal de Finanças homologará o parcelamento e o devolverá ao Serviço de Tributação e Fiscalização para a emissão do carnê.

II - DA RESTITUIÇÃO DE CRÉDITO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo III) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade de processo administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado a existência do contribuinte e tendo feito o cálculo dos valores havidos e indicado a melhor forma de restituição;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário de Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) No caso de deferimento o Secretário Municipal de Finanças ordenará a intimação do requerente para num prazo determinado, assinar o Termo de Restituição de Crédito Fiscal junto ao Serviço de Tributação e Fiscalização;

e) O processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

III - DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IV) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado se existe o crédito reclamado, se realmente é líquido



e certo e, se compensado os valores ainda sobrevivem débitos ou créditos devendo, neste caso, indicar qual a melhor maneira de compensá-los;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Finanças ordenará a intimação do requerente para um prazo determinado assinar Compensação de Dívida junto ao Serviço de Tributação e Fiscalização;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### IV - DA TRANSAÇÃO PARA TERMINAÇÃO DE LITÍGIO "EX OFFÍCIO"

a) O Secretário Municipal de Finanças ordenará a autuação do Termo de Transação para Terminação de Litígio (Anexo V) no Protocolo na modalidade processo Administrativo e a intimação do contribuinte para aderir a proposta num prazo determinado sob pena de caducidade da proposta;

b) Caso não haja adesão à proposta pelo contribuinte o processo será arquivado o despacho do Secretário Municipal de Finanças;

c) Caso haja a adesão à proposta pelo contribuinte no prazo determinado, o Serviço de Tributação e Fiscalização fará juntar o respectivo Termo nos autos e se responsabilizará pela sua execução;

d) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### V - DA REMISSÃO FISCAL REQUERIDA:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado e apontado a circunstância bastante para concessão da remissão;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) No caso de deferimento, o Secretário Municipal de Finanças irá lavrar o Termo de Remissão Fiscal (Anexo VI) e ordenará a intimação do requerente para tomar ciência da decisão;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### VI - DA ALTERAÇÃO DO CADASTRO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo VII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação

e Fiscalização que irá efetuar a alteração requerida e ordenará o seu arquivamento;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e o arquivamento a seu tempo.

#### VII - DA BAIXA DO CADASTRO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo VIII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá efetuar a baixa emitindo certidão da mesma e ordenado ao Protocolo que o mesmo archive o Processo Administrativo após o requerente ter retirado a certidão ou, em qualquer caso, no prazo de 90 dias;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral para cumprir eventuais despachos e o arquivamento a seu tempo.

#### VIII - DA RECLAMAÇÃO CONTRA ESTIMATIVA DE BASE DE CÁLCULO:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IX) no Protocolo Geral onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) O processo administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado o cumprimento do prazo e indicado a conveniência do valor reputado justo pelo reclamante à Administração, além de indicar a melhor programação de compensação dos valores com recolhimentos futuros, no caso de opinar pelo deferimento;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Finanças que fará juntar a decisão administrativa acatando ou não a reclamação e ou não a adequação da base de cálculo segundo o pedido do reclamante;

d) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Finanças ordenará a intimação do requerente para tomar ciência da decisão administrativa;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### IX - DA CONSULTA TRIBUTÁRIA:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo X) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para a Assessoria Jurídica que responderá a consulta formulada ou ordenará a complementação da consulta, conforme o caso;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que dará ciência ao requerente da resposta da Assessoria Jurídica e fará o seu arquivamento;

#### X - DO REGISTRO DE EXTRAVIO E/OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO E/OU DOCUMENTO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XI) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá efetuar o registro emitindo certidão do mesmo e ordenando ao Protocolo Geral após o requerente ter retirado a certidão ou em qualquer caso no prazo de 90 dias;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral para cumprir eventuais despachos e efetuar o arquivamento a seu tempo;

#### XI - DA CONCESSÃO DE REGIME ESPECIAL DE ESCRITURAÇÃO DE LIVRO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo verificado a cópia da nota fiscal Estadual e o despacho autorizando o Fisco Estadual e ainda tendo atestado a conveniência ao Fisco Municipal do pedido do contribuinte;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Finanças ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### XII - DA AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTO FISCAL:

a) O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XIII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá confirmar a real necessidade da impressão de blocos de notas, conferindo inclusive a regularidade das notas dos blocos já impressos;

c) No caso de deferimento do pedido, o Serviço de Tributação e Fiscalização encaminhará ao Protocolo Geral que entregue a autorização ao requerente e archive o Processo Administrativo, em caso contrário poderá intimar o requerente a prestar maiores informações ou indeferir o requerimento;

d) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### XIII - DO REQUERIMENTO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO:

a) O contribuinte ou interessado seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização onde preencherá o requerimento (Anexo XIV).

c) No caso de deferimento do pedido o Serviço de Tributação e Fiscalização emitirá a CND (Certidão Negativa de Débitos) mediante pagamento das taxas devidas.

Art.17) Os procedimentos de posturas e suas respectivas etapas são:

#### I - DA CONCESSÃO ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

#### DE CASAS DE DIVERSÃO:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XV) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e do comprovante de vistoria policial, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do requerente com a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND (Certidão Negativa de Débitos), em caso de não haver débitos, devendo no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do contribuinte junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que providenciará a vistoria e juntará o respectivo termo atestando a regularidade quanto as normas edículas e de higiene e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença ;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras ordenará a expedição do alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### II - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE ANÚNCIO:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do requerente com a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento - ou CND (Certidão Negativa de Débitos), em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará minuciosamente as ações constantes do requerimento, averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e juntará parecer opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte, ou ordenando diligências ou ainda indeferindo o pedido;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ordenará a expedição do alvará, após encaminhará ao Protocolo Geral para que o requerente o retire no prazo de 30 dias;



f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

### III - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuados na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do requerente com a Fazenda Pública Municipal, juntando cópia da notificação de recolhimento ou CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que providenciará a vistoria e juntará o respectivo termo atestando a regularidade quanto as normas de posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do requerido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o requerido ordenando diligências ou indeferindo o requerido;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ordenará a expedição do alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e /ou fará o arquivamento, se for o caso.

### IV - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE ATIVIDADE AMBULANTE, EVENTUAL OU FEIRANTE:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do requerente com Fazenda Pública Municipal, juntando cópia da notificação de recolhimento ou CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o Processo Administrativo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará minuciosamente as indicações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do requerido indicando se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o requerido ou ordenando diligências ou ainda indeferindo o mesmo;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

### V - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE DEPÓSITO DE EXPLOSIVOS E INFLAMÁVEIS E/OU INSTALAÇÃO DE POSTO DE COMBUSTÍVEL:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XIX) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do com a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o Processo Administrativo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento verificando o atendimento das condições do Código de Posturas e do Plano Diretor e realizará a vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ou ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ordenará a expedição do alvará com as restrições constantes do Código de Posturas e a intimação requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele ordenados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

### VI - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XX) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos do requerente com a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o Processo Administrativo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e do Plano Diretor e realizará a vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo

deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o mesmo;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ordenará a expedição do competente alvará e a comunicação ao requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### VII - DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização que irá apurar eventuais débitos junto a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o Processo Administrativo, seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e do Plano Diretor e realizará a vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) O Processo Administrativo seguirá para Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o requerido, ordenando as diligências ou indeferindo o mesmo;

e) No caso de deferimento, o despacho do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, ordenará a expedição do competente alvará e a comunicação ao requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Art.18) Os procedimentos diretores e suas respectivas etapas são:

#### I - DA CONSULTA PRÉVIA DE CONSTRUÇÃO:

a) O requerente entregará no Protocolo Central o requerimento (Anexo XXII) devidamente preenchido e assinado juntamente com os documentos Conforme Lei Complementar Municipal nº 038/2006:

b) Cópia do Registro Geral atualizado;

c) Contrato de compra e venda acompanhado da aprovação do parcelamento de solo, ou;

d) Autorização de construção em imóvel de terceiro;

f) Croqui de localização / situação do terreno que poderá estar desenhado no espaço próprio no requerimento ou em documento anexo;

g) O processo seguirá para o Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação (SEPLUHA) que analisará a consulta e emitirá Certidão no próprio anexo;

h) Se o parecer for favorável, o processo seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização (SETRIBF) para anexar CND (Certidão Negativa de Débitos), em caso de não haver débitos, ou orientações para a regularização de eventuais débitos existentes junto a Fazenda Pública Municipal e se não for favorável seguirá para o Protocolo Geral;

i) No prazo máximo de 15 (quinze) dias o Processo Administrativo, seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e ficará a disposição para retirada pelo requerente;

j) Após 60 dias ou a retirada do parecer, o Processo Administrativo seguirá para o SEPLUHA para o arquivamento no Arquivo Intermediário.

#### II - DA APROVAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO:

1) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIII) acompanhado de todos os documentos exigidos Conforme Lei Complementar Municipal nº 038/2006 para ser juntado ao Processo Administrativo de consulta prévia de construção;

2) Projeto Arquitetônico apresentado em três cópias assinadas pelo proprietário e responsável técnico legalmente habilitado pelo CREA, contendo pelo menos:

a) 2 vias da planta de situação e localização na escala adequada ao formato do papel A4;

b) Memorial descritivo da obra;

c) Quadro estatístico contendo: área e testada do lote, área de projeção de cada unidade construída e existente se houver, cálculo da área total de cada unidade construída ou a ser construída, taxa de ocupação e o coeficiente de impermeabilização do lote;

d) Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta) determinando: os níveis, as dimensões e áreas de todos os compartimentos e dimensões externas totais da obra e demais itens para o seu total entendimento;

e) Corte transversal e longitudinal, indicando altura dos compartimentos, altura das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);

f) Tabela de esquadrias;

3 - vias do Projeto das instalações hidráulicas e sanitárias;

4 - vias do projeto de prevenção e combate a incêndios, exceto residências unifamiliares, conforme normas técnicas do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre;

5 - vias do Projeto estrutural para construções acima de 1 (um) pavimento;

6 - vias Projeto de instalações elétricas para construções com mais de 150 metros quadrados.

7 - ART do Responsável Técnico, assinada e selada.

a) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço Planejamento Urbanístico e Habitação que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais, e dará o seguinte encaminhamento:

b) se indeferido o encaminhará ao Protocolo Geral para resolução das pendências indicando se necessário no próprio requerimento às medidas a serem adotadas para a sua aprovação;

c) se deferido, no prazo máximo de 30 dias, juntará parecer de aprovação do projeto arquitetônico e emitirá o alvará de construção.

d) O Processo Administrativo aprovado seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização (SETRIBF) para emissão de guia de recolhimento da taxa de alvará de construção com vencimento para 30 dias e encaminhará o Processo Administrativo para o Protocolo Geral.

e) O Protocolo Geral receberá o Processo Administrativo, cumprirá os despachos a ele destinados e o deixará a disposição para retirada pelo requerente mediante comprovante do pagamento dos emolumentos devidos e entregará a documentação aprovada após juntado ao Processo Administrativo o comprovante de pagamento da taxa.

f) Após 60 dias ou a retirada do parecer o processo seguirá para o SEPLUHA para o arquivamento no Arquivo Intermediário.

### III - DA VISTORIA E DO "HABITE-SE":

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIV) devidamente preenchido e assinado, que o juntará no respectivo Processo Administrativo de licenciamento da obra;

b) O Processo Administrativo seguirá para o Serviço Planejamento Urbanístico e Habitação, que encaminhará para o Serviço de Vigilância Sanitária uma via da planta de localização e situação para realizar a vistoria lavrando o respectivo Termo, opinando pela concessão do "Habite-se" e/ou indicando as medidas necessárias à concessão. O SEPLUHA por sua vez, também fará vistoria no local e, se deferido emitirá a carta de "habite-se" e o encaminhará para o Protocolo Geral. Se indeferido também encaminhará para o Protocolo Geral apontando em parecer no próprio documento às medidas a serem adotadas.

c) O Processo Administrativo aprovado seguirá para o Serviço de Tributação e Fiscalização (SETRIBF) para emissão de guia de recolhimento do ISS da obra com vencimento para 30 dias e encaminhará o Processo Administrativo para o Protocolo Geral.

d) O Processo Administrativo ficará a disposição do requerente no serviço de protocolo Geral para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o "habite-se" conforme o caso mediante comprovante do pagamento do ISS devidos e entregará a documentação aprovada após juntado ao Processo Administrativo o comprovante de pagamento.

e) Após 60 dias ou a retirada do parecer o Processo Administrativo seguirá para o SEPLUHA para o arquivamento no Arquivo Intermediário.

### IV - DA APROVAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO DE GLEBA RURAL:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento

(Anexo XXV) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPLUHA que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais juntando parecer de aprovação de desmembramento da gleba (Anexo XXVI), indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua observação;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as determinações;

d) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

### V - DA CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE DE PARCELAMENTO DO SOLO:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e de os documentos exigidos no requerimento, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SETRIBF que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento a CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o Processo Administrativo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) O Processo Administrativo seguirá para o SEPLUHA que analisará a consulta e emitirá certidão viabilidade do parcelamento;

d) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras que ordenará a notificação do requerente para que retire o parecer consulta prévia no prazo de 30 dias;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

### VI - DA APROVAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DEFINITIVO DE PARCELAMENTO:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVII) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao cesso respectivo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPLUHA que analisará o projeto e o cumprimento exigências legais juntando o parecer indicando, as medidas necessárias a sua aprovação;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o alvará de licença para execução de obras no prazo de 30 dias;

e) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo único: Os Anexos XXII até o XXVII, referente aos procedimentos diretores e suas respectivas etapas estão instituídos no Sub-serviço de Protocolo.

Art.19) Os procedimentos de pessoal e suas respectivas etapas

são:

#### I - DO PEDIDO DE EXONERAÇÃO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXVIII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que notificará o requerente do pedido de reconsideração ou ordenará a Portaria de Exoneração;

c) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a exoneração e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### II - DO PEDIDO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO ESTUDANTE SERVIDOR:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXIX) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral acompanhado dos documentos exigidos na Lei complementar 006/2002, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração, que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido fazendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

c) O Processo Administrativo seguirá para a o Gabinete do Prefeito que providenciará o ato oficial;

d) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Finanças para empenhamento da despesa e inclusão na programação mensal de pagamentos.

#### III - DO PEDIDO DE FÉRIAS COM GRATIFICAÇÃO DE 1/3:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXX) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade de Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo ou indeferindo no todo ou em parte e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da ação;

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, incluirá os valores na folha de pagamento, fará os devidos registros no assentamento funcional do servidor, e ordenará o arquivamento.

#### IV - DO PEDIDO DE CONVERSÃO DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXI) e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da notificação;

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### V - DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOAS DA FAMÍLIA:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento a execução de determinadas medidas, fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### VI - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXIII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a inicia e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração, que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento a execução de determinadas medidas, ordenará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### VII - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXIV) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal



de Administração, que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento a execução de determinadas medidas, ordenará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### VIII - DO PEDIDO DE LICENÇA PRÊMIO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXV) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a ocasião e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento a execução de determinadas medidas, ordenará notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### IX - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXVI) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração, que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento a execução de determinadas medidas, ordenará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### X - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXVII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, ordenará a

notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) O Processo Administrativo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XI - DO PEDIDO DE AUXÍLIO NATALIDADE:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXVIII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a nulidade do pedido e o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, ordenará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XII - DO PEDIDO DE SALÁRIO FAMÍLIA:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XXXIX) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XIII - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XL) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração, que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, ordenará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá

eventuais despachos, fará registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XIV - DO PEDIDO DE LICENÇA À GESTANTE:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLI) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XV - DO PEDIDO DE LICENÇA POR ACIDENTE SERVIÇO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLII) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XVI - DO PEDIDO DE LICENÇA PARA ALEITAMENTO MATERNO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLIII) que lhe for fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais;

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XVII - DO AUXÍLIO FUNERAL:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLIV) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XVIII - DO AUXÍLIO RECLUSÃO:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLV) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo.

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) o Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XIX - DA LICENÇA À PATERNIDADE OU ADOTANTE:

a) O servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVI) que lhe será fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o SEPES que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda sobre o cumprimento das condições legais.

c) O Processo Administrativo seguirá para a Secretaria Municipal de Administração, que juntará o despacho deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, ou ainda condicionando o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do requerente para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão.

d) o Processo Administrativo seguirá para o SEPES que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

Art.20) Os procedimentos diversos e suas respectivas etapas são:



**I - DA EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:**

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLVII) para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá para o GAPRE que irá juntar decisão administrativa, deferindo no todo ou em parte, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

c) Sendo a decisão administrativa pelo deferimento, deverá ser juntada ao Processo Administrativo a cópia do ofício enviado a CELESC Distribuição S/A, solicitando a extensão da rede e autorizando da inclusão na COSIP.

d) O processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele dados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**II - DO REQUERIMENTO DE CÓPIA DE LEIS, INFORMAÇÕES E NORMAS MUNICIPAIS:**

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLVIII) para ser autuado na modalidade Processo Administrativo;

b) O Processo Administrativo seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho, deferindo no todo ou em parte ou o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício desta ao requerente;

c) O Processo Administrativo seguirá para o Protocolo Geral que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**SEÇÃO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.21) Os casos omissos serão resolvidos por Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Administração.

Art.22) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.172 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.172 DE 22 DE ABRIL DE 2008.  
HOMOLOGA A PROPOSTA PEDAGÓGICA  
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica homologada a PROPOSTA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Educação - CME. Comissão de Educação Básica, a referida Proposta Pedagógica passa fazer parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROPOSTA PEDAGÓGICA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CAMPO  
ALEGRE - SC

PREFEITO MUNICIPAL  
RENATO BAHR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ANACIR CARVALHO DE LIMA FUCKNER

CAMPO ALEGRE  
2007

**SUMÁRIO**  
7

1. INTRODUÇÃO .....	11
1.1 APRESENTAÇÃO .....	12
2 DA MANTENEDORA .....	13
2.1 MARCO SITUACIONAL .....	13
3. HISTÓRICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....	15
4. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO .....	18
5. OBJETIVO GERAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....	18
6. ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....	19
6.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	19
7. PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	19
7.1 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA .....	19
7.2 A CRIANÇA DO 1º AO 5º ANO E O ADOLESCENTE DO 6º AO 9º ANO .....	22
7.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	24
7.4 ARTICULAÇÕES ENTRE A INSTITUIÇÃO/FAMÍLIA .....	26
7.5 FINALIDADES E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	29
7.6 FINALIDADES E OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	30

8 CONCEPÇÃO FILOSÓFICA .....	33
8.1 O SOCIOINTERACIONISMO DE VYGOTSKY .....	33
9 DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO .....	39
9.1 DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	40
9.2 DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL .....	43
9.3 DA RECUPERAÇÃO .....	44
9.4 DA PROMOÇÃO .....	44
9.5 DA RETENÇÃO .....	44
9.6 DA FREQUÊNCIA .....	45
9.7 DA CLASSIFICAÇÃO .....	45
9.8 DA RECLASSIFICAÇÃO .....	46

8	
10. MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ANO AO 9º ANO .....	47
11. CALENDÁRIO ESCOLAR .....	48
12. REGIME ESCOLAR .....	48
12.1 DO CORPO DOCENTE .....	48
12.2 DO CORPO DISCENTE .....	50
12.3 DA MATRÍCULA .....	51
12.4 DA TRANSFERÊNCIA .....	52
13. CONTEÚDOS CURRICULARES .....	52
14. BASE NACIONAL COMUM .....	54
14.1 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	54
14.2 ENSINO FUNDAMENTAL .....	55
15. PARTE DIVERSIFICADA .....	55
16. ATIVIDADES ESCOLARES .....	55
17. EDUCAÇÃO INFANTIL .....	61
18. IDENTIDADE E AUTONOMIA .....	74
19. EIXOS DE TRABALHO E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS .....	75
19.1 MOVIMENTO .....	75
19.1.1 OBJETIVOS .....	76
19.1.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	76
19.1.3 PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO .....	78
19.1.4 CONCEITOS .....	80
19.1.4.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	80
19.1.4.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	81
19.2 MATEMÁTICA .....	82
19.2.1 OBJETIVOS .....	82
19.2.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	83
19.2.3 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	89
19.2.4 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	90
19.3 ARTES VISUAIS .....	91

9	
19.2.1 OBJETIVOS .....	91
19.3.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	92
19.3.3 CONCEITOS .....	99
19.3.4 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	99
19.3.5 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	100
19.4 NATUREZA E SOCIEDADE .....	100
19.4.1 OBJETIVOS .....	101
19.4.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	102
19.4.3 CONCEITOS .....	105
19.4.3.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	106
19.4.3.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	106
19.5 LINGUAGEM ORAL E ESCRITA .....	108
19.5.1 OBJETIVOS .....	108
19.5.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	109
19.5.3 LINGUAGEM ORAL .....	110
19.5.4 LINGUAGEM ESCRITA .....	111
19.5.5 CONCEITOS .....	119
19.5.5.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	119
19.5.5.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	120

19.6 MÚSICA .....	121
19.6.1 OBJETIVOS .....	121
19.6.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO .....	122
19.6.3 CONCEITOS .....	124
19.6.3.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS .....	124
19.6.3.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS .....	125
20. INCLUSÃO .....	126
21. ENSINO FUNDAMENTAL - 1º e 2º ano .....	127
22. ACERVO BIBLIOGRÁFICO .....	387
23. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA .....	387
24. REGIMENTO .....	390

10

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	417
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	419
ANEXOS .....	426

## 1. INTRODUÇÃO

11

O homem é um ser social e histórico, provido de qualidades físicas e psíquicas, portador de grande bagagem cultural. Isto significa que o ser humano é resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem.

Nesta perspectiva, espera-se que a ação educativa contribua para a formação de sujeitos criativos, capazes de solucionar problemas e modificar a realidade em prol da qualidade de vida, sendo ele próprio, o principal agente transformador.

Contudo, faz-se necessário a socialização do conhecimento, numa perspectiva universal, não se prendendo a conhecimentos localizados, mas saber lidar com a realidade proximal do indivíduo e ao mesmo tempo instigá-lo ao diálogo dessa realidade compreendendo também o mundo.

E assim, pelas suas idéias, pelo meio e pela interação com o outro, determina a sociedade em que vive. Pensar Sociedade é estabelecer que o homem demande uma convivência em grupo, permeada por um senso comum e intenções coletivas que servem a um único propósito, a sobrevivência e preservação da espécie. Desta forma, o ser social, constrói cultura e adquire identidade.

Cabe à Escola, oportunizar o saber sistematizado, ou seja, o conhecimento científico, capacitando o indivíduo para o mercado de trabalho e para a convivência em grupo, inserindo-o no contexto social e ampliando a compreensão de mundo, através da articulação da Escola - Sociedade - Família, cumprindo assim sua função social que é educar.

É através da Educação que o homem constrói a sua cidadania, interage com o meio, com o outro, podendo ou não transformar a sua vida e a sociedade. A Educação é o instrumento mediador entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, construindo um ser completo, crítico e pensante, possibilitando crescimento individual e coletivo.

No entanto, a ideologia encontra-se presente no meio educacional, referendando valores da classe dominante, pois os princípios sobre os quais as doutrinas educacionais se apóiam modificam-se conforme o tempo, lugar e

12

circunstâncias, variando sucessivamente segundo a concepção política e ideológica do momento de sua elaboração. E este processo de transmissão de ideologia na escola não ocorre sem conflitos. Portanto, é através de uma concepção de educação histórico-cultural ou sócio-interacionista, que traz consigo a responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, que se tem a superação destes conflitos, garantindo às classes populares o acesso e a apropriação do conhecimento científico, como também uma sociedade mais justa e igualitária.

## 1.1 APRESENTAÇÃO

Tendo como referencial teórico-metodológico a Proposta Curricular de Santa Catarina e os Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais, com embasamento legal na Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, é que a Secretaria Municipal de Educação, num trabalho coletivo, envolvendo a comunidade escolar e local, elaborou coletivamente sua Proposta Pedagógica que constitui num documento para a fundamentação pedagógica para o processo de ensino e aprendizagem, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Tendo presente que o homem nasce completo biologicamente, mas inacabado social e culturalmente, há necessidade de interação constante com o meio, para aperfeiçoar a sua evolução num contínuo processo de maturidade, do qual ele é o próprio sujeito, responsável de suas capacidades de percepção, associação, criatividade, questionamento e argumentação. A relação do homem com tudo aquilo que o cerca, possibilita entender-se como ser humano, relacionar-se com seus semelhantes e aprender a viver num contexto histórico-cultural. Diante disso, adota-se a concepção sócio-interacionista, que permeará toda ação docente, para que a escola cumpra seu papel, na sistematização de conhecimento e na organização da aprendizagem, que é construída pelo próprio aluno, mediado pelo professor.

13

Desta forma, a Proposta Pedagógica norteará a ação do educando na apropriação do seu conhecimento, dando condições para que o mesmo possa transformar sua própria existência. A educação como busca permanente de conhecimento, dá suporte a um trabalho socializado, numa perspectiva de universalidade libertadora, questionadora, crítica e que leve à transformação, despertando em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e capacidade de exercer a cidadania, conhecendo e vivendo os próprios direitos e deveres. A presente proposta pedagógica estabelece as dimensões a partir das quais devem ser contextualizadas as perspectivas e ações da rede municipal de ensino, a definição de critérios e procedimentos de avaliação de aprendizagem, os objetivos gerais do ensino de cada disciplina e a integração dos conteúdos propostos como também, das diretrizes legais da aplicabilidade da proposta.

## 2 DA MANTENEDORA

A Rede Municipal de Ensino é mantida pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre através da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Cel. Bueno

Franco, 267 - Centro.

## 2.1 MARCO SITUACIONAL

O município de Campo Alegre localiza-se no planalto meridional brasileiro, no hemisfério ocidental, ao sul do Trópico de Capricórnio e inserido na zona temperada no sul do país. Insere-se ao norte de Santa Catarina na região do Alto Vale do Rio Negro, microregião econômica do Nordeste do Estado, pertencendo ainda à zona fisiográfica denominada Planalto de Canoinhas. Na época dos tropeiros, carroções e aventureiros, Campo Alegre era um lugar seguro para os que enfrentavam desafios da Serra Dona Francisca, no ano de 1858.

14

As origens da população desta época foram alemã, espanhola e polonesa, etnia predominante até hoje. Campo Alegre foi emancipada em 18 de março de 1897, possui uma área de 506 Km<sup>2</sup>, sendo 132 Km<sup>2</sup> na área urbana e 374 Km<sup>2</sup> na área rural, limita-se em Santa Catarina com as cidades de São Bento do Sul, Garuva, Joinville e Jaraguá do Sul. No Estado do Paraná os municípios limítrofes são Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Piên. O município possui a mesma altitude da Nova Zelândia, um dos municípios com a maior concentração de oxigênio no ar do Brasil, grande concentração de Mata Atlântica, e tendo 50% de seu território coberto por florestas de araucárias. Esses são alguns dos motivos que levam o município a ser classificado como detentor de um dos melhores climas de Santa Catarina e o terceiro melhor clima do Brasil. Segundo informações do SDM SC/2001, o município possui Índice de Desenvolvimento Social médio, com população estimada de 12.611 habitantes (IBGE 2005). Campo Alegre tem sua economia baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e eqüinos; na agricultura com o cultivo da batata-salsa, milho fumo e feijão, e tendo como extrativismo erva-mate, o carvão e o caulim; na área industrial predomina indústrias moveleiras que corresponde a 25% da economia campoalegrense. Campo Alegre conta com vários atrativos turísticos destacando-se cascatas, saltos, cachoeiras, campos, artesanatos e arquiteturas típicas. O turismo rural é referência no Planalto Norte, tendo como objetivo agregar esse potencial à agricultura familiar, valorizando o homem do campo, evitando o êxodo rural. Para atender este segmento, o município conta com hotéis e pousadas localizadas na área urbana e rural. Campo Alegre está integrada no PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, promovido pela EMBRATUR. No setor da Educação, o município conta com 6 escolas municipais

de Educação Básica, 3 Centros Municipais de Educação Infantil, 1 escola Estadual de Ensino Fundamental, 2 escolas Estaduais de Educação Básica, 1 escola Particular que atende alunos da Educação Infantil e Séries Iniciais; cursos de Nível Superior

15

conveniados IESDE/ULBRA e FACINTER, Programa Brasil Alfabetizado (Convênio com o Governo Federal) e EJA do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a Rede Estadual, através do CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos.

### 3. HISTÓRICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

A Educação municipal até a década de 80 vinha ocorrendo de maneira restrita a Professores e alunos, com salas improvisadas e contando com Escolas da Rede Estadual de Educação e Escolas da Rede Municipal de Educação, com professores concursados na rede estadual e indicados pelo chefe do poder executivo municipal, não observando para isso formação escolar de seus funcionários, uma vez que o importante era alguém em regência de classe em algumas comunidades do município. As Escolas mais antigas que se tem conhecimento por documentação são de 1947, mas datas anteriores a esta, provavelmente escolas funcionavam informalmente.

Assim em fins dos anos 70 e início dos anos 80, começou a se ter de forma mais organizada os interesses voltados para as atividades educacionais e como responsável pela parte administrativa contávamos com a Senhora Raquel Bento Pereira que juntamente com a Supervisora Regional de Educação da Rede Estadual a Senhora Ladir dos Santos, coordenavam os trabalhos que os professores deveriam desenvolver em suas escolas.

Até o início da década de 80 os trabalhos educacionais eram realizados no prédio da prefeitura em parceria com a Supervisora Estadual. Os trabalhos foram tomando novos rumos e toda a estrutura educacional direcionou-se para atendimento nas estruturas físicas dos prédios, no atendimento pedagógico e administrativo, na qualificação profissional dos funcionários. Com o intuito de melhor coordenar e acompanhar a Educação Municipal foi instituída a Comissão de Educação, representada em 1983 por Eugênio João Herbst e em 1985 pela Escriturária da Educação Raquel Benta Pereira. Em 1986 foi criado o

16

Departamento de Educação, que vigorou até 1992, tendo como diretores Maria Luiza Brunnello, Loriane Aparecida Munhoz Amorim (1987), Sandra Regina Lepeck (1990 -

1992) e Herzelaide Hansen Cubas (1992).

Em 1993 implantou-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, onde foi nomeada a professora aposentada Verônica Kotovicz Reinhardt, para exercer o cargo de Secretária. Em 1997 passou-se a ser somente Secretaria de Educação sendo nomeada Secretária a professora aposentada Zilka de França Hasselmann. E em 2001 o cargo de Secretária foi ocupado pela professora Marli de Fátima Zeszotko Dreveck (2001 - 2006).

No ano de 2002, após reforma administrativa, a Secretaria de Educação passa a ser novamente Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Em 2007, com a criação da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, passa a ser designada por Secretaria Municipal de Educação, que atualmente tem como Secretária de Educação a professora Anacir Carvalho de Lima Fuckner.

Segundo dados preliminares do censo escolar de 1997, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o município contava com 14 escolas estaduais e 18 escolas municipais, dentre elas a ESICAMPO -Escola Itinerante de Campo Alegre que atendia 178 alunos da zona rural de 5ª. a 8ª. série em regime modular que teve seu funcionamento de 1991 a 1997. Com a municipalização, em 1998 o município contava com 24 escolas, 2 jardins de Infância e 3 creches.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e oferecer melhores condições de aprendizagem aos alunos, a Secretaria Municipal de Educação em 1.997 iniciou a paralisação das atividades de algumas escolas, sendo que a maioria eram multisseriadas e com número reduzido de alunos. Então no final deste mesmo ano, a escola Professor Rodolfo José Altmann foi a primeira escola a ser paralisada, na localidade de Papanduva e em 1.999 ocorreu a paralisação das escolas de Avenca do Rio Negro, Capinzal e Salto. E em 2002 foram paralisadas as escolas de Papanduvinha e escola Professora Maria Diná Moreira do Km 48.

17

Em março de 2.003, foi inaugurada a Escola Municipal de Educação Básica Paulo Fuckner na localidade de Bateias de Cima, passando a atender 195 alunos de pré escola e das séries iniciais de 10 escolas paralisadas, e em 2004, gradativamente as séries finais do Ensino Fundamental. As escolas paralisadas com a nucleação foram Cubatão, Tijucume, Bateias do Meio, Adão Trischiak da localidade de Mato Bonito, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande, Miguel Franco da Rocha, da localidade de Rodeio de Santa Cruz. Ocorreu



também em 2.003 a paralisação das escolas do Saltinho, José Oleskovicz da localidade de Corredeiras, e a escola Carlos Telma da localidade de Queimados. Em 2.005 ocorreu a paralisação da escola de São Miguel. No ano de 2.007 foi paralisada a escola Willy Franz da localidade de Rio Represo. Todas os alunos das escolas paralisadas foram transferidos para escolas próximas, onde a Prefeitura oferece transporte escolar gratuito. Todas as escolas paralisadas ficaram a disposição das comunidades, para serem utilizadas para atividades diversas.

Atualmente a Rede Municipal de Ensino conta com 5 escolas de Educação Básica que atendem do pré escolar até a 4ª. série, 1 escola de Educação Básica que atende do pré escolar até a 8ª. Série, e 3 Centros Municipais de Educação Infantil que atendem de 4 meses a 5 anos.

A Secretaria Municipal de Educação conta com uma equipe docente, técnico-administrativo e pedagógico composta por especialistas em assuntos educacionais nas funções de chefe do Ensino Fundamental, chefe do Apoio Administrativo e uma Orientadora Educacional. Também faz parte da equipe de apoio 1 chefe do Ensino Infantil, 1 Chefe do Transporte e Merenda Escolar, 1 nutricionista, 1 fonoaudióloga, 2 motoristas, 36 agentes Operacionais, 1 Secretária de Educação, 78 professores, 4 auxiliares de educador, 9 professores auxiliares, 7 estagiárias. O Corpo Docente, Técnico, Administrativo e Pedagógico da rede municipal são devidamente habilitados e qualificados, contribuindo para o sucesso do processo ensino e aprendizagem, concretizando assim, os propósitos pedagógicos, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, "educar pessoas que sejam capazes de analisar, interpretar e transformar a

18

realidade, visando o bem-estar pessoal e coletivo do ser humano e preservando o equilíbrio do meio ambiente".

Com o propósito de cumprir este ideal, a Secretaria Municipal de Educação, pauta sua ação educativa a concepção sócio-interacionista que expõe a cultura como parte da natureza humana, compreendendo que, a construção e apropriação do conhecimento, processam-se através da interação social dos indivíduos, da dialogicidade e do compartilhamento de experiências mediadas.

#### 4. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

O ser humano constrói sua história e o seu conhecimento, baseado em experiências vivenciadas por seus antepassados e por si próprio e pela reflexão do contexto social em que vive.

Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação adota a Filosofia de Educação, que contempla as múltiplas dimensões de homem, enquanto sujeito inserido numa sociedade, dentro de uma concepção sócio-interacionista, buscando o conhecimento de mundo, oportunizando a aquisição de conhecimento científico, construindo a sua cidadania, interagindo com o meio e com o outro, construindo um ser completo, crítico e pensante, possibilitando crescimento individual e coletivo, enfim, que esse sujeito seja o cidadão íntegro, participativo e consciente de sua co-participação das transformações necessárias da sociedade.

#### 5. OBJETIVO GERAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Criar condições para a construção coletiva do saber elaborado e valorizar a educação como um instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade, através de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, tornando os indivíduos aptos a construir sua própria autonomia e cidadania.

#### 6. ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

19

A organização da rede municipal de ensino compreende todos os órgãos necessários ao funcionamento das instituições de ensino.

##### 6.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Secretaria Municipal de Educação tem a seguinte estrutura administrativa:

- Secretária
- Chefes de Divisão

#### 7. PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

##### 7.1 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

Durante muitos anos, a função primordial da educação infantil, esteve relacionada à questão dos cuidados físicos e da guarda das crianças. A aprendizagem cabia ao ensino fundamental e a brincadeira, aos então chamados Jardins de Infância. Na Idade Média, por exemplo, não havia uma especificidade da infância. As crianças viviam misturadas aos adultos, participando de seus trabalhos e jogos indistintamente, e assim aprendiam a ser adultas. A separação do mundo infantil do mundo adulto só começa ocorrer no século XVII, consolidando-se no final do século XVIII. Antes disso, a criança era ignorada pela sociedade dos adultos, não havendo nenhuma atenção ou cuidados específicos para com ela, sentimento que se revelava nas altas taxas de mortalidade infantil, na naturalização desse fenômeno pela sociedade e na indiferença entre crianças e adultos, a exemplo



das vestimentas e atividades comuns a todos: trabalho, festas, jogos etc. Assim sendo, é recente o entendimento de que as crianças aprendem desde seu nascimento, de que não existe uma idade determinada para aprender.

20

No Brasil, é com a Constituição Federal de 1988, que a compreensão de infância, é legitimada. Partindo de uma dimensão de cidadania, para a educação da criança de 0 a 6 anos, esta é entendida como sujeito de direitos, em pleno desenvolvimento desde o seu nascimento, exigindo também a referida Lei, cientificidade e comprometimento com as aprendizagens.

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período da alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura (Kramer, citado por PC/SC, 1998, P. 20).

O conceito de criança foi construído a partir das relações sociais estabelecidas.

Portanto, a concepção de infância nessa perspectiva histórica, indica que não se pode compreender a criança fora de suas relações com a sociedade na qual está vivendo e desvinculada de suas interações com os sujeitos e com a cultura do grupo social no qual está inserida. Essas relações são constituintes de sua subjetividade, isto é, de sua forma de sentir, pensar e agir sobre o mundo. Desta forma, o processo de desenvolvimento caracteriza-se por ser contínuo e abrange todos os aspectos da vida:

físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo.

De acordo com a PC/SC, 1998, p. 21, é preciso conhecer a criança, entendendo-a como um ser social e histórico que apresenta diferenças de procedência

sócio-econômico-cultural, familiar, racial, de gênero, de faixa etária, que é agente de seu próprio conhecimento, desempenha papéis, relaciona-se afetivamente com as outras pessoas da família e do grupo social e, por isso, necessitam ser conhecidas, respeitadas e valorizadas nas instituições de educação infantil.

Nessa perspectiva, a ação educativa é direcionada, no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais, possibilitando assim, a apropriação do conhecimento e a construção de identidade pessoal de cada criança e do grupo em que está inserida, utilizando-se das mais diferentes linguagens

21

e experiências vivenciadas nas atividades anteriores, enriquecendo seu desenvolvimento e inserindo-se socialmente.

É de fundamental importância, a integração do ato de cuidar, educar e brincar, pois desde cedo a criança revela seu esforço para compreender o mundo em que vive.

Esta fase de desenvolvimento deve ser acompanhada pela atenção e pelo cuidado do adulto, considerando suas necessidades, que devem ser observadas, ouvidas e respeitadas.

O cuidar está ligado à alimentação, educação e afetividade. Desta forma, o cuidado é direcionado ao que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo.

Quanto à ação de educar, há na escola, uma preocupação com a aquisição do conhecimento formal, historicamente construído. Para tanto, faz-se necessário, partir do conhecimento prévio da criança e de sua experiência diária. Contudo, tem o professor uma ação específica, intervindo sempre, para possibilitar a apropriação e ampliação de conceitos e, dentro deste contexto, situar a criança, procurando compreender a trajetória em seu processo de constituição como indivíduo.

O brincar apresenta-se, na infância, de diversas formas. Muitas vezes, ocorre através do movimento físico, da linguagem oral ou gestual, pelo jogo ou também pelas brincadeiras de faz-de-conta. Diante disso, a escola oferece material adequado, espaço estruturado, para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada e segura, propiciando à criança, momento de socialização, integração, promovendo assim, a elaboração de seus conhecimentos, emoções, sentimentos e regras sociais.

A brincadeira é uma atividade humana e social, que torna possível o vínculo

entre o imaginário e o real, pois "a criança organiza o seu pensamento através de vivências simbólicas, elaborando o seu real: a realidade se constrói pela fantasia e a fantasia constrói a realidade" (PC/SC, 1998, p. 30).

Quando a criança brinca, vivencia papéis, constrói conceitos, aprende.

Haja vista que, numa perspectiva histórico-cultural, o ser humano constrói sua história, sua identidade e o seu conhecimento, por meio das relações estabelecidas e pelas experiências vivenciadas por seus antepassados e por si próprio, pela reflexão

22

do contexto social em que vive, organizando assim sua visão de mundo. Sendo assim, cabe à escola organizar-se, em todas as suas dimensões, para contribuir com o processo de construção de identidade e cidadania de seus alunos.

7.2 A CRIANÇA DO 1º AO 5º ANO E O ADOLESCENTE DO 6º AO

## 9º ANO

O ingresso no Ensino Fundamental e, principalmente, os desafios da alfabetização, fazem da escola uma conquista valorizada.

Por outro lado o contínuo contato com diferentes atividades escolares, em uma dinâmica de trabalho quer seja pela natureza, quer seja pela diretividade com que é conduzida, difere das práticas de Educação Infantil. Aos poucos a criança descobre que os períodos de recreação diminuíram, assim como a flexibilidade em sala de aula. Percebe que a busca do conhecimento impõe formas de trabalho nem sempre lúdicas e prazerosas.

Para as crianças de 9 a 10 anos, a escola consagra-se como aspecto central da vida, em uma crescente tomada de consciência de si em face das atividades, dos conteúdos e dos companheiros. Nesse período, o aluno já é capaz de perceber os desafios da aprendizagem, a partir de suas facilidades e dificuldades. O comportamento de outros colegas e professores funciona como o reconhecimento do "status" da criança na escola, que situa o sujeito no contexto escolar, determinando suas possibilidades de aprendizagem, sucesso e realização.

A faixa etária ideal, para alunos do 6º ao 9º ano, seria a de 11 a 14 anos, caracterizada como pré-adolescência e adolescência. No entanto, em função da defasagem entre série e idade, essas séries podem ser frequentadas também por alunos mais velhos.

Nesta fase, os alunos vivenciam um momento importante do ponto de vista da construção de suas identidades e de elaboração de projetos de inserção na sociedade. Desta forma, a escola não pode ignorar suas singularidades, sob risco de

23

perder sua função de mediar o processo de construção de cidadania de seus alunos e de sua inserção no mundo. Daí, a importância de cada escola desenvolver uma caracterização e análise das experiências dos seus alunos, e organizar-se em todas as suas dimensões, de forma a contribuir para o processo de construção de identidade e projetos de seus alunos.

Não há definições rígidas sobre a adolescência, quanto a seu começo e finais, apesar de todas as transformações físicas que a acompanham, pois dependem do momento histórico, do contexto social e da própria trajetória familiar e individual de cada jovem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é uma conquista que marca um

significativo avanço social e jurídico, na medida, que garante legalmente os direitos da infância e da adolescência. Para efeitos legais, todos os indivíduos de 0 a 18 anos de idade, são considerados pessoas em condição peculiar, visto que ainda estão em desenvolvimento. Por esse estatuto, considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Reconhece juridicamente, que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos: direito à vida e à saúde, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, direito de brincar, praticar esportes, divertir-se, à informação, à cultura, ao lazer, a buscar refúgio, auxílio e orientação, da mesma forma que o direito a expressar suas opiniões e participar da vida política, na forma da lei. Garantindo-lhe a inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, preservando-os de qualquer tratamento desumano, violento, vexatório ou constrangedor.

No que tange à educação, esta deve assegurar-lhe a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o direito de ser respeitado por seus educadores; o direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias escolares superiores; o direito de organização e participação em entidades estudantis; o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Compreender as diversas dimensões da vivência juvenil implica estar atento às experiências escolares do aluno, para que as propostas de trabalho apresentadas

24

sejam enriquecedoras e viáveis de serem executadas pelos alunos. E também, que sejam integrados ao projeto pedagógico da escola, ao trabalho da sala de aula e acompanhado pelo coordenador pedagógico ou por um professor indicado pelo coletivo dos professores.

Além da integração do aluno na escola, há a necessidade da inserção do sujeito no mundo. Assim sem desconsiderar o apoio ao processo de ensino-aprendizagem inerente à vida escolar, a interferência educativa reforça seu compromisso social, tendo em vista a preparação de jovens para o exercício da cidadania, para a autonomia e responsabilidade de atitudes (PCN: Introdução, 5ª a 8ª séries, 1998, p.103 - 106).

## 7.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1.948), uniu os povos do mundo todo no reconhecimento de que " Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns

para com os outros em espírito de fraternidade" ( Art. 1). É considerada Educação Inclusiva, aquela que abre espaço de construção de cidadania para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais.

Este processo, re-significa os agentes e a prática educacional, aproximando a escola da realidade social na qual seus alunos vivem.

A escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

Inúmeros são os fatores histórico-culturais que permitem as instituições públicas e privadas, buscar garantir a efetividade dos direitos de cidadania. E isto, é

25

devido às modificações na produção de conhecimentos científicos, nas diversas áreas, às mudanças de legislação, aos movimentos de cidadania, que possibilitaram a conquista de direitos sociais, dentre eles, o da educação para todos, fundamentado pela Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 54, III), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, (cap. V, parágrafo 3º).

A partir do encontro "Uma Escola de qualidade para todos respeita a diversidade" realizado em Pirenópolis (GO), de 13 a 18 de junho de 1999, os Estados lá presentes assumiram, coletivamente, através da Carta de Pirenópolis (ver anexo), o compromisso de efetivar uma Política de Educação Inclusiva. De acordo com o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, 1998, p. 35, uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática não excludente, promove o convívio com a diversidade, que inclui diversas culturas, os hábitos, competências e as particularidades de cada indivíduo. Assim, a convivência com habilidade e competências diferentes, contribui para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade, respeito, igualdade, equidade e solidariedade.

As crianças com necessidades especiais, convivendo com outras crianças, inserem-se socialmente, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo vínculos, confronto com as diferenças e o trabalho com a própria dificuldade, desmontando estigmas.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminação, através das quais efetivamente e, muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma ansiedade, baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizando termos específicos de estigmas como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário, como fonte de metáfora e representação sem pensar no seu significado original (GOFFMANN, 1978, p. 15).

26

As contribuições de Vygotsky (PC/SC, 1998, p. 65), quanto ao processo de integração, são muito relevantes e contribuem para a produção de novos significados

no processo de inclusão da pessoa com necessidades especiais:

- os processos psicológicos superiores têm sua origem em processos sociais

e têm natureza social numa visão de constituição mútua de fenômenos

individuais e sociais;

- a concepção do processo de conhecimento implica relação entre sujeito e

objeto a ser conhecido, necessariamente mediada por outro sujeito;

- a criança cujo desenvolvimento se complicou por um defeito não é

sensivelmente menos desenvolvida do que as normais, é uma criança com

outro desenvolvimento.

É na relação com o outro, por meio da linguagem, que se constitui sujeito. A

idéia chave que se encontra na origem da teoria, postulando as relações entre as

interações sociais e o desenvolvimento cognitivo, vem revolucionar o processo

educativo dos portadores de deficiência, seja na escola especial ou regular.

A concepção sócio-interacionista, na medida em que considera todos capazes

de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelas

crianças e pelos jovens são fatores de apropriação de conhecimento, traz consigo a

consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma

vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os alunos.

#### 7.4 ARTICULAÇÕES ENTRE A INSTITUIÇÃO/FAMÍLIA

Ao ingressar na escola e antes mesmo de poder enfrentar a peculiar situação

de ensino-aprendizagem que caracteriza a instituição, a criança depara-se com um

ambiente único e até então inesperado, transformados do sujeito da sua ótica sobre o

mundo. A passagem do meio familiar, geralmente afetivo e protetor, ao ambiente

institucionalizado da escola implica na descoberta de uma estrutura

social que, em maior ou menor grau, impõe ao aluno a ampliação da convivência social, novos

27

vínculos de relacionamento entre adultos e crianças, separação dos familiares, normas, horários, divisão de ambientes, limites instituídos, exigências de material, vestuário, etc, e a integração do ritmo individual à dinâmica peculiar da instituição na sucessão de atividades, negociações, exigências e conflitos.

Levando-se em conta os aspectos inerentes ao processo de institucionalização, ou seja, o impacto exercido pelo ingresso na escola, às características da faixa etária, o perfil sócio-cultural da clientela, os objetivos da escola em particular, faz-se necessário o estabelecimento de articulações entre a instituição e a família.

Primeiramente, é preciso entender a família como uma criação humana em constantes mudanças, determinada pela cultura e pelo contexto em que está inserida.

Minimizar as relações conflituosas entre instituição e família é imprescindível. Os conflitos muitas vezes são causados por falta de diálogo, preconceito e por se estabelecer um padrão único, ideal de família, considerado adequado. Além da família nuclear que é constituída pelo pai, mãe e filhos, há as famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe ou o pai está presente, famílias que se reconstituíram por meio de novos casamentos e possuem filhos adquiridos dessa relação, ou então, várias famílias coabitando a mesma casa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos da criança. Cabe às instituições promover um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil, acolhendo assim, a diversidade cultural e, conseqüentemente, a criança e sua família.

E assim, por intermédio dos profissionais da instituição, facilitar o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas, entendendo seus valores ligados a procedimentos disciplinares, a hábitos de higiene, a formas de relacionar com as pessoas.

No planejamento da escola, consideram-se as diferenças de faixa etária, o ritmo de desenvolvimento, as necessidades físicas, buscando a maior interação da criança no ambiente escolar. Proporcionando às crianças atendimento de alta qualidade, conhecendo a criança em suas peculiaridades, que se faz pelo levantamento de dados

28

com a família no ato da matrícula e por meio de um constante intercâmbio entre

familiares e professores, visando à divisão de responsabilidades, evitando-se a sobreposição ou a ausência de alguns cuidados essenciais. Os profissionais da escola devem partilhar, com os pais, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e informações relevantes sobre as crianças utilizando uma sistemática de comunicações regulares.

É de grande importância integrar o conhecimento familiar nas atividades pedagógicas e em projetos de trabalho, tanto as questões culturais e regionais, como também as questões afetivas e motivações familiares podem fazer parte do cotidiano pedagógico.

Tendo em vista minimizar conflitos, na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, faz-se necessário aproveitar o entusiasmo pela vida escolar e canalizar a energia infantil em benefício da adaptação. Para tanto, é preciso

oportunizar à criança o conhecimento da escola e de seu funcionamento, integrar o ritmo pessoal do aluno à dinâmica das aulas, fortalecer os vínculos afetivos, estabelecer normas de conduta, construir coletivamente, regras de convivência, adquirir autonomia cognitiva com relação a pesquisar, analisar, resumir, sintetizar e confrontar posições, fortalecer hábitos de estudo e por fim, estabelecer entre o conhecimento conquistado e a interpretação do mundo para a constituição de uma postura crítica perante a realidade.

Por outro lado, a passagem para o 6º ano, aos 11anos de idade é marcada por interferências que acabam por redimensionar a vida estudantil e as perspectivas pessoais, merecendo atenção especial. No plano escolar, a nova conformação do funcionamento institucional exige do sujeito autonomia estudantil, pois esta transição é marcada por experiências muito fortes para os alunos. De um lado, o orgulho de estar crescendo e passando para o lado "dos grandes" (no caso de alunos com onze - doze anos), e de outro, certo temor diante da substituição da convivência com um único professor pela interação com seis ou sete professores diferentes. Sem uma atenção especial a essas passagens, muitos alunos não conseguem dar conta das novas exigências e terminam na maioria das vezes reprovados.

29

Tendo em vista o inegável impacto exercido pela escola sobre o aluno, o rumo dessa intervenção ao longo da vida escolar segue um movimento dialético, favorecendo sua integração e inserção do homem na escola e, conseqüentemente, na sociedade, valorizando assim, todo o processo de escolaridade.

## 7.5 FINALIDADES E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas últimas décadas, inúmeras modificações sócio-demográficas ocorridas na

sociedade e em especial, nas famílias, a produção de conhecimentos científicos nas mais diferentes áreas, permite compreender a atual conjuntura da educação infantil e das instituições educativas que atendem crianças de 0 a 6 anos.

O Art. 29 da LDB nº 9394/96, explicita que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a PC/SC, 1998, p. 22, a prática educativa intencional, direcionada a esta faixa etária, busca a ampliação dos conhecimentos sobre a natureza, a cultura, sociedade e o processo que o grupo de crianças/adultos vivencia. Para tanto, há de se promover o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança, a apropriação do conhecimento científico e dos bens culturais produzidos pela humanidade, através de currículo trabalhado de forma interdisciplinar, desvelando as desigualdades sociais, trabalhando com a criança os conflitos existentes, e assim, buscar através de transformações alicerçadas em um novo relacionamento ético, político e afetivo. Nessa perspectiva, a prática de Educação Infantil, de acordo com o RCNEI, 1998, p. 63, deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam competências e habilidades, que facilitem o desenvolvimento de uma imagem positiva de si mesmo, conhecendo suas potencialidades e limitações, valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar. Sendo a criança, agente da construção da sua história e do seu conhecimento, desempenha papéis, relaciona-se afetivamente com outras

30

peças, estabelecendo vínculos afetivos, fortalecendo sua auto-estima, ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social, aprendendo articular seus interesses e, pontos de vista, respeitando e valorizando a diversidade e assim, desenvolver atitudes de interesse, ajuda, respeito, colaboração e, com relação ao meio ambiente, contribuir para sua conservação. É importante também, que a criança brinque, expresse emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades e, através da linguagem (corporal, musical, plástica, oral e escrita), possa expressar suas idéias e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo sua capacidade expressiva. A instituição de Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento da criança em seu contexto social, ambiental, cultural e que, por meio da linguagem e de aprendizagens diversificadas, realizadas em situação de interação oportunize de forma coletiva, o contato com os mais variados conhecimentos, respeitando o

desenvolvimento natural e individual de cada criança, oferecendo para seu crescimento físico, emocional e social, a possibilidade de construir sua história, partindo de seus conhecimentos, integrando as funções de cuidar, educar e brincar, incentivando-os a ampliar suas potencialidades, promovendo a construção de uma identidade autônoma e inserção social.

## 7.6 FINALIDADES E OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a LDB nº 9394/96, o ensino fundamental no Brasil tem por finalidade a formação básica do cidadão mediante:

- \* desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- \* a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- \* o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

31

- \* o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

O objetivo geral do Ensino Fundamental é utilizar diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica, corporal - como meio para expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções da cultura. Para tanto, o Currículo do Ensino Fundamental será composto por uma base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada, atendendo às exigências e características da cultura, da economia e da clientela do município. Nesse sentido, deverá abranger o estudo da Língua Portuguesa, a Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e também da realidade social e política, especialmente do Brasil e da região. O ensino da História do Brasil deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. Da mesma forma, o ensino de Geografia deverá contemplar o desenvolvimento sócio-político da região e do país. Além do ensino da Arte, da Educação Física, da Educação Religiosa e da Língua Estrangeira, também serão abordadas questões que interferem na vida dos alunos e com os quais os mesmos confrontam-se no dia a dia: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo, Educação para o Trânsito e Educação para o Turismo e Lazer. Os respectivos temas não constituirão novas áreas do currículo, mas serão



tratados sob a forma de Temas Transversais. Portanto, a educação escolar é intencional, sistemática, planejada e continuada, o que difere de outros processos educativos que ocorrem na família, no trabalho e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.

Conforme os PCN: Introdução, 5ª a 8ª séries, 1998, p. 55, o ensino fundamental tem como objetivos que os alunos sejam capazes de:

32

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio das injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos sócio culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens - verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio de produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

33

- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para

adquirir e construir conhecimentos;

- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.
- Diante disso, é evidente a influência da escola sobre o aluno e, esta intervenção deve ocorrer de forma dialética, inserindo o homem na escola, favorecendo a sua integração na sociedade, valorizando todo o processo de escolaridade.

## 8 CONCEPÇÃO FILOSÓFICA

### 8.1 O SOCIOINTERACIONISMO DE VYGOTSKY

Lev Semenovich Vygotsky, nasceu a 17 de novembro de 1896 em Orsha, na Belo-Rússia e faleceu em Moscou, em 11 de junho de 1934, aos 37 anos.

O grande marco na sua carreira intelectual e profissional, foi no ano de 1924, em que abordava brilhantemente, o estudo do comportamento consciente humano, baseado nas suas investigações sobre os deficientes físicos e mentais. O projeto principal de seu trabalho consistia na tentativa de estudar os processos de transformação do desenvolvimento humano na sua dimensão filogenética (o homem enquanto espécie), histórico-social e ontogenética (o homem enquanto ser). Seguindo as premissas do método dialético, procurou identificar as mudanças qualitativas do comportamento que ocorrem ao longo do desenvolvimento humano e sua relação com o contexto social. Coerente, com este propósito, Vygotsky fez relevantes reflexões sobre a questão da educação, enfatizando o papel da interação social ao longo do desenvolvimento humano. Isto quer dizer, que o homem é herdeiro de toda a evolução filogenética e cultural e seu desenvolvimento dar-se-á em função de características do meio social em que vive, considerando a complexidade da estrutura humana, como um processo de apropriação pelo homem da experiência

34

histórica e cultural. Onde surge o termo sócio-interacionismo, histórico-cultural e/ou sociocultural, atribuído a esta teoria (REGO, 1997, p. 19 a 25). Para o aporte teórico sócio-interacionista, que expõe a cultura como parte da natureza humana, compreendendo que, a construção e apropriação do conhecimento, processam-se através da interação social dos indivíduos, da dialogicidade e do compartilhamento de experiências mediadas. O homem se constitui como ser humano, através das suas relações com a cultura, a linguagem e o outro. Portanto, o meio físico e sócio-cultural são constitutivos do ser humano. Nessa perspectiva, Vygotsky, como

um dos representantes dessa corrente, possibilita um novo olhar, para as práticas pedagógicas, um olhar voltado para o futuro, e não apenas para o que os aprendizes conseguem fazer sozinho, hoje. Mas, valoriza o que ainda está para ser construído com a ajuda de outros, mediado pela linguagem. Assim, focaliza o desenvolvimento das potencialidades individuais que são específicas de cada um, mas desenvolvidas na interatividade, coletivamente. Desta forma, Vygotsky enfatiza a ação do coletivo da cultura na elaboração de conceitos, pois a criança não constrói seu desenvolvimento intelectual de maneira exclusivamente autônoma, sendo de fundamental importância, o papel da escola, na sistematização de conhecimento e na organização da aprendizagem. Para ele, o sujeito não nasce pronto, nem é resultado exclusivo da ação do ambiente externo. Seu desenvolvimento é resultado de uma interação permanente entre processos internos e influências do mundo exterior. Tanto as relações interpessoais quanto intrapessoais, são relevantes no processo ensino e aprendizagem. Ao compartilharem experiências, vão se apropriando do modo de viver, de dizer, de fazer e de pensar, integrando-se dos significados que foram produzidos e desenvolvidos historicamente.

É, pois, a partir das práticas sociais e culturais, que as ações entre o indivíduo e o meio desencadeiam o desenvolvimento da inteligência humana e a construção deste conhecimento exige elaboração, o que significa uma ação sobre o mundo. Esse processo de construção do conhecimento é contínuo e permanente, em que as experiências anteriores servem de base para as novas construções, que dependem,

35

também, da relação estabelecida entre o homem e o ambiente. E é partindo dessa interação, que as estruturas do conhecimento e da aprendizagem são construídas. Nessa perspectiva, a aprendizagem é uma construção do próprio aluno, em interação com o mundo que o cerca, mediado pelo professor, que mediante situações significativas de aprendizagem, contribui para que o aluno torne-se um ser pensante e autônomo, um cidadão que age e interage num contexto sócio-histórico. Isto se confirma:

Desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente. No começo, as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica. Mas através da constante mediação dos adultos,

processos biológicos instrumentais complexos, começam a tomar forma.

Inicialmente, esses processos só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. Como disse Vigotskii, os processos são interpessoais, isto é, eles são partilhados entre as pessoas. Os adultos, nesse estágio, são agentes externos servindo de mediadores do contato da criança com o mundo. Mas à medida que as crianças crescem, os processos que eram inicialmente partilhados com os adultos acabam por ser executados dentro das próprias crianças (Vigotskii in LÚRIA, 1988, p. 27).

A ação pedagógica é dinamizada constantemente pelas relações que se estabelecem na sala de aula, no espaço da escola e pelo fazer cotidiano do professor e de seus alunos. Sendo assim, o papel do professor não é de mero espectador em relação ao caminho que a criança vai percorrendo no processo de aprendizagem, pelo contrário, como mediador, intervém sempre que necessário, instigando o aluno à pesquisa e ao conhecimento. O sujeito não é apenas ativo, mas interativo, porque forma conhecimento e se constitui a partir das relações intra e interpessoais. Portanto, é pela aprendizagem nas relações com os outros que os conhecimentos são construídos, permitindo o desenvolvimento mental.

Para Vygotsky, a criança nasce dotada apenas de Funções Psicológicas Elementares, como os reflexos e a atenção involuntária, que também está presente em todos os animais mais desenvolvidos. Com o aprendizado cultural, parte dessas funções básicas transforma-se em Funções Psicológicas Superiores, como a

36

consciência, o planejamento e a deliberação, características exclusivas do homem. Essa evolução acontece pela elaboração das informações recebidas do meio, intermediadas pelas pessoas que rodeiam a criança e, depois re-elaboradas numa espécie de linguagem interna, caracterizando a individualidade. Por isso, a linguagem é duplamente importante, pois além de ser o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos, ela tem relação direta com o próprio desenvolvimento psicológico. Então, a aprendizagem ocorre por assimilações de ações exteriores e interiorizações desenvolvidas através da linguagem interna que permite formar abstrações. Para ele, a finalidade da aprendizagem é a assimilação consciente do mundo físico mediante a interiorização gradual dos atos externos e suas transformações mentais.

E ainda, que há pelo menos dois níveis de desenvolvimento: o real, e o potencial, sendo a evolução intelectual, caracterizada por saltos

qualitativos de um nível de conhecimento para outro. A fim de explicar esse processo, Vygotsky desenvolveu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, que definiu como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através de solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais competentes (NOVA ESCOLA, dezembro, 1996, p.34).

Quanto à tomada de consciência, que é um outro conceito básico da teoria vygotskyana, em que o homem abstrai sobre seus atos e sobre o meio à medida que toma consciência da consciência que possui. Com isto, seus atos deixam de ser espontâneos, para se tornarem atos sociais e históricos, envolvendo a psique do indivíduo, dando origem aos chamados processos mentais superiores, que se diferenciam dos processos mecânicos, por serem ações conscientes, controladas ou voluntárias, envolvendo memorização ativa seguida de pensamento abstrato.

Abordando o tema desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky considera que a aprendizagem antecede o desenvolvimento. E é devido ao destaque dado ao papel do

37

contexto histórico e cultural nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, que este intelectual é denominado sócio-interacionista. Nesta concepção, aprender é passar do sistema de conceitos naturais ou espontâneos (senso comum), para o sistema de conceitos científicos (aprendidos sistematicamente na escola). São as relações sociais que dão ao indivíduo instrumentos para ativar os processos internos que favorecem o desenvolvimento. Todavia, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis:

Considerada deste ponto de vista, a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas numa correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente (VIGOTSKI, 1988, p. 115).

Quanto mais o aluno aprende, mais se desenvolve mentalmente.

Como já foi relatado anteriormente, é a partir do contato com pessoa mais experiente e com o quadro histórico-cultural, que as potencialidades do sujeito que aprende, são transformadas em situações em que ativam nele esquemas processuais cognitivos ou comportamentais, produzindo também, novas potencialidades, num processo dialético.

Assim, como a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento, a escola exerce uma função primordial na construção do ser psicológico e racional. Direcionando seu trabalho para estágios de desenvolvimento ainda não alcançados pelos alunos, promovendo assim, novas conquistas, novos saberes. Nesse sentido, a escola é o lugar onde a intervenção pedagógica intencional desencadeia o processo ensino-aprendizagem.

Cabe ao professor, agente mediador, estar atento ao nível de desenvolvimento proximal da criança, intervindo, auxiliando, provocando avanços, para a construção e re-elaboração do conhecimento do aluno, e por meio da interação dos alunos entre si e com o professor, transformar os conceitos espontâneos que as crianças

38

desenvolvem na convivência social em conceitos científicos, parte de um sistema organizado de conhecimentos adquiridos pelo ensino.

E nas palavras de VIGOTSKI, 1996, p. 93:

Poder-se-ia dizer que o desenvolvimento de conceitos espontâneos da criança é ascendente, enquanto o desenvolvimento dos seus conceitos científicos é descendente, para um nível mais elementar e concreto. Isso decorre das diferentes formas pelas quais os dois tipos de conceitos surgem. Pode-se remontar a origem de um conceito espontâneo a um confronto com uma situação concreta, ao passo que um conceito científico envolve, desde o início, uma atitude "mediada" em relação ao objeto. Embora os conceitos científicos e espontâneos se desenvolvam em direções opostas, os dois processos estão intimamente relacionados. É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado um certo nível para que a criança possa absorver um conceito científico correlato.

Ainda decorrente das interpretações das teorias de Vygotsky, no tocante à educação, verifica-se a importância da atuação dos outros membros do grupo social na mediação entre a cultura e o indivíduo, pois uma intervenção deliberada desses membros da cultura é essencial no processo de desenvolvimento. Isso mostra os

processos pedagógicos como intencionais, deliberados, sendo o objeto dessa intervenção, a formação de conceitos.

Diante disso:

O processo de formação de conceitos, fundamental no desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, é longo e complexo, pois envolve operações intelectuais dirigidas pelo uso das palavras tais como: atenção deliberada, memória lógica, abstração capacidade para comparar e diferenciar). Para aprender um conceito é necessário, além das informações recebidas do exterior, uma intensa atividade mental por parte da criança. Portanto, um conceito não é aprendido por meio de um treinamento mecânico, nem tampouco pode ser meramente transmitido pelo professor ao aluno (REGO, 1997, p. 78). E por isso:

O ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o

39

verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a de um papagaio, que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas na realidade oculta um vácuo" (Vygotsky, citado por REGO, 1997, p. 78).

É graças às implicações teóricas sócio-interacionistas de Vygotsky, que se pode hoje, ultrapassar a metodologia pedagógica arraigada na repetição de conceitos, protagonizada pela escola tradicional. Isto tem motivado inúmeros educadores a inovarem sua prática pedagógica, tendo uma nova postura no sentido de buscar compreender a realidade de seus alunos, tanto do ponto de vista psicológico, cognitivo, afetivo, como sócio-cultural. E através de uma educação significativa e comprometida, das mediações entre o sujeito e o objeto de conhecimento, mecanismos essenciais para o descobrimento do mundo e construção de si mesmo, levar o aluno a ser sujeito ativamente participativo e consciente de sua autonomia social.

Embora Vygotsky, não tenha elaborado uma pedagogia, deixou caminhos, idéias sugestivas para a educação. Enfocou o ser humano em face do outro, em uma relação dinâmica e significativa com o momento histórico e a cultura, como também, descreveu o desenvolvimento como fruto de uma grande influência das experiências do indivíduo, mas que cada ser dá um significado particular a essas vivências, pois o jeito de cada um aprender o mundo, é individual. Certamente, a

teoria do brilhante e obstinado estudioso e psicólogo russo, é uma "obra aberta", devido à produção interrompida precocemente, mas ainda hoje instiga à análise, a estudos e a investigações futuras.

## 9 DIRETRIZES DA AVALIAÇÃO

A Avaliação é condição essencial de qualquer ação intencional. É necessário que a avaliação de desempenho dos alunos seja entendida sempre como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. Nesse sentido, a avaliação permite qualificar a aprendizagem, identificar problemas e encontrar soluções. Assim sendo, é preciso

40

ajudar os alunos a serem bem sucedidos na escola e a terem acesso a todas as oportunidades educacionais disponíveis. Capacitar os professores que precisam se atualizar quanto aos conteúdos ou aos métodos de ensino. Diagnosticar as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e tomar decisões para superá-las, sem medo de inovar. Maximizar os resultados escolares, fornecendo aos alunos experiências de aprendizagem interessantes, nas quais possa adquirir conhecimentos relevantes e exercitar suas habilidades intelectuais e fazer da escola uma comunidade de aprendizagem. A avaliação segundo os objetivos a que servem pode ser: Diagnóstica: feita antes de se iniciar o processo de ensino-aprendizagem, visa detectar situações-problema dos alunos da classe, subsidiar o planejamento e a organização de seqüências de ação. Permite estabelecer o nível de necessidades iniciais para a realização de um trabalho adequado. Formativa: é feita ao longo do processo, de modo contínuo. Visa a determinar, em cada unidade, os resultados, com a finalidade de adequar ou reprogramar o processo. Fornece dados para uma decisão, que pode ser no sentido de criar condições de melhoria de ensino e de aprendizagem, uma vez que o processo não foi encerrado. Somativa: é realizada ao final do processo, com o intuito de verificar em que grau foram alcançados os objetivos propostos. Geralmente integra uma grande quantidade de conteúdos e conhecimentos para compor uma amostragem válida e serve à classificação. Este tipo de avaliação não dá condições para uma reorganização do processo ou reorientação dos alunos. Estas categorias dizem respeito a quando e para quê se avalia.

### 9.1 DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), estabelece na seção II, quanto à Educação Infantil, artigo 31:

41

A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, entendem a avaliação como:

Um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças (Vol. 1, p.59).

Esse ajuste implica num olhar sensível e reflexivo sobre a criança e está atrelado à escolha teórica que norteia o trabalho do educador infantil.

Quando acreditamos numa perspectiva de construção de conhecimento pela criança e destacamos a influência da história e da cultura nesse processo, temos o compromisso de validar nossa teoria através de uma avaliação mediadora.

Em suas obras, Vygotsky destaca que a criança atribui significados aos objetos, não apenas através de sua herança genética ou a partir dos estímulos do meio ambiente, mas através da interação com os elementos de sua cultura e do seu meio social. O desenvolvimento do potencial avaliado e não a simples determinação dos déficits, é o principal alvo pedagógico, onde a mediação articulará, significativamente, os conceitos construídos pelas crianças e formas mais elaboradas de compreensão da realidade (HOFFMANN, 2000, p. 23).

Na prática do educador, essa nova maneira de conceber a avaliação, tem suscitado inúmeros questionamentos em como fazer a transposição teórica, transformando o registro em algo mais coerente no desenvolvimento das habilidades do educando.

Como forma de registro avaliativo, se considera o relatório de avaliação; onde se explicita o desenvolvimento infantil de forma dinâmica, dentro dos âmbitos sugeridos pelos Referenciais Curriculares Nacionais (Formação pessoal e social - Conhecimento de mundo). Os registros são realizados em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 31:

42

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A busca dos educadores, na Educação Infantil em Campo Alegre, tem sido a de

trabalhar com os pressupostos de uma avaliação sempre emancipatória, que seja processual e contínua, participativa, investigativa e diagnóstica. Avalia-se para diagnosticar avanços, entraves, para intervir, agir, problematizar, interferir e redefinir os rumos e caminhos a serem percorridos.

Através do relatório, a vivência com o grupo de crianças, é evidenciada num processo de reflexão e avaliação, que encontra significado na possibilidade de compartilhar com suas famílias e com seus próximos professores, experiências vividas por elas e o sentido dessas, em termos de aprendizagem e desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que contextualiza o espaço pedagógico, o professor re-significa-o, descobrindo e apontando pistas de continuidade para sua própria ação e para participação dos pais no processo (HOFFMANN, 2000, p.83).

Portanto, cabe a todos os profissionais da Educação Infantil, a grande responsabilidade (de) em contribuir para a validação dos registros avaliativos, independentemente de sua área de atuação (profissionais de educação física, artes, inglês, contação de histórias, informática e outros, além daqueles que atuam como educadores regentes das turmas).

A avaliação se destina a obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento da criança e ampliar seus conhecimentos. Diante dos princípios que norteiam a Educação Infantil como instituição, pode-se planejar e redimensionar o trabalho cotidiano.

Neste sentido, avaliar não é apenas medir, comparar ou julgar. Muito mais do que isso, a avaliação tem uma importância social e política no fazer educativo. E essa importância está presente em todas as atitudes e estratégias avaliativas adotadas.

Entende-se a avaliação como um processo que ocorre a todo momento e que envolve todos os elementos que atuam na Educação Infantil, assim como os objetivos, os conteúdos e as atividades realizadas, nas Unidades Educacionais.

43

Avaliar significa que as observações, os registros e outros instrumentos avaliados estarão desde os primeiros momentos de permanência desta criança e de todas as atividades que serão realizadas, constituindo-se em momentos de rica interlocução entre professor e aluno, seja de modo individual ou coletivo, cujo objetivo é acompanhar as possibilidades dos mesmos na realização das atividades apresentadas. Assim, o professor saberá que experiências estão sendo vivenciadas pelas crianças, que conflitos estão enfrentando, que conceitos estão elaborando e que conhecimentos precisam ser ampliados.



A brincadeira é uma atividade privilegiada para conhecer os níveis de conhecimento e desenvolvimento infantil, porque enquanto brinca, a criança expressa livremente e permanece firme nos diferentes saberes, atitudes, conceitos, comportamentos, características e particularidades sócio-afetiva e culturais, com as quais se colocam frente a frente diariamente, seja na forma sistematizada ou ocasional. Portanto, a avaliação não deve ter um caráter classificatório, eliminatório nem discriminatório. Deve ser um processo descritivo e reflexivo sobre as principais características, competências cognitivas e interativas do grupo e de cada criança.

## 9.2 DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação do Ensino Fundamental será norteada pelo sistema estadual de ensino de Santa Catarina, visando mudanças positivas nas atividades dos educandos, bem como seu crescimento enquanto cidadãos em sociedade, indo assim de encontro aos objetivos propostos.

A Unidade Escolar adotará a avaliação através de notas bimestrais inteiras e com meio ponto, não sendo permitido numeral decimal acima e abaixo de cinco.

Fórmula utilizada para o cálculo da média para o Ensino Fundamental:

44

(Nota do 1o bimestre + nota do 2o bimestre + nota do 3o bimestre + nota do 4o bimestre) = ..... : 4 = ..... x 7 = ..... + (PF x 3) = .....

.....  
:  
10= .....

## 9.3 DA RECUPERAÇÃO

Os estudos de recuperação visam às oportunidades de aprendizagem, no decorrer do período letivo - durante os trabalhos escolares normais - em cada disciplina ou atividade, para superar as deficiências verificadas.

A recuperação será oferecida de forma paralela e contínua, durante o ano letivo, atendendo o estabelecido na legislação vigente.

A nota obtida após estudos de recuperação em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substituirá a anterior referente aos mesmos objetivos em consonância com a legislação e novamente será aplicada a fórmula. Não poderá ser reprovado o aluno apenas por uma única nota a exemplo do exame final.

## 9.4 DA PROMOÇÃO

Para a promoção do aluno considerar-se-á o aproveitamento e a frequência.

Será considerado promovido para a série subsequente ou concludente de curso,

o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final, no mínimo, 5,0 (cinco).

## 9.5 DA RETENÇÃO

Serão considerados retidos, os alunos que não apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas dadas e totais de dias letivos previstos pela legislação educacional em vigor, independentemente do rendimento escolar, como

45

também os alunos que apresentarem rendimento inferior à média 5,0 (cinco) em cada componente curricular, apesar de submetidos às atividades de recuperação e independentemente da frequência mínima exigida pela legislação educacional em vigor.

## 9.6 DA FREQUÊNCIA

É obrigatória a frequência às aulas previstas no calendário escolar anual, de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas dadas, nos termos da LDB

9.394/96.

A Educação Infantil deverá seguir a orientação de frequência proposta pela LDB

9.394/96, mas não em caráter obrigatório, em função da especificidade dos níveis de atendimento dessa modalidade educacional.

Faltas às atividades escolares não serão abonadas, salvo nos casos expressos

na legislação vigente. Os dados relativos à frequência serão comunicados ao aluno e

aos pais ou responsáveis, após cada síntese de avaliação.

## 9.7 DA CLASSIFICAÇÃO

A classificação em uma série específica, exceto a primeira do Ensino

Fundamental, será feita para alunos da própria escola, com aproveitamento da série

anterior ou não, ou para alunos vindos por transferências de outra escola.

A classificação sem documentação escolar anterior, para alunos vindos de

outros estabelecimentos, será realizada da seguinte forma:

O responsável pelo aluno deverá indicar a série em que pretende a matrícula,

através de requerimento encaminhado ao Diretor da escola, observando a correlação

com a idade;

Serão realizadas provas da Base Nacional Comum, com conteúdo da série

imediatamente anterior a pretendida e uma redação em Língua Portuguesa;

46

O aluno será avaliado por uma comissão de no mínimo três professores ou

especialistas, para verificar o grau de desenvolvimento e conhecimento do candidato;

A ata de classificação será assinada por: Secretária, comissão de

professores  
ou especialistas e pelo Diretor da Instituição;  
A Escola abre a possibilidade de classificar o aluno até no máximo  
um mês  
após o início das aulas.

#### 9.8 DA RECLASSIFICAÇÃO

A reclassificação acontecerá com base na idade ou na competência e até um  
mês após o início das aulas. O processo de reclassificação se dá  
conforme o processo  
de classificação.

10. MATRIZ CURRICULAR - EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ANO AO 9º ANO

TURNOS: DIURNO

MODALIDADE: REGULAR

UNIDADE ESCOLAR: ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE/SC

Nº MÍNIMO DE DIAS DE EFETIVO TRABALHO ESCOLAR: 200

Nº MÍNIMO DE SEMANAS LETIVAS: 40

Nº MÍNIMO DE DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05

DURAÇÃO HORA/AULA: 1º AO 5º ANO 60 MINUTOS- 04 AULAS DIÁRIAS

6º AO 9º ANO 48 MINUTOS- 05 AULAS DIÁRIAS

CARGA HORÁRIA MÍNIMA ANUAL: 800 HORAS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 9.394-20/12/1996 e suas alterações



## 11. CALENDÁRIO ESCOLAR

48

O calendário escolar será elaborado pela Secretaria municipal de Educação de acordo com a legislação em vigor, para a primeira etapa da Educação Básica e para o Ensino Fundamental, fixando os dias letivos, dias de trabalho escolar, férias, paradas pedagógicas e Formação Continuada de professores.

## 12. REGIME ESCOLAR

O atendimento à clientela da rede municipal de ensino, nas escolas de Educação Básica dar-se-á no período diurno, turno matutino e vespertino, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de acordo com o dispositivo na LDB 9394/96, Deliberação CEE 03/99 e Indicação 03/99 do Conselho Estadual de Educação de SC. Os Centros Municipais de Educação Infantil atendem de acordo com a necessidade de sua clientela.

O regime de trabalho dos profissionais da educação da rede municipal de ensino é caracterizado por:

- 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais para o ocupante de cargo de Professor;
- Para outros profissionais o regime de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

## 12.1 DO CORPO DOCENTE

Compete ao corpo docente:

Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;

Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os

49

conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;

Participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;

Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;

Promover uma avaliação global, contínua e permanente, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno;

Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a direção;

Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;

Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe;

Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, respeito, ao amor ao trabalho e a responsabilidade em todas as tarefas;

Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;

Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;

Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;

50

Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;

Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;

Executar outras atividades correlatas.

## 12.2 DO CORPO DISCENTE

O corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados nos níveis e modalidades em funcionamento na Unidade Escolar.

São direitos dos alunos:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Organizar e participar das agremiações estudantis;
- Receber informações sobre os diversos serviços oferecidos pela Instituição;
- Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas pela escola;
- Contestar critérios de avaliação podendo recorrer às instâncias superiores;
- Requerer transferência ou cancelamento de matrícula, através do pai ou responsável;
- Reivindicar juntamente com os pais o cumprimento da carga horária prevista na matriz curricular;
- Conhecer e analisar as regras internas de funcionamento da escola;
- Analisar juntamente com o professor, especialistas em educação

e diretor, questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, para um melhor desempenho pedagógico;  
É direito dos alunos com necessidades especiais ingressarem no ensino fundamental, assim como os alunos circenses e outros que a legislação determinar.

São deveres dos alunos:

Cumprir as disposições do Projeto Pedagógico no que lhe couber;  
Atender as determinações dos diversos setores da Unidade Escolar;

Comparecer pontualmente às aulas e demais atividades escolares;

51

Participar das atividades programadas e desenvolvidas pela Unidade Escolar;

Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações

escolares e arredores;

Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e

comunidade escolar;

Indenizar o prejuízo, quando produzir dano material à Unidade Escolar e a

objetos de propriedade de colegas e funcionários;

Respeitar as regras internas de funcionamento;

Justificar à direção e ao professor, mediante atestado médico ou declaração do responsável, a ausência a provas e entrega de trabalhos na data

prevista;

O aluno não poderá se ausentar da escola sem autorização escrita dos responsáveis.

### 12.3 DA MATRÍCULA

O plano de matrícula será revisto anualmente pela rede municipal de ensino, encaminhado para análise e Parecer do Conselho Municipal de Educação.

A direção da Unidade Escolar será responsável pela divulgação do período e dos critérios para efetivação da matrícula.

A partir do ato da matrícula, o aluno, o pai ou responsável, tomará conhecimento do Projeto Pedagógico vigente e podendo sugerir modificações para a

elaboração do novo plano para o ano seguinte ou com aprovação em assembléia

geral extraordinária.

Para a matrícula inicial, na Unidade Escolar, o candidato deverá apresentar

certidão de nascimento, deixando uma cópia da mesma para arquivar e atender o

52

estabelecido na legislação em vigor. Para a admissão da matrícula de alunos de

outros estabelecimentos de ensino, será exigido o seguinte documento: cópia da

certidão de nascimento, atestado de frequência ficha individual, histórico escolar,

devidamente assinado e carimbado pelos responsáveis, no prazo máximo de 30 dias

a contar do ato da matrícula. Constatada irregularidades nos documentos do aluno,

referente à série que está cursando, a Instituição deverá providenciar a sua regularização.

### 12.4 DA TRANSFERÊNCIA

As transferências serão efetuadas e admitidas de acordo com a legislação em

vigor e aceitas em qualquer época do ano, desde que apresente o atestado de vaga

do estabelecimento de ensino a qual o aluno vai freqüentar.

### 13. CONTEÚDOS CURRICULARES

A organização dos conteúdos curriculares dar-se-á de forma a contemplar um

trabalho educativo-pedagógico de qualidade, visando à apropriação do conhecimento

científico. Esta perspectiva implica no rompimento com a linearidade e a

fragmentação na organização do trabalho pedagógico escolar.

As atividades curriculares concretizam um trabalho coletivo comprometido

com a qualidade e fortalecimento da identidade escolar, caracterizados no Projeto

Pedagógico Escolar.

No entanto, para a significativa apropriação dos conceitos científicos

essenciais, faz-se necessário a construção e definição de competências e

habilidades, que são princípios ativos com dimensão cognitiva e sócio-afetiva, que

constitui o cidadão. As competências e habilidades constituem o saber fazer. Elas

são historicamente produzidas e constroem-se nas relações sociais. Serão

detalhadas no item Conteúdos, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Na Educação Infantil, os conteúdos devem contemplar:

53

Múltiplas Linguagens: Linguagem Oral, Linguagem Musical, Linguagem

Comunicação e Expressão Visual, Linguagem Literária, Linguagem Matemática e

Linguagem Escrita, Linguagem corporal e linguagem gestual, linguagem artística.

Brincadeiras: Jogos motores, Jogos com regras, Jogos ao ar livre, Jogos

simbólicos, Jogos Intelectuais, Jogos tradicionais, Brincadeiras populares,

Brinquedos cantados, Brincadeiras de roda, Construção de brinquedos.

Organização Espaço Temporal: Organização de diferentes espaços (conhecimentos da identidade de cada membro do grupo, história pessoal e do

grupo, experiências, conflitos, desejos, movimento do grupo, formação do grupo).

Interação: Afetividade.

No Ensino Fundamental a ênfase dos conteúdos está:

Língua Portuguesa/ Literatura: Texto (Unidade da Linguagem em uso),

Dialogia (cada sujeito é complemento necessário do outro), Discurso (efeito de

sentido produzido entre interlocutores), Textualidade: Coerência/ Coesão (o que faz

de um texto um texto e não uma sequência de frases),



Intertextualidade (um texto remete a outro texto - abertura e completude), Interdiscursividade (relação entre os diferentes discursos), Polissemia (multiplicidade significativa da língua), Polifonia (as vozes de que se constitui a língua).

Ciências: Desenvolvimento Sustentável, Ciclo da Matéria e Energia,

Fenômenos Físicos e Químicos.

Matemática: Número: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais,

complexos. Álgebra, Geometria, Medidas, Estatística.

História: Tempo/Espaço, Cultura, Memória, Identidade, Ideologia, Relações

Sociais e de Produção.

Geografia: Espaço Geográfico, Paisagem, Território, Lugar, Sociedade,

Relações Sociais, Meio Ambiente.

Arte: Produção Artística e Cultural, Forma, Cor, Som, Gesto.

Educação Física: Corporeidade, Movimento, Jogo, Ginástica, Dança, Esporte.

54

Ensino Religioso: Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas e/ ou Tradições orais, Teologias, Ritos e Ethos.

#### 14. BASE NACIONAL COMUM

O Ensino Fundamental está organizado em anos. Como ponto de partida, para garantir uma nomenclatura comum às múltiplas possibilidades de organização desse nível de ensino (séries, ciclos, outros - conforme art. 23 da LDB No 9.394/96) - sugere-se que o ensino fundamental seja assim composto:

Ensino Fundamental

Anos Iniciais

Anos Finais

1º ano

2º ano

3º ano 4º ano 5º ano 6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

Os currículos são organizados de acordo com o Art. 26 da LDB 9.394/96, em componentes Curriculares - Base Nacional Comum e Componentes Curriculares -

Parte Diversificada.

Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, História,

Geografia, Ciências, Matemática, Ensino Religioso.

Parte Diversificada: Inglês, Educação Ambiental e Turismo.

#### 14.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, nos termos do Art. 29 da LDB nº 9.394/96, tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade possibilitando

55

situações para seu desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo, estético, ético, psicológico e intelectual e as relações inter e intrapessoal, considerando as habilidades, interesses e diferentes maneiras de aprender de cada criança, complementando a ação da família e comunidade.

#### 14.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Nos termos da LDB nº 9.394/96, o Curso de Ensino Fundamental terá duração mínima de 800 (oitocentas) horas letivas, em 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar no ano civil, com 4 aulas por período de 60 (sessenta) minutos, nas séries iniciais e 5 aulas por período de 48 (quarenta e oito minutos) nas séries finais, incluído recreio monitorado.

#### 15. PARTE DIVERSIFICADA

A parte diversificada do currículo segue os referenciais - Temas Transversais

- contidos nos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais e/ou Temas

Multidisciplinares contidos na Proposta Curricular de SC, e será utilizada para

contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da Base Nacional

Comum.

A rede municipal de ensino contempla na parte diversificada, para o Ensino

Fundamental as Disciplinas de Inglês a partir do 3º ano e Educação Ambiental e

Turismo, a partir do 6º ano.

#### 16. ATIVIDADES ESCOLARES

Organização do tempo

56

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o

tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A

rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens

orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais

diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica

diferente de desenho até situações mais elaboradas como por exemplo o

desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um

encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. Estas

estruturas didáticas contêm múltiplas estratégias que são organizadas em função

das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um

instrumento para o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em três

grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes,

seqüência de atividades e projetos de trabalho.

### Atividades permanentes

São aquelas que respondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças, cujos conteúdos necessitam de uma constância. A escolha dos conteúdos que definem o tipo de atividades permanentes a serem realizadas com frequência regular, diária ou semanal, em cada grupo de crianças, depende das prioridades elencadas a partir da proposta curricular.

Consideram-se atividades permanentes, entre outras:

- brincadeiras no espaço interno e externo;
- roda de história;
- roda de conversas;
- ateliês ou oficinas de desenho, pintura, modelagem e música;
- atividades diversificadas ou ambientes organizados por temas ou materiais à escolha da criança,
- cuidados com o corpo.

### Seqüência de atividades

57

São planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São seqüenciadas com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir paulatinamente resolvendo problemas a partir de diferentes proposições. Estas seqüências derivam de um conteúdo retirado de um dos eixos a serem trabalhados e estão necessariamente dentro de um contexto específico. Por exemplo: se o objetivo é fazer com que as crianças avancem em relação à representação da figura humana por meio do desenho, pode-se planejar várias etapas de trabalho para ajudá-las a reelaborar e enriquecer seus conhecimentos prévios sobre esse assunto, como observação de pessoas, de desenhos ou pinturas de artistas e de fotografias; atividades de representação a partir destas observações; atividades de representação a partir de interferências previamente planejadas pelo educador, etc.

### Projetos de trabalho

Os projetos são conjuntos de atividades que trabalham com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organizam ao redor de um problema para resolver ou um produto final que se quer obter. Possui uma duração que pode variar conforme o objetivo, o desenrolar das várias etapas, o desejo e o interesse das crianças pelo assunto tratado. Comportam uma grande

dose de imprevisibilidade, podendo ser alterado sempre que necessário, tendo inclusive modificações no produto final. Alguns projetos como fazer uma horta ou uma coleção, podem durar um ano inteiro, ao passo que outros, como por exemplo, elaborar um livro de receitas, podem ter uma duração menor. Por partirem sempre de questões que necessitam ser respondidas, possibilitam um contato com as práticas sociais reais. Dependem, em grande parte, dos interesses das crianças, precisam ser significativos, representar uma questão comum para todas e partir de uma indagação da realidade. É importante que os desafios apresentados sejam possíveis

58

de serem enfrentados pelo grupo de crianças. Um dos ganhos de se trabalhar com projetos é possibilitar às crianças que a partir de um assunto relacionado com um dos eixos de trabalho, possam estabelecer múltiplas relações, ampliando suas idéias sobre um assunto específico, buscando complementações com conhecimentos pertinentes aos diferentes eixos. Esse aprendizado serve de referência para outras situações, permitindo generalizações de ordens diversas. A realização de um projeto depende de várias etapas de trabalho que devem ser planejadas e negociadas com as crianças para que elas possam se engajar e acompanhar o percurso até o produto final. O que se deseja alcançar justifica as etapas de elaboração. O levantamento dos conhecimentos prévios das crianças sobre o assunto em pauta deve se constituir no primeiro passo. A socialização do que o grupo já sabe e o levantamento do que desejam saber, isto é, as dúvidas que possuem, pode se constituir na outra etapa. Onde procurar as informações pode ser uma decisão compartilhada com crianças, familiares e demais funcionários da instituição. Várias fontes de informações poderão ser usadas, como livros, enciclopédias, trechos de filmes, análise de imagens, entrevistas com as mais diferentes pessoas, visitas a recursos da comunidade, etc. O registro dos conhecimentos que vão sendo construídos pelas crianças deve permear todo o trabalho, podendo incluir relatos escritos, fitas gravadas, fotos, produção das crianças, desenhos, etc. Os projetos contêm seqüências de atividades e podem-se utilizar atividades permanentes já em curso. A característica principal dos projetos é a visibilidade final do produto e a solução do problema compartilhado com as crianças. Ao final de um projeto, pode-se dizer que a criança aprendeu por que teve uma intensa participação que envolveu a resolução de problemas de naturezas diversas. Soma-se a todas essas características mais uma, ligada ao caráter lúdico que os projetos na educação

infantil têm. Se o projeto é sobre castelos, reis, rainhas, as crianças podem incorporar em suas brincadeiras conhecimentos que foram construindo, e o produto final pode ser um baile medieval. Há muitos projetos que envolvem a elaboração de bonecos do tamanho de adultos, outros a construção de circos, de maquetes,

59

produtos que por si só já representam criação e diversão para as crianças, sem contar o prazer que lhes dá de conhecer o mundo.

Como encaminhar um projeto na escola

O planejamento de um projeto deve contemplar:

- Definição do tema: o tema deve estar inserido no contexto social da criança, para que adquira uma postura crítica e analítica essencial à cidadania.
- Problematização e Justificativa: criam a necessidade de ir à busca de informações e explicações sobre o objeto de conhecimento, confrontando soluções diferentes e instigando à pesquisa. Na Educação Infantil a problematização é uma excelente forma de motivação.
- Estabelecimento dos objetivos a serem alcançados e o produto final do projeto: é fundamental definir as intenções norteadoras da execução do projeto.
- Estabelecimento do conjunto de conceitos e atividades necessários para o tratamento do problema: o roteiro do trabalho deve conter o que deve ser investigado, a atividade a serem realizadas e os materiais necessários.
- Cronologia: estabelece o tempo necessário para aplicação e desenvolvimento do projeto.
- Fechamento e apresentação do projeto: todos os dados obtidos durante o desenrolar do projeto devem ser analisados e registrados de diferentes formas: cartazes, tabelas, gráficos, maquetes, histórias, exposições, feiras, jornais, desenhos, teatros, jogos, etc. Os resultados poderão ser conhecidos pelas outras crianças, pelos educadores e pela comunidade em geral.
- Avaliação dos alunos e do próprio projeto: cabe ao educador verificar quais os objetivos atingidos e quais precisam ser retomados e aperfeiçoados. A auto-avaliação também tem um lugar de destaque, já que permite tanto ao educador quanto às crianças, reconhecerem os pontos positivos e negativos do trabalho realizado.

Organização do espaço e seleção dos materiais

60

A organização dos espaços e dos materiais se constitui em um instrumento fundamental para a prática educativa com crianças pequenas. Isso implica que, para

cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala assim como introduzir materiais específicos para a montagem de ambientes novos, ligados aos projetos em curso. Além disso, a aprendizagem transcende o espaço da sala toma conta da área externa e de outros espaços da instituição e fora dela. A pracinha, o supermercado, a feira o circo, o zoológico, a biblioteca, a padaria, etc. são mais do que locais para simples passeio, podendo enriquecer e potencializar as aprendizagens.

Outras atividades sugeridas

- Contar e ouvir histórias;
- Dramatização com fantoches;
- História em sequência
- História coletiva criada a partir de objetos, desenhos, quebra-cabeças;
- Histórias cantadas;
- Músicas, trava-línguas, poesias, adivinhações e parlendas;
- Brincadeiras com corda, peteca, bambolê, bola;
- Jogos em geral;
- Amarelinha;
- Gincanas, passeios;
- Pintura com guache;
- Dobraduras;
- Trabalho com sucatas;
- Alfabeto móvel;
- Blocos Lógicos;
- Elaboração de gráficos: de idade, alimentos, cores etc.;
- Vivenciar atividades cotidianas como compra e venda;
- Calendário do tempo;
- Confeção de instrumentos musicais.
- Cantigas de roda.

## 17. EDUCAÇÃO INFANTIL

História da Educação Infantil no Brasil

61

Historicamente, a Educação Infantil surge no mundo como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas a partir do século XVIII.

Apesar de serem instituições de ensino, seus propósitos por muito tempo eram desvinculados das necessidades educacionais. No Brasil, as creches surgiram para atender não somente os filhos de mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares preocupavam-se somente com: alimentação, higiene e segurança física.

Em 1919, cria-se o Departamento da Criança no Brasil, com diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar estatísticas sobre mortalidade infantil.

A partir de 1930, manifestam-se elevados graus de nacionalização, onde a criança possa ser como um adulto em potencial, uma matriz do homem, que não tem vida social ativa. Em consonância a esta concepção, surgem vários órgãos assistencialistas e jurídicos para a infância como o Departamento Nacional da Criança (1940); o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (1972); a FUNABEM (1941); a LBA (1942); a UNICEF (1946); o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (1953); o CNAE (1955); a OMEP (1969) e o COEPRE (1975).

62

Com a crescente evasão escolar e a repetência nas classes pobres do primeiro grau, em 1970 foi instituída a educação Pré-Escolar (chamada educação compensatória) para crianças de 4 à 6 anos, visando suprir carências culturais presentes na educação familiar. A LDB, criada em 1971, (5692/71) dedicou à Educação Infantil apenas um parágrafo sobre o tema:

Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes (SOUZA E SILVA, A Nova LDB, 2002).

Na década de 80, através de congressos, da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação) e da Constituição de 1988, tanto a creche como a Pré-Escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais meramente assistencialista. Desmascarou-se a educação compensatória, que delegou à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria. Os anos 90 trouxeram inovações significativas para a Educação Infantil, dando-lhe um tratamento adequado numa legislação educacional. Surge a lei 9394/96, que explicita e normaliza com maior especificidade as diretrizes para a Educação Infantil. Determina que as instituições sejam espaços educacionais regulamentados (a partir da Elaboração dos Conselhos de Educação), estabelecendo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Artigo 29 - LDB 9394/96). De acordo com a LDB, as ações da Educação Infantil devem ser norteadas pelos princípios gerais expressos a seguir:

1. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas um

direito a que o Estado tem o dever de atender (cf. LDB, artigo 29).

2. As instituições de Educação Infantil são as creches, para as crianças de zero a três anos e onze meses de idade e as pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos e onze meses (cf. LDB, artigo 30).

63

3. A Educação Infantil visa proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar da criança, seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências, bem como, estimular seu interesse pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade (cf. LDB, artigo 29).

4. Dadas às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a seis anos, a Educação Infantil cumpre duas funções indispensáveis e indissociáveis: cuidar e educar, complementando a ação da família e da comunidade.

5. A proposta pedagógica da Educação Infantil deve levar em conta o bem-estar da criança, seu grau de desenvolvimento, a diversidade cultural das populações infantis, os conhecimentos a serem universalizados e o regime de atendimento (tempo integral ou parcial).

6. A avaliação, na Educação Infantil, realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa etapa da educação, não tem função de promoção e não constitui pré-requisito para o acesso ao ensino fundamental (cf. LDB, artigo 29).

7. As instituições de Educação Infantil integram o Sistema Municipal de Ensino, o Sistema Estadual de Ensino ou o Sistema Único de Educação Básica (cf. LDB, artigos 10 e 11).

8. Os órgãos responsáveis do respectivo sistema de ensino deverão baixar normas complementares, autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de Educação Infantil (cf. LDB, artigos 10 e 11).

9. Os docentes da Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível superior (licenciatura de graduação plena), admitida como formação mínima e oferecida em nível médio (modalidade normal) (cf. LDB, artigo 62).

10. Os Sistemas de Ensino promoverão a valorização dos profissionais que atuam em creches e pré-escolas no que diz respeito à formação profissional, condições de trabalho, plano de carreira e remuneração condigna (cf. LDB, artigos 67, 69, 70).

11. As crianças com necessidades especiais, sempre que possível, em função de suas condições específicas, devem ser atendidas na rede regular de creches e

64

pré-escolas respeitando o direito a atendimento especializado inclusivo por órgão próprio do sistema quando for o caso (cf. LDB, artigo 58).

12. A Educação Infantil orienta-se pelos princípios da educação em geral: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre educação escolar e as práticas sociais (cf. LDB, artigo 3º).

No ano de 1998, surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, concebido a partir de debate nacional, em parceria com o Ministério da Educação e do Desporto, que se constitui de um guia de ampla reflexão educacional. O Referencial apresenta objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais da educação, em consonância aos princípios contemplados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As legislações educacionais têm pontuado as discussões nas instituições de ensino, na busca permanente por uma educação de qualidade, pautada nos direitos da Infância e nas conquistas pedagógicas para a Educação Infantil. Entretanto, apesar de avanços significativos terem sido conquistados em documentos oficiais de ensino, sabe-se que a Educação Infantil, ainda tem um longo caminho a percorrer, no qual todos, enquanto profissionais, são sujeitos capazes de produzir a transformação cultural e a valorização tão almejada. A Educação Infantil é um direito constitucional das crianças brasileiras. Além disso, é uma das estratégias mais efetivas e eficazes para a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social.

#### Objetivos da Educação Infantil

65

O Referencial Curricular estabelece objetivos gerais para a Educação Infantil, para as crianças de zero a seis anos, buscando orientar e nortear, através da ação educativa, um desenvolvimento infantil onde as crianças sejam capazes de:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades

e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos e cuidados com a própria saúde e bem estar;

- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos, a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos, avançando no seu processo de construção de significados e enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer as manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Cada Instituição Educacional tem suas especificidades: é determinada pelo contexto social em que está inserida; enfrenta maior ou menor dificuldade para ampliar seus recursos humanos, físicos e pedagógicos. Todavia, essas variáveis não

66

devem justificar um trabalho de menor qualidade, onde os objetivos sejam afetados, não permitindo às crianças um contexto de relações significativas para a ampliação de sua leitura de mundo.

#### Os novos paradigmas na Educação Infantil

A transição da ênfase no “treinamento dos sentidos” e na “assistência à criança” para uma base mais ampla de Educação caracteriza uma nova concepção de educação, de criança, de centro educacional e, sobretudo, de perfil profissional. A educação deve ser considerada como processo de base para a aquisição da autonomia, da conquista do sentimento e consciência da cidadania, para a formação de um cidadão capaz de analisar e intervir na realidade. Dentro desse sentido amplo e complexo o homem deve ser entendido como um ser bio-psico-sócio-cultural que possui necessidades materiais, relacionais e transcendentais. A partir da Constituição Federal de 1988, se estabelece um caráter diferenciado para a compreensão da infância, impondo-lhe uma



dimensão de cidadania. A criança começa a ser entendida como sujeito de direitos e em pleno desenvolvimento desde seu nascimento.

Esta concepção de infância contrapõe-se à idéia ainda muito presente no senso comum de que a criança é uma espécie de brinquedo interessante, ou um ser incompleto que deve ser preparado para se tornar adulto. Ora, nem o adulto, nem o mundo da sociedade, da natureza ou da cultura são completos, sendo e estando em permanente vir e ser. A criança, nesta nova ótica, é vista como parte desta totalidade, que determina e é determinada por esta. Um ser humano em processo de humanização permanente, um cidadão com lugar definido na sociedade, um sujeito cognoscente desde que nasce (MACHADO, 1992, p.62).

A criança como todo ser humano é, portanto, um sujeito social e histórico, participante de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade e num momento histórico, culturalmente determinado. Deve-se adotar, então, uma concepção integrada de criança preocupando-se não apenas com seu desenvolvimento cognitivo, mas também com a dimensão

67

social, psicológica, afetiva, motora, estética, ética e histórica, envolvidas no desenvolvimento infantil.

Nessa perspectiva, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens. Cuidar e ensinar transforma-se em um binômio inseparável na prática escolar, pois, nas instituições de ensino, cuidar da preservação da vida e desenvolver a multiplicidade de capacidades humanas, são objetivos necessários para o pleno desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças.

A infância, concebida a partir deste contexto, remete ao trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento das capacidades de apropriação de todas as potencialidades humanas, para que se formem crianças felizes e saudáveis.

Enquanto instituição social, o centro educacional deve possibilitar o crescimento humano nas relações interpessoais, propiciando ao educando a aquisição de uma consciência crítica, que lhe amplie a visão de mundo (leitura interpretativa do ambiente, das relações dos homens entre si e com a natureza), buscando situações didáticas que se transformem em contextos cotidianos significativos. É, sem dúvida, um espaço de construção e reconstrução do conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado. O educador deve ser o mediador entre o sujeito e seu objeto de conhecimento. Segundo Machado (1993), é importante considerar

que o caráter pedagógico do trabalho não está na operação em si, mas na postura que assume o educador, no trabalho que realiza. Por exemplo: brincar de massa de modelar pode ser simplesmente um momento de explorar diferentes formas, cores ou tamanhos; um meio em que usualmente entendemos estar desenvolvendo a coordenação motora; ou ser compreendido como mais um espaço de vivência, que possibilita às crianças partilharem significações, experimentar através de diferentes linguagens e interações a elaboração de novos significados. Então, o educador deve ser um profissional, pesquisador, reflexivo, comprometido com o processo educativo, integrado ao mundo de hoje e principalmente, um eterno aprendiz, que busca inovação, ousadia e criatividade.

Referencial Teórico

68

A Pedagogia Progressista valoriza a ação pedagógica inserida num contexto de relações sociais, onde a mediação entre o individual e o social está sempre presente.

A partir da perspectiva dialética, difunde-se uma educação voltada à

construção de conhecimentos pela criança, em que sejam determinantes, tanto a infra-estrutura orgânica, quanto à relação social e a interação com os elementos que

a cultura transmite. Assim, o homem é "geneticamente social", uma vez que o

desenvolvimento orgânico está atrelado às interações sociais. Vygotsky, Lúria,

Perrenoud, Leontiev, Wallon e até Piaget (na perspectiva da epistemologia genética),

podem ser citados aqui, como referências importantes para estudo e

aprofundamento teórico.

Neste contexto, o presente documento é fundamentado na concepção

histórico-cultural de aprendizagem, também chamada sócio-cultural, sócio-histórica

ou sócio-interacionista. Isto equivale a afirmar que o conhecimento não existe

sozinho. Existe sempre impregnado em algo humano (ou o ser humano, ou uma

criatura humana, como um livro, um aparelho, um meio social). Na educação, o

educador passa a ter a função de mediador entre o saber historicamente acumulado

e o educando.

Lev Semenovich Vygotsky (1898-1934) e Henri Wallon (1879-1962), entenderam que:

A relação do sujeito com a realidade se dá através de mediações que

permitem que ele seja transformado pela natureza, que por sua vez é

transformada por ele (PC/SC, 1998, p. 23).

Assim, a mediação acontece através da utilização de instrumentos e signos,

que tornam possíveis a interação social, a transformação do meio e dos sujeitos. O signo tem como principal função à organização do pensamento, decorrente da possibilidade de generalizar e abstrair as experiências dos sujeitos.

69

Os signos podem ser definidos como elementos que representam ou expressam outros objetos, eventos, situações. A palavra mesa, por exemplo, é um signo que representa o objeto mesa; o símbolo 3 é um signo para a quantidade três; o desenho de uma cartola na porta de um sanitário é um signo que indica que ali é o sanitário masculino (OLIVEIRA, 2001, p.30).

De acordo com Vygotsky (1992), o desenvolvimento do pensamento pode ser demonstrado através do processo de aquisição dos conceitos científicos, que são diferentes dos conceitos espontâneos.

Os conceitos cotidianos são construídos na observação, manipulação e vivências. É a partir de suas experiências, por exemplo, que a criança pode construir o conceito de cachorro, associando as características deste animal (sem diferenciação de tamanho, cor, raça, etc), chamando de au-au, todos os animais de quatro patas.

Já os conceitos científicos são sistematizados através de interações educativas. Se utilizarmos como base o mesmo exemplo anterior haverá um grau de generalização e abstração cada vez maior. Neste sentido, os conceitos são compreendidos como relações ou generalizações contidas nas palavras utilizadas por determinada cultura (Proposta Curricular de Santa Catarina, 1997).

A formação dos conceitos se inicia na infância, onde o pensamento se organiza segundo características de generalização, passando pelos estágios de:

- Sincretismo (onde o significado das palavras é para a criança nada mais do que um conglomerado vago e sincrético de objetos isolados, que de uma forma ou outra, aglutinaram-se em uma imagem na sua mente);
- Formação de complexos (onde a criança seleciona objetos a partir de características concretas e objetivas e as palavras assumem a função articuladora entre os objetos);
- Formação de conceitos potenciais (onde a palavra passa a representar a abstração da função do objeto);

70

- Domínio dos conceitos científicos (que possam ser aplicados em outro contexto, relacionados a outras situações, fazendo movimentos do abstrato

ao concreto e vice-versa).

Para Vygotsky, a principal mediação é a linguagem, enquanto para Wallon, é a emoção (por este considerada como a primeira forma de comunicação humana).

Ambos acreditam que a apropriação do conhecimento acontece num

movimento complexo, de rupturas e transformações.

Wallon confere à afetividade um conceito amplo, que inclui um componente

orgânico, corporal, motor, plástico (emoção), um componente cognitivo,

representacional (sentimentos) e um componente expressivo (comunicação). O

afetivo e o cognitivo não se separam; são constitutivos um do outro, formando um

par unitário. Assim, admitir que a afetividade e a inteligência constituem mutuamente,

alternando-se na predominância não só entre os estágios, mas entre atividades

diferentes voltadas ou mais para si mesma ou mais para o exterior, satisfaz

necessidades vitais para o desenvolvimento da criança.

Vygotsky considera a aprendizagem e o desenvolvimento humano como

fenômenos sempre inter-relacionados, que ocorrem desde o primeiro dia de vida da

criança.

Nesta perspectiva, as relações sociais constituem uma estrutura social

complexa, cujas relações concretizam-se em práticas sociais. Isto nos permite

concluir que as funções psicológicas se constituem no sujeito, enquanto participa das

práticas sociais do seu grupo cultural.

É na infância, que a imitação, o desenho, a brincadeira, o jogo, a fala e a

escrita, vão se formando enquanto processos fundamentais para o desenvolvimento

e a aprendizagem humana.

Ao brincar, a criança trabalha, assimila, cria e recria experiências sócio-

culturais dos adultos; trabalhando com aspectos fundamentais como a liberdade de

ação, as regras implícitas ou explícitas, a ludicidade, a imaginação e a representação

da realidade num contexto de tempo e espaço. Por isso, a interação dialógica na

escola deve ter presente que todo conhecimento é transmitido através de signos com

caráter ideológico de representação sócio-histórica.

71

Portanto, fica claro neste referencial, que a função da educação infantil é

muito mais que socializar ou cuidar, envolvendo a construção de conhecimentos para

transformar os sujeitos que nela atuam, criando condições para um novo espaço de

articulação e apropriação de saberes que se tornem valiosos para a sua vida.

A partir destas diretrizes teóricas, busca-se hoje uma educação

emancipatória, voltada à formação do sujeito que seja, de fato, um cidadão do

mundo. Toda a estrutura curricular e sistematização de atividades

mudam de paradigma, para conseguir proporcionar ao sujeito, a apropriação de saberes que se transformem em mais valia para a sua vida.

#### Legitimidade da Educação Infantil e o contexto municipal

A Educação Infantil do Município de Campo Alegre está baseada no enfoque sócio-interacionista, numa concepção histórico-social, direcionando currículos e práticas em consonância aos novos paradigmas postulados na legislação atual.

Todas as orientações teóricas e filosóficas são, então, de grande valia para referendar os trabalhos a serem realizados na rede municipal de Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), da

Coordenadoria de Educação Infantil (COEDI), da Secretaria de Educação

Fundamental, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), utilizado no

Município de Campo Alegre, como guia de reflexão e orientação aos educadores,

subsidiaria a construção desta proposta curricular, operacionalizando o processo

didático, os objetivos, os conceitos e as orientações didáticas.

Este documento considera dois âmbitos de experiência como estruturantes

dos trabalhos com as crianças da Educação Infantil, caracterizados como:

Campos de ação organizadores da prática educativa: o de formação pessoal e social e o de conhecimento de mundo. É preciso ressaltar que

esta organização possui um caráter instrumental e didático, devendo os

professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de

conhecimentos se processa de maneira integral e global e que há inter-

relações entre os diferentes âmbitos a serem trabalhados com as crianças

(RCNEI, Vol. 1, p. 31).

72

O trabalho com o âmbito de formação pessoal e social pretende que as instituições ofereçam condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas desenvolvendo atitudes de aceitação, de respeito e de confiança.

O âmbito de conhecimento de mundo, diz respeito ao trabalho com diferentes

linguagens e suas relações com os objetivos de conhecimento. São tratados os

conteúdos de acordo com as dimensões da cultura, que é definida pelo MEC como:

O conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais da

humanidade, construído ao longo das histórias dos diversos grupos,

englobando múltiplos aspectos e em constantes processos de reelaboração

e resignificação (RCNEI, Vol. I, p. 31).

Esses dois âmbitos são subdivididos no Referencial Curricular, em eixos de trabalho, cada um com seus objetivos, conteúdos, procedimentos e critérios de avaliação.

Orientações e critérios para a organização de turmas e do espaço físico

Cada fase do desenvolvimento humano é caracterizada por diferentes

necessidades, e no que se refere à formação de grupos para as instituições de

Educação Infantil, são necessários agrupamentos coerentes por faixa etária, bem

como adequação do espaço físico, que viabilizem as condições de atendimento das

instituições.

Uma proposta educativa ampla, numa concepção histórico-cultural, requer

um profissional especializado na ciência da criança, ou seja, ciente da importância da

afetividade, da sensibilidade, do carinho, do amor, que devem ser elementos sempre

presentes. O educador infantil deve também possuir formação superior e

sensibilidade interdisciplinar.

For mação de grupos

73

De acordo com a Resolução n 91/99 que fixa normas para a Educação Infantil

no âmbito do Sistema Estadual de Santa Catarina no art. 11 que os Parâmetros para

a organização de grupos, decorrerão das especificidades da Proposta Pedagógica e

não excederão a seguinte relação professor/criança:

Crianças de 0 a	1 ano 6 a 8 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Crianças de 1 a 3 anos	8 a 10 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Crianças de 3 a 5 anos	12 a 15 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Crianças de 5 a 6 anos	20 a 25 crianças	1 professor

município de Campo Alegre, a relação entre a oferta e o atendimento na

Educação Infantil, prioriza a qualidade no trabalho desenvolvido adotando-se, os

seguintes critérios:

NÍVEL	IDADE	CRIANÇAS	PROFESSOR
Berçário I	4 meses a 1 ano	06 a 8 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Berçário II	1 a 2 anos	08 a 10 crianças	professor, 1 professor auxiliar
Maternal I	2 a 3 anos	12 a 15 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Maternal II	3 a 4 anos	12 a 15 crianças	1 professor, 1 professor auxiliar
Pré I	4 a 5 anos	20 a 25 crianças	1 professor
Pré II	5 a 6 anos	20 a 25 crianças	1 professor

## Estruturação do espaço físico

Tão importante quanto pensar nos agrupamentos por faixa etária e número de crianças por turma, é organizar um espaço físico adequado, que seja capaz de transmitir às crianças: segurança, tranquilidade, afetividade e o desenvolvimento cognitivo. Além disso, um ambiente composto por uma adequada seleção de materiais, cujos componentes ativos refletem a concepção de educação assumida pela instituição.

74

Sobre estas questões, a atual Proposta Municipal, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, propõe basicamente:

- Iluminação adequada;
- Aproveitamento significativo dos espaços externos (parque, pátyos, solários e outros logradouros da comunidade, etc.);
- Mobiliário de acordo com o tamanho das crianças (berço, mesa, cadeira, sanitários, quadro-de-giz, etc.);
- Acesso facilitado a brinquedos e outros materiais pedagógicos;
- Tanques de areia revolvidos periodicamente e protegidos de animais;
- Organização de diferentes espaços dentro da sala de aula, que favoreçam o desenvolvimento de atividades diversificadas (jogos, artes, literaturas, etc.);
- Aquisição e manutenção apropriada de recursos materiais diversificados como espelhos, livros, tintas, pincéis, mobiliários, papéis, tesouras, argila, cola, jogos diversos, blocos para construções, sucatas, fantoches, CDs, aparelhos de som.

O Centro de Educação deve zelar pela segurança de seu grupo, adquirindo materiais de boa qualidade e adequando seu espaço físico em situações que não forneçam risco de acidentes.

## 18. IDENTIDADE E AUTONOMIA

Não se pode conceber que no indivíduo, a formação pessoal e social esteja dissociada de seu conhecimento de mundo, já que existe íntima ligação entre o que somos e o que produzimos, enquanto seres eminentemente sociais.

O trabalho educativo inspirado nestes princípios deve se processar de maneira integrada e global, aprofundando as inter-relações entre os diferentes eixos trabalhados com as crianças.

Entende-se que a instituição de Educação Infantil é um espaço de inserção das crianças nas relações éticas e morais, presentes no meio onde vivem.

75

Um espaço determinado por conquistas cognitivas importantes, mas também, pelo desenvolvimento dos processos de socialização, extremamente

relevantes à formação humana.

Sendo assim, a instituição deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança as crianças para que estas:

- Expressem seus desejos e sentimentos, agindo com progressiva autonomia e ampliando sua autoconfiança;
- Criem vínculos de cooperação e solidariedade com o grupo, onde o respeito e a colaboração estejam sempre presentes;
- Conheçam melhor seu próprio corpo, sua sexualidade, limites e sensações;
- Usem seus recursos pessoais para enfrentar diferentes situações de conflito no grupo, pedindo ajuda se necessário;
- Participem em situações de brincadeiras, definindo objetos, temas, espaço e personagens;
- Valorizem o diálogo como forma de lidar com as dificuldades;
- Respeitem e valorizem a cultura do seu grupo de origem e a de outros grupos;
- Conheçam, respeitem e utilizem algumas regras elementares de convívio social;
- Construam sua identidade pessoal e no grupo do qual fazem parte.

Por este motivo, na Proposta Pedagógica da rede municipal de ensino, o tema Identidade e Autonomia serão trabalhados em todos os eixos de conhecimento de mundo (matemática, linguagem oral e escrita, artes visuais, natureza e sociedade, música e movimento) de forma integrada.

## 19. EIXOS DE TRABALHO E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

### 19.1 MOVIMENTO

#### 19.1.1 OBJETIVOS

76

A ação educativa deve se organizar, garantindo-se oportunidades para que a criança seja capaz de:

- expressar-se corporalmente por meio de brincadeiras, jogos, danças e de outros movimentos;
- perceber sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e a integridade do próprio corpo;
- promover a construção e a afirmação da imagem corporal;
- participar de projetos que ampliem suas capacidades motoras e suas habilidades, acerca de sua corporeidade;
- explorar diferentes posturas corporais;
- ampliar progressivamente a destreza para deslocar-se no espaço com diferentes possibilidades;
- utilizar suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas;
- aprimorar a percepção espacial;
- coordenar progressivamente os movimentos do corpo;
- representar experiências observadas e vividas por meio do movimento.

### 19.1.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Entende-se que o movimento humano é a expressão objetivada da consciência corporal, formada pelo conjunto das relações que compõem uma determinada sociedade e dos saberes sistematizados por ela, sobre a consciência corporal. É, portanto, mais do que um simples deslocamento do corpo no espaço: uma linguagem que permite às pessoas agirem sobre o seu meio físico e atuarem sobre o ambiente humano. Os movimentos incorporam-se aos comportamentos dos homens, formando sua cultura corporal. Historicamente, diferentes manifestações dessa linguagem foram surgindo, como a dança, o jogo, as brincadeiras, a ginástica etc; onde se faz uso de diferentes posturas, gestos e expressões corporais com intencionalidade, privilegiando um movimento aprendido e seu significado.

77

No primeiro ano de vida, a criança realiza importantes conquistas na sustentação do próprio corpo, como: virar-se, rolar, apoiar-se, equilibrar-se, sentar-se etc. Essas conquistas estimulam o aprendizado da locomoção, ampliando a ação cada vez mais independente da criança. As ações exploratórias nesta faixa etária relacionadas ao próprio corpo e ao meio, propiciam a coordenação sensório-motora e o desenvolvimento de habilidades necessárias para uma relação mais independente com o ambiente. A partir do segundo ano de vida, o aperfeiçoamento da capacidade de locomoção e o progressivo amadurecimento do sistema nervoso, trazem maior independência no andar e na disponibilidade das mãos (explora-se melhor o espaço, pesquisa, mexe, adequa gestos e movimentos, manipula objetos, testa as várias possibilidades do gesto). A criança, até os três anos, busca reconhecer a imagem de seu corpo, principalmente através das brincadeiras que faz diante do espelho e das interações sociais que estabelece. Aprende a reconhecer suas características físicas, essenciais para a construção de sua identidade. Na faixa etária de quatro a seis anos, o repertório de gestos instrumentais se amplia com progressiva precisão. Ficam mais sofisticados os atos em que a criança coordena vários segmentos motores, e os ajusta a objetos específicos (recorte, colagem, encaixe e outros).

Quanto à atividade muscular os recursos da expressividade correspondem a variações do tônus (grau de tensão do músculo), que respondem também pelo equilíbrio e sustentação das posturas corporais (RCNEI, 1998, p.24).

Algumas considerações são importantes para viabilizar a prática neste eixo:

- A estimulação, a partir do banho e da massagem, permite explorar o próprio corpo e experimentar diferentes sensações;
- A busca, na cultura infantil, de jogos e de brincadeiras, inclusive aquelas que integrem canto e movimento, são riquíssimas fontes capazes de ampliar a percepção rítmica, o reconhecimento dos segmentos do corpo e a afetividade.

78

Exemplos: canções de ninar, canções que permitam nomear e tocar partes do corpo, brincadeiras de roda, de imitação, interação e aquelas que sugere mímicas faciais ou gestos; entre outros;

- A utilização do espelho favorece a construção e a afirmação da imagem corporal (aproveitar o faz-de-conta);
- A exploração de jogos motores que contemplem regras oportuniza aprendizagens sociais, onde as crianças aprendem a competir (ganhar/perder), a colaborar umas com as outras, a combinar e a respeitar regras;
- A diversificação no uso de materiais proporciona a descoberta e a exploração do movimento (rolar, arrastar, engatinhar, caminhar atrás de objetos, chutar, lançar, quicar, andar em túneis de pano, utilizando os músculos de braços e pernas);
- As organizações de circuitos nos espaços internos ou externos, são desafios importantes que podem ser criados a partir de arcos, pneus, bancos, tábuas, cordas, bastões, tijolos e sucatas diversas. Com estes materiais, podem surgir ambientes como túneis, pontes, trilhas, labirintos, rampas onde as crianças possam aperfeiçoar suas capacidades motoras, saltando, equilibrando-se, andando, escorregando, rolando, etc;
- O desenvolvimento de histórias vivenciadas (onde a criança executa movimentos propostos pelo educador, enquanto a história acontece), funciona de maneira semelhante ao circuito, incluindo a dramatização como elemento integrador;
- Atividades cotidianas que normalmente são trabalhadas como resgate cultural, na verdade, proporcionam uma pesquisa corporal intensa. São exemplos: pular corda, amarelinha, coelho sai da toca, siga o mestre, pega-pega, gato e rato, ovo choco, avião, elástico e outras, bem como os brinquedos cantados.

### 19.1.3 PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO

Condutas motoras de base: são as formas mais elementares do movimento como: sentar, levantar, rolar, andar, lançar, apanhar, pegar, levantar e transportar objetos, subir e descer.

79

Condutas neuro-psicomotoras: evidenciam um desenvolvimento mental da



criança, pois são realizadas como imitação, reproduzindo movimentos para melhor vivenciá-los. São formas secundárias de movimento que dão continuidade às básicas: girar, galopear, saltar, pular em um só pé, etc. Esquema corporal: é o conhecimento do próprio corpo, de suas partes, de suas capacidades de movimentação.

Postura: é o resultado de uma ordem, ou de um movimento e resulta também

da visão de mundo que tem a sociedade em que se vive.

Coordenação ampla: é o conjunto de habilidades desempenhadas com o

corpo todo, buscando a harmonia e o controle de movimentos amplos.

Equilíbrio: é a noção de distribuição do peso do corpo em relação ao centro

de gravidade. Pode ser trabalhado estática e dinamicamente.

Respiração: é a movimentação rítmica do ar, para dentro (inspiração) e para

fora (expiração).

Coordenação fina: é a capacidade para realizar movimentos específicos,

usando os pequenos músculos.

As atividades da motricidade fina englobam a coordenação óculo-manual,

óculo-pedal e músculo facial.

Lateralidade: é a manifestação de um lado preferencial na ação, vinculado a

um hemisfério cerebral.

Lateralização: é a organização e a orientação no espaço a ser percorrido, em

direção à direita e à esquerda.

Organização e orientação temporal: referem-se ao horizonte temporal, à

representação mental de passado, presente e futuro; o antes, o agora e o depois.

Organização e orientação espacial: referem-se à capacidade de situar-se,

orientar-se e movimentar-se em qualquer espaço, utilizando como referencial a sua

própria pessoa.

Expressão corporal: é a linguagem do corpo, onde a pessoa transmite toda

sua maneira de ser, expressando sentimentos, sensações e pensamentos.

Habilidades perceptivo-motoras: referem-se à capacidade do indivíduo de

receber, interpretar, e responder precisamente aos estímulos, sejam internos ou

80

externos. A aprendizagem perceptivo-motora envolve: visão-audição-tato-gustação-

olfato, movimento ou cinestesia. São também conhecidas como

habilidades

sensorio-motoras.

Ritmo: é a identificação dos movimentos corporais com ou sem música;

movimentação própria de cada um (lento, acelerado, cadenciado).

#### IMPORTANTE

As condutas motoras de base, as neuro-psicomotoras e todos os demais

pressupostos do movimento, devem ser trabalhados sempre a partir de desafios

lúdicos, ou seja, o educador precisa enaltecer em seu planejamento

vivências

contextualizadas para explorar os conceitos. Sendo assim, os jogos, as cantigas, as danças e as brincadeiras diversas, colhidas no próprio repertório infantil, são encaminhamentos metodológicos essenciais para viabilizar um trabalho pedagógico, realmente comprometido com a arte de movimentar o corpo.

Ressaltamos que as ações dos Centros de Educação Infantil, não ocorrem

de maneira descontextualizada, compartimentada, mais sim de forma ampla, integral

e integrada junto à criança, com todos os profissionais.

#### 19.1.4 CONCEITOS

##### 19.1.4.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

###### • Expressividade:

- Corpo.

- Manifestações corporais.

- Imagem corporal.

- Dança/ Ginástica:

\*Cantigas de roda

\*Brinquedos cantados

\*Mímica facial, gestual / corporal.

- Ritmo corporal.

- Percepções/ sensações:

\*Limites

\*Sinais vitais

\*Massagem

\*Sentidos

\*Espaços

\*Tempo.

- Contestes.

###### • Coordenação:

- Equilíbrio:

\*Estático

\*Dinâmico.

- Postura do corpo.

- Destreza e deslocamento.

- Habilidades manuais.

- Velocidade.

- Flexibilidade.

- Força.

- Alongamento.

- Freio inibitório.

- Lateralidade.

###### • Medidas: exame biométrico.

##### 19.1.4.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

###### • Expressividade:

- Corpo.

- Manifestações corporais.

- Imagem corporal.

- Dança/ Ginástica:

\*Cantigas de roda

81

\*Brinquedos cantados

\*Mímica facial, gestual / corporal

\*Danças populares.

- Ritmo corporal.

- Percepções/ sensações:

\*Limites  
 \*Sinais vitais  
 \*Massagem  
 \*Sentidos  
 \*Espaços  
 \*Tempo.  
 - Contestes.

- Coordenação:
  - Equilíbrio:
- \*Estático
- \*Dinâmico.
  - Postura do corpo.
  - Destreza e deslocamento.
  - Habilidades manuais.
  - Velocidade.
  - Flexibilidade.
  - Força.
  - Alongamento.
  - Freio inibitório.
  - Lateralidade.
- Medidas: exame biométrico.

## 19.2 MATEMÁTICA

### 19.2.1 OBJETIVOS

82

83

A ação educativa deve se organizar, garantindo-se oportunidades para que a criança seja capaz de:

- Perceber que a escrita numérica está presente em nosso cotidiano, tem função social e surgiu a partir da necessidade humana em registrar quantidades;
- Explorar diferentes quantidades, aprimorando a inteligência lógico-matemática;
- Participar de projetos onde noções matemáticas sejam contextualizadas e articuladas interdisciplinarmente, possibilitando um avanço real nas situações vivenciadas;
- Identificar as diferentes possibilidades de agrupamentos, seguindo critérios de classificação e seriação: cor, tamanho, forma, espessura e outros, para construir representações neste campo;
- Explorar o espaço para situar-se nele e analisá-lo, percebendo a posição dos objetos neste mesmo espaço, para então poder representá-los;
- Aprimorar as estratégias para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios;
- Comparar diferentes grandezas e medidas construindo significados e estabelecendo relações entre o concreto e o abstrato.

### 19.2.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A matemática deve ser entendida como um conhecimento vivo, dinâmico, produzido historicamente e sistematicamente em diferentes sociedades, como uma linguagem simbólica, que permite ao sujeito histórico, a leitura e a produção de significados, a resolução de problemas cotidianos e a

apropriação de novos conhecimentos.

A apropriação do conhecimento matemático se dá pela interação com o meio, com as pessoas, relacionando conceitos e fazendo uso de possibilidades às quais se efetivam em situações diversas, como os questionamentos, as atividades desafiadoras que incentivam a verbalização, a representação gráfica e o registro.

84

Sabemos que as crianças estão desde o nascimento estabelecendo relações em um universo do qual, os conhecimentos matemáticos são parte integrante.

Utilizando recursos próprios, elas participam de inúmeras situações envolvendo números, relações entre quantidades e noções espaço-temporais. Aprendem e produzem brincadeiras, jogos, desafios, onde estão presentes e são desenvolvidas noções e representações matemáticas, mesmo antes de entrarem no Centro de Educacional.

Essas noções e representações, já expressam a existência de um vocabulário matemático basicamente oral, mas repleto de tentativas de escuta e de reconhecimento de símbolos, principalmente relacionados com idéias de:

- Contagem: quando cantarolam o nome de números, em um brinquedo cantado, quando contam sua idade, o número de irmãos, quando fazem cálculos mentais ou apoiados nos dedos, quando identificam símbolos numéricos e significativos, como os da vela de aniversário, do número do sapato, das placas e outros.
- Medida: quando comparam as partes de seu corpo com as dos outros, quando comparam sua altura e peso, usando medidas arbitrárias e outros.
- Forma: quando reconhecem nos objetos as pontas, os bicos, o redondo, o que rola ou não, quando traçam sua amarelinha, seu caracol, ou quando constroem objetos diversos para suas brincadeiras.

O trabalho na Educação Infantil, nesta perspectiva, deve se fundamentar em situações reais, que permitam à criança tomar consciência de que já tem algum conhecimento matemático. É a partir desse saber, que a criança trabalhará com suas competências, organizando e aprofundando as idéias, em interação com os conhecimentos do meio em que vive.

Embora os conhecimentos prévios não sejam homogêneos, porque resultam de diferentes experiências vividas, eles são os pontos de partida para a resolução de problemas.

Cada atividade ou situação-problema proposta pelo mediador deve considerar esses conhecimentos prévios, elaborando estratégias para aprimorá-los. Quando se trabalha com a resolução de problemas, criam-se desafios, ampliando a capacidade

85

de generalização, análise e síntese, inferência, formulação de hipóteses, raciocínio dedutivo, reflexivo e argumentativo.

Então, para que a criança se aproprie de forma significativa, de conhecimentos matemáticos e os incorpore enquanto ferramenta para sua vivência é imprescindível que o educador:

- Assuma uma atitude reflexiva que propicie um planejamento coerente;
  - Busque suscitar desafios a partir da ludicidade, com a presença constante de jogos e brincadeiras diversas;
  - Seja um eterno pesquisador, atualizando-se permanentemente, estudando pesquisas e metodologias neste campo, como: projetos, a diversidade dos jogos, a resolução de problemas e outros;
  - Incentive a verbalização pelas crianças, valorizando seus conhecimentos prévios;
  - Tenha clareza quanto ao caráter interdisciplinar da matemática;
  - Explore as diferentes formas de registro matemático, manifestadas no cotidiano, destacando suas diferenças, importância e funções.
- Seguem algumas indicações gerais para o encaminhamento metodológico no ensino da matemática:

#### a) Números e sistemas de numeração:

As crianças utilizam conhecimentos numéricos em problemas cotidianos, no ambiente familiar, em brincadeiras e na escola.

A contagem é uma estratégia fundamental para estabelecer noções entre objetos e agrupamentos.

Entretanto, ainda que a recitação oral da sucessão dos números estabeleça a aproximação com o sistema numérico, é essencial que as crianças sempre compreendam o sentido do que se está fazendo, para evitar a mecanização e a fragmentação, dissociada do contexto oral.

Ao elaborar situações didáticas de aprendizagem, o educador pode explorar vivências que envolvam jogos de esconder, ou de pega, brincadeiras e cantigas que incluam formas de contagem, agrupamentos de números de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez...

86

Ler os números compará-los e ordená-los, são procedimentos indispensáveis para que a criança compreenda o significado da notação numérica. Ao se deparar com números em diferentes contextos, a criança é desafiada a refletir, a desenvolver seu próprio pensamento e a produzir novos conhecimentos a respeito.

Existe uma variedade significativa de atividades que favorecem a compreensão dos números e sistema de numeração. Através delas, a criança perceberá que a numeração faz parte da vida cotidiana e tem uma função social.

Entre elas destacamos:

- Pesquisa de diferentes lugares onde encontramos os números;

- Resgate histórico dos números;
- Investigação de suas utilidades;
- Confecção de livros, organizando-se índice e numeração de páginas;
- Confecção coletiva de um álbum de figurinhas, observando a localização e a sequência numérica;
- Confecção de calendários;
- Realização de pesquisas com membros de seu grupo, com informações numéricas (idade, número do sapato, número da roupa, e outros);
- Confecção de jogos de baralho, adivinhação, ou que utilizem dados considerando o antecessor e o sucessor;
- Criação de atividades que envolvam classificação e seriação.
- Criação e vivência de brincadeiras.

#### b) Grandezas e medidas:

A idéia presente neste tema é a de que o uso de medidas seja trabalhado

como um elemento de ligação, entre os conceitos de numeração e os conceitos de espaço/ forma.

Ao observar o tamanho dos objetos, na exploração do espaço, oportuniza-se que, através de comparações, a criança desenvolva competências, enquanto classifica os objetos em pequenos e grandes, curtos e compridos, e outros. Ao mesmo tempo, ela observa distâncias e percebe o que está perto e o que está longe.

87

Pouco a pouco, vai sentindo a necessidade de medir, e começa a fazê-lo,

tendo como referências, as partes de seu corpo (palmo, pé, etc.), como uma unidade de medida, comparando-as com o objeto, até que a unidade padrão seja apresentada como uma necessidade.

Também devem ser exploradas as medidas de tempo, envolvendo as noções

que as crianças já têm. A criança pode relacionar, por exemplo, o que fez no dia anterior, o que está fazendo hoje e fazer estimativas do que fará amanhã.

Aos poucos, a criança vai estabelecendo comparações e percebendo que há atividades que duram menos e atividades que duram mais tempo. Paulatinamente

ela vai sentindo a necessidade de medir a duração desse tempo. Sugere-se nesse

sentido, o trabalho com unidades de medidas arbitrárias, antes de se trabalhar com unidades de medidas padronizadas.

A construção de calendários é uma forma de registro que explora com propriedade as noções de tempo. Observando suas características e regularidades

(dias da semana, quantidade de dias em cada mês, etc.), a criança marca o tempo que falta para uma festa, prevê a data de um passeio e estabelece constantes

relações de passado, presente e futuro.

O desenvolvimento da noção de tempo é essencial para a percepção da ordem, da sucessão dos acontecimentos e da duração de intervalos

temporais.

No trabalho com as medidas de valor, o dinheiro é uma grandeza com a qual as crianças têm contato e sobre a qual, podem desenvolver algumas idéias e relações que articulam conhecimentos relativos a números, medidas e o uso que se faz do dinheiro pelas pessoas.

É importante o manuseio de cédulas e moedas, como um rico material que atende várias atividades didáticas como: as trocas, a comparação de valores, a resolução de problemas e a visualização das características de representação numérica. Além disso, o uso de dinheiro é uma excelente oportunidade para a contagem, o cálculo mental e o cálculo estimativo.

c) Espaço e forma:

A criança explora o espaço para situar-se nele e analisá-lo, percebendo a

88

posição dos objetos neste mesmo espaço (o que está em cima embaixo, à direita, à esquerda, à frente e atrás), para então poder representá-los.

A Educação Infantil, precisa promover situações significativas, que dinamizem a estruturação do espaço desenvolvida pela criança, para que esta adquira um controle cada vez maior sobre suas ações, podendo resolver problemas de natureza espacial e potencializar o desenvolvimento de seu pensamento geométrico.

As relações espaciais contidas nos objetos podem ser exploradas por meio do contato, da manipulação, da classificação e seriação (atributos como quantidade, tamanho e forma). As relações espaciais entre objetos e deslocamentos envolvem noções de orientação, que podem ser trabalhadas a partir de um ponto de referência (seja entre objetos, pessoas, etc), parados ou em movimento. O desenho é uma forma privilegiada de representação plana da realidade, onde a criança expressa sua maneira de ver, sentir, pensar e desejar o mundo. No desenho, assim como em representações tridimensionais, a criança utiliza muito raciocínio matemático, testando hipóteses, construindo estratégias e desenvolvendo conceitos úteis para a sua vida. Em suas construções, as crianças podem utilizar diversos tipos de materiais como: areia, argila, massa de modelar, pedras, folhas, blocos geométricos das mais diversas formas (espessura/ volume/ tamanho). O trabalho com sucata deve ser valorizado na diversidade de representações do real. Sugere-se ainda que, ao construir conceitos importantes relacionados ao espaço, forma, medidas, grandezas e sistema de numeração, a criança também seja instigada a conhecer e a explorar a diversidade do registro

matemático.

A criança faz isso quando percebe, por exemplo, que pode contar a mesma informação, divulgar a mesma pesquisa, conhecer as preferências de sua turma, usando a linguagem de gráficos ou tabelas; aprendendo a ler e a interpretar dados, registrando-os de uma forma organizada.

### 19.2.3 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

- História da escrita numérica.

89

- Noções de quantidade, seqüência numérica oral: mais, menos, muito, pouco, igual, diferente e outros.
- Noções de comprimento: curto e comprido.
- Tamanho: pequeno, médio e grande, maior/menor.
- Distância: perto e longe.
- Altura: alto e baixo.
- Espessura: fino e grosso.

- Noções de tempo:
  - Dia e noite, antes, durante, depois.
  - Rápido e lento.
  - Pequenos intervalos no tempo: palmas, batidas de pé e outros.
  - Hoje, ontem e amanhã.

- Noções de massa: leve e pesado.
- Noções de capacidade: cheio e vazio.

- Noções de espaço:
  - Dentro, fora, atrás, na frente, em cima, embaixo; à direita, à esquerda.

- Noções de forma:
  - Semelhanças e diferenças entre as formas geométricas encontradas na natureza e nos objetos construídos pelo homem (visualização e manipulação).

- Características, propriedades e possibilidades associativas dos objetos: empilhar, rolar, encaixar, organizar, classificar, seriar.

### 19.2.4 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

- a) Números e sistema de numeração:
- História da escrita numérica.

90

- Relação entre número e numeral: diferentes possibilidades de registro e os símbolos numéricos.
- Relação entre quantificadores: um, nenhum, alguns, todos, muito/ pouco, mais/ menos, mesma quantidade, sucessor e antecessor.
- Função social da escrita numérica.
- Operações aritméticas: idéia aditiva, subtrativa, comparativa, repartitiva e multiplicativa.

b) Grandezas e medidas:

- Noções de tempo:
  - Dia e noite, antes, durante, depois, agora.
  - Duração e sucessão, noções de rápido e lento; marcação de

pequenos intervalos de tempo (palmas, batidas de pé...).

- Dia, semana e mês.
- Seqüência temporal:
- Logo após, muito depois, muito antes, agora.
- Divisão de tempo:
- Manhã, tarde, noite.
- Hoje, ontem, amanhã.
- Instrumentos de medida de tempo.
- Noções de valor:
- Sistema monetário.
- Noções de comprimento:
- Tamanho: pequeno, médio e grande, maior/menor.
- Distância: perto e longe.
- Altura: alto e baixo.
- Largura: largo e estreito.

- Espessura: grosso e fino.
- Medidas arbitrárias: palma, pés, passos.
- Medidas padrão: metro.
- Comprimento: curto e comprido.
- Noções de massa:
- Leve, pesado.
- Medidas arbitrárias: saquinhos, caixas.
- Medida padrão.
- Noções de capacidade:
- Cheio e vazio.
- Medidas arbitrárias: copinhos, garrafas, frascos.
- Medida padrão: litro.

- c) Espaço e forma:
- Noções de espaço:

91

- Dentro e fora, vizinhança, atrás, na frente, em cima, embaixo, à direita, à esquerda, entre e no meio, observando pontos de referência.

- Noções de formas:
  - Semelhanças e diferenças entre as formas geométricas encontradas na natureza, nos objetos construídos pelo homem e nos sólidos geométricos.
  - Superfície dos sólidos geométricos: plana (não rola) e curva (rola).
  - Semelhanças e diferenças entre sólidos geométricos e figuras planas.
  - Classificação das figuras planas: quadrado, triângulo, retângulo e círculo.
  - Características, propriedades e possibilidades associativas dos objetos:
- Empilhar, rolar, encaixar, organizar, classificar, seriar.

### 19.3 ARTES VISUAIS

#### 19.2.1 OBJETIVOS

92

A ação educativa deve se organizar, garantindo-se oportunidades para que a criança seja capaz de:

- Explorar alguns procedimentos básicos para desenhar, pintar, modelar, colar, recortar, rasgar entre outros;
- Trabalhar com diferentes materiais gráficos e plásticos, sobre superfícies diversas;
- Valorizar as próprias produções e as dos colegas;
- Cuidar do próprio corpo e dos colegas, no contato com os

suportes e os materiais de artes;

- Aprimorar sua linguagem artística, explorando as possibilidades orais, gestuais, corporais, musicais e plásticas;
- Desenvolver as capacidades expressivas;
- Valorizar o fazer artístico, e o saber estético centrados na exploração, na comunicação e expressão; desenvolvendo um percurso de criação pessoal;
- Utilizar a dramatização como forma de interpretação e expressão humana;
- Participar de projetos, onde a arte seja compreendida como forma de linguagem, em caráter interdisciplinar;
- Organizar os materiais e a sala de aula;
- Compreender a arte como uma linguagem que constrói objetos de pleno sentido;
- Valorizar a história da arte e suas diferentes produções.

#### 19.3.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Campo Alegre, no que diz respeito à Arte, tem como pressuposto que esta gera conhecimento.

Através de sua dimensão social, aprimora o modo de perceber, sentir e articular significados e valores que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos e a sociedade.

Este documento propõe uma postura filosófica/ metodológica, onde o educador, enquanto principal mediador busque a ampliação de conhecimentos das

93

crianças sobre a história da Arte, propiciando o desenvolvimento da reflexão estética, o aprimoramento da criação artística e a caracterização de novas possibilidades de leitura, das manifestações artísticas produzidas em diferentes cenários culturais.

Tal como os primeiros artistas fizeram graffiti nas cavernas, deixando suas marcas simbólicas e suas impressões sobre o mundo, as pessoas hoje, continuam se expressando nas "cavernas urbanas", deixando em seus quadros, esculturas e em todas as formas de produção, suas marcas simbólicas do mundo em que estão inseridas.

Além das formas tradicionais (gravuras, desenhos, artefatos, pinturas, esculturas...), as Artes Visuais contemplam outras modalidades, que resultam dos avanços tecnológicos e das transformações estéticas na modernidade (fotografias, televisão, cinema, vídeo, computação, artes gráficas...). O estudo destas visualidades deve levar em conta as possibilidades e os modos de transformação do conhecimento em Arte, ou seja, o modo como as crianças aprendem, criam e se desenvolvem na área.

Cada um possui um armazém de imagens que fazem parte do próprio mundo, armazém que foi se formando durante toda a vida do



indivíduo, e que este acumulou, imagens conscientes e inconscientes, imagens distantes e imagens próximas e, juntamente com as imagens, estreitamente ligadas a elas, as emoções (MUNARI, 1968, p.18).

Deste modo, as Artes Visuais, têm como referencial as imagens que nos cercam e que acompanhadas de estudos, apreciação e conhecimento, possibilitam criar novas imagens, que podem ser partilhadas com as outras pessoas. Toda imagem, como toda obra de arte nesta área, é formada de determinados elementos (linha, cor, forma e espaço, volume, textura, plano...), utilizados pelas crianças de diferentes formas em suas produções. O estudo destes elementos e das diferentes maneiras de organizá-los contextualizadamente nas composições artísticas, possibilitam aprimorar os momentos de criação e caracterizar com maior propriedade toda obra já produzida em diferentes culturas. As Artes Visuais estão presentes na vida da criança desde a mais tenra idade, considerando o fazer artístico, a apreciação e a reflexão como elementos que desenvolvem a imaginação criadora, a expressão, a sensibilidade e a capacidade

94

estética das crianças e que, a partir disso, desenvolvem a percepção, a sensibilidade, a cognição e a imaginação. A seleção de obras de arte e de imagens cotidianas possibilita à criança, ter o próprio mundo como objeto de estudo, seja através do universal real (concreto), ou, por meio de obras de arte. Neste sentido, a Proposta de Educação Infantil do município, busca um trabalho articulado aos seguintes aspectos:

- Apreciação: envolve a observação, a fruição, a capacidade de construir sentido às imagens, analisando e identificando obras artísticas, bem como, seus produtores.
- Fazer artístico: é o processo de criação, centrado na exploração, na expressão e na comunicação (utilizando-se de diferentes linguagens).
- Reflexão: remete à interpretação, contextualização e problematização do que foi produzido. É o "pensar" sobre o conteúdo do objeto artístico sendo, portanto, indispensável sua presença nos momentos de criação e de apreciação.

A arte da criança, desde cedo, sofre influência da cultura, seja por meio de materiais e suportes, com que faz seus trabalhos, seja pelas imagens e atos de produção artística que observa na TV, em revistas, gibis, rótulos, obras de arte, trabalhos de outras crianças, etc (RCNEI, 1998, p.88).

No eixo de Artes, o trabalho com o pensamento, com a sensibilidade, a

imaginação, a percepção, a intuição e a cognição, deve acontecer de forma integrada, favorecendo as capacidades criativas da criança. É fundamental a clareza de que a educação em Artes, não visa a formação de artistas, mas sim a de crianças sensíveis ao mundo e conhecedoras da linguagem da Arte. Existem muitas formas de expressão artística, que podem ser contempladas junto às crianças. Entre elas destaca-se o desenho, por sua importância enquanto elemento de criação, capaz de originar os primeiros símbolos, repletos de significados ao universo infantil. No momento em que desenham ou criam objetos, também fazem brincadeiras de faz-de-conta, verbalizando narrativas que manifestam suas capacidades imaginativas, o que amplia sua forma de sentir e de pensar sobre o meio onde estão

95

inseridas, e exploram significativamente a dimensão espacial, tão necessária a esta faixa etária. É essencial considerar que a imitação, utilizada nos desenhos pelas crianças, tem uma importante função no processo de aprendizagem, já que através dela, se apropriam de conceitos, de formas e de figuras por meio de representações. Os materiais e suportes são a base da produção artística. É fundamental garantir às crianças uma grande diversidade de instrumentos, meios e suportes. Alguns deles são de uso corrente, como lápis, pincéis, giz de cera, carvão, rolos de pintura, papéis (de diferentes cores, tamanhos e texturas), caixas, papelão, tintas, argila, linhas, cola, etc. Outros materiais podem diversificar os procedimentos artísticos, como canudos, esferas, conta-gotas, colheres, cotonetes, carimbos, elementos da natureza e vários tipos de sucata. Entretanto, a utilização destes materiais e suportes, deve ser feita seguindo critérios de seleção de acordo com a segurança que oferecem, evitando-se materiais tóxicos, cortantes, ou que possam provocar qualquer tipo de dano à saúde. Outras considerações importantes para viabilizar o trabalho em sala:

- A utilização de histórias, o teatro, as diferentes formas de dramatização e os fatos do cotidiano, são essenciais para uma prática voltada à expressividade e ao desenvolvimento integral, portanto devem ser exploradas sempre.
- É fundamental ter clareza dos objetos de estudo a serem trabalhados, bem como, dos objetivos e funções no desenvolvimento do percurso de criação pessoal da criança.
- A programação das atividades deve favorecer também as originais das idéias das crianças, para que estas ampliem seu repertório de linguagens e se sintam valorizadas enquanto sujeitos que produzem, fazem escolhas e, de fato,

participam ativamente nas vivências escolares.

- A arte de diferentes culturas deve ser conhecida e explorada, já que mostra os valores que estão presentes, para que a criança passe a conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e o que foi produzido artisticamente em diferentes épocas.

96

- Os momentos de criação e representação devem ser vivenciados com destaque e ludicidade: algumas produções, por exemplo, podem ser transformadas em brinquedo, outras podem participar de exposições, ou virar álbuns autografados pelos autores. Atividades como estas, colaboram com a auto-estima da criança, favorecendo o respeito pela sua produção e pela dos colegas. Ao mesmo tempo, ao incluir o elemento lúdico (as brincadeiras, as músicas, as charadinhas, os jogos...), tornam o trabalho com Artes, prazeroso e, sem dúvida, mais significativo.

Toda a obra de arte é filha de seu tempo, e muitas vezes, mãe de nossos sentimentos. Cada época de uma civilização cria uma arte que lhe é própria e que jamais se verá renascer (KANDINSKY, 1990, p.24).

a) Os elementos caracterizadores em Artes Visuais

- Linhas: as linhas podem ser curvas, retas, longas, curtas...
- Planos: apresentam-se numa superfície bidimensional: largura e altura. Numa superfície plástica, podem ser construídos vários planos.
- Volumes: numa obra de arte bidimensional, o volume constrói virtualmente, a noção de profundidade. No espaço tridimensional, pode ser exemplificada com a escultura.
- Texturas: são as percepções das superfícies dos materiais (lisa, áspera, dura, macia,...). Podem ser:
  - Táteis: quando podemos senti-las pelo tato e pela visão.
  - Gráficas: quando são sentidas apenas pela visão.
- Cores: no trabalho com a identificação, nomeação, e caracterização da cor, temos a monocromia, a policromia, a primária e a secundária, o tom (claro/escuro) e outros.
- Formas e espaços: os objetos possuem formas com aspectos espaciais, que a criança individualiza ou generaliza em sua percepção, enquanto forma seus conceitos:
  - No espaço bidimensional: quadrado, retângulo, círculo e triângulo.
  - No espaço tridimensional: cubo, prisma, cilindro e esfera.

b) As linguagens na produção artística

97

A Arte-Educação traz em seu bojo, uma visão de desenvolvimento atrelado às linguagens humanas. A Educação Infantil deve então, priorizar a

expressão artística, manifestada através das linguagens: oral, gestual, visual, corporal, musical, plástica, entre outras.

O que nos interessa evidenciar é a importância da expressividade estar

contida em tudo, permeando os momentos de apreciação, de reflexão e de criação,

pois o objeto de arte é um significante básico da linguagem, produto das relações do

homem com o mundo, com a cultura e consigo mesmo.

Uma contribuição importante neste sentido é destacada pelo professor Dr.

Robert Ott, para uma prática significativa em Artes Visuais. Ele propõe um trabalho

com imagens envolvendo a descrição, a análise, a interpretação, o embasamento e a

revelação.

No primeiro momento, a criança deverá observar o objeto e descrevê-lo.

Aqui é fundamental, que o educador planeje situações criativas para apresentar o

objeto e aguçar a curiosidade infantil em relação a ele.

No segundo momento, seus elementos devem ser trabalhados, procurando destacar o que o autor utilizou para compor sua obra.

Pode-se dar

destaque a oralidade.

No terceiro momento, a criança fará diversas interpretações do objeto,

expressando seus sentimentos e opiniões em relação à obra. Para tanto, poderá

utilizar-se de uma variedade de linguagens (gestual, oral, corporal, musical...).

No quarto momento, o conhecimento será ampliado com novas informações sobre o objeto e sobre o artista: sua vida, o que

queria expressar em

sua criação.

Estas informações podem ser trabalhadas de diferentes formas: com histórias,

sacolinhas mágicas (com fotos, gravuras, objetos e outros), figuras ampliadas

contendo resgates históricos, brincadeiras como a do detetive (onde as crianças

seguem pistas, para descobrir mais sobre a obra), etc.

98

No quinto momento, a criança, agora mais informada sobre o objeto, se

distancia da obra como modelo único e cria a sua produção, utilizando neste

novo trabalho, toda a riqueza que as linguagens artísticas possibilitam.

Ao concluírem suas produções, é imprescindível que as crianças falem sobre

elas, apresentando aos colegas o que fizeram, nomeando e valorizando suas

construções.

Organizar desfiles na sala de aula, promover exposições no Centro de

Educação e fora dele, visitar outras salas, mostrando suas obras, são somente

algumas das estratégias que podem ser colocadas em prática para tornar o

desenvolvimento artístico menos teórico, menos formal e mais prazeroso na

Educação Infantil.

Que desenharam as mãos? Mãos que, porque têm alma nos dedos,

desenham conduzindo o pensamento a fixar-se no papel. Mãos desejantes, representando que o homem a si próprio produz. Quando como-vido ante o mundo, o homem se aventura a fazer imagens de si mesmo, e da vida a sua volta. Faz isso de mãos dadas com a imaginação criadora, embrenhando-se nos campos da linguagem da arte. Realizada a obra, o autor nos toca os sentidos. Nela, ele nos dá a ver o mundo no coração do pensamento. Gestos de mãos a nos despertar (PICOSKI, 1998, p.33).

c) Dando vida a história...

O teatro é uma referência importante em Artes, pois, trabalha a imaginação, a criatividade, o espírito criador, a linguagem e o enriquecimento das capacidades expressivas. Além disso, promove a organização das idéias e dos pensamentos, de forma prazerosa e recheada de significados à criança. Para a criança, dramatizar é essencial, é uma forma de auto-expressão. É necessário, portanto, que o educador valorize essa riqueza pedagógica e perceba que o trabalho com Artes envolve uma variedade de recursos, conceitos, estratégias e fatores educativos. Nesta abordagem, é inviável trabalhar isoladamente os conceitos, já que as verdadeiras competências surgem da multiplicidade, da contextualização, da criação, da reflexão, da concreta articulação na construção de projetos pedagógicos. A prática do teatro pode ser desenvolvida a partir de diferentes modalidades.

99

Pode-se, por exemplo, utilizar fantoches, que estimulam o pensamento lógico, a atenção dirigida, a ampliação e o enriquecimento da oralidade e a imaginação criadora. Ao criar bonecos, cenários e todo tipo de personagem, a criança aprimora também habilidades visuais, motoras, estéticas, entre tantas outras, imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Pode-se também, utilizar a representação corporal (dramatização), que estimula a expressividade, o movimento do corpo, às diversas formas de linguagem. Também auxilia a criança a trabalhar com suas emoções (afetividade, segurança, alegria, frustração, vontades, opiniões...). O teatro de sombras, de máscaras, de dedos, de mãos e pés, de mímicas, e as manifestações regionais dramatizadas, também são formas muito presentes na Educação Infantil. Alguns elementos teatrais devem ser destacados para que a criança compreenda o teatro, como forma coletiva de expressão e de representação, onde estão presentes:

- Textos: diferentes estilos e gêneros textuais que expressam uma mensagem.

- Personagens: interpretam e criam sentidos aos textos.
  - Caracterização: a construção dos personagens, como: figurinos, maquiagem, acessórios...
  - Cenário: preparação do ambiente, que combine com o texto.
  - Sonoplastia: possíveis sons, ruídos, batidas..., que enriquecem os diálogos.
  - Iluminação: clarear ou escurecer o ambiente, tornando-o adequado ao contexto da história.
- A música e a dança são elementos que, quando integrados aos momentos de representação, podem maximizar o desenvolvimento artístico, tornando-o ainda mais significativo e repleto de gosto ao universo infantil.

### 19.3.3 CONCEITOS

### 19.3.4 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

- História da arte.

100

- Elementos da linguagem artística: forma e espaço, cor, volume, linha, textura, planos.
- Manifestações da linguagem artística: oral, gestual, corporal, musical e plástica.
- Leitura de obras de arte e imagens diversas:
  - Apreciação: lendo e descrevendo imagens.
  - Fazer artístico: criando imagens e explorando linguagens.
  - Reflexão: interpretando, contextualizando e problematizando o conteúdo do objeto artístico.
- A diversidade na produção artística: desenho, pintura, escultura, construções, fotografias, colagens...
- Os instrumentos para a produção artística: materiais e suportes.

### 19.3.5 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

- História da arte.
- Manifestações da linguagem artística: oral, gestual, corporal, musical e plástica.
- Elementos da linguagem artística: forma e espaço, linha, cor, volume, textura e planos.
- Leitura de obras de arte e imagens diversas:
  - Apreciação: lendo e descrevendo imagens.
  - Fazer artístico: criando imagens e explorando linguagens.
  - Reflexão: interpretando, contextualizando e problematizando o conteúdo do objeto artístico.
- A diversidade na produção artística: desenho, pintura, escultura, construções, fotografias, colagens...
- Os instrumentos para a produção artística: materiais e suportes.
- Os cuidados com os materiais, com os trabalhos e objetos produzidos individualmente ou em grupo.

### 19.4 NATUREZA E SOCIEDADE

### 19.4.1 OBJETIVOS

101

A ação educativa deve se organizar, garantindo-se oportunidades

para que a criança seja capaz de:

- Desenvolver sua identidade, reconhecendo suas características, seus limites e suas potencialidades, no convívio familiar e na interação com outros grupos sociais;
- Resgatar sua história, a começar pelo nome, seguido das características físicas, modo de agir, pensar e compartilhar vivências;
- Analisar as diferentes composições familiares, valores, origem, percebendo-se enquanto membro que participa e constrói relações dentro da família;
- Resgatar as tradições culturais de sua comunidade e de outros grupos, participando de atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos, canções e análise de objetos;
- Respeitar as diferenças existentes entre os grupos sociais nos valores, hábitos e costumes, formas de comunicação e de transporte;
- Construir conhecimentos práticos sobre seu entorno, relacionados à sua capacidade de perceber a existência e a relação entre objetos e seres, movimentando-se nos espaços e compartilhando experiências;
- Participar de aprendizagens relacionadas aos cuidados com o corpo, conhecendo seu funcionamento e criando hábitos saudáveis de higiene e alimentação;
- Ampliar os conhecimentos sobre o corpo, nomeando e percebendo suas funções para satisfação das necessidades;
- Perceber a importância dos meios de transporte e de comunicação para a vida das pessoas, nomeando os principais;
- Envolver-se em projetos que tratem da natureza e diversidade conceitual em caráter interdisciplinar, em articulação com sua comunidade;
- Compreender a importância da preservação do meio ambiente e da participação de cada um enquanto ser de natureza social e cultural capaz de melhorar o lugar onde vive;

102

- Ampliar os conhecimentos sobre o mundo natural e social manifestando interesse e curiosidade para compreendê-lo melhor;
- Aprimorar os conhecimentos sobre as formas de vida existentes no ambiente, explorando suas características para compreendê-las melhor;
- Conhecer melhor o ambiente escolar, valorizando ações de cooperação, solidariedade e cuidados.

#### 19.4.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O trabalho com os conhecimentos derivados das Ciências Humanas e Naturais deve favorecer a ampliação das experiências das crianças e a construção de conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural. Refere-se à pluralidade de fenômenos e acontecimentos físicos, biológicos, geográficos, históricos e culturais, ao conhecimento da diversidade de formas

de explicar e representar o mundo, ao contato com as explicações científicas e à possibilidade de conhecer e construir novas formas de pensar sobre os eventos que as cercam. Na Educação Infantil, portanto, deve-se promover caminhos iniciais para a apropriação futura do conhecimento científico, como forma de interpretar o próprio homem, o mundo em que vive com os seres que nele habitam, as condições econômicas e sociais, enfim todas as relações. Isso recomenda um diálogo constante com os objetos de conhecimento e também uma metodologia problematizadora, tornando a criança o sujeito do conhecimento científico.

“O eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais.” (RCNEI - Conhecimento de Mundo - p. 163)  
É imprescindível que as crianças sejam instigadas por questões significativas, para observar e explicar os diferentes elementos fenômenos e acontecimentos do mundo, tendo acesso a modos variados de compreendê-los e representá-los. Assim, poderão estabelecer progressivamente a diferenciação que existe entre mitos, lendas, explicações de “senso comum” e conhecimentos científicos.

103

Nos primeiros anos de vida, as crianças buscam conhecer o mundo por meio da atividade física, afetiva e mental, formulando explicações individuais e subjetivas, para os diferentes fenômenos e acontecimentos.

Quanto menores forem as crianças, mais suas representações e noções sobre o mundo estão associadas diretamente aos objetivos concretos da realidade conhecida, observada, sentida e vivenciada. O crescente domínio e o uso da linguagem, assim como a capacidade de interação, possibilitam, todavia, que seu contato com o mundo se amplie, sendo cada vez mais mediado por representações e por significados construídos culturalmente (RCNEI, 1998, p.169).

O contato com pequenos animais pode envolver a observação, a troca de idéias, o cuidado e a criação com a ajuda dos adultos. A possibilidade de observá-los, compará-los e entender a relação que existe entre eles, é fundamental para que as crianças conheçam melhor os seres vivos. O educador pode apresentar situações onde explore os animais que compartilham o mesmo espaço que elas; os animais que têm em casa; os que são vistos de noite e de dia, suas características, necessidades, hábitos, entre outros.

Também é importante discutir com o grupo sobre os animais que apresentam características e necessidades muito diferentes e não fazem parte do seu dia-a-dia. O trabalho com plantas pode ser desenvolvido através de experiências, onde as crianças acompanhem o crescimento, as necessidades, estabelecendo relações entre as utilidades e a importância do cuidado para a preservação ambiental. A percepção do próprio corpo deve acontecer de forma integrada, evitando-se atividades que focalizem o corpo de forma fragmentada. É essencial que as crianças percebam o corpo como um todo, que envolve tanto os órgãos e funções, como as emoções, sensações e pensamentos. Nas situações de aprendizagem, o nome das partes do corpo e funções, precisam ser contextualizadas, para permitir que a criança associe o seu dia-a-dia às vivências socioculturais, históricas e geográficas de outros grupos ou gerações, preocupando-se com a diversidade e sua riqueza, jamais com constrangimento ou discriminação. O trabalho com o eixo Natureza e Sociedade, deve também, envolver a percepção dos elementos que compõem a paisagem do lugar onde se vive. A

104

percepção desses componentes como decorrentes da ação da natureza e da ação do homem em sociedade, é uma aprendizagem fundamental, para que a criança possa compreender sua realidade social e natural, e encontre formas de nela intervir. Temas relacionados ao clima, relevo, à água, às construções, à vida no campo e na cidade, ao trabalho, aos meios de transporte e de comunicação devem ser trabalhados em função do significado que podem ter para a criança e das intenções definidas no trabalho pedagógico pelo educador. O município deve ser amplamente enaltecido, neste sentido, constituindo-se como elemento de base para as análises produzidas, já que fornece um material de grande riqueza pedagógica. As mudanças que ocorrem na paisagem local, de acordo com a variação do dia e da noite, a sucessão das estações do ano, a passagem dos meses e dos anos, a época de festividades e outros, são aspectos que, quando bem trabalhados, possibilitam à criança perceber o dinamismo da paisagem, reconhecendo os vínculos que existem, por exemplo, entre a época do ano e a vida dos seres de uma forma geral. Contextualizações semelhantes poderão ser feitas focando todas as produções humanas (trabalho, alimentação...). Questionando tais fenômenos, as crianças poderão refletir sobre sua natureza, ampliando seus conhecimentos e elaborando com maior propriedade os conceitos sobre ela. As atividades de aprendizagem a serem desenvolvidas, devem

sempre buscar a ludicidade, onde, através de jogos e brincadeiras, as crianças possam incluir: observação, problematização, elaboração de hipóteses, experimentação, elaboração de tabelas e gráficos, análise e síntese, comparação, registro, descrição e nomenclatura do mundo mediato e sensorialmente percebido. Algumas estratégias importantes para viabilizar a construção de conhecimentos relativos a este eixo:

- Utilização de suportes como: fotografias, cartões postais e outros tipos de imagens.
- Uso de textos informativos e literários.
- Músicas.
- Documentários e filmes.

105

- Contato com representações, como as plantas de rua, mapas, globos terrestres, desenhos.
- Confecção de objetos variados, como brinquedos de madeira, jogos de mesa ou objetos de uso cotidiano feitos com sucata.
- Problematizações que incitem a criança a querer conhecer mais e melhor seu mundo natural e social.
- Integração à rotina diária: atividades de observação, investigação e registro de fenômenos, trabalhando o senso comum e a elaboração científica.
- Consideração dos conhecimentos prévios das crianças, onde possam reconhecer os limites de sua informação para ampliação e reformulação.
- Diversificação da forma de buscar a informação.
- Realização de coleta de dados, utilizando diferentes fontes (pesquisa, entrevista, história de vida, informações familiares), sempre com a ajuda do educador de outras pessoas adultas.
- Realização de passeios e visitas a centros culturais, feiras, teatros, parques, granjas, exposições, rios e outros.
- Estimulação do cultivo de plantas, se possível dentro do ambiente escolar.
- Observação e leitura de imagens ou objetos produzidos pelos homens, como: desenhos, pinturas, objetos antigos, atuais, vídeos, livros e outros.
- Utilização de jogos e brincadeiras.
- Elaboração de projetos em caráter interdisciplinar.
- Organização de um espaço escolar adequado.

Para que se sintam confiantes para expor suas idéias, hipóteses e opiniões, é preciso que o professor promova situações significativas de aprendizagem, nas quais as crianças possam perceber que suas colocações são acolhidas e contextualizadas e ofereça atividades que as façam avançar nos seus conhecimentos, por meio de problemas que sejam ao mesmo tempo desafiadores e possíveis de serem resolvidos (RCNEI, 1998, p.204).

#### 19.4.3 CONCEITOS

##### 19.4.3.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

A criança e o ambiente sócio cultural:



- História da criança.
- Família: composição familiar, nomeação, preferências, costumes e outros.

106

- Organização da comunidade onde a criança vive (grande, pequena, igreja, lazer, história da comunidade, escola/ espaço físico, material escolar, convívio com os colegas e demais profissionais da instituição).
- Cultura corporal: nomeação, partes, funções e percepções do corpo - identificação biológica e social.
- Higiene: cuidados com o corpo.
- Alimentação: estimulação, mastigação, cuidados, formação de bons hábitos para a qualidade de vida.

A criança e suas interações com outros seres no meio físico e social:

- Seres vivos: animais e plantas.
- Características básicas.
- Cuidados.
- Relações com o ambiente.
- Meio ambiente: nomeação, preservação e valorização.
- Tradições culturais: festividades e outras manifestações presentes na cultura.
- As comunicações e os transportes.

#### 19.4.3.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

A criança e o ambiente sócio-cultural:

- História da criança:
  - nome, origem, objetos que usa, atividades que faz sozinho, o que faz junto a outras pessoas, lazer, acontecimentos vivenciados: passado, presente, futuro, cronologia.
- Família:
  - origem, tipos, composição familiar, valores, relações de parentesco.
- Comunidade escolar:
  - espaço físico, material escolar, atividades, cuidados, regras, convívio.

107

- Cultura corporal: nomeação, partes, funções e percepções do corpo - identificação biológica e social.
- Hábitos de higiene.
- Alimentação:
  - formação de bons hábitos e qualidade de vida.

A criança e suas interações com outros seres no meio físico e social:

- Meio ambiente:
  - higiene, poluição, elementos naturais, fenômenos da natureza, preservação da paisagem natural.
- Seres vivos: animais e plantas:
  - Nomeação.
  - Habitat.
  - Alimentação.
  - Utilidades.
  - Necessidades.
  - Tipos.

- Fases do desenvolvimento.
- Características básicas.
- Cuidados.
- Tradições culturais:
  - Festividades.
  - Costumes.
  - Canções.
  - Vestuário.
  - Linguagem.
- Trabalho.
- Avanços tecnológicos: transporte e comunicação.

#### 19.5 LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

##### 19.5.1 OBJETIVOS

108

A ação educativa deve se organizar, garantindo-se oportunidades para que a criança seja capaz de:

- familiarizar-se aos poucos com a escrita, participando de situações em que ela se faz necessária, através da observação, da leitura e do manuseio de diferentes materiais impressos;
- participar em situações de leitura de diferentes gêneros textuais;
- perceber que a escrita tem uma função social e apresenta-se com estrutura gráfica diversificada;
- produzir textos e reescritas, onde a criança possa refletir sobre o código escrito, elaborando estratégias, testando hipóteses e construindo sua escrita gradativamente;
- conhecer as estruturas gráficas e sonoras do alfabeto, enquanto unidade mínima presente nas palavras e em todas formas de produção escrita;
- utilizar seus conhecimentos prévios como ponto de partida para a elaboração de conhecimentos científicos relacionados à linguagem;
- estabelecer relações entre a fala e a escrita;
- participar de situações diversificadas de comunicação oral e escrita expressando vivências, desejos, necessidades e sentimentos;
- Participar de situações que possibilitem a formação de sua competência leitora e escritora.
- Utilizar a linguagem escrita como forma de integração e de satisfação de necessidades para interagir com seu meio.
- produzir textos orais com objetividade, coerência, criatividade e expressão;
- usar entonação adequada no relato de fatos do dia-a-dia;

109

- estimular órgãos fonoarticulatórios, sons e palavras, desenvolvendo sua fala e a aprendizagem de novas palavras;
- interessar-se pela leitura de histórias, contos, parlendas, canções, acalantos e outros gêneros literários;
- criar símbolos para representar situações e fatos;
- reconhecer as idéias contidas nos símbolos utilizados pelas pessoas para registrar acontecimentos;
- conhecer diferentes formas de representação além dos símbolos:

gestos, dramatização, expressões faciais, mímicas e outros, para transmitir suas idéias;

- utilizar o desenho como forma de representação de idéias;
- participar de projetos onde o trabalho com a leitura e a escrita seja contextualizado e articulado interdisciplinarmente, possibilitando um avanço real nas situações vivenciadas.

### 19.5.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A linguagem contribui para a formação do sujeito na sua interação com o outro, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento. Isto amplia suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

Aprender uma língua é compreender, interpretar e representar os significados da escrita de acordo com o meio sócio cultural.

Conforme os Referenciais Curriculares Nacionais, a Educação Infantil deve, portanto, contemplar experiências significativas de aprendizagem da língua e ampliar as capacidades de comunicação e expressão associadas às quatro competências

lingüísticas básicas: escutar - falar - ler - escrever. Neste processo, é essencial que a criança compreenda não somente a forma como a leitura e a escrita é representada graficamente, mas, o que elas representam lingüisticamente.

"O trabalho com a linguagem se constitui em um dos eixos básicos na Educação Infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no

110

desenvolvimento do pensamento." ( RCNEI- Conhecimento de Mundo - p.117)

Desde muito cedo, a escrita se faz presente na vida das crianças, enquanto exploram seus entorno, nomeando coisas, explorando objetos, expressando sentimentos, imitando, lendo, ouvindo e contando experiências ou histórias. Por isso, a Educação Infantil deve ser um espaço essencial de descobertas e estímulos, que busque na postura reflexiva, um alicerce para a construção do conhecimento. É preciso considerar que nas construções conceituais, as crianças utilizam estratégias, buscando compreender a linguagem, construindo hipóteses sobre seu funcionamento e produzindo escritas onde possa testar seus conhecimentos prévios possibilitando avanços no universo da linguagem. Neste contexto é necessário que:

- As crianças coloquem em jogo tudo o que sabem e pensam sobre o conceito em torno do qual o educador organizou a atividade (conhecimentos prévios).
- As crianças tenham problemas a resolver e decisões a tomar em função do que

se propõem a produzir.

- Os conceitos mantenham suas características de objeto sócio cultural real.
- As atividades sejam organizadas garantindo a máxima circulação de informações entre as crianças, pois, os momentos de intercâmbio e de trocas entre o grupo têm uma riqueza pedagógica fundamental no desenvolvimento infantil.
- A mediação do educador seja constante, propondo desafios, favorecendo a construção e utilização de conhecimentos de forma criteriosamente planejada.
- A organização das turmas priorize a heterogeneidade, para que as produções valorizem as diferenças e promovam experiências com a língua escrita, e que de fato, se traduzam em ganhos reais à criança.
- O trabalho com a oralidade, com a leitura e com a escrita, ocorra de forma integrada, potencializando os diferentes aspectos que cada uma dessas linguagens solicita das crianças.

### 19.5.3 LINGUAGEM ORAL

111

A construção da linguagem oral implica na verbalização e na negociação de sentidos, estabelecidos entre pessoas que buscam comunicar-se. As crianças, desde muito cedo, fazem experiências não só com os sons e palavras, mas, com os discursos referentes a situações diversas. A conquista de suas capacidades lingüísticas se dá em tempos diferenciados onde a condição de falar com fluência, de produzir frases completas com objetividade, de explicar-se através da fala com consistência argumentativa e sequência lógica das idéias, provém da participação em atos de linguagem.

A instituição de Educação Infantil desenvolve uma prática significativa em linguagem oral quando:

- Incentiva a criança a falar, relatar experiências, sentimentos e preocupações em momentos como os das rodas de conversa, hora da novidade, etc.
- Envolve a criança em situações de escrita e canto de músicas diversificadas.
- Estimula a participação da criança em situações diversificadas de leitura (conto, reconto, listas, rótulos, bulas, receitas, etc).
- Elenca no planejamento, a vivência de situações lúdicas, aliadas à diferentes linguagens e competências. O trabalho com jogos verbais, brincadeiras cantadas, adivinhas, telefone sem fio, dramatizações, show de calouros, etc; é, neste sentido, uma sugestão para viabilizar o desenvolvimento da oralidade e a ampliação das capacidades expressivas.

Quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes, como contar o que lhes aconteceu em casa, contar histórias, dar um recado, explicar um jogo ou pedir uma informação, mais poderão desenvolver suas

capacidades comunicativas de maneira significativa (RCNEI, 1998, p. 121).

#### 19.5. 4 LINGUAGEM ESCRITA

Nas atividades de escrita, parte-se do pressuposto que as crianças se apropriam dos conceitos, transformando-os em conhecimento próprio, em diferentes situações de uso.

112

Sendo assim, o trabalho com a função social da escrita, deve ser destacado com intensidade. É fundamental, que a criança estabeleça relações entre diferentes formas de registro, compreendendo que cada uma delas têm uma finalidade e uma representação: identificação, localização, transmissão de mensagem ao outro, registro próprio. Todo texto tem um quem, um para quê, um o quê, um onde, um como. Quer dizer, todas as pessoas que escrevem devem considerar:

- A quem o texto se destina;
- O propósito que justifica o ato de produzir o texto;
- O propósito que justifica o ato de produzir o texto;
- A mensagem: o que vai dizer;

O gênero: se é uma carta, um poema, uma história, um relatório, uma notícia, ou um cartaz;

- O portador: se vai ser publicado ou registrado em um livro, vai para o mural, varal literário, exposição dentro e fora da escola ou se ficará no próprio caderno;

- Todos os aspectos relacionados com a escrita: coerência, adequação da linguagem, gramática, pontuação, ortografia;

- A necessidade de revisão do texto pronto, de analisar sua qualidade e sua eficácia.

(...) o amor, à leitura e à escrita tem a ver com uma iniciação bem feita e apoiada onde o professor é o modelo de referência (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, MEC: 2001).

O entendimento do que é representar, possibilitará ao educando a compreensão de que a escrita representa os sons da fala, e que para isso, utilizamos um conjunto de símbolos próprios para a escrita, ou seja: as letras do alfabeto. Em sala de aula, apresentar o alfabeto completo e criar situações permeadas pela ludicidade, para seu uso, torna possível a ampliação do repertório de conhecimento das letras, especialmente quando as crianças têm poucas informações a respeito.

113

A criança que ainda não escreve de forma convencional, ao receber um convite para fazê-lo, defronta-se com uma verdadeira situação-problema, na qual se pode observar o desenvolvimento do seu processo de aprendizagem. As tentativas de escrita são desafios que devem ser amplamente propostos ao universo infantil, para que o conhecimento sobre a natureza e o funcionamento do sistema de escrita, seja gradativamente construído pela criança com a ajuda do educador. Isto implica em mudança de paradigma no ensino: tão logo cheguem a escola, as crianças devem ser convidadas a realizar experiências de escrita, para que possam desenvolver a competência escritora. A formação do leitor/ escritor competente, tão almejada pela sociedade, depende de uma ação pedagógica suficientemente significativa, que busque inserir a criança num ambiente rico de significado e repleto de gosto pela linguagem. Esta questão remete à diversidade na prática pedagógica, que deve contemplar o conhecimento e o encaminhamento metodológico capaz de torná-lo real. É essencial destacar que o leitor/ escritor competente é aquele que sente além de prazer enquanto usa a linguagem escrita, vendo nela uma forma de comunicação recheada de sentido e de clareza, sabendo utilizar a linguagem em toda a sua amplitude. Para viabilizar a estruturação do trabalho com o eixo de linguagem oral e escrita, alguns elementos são fundamentais:

##### a) Texto coletivo

O texto coletivo é uma unidade extremamente significativa para a compreensão da linguagem. A escrita coletiva, mediada pelo educador, em diferentes situações vivenciadas com o seu grupo, permite a reflexão sobre o código escrito. Enquanto elaboram idéias, ordenam frases e observam sua seqüência, as crianças experienciam tentativas na área da linguagem, analisando a intencionalidade e as convenções presentes no universo gráfico. É imprescindível que em todo o percurso de produção, o educador valorize os conhecimentos prévios das crianças, como ponto de partida para diferentes elaborações conceituais da criança.

114

Ao criar situações de estruturação e reestruturação textual, o educador deverá estabelecer relações entre o conteúdo da mensagem e as normas convencionais, inclusive, aquelas que dizem respeito a ortografia e pontuação. O relato de uma visita (aula-passeio), a abordagem de uma história, a conclusão de uma atividade/ experiência, as brincadeiras, enfim qualquer objeto de estudo explorado junto às crianças pode se transformar em

excelente ponto de partida para a produção textual e a reflexão sobre a linguagem.

#### b) Diversidade textual

A exploração de textos diversificados é uma prática que proporciona o desenvolvimento da expressividade, do uso funcional da linguagem, da leitura, e da reflexão sobre o mundo.

Muito antes de saber ler e escrever convencionalmente, as crianças são

capazes de reconhecer diferentes organizações discursivas: por exemplo, jamais confundiriam um conto com uma bula. Mas, para isso, é necessária a experiência

com textos escritos, e isto só é possível se alguém ler para elas.

É essencial que, no primeiro momento, o educador seja o leitor que instigue o

desejo da criança em também querer ler autonomamente. Isto acontece não apenas

na leitura, mas nas produções gráficas, onde, se em alguns momentos o educador é

um escriba das idéias da criança, em outros estimula sua vontade em expressar-se

usando o código escrito.

O trabalho com textos deve estar presente, desde muito cedo, nas atividades

com as crianças. Quanto a sua natureza, esses textos, genericamente são divididos

em: práticos, informativos, literários e extraverbais.

- **Textos Práticos:** contribuem para uma melhor comunicação entre as pessoas e podem orientar as ações do leitor (caráter instrucional). Exemplos: bilhete, anúncio, cardápio, convite, manual de instruções, bula de remédio, etc.

- **Textos Informativos:** transmitem conhecimentos, descobertas, conclusões. Entre outras coisas, têm o poder de trazer o mundo e os textos sobre o mundo para

115

dentro do Centro de Educação. Exemplos: texto jornalístico, enciclopédia, dicionário, mapa, etc.

- **Textos Literários:** são registros de fantasias e pensamentos do homem e de sua

relação com o mundo que o cerca. Têm o objetivo de divertir, expressar

pensamentos, idéias, por meio de conceitos e forma, escolhidos pelo autor.

Exemplos: poema, poesia, conto, crônica, história em quadrinhos, fábula, novela, etc.

- **Textos Extra-verbais:** são aqueles que utilizam códigos não-lingüísticos como

formas, cores, sons e gestos. Exemplos: pintura, escultura, música, mímica, arquitetura.

Uma maneira de explorar os textos no planejamento é elaborar uma agenda

que faça parte da rotina diária em sala de aula, com textos diferentes a cada aula

para serem lidos e manipulados pelas crianças e pelo educador. Pode-se explorar a

funcionalidade, o conceito propriamente dito, as características

lingüísticas, o

contexto e as condições de produção.

Outra forma de explorar textos é elaborar projetos com o objetivo de vivenciar

a leitura e a escrita; verificando na comunidade as diversificadas fontes de registro

utilizadas no cotidiano.

A diversidade textual mostra que há várias formas de registro do escrito,

ligadas ao objetivo de quem escreve. É essencial destacar na atividade pedagógica a

tudo o momento a finalidade das construções escritas, onde tão importante quanto

saber como escrever, é saber para quê escrever e para quem escrever, desta forma

enaltecendo o caráter universal da linguagem escrita.

#### c) Trabalho pedagógico com o nome

A escrita do próprio nome representa uma oportunidade privilegiada de

reflexão sobre o funcionamento do sistema de escrita, pelas seguintes razões:

- O nome próprio é um modelo estável do ponto de vista lingüístico e gráfico;

- Refere-se a um único indivíduo, portanto, elimina a ambigüidade na interpretação;

- Tem função definida e faz parte dos intercâmbios sociais da nossa cultura;

116

- Oferecem informações sobre a forma, o valor sonoro, a quantidade e variedade

de letras necessárias ao registro do nome;

- Serve de referência para checar as próprias hipóteses nos momentos de

produção gráfica.

Além do contexto gráfico e sonoro, o trabalho com o nome da criança,

está ligado a formação pessoal e social, por isso o educador ao elaborar situações

de aprendizagem com nomes próprios deverá trabalhar de forma contextualizada,

destacando que o nome traz também uma história e um significado. Algumas sugestões para produções a partir do nome:

- Consultar listas de nomes ou apelidos;

- Reconhecer a escrita do nome dos colegas;

- Através de pesquisa e relatos em sala, pesquisar a história de seu nome;

- Escrever nomes com materiais diversificados, sem modelo, selecionando as

letras dentre um conjunto;

- Escrever o nome do colega, nos trabalhos feitos por ele;

- Usar/ ver a utilização de nomes para marcar desenhos, objetos, roupas,

utensílios, etc;

- Criar nomes para objetos, utilizando o alfabeto móvel;

- Organizar agenda telefônica;

- Realizar brincadeiras, jogos e desafios como: forca, jogo da memória, bingo,

adivinhações, acróstico, cruzadinha, dominós, boliche, amarelinha, dança da

cadeira, loterias, charadas, entre muitos outros.

#### d) Literatura infantil

A literatura e a educação infantil são compatíveis na medida em que buscam a

fantasia, a criatividade, os sonhos, o imaginário e a reflexão.

Príncipes e princesas, fadas e bruxas, monstros e duendes, vivem

incríveis aventuras criadas pelas pessoas através dos tempos, não apenas para explicar seu mundo, mas para divertir, ensinar, enternecer ou até amedrontar.

117

Os contos, as fábulas e lendas, as histórias em quadrinhos, enfim, toda obra literária visa não apenas transmitir fatos. Busca sua transformação, dando-lhe um aspecto mágico e emocional, muito atraente para a criança. A Educação Infantil deve então, valorizar as experiências na área da literatura, proporcionando ao universo infantil a exploração de diversificadas obras literárias. A literatura deve ser prioridade no desenvolvimento de diferentes linguagens, estimulando a inteligência, a criatividade e, sobretudo o gosto pela leitura. Deve ser explorada como fonte de reflexão, enriquecendo conceitos em diferentes áreas do conhecimento humano.

A leitura pelo educador, em situações que estimulam a atenção e a escrita das crianças, seja na sala, no parque, debaixo de uma árvore, numa atividade específica para tal fim, etc; permite às crianças a ampliação de seu repertório oral e de sua relação com a escrita. O educador deve selecionar com antecedência, a história a ser trabalhada com o grupo, dando atenção para a inteligibilidade e riqueza textual, para a nitidez e beleza das ilustrações, para a organização do ambiente e para a faixa etária na escolha do livro.

Além disso, é necessário que ao realizar este trabalho:

A prática da Contação de Histórias enriquece o trabalho com a literatura. As crianças são convidadas a vivenciar momentos de prazeroso contato com as histórias, quando:

- O educador trabalha na motivação do tema/ história. Exemplo: uma caça ao tesouro para encontrar o livro, uma brincadeira ou jogo lúdico para adivinhar o nome da história ou, uma conversa sobre o assunto destacado.
- O educador conta à história utilizando-se de recursos diversificados: livro, gravuras grandes, fantasias, objetos, fantoches, mímica, música, álbum seriado, álbum sanfonado, transparência, etc.
- O educador conversa com o grupo sobre a mensagem da história (interpretação oral).
- O educador propõe produções plásticas ou gráficas relacionadas ao contexto da história.

d) Resignificação da leitura

118

O trabalho com leitura visa a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, de escritores que produzam textos eficazes. A origem do bom texto está na prática de leitura, que fornece a matéria-prima para a escrita: o que

escrever e como escrever. Na leitura, o leitor realiza um trabalho de construção de significado do texto, utilizando diferentes estratégias que consigam justificar e validar suas hipóteses.

A Educação Infantil, precisa inserir em sua prática, diferentes propostas de leitura ladeadas de ludicidade, criatividade, comprometimento e que convidem a

criança a cada vez mais significar a linguagem como um objeto real e valioso.

Neste contexto, sugerimos algumas situações de leitura que poderão

possibilitar a aprendizagem da língua escrita, por meio de diferentes atividades. As

sugestões que seguem, servem para trabalhar com vários tipos de textos como:

adivinhas, cantigas de roda, parlendas, quadrinhas e trava-línguas, por isso, é

preciso que ao explorá-los, o educador construa uma sequência de atividades que

considere relevantes para trabalhar com as crianças:

- Leitura pelo educador: com vários textos do mesmo gênero para ampliação do repertório textual das crianças. Esta atividade de leitura pode ser diária ou semanal, para que as crianças conheçam melhor determinado gênero.

- Leitura compartilhada (educador e crianças): de textos conhecidos. O educador lê junto com as crianças textos que elas conheçam de memória, trabalhando com a inferência e a antecipação de significados durante a leitura. Os textos podem ser apresentados em cartaz, na lousa ou impressos em diferentes portadores de texto.

- Leitura coletiva: ler, cantar, recitar e brincar com textos conhecidos, vivenciando situações onde a leitura esteja vinculada diretamente à desconcentração e ao prazer.

- Leitura dirigida: as crianças, tentando localizar palavras dentro de um texto conhecido, utilizam seus conhecimentos sobre a escrita para selecionar e ler.

119

- Leitura interativa: as crianças compartilham atos de leitura e observam outras pessoas lendo, recitando ou cantando textos. Assim podem aprender a utilizar

melhor alguns recursos interpretativos como a entonação, as pausas, as

expressões faciais, os gestos... (Podem-se chamar alguns familiares ou pessoas da comunidade para participarem).

- Leitura gravada: pode-se gravar uma leitura ou recitação das crianças, de seus textos preferidos, para compor o acervo da classe ou ser um presente para alguém especial.

- Leitura planejada por projetos: realização de recitais ou corais, murais ou painéis com os textos, entre outros.

19.5.5 CONCEITOS



**19.5.5.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS**

## • Comunicação e expressão:

- Expressão de desejos, necessidades, opiniões e sentimentos nas situações de interação do cotidiano.

- Leitura.

- Ampliação do vocabulário.

- Articulação correta das palavras.

- Jogos verbais: trava-línguas, parlendas, adivinhas e outros.

- Seqüência lógica.

- Fluência/ fruição.

• Idéia de representação a partir de símbolos:

- Desenho como forma de representação.

- Escrita enquanto sistema de representação.

• Representação e interpretação de mensagens: reconto, dramatização literária infantil (exploração e vivência).

• Alfabeto: conjunto de símbolos próprios da escrita (visualização e manipulação),

características sonoras e gráficas.

• Nome.

• Função social da escrita.

• Função estética da escrita: contos, fábulas, apólogos e poesia.

• Relação oralidade/ escrita.

• Produção de texto, coletiva e individual com tentativas de escrita.

**19.5.5.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS**

120

• Comunicação e expressão: relatos de vivências, conversas, desejos, necessidades, opiniões, preferências em diversas situações de interação.

• Jogos verbais: trava-línguas, parlendas, poesias, poemas e canções.

• Ampliação de vocabulário.

• Articulação correta das palavras.

• Seqüência lógica.

• Fluência e fruição.

• Entonação adequada.

• Participação em situações de leitura, de diferentes gêneros e estilos textuais:

revistas, bulas, rótulos, receitas, listas, contos, fábulas, apólogos, poesias e outros.

• Idéia de representação a partir de símbolos:

- Desenho como forma de representação.

- Escrita enquanto sistema de representação e interpretação de mensagens

(exploração, registros e vivência).

• Nome: inicial, final, letras iguais, diferenças sonoras e gráficas.

• Relação oralidade/ escrita.

• Alfabeto: conjunto de símbolos próprios da escrita: visualização, manipulação e

características sonoras e gráficas (sons semelhantes/ grafias diferentes/ grafias semelhantes).

• História da escrita.

• Função social da escrita: diversidade gráfica (rótulos, bulas, jornais, cartaz,

revistas, listas, imagens, expressões e outros).

• Função estética da escrita: contos, fábulas, apólogos e poesias.

121

• Estruturação e reestruturação textual: unidade temática,

seqüência lógica, direção

da escrita, espaçamento entre as palavras, legibilidade, maiúsculas e minúsculas, concordância nominal e verbal.

**19.6 MÚSICA****19.6.1 OBJETIVOS**

A ação educativa deve ser organizada, garantindo-se oportunidades para que

a criança seja capaz de:

• Identificar as partes do corpo que produzem sons;

• Ouvir, eventos sonoros diversos, percebendo e discriminando fontes sonoras e

produções musicais;

• Explorar todos os sons vindos da natureza;

• Identificar os sons que nos cercam;

• Desenvolver sua coordenação motora de maneira lúdica e prazerosa;

• Aprimorar a dicção;

• Desenvolver a percepção auditiva;

• Explorar diferentes movimentos, desenvolvendo a expressão e a comunicação;

• Interpretar músicas infantis;

• Manusear diferentes materiais sonoros;

• Brincar com a música, imitando, inventando e repassando criações musicais;

• Explorar as linguagens corporais;

• Conhecer a história da música, do som e da melodia;

• Conhecer através das danças os ritmos musicais;

• Valorizar as cantigas de roda tradicionais e atuais;

• Interpretar os repertórios musicais da atualidade;

• Desenvolver a memória de forma lúdica;

• Entender o som e o silêncio, bem como, seus intervalos;

122

• Participar de jogos e brincadeiras que envolvam a dança e a improvisação musical;

• Explorar o ritmo natural das crianças;

• Construir de forma prazerosa instrumentos sonoros, valorizando sua criatividade

e assimilação;

• Conhecer obras de compositores consagrados de nossa história;

• Conhecer os hinos importantes de nossa história;

• Dar noções básicas de elementos que formam um conjunto;

• Interdisciplinarizar sempre as áreas de conhecimento, como elemento principal de

motivação;

• Interagir com os outros para ampliar o seu conhecimento de mundo.

**19.6.2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO**

A música tem um contexto universal. Desde a antigüidade, os povos utilizam a

música como forma maior de expressão, comunicação, manifestando traços de sua

cultura.

Compreende-se a música como linguagem e forma de conhecimento, que

está presente em todo o tempo nos meios de comunicação, seja, tecnológico,

espontâneo, escolar, familiar ou social. Traz enquanto estrutura a produção, a

apreciação e a reflexão.

A música é arte. A arte de preencher determinada quantidade de tempo com sons organizados de forma a "raptar" a atenção para quem ouve.

Dentre as diversas formas de expressão humana, a música é uma das mais importantes e com maior poder de sensibilização. Ela exige o desenvolvimento das habilidades auditivas, pelo aspecto sonoro; cognitivas, considerando a letra-texto; emocionais, pelas sensações que provoca; e cinestésicas, em função do ritmo, podendo ainda ser associada à imagem.

Na Educação Infantil relaciona-se a música como um elo para aprimorar hábitos e ações. É interessante destacar os jingles que sempre auxiliam a ação

123

pedagógica, motivam e conscientizam os pequenos às boas ações. Mas a produção e a reprodução destes produtos prontos precisam de criatividade e envolvimento. Sendo assim, a diferença está na motivação do educador para que este tipo de atividade não fique na "mesmice", ou que simplesmente cantem por cantar.

Além de desenvolver expressões, a música em si necessita do seu espaço, proporcionando atividades de criação ou as questões ligadas à percepção e conhecimento das possibilidades e qualidades expressivas dos sons (RCNEI, 1998, p.60).

Para muitos, é sinônimo de reprodução, imitação e mecanização, e não uma linguagem em que o conhecimento é construído, inovado, dificultando assim sua real intenção e objetivo, na etapa em que a criança é total energia e alegria.

Neste paradigma da ação musical, pretende-se uma escola alegre e prazerosa, onde a criança aprimore todo o seu rol de conhecimento, com o auxílio direto da música em todas as áreas do conhecimento.

O trabalho com música, bem como sua linguagem, é essencial para despertar na criança seu equilíbrio, auto-estima e sua expressão. Também melhora a sensibilidade, o raciocínio lógico e expressão corporal.

Na Educação Infantil deve-se valorizar a brincadeira musical, aproveitando que existe uma identificação natural da criança com a música. A atividade deve estar muito ligada à descoberta e à criatividade.

Sendo assim, podemos encaminhar as atividades utilizando uma metodologia de maneira interdisciplinar como:

- Som: uma atividade prazerosa com intuito em iniciar a descoberta

dos sons, é brincando com eles. Escutar sons a sua volta, em um passeio, em um lugar fechado, da sala ao lado, enfim, o que está em seu entorno. Reproduzi-los em conjunto e por fim juntá-los, criando uma melodia de sons.

- Ritmo: (lento e acelerado), pintura rítmica onde a criança pintará aleatoriamente ao som do ritmo da música, utilizando uma tomada de músicas variadas com

124

ritmos diversificados, desenvolvendo assim a percepção auditiva, a atenção e a coordenação motora.

- Expressões: a utilização de músicas variadas, explorando conceitos básicos como: partes do corpo, pulsação, onde a criança além de identificar, expressa e canaliza seu estado emocional, utilizando-se da música como forma essencial para despertar seu equilíbrio.
- Interpretação Musical: pode-se realizar o trabalho de conhecimento da letra musical e suas partes, trabalhando vocabulário, significados, de modo que possa encontrar caminhos e substituições dos termos (músicas da mídia).

Obs: Os conceitos são basicamente os mesmos em todos os níveis, devendo respeitar assim o grau de complexidade.

### 19.6.3 CONCEITOS

#### 19.6.3.1 CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS

- Conhecimento do corpo.
- Gestos corporais.
- Movimentos corporais.
- Sons da natureza.
- Sons do nosso meio.
- Som e silêncio.
- Criação e imitação vocal.
- Brincadeiras musicais.
- Cantigas de ninar.
- Cantigas de roda (cirandas).
- Percepção auditiva.
- Instrumentos musicais de percussão (tambores, chocalhos, sinos, guizos, etc).
- Instrumentos alternativos.
- Comunicação e expressão.

- Interpretação musical.

#### 19.6.3.2 CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

- História da música.
- Parlendas, acalantos e mnemônicas.
- Poesia ritmada.
- Danças.
- Tipos de música.
- Tipos de ritmo.
- Composição musical.
- Paródias e brincadeiras musicais.
- Interpretação musical.
- Expressão corporal.
- Hinos.
- Cantigas de roda.

- Instrumentos musicais, bandinha rítmica.
- Apreciação sonora e memória.
- Som e silêncio.
- Construção de materiais sonoros.
- Percepção auditiva.
- Altura: graves e agudos.
- Duração: curtos e longos.
- Intensidade: fracos e fortes.
- Timbre.
- Densidade e suas variações.
- Sonoplastia.
- Música solo, dueto, coral e orquestra.
- Elementos musicais básicos: frases, partes, repetições.
- Gravação.

125

## 20. INCLUSÃO

126

O novo paradigma da "inclusão educacional" foi confirmado na declaração de Salamanca (Espanha, 1994) como o mais completo texto sobre a inclusão na educação, do qual o Brasil é signatário.

Reconhece que a inclusão implica uma reestruturação das escolas e a necessidade de implementação de uma pedagogia, voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno, em diferentes contextos, com estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.

A Educação Especial é considerada pela Constituição Brasileira como parte inseparável do direito à educação. A posição da UNESCO considera a EDUCAÇÃO

ESPECIAL como uma forma enriquecedora de educação em geral, que deve contribuir para a integração das crianças com deficiência, com condutas típicas e com altas habilidades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 54, III, afirma que:

É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O MEC desenvolve por intermédio de sua

Secretaria de Educação Especial (SEESP) uma política visando a integração das crianças com necessidades especiais ao sistema de ensino, propondo a inclusão destas crianças nas instituições de educação infantil (RCNEI, MEC, 1998- p.36).

Segundo MANTOAN (2001), as diferenças individuais existem entre todos nós e incluir significa, portanto, aceitar todas as crianças como seres humanos únicos e diferentes entre si.

A verdadeira escola inclusiva, então, é aquela onde todas as crianças são bem vindas: as crianças de vários níveis sócio-econômicos, de diferentes credos religiosos, de distúrbios neurológicos, alterações genéticas,

multi-repetentes, com problemas de comportamento, as crianças extremamente criativas e habilidosas.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial

127

Na LDB, a Educação Especial (art.58), é caracterizada como uma modalidade de educação escolar. Garante o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados sempre que não for possível a integração nas classes comuns de

ensino regular. Prevê ainda que, a oferta de educação especial tem início na faixa

etária de 0 a 6 anos, durante a Educação Infantil (§3º).

O artigo 59 trata da organização específica da Educação Especial, ressaltando que para atender a esses alunos, devem ser também concebidos

currículos, métodos, técnicas e recursos educativos diferenciados. Ainda neste artigo, é assegurado aos educandos, educadores com especialização adequada em nível médio, ou superior, para atendimento

especializado, bem como, educadores do ensino regular capacitados para a

integração desses educandos nas classes comuns.

É importante refletir sobre uma escola única que acolhe os alunos, entre eles,

aqueles com alguma necessidade especial, e que não é centrada na patologia, mas

na possibilidade que todas as crianças têm para aprender.

Cabe a instituição, portanto elaborar projetos educativos, capazes de integrar

e desenvolver as potencialidades do aluno com necessidades especiais, atendendo

às exigências legais, educacionais e sociais.

Fica clara aqui, a parceria fundamental entre o centro educacional, a

comunidade, o apoio e embasamento de profissionais especializados, para que este

trabalho realmente proporcione uma educação de qualidade, onde haja

desenvolvimento integral.

## 21. ENSINO FUNDAMENTAL - 1º e 2º ano

## 21.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

## ALFABETIZAÇÃO

128

O processo pedagógico consiste basicamente, na transmissão do conhecimento acumulado pelos homens ao longo da sua História.

Se considerarmos a História como a ciência capaz de explicar a realidade, é

a ela que recorreremos para analisar o objeto do conhecimento do processo de alfabetização: a linguagem.

A linguagem humana difere da dos animais, é produto das interações entre

os homens através do trabalho. Agindo sobre a natureza, o homem imprime nela as

suas marcas e, ao mesmo tempo, é transformado. À medida que explora e conhece

as formas da natureza, descobre sua essência, produz instrumentos

(considerando desde os mais rudimentares até a mais avançada tecnologia) para satisfação de necessidades também humanamente produzidas - idéias (crenças, conhecimentos e valores) mecanismos de elaboração de idéias (planejamento, abstração, e raciocínio), diferenciam-se cada vez mais, das outras formas animais.

Nessa relação com a natureza, quando busca responder às suas necessidades, o homem supera diferentemente dos animais, os limites da situação imediata que o desafia, produzindo além da sua necessidade pessoal e da prole. Ao fazê-lo, descobre nas coisas propriedades até então desconhecidas, penetram na sua essência, abstrai suas características e capta as relações nas quais se inserem rompendo fronteiras da experiência sensível. Realiza e incorpora assim, experiências, conhecimentos, e, sobretudo, cria novas necessidades.

Desta forma as atividades que precisa realizar para responder as necessidades cada vez mais complexas, lhe impõem outro desafio: a necessidade de auxílio mútuo. O enfrentamento desse magistral desafio se efetiva na produção da linguagem.

Concebida assim, a linguagem e a expressão material, formal do pensamento e da consciência humana, (idéias, conceitos, interpretações, conhecimentos...), fato histórico - não constituindo um dom inato, uma faculdade natural - resultante da ação coletiva que os desenvolverão, no processo do trabalho, ao longo de sua história.

129

O desenvolvimento da linguagem humana, inicialmente ligado à atividade prática e aos gestos, tem na língua escrita sua forma mais elaborada. Seu processo de apropriação deve tomar a linguagem em toda a sua dimensão histórica e social, isto é, como produto de um trabalho coletivo e histórico, de uma experiência humana que se produz e se perpetua.

As práticas alfabetizadoras correntes denotam uma concepção onde a linguagem tomada como algo pronto, acabado, enfatizando por tanto seus aspectos gráficos. Isto se observa tanto no modelo tradicional, quanto estruturalista. Os métodos decorrentes dessa concepção dividem-se, basicamente, em sintéticos, que partem das unidades menores da língua (métodos fonéticos e silábicos) e analíticos, que consideram as unidades maiores (palavras, sentenças, histórias) o ponto de partida, decompondo-as, para o domínio do sistema gráfico. Há também a utilização de ambos os procedimentos no chamado método misto ou eclético. Por centrarem-se nos aspectos gráficos, desconsideram a dimensão mais importante

da língua: a significação das palavras, construídas nas histórias dos homens e reconstruídas no processo de interação verbal. Ora a palavra só significa quando portadora da síntese de experiências acumuladas pelas gerações anteriores de que o falante se apropria e reconstrói num novo contexto significativo. Ao reconstruir no contexto do texto, a significação da palavra, o falante recupera a rede semântica que caracteriza e qualifica o objeto e explicita as possíveis relações em que ele se insere.

Como é a sociedade que produz sua realidade histórico-social, o universo conceitual que o representa bem como as formas de pensamentos que lhes são próprias, sua apropriação só se efetivará através da mediação do adulto experiente, plenamente inserido na prática social.

Logo, a alfabetização deverá ter pressupostos fundamentais:

a) A língua (oral e escrita) é uma produção humana e, enquanto fato histórico social, não é adquirido espontaneamente pelo indivíduo sua aquisição e domínio demandam uma mediação daqueles que já a possuem;

b) Essa mediação não se limita à facilitação do encontro do sujeito com o objeto do conhecimento, mas exige uma interação do indivíduo com a sociedade que

130

institui tal objeto; É na interação com aquele que já se apropriou desse objeto que podemos, também, dele nos apropriarmos;

c) A língua (oral e escrita) se realiza na forma de um conteúdo (significado) que se materializa num código sensível (fonema e letra) ; O grau de domínio da língua (enquanto significação e enquanto código) é determinado pelo grau de domínio do conteúdo da sociedade, de modo que as variedades dialéticas expressam uma diferença qualitativa no que diz respeito a esse domínio; cabe a escola, portanto, nos limites de sua função proporcionar ao aluno a apropriação da forma mais elaborada de linguagem de sua sociedade.

Compreender a linguagem numa perspectiva interacional, portanto, implicará numa postura pedagógica bem diferente do tradicional é preciso redimensionar o conceito de leitura e de escrita a partir de uma concepção mais abrangente de linguagem, concepção essa que leva em conta a atividade de interlocução com um processo efetivamente interacional, entre sujeitos organizados.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

No trabalho de alfabetização é preciso lembrar que a língua escrita tem uma

Pré - História que se dá antes mesmo da fase de escolarização. Que a escrita consiste num complexo sistema de representação, que tem origens no gesto, na fala, no brinquedo, no jogo e no desenho. É preciso reconhecer que a escrita é a representação de uma representação: a palavra oral.

Assim, levando-se em conta a diversidade do nível de interação das crianças com a escrita (pois enquanto umas mantêm, desde muito pequenas, ampla interação com pessoas que lêem e escrevem, e abundante contato com material escrito, outras, por sua vez, desconhecem quase totalmente a escrita), a idéia de representação deve ser bem trabalhada logo no início do processo, utilizando, para isso, placas de trânsito, marcas, logotipos, bandeiras, etc., para que o aluno possa relacioná-los ao que representa, aprofundando a compreensão da função de representação dos símbolos.

131

Outro aspecto que precisa ser trabalhado, em vista desta mesma diversidade, são as principais funções sociais da escrita (comunicar, nomear, indicar ou identificar). Para tanto o professor deve realizar ou dramatizar situações de uso real da escrita, a fim de que se garanta a ampliação da compreensão do que é ler e escrever.

É importante nesse sentido, que o professor pense a alfabetização na perspectiva do que a escrita representa, de seus valores e usos sociais além da compreensão de como se organiza esse sistema de representação. Poderá propor atividades que coloquem a criança em contato com o material escrito, abundante e diversificado (rótulo, revistas, jornais, placas, etc.), possibilitando ações sociais de uso da leitura e da escrita. Entre essas atividades, inclui: ler para as crianças, poesias, histórias, notícias, escrever em todas as oportunidades que surgirem, bilhetes, recados ou convites para os pais, professores e colegas de outras classes; fazer o registro (por escrito ou com desenhos), das histórias e causos contados pelas crianças.

O professor precisa escrever com diversos propósitos, embora o aluno não saiba ler o que está escrito.

É importante que, desde o primeiro momento, o professor tenha na sala de aula o alfabeto em diversas formas e de materiais variados, para o manuseio das crianças e, ainda, mantenha o alfabeto exposto em lugar de destaque. Recomenda-se que no início da alfabetização se dê com a utilização da letra de imprensa maiúscula, em vista da frequência com que é utilizada em materiais presentes na

vida social. A passagem para a letra de imprensa minúscula, na leitura, ocorrerá com facilidade, em vista dos vários alfabetos expostos na sala de aula, e da quantidade de material escrito existente, com este tipo de letra. Recomenda-se, que a passagem para a letra cursiva, acontecerá após o domínio da leitura e da escrita. Na linguagem, o fundamental é o sentido, que não está na palavra, nem no texto, pois é o movimento da História que confere determinado sentido. No entanto, é preciso partir do texto, pois ele é a maior unidade de sentido da escrita. Não existe outra possibilidade, porque fora dele, não é possível aprender o significado. Não podemos dissociar o texto da palavra, da sílaba e da letra. Trabalhamos bem a idéia do texto,

132

aquilo que afirma ou nega, ou seja, vamos além do texto para recuperar o seu sentido. Uma vez recuperada, elegemos uma palavra, que já está dotada de significado que, portanto, não é coisa solta: é uma palavra que está articulada a este texto e com esse mundo que o texto está expressando. Assim, não trabalhamos primeiro o texto, depois a sílaba e por último a letra, o texto permite jogar o aluno diante de toda a realidade do sistema gráfico.

Eleito o texto como o núcleo do trabalho, tem-se claro que o mesmo é caracterizado, não pela quantidade de palavras ou frases, pelo grau de dificuldade, e sim pela possibilidade de interação real. Assim, o nome das crianças constituirá uma palavra texto uma vez que contém toda a história da criança. Clichês com os nomes dos alunos permitem o desenvolvimento de inúmeras atividades e sua confecção será muito produtiva se realizada na presença do aluno, para que ele perceba tanto a relação existente entre a escrita e a oralidade, quanto aspectos formais, como o sentido esquerdo - direito que nossa escrita exige.

Outra situação que contribui nesta fase inicial de apropriação da escrita é oportunizar a leitura incidental de apropriação da escrita e oportunizar a leitura incidental ou intuitiva, através de rótulos, logo marcas que é de domínio e conhecimento dos alunos. Esta situação de pseudoleitura possibilitará o estabelecimento de diversas relações com outras palavras textos nos aspectos qualitativos e quantitativos da escrita.

O desenho também tem um papel fundamental na apropriação da escrita. O aluno precisa deslocar-se da idéia de que é possível desenhar coisas, para a idéia de que é possível desenhar palavras. Ou seja, a função do desenho não é meramente prazerosa, lúdica.



Outro recurso importante na prática alfabetizadora é o trabalho com textos que os alunos sabem de cor: poesias, músicas, parlendas. Através deles poderão ser explicados os aspectos formais como direção, espaçamento, segmentação, etc. Neles as crianças poderão pesquisar letras, palavras... Poderão servir para sistematizar as relações letra/ som, presentes na nossa língua, que os alunos, gradativamente terão que aprender.

133

Como a representação gráfica da língua portuguesa é alfabética com memória etimológica, o aluno precisa entender que, embora a relação entre letra e som seja, muitas vezes, previsível, há várias situações que exigem estratégias cognitivas próprias. Deverá saber que há relações arbitrárias, que precisam ser melhoradas e que, nas dúvidas, deverá recorrer ao dicionário.

À medida que a criança avança na compreensão da natureza alfabética da nossa língua, aprofunda-se questão relativa à clareza do texto. Gradativamente o professor buscará, com a criança, discutir possibilidades de complementar informação, eliminar redundâncias, separar as idéias com o auxílio de pontuação ou recursos coesivos e organizá-las em parágrafos adequados.

O trabalho de reestruturação dar-se-á, basicamente de duas formas: individual e coletiva. Individualmente o professor tem a oportunidade de atender as necessidades específicas de cada aluno. No trabalho coletivo serão tratados dos aspectos mais evidenciados nos textos dos alunos que necessitam de sistematização, expressando claramente a relação direta existente entre avaliação e planejamento.

## OBJETIVOS

### LÍNGUA ORAL

Possibilitar ao aluno vivência de situações que lhe permitam:

- Participar efetivamente de situações de comunicação oral, expressando e ouvindo opiniões;
- Expor, de maneira clara e ordenada, histórias conhecidas, experiências vividas, ações realizadas;
- Descrever pessoas, animais, objetos, cenas e eventos;
- Dramatizar histórias e situações vividas ou criadas;

134

- Observar a existência de variedades linguísticas e diversidade de registros.

## LEITURA

Possibilitar ao aluno vivência de situações que lhe permitam:

- Diferenciar números, letras e símbolos;
- Identificar diferentes portadores e tipos de textos;
- Predizer conteúdos de textos a partir das ilustrações que os acompanham, da diagramação e do conhecimento que tenha sobre o gênero;
- Confirmar ou retificar predições feitas, a partir de informações do texto;
- Reconhecer as diferentes funções da linguagem (convencer / informar / divertir etc);
- Ler silenciosamente;
- Ler oralmente;
- Identificar e caracterizar personagens;
- Relacionar o que lê com sua realidade social;
- Interpretar enunciados orientadores de atividades;
- Buscar informações no texto;
- Interpretar gráficos e tabelas.

## ESCRITA

Possibilitar ao aluno vivência de situações que lhe permitam:

- Reconhecer diferenças entre a língua oral e a língua escrita;
- Reconhecer a natureza alfabética da escrita;
- Identificar letras do alfabeto;
- Escrever nomes próprios, palavras, frases e textos;
- Escrever, observando o espaçamento entre palavras do texto;

135

- Planejar a escrita do texto, oralmente, tendo em vista o objetivo, o destinatário e as características principais do gênero escolhido;

- Produzir textos para diferentes leitores, com funções diversas (convencer / informar / divertir...), de forma independente ou com ajuda do professor e/ou em grupo dos colegas;
- Reproduzir ou recriar textos lidos, individualmente ou em grupo;
- Revisar os próprios textos, com ajuda do professor ou dos colegas, melhorando sua qualidade.

## AVALIAÇÃO

Uma vez que se pretende o domínio gradual da língua em seus aspectos

gráficos e históricos, e que as concepções das crianças sobre a escrita, ao entrar na escola diferem entre si, uma avaliação em relação ao desempenho comum, da turma é inviável. Tem que se tomar, na avaliação da alfabetização, o processo de aprendizagem de cada aluno, em relação a ele mesmo, num estágio anterior e, em relação ao conteúdo que se pretende ensinar. O professor deverá fazer um registro cumulativo das apropriações realizadas pelos alunos, desde a função social da escrita, até o domínio do sistema gráfico e a estruturação do texto.

O aluno deverá narrar histórias conhecidas e relatos de acontecimento tendo o encadeamento dos fatos e suas seqüências cronológicas ainda que com ajuda. Bem como ler de forma independente textos e demonstrar a compreensão do sentido global de texto lido.

#### CONTEÚDOS

##### A) Quanto ao uso da linguagem oral:

- Identificação de fatos relevantes da avaliação sociolingüística;
- Uso da norma culta em situações, que a exija;
- Diálogos sobre textos lidos ou ouvidos;

136

- Relatos (experiências pessoais, histórias familiares, brincadeiras, acontecimentos, eventos, programas de TV, filmes, entrevistas, textos lidos etc.);
- Debates (assuntos lidos, acontecimentos, situações polêmicas contemporâneas, filmes, programas etc.);
- Criação e improvisação (histórias, quadrinhas, piadas, charadas, adivinhações, dramatizações etc.);
- Desenvolvimento da expressão oral no sentido de adequação da linguagem ao assunto, ao objetivo e aos interlocutores, com clareza, seqüência e objetividade na exposição das idéias.

##### B) Quanto ao uso da leitura:

- Reconhecimento e relações entre diferentes formas de comunicação: gestos, cores, sons, ideogramas, escritos etc.;
- Conhecimento dos nomes das letras do alfabeto, fazendo relações entre letras/som;
- Descoberta de novas palavras, contidas na palavra pela troca ou acréscimos de letras ou sílabas;
- Realização de leituras incidentais;
- Leitura do próprio nome, dos colegas e das palavras, atividades das diversas áreas;

- Interpretação de histórias lidas, de textos criados, e/ou nos livros de literatura infantil, histórias contemporâneas e histórias regionais;
- Reprodução de leituras memorizadas;
- Leitura silenciosa, seguida de relato oral sobre o que leu;
- Domínio da leitura das palavras do vocabulário comum à turma;
- Leitura em voz alta, com certa influência, após preparo e treino específico;

137

- Finalidades da leitura: lazer, busca de informações, estudos de textos, pretexto;
- Leitura de um texto qualquer, respeitando as fases ou unidades de pensamento;
- Entonação e ênfase apropriadas, respeitando os sinais de pontuação;
- Leitura de qualquer material escrito de forma independente.

##### C) Quanto ao uso da escrita:

- Reconhecimentos e explicações sobre os diferentes usos (informação, propaganda, lazer etc.), e formas (bulas, jornais, revistas, rótulos, documentos pessoais);
- Conhecimento de algumas características da evolução histórica da escrita;
- Reconhecimento do alfabeto, como um conjunto de letras, que são utilizadas para a escrita;
- Reconhecimento da escrita do próprio nome fazendo relações entre os diferentes nomes da classe;
- Descobertas de outros nomes que começam com a mesma letra e dos nomes que possuem na mesma letra e/ou sílaba;
- Reconhecimento das letras do alfabeto a partir dos nomes da turma;
- Escrita individual e/ou através do professor;
- Escrita livre; com ou sem o uso de desenhos;
- Reconhecimento da escrita de textos e ou palavras, atividades das diversas áreas circulares;
- Reconhecimento e escrita de palavras do texto identificando suas letras;
- Cuidado com o aspecto estético da escrita e o traçado correto das letras;
- Descobertas de novas palavras;

138

- Estabelecimento de relações diversas na palavra através da troca ou acrescentamos de letras ou sílabas;
- Interpretações de histórias criadas ou ouvidas através de desenhos, reconhecimentos de expressões de palavras de textos etc.;
- Escritas de textos;
- Escrita de palavras do seu cotidiano;
- Representação de idéias por desenhos, colagens, modelagens, dobraduras e pinturas;
- Correspondência entre alunos e/ou pessoas;
- Apresentação gráfica do texto; separação entre as palavras;
- Uso da letra maiúscula no início da frase;
- Pontuação;
- Escrita ortográfica de palavras do vocabulário usual;
- Correspondência biunívoca (p, b, t, f, v, nh, lh);
- Correspondência cruzada: mesma letra com diferentes sons;
- Relações arbitrárias: letras que apresentam o mesmo som no mesmo lugar;
- Utilização do dicionário para dirimir dúvidas (início);
- Auto-correção (sozinho ou mediado) ou utilizando o dicionário.

## MATEMÁTICA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Entende-se que o conhecimento é historicamente produzido pelos homens no interior das relações, logo, considera-se que o conhecimento matemático não é

139

pronto e nem acabado, mas um conhecimento em constante construção e reelaboração.

Como as demais ciências, a Matemática não é composta por um corpo de conhecimentos estáticos, mas caracteriza-se como uma forma de compreender e atuar no mundo, pois está diretamente ligada à representação das relações sociais expressa através das conexões entre os homens e entre os homens e a natureza, com o objetivo de promover a inserção destes no processo sócio-cultural, proporcionando a compreensão da realidade em que vivem.

A matemática é uma das mais importantes ferramentas da sociedade moderna. Apropriar-se dos conceitos e procedimentos matemáticos

básicos contribui para a formação do futuro cidadão que se engajará no mundo do trabalho, das relações sociais, culturais e políticas.

Para exercer plenamente a cidadania é preciso saber contar, comparar, medir, calcular, resolver problemas, argumentar logicamente, conhecer formas geométricas e organizar, analisar e interpretar criticamente as informações.

A matemática está presente em praticamente tudo com maior ou menor complexidade. Perceber isso é compreender o mundo à sua volta e poder atuar nele. E a todos, indistintamente, deve ser dada essa possibilidade de compreensão e atuação como cidadão.

Em casa, na rua, no campo, no comércio, nas várias profissões, na cidade, no campo, nas várias culturas, o homem necessita contar, calcular, comparar, medir, localizar, representar, interpretar, etc., e o faz informalmente, à sua maneira, com base em parâmetros do seu contexto sociocultural. É preciso que esse saber informal, cultural, se incorpore ao trabalho matemático escolar, diminuindo a distância entre a Matemática da escola e a Matemática da vida.

Numa sociedade do conhecimento e da comunicação, que será a do terceiro milênio, é preciso que desde as séries iniciais as crianças comecem a comunicar idéias, procedimentos e atitudes matemáticas, falando, dramatizando, escrevendo, desenhando, representando, construindo tabelas, diagramas e gráficos, fazendo pequenas estimativas, conjecturas e inferências lógicas, etc. Tudo isso trabalhado

140

individualmente, em duplas e em pequenas equipes, colocando o que pensam e respeitando o pensamento dos colegas.

Na década de 20, a Matemática era considerada uma ferramenta necessária para resolver situações estancas do cotidiano.

Em 1.826 o ensino foi organizado e dividido em três classes, sendo que o aluno deveria primeiramente adquirir o conhecimento dos números e da numeração decimal; num segundo momento, compreender os conhecimentos físicos, e, por último, desenvolver a prática de resolução das operações aritméticas.

Já em 1.951, após o Manifesto dos Pioneiros, foi concedida uma abertura aos Estados, para que os mesmos apresentassem seus Programas de Ensino. Porém, somente após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1.962, oficializou-se a descentralização dos Programas de Ensino, sendo que sua

organização contou com colaboração de vários professores.

Passou-se, então, a preocupar-se com o processo de ensino aprendizagem, questionando o que ensinar, uma vez que diante da complexidade da organização social, tornou-se necessário refletir sobre as condições humanas de sobrevivência, sobre a inserção das pessoas no mundo do trabalho, nas relações sociais e na cultura, para que o aluno fosse capaz de interpretar as informações obtidas, tomar decisões diante de situações complexas, bem como, resolver problemas relacionados a questões sociais.

Em diferentes países, nas décadas de 60 e 70, instaurou-se o movimento educacional "Matemática Moderna", considerando a Matemática como ciência privilegiada para o desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico. Assim, o ensino de Matemática, passou a contribuir na formação do cidadão por meio de metodologias mais dinâmicas, num processo de ação-reflexão-ação, partindo de atividades concretas para, gradativamente, chegar a um conhecimento mais abstrato e sistematizado.

É importante ressaltar que ainda hoje, no início do século XXI, preservamos nos currículos de Matemática a essência do Movimento da Matemática Moderna que era o de:

141

Exigir do cidadão não só conhecimentos específicos, mas principalmente novas maneiras de organizar o pensamento, de saber lidar com dados e interpretá-los, dispondo-os em gráficos e avaliando-os; exige ainda, a capacidade de tomar decisões, diante de dados estatísticos que comparecem cada vez mais. É também necessária a capacidade de aprender a aprender, de resolver problemas, de saber trabalhar em grupo, como parte de equipes multidisciplinares, de expor suas idéias por escrito e/ou oralmente (BARRETO, 1998, p. 103).

Acredita-se que a matemática é produzida com base nas condições materiais da existência do próprio homem. Dessa forma, o ensino da matemática deve fundamentar-se na história dos homens, para que os alunos possam compreender a construção dos conceitos matemáticos, bem como o desenvolvimento da própria matemática.

A Educação Matemática não pode caracterizar-se por uma lista de conteúdos que, por sinal, ao longo das diversas reformas educacionais tem variado muito pouco. A Educação Matemática deve ter como pressuposto a formação do

pensamento crítico e, portanto, os seus encaminhamentos vão além de um rol de conteúdos fragmentados e sem relações.

Para que a educação Matemática cumpra sua função é necessário ter clareza da contribuição do pensamento matemático na formação do pensamento humano.

Sendo a Educação um ato intencional e planejado, deve-se garantir, no processo de construção do pensamento dos alunos, o caráter dinâmico da produção do conhecimento matemático, bem como, transformar concepções espontâneas em conhecimentos mais elaborados, pelo processo de abstração e sistematização.

O simples domínio da contagem não possibilita às pessoas chegarem a uma visão mais arrojada sobre a Matemática; é necessário o domínio dos Conceitos Matemáticos, da Linguagem Matemática e de suas representações (Aritmética ou Numérica, Pictórica, Geométrica e Gráfica), do Cálculo e/ou Algoritmo (Cálculo Mental, Escrito, Aproximado e Exato), da Resolução de Problemas, da história da Matemática e dos Jogos e Desafios que se denominam Eixos Metodológicos, e estes estarão perpassando os Eixos de Conteúdos: Números, Geometria e Medidas. Convém salientar que o eixo de conteúdos, que estabelece a relação entre os demais

142

eixos, é o eixo das Medidas. Já o eixo Metodológico é organizado a partir do eixo Resolução de Problemas.

Entende-se, então, que a organização desses eixos e de suas respectivas relações se fundamenta numa perspectiva contextualizada, propiciando ao aluno uma base sólida de conteúdos, a aquisição do raciocínio lógico matemático, a capacidade de análise e de crítica, que constituem referências para interpretar e resolver problemas.

Portanto, resolver problemas através de técnicas operatórias, não é necessário na formação do pensamento sintético. É importante que o conhecimento seja contextualizado, pertencente à realidade humana, para que os alunos se sintam comprometidos e possam desenvolver o pensamento crítico da situação vivenciada e passem a enxergá-la de forma diferente, permeada de múltiplas relações.

Cabe ao professor organizar práticas de ensino e aprendizagem de forma interativa, realizando a mediação entre aluno e conhecimento, isto é, mediatizando o processo de aquisição do conhecimento, como também, explicitando as relações existentes entre a produção histórica do conhecimento e a lógica

de sua elaboração.

Nesse sentido:

A metodologia proposta deve buscar transformar os envolvidos no aprendizado (discentes e docentes) em sujeitos do processo de construção do conhecimento, colocando a realidade e o cotidiano do aluno como elementos fundamentais, para o estudo das disciplinas e conhecimentos envolvidos nessa área (KUENZER, 2002, p. 134).

Porém, mesmo sabendo que, de modo geral, a criança chega à escola já conhecendo alguns símbolos, isto não determina que a mesma já tenha incorporado o conceito de número.

É pela contagem de diferentes objetos nas mais variadas situações colocadas pelo professor, que o aluno aprende o sentido de quantidade, associando ao símbolo numérico um significado real, ou seja, três balas, quatro crianças e outros.

143

É provocando dúvidas a respeito de quantidades maiores que o professor contribui para que o aluno elabore novas representações, pois compreendendo o valor posicional do número, ele irá resolver as situações que surgirem em sua vida.

Conclui-se que a escola deve fornecer uma base sólida de conteúdos matemáticos capazes de fazer com que o aluno se entenda enquanto sujeito da história, percebendo que o mundo está em constante transformação e que esta transformação é o produto da atividade material de todos os homens e mulheres.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O conhecimento matemático no ensino fundamental deve buscar, gradativamente, a inserção do educando no universo da linguagem e dos raciocínios matemáticos. A Educação Matemática é uma produção humana e o conhecimento matemático um modo de explicar a realidade por meio de idéias, procedimentos, regras, e símbolos capazes de estabelecer relações entre as pessoas e a natureza, as pessoas e a sociedade.

Para conhecer, entender, trabalhar ou criar matemática, o educando necessita estar envolvidos com idéias e símbolos, conceitos e representações, participando individual e coletivamente da construção e da incorporação do conhecimento.

Faz-se necessário, portanto, que o educando seja conduzido a perceber a Matemática como instrumento para o desenvolvimento individual e social.

Ensinar e aprender Matemática consiste em perceber o sentido matemático presente em cada conteúdo, seja nas formas geométricas, nas quantidades e operações, nas grandezas e medidas, no tratamento das informações, assim como, nos símbolos, nas abstrações e na sua lógica interna de estruturação.

Deve-se sempre considerar que o educando possui experiências matemáticas desenvolvidas em seu cotidiano, e tais experiências devem ser respeitadas e aproveitadas pelo educador.

144

Desse modo, é fundamental que o educador antes de elaborar situações de aprendizagem investigue qual é o domínio que o educando tem sobre o assunto que vai explorar, em que situações algumas concepções são ainda instáveis, quais as possibilidades e as dificuldades de cada uma para enfrentar este ou aquele desafio. É importante salientar que a partir dos conhecimentos que o educando possui não significa restringir-se a eles, pois é papel da escola ampliar esse universo de conhecimentos e dar condições a ele de estabelecer vínculos entre o que conhece e os novos conteúdos que vão construir, possibilitando uma aprendizagem significativa (PCN- MATEMÁTICA- vol. 3, p. 63).

Nesse sentido, o educador cumpre um papel fundamental na medida em que auxilia o educando a desenvolver a sua capacidade de estabelecer relações, lidar com grandezas, abstrair, calcular, encaminhar raciocínios e procedimentos lógicos, possibilitando a reelaboração de suas experiências.

Os conteúdos historicamente construídos e sistematizados estão distribuídos em quatro grandes blocos: números e operações, grandezas e medidas - espaço e forma, tratamento da informação.

#### NÚMEROS E OPERAÇÕES

O conhecimento numérico é desenvolvido a partir das experiências que cada educando possui, num processo de construção e assimilação ressaltando-se os significados de cada idéia, registro ou símbolo matemático. Isso ocorre também no desenvolvimento das operações. O trabalho se concentra na compreensão dos diferentes significados das idéias, operações e registros e nas relações existentes entre elas, bem como, na compreensão por meio da análise, da reflexão e troca de idéias dos diferentes cálculos, sejam eles, mentais, aproximados (estimativas) ou exatos. Destacam-se também, aplicações práticas ou de raciocínio dos números e



operações em estudo.

## ESPAÇO E FORMA

145

O conhecimento geométrico surgiu de procedimentos empíricos, por isso está repleto de ações que levam a perceber, construir, representar e conceber, o que torna valioso instrumento entre a linguagem do cotidiano e o jornalismo matemático.

Assim o estudo do espaço geométrico e das suas formas parte do que é percebido ao que é concebido, isto é, realiza-se por meio da percepção das formas geométricas básicas e de suas características das atividades de observação, da manipulação, de que a construção de um conceito se dá ao longo do tempo, por meio de muitas interações.

A Geometria é um campo fértil para se trabalhar com situações problemas e é um tema pelo qual os alunos costumam se interessar naturalmente. O trabalho com noções geométricas contribui para a aprendizagem de números e medidas, pois estimula o educando ao observar, perceber semelhanças e diferenças, identificar regularidades e vice-versa (PCN-MATEMÁTICA. Vol. 3, p. 55,56).

## GRANDEZAS E MEDIDAS

O conhecimento dos conteúdos relacionados a esse bloco (eixo) se dá com certa facilidade devido à sua forte relevância social. Segundo os PCN - MATEMÁTICA, p. 56, na vida em sociedade, as grandezas e medidas estão presentes em quase todas as atividades realizadas. Desse modo, desempenham um papel importante no currículo, pois mostram claramente ao aluno a utilidade do conhecimento matemático no cotidiano.

## TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

As informações estatísticas e as maneiras de apresentá-las à sociedade ocupam um lugar importante em nossa realidade social. Jornais, revistas, folder, gráficos e tabelas fazem parte do cotidiano das pessoas já que os meios de comunicação apresentam diariamente resultados estatísticos em suas

146

programações. Isso demonstra a importância de estudar o processo de obtenção, de organização e análise dos dados, bem como prever e tirar conclusões sobre um fenômeno em estudo. Ao subsidiar o educando com conceitos e aplicações básicas de dados que aparecem na mídia propõe-se condições de interpretação leitura e

análise das informações que são utilizadas nos diferentes setores da realidade social, favorecendo assim, a sua formação de cidadão. Isso vem de encontro ao que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Com relação à estatística, a finalidade é fazer com que o educando venha a construir procedimentos para coletar, organizar, comunicar e interpretar dados, utilizando tabelas, gráficos e representações que aparecem frequentemente no seu dia-a-dia (PCN - MATEMÁTICA. Vol. 3 p. 56).

Dessa forma, desenvolve-se o trabalho em estatística, nos anos iniciais, dando-se ênfase em estimativas, possibilidades, leitura de imagens, listas, tabelas, gráficos, interpretação e produção de textos de análise.

Em suma, ressalta-se que, ao abordar cada conteúdo, coloca-se o educando como sujeito principal de todo processo de ensino - aprendizagem, favorecendo a sua participação ativa em cada situação apresentada.

## OBJETIVOS

Conforme indicam os Parâmetros Curriculares Nacionais, os objetivos gerais do ensino de matemática no Ensino Fundamental devem levar o educando a:

- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

147

- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático, (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;
- Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;
- Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da

linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;

- Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;

- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;

- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;

- Ao desenvolver essa proposta pedagógica procurou-se observar e respeitar os objetivos propostos nos Parâmetros, uma vez que é compatível com a concepção que temos de educação e do ensino de matemática.

## CONTEÚDOS

### 1º ANO

#### Números e operações

- Construção do conceito de números
- Numeração de 0 a 100
- Seqüências numéricas
- Sucessor e antecessor

148

- Construção da 1º, 2º, 3º ordem numérica (U, D, C) e de classe das unidades simples.

- Adição e subtração e seus algoritmos
- Leitura e interpretação de problemas
- Estimativas
- Cálculo mental

#### Grandezas e Medidas:

- Perceber a passagem do tempo: manhã, tarde, noite, dia, hora.
- Contagem do tempo: ontem, hoje, amanhã, hora exata, semana, dia, mês e ano.
- Organização temporal: antes e depois
- Organização espacial: perto, longe
- Medidas de valor: cédulas e moedas

- Seqüências

- Estimativas

#### Espaço e forma:

- Formas presentes nos objetos diários
- Formas e posições presentes no espaço
- Seqüências
- Operação de classificação

149

- Construção de objetos a partir das formas tridimensionais, construção de maquetes

- Formas geométricas planas: quadrado, triângulo, retângulo.

- Composição de figuras

- Localização

#### Tratamento da Informação:

- Levantamento de dados
- Registro das informações em listas e tabelas
- Leitura e interpretação de listas
- Leitura e interpretação de tabelas
- Elaboração de tabelas

### 2º ANO

#### Números e operações

- Relação entre quantidades
- Registro, leitura e escrita de números
- Sistema de Numeração Decimal: ordens e classes
- Classificação dos números em pares e ímpares
- Seqüências numéricas

- Estimativas

- Cálculo mental

- Metade

- Dúzia, meia dúzia

- As quatro operações: adição, subtração

- Problematisações

- Contagem por agrupamentos- 2 em 2 e de 10 em 10

- Igualdade e desigualdade

- Ordem crescente e decrescente
- Organização e estratégias pessoais na realização das operações
- Exploração dos diferentes significados das operações - adição, subtração
- Significado das operações - adição, subtração, multiplicação e divisão

- Dobro

#### Grandezas e Medidas

- Percebendo o tempo ( dias, semanas, meses, ano, horas)
- Sistema monetário
- Estimativas
- Medidas de comprimento
- Medidas de massa: quilograma ( Kg)
- Medidas de capacidade: litro (l)
- Medidas arbitrárias usadas pela sociedade: copo, colher, xícara, etc

#### Espaço e forma:

- Formas e posições geométricas presentes no espaço
- Sólidos geométricos: poliedros e corpos redondos

150

- Figuras planas e formas espaciais -
- Maquete
- Planificação de figuras espaciais
- Localização
- Simetria
- Formas geométricas planas: triângulo, quadrado, retângulo e círculo.
- Composições com figuras planas
- Painéis e mosaicos - trabalhando com malhas

#### Tratamento da Informação

- Interpretação de listas e tabelas
- Elaboração e organização de tabelas
- Leitura e interpretação de gráficos de barras
- Coleta de dados
- Organização de dados coletados em umas tabelas
- Construção de gráficos de barra

151

- Leitura e interpretação de dados matemáticos presentes nos meios de comunicação social

3º ANO

#### Números e Operações

- Organização do Sistema de Numeração Decimal
- Sucessor e antecessor
- Registro, leitura e escrita de numerais
- Composição e decomposição, sistema de numeração decimal
- Contagens por agrupamentos
- Trabalhando com operações adição, subtração, multiplicação e divisão
- Situações problemas - estratégias pessoais e estimativas
- Números pares e ímpares
- Cálculo, dobro, metade, triplo
- Trabalhando com o milhar
- Uso da calculadora
- Ordem crescente e decrescente
- Trabalhando o cálculo por estimativa
- Composição de valores e quantidades: de 10 em 10 e de 100 em 100

#### Espaço e Formas:

- Observação de semelhanças e diferenças entre formas geométricas
- Simetria
- Malhas quadriculadas na elaboração de gráficos
- Geometria e a arte

#### Grandezas e Medidas

- Trabalhando com medidas de tempo
- Medidas de valor
- Medidas usadas em receitas culinárias
- Trabalhando com medidas de tempo ( dia, semana, mês, ano, hora)

152

- Trabalhando com unidades de medidas de massa, comprimento e capacidade
- Noção de fração

#### Tratamento da Informação

- Interpretação de listas e tabelas
- Elaboração e organização de tabelas
- Leitura e interpretação de gráficos de barras
- Coleta de dados, estimativas
- Organização de dados coletados em umas tabelas
- Construção de gráficos de barra

153

- Leitura e interpretação de dados matemáticos presentes nos meios de comunicação social

4º ANO

Números e operações

- Sistema de numeração decimal: ordens e classes
- Relação entre a unidade, dezena, centena e milhar
- Leitura, escrita, composição e decomposição de um número
- Cálculo mental
- Operações: Adição, subtração, multiplicação e divisão
- Cálculo mental
- Números romanos
- Estimativas
- Problematizando as quatro operações
- Multiplicação por 10,100 e 1000
- Expressões numéricas
- Representando, comparando, lendo e escrevendo frações

- Trabalhando com porcentagem

- Explorando situações-problema

- Ampliando o trabalho com números decimais

- Operações com números decimais

- Sentenças matemáticas

- Pesquisando, calculando e analisando opções de compra

Grandezas e Medidas

- Medidas de tempo - anos, séculos, década
- Operações com valores monetários
- Medidas de valor
- Medidas de capacidade

- Medidas de comprimento

- Medidas de massa

Espaço e Forma

- Ponto, reta e plano, linhas abertas e curvas
- Ampliação e redução de figuras planas no quadriculado
- Semi-retas e segmentos de reta
- Idéia de ângulo

- Medida de ângulo

- Noção de polígono

- Trabalhando com malhas

- Geometria e a arte

154

Tratamento da Informação

- Análise de gráficos e tabelas
- Elaboração e organização de tabelas
- Leitura e interpretação de gráficos de barras
- Coleta de dados, estimativas
- Tabelas, gráficos de barras, possibilidades
- Construção de gráficos de barra

155

- Leitura e interpretação de dados matemáticos presentes nos meios de comunicação social

5º ANO

Números e Operações

- Sistema de numeração decimal

- Leitura, escrita, composição e decomposição de um número

- Identificação de classes e ordens

- Operações fundamentais

- Multiplicação por 10, 00, 1000

- Utilizar diferentes processos de operar com as quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão

- Múltiplos e divisores

- Exploração do cálculo mental

- Expressões numéricas

- Frações e tipos de frações

- Frações equivalentes
- Adição de frações
- Noção de multiplicação por um número inteiro
- Porcentagem
- Porcentagem no contexto diário

#### Grandezas e Medidas

156

- Aprofundando os estudos sobre Medidas ( de tempo, comprimento, massa, capacidade)
- Exploração da idéia de área ( medir áreas das figuras planas)
- Explorando situações-problemas

#### Espaço e forma:

- Noção de geometria
- Sólidos geométricos
- Números de lados das figuras planas

#### Tratamento da informação

- Leitura de gráfico de barras
- Interpretação de gráficos e tabelas
- Leitura e interpretação de dados matemáticos presentes nos meios de comunicação social

#### AVALIAÇÃO

157

Na concepção de ensino, adotada nessa proposta, a avaliação é entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem. Compreende-se também, que a avaliação escolar pode assumir tanto um papel conservador quanto um papel transformador da ordem social. Caso seja tratada a parte, como instrumento disciplinador, seletivo, classificatório, não possibilitará a socialização do conhecimento.

No entanto, sua função numa perspectiva crítica é instrumento da análise das necessidades e dificuldades dos alunos, do professor, da escola como um todo, bem como dos avanços, cujo objetivo é subsidiar o professor nas tomadas de decisões superando as dificuldades no processo. Isso tudo, com a finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticando seus resultados e atribuindo-lhes um valor.

Portanto, será possível rever, retomar, replanejar e resgatar o encaminhamento metodológico, pois através da avaliação o professor encontrará elementos necessários para melhorar sua forma de ensinar, a fim de formar um aluno crítico, criativo, capaz de conhecer-se como sujeito da própria história, intervindo na mesma para transformá-la.

É importante ressaltar, que a avaliação voltada à emancipação humana assume uma função fundamentalmente diagnóstica. Sendo assim, não se deve considerar apenas os resultados finais, mas, o processo de desenvolvimento, construção e de conclusão da prática educativa. Portanto, é necessário observar e anotar todo o progresso feito pelo aluno, que, além de contínuo é um processo cumulativo.

O erro é entendido como fundamento da aprendizagem e como ponto de partida para a reformulação do planejamento do professor, pois nem todo aluno aprende ao mesmo tempo.

Dessa forma, o educador, ao se deparar com o "erro do aluno", deve dar um tratamento adequado a ele. O "erro" deve passar a ser visto como um elemento de análise do processo, ou seja, que possibilite ao educador compreender onde está a

158

dificuldade do educando, podendo, dessa forma, replanejar o encaminhamento dado ao conteúdo, interferindo para ajudá-lo a alcançar o objetivo proposto. Portanto, o aluno que não conseguiu alcançar determinado objetivo, tem o direito a uma recuperação paralela, ou seja, o educador deve rever seu teórico-prática e proporcionar a esse aluno condições para avanço e crescimento cognitivo.

Os instrumentos de avaliação deverão ser os mais variados possíveis. Pode ser uma entrevista, discussão, diálogos, pesquisas, observação em sala de aula, caderno ou anotações, avaliações escritas ou orais, auto-avaliação, entre outras. Cada momento comporta uma forma de avaliação e o educador deve utilizar essas várias formas para alcançar o êxito em suas atividades. Usar apenas um instrumento de avaliação trás pouca possibilidade de avaliar com objetividade, tornando-se contraditório a concepção de avaliação entendida nessa proposta.

A Educação Matemática, em seu aspecto dinâmico, desenvolve no aluno a possibilidade de resolver problemas e refletir criticamente sobre eles (Representação Gráfica), estabelecendo relações entre as diferentes representações matemáticas, utilizando suas experiências para reconstruir o conhecimento, o qual é construído



historicamente num processo dinâmico, envolvendo todo o contexto social, histórico, econômico e cultural.

É oportuno ressaltar, novamente, numa avaliação, não são somente as repostas certas, mas a superação conceitual dos conteúdos matemáticos, bem como, a formulação e reformulação de hipótese que auxiliam no processo de construção do conhecimento.

Contudo, a família entendida como o primeiro contexto de socialização, exerce grande influência sobre a aprendizagem da criança e do adolescente. Portanto, há necessidade de manter a família e o educando informados sobre a situação real de aprendizagem, pois é através da participação na escola e da escola com a comunidade, que se cria o espírito de co-responsabilidade, essencial para melhorar o rendimento e os resultados da educação escolar.

A avaliação é a atividade pedagógica que melhor revela, fortalece e incentiva a produtividade científica de educador.

159

A avaliação é um meio de acompanhar o processo de construção dos conceitos matemáticos, as estratégias desenvolvidas pela criança e a utilização destes conceitos em uma determinada situação da sua realidade.

Assim, alguns aspectos devem ser considerados:

- Os resultados obtidos em provas e testes não são a expressão total do conhecimento adquirido pelo educando. Portanto, não serão, isoladamente, instrumentos suficientes.

- Observar estratégias acompanhando de perto as manifestações do educando, tanto nos momentos de trabalho individual como coletivo.

- As dificuldades encontradas pelo educando não necessariamente têm origem nas suas dificuldades pessoais, pois podem estar sendo causadas pela metodologia de trabalho adotada. Logo, é bom rever o método de trabalho antes de expor os resultados finais.

- A imaginação, a criatividade, a capacidade de argumentação e exposição de idéias são fatores fundamentais e devem ser extremamente estimulados e considerados no processo de avaliação da Educação Matemática.

- As diferentes estratégias usadas pelos educandos para realizar operações, resolver problemas puramente matemáticos ou ligados ao cotidiano, devem ser estimuladas e consideradas.

- Os critérios adotados para a verificação do conhecimento

adquirido devem respeitar as fases de desenvolvimento do educando e considerar, também, os aspectos socioculturais presentes na sua realidade.

- O "erro" deve servir como instrumento de revisão dos processos adotados.

Critérios de avaliação pertencentes a todas as séries (perpassam as séries):

- Resolvem problemas com o auxílio dos conteúdos pertencente aos eixos dos números e operações, medidas e geometria (Resolução de Problemas);

- Estabelece as primeiras relações, preliminares, entre os eixos de conteúdos: números e operações, medidas e geometria;

160

- Elabora o texto matemático, resolução de problemas, fazendo uso da linguagem matemática, da língua materna, dos conceitos matemáticos e dos cálculos e / ou algoritmos.

- Compreende a História da Matemática e sua produção científica: História dos Números, Medidas e Geometria;

- Realiza cálculos / algoritmos e faz uso da tabuada como elemento de aperfeiçoamento do cálculo (agilidade no processo).

Portanto, uma avaliação coerente com a concepção de Educação Matemática, expressa nesta proposta, deverá ser pensada como uma ação coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, por meio de procedimentos que passem a se desenvolver de forma contínua, abrangente e crítica.

Sendo assim, acredita-se que o educador não deverá perder de vista ao desenvolvimento conceitual do aluno, bem como o redirecionamento da prática pedagógica, no sentido de tomar decisões adequadas para que o educando possa avançar no seu processo de aprendizagem.

#### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Ampliar o significado do número natural a partir de seus diferentes usos no contexto social, pelo seu uso em situações-problemas e pelo reconhecimento de relações e regularidades, utilizando-se da linguagem oral, de registros informais e da linguagem matemática;

- Resolver situações-problema e construir, a partir delas, os significados das operações fundamentais, buscando reconhecer que uma mesma operação está relacionada a problemas diferentes e um mesmo problema pode ser resolvido pelo uso de diferentes operações;

-Perceber semelhanças e diferenças entre objetos no espaço, identificando formas tridimensionais ou bidimensionais, em situações que envolvam descrições orais, construções e representações;

161

-Reconhecer grandezas mensuráveis, como comprimento, massa, capacidade, e elaborar estratégias pessoais de medida;

-Utilizar informações sobre tempo e temperatura;

-Construir o significado do número racional e de suas representações (fracionária e decimal), a partir de seus diferentes usos no contexto social;

-Interpretar e produzir escritas numéricas, considerando as regras do sistema de numeração decimal e estendendo-as para a representação dos números racionais na forma decimal;

-Resolver problemas, consolidando alguns significados das operações fundamentais e construindo novos, em situações que envolvam números racionais na forma decimal;

-Ampliar os procedimentos de cálculo mental, escrito, exato, aproximado pelo conhecimento de regularidade dos fatos fundamentais, de propriedades das operações pela antecipação e verificação de resultados;

-Refletir sobre procedimentos de cálculo que levam à ampliação do significado do número e das operações, utilizando a calculadora como estratégia de verificação de resultados;

-Estabelecer pontos de referência para interpretar e representar a localização e movimentação de pessoas ou objetos, utilizando terminologia adequada para descrever posições;

-Identificar características das figuras geométricas, percebendo semelhanças e diferenças entre elas, por meio de composição e decomposição, simétricas ampliações e reduções;

-Reconhecer dados e informações, elaborar formas para organizá-los e expressá-los, interpretar dados apresentando sob formas de tabelas e gráficos e valorizar essa linguagem como forma de comunicação;

-Identificar características de acontecimentos previsíveis ou aleatórios a partir de situações-problema, utilizando recursos estatísticos probabilísticos;

162

-Construir o significado das medidas, a partir de situações-problema

que expressem seu uso no contexto social e em outras áreas do conhecimento e possibilitem comparação de grandezas de mesma natureza;

-Utilizar procedimento e instrumento de medidas usuais ou não, selecionando o mais adequado em função de situação-problema e do grau de precisão do resultado;

-Representar resultados de mediações, utilizando a terminologia convencional para as unidades mais usuais dos sistemas de medida, comparar com estimativas prévias e estabelecer relações entre diferentes unidades de medidas;

-Demonstrar interesse para investigar, explorar, interpretar, em diferentes contextos do cotidiano e de outras áreas do conhecimento, os conceitos e procedimentos matemáticos abordados;

-Vivenciar processos de resolução de problemas, percebendo que para resolvê-los é preciso compreender, propor e executar um plano de solução, verificar e comunicar a resposta.

## HISTÓRIA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A escola, tradicionalmente, tratou (e às vezes, continua tratando) o ensino de história como transmissão de fatos históricos, personagens (vultos históricos) e datas, que tinham que ser memorizados pelo aluno. Neste contexto, a “boa memória” é que caracterizava o aluno ideal. Assim, supõe-se que “a história é composta de uma infinidade de fatos, identificados e isolados pelo historiador, e encadeados pela narrativa. A cronologia é linearizada, confundida com uma corrente de causas e efeitos, em linha ascendente, da Pré-História aos nossos dias”, norteados mais por critérios geográficos que históricos (história da Europa, história da América, do Brasil, do Paraná, etc.).

163

Dessa forma, o ensino da história cumpre o papel de “manter o caráter” natural das desigualdades sociais, perpetuando a hegemonia da classe dominante através do culto de heróis e da criação de mitos, fazendo pouco sentido para os alunos, “Matéria fria”, “decoreba”, “fofoca de reais”. Nada tem haver com a vida ou com os problemas contemporâneos.

Essa história, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua

realidade individual, de sua família, de sua classe, de seus pais, de seu tempo. Essa história torna "natural" o fato de aluno não se ver como agente histórico torna-o incapaz de colocar questões ou de perceber conhecimentos que, a partir de suas experiências individuais, possam ser base de discussão em sala de aula. É "o famoso divórcio entre a escola e a vida e que expressa grande despolitização do ensino".

Entende-se que uma proposta nova para o ensino de história não pode se prender a uma concepção tradicional, onde a história é representada como uma sucessão cronológica de fatos estanques, com memorização de nomes e datas. É necessário também romper com uma forma de ensino onde o aluno se encontra numa posição passiva de aprendizagem, num círculo vicioso de reprodução de um conhecimento fechado, enclausurado numa relação de causas e conseqüências, onde a história é tão somente o conhecimento do passado. Em nosso entendimento uma proposta nova de ensino se embasa numa concepção renovada de história.

Os homens produzem sua vida coletivamente, agindo sobre a natureza através do trabalho. Através das relações sociais com outros homens e com a natureza, os homens estão construindo sua existência e fazendo história, sendo sujeitos nesta produção. Por outro lado, sofrem influências da sociedade, se caracterizando também como objetos da história.

Os homens se organizam e produzem as suas vidas de forma diferenciada. Como exemplo dessas diferentes organizações, pode-se citar as sociedades onde os meios de produção pertencem a todos e o resultado do trabalho é dividido igualmente; as sociedades onde os homens estabelecem a divisão social e do trabalho - alguns

164

grupos se apropriam do excedente - gerando exploração e desigualdades. Cada uma destas formas de organização caracteriza uma dada sociedade e, portanto um dado processo histórico.

Entendendo-se a história como o processo, reconhece-se o seu caráter dinâmico e contínuo, que convém avanços, recuos e rupturas. Trata-se de compreender a história como um dever, ou seja, no seu constante fazer-se. Por isso, a história nunca está acabada, pronta, fixa: está sempre num processo de vir-a-ser.

Conhecer a história como processo significa estudá-la em seu movimento contínuo, dinâmico, total e plural. Significa também concebê-la em constante

transformação. O objetivo não é estudar os fatos históricos em suas causas e conseqüências, ordenados cronologicamente, estudar o passado ou o presente como herança social do passado, mas estudar a vida das sociedades em seus múltiplos aspectos. Assim, pretende-se recuperar a dinâmica própria de cada sociedade, numa visão crítica, problematizando o passado a partir da realidade imediata, dos sujeitos concretos que vivem e fazem a história do presente. A compreensão do processo histórico, envolve desta forma, a compreensão dos vários níveis da realidade, a recuperação da dualidade que se apresenta além da aparência dos fenômenos históricos: - a continuidade e a ruptura dos movimentos sociais, o conhecimento do passado em movimento, a partir da inserção dos sujeitos na história do presente.

É preciso, também, compreender o objeto da história, seus temas e seus métodos.

Seu objeto: as sociedades no tempo - os homens, como eles fazem a história, na medida em que se fazem a si próprios. Sociedades que não são harmoniosas, que vivem em ritmo de conflitos, antagonismos, de luta.

Seus temas: a vida no seu cotidiano. Vida material, vida imaginária da sociedade: história da sexualidade, de magias, das crenças. A busca, pelos homens, da compreensão do que são, para compreenderem o que não são. É uma história problema, que antes propõe questões do que oferece soluções.

Seus métodos: ampliados, abrangendo ou procurando abranger as conquistas da ciência, como um todo: antropologia, psicologia, demografia, economia, e outras

165

disciplinas afins. Explicitando seus objetivos e seus procedimentos, a história que se constrói enquanto ciência, não aceita uma posição passiva frente ao passado - ela faz perguntas, indaga, investiga, coloca questões. Não pode escapar, assim, de uma profunda e indissolúvel relação com o presente, que joga por terra a antiga postura da história mestra da vida, que se propunha ensinar os homens de hoje a partir de um passado exterior a eles e aos seus problemas de interesses.

Desse modo, a história é a disciplina mais ingrata para aqueles com ela envolvidos, porque é a mais dinâmica e a menos inocente: os avanços científicos e acadêmicos de nossa disciplina se conjugam com determinações de natureza diversa. As transformações da vida social, que afetam diretamente a relação da sociedade com seu passado, colocam a seguinte questão: que conteúdos podem e devem ser ensinados hoje? Os conteúdos tradicionais ainda são

pertinentes? Em caso negativo, como escolher entre a multiplicidade de temas, aqueles que devem constituir os conteúdos a serem tratados na escola de hoje, que não se quer simples reprodutora das estruturas e valores da sociedade tal qual ela é?

Fica claro que se trata de uma escolha, jamais inocente, jamais irrefletida, não neutra: parte-se de uma determinada concepção de história e de educação, que não só norteia a seleção e escolha dos conteúdos, mas, procura ordená-los e dar-lhes sentido também para a sua articulação e inter-relacionamento; a articulação que não se dá somente na cronologia ou a nível geográfico, mas também a nível conceitual e metodológico. Ora, se há uma relação de dupla mão entre passado e presente, entende-se que: a história deveria ter uma vocação de ser crítica (e ser crítica significa, levar os alunos a compreenderem o que são, a perceberem que a história é mudança, transformação; a perceberem que, se existem fatores que permanecem, entender porque permanecem), explicitar as razões dessa permanência.

Na nova concepção de história o aluno deverá entender que não se abandona cronologia (necessária para raciocinar historicamente), nem se despreza o fato, o acontecimento. Como desprezá-lo, se a sociedade em que vivemos está inflacionada pelo fato, pelo acontecimento? Os meios de comunicação de massa de certa forma

166

reabilitam o fato, abandonado por gerações anteriores de historiadores. Mas a que fatos nos referem? Àqueles fatos que a educação histórica nos permite selecionar, comparar, analisar e conversar.

O desenvolvimento de todos esses aspectos, isto é, o desenvolvimento da historicidade, implica na aquisição pelo aluno, além de conteúdos importantes, de noção de temporalidade.

A apreensão da dinâmica temporal dar-se-á nos seus vários aspectos: de ordem, de sucessão, de duração e de simultaneidade. Este procedimento possibilita o questionamento do arranjo de conteúdos tradicionalmente postos para o Ensino Fundamental, uma vez que a mesma parte da existência de uma cronologia única que organiza os fatos de forma linear numa sucessão de causas e conseqüências em linha ascendente, da Pré-História aos nossos dias.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O ensino de história faz uso de diferentes linguagens: fotografias, filmes, textos variados, objetos, poesias, literatura, música, charges, para a compreensão do

processo de construção da realidade.

A utilização das diferentes linguagens possibilita resgatar as múltiplas visões da realidade. Daí a importância de se considerar as diferentes formas de expressá-la, recuperando os vários discursos.

Para o desenvolvimento do raciocínio histórico, os conteúdos serão problematizados. Diante de situações concretas serão colocadas questões: o que mudou? O que permaneceu? Que necessidade fez surgir? Para que e a quem serve? Como? Onde? E quando?

Ao se trabalhar com situações problemas, estarão sendo desenvolvidas as noções de tempo, espaço, transformação - (semelhanças e diferenças, permanências e mudanças) - produção das necessidades num entrelaçar constante de tempo e espaço.

167

A função de ensino de história desejável, no entender dos professores de ensino fundamental deve dar conta de superar os desafios e desenvolver o senso crítico, rompendo com a valorização do saber enciclopédico, socializando a produção da ciência histórica, passando da reprodução do conhecimento à compreensão das formas de como este se produz, formando um homem político capaz de compreender a estrutura do mundo da produção onde ele se insere e nela interfere. Isso só é possível, na medida em que se considera aluno e professor como sujeitos e produtores de seu próprio conhecimento.

A proposta de história para o ensino fundamental está organizada em unidades anuais, temas, subtemas e conteúdos que se embasam na concepção de história já apresentada.

Na 1º, 2º e 3º ano a organização deverá possibilitar a aquisição pelo aluno, de noções necessárias ao estudo da história das sociedades, bem como a compreensão do processo histórico: a reflexão sobre a história, noções de individual e coletivo, público e privado, urbano e rural.

A compreensão dos elementos que forma a sociedade brasileira contemporânea será objeto de estudo no 4º e 5º ano.

Partindo do pressuposto de que a criança, antes de chegar à pré-escola já realizou grandes conquistas em suas relações com as coisas e com as pessoas, propõe-se a sistematização destas conquistas a partir do conhecimento científico da história. A compreensão de que a realidade imediata do aluno insere-se na realidade maior que a realidade de todos os homens de nosso tempo, premiada pelas relações sociais de produção que lhes são próprias.

O tratamento dos conteúdos, além de sua perspectiva histórica, pressupõe a necessidade de levar os alunos, de forma sistemática, a situar os acontecimentos no tempo e no espaço, observar as diferenças e semelhanças. Desta forma, estratégias que reforcem noções de cronologia, sucessão e ordenação temporal, duração, simultaneidade, multilinearidade temporais, são fundamentais nesta fase de escolarização. O desenvolvimento da temporalidade implica, também, na identificação pelo aluno, da compreensão de que as ações humanas ocorrem a partir

168

das relações históricas dinâmicas, o que implica em se aprender o movimento das coisas e as relações de causalidade que lhe são próprias. Esta apreensão do movimento e da causalidade também deverá ser desenvolvida nessa fase.

O conteúdo deverá ser trabalhado de modo a pôr à prova as capacidades de pensamento dos alunos, despertando a sua curiosidade, para que eles assumam a posição de perguntadores, questionadores e explicadores da realidade histórica.

#### OBJETIVOS

Espera-se que, ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente. Nesse sentido, os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com os outros tempos e espaços;
- Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucional e organizações coletivas da sociedade civil;

- Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros;

169

- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação terá a função diagnóstica e não classificatória e será feita a partir de critérios e os critérios para a avaliação são decorrentes da forma pela qual o ser humano aprende a realidade e de como age sobre ela. A apreensão da realidade, entretanto, não se realiza de forma direta, mas mediatizada por um conjunto de símbolos e de outras significações, pelas quais a realidade é codificada pela inteligência humana. A mediatização entre as pessoas e a realidade presente no processo de aprendizagem, também está presente na avaliação.

Assim, entende-se que critério de avaliação é o conteúdo, no seu papel de mediador entre sujeito que aprende e a realidade. Não se trata, porém, de qualquer conteúdo, mas daqueles cuja relevância é fundamental para a compreensão da prática social. Neste sentido, é fundamental enfatizar a relevância da relação conteúdo / forma na socialização do saber possibilitando ao aluno a reelaboração de sua visão de mundo, assegurando-lhe o questionamento e o domínio da realidade contemporânea.

Para a avaliação dever-se-á verificar a aprendizagem a partir daquilo que é básico e fundamental para que ela se processe. Isto implica em definir o que é necessário para que o aluno avance no caminho da aquisição do conhecimento, envolvendo a participação efetiva dos professores na definição dos conteúdos básicos, a democratização da relação professor/aluno, o processo de construção do conhecimento pelo educando, uma nova concepção de história e a definição de estratégias de ensino.

A avaliação implicará, portanto, em ir além da memorização de fatos da história, será uma avaliação para saber como o aluno está elaborando a sua

170

compreensão sobre o processo histórico, e, portanto se fará de forma gradativa, no sentido de priorizar o aluno.

#### CONTEÚDOS



## 1º ANO

- O aluno ( conhecer a história de se nome
- família ( identificar componentes pertencentes a sua família)
- Datas cívicas e comemorativas
- Relatar fatos e acontecimentos com seqüência lógica
- Identificar o papel de cada membro de sua família
- Adquirir conhecimentos da história de sua escola
- Conhecer a função dos profissionais que atuam na escola
- A moradia ( diferentes tipos de moradia)

## 2º ANO

- A história de cada um ( nome, origem do nome, nascimento
- Construção da identidade
- Família (o que é uma família, sua importância)
- A ordem dos nascimentos na família
- Minha escola
- Meus direitos e deveres

## 3º ANO

- O bairro da escola ( bairros vizinhos, a natureza, limites: onde começa e termina, formação étnica cultural)
- O município e sua formação:
- Origem
- Criação
- Emancipação
- Primeiros moradores
- Características econômicas, sociais ( ontem e hoje)
- História política e Administrativa
- Vida urbana e rural
- Outros aspectos importantes: lazer, religião, cultura, turismo

## 4º ANO

- O Estado de Santa Catarina, ontem e hoje
- Populações Indígenas
- Populações de Origem Africana
- Expansão Territorial
- Chegada os Imigrantes
- Maneiras de Viver

## 5º ANO

171

- Direitos humanos ( da mulher, do índio, da criança, do idoso, do adolescente, deficientes...)
- A Constituição
- Os três poderes
- O conflito entre culturas
- O governo-geral
- A primeira sede administrativa
- Fundação de vilas e cidades
- Conflitos
- Das minas ao quilombo
- Revolta contra a coroa
- A segunda sede administrativa
- O Primeiro Reinado
- No tempo dos regentes
- O Segundo Reinado
- Símbolos Nacionais

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

172

-Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade;

-Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na sua localidade;

-Reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência;

-Caracterizar o modo de vida de uma coletividade indígena, que vivem ou viveu na região, distinguindo suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas;

-Identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e o da comunidade indígena estudada;

-Estabelecer relações entre o presente e o passado;

173

-Identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções;

-Reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado;

-Identificar ascendências e descendências das pessoas que pertencem as suas localidades, quanto à nacionalidade Etnia, língua, religião e costume, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais;

-Utilizar diferentes fontes de informação para crítica;

-Valorizar as ações coletivas que percutem a melhoria das condições de vida das localidades.

## GEOGRAFIA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A geografia a ser ensinada, deriva de uma concepção científica. A geografia se ocupa da análise histórica da formação das diversas configurações especiais e distingue-se dos demais ramos do conhecimento na medida em que se preocupa com localizações, estruturas especiais (a localização dos elementos uns em relação aos outros) e dos processos especiais.

Trata, portanto, da produção e da organização do espaço geográfico, a partir das relações sociais da produção, historicamente determinada.

Assim, optamos pelo ensino de uma geografia crítica, que desvele a realidade, uma geografia que conceba o espaço geográfico como sendo um espaço social, produzido e reproduzido pela sociedade humana, com vistas nele se realizar e se

174

reproduzir. E se no ensino ela se preocupa com o desenvolvimento do senso crítico do aluno, implica em desenvolver-lhe a compreensão do papel histórico daquilo que é criticado. Neste sentido, não se trata apenas de repassar para os alunos fatos para que eles memorizem, e sim levantar questões e instrumentalizá-los, de modo a lhes propiciar as condições de se compreenderem como sujeitos da história e agentes da transformação social. É dentro dessas perspectivas que se deve proceder na escolha e no tratamento dos conteúdos essenciais da disciplina no Ensino Fundamental, buscando estabelecer os aspectos fundamentais para o seu ensino. Selecionar,

então, os conteúdos necessários à apreensão do espaço geográfico como uma totalidade, que envolve espaço e sociedade, natureza e homem.

No tratamento de uma geografia crítica, propomos a não separação entre a parte física e a parte humana. Visto que a humanidade transformou em ecúmeno toda a superfície terrestre, necessitamos ter de forma bem clara a abordagem que devemos dar acerca do "meio natural".

A organização espacial, uma materialização da sociedade, é permanentemente transformada, e varia de acordo com os interesses e necessidades de um dado momento histórico.

O espaço geográfico, dessa forma, reflete as características do momento histórico que o criou. Sendo produzido por sociedades desiguais, o espaço é desigual e acaba por se constituir num conjunto de diferentes organizações espaciais (uma área industrial, uma área de mineração, um complexo portuário etc), que se sobrepõe e se relacionam, configurando-se assim a organização espacial global, a capitalista.

Como não será possível entender a organização espacial sem compreender as relações sociais que se desenvolvem nesse espaço através do processo do trabalho, torna-se necessário a compreensão da lógica da sociedade em que se vive. Desta compreensão é que se passa a perceber a existência de uma totalidade, que é a sociedade produzindo e reproduzindo o espaço, para nele se estabelecer e se perpetuar.

À medida que se tornar clara a concepção que se busca de geografia, seu papel na formação do aluno e no entendimento da realidade em que vive e a visão

175

que se tem de homem e natureza, uma série de temas se abrem. E se tiver o cuidado de partir daquilo que os liga e lhes confere significado, cresce a certeza de que se estará resgatando a totalidade no ensino da geografia, contribuindo para a transformação da sociedade.

### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Geografia, recentemente passou por uma vigorosa mudança de renovação teórica, que criticou o tradicionalismo e introduziu novas orientações metodológicas. A máxima " Ensinar Geografia" passa a ser problematizar o mundo mais do que "explicá-lo" de forma unilateral ( MORAES, 2004).

A atividade pedagógica da Geografia precisa integrar o estudo da população, economia, aspectos naturais e geopolíticos. Essa integração não é artificial. Ela

existe! Infelizmente, muitas vezes, captamos o mundo de forma fragmentada. O trabalho do professor deve ser orientado no sentido de integrar diversos assuntos como parte de uma realidade. Dessa forma, optamos por trabalhar em Geografia por meio dos eixos temáticos: Natureza e Sociedade. O enfoque Natureza e Sociedade deve começar pelo nosso local de moradia, depois para nossa região e finalmente para nosso país.

Nos três primeiros anos iniciais a Geografia deve abordar questões relativas à presença e ao papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço geográfico. São referências para este estudo a paisagem local e o espaço vivido.

Quando se estuda a paisagem local, deve-se procurar estabelecer relações com outras paisagens e lugares distantes no tempo ou no espaço, em que elementos de comparação possam ser utilizados na busca de semelhanças e diferenças, permanências e transformações e também das explicações para os fenômenos que aí se encontram presentes.

176

Ensinar os alunos a ler uma imagem, ao observar como sua comunidade lida com as diversas manifestações da natureza e compreender estas manifestações, muitas vezes determina a maneira com que a criança entende o seu espaço de vivência.

Assim, a interface com a história é essencial. A Geografia pode trabalhar com recortes temporais e espaciais distintos da História; embora não possa construir interpretações de uma imagem sem buscar sua historicidade.

O trabalho com a construção da linguagem cartográfica deve ser realizado considerando os referenciais que os alunos já utilizam para se localizar e se orientar no espaço. Trabalhar com os alunos a importância de uma atitude responsável de cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza como as atitudes conservacionistas em relação ao lixo, saneamento básico, abastecimento de água, produção e conservação de alimentos, por exemplo.

No quarto e quinto ano, as possibilidades de aprendizagem dos alunos ampliam-se em vários aspectos, permitindo que sejam capazes de consultar e processar fontes de informações com maior independência e construam compreensões mais complexas, expressando-se através de trabalhos mais complexos, escritos ou apoiados em múltiplas línguas como ilustração, mapas,

maquetes, seminários, entre outras.

Nestes anos os alunos deverão trabalhar de forma mais independente da mediação do professor, embora este ainda deva apresentar-se como intermediário entre o conhecimento dos alunos e o conhecimento geográfico, criando situações significativas de aprendizagem que aproximem os alunos das categorias de espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar. Os alunos devem reconhecer as relações, as semelhanças e as diferenças entre o mundo urbano e rural e os contatos que sua coletividade estabelecem com os outros no passado e os possui no presente.

Também é importante saber o papel dos tecnológicos, da informação da comunicação e dos transportes nas paisagens urbanas e rurais e na vida em

177

sociedade. Entender algumas conseqüências das transformações da natureza causadas pelo homem, na paisagem local em paisagens urbanas e rurais.

Ainda nestes anos, os referenciais de localização, os pontos cardeais e contornos políticos dos mapas o sistema de cores e legendas, podem e devem ser trabalhados, numa produção simples, relacionados com o espaço vivido e outros mais distantes.

#### ESPAÇO DO MUNICÍPIO NAS SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ESPAÇOS

Nesta unidade de estudo são retomadas noções anteriormente trabalhadas nos anos iniciais do ensino fundamental e que serão aprofundadas junto a novos temas. Os espaços urbano e rural são abordados quanto aos seus elementos mais característicos e, sobretudo quanto à maneira como se dá o uso do solo, num e noutro espaço. A partir da caracterização dos lugares conhecidos pelo aluno (o bairro onde vive, o centro da cidade, a periferia da cidade para aqueles que vivem no espaço urbano, a propriedade rural - chácara, sítio, fazenda - para os que vivem no campo), da observação de material ilustrativo e relatos das crianças, pode-se dar início a um trabalho sobre uma série de aspectos que são comuns a maior parte dos centros urbanos e das áreas rurais do país: formas de população ambiental, carência na área habitacional, educacional e de saúde, o êxodo rural; problemas gerados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, congestionamento de trânsito, desemprego, fome, e outros. Tais aspectos apresentam-se com graus de intensidade que podem se diferenciar de um município para outro e soluções diferentes são requeridas para

cada um. Assim, é importante que se relativize as abordagens e que se evite sua padronização.

Existe uma divisão de trabalho entre cidade e campo. O campo é fornecedor de alimentos e matérias-primas para as fábricas e recebem da cidade produtos industrializados e utiliza-se de seus serviços. As atividades produtivas destes espaços, portanto, se complementam. E os alunos devem ser orientados a observar esta complementaridade, a partir daquilo que é consumido, dos diferentes caminhos

178

percorridos em cada etapa de sua produção. E, conseqüentemente, o trabalho coletivo realizado por diversas categorias profissionais possibilita que as necessidades sejam atendidas. O espaço urbano e o espaço rural lhe são imediato, constituem o espaço do município.

Com base nisso, pode-se proceder à inclusão do espaço do município e da escola no espaço do Estado, deste no Brasil e o Brasil na América e no mundo.

#### ATIVIDADES ECONÔMICAS SE COMPLEMENTAM

No estudo das atividades econômicas (indústria, atividades agrárias, comércio, etc) as mesmas são trabalhadas separadamente. Entretanto, isso se dá para efeitos didáticos. Na realidade, elas se complementam e se influenciam. Assim é importante que se atente para o fato de que muitos produtos que se originam através de uma atividade e são concluídos por outras.

Na sua proposta, o estudo das atividades econômicas se inicia pela atividade industrial, visto que é a atividade mais dinâmica e acaba por exercer certo comando nas demais atividades. As matérias-primas que abastecem as fábricas são produzidas inicialmente pela agricultura, pecuária e pela indústria. Além disso, direta ou indiretamente, a atividade industrial provoca o crescimento urbano, o êxodo rural, a degradação ambiental, determina transformações no espaço e o arranjo dos seus elementos, como as vias de transporte, exercendo um forte peso na própria organização do espaço geográfico.

A abordagem da agricultura e da pecuária, assim, se dá na perspectiva das necessidades de ampliação e acumulação do capital urbano-industrial. Neste sentido, a produção do campo é determinada pela cidade. E esta cria as mais diversas necessidades para o campo.

Outra forma de estudo é o extrativismo animal, vegetal e mineral que deve ser mostrado de forma a assimilar a importância de cada aspecto e

suas respectivas relações com os espaços urbanos e rurais.

#### O ESPAÇO CATARINENSE NA SUA INTEGRAÇÃO COM OUTROS ESTADOS

179

Os estudos da integração do espaço catarinense com outros espaços se iniciam com a localização geográfica do seu território. São apresentados os estados e países que fazem limites com Santa Catarina, usando-se para isso as direções cardeais e colaterais "acidentes geográficos" (rios, elevações do terreno, etc) e mesmo as dimensões dessas fronteiras e do próprio território.

Santa Catarina está inserido no espaço brasileiro, pois se relaciona nos mais variados aspectos com outros espaços do país e sofre uma série de determinações nacionais e internacionais. Isso pode ser verificado, por exemplo, através dos sistemas de transportes e comunicações, das trocas comerciais que se efetuam com esses espaços, entre outros.

Por meios de mapas que representam as vias de transporte, os portos e os aeroportos, o aluno poderá perceber que o estado está integrado a outros espaços com os quais realiza importantes trocas comerciais. Por meio de diferentes recursos, professor e alunos identificam mercadorias do seu uso diário (para isso pode-se usar as embalagens dos produtos), que são produzidos em outros espaços, e por quais vias de transportes eles chegam até aqui. Além de perceberem a integração dos espaços, os alunos desenvolvem a noção de continuidade do espaço, fundamental para a construção da noção e descentralização territorial.

Com essas atividades o aluno é levado a perceber a posição do Estado em relação a outros lugares e também terá a oportunidade de trabalhar alguns aspectos da posição absoluta dos lugares.

O estudo do meio ambiente catarinense se fará através das regiões de paisagens naturais como o litoral e a Serra do Mar.

Seu estudo se dará de forma a possibilitar que o aluno aprenda o todo. Para isso, dois aspectos é muito importante. Primeiro que as paisagens naturais sejam trabalhadas integrando-as às dinâmicas da própria sociedade, visto que, é a

180

sociedade quem acaba por determinar a forma de apropriação da natureza e os níveis de degradação ambiental. Segundo: os elementos das paisagens naturais devem ser tratados no seu todo e nas suas relações de maneira a evitarmos um

enfoque fragmentado e superficial. Assim, o meio físico deve ser entendido como um sistema articulado, que possui um equilíbrio instável e dinâmico, e onde a ação humana produz alterações.

Uma vez que a ação humana produz modificações e a dinâmica social determina o processo de formação das atuais paisagens, seria de todo pertinente que os chamados aspectos físicos fossem abordados sempre com os agrupamentos humanos, seus interesses e necessidades.

#### AVALIAÇÃO

A proposta de avaliação que ora apresenta-se, coloca-se a serviço da proposta pedagógica que norteia a elaboração do currículo de estudos da sociedade e da natureza. Assim deve-se ter de forma bem clara a relação conteúdo x método, de modo que o aluno tenha à sua disposição saberes que lhe possibilitem a ampliação de uma concepção de mundo e que, sobretudo, lhe assegurem o questionamento da realidade em que está inserido.

A prática da avaliação numa pedagogia preocupada com a transformação social, por sua vez, deve estar vinculada à superação do autoritarismo que reforça a heteronomia na criança, e comprometida com os princípios que desenvolvam sua autonomia. A avaliação educacional, assim posta, terá que ser democrática e manifestar-se com um mecanismo de diagnóstico da situação e não como um mecanismo meramente classificatório.

Como função diagnóstica resgata-se a compreensão constitutiva da avaliação educacional, visto que possibilita uma nova tomada de decisão, sobre o objeto avaliado permitindo uma "parada" para se pensar a prática e a ela se retomar.

181

Essa parada não significa um momento para analisarmos tão somente a situação de aprendizagem dentro da sala de aula. Vai para além das paredes da sala, pois inclui a análise do currículo e da atuação da escola em relação ao seu projeto pedagógico. Assim, a avaliação educacional não se constitui num fim em si mesma, torna-se um meio através do qual são obtidas informações úteis a respeito dos avanços feitos pelo aluno, e necessárias para as correções que possibilitarão a chegada daquilo que está longe.

A avaliação deverá verificar a aprendizagem a partir daquilo que é básico, fundamental, para que ela se processe. Isso implica em definir o que é necessário para que o aluno avance no caminho da aquisição do conhecimento e envolva a

participação efetiva dos professores na definição - dos conteúdos básicos, a relação professor/aluno, o processo de construção do conhecimento e a concepção científica de geografia.

A geografia ensinada deriva de uma concepção científica em que o espaço geográfico é tido como socialmente produzido. Trata-se, então, de um espaço real, concreto, produzido e organizado por homens igualmente reais e concretos.

Tal concepção pressupõe o conhecimento de como os homens em suas relações com outros homens e com a natureza pensam, produzem e organizam o espaço ao longo de uma acumulação desigual de tempos. Implica, portanto, ir além da simples descrição e enumeração dos elementos visíveis das paisagens e entrar no significado das diferentes configurações espaciais em toda a sua complexidade.

A transmissão-assimilação dos saberes se dará na sua totalidade e considerando professor e aluno como sujeitos que atuam numa realidade histórica e, portanto capazes de transformá-la num processo de reelaboração constante.

Esse processo se fará de forma gradativa e levará o aluno a se instrumentalizar por meio dos conteúdos fundamentais, implícitos nos dois grandes eixos citados a seguir; e que possibilitarão a apreensão das relações que os homens mantêm entre si e com o meio no processo de produção / organização dos diferentes tipos de espaços, realizado por diferentes grupos humanos, assegurados pelo

182

desenvolvimento na criança das noções de espaço, tempo, transformação e produção de necessidades.

Serão objetos de avaliação em geografia dois grandes eixos:

1. As transformações que se processam no espaço através do trabalho, uma vez que os homens vivendo em sociedade criam e satisfazem necessidades por meio das relações que estabelecem entre si e com a natureza.

2. As maneiras como os homens organizam e produzem o espaço, considerando os diferentes ritmos e direções que os objetos mudam no tempo.

Ao longo dos anos, cada professor avaliará esses eixos de forma a diagnosticar se o aluno reelaborou seu saber, e se desenvolveu ou adquiriu novas habilidades. Para isso, organizará os instrumentos de modo:

a) que se complete a descrição, representação, localização e análise dos espaços e de seus elementos (Como são os espaços)? Onde se situam? Por que são assim? O que mudou? O que permanece? Serão sempre assim? Que elementos



possuem?).

b) que se constate o trabalho humano no processo de produção / organização do espaço (como, por que, por quem e para quem os espaços são modificados)?

Como se dão as relações sociais na produção dos espaços? Como era, é e poderá ser a organização dos espaços?

c) que se verifique se as noções de orientação e representação espaciais estão sendo desenvolvidas (O aluno situa-se e situa os objetos no espaço)?

Relativiza a posição dos objetos no espaço? Representa o espaço de diferentes pontos de vista? Estabelece relações entre a representação e o objeto representado?

Faz inclusão de espaços?

d) se possibilite a comparação de diferentes espaços e de diferentes grupos humanos (Todos os grupos humanos vivem do mesmo modo)? O que existe de comum e diferente entre os espaços? Todos os grupos humanos ocupam o mesmo tipo de espaço? Os grupos humanos ocupam e organizam o espaço da mesma

183

maneira? Como os grupos humanos modificam a natureza? Como os grupos humanos se apropriam dos recursos naturais?

Vale observar, uma vez que se opta por uma concepção científica de geografia

que se centra na produção e organização do espaço pelo homem, que alguns aspectos bastante valorizados na concepção tradicional da ciência geográfica deixarão de ser enfatizados na presente proposta de avaliação, quais sejam:

a) a enumeração de lugares;

b) a memorização gratuita de nomes e dados;

c) a descrição de fatos que estejam desvinculados da realidade do aluno e nem sempre revestidos da devida seriedade científica;

d) a representação daquilo que esteja desvinculada dos conteúdos.

Identificar as semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade dos alunos e a cultura indígena; as transformações sofridas pela cultura no contato com outros povos; bem como a rotina das mulheres, dos homens, das crianças e dos velhos.

#### OBJETIVOS

Espera-se que ao longo do ensino fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia, que lhes permitam ser capazes de:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;

- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação prepositiva e reativa nas questões sócio-ambientais locais;

184

- Compreender a especialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;

- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, quer ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;

- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;

- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;

- Saber a linguagem cartográfica para obter informações e representar a especialidade dos fenômenos geográficos;

- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia.

#### CONTEÚDOS

1º ANO

- Minha casa ( identificar e nomear as dependências de sua residência)

- Tipos de moradia

- Conhecendo o espaço da escola

- Conhecer o espaço da sala de aula

- O lugar de cada um na sala de aula

- Trajeto de casa à escola
- Trânsito
- Identificar meios de comunicação e transporte
- Conhecendo mapas e legendas

## 2º ANO

- A sala de aula - noções de tamanho, lateralidade, distância, posição
- Localização da sala de aula na escola
- Endereço da escola e da casa
- Pontos de referência no caminho da escola para a casa
- Localização no mapa
- Organização dos códigos de sinalização do trânsito
- Os problemas ambientais
- Cuidando dos ambientes

## 3º ANO

- Bairro - onde se localiza a escola
- Organização e problemas existentes no bairro onde se localiza a escola
- Bairros, residências comerciais e industriais
- Pontos cardeais
- Meios de transporte
- Meios de comunicação
- As transformações ocorridas no espaço da cidade ao longo do tempo
- Município: zona rural e urbana
- Limites
- Governo

## 185

- Leitura de mapas e legendas
- O uso da água no abastecimento das cidades no transporte e na irrigação
- As relações presentes na natureza: terra, água, ar e solo
- Preservação dos elementos da natureza

## 4º ANO

- O espaço urbano
- Paisagens urbanas
- As funções do espaço urbano

- O trabalho na cidade
- Indústria
- A indústria no espaço urbano
- Setor terciário na cidade
- Os problemas ambientais na cidade
- O espaço rural
- Paisagens do espaço rural
- O espaço rural brasileiro
- O trabalho no espaço rural
- A agropecuária e o extrativismo
- A modernização do campo e a relação campo- cidade
- A evolução dos meios de transporte e comunicação

## 5º ANO

- A terra
- Conhecendo nosso plante terra

## 186

- Formas e movimentos da terra
- Oceanos e continentes
- A representação da terra ( mapas, globo)
- A localização no planeta terra
- Formas de relevo
- A hidrografia do Brasil
- Brasil: Clima e vegetação
- A população do Brasil
- O trabalho e o uso dos recursos naturais
- O Brasil e suas regiões

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

## 187

-Conhecer a organização do espaço geográfico e funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel da sociedade em sua construção e na produção do território da paisagem do lugar;

-Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedades em suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação prepositiva e relativa nas questões sócio-ambientais locais;

-Compreender a especialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;

-Compreender as melhorias de condições de vida dentro dos avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais conquistadas;

-Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações problemas e contradições;

188

-Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia;

-Saber utilizar a observação e a descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, sobre tudo por meio de ilustração e de linguagem oral;

-Reconhecer, no seu cotidiano os referenciais espaciais de localização e orientação à distância de modo a deslocar-se com autonomia de representar os lugares onde vivem e se relacionam;

-Reconhecer a importância de uma atitude responsável de cuidado com o meio em que vive, evitando desperdício e percebendo os cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza;

-Reconhecer e comparar o papel da sociedade e da natureza na construção de diferentes paisagens urbanas e rurais brasileiras;

-Reconhecer semelhanças e diferenças entre os modos de vida das cidades e do campo, relativas ao trabalho, às construções e moradias, aos hábitos cotidianos, às expressões de lazer e de cultura;

-Reconhecer o papel das tecnologias da informação, da comunicação e dos transportes na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Busca-se um ensino de qualidade que promova o desenvolvimento do potencial criativo do aluno, garantindo a permanência dele na escola, socializando seus conhecimentos.

189

A comunicação deve ser entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a

língua como instrumento que o define como pessoa entre pessoas.

A linguagem permite que nos comuniquemos que possamos nos expressar, termos acesso a informação etc. Assim o ensino da Língua Portuguesa na escola deve garantir de fato a aprendizagem da leitura e da escrita, pois esse conhecimento possibilita a plena participação na sociedade e o pleno exercício da cidadania. A linguagem é produzida nas diferentes práticas sociais, pois a língua é um sistema de signos históricos e sociais.

Permite-se repensar sobre o ensino da leitura e da escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas. O aprendizado vem como resultante da articulação entre três variáveis: aluno, a língua e o ensino.

O aluno é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. Esse objeto é a Língua Portuguesa, tal como se fala se escreve fora da escola, a língua que se fala em instância públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. O ensino é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e o objeto do conhecimento. Para concretização torna-se necessário colocar os alunos em contato direto com diferentes linguagens. Neste sentido o ensino da língua estará centralizado no trabalho com o texto entendido como material verbal produto de uma determinada visão de mundo, de forma intencional e de um momento de produção. Então o trabalho com a língua estará pautado em três eixos: oralidade, leitura e escrita, tendo como objetivo principal levar o aluno a apropriar-se da linguagem oral e escrita.

### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

190

Oralidade: A linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento.

A criança que chega a escola já é um ser falante. Usa a fala como código de comunicação; fala com o propósito de ser ouvida e compreendida.

Não se pode negar que um dos objetivos do ensino da língua é levar o aluno apropriar-se da norma culta, fazendo uso dela em situações de maior formalidade. Porém, mais importante é entender que o aluno não fala errado, que existe a diversidade cultural, étnica, regional, e, que a fala é espontânea, é essa

espontaneidade que deverá ser trabalhada.

Trabalhar a oralidade em sala de aula é tão importante quanto a escrita, sendo trabalhos simultâneos.

Pra que isso aconteça é fundamental que a oralidade seja incorporada á pratica pedagógica diária, transformando a sala de aula num espaço de debate permanente, no qual os alunos falem, ouçam seus colegas e aprendam adequar seu discurso ao discurso do outro, para que no futuro tenhamos cidadãos capazes de expressar-se com clareza e objetividade em qualquer situação.

Leitura: Ler pode significar desde atribuir sentido numa acepção mais ampla até a simples decodificação. Podemos falar de leitura de mundo, de imagens, de símbolos, de palavras de livros, etc. Podemos relacionar a leitura ao ensino formal e aos livros e também á leitura do céu, dos astros, dos rastros deixados.

O professor poderá desenvolver atividades em sala de aula que mostre que a leitura tem muitos significados e funções e que possibilitam novas descobertas, ampliando as potencialidades de pensar de conhecer e de registrar o mundo. No dia a dia da sala de aula ele poderá mostrar que ler é uma das chaves para entrar em outros mundos: reais ou imaginários, possíveis ou impossíveis.

Para propiciar essa leitura, a sala de aula precisa ser um ambiente estimulador das mais variadas situações, permitindo que os alunos manifestem livremente a compreensão e o questionamento que fazem parte dessa leitura a qual acelera o seu nível de desenvolvimento lingüístico. Portanto para que isso ocorra é

191

necessário que a escola se mobilize internamente, pois aprender a ler requer esforços, os alunos devem ver na leitura algo interessante e desafiador, uma conquista capaz de dar autonomia e independência. Devem sentir-se confiantes, condição esta para enfrentar o desafio de aprender fazendo, para tanto a escola precisa dispor de uma boa biblioteca, material de leitura lazer, com finalidades diversas.

A prática da leitura deve ser constante e o papel do professor é ler, sugerir a leitura para aguçar a curiosidade, a necessidade e o interesse dos alunos por todo material escrito que fizer parte do dia a dia na sala de aula, pois a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, contribuindo para a constituição de modelos; como escrever.

Escrita: O domínio da linguagem escrita se adquire pela leitura. É importante

propiciar a criança o acesso á diversidade de texto de boa qualidade. Antes mesmo de ela saber ler ou escrever, torna-se necessário colocá-la em contato com revistas, jornais, folhetos, cartazes, panfletos, livros de literatura, poesia, músicas e outros.

O professor terá que perceber que os mecanismos do código gráfico são apenas uns aspectos do processo da escrita. O quando, o como, o porquê, o para quem, escrever deve fazer parte desse processo. É preciso que o aluno tenha o que dizer e que constitua como sujeito assumindo a responsabilidade das suas palavras, através de estratégias adequadas que criem situações práticas de uso da escrita.

Quando o aluno aprende a escrever o seu nome, por exemplo, ele aprende muito mais do que uma junção de letras, pois o nome representa sua história, escrita registrada. É muito importante que ela perceba como seu nome guarda o seu espaço, sua propriedade, sua identidade e ao permitir que a criança escreva o próprio nome, no crachá ou etiquetas, que identifique seu nome na chamada, fará com que compreenda o valor social da escrita.

Diferente da fala, a escrita não é um processo espontâneo é um processo de elaboração racional a partir de um objetivo, colocando o aluno em situações reais de leitura e escrita, pois envolverão um registro que poderá ser feito através de desenhos, recortes de propriamente da escrita. Quando a tentativa de escrita

192

partindo da criança, o professor deve incentivá-lo, pois aí iniciará o trabalho voltado para aquisição da leitura e da escrita.

Aprender escrever implica em exercitar a escrita, aprende-se a escrever escrevendo, sem medo de errar.

#### OBJETIVOS

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais o ensino da Língua Portuguesa deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

\*expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir palavras e produzir textos tanto orais como escritos coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;

\*utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-lo ás circunstância da situação comunicativa de que participam;

\*conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado;

\*compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;

\*valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;

\*utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc;

193

\*valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, idéias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-se quando necessário;

\*usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica;

\*conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

## AVALIAÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa está sustentado na teoria que vê a língua como atividade humana que somente se realiza no meio social e na interação verbal de seus falantes, toma-se como objeto de trabalho a construção lingüística que tenha significado no contexto social em que ocorre.

Reconhecendo o texto como construção significativa da língua em uso ele é direcionado da análise dos diversos discursos presentes na sociedade e o aluno, enunciator de uma voz que resulta dessa análise a avaliação desse aluno, deve ser coerente com a opção tomada. O texto constitui, assim, o eixo de trabalho e somente terá sentido centrar nele a avaliação.

Por outro lado, cabe ao professor fazer a reflexão constante do processo de ensino, tendo como diretriz o como fazer para que o aluno chegue ao domínio dos

conteúdos. Nesse sentido, avaliar adquire uma dimensão mais abrangente. Não somente o desempenho do aluno é objeto de reflexão, mas o processo envolvendo os elementos que realizam: o aluno, professor, conteúdos e a maneira como esse último é trabalhado e assimilado.

O domínio da língua oral e escrita em situações de uso efetivo e o uso da norma padrão em situações formais constituem os conteúdos essenciais de Língua

194

Portuguesa no ensino fundamental. De maneira o aluno se posiciona na oralidade, na leitura e na produção escrita, o que é necessário para uma caminhada qualitativamente aconteça, assim como a certeza de onde quer chegar, tendo escolhido este encaminhamento, são questões básicas e norteadoras do trabalho do professor. Da forma, também, do aluno exige-se que saiba aonde e a que quer chegar, ou seja, o que a escola espera dele, não apenas realizando ambos a transmissão/ recepção de conhecimentos, mas tendo por meta a ampliação da maneira de ver e dizer as coisas de forma adequada á diversidade de situações e meio da língua, na forma mais apropriada a cada situação.

É indispensável que o aluno vá percebendo gradativamente as características de um bom texto, em que a unidade temática e a estrutural dizem o assunto, fazendo o texto fluir harmoniosamente. Cabe aqui fazer uma distinção básica entre texto oral e texto escrito. A oralidade constitui-se como a atividade que permeia todo o ensino de língua. Sabemos que é via linguagem que o indivíduo transita no grupo social e, na escola isso ocorre da mesma forma. Portanto, na aula de língua produzem-se continuamente textos orais e escritos, cada qual possuídos de características próprias. São critérios de avaliação:

-Narrar histórias conhecidas e relatos de acontecimentos, mantendo o encadernamento dos fatos e sua seqüência cronológica, ainda que com ajuda.

-Demonstrar compreensão ao sentido global de textos lidos.

-Ler de forma independente textos cujo conteúdo e forma são familiares

-Escrever utilizando a escrita alfabética, demonstrando preocupação com a segmentação do texto em palavras e em frases e com a conversão ortográfica;

-Narrar histórias conhecidas e relatos de acontecimentos, mantendo o encadeamento dos fatos e suas seqüências cronológicas, de maneira autônoma;



-Demonstrar compreensão de textos ouvidos por meio de resumo das idéias;

-Coordenar estratégias de decodificação com as de antecipação, interferência e verificação, utilizando procedimentos simples para resolver dúvidas na compreensão.

195

-Utilizar a leitura para alcançar diferentes objetivos, ler para estudar, para revisar e para escrever;

-Escrever textos com pontuação e ortografia convencional, ainda que com falhas utilizando alguns recursos do sistema de pontuação;

-Produzir textos escritos, considerando características do gênero, utilizando recursos coesivos básicos;

-Revisar os próprios textos com objetivo de aprimorá-lo;

## CONTEÚDOS

1º ANO

### ORALIDADE:

-Clareza, objetividade e seqüência na expressão de idéias.

-Entrevistas, debates, notícias, anúncios (rádio, e televisão)

-Relatos de experiências vividas e narração de fatos

-Utilização de recursos eletrônicos (gravador e vídeo) para registrar situações de comunicação oral tanto para documentação como para análise.

-Socialização das experiências de leitura

-Interpretação.

### LEITURA.

-Reconhecer pela leitura os diversos tipos de textos

-Participação em situações diversas de leitura

-Efetuar leitura de livros na classe, biblioteca e emprestar livros para leitura em casa.

-Utilização e interpretação de formas variadas de expressão: mímica, dramatização, desenho, outros

-Leitura das palavras do seu cotidiano

-Participação em situações de leitura não convencional

-Reconhecimento dos símbolos utilizados na escrita

-Identificação global de palavras e nomes de pessoas

196

-Observação e manuseio de materiais impressos como: livros diversos, revistas,

histórias em quadrinhos, entre outros

-Participação em situações de leitura de diferentes gêneros

- Discriminação visual das letras do alfabeto, reconhecimento do seu valor fonético

-Ordem alfabética

### ESCRITA

-Relação entre oralidade/escrita

-Uso do desenho como forma de representação

-As letras do alfabeto e as letras do nome

-A direção da escrita

-Realização de tentativas de escrita de acordo com a situação apresentada

-Produção de textos individuais de acordo com as possibilidades dos alunos

-Utilização de espaçamento entre palavras

-Reconhecimento de novas palavras a partir da junção de letras, sílabas

-Reconhecimento da grafia fixa das palavras

-Produção de pequenos textos coletivos de acordo com as suas possibilidades de escrita

2º ANO

### ORALIDADE:

-Articulação correta das palavras

-Leitura espontânea

197

-Reconhecimento de elementos não-lingüístico que conferem significado aos textos( gesto, postura corporal, expressão facial, tom de voz, entonação)

-Seqüência lógica das idéias

-Consistência argumentativa

-Objetividade

-Desenvolvimento da oralidade

-Fluência na leitura de textos de diferentes gêneros

-Escuta de diferentes textos - pelo rádio, televisão,

-Fluência na leitura de textos de diferentes gêneros

- Utilização de recursos eletrônicos (gravador e vídeo) para registrar situações de comunicação oral tanto para documentação como para análise

### LEITURA.

-Leitura de diversos gêneros (Imagem, poemas, convites, poesias, texto informativo, publicitário, instrucional, narrativo, letras de música, parlenda, trava-línguas, contos infantis, noticiários de jornais e revistas...)

-Ler com fluência, ritmo e entonação

-Ler para aprender

#### ESCRITA

-Produção individual e coletiva

-Representação de idéias por meio de desenhos

-Reescrita de textos

-Identificação de palavras

-Construção de frases e textos

-Representação de imagens, teatral, lendas, histórias, bilhete, paródia

-Escrita espontânea

-Cruzadinhas, caça-palavras, palavras cruzadas, acrósticos, listas,

-Uso da letra maiúscula e minúscula

-Sinais de pontuação: ponto final, vírgula, travessão, til

-Parágrafo

-Espaçamento entre palavras

-Direção da escrita

-Legibilidade da escrita

-Sinais gráficos

-Ortografia

-Nomes próprios e comuns

-Uso do dicionário

-Ordem alfabética

-Produção de livros individuais para exposição.

198

OBS: A organização dos conteúdos de Língua Portuguesa em função do eixo USO-REFLEXÃO-USO pressupõe um tratamento cíclico, pois, de modo geral os mesmos conteúdos aparecem ao longo de toda a escolaridade, variando apenas o grau de aprofundamento e sistematização. Pra garantir esse tratamento é preciso seqüenciar os conteúdos seguindo critérios que possibilitem a continuidade das aprendizagens. São eles:

-Considerar os conhecimentos anteriores dos alunos em relação

ao que se pretende ensinar, identificando até que ponto os conteúdos ensinados foram realmente aprendidos.

199

-Considerar o nível de complexidade dos diferentes conteúdos como definidor do grau de autonomia possível aos alunos na realização das atividades nos diferentes ciclos.

-Considerar o nível de aprofundamento possível de cada conteúdo, em função das possibilidades e compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem.

É fundamental que esses critérios sejam utilizados de maneira articulada de tal forma que, em cada escola se possa organizar uma seqüência de conteúdos que favoreça a aprendizagem da melhor maneira possível.

#### EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA.

Apresentação dos alunos

Apresentação de diversos textos

Trabalhar o nome do aluno

Construção e apresentação do alfabeto (com 4 tipos de letras), usando materiais concretos, através de pequenos textos, etc.

Leitura individual e coletiva

Rótulos e embalagens, recortes de revistas, jornais, etc.

Relato e produção de histórias coletivas

Separação silábica com sua devida importância ( com texto)

Ditado como avaliação

Reestruturação de pequenos textos no quadro de giz

Plural e singular

Diminutivo e aumentativo

Formação de novas palavras e sua leitura

Produção de textos a partir de análise de vários recursos.

200

Trabalhar dificuldades com alunos que apresentarem necessidade, promovendo uma base sólida para série posterior.

#### TIPOLOGIA TEXTUAL:

-Textos informativos, reportagem, anúncios, notícias, placas, contas de luz, água, telefone, holerites de pagamento, notas fiscais, folhetos;

-Textos lúdicos; trava-línguas, parlendas, rimas, charadas, piadas, quadrinhos, contos de fada de assombração, mitos e lendas populares;

-Textos de instrução: regras de jogo, receitas, bulas, manuais;

-Textos publicitários: propaganda, slogans;

-Texto narrativo: histórias em quadrinhos fábulas, lendas e textos não-literários, relatos literários;

-Textos de correspondência: telegramas, bilhetes, cartas (formais e informais), cartões postais, convites, diários (pessoais, de classe, viagem, etc.);

Textos poéticos, poemas e poesias;

Textos gráficos e tabelas; normativos, estatutos, declarações e direitos;

Textos teatrais;

3º ANO

ORALIDADE.

-Clareza, objetividade e seqüência na expressão e idéias.

-Seminário e palestras.

-Entrevistas, debates, notícias, anúncios (estilo rádio e televisão)

-Uso de formalidades com maior exigência durante a fala.

201

-Utilização de recursos eletrônicos (gravador e vídeo) para registrar situações de comunicação oral.

-Socialização das experiências de leitura.

-Interpretação

-Discussão e argumentação

LEITURA;

-Reconhecer pela leitura os diversos tipos de textos.

-Realizar leituras com fluência, entonação e ritmo.

-Utilizar adequadamente os sinais de pontuação durante a leitura.

-Efetuar leitura de livros na classe, na biblioteca e emprestar livros para leitura em casa.

-Utilizar dicionário e outras fontes escritas para resolver dúvidas ortográficas.

-Interpretar.

-Identificar as idéias contidas

-Emitir seu ponto de vista.

ESCRITA:

-Produção de diversos tipos de textos.

-Tomar notas a partir de exposição oral.

-Fazer resumos.

-Interpretação.

-Reestruturação

-Produção de livros individuais para exposição.

202

OBS: A organização dos conteúdos de Língua Portuguesa em função do eixo USO-REFLEXÃO- USO pressupõe um tratamento cíclico, pois, de modo geral os mesmos conteúdos aparecem ao longo de toda a escolaridade, variando apenas o grau de aprofundamento e sistematização. Para garantir esse tratamento cíclico é preciso seqüenciar os conteúdos seguindo critérios que possibilitem a continuidade das aprendizagens. São eles:

-Considerar os conhecimentos anteriores dos alunos em relação ao que se pretende ensinar, identificando até que ponto os conteúdos ensinados foram realmente aprendidos.

-Considerar o nível de complexidade dos diferentes conteúdos como definidor do grau de autonomia possível aos alunos na realização das atividades de acordo com o ano.

-Considerar o nível de aprofundamento possível de cada conteúdo, em função das possibilidades e compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem.

É fundamental que esses critérios sejam utilizados de maneira articulada, de tal forma que, em cada escola, se possa organizar uma seqüência de conteúdos que favoreça a aprendizagem da melhor maneira possível.

EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA

\*Leitura e interpretação oral e escrita;

\*Uso de regras ortográficas de forma contextualizada;

\*Leitura, produção e reestruturação dos diversos tipos de textos;

-Identificação de substantivos nos diversos tipos de textos;

\*Leitura oral com devida entonação (tom de voz) e fluência (rapidez);

-Classificação de palavras (acentuação gráfica)

\*Regras básicas de pontuação;

-Classificação e uso do artigo;

-Sujeito, predicado e adjetivo;

\*Coesão e coerência em textos;

-Identificação de verbos com seu devido tempo verbal no texto;

-Montagem de livros com produção própria de textos;

\*Uso de dicionário para sanar dificuldades ortográficas e gramaticais;

-Emprego de pronomes: reto, de tratamento

-Regras gramaticais

-Sinais de pontuação

-Ortografia

-Linguagem formal e informal

-Produção, interpretação e reestruturação geral;

#### TIPOLOGIA TEXTUAL:

203

-Textos informativos: reportagem, anúncios, notícia, placas, contas de luz, água, telefone, holerites de pagamento, notas fiscais, folhetos;

-Textos lúdicos: trava-língua, parlendas, rimas, charadas, piadas, quadrinhos, contos de fada, de assombração, mitos e lendas populares;

-Texto de instrução: regras de jogo, receitas, bulas, manuais;

-Textos publicitários; propaganda, slogans;

-Textos narrativos: história em quadrinhos, fábulas, lendas, e textos não-literários, relatos literários;

Texto de correspondência: telegramas, bilhetes, cartas (formais e informais), cartões, postais, convites, diários (pessoais, de classe, viagem, etc.);

-Textos poéticos: poemas e poesias;

-Textos gráficos e tabelas,

-Textos teatrais,

-textos normativos: estatutos, declarações e direitos;

4º ANO

#### ORALIDADE:

-Clareza, objetividade e seqüência na exposição e idéias.

-Seminário e palestras.

-Entrevistas, debates, notícias, anúncios (estilo rádio e televisão)

-Uso de formalidades com maior exigência durante a fala.

204

-Utilização de recursos eletrônicos (gravador e vídeo) para registrar situações de comunicação oral.

-Socialização das experiências de leitura.

-Interpretação

-Ouvir/contar histórias

-Fluência na leitura de textos de diferentes gêneros

-Consistência argumentativa

-Articulação correta das palavras

-Seqüência lógica das idéias

#### LEITURA:

-Reconhecer pela leitura os diversos tipos de textos;

-Realizar leituras com fluência, entonação e ritmo;

-Utilizar adequadamente os sinais de pontuação durante a leitura;

-Efetuar leitura de livros na classe, na biblioteca e emprestar livros para leitura em casa;

-Utilizar dicionário e outras fontes escritas para resolver dúvidas ortográficas;

-Interpretar;

-Identificar as idéias contidas;

-Emitir seu ponto de vista;

#### ESCRITA:

-Produção individual e coletiva de diversos tipos de textos

-Tomar nota a partir de exposição oral;

-Fazer resumos

-Fazer pesquisas

-Produção de diálogo

-Produção de um jornal/mural

-Correspondência

-Interpretação;

-Reestruturação

-Produção de livros individuais para exposição;

205

OBS: A organização dos conteúdos de Língua Portuguesa em função do eixo USO-REFLEXÃO-USO pressupõe um tratamento cíclico, pois, de modo geral os mesmos

conteúdos aparecem ao longo de toda a escolaridade, variando apenas o grau de aprofundamento e sistematização. Pra garantir esse tratamento cíclico é preciso seqüenciar os conteúdos seguindo critérios que possibilitem a continuidade das aprendizagens. São eles:

-Considerar os conhecimentos anteriores dos alunos em relação ao que se pretende ensinar, identificando até que ponto os conteúdos ensinados são aprendidos;

206

-Considerar o nível de complexidade dos diferentes conteúdos como definidor do grau de autonomia possível aos alunos na realização das atividades nos diferentes ciclos;

-Considerar o nível de aprofundamento possível de cada conteúdo, em função das possibilidades e compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem.

É fundamental que esses critérios sejam utilizados de maneira articulada, de tal forma que, em cada escola, se possa organizar uma seqüência de conteúdos que favoreça a aprendizagem da melhor maneira possível.

#### CONTEÚDOS:

-Textos informativos: reportagem, anúncios, notícias, placas, contos de luz, água, telefone, holerites de pagamento, notas fiscais, folhetos;

-Textos lúdicos: trava-línguas, parlendas, rimas, charadas, piadas, quadrinhos, contos de fada de assombração, mitos e lendas populares;

-Textos de instrução: regras de jogo, receitas, bulas, manuais

-Textos poéticos: poemas e poesias;

-Textos gráficos e tabelas;

-Textos teatrais

-Narrativos: histórias em quadrinhos, fábulas, lendas e textos não literários, relatos;

-De correspondência: telegramas, bilhetes, cartas ( formais e informais), cartões, postais, convites, diários( pessoais, de classe, viagem, etc.)

-Regência nominal e verbal;

-Emprego de pronomes

-Ortografia

-Regras gramaticais

-Sinais de pontuação

-Concordância verbal e nominal,

-Emprego de pronomes

-Sinais de pontuação

-Substantivo coletivo

- Regras de acentuação

-Produção, interpretação e reestruturação geral

5º ANO

#### ORALIDADE

- Clareza, objetividade e seqüência na exposição e idéias.

- Seminários e palestras.

- Entrevistas, debates, notícias, anúncios (estilos rádio e televisão).

- Uso de formalidades com maior exigência durante a fala.

207

- Utilização de recursos eletrônicos (gravador e vídeo) para registrar situações de comunicação oral.

- Socialização das experiências de leitura.

- Interpretação.

#### LEITURA:

- Reconhecer pela leitura os diversos tipos de textos.

- Realizar leituras com fluência, entonação e ritmo.

- Utilizar adequadamente os sinais de pontuação durante a leitura.

- Efetuar a leitura de livros na classe, na biblioteca e emprestar livros para leitura em casa.

- Utilizar dicionário e outras fontes escritas para resolver dúvidas ortográficas.

- Interpretar

-Consistência argumentativa

-Articulação correta das palavras

- Identificar as idéias contidas

- Emitir seu ponto de vista

#### ESCRITA

- Produção individual e coletiva de diversos tipos de textos

- Tomar nota a partir de exposição oral

- Fazer resumos

-Interpretação

- Reestruturação



- Biografia
- Produção de um texto de opinião
- Discurso direto e indireto
- Pesquisa
- Montagem de painel - confecção de mural
- Diálogo
- Produção de livros individuais para exposição

208

OBS: A organização dos conteúdos de Língua Portuguesa em função do eixo USO-REFLEXÃO-USO pressupõe um tratamento cíclico, pois, de modo geral os mesmos conteúdos aparecem ao longo de toda a escolaridade, variando apenas o grau de aprofundamento e sistematização. Para garantir esse tratamento cíclico é preciso seqüenciar os conteúdos seguindo critérios que possibilitem a continuidade das aprendizagens. São eles:

209

- Considerar os conhecimentos anteriores dos alunos em relação ao que se pretende ensinar, identificando até que ponto os conteúdos ensinados foram realmente aprendidos;
- Considerar o nível de complexidade dos diferentes conteúdos como definidor do grau de autonomia possível aos alunos na realização das atividades conforme o ano;
- Considerar o nível de aprofundamento possível de cada conteúdo em função das possibilidades e compreensão dos alunos nos diferentes momentos do seu processo de aprendizagem;

É fundamental que esses critérios sejam utilizados de maneira articulada, de tal forma que, em cada escola, se possa organizar uma seqüência de conteúdos que favoreça a aprendizagem da melhor forma possível.

#### CONTEÚDOS:

- Textos informativos: reportagens, anúncios, notícias, placas, contas de luz e água; telefone, holerites de pagamento, notas fiscais, folhetos
- Textos lúdicos: trava-línguas, parlendas, rimas, charadas, piadas, quadrinhos; contos de fada de assombração, mitos e lendas populares
- Textos de instrução: regras de jogo, receitas, bulas, manuais
- Narrativos: histórias em quadrinhos, fábulas, lendas e textos não literários, relatos;
- De correspondência: telegramas, bilhetes, cartas (formais e

informais), cartões, postais, convites, diários (pessoais, de classe, viagem,etc.);

- Textos poéticos: poemas e poesias;
- Textos gráficos e tabelas;
- Textos teatrais
- Biografia
- Concordância verbal e nominal
- Regência nominal e verbal
- Emprego de pronomes, advérbios e conjunções

- Regras gramaticais

- Sinais de pontuação

-Estrutura poética

-Estrutura narrativa

-Crase

-Acentuação gráfica

-Linguagem formal e informal

-Ortografia

-Verbo - flexão

-Conjugação dos verbos regulares

-Elementos coesivos

-Palavras homônimas e parônimas

-Preposição

#### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

210

-Compreender o sentido nas mensagens orais e escritas de que é destinatário direto ou indireto: saber o significado, começando a identificar elementos possivelmente relevantes segundo os propósitos e intenções do autor;

-Ler textos dos gêneros, combinando estratégias de decifração com estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação;

-Utilizar linguagens orais com eficácia, sabendo adequá-la a intenções e situações comunicativas que requeiram o domínio de registros formais, o planejamento prévio do discurso, a coerência na defesa de pontos de vistas e na

211

apresentação de argumentos e o uso de procedimentos de negociações de acordos

necessários ou possíveis;

-Participar de diferentes situações de comunicação oral acolhendo e considerando as opiniões alheias e respeitando os diferentes modos de falar;

-Escrever textos com domínio da separação em palavras, estabilidade de palavra de ortografia regular e de irregulares mais freqüentes na escrita e a utilização de recursos do sistema de pontuação para dividir o texto em frases;

-Revisar seus próprios textos a partir de uma primeira versão e, redigir as versões necessárias até considerá-lo suficientemente bem escrito para o momento;

## EDUCAÇÃO FÍSICA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O corpo em movimento é o objeto de estudo da Educação Física, porém, para entendê-lo é preciso conceituar o movimento.

Movimento humano é a expressão objetivada da consciência corporal, formada pelo conjunto das relações que compõe uma determinada sociedade e dos saberes sistematizados pelo homem sobre esta consciência corporal.

Isso significa que cada sociedade construiu seu bojo, um discurso sobre o corpo, que foi incorporado como verdade. Estão na consciência de corpo, os valores que a sociedade estabelece em cada momento histórico.

As pessoas se relacionam agindo sobre o mundo para sobreviver e criam formas de organização social, isto é, o ser humano produz cultura.

Nos movimentos de acordo com a consciência corporal que se adquire na dinâmica das sociedades, esta nossa movimentação é cultural e histórica.

212

Pensando no modelo de sociedade que se tem e na função social da escola, todo educador deve ter definido seu projeto pedagógico, que é a relação que ele estabelece com seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar, como o tratamento científico e metodológico, bem como, valores e a lógica que desenvolve nos alunos de acordo com a realidade de sua escola.

A perspectiva da educação física escolar tem como objetivo, hoje, uma reflexão sobre o corpo o movimento, sobre toda cultura corporal. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem reproduzido no decorrer da história, exteriorizada pela expressão

corporal: ginástica, dança e jogos, que podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

A Educação Física está comprometida com a construção de uma escola como tempo e espaço de vivência sociocultural, aprendizado de saberes e desenvolvimento do sujeito, considerando a pluralidade das potencialidades humanas, valorizando o conhecimento, a arte, a estética, a identidade, o sentimento, a emoção e as múltiplas linguagens.

Para entender o porquê da ginástica da dança e dos jogos, como conteúdo de educação física, e como expressão corporal produzida nas relações sociais, deve-se partir da análise sobre o movimento do corpo no processo de humanização.

O homem primitivo exercitava seu corpo em função de seu habitat, de exercitar-se naturalmente, objetivando atender as mais prementes necessidades: construção de bens materiais, de instrumentos que auxiliem na construção, na preservação da própria espécie e na destreza para a caça, visando à sobrevivência.

Essa exercitação do corpo veio a se chamar ginástica, a partir da Grécia Antiga, quando o objetivo dela era preparar os homens fisicamente para a guerra.

O homem expressava-se também, através da linguagem corporal em movimento rítmico, cadenciado, traduzindo emoções, fantasias, idéias e sentimentos. Esta expressão é a dança considerada a mais antiga das artes criadas pelo homem.

213

Outra expressão corporal produzida nas relações sociais é o jogo: a criança simboliza no jogo as produções históricas, o cotidiano, a representação do real.

O homem, ao produzir cultura, cria suas formas culturais de movimento e é com base neste movimento, produzindo nas relações sociais, que se aborda a educação física.

A ação humana é histórica, portanto, o movimento histórico é possível de transformação. O conhecimento sobre esta cultura deve ser tratado desde a sua origem, a fim de possibilitar ao aluno a visão de historicidades, permitindo-lhe compreender-se enquanto sujeito histórico, capaz de interferir nos rumos de sua vida privada e da atividade social sistematizada.

### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para trabalhar o corpo em movimento, é necessário que, através da ginástica, da dança, do esporte e do jogo, sejam proporcionados aos alunos instrumentos para que eles adquiram uma consciência crítica, que é uma forma de relação com o mundo para compreendê-lo de modo concreto, analisando-o na base e não pelas aparências. Assim, ao desenvolvermos uma consciência crítica, passamos a observar, experimentar, problematizar e criticar os fatos sob outra ótica.

A educação física precisa dar condições para que o aluno amplie os movimentos corporais, postos até então, através de mecanização sem entendimento, ao conhecer o seu corpo e a produção de diversas formas culturais e movimento da dinâmica das sociedades.

O aluno deverá ser capaz de conhecer e perceber seu corpo, sua concretude, buscando a superação dentro de suas limitações, de sua forma de movimentar-se para conviver e atuar na sociedade na forma crítica, com a consciência de que a cultura é produzida pelo agir humano social, desenvolvido pelo tempo.

Cada educador de educação física precisa ter claro de como deverá articular suas aulas com um projeto maior de homem e de sociedade, transmitindo aos

214

alunos, através da prática, despertando o gosto pela atividade, e assim ser um divulgador da importância da mesma.

O trabalho docente deve ser uma atividade conjunta entre professores e aluno, buscando, em vez do condicionamento, a ordem social para formar um aluno crítico e participativo; em vez do adestramento físico, a compreensão e o uso sadio do corpo; em vez do esporte espetáculo, o esporte educativo; em vez da disciplina imposta e da repetição mecânica de ordens do professor, o auto-domínio, a formação de caráter, a autogestão da atividade física, em vez do corpo instrumento, o corpo como ser social.

Queremos ver no final do processo um aluno concreto, inserido no contexto social, político e econômico.

A responsabilidade do profissional que trabalha com essa área do conhecimento vai além da pura e simples transmissão das técnicas de ginástica, do desporto, etc...É fundamental que realmente a aula de Educação Física se transforme num ambiente crítico, que possibilite a participação de todos, onde a riqueza cultural se estabeleça como um salto para aprendizado.

Aprender a movimentar-se implica em planejar, experimentar,

avaliar, optar, coordenar, ações do corpo, com objetos no tempo e no espaço, interagir com outras pessoas, enfim, uma série de procedimentos cognitivos, afetivos e sociais que devem ser favorecidos e considerados no processo de ensino e aprendizagem.

Essa área é especial quando se trata da aprendizagem porque envolve alguns riscos físicos inerentes ao próprio ato de se movimentar. Mesmo considerando que "escorregões", pequenas trombadas, quedas, impactos de bolas e cordas não possam ser evitados por completo, cabe ao professor organizar as situações de segurança e aos alunos respeitar as regras propostas. Na escola, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferenciam a prática corporal dentro e fora da escola.

As aulas mistas podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes a não

215

discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir relações sociais autoritárias.

Por fim, a Educação Física escolar deve propiciar ao aluno a descoberta consciente do seu corpo, a participação crítica e reflexiva na construção e na transformação da realidade social e conseqüentemente, atingir o movimento em sua totalidade, eu-o outro- o meio.

#### BLOCOS DE CONTEÚDOS

Essa organização tem a função de evidenciar quais são os objetivos de ensino e aprendizagem que estão sendo priorizados, servindo como subsídio ao trabalho do professor, que deverá distribuir os conteúdos a serem trabalhadas de maneira equilibrada e adequadas. Assim, trata-se de uma forma de organizar o conjunto de conhecimento abordado segundo os diferentes enfoques que podem ser dados:

- Conhecimento sobre o corpo
- Esportes, jogos, lutas e ginásticas.
- Atividades rítmicas e expressivas.

Os três blocos articulam-se entre si e têm vários conteúdos em comum, mas guardam especificidades.

#### CONHECIMENTO SOBRE O CORPO

O corpo é compreendido como um organismo integrado, que interage com o meio físico e cultural, que sendo dor, prazer, alegria, medo etc

O aluno deverá, através de suas sensações, analisar e compreender as alterações que ocorrem em seu corpo durante e depois de fazer atividades. Os

216

alunos poderão analisar seus movimentos no tempo e no espaço: como são seus deslocamentos, qual é a velocidade de seus movimentos e limitações.

As habilidades motoras deverão ser aprendidas durante toda escolaridade, do ponto de vista prático, e deverão sempre estar contextualizadas nos conteúdos dos outros blocos, para que dessa forma possam colocar em prática se aprendido

## GINÁSTICA

Hoje, na sociedade brasileira, o corpo ainda é visto como força de trabalho: corpo máquina, e sua exercitação são via adestramento.

A ginástica tem sido utilizada no sentido de preparação militar, disciplinar, na busca de corpo bonito, da "performance" atlética, como paliativo nas questões referentes à higiene e saúde. Tudo isto, menos a ginástica que visa à consciência do próprio corpo em movimento agindo com todas as suas possibilidades de expansão.

O professor deverá verificar se os alunos entenderam que a compreensão sobre os pressupostos do movimento pode melhorar a atuação deles.

As ginásticas são técnicas de trabalho que, de modo geral, assumem um caráter individualizado com finalidades diversas. Por exemplo, pode ser feita como preparação para outras modalidades, como relaxamento, para manutenção e recuperação da saúde ou ainda de forma recreativa, competitiva e de convívio social, pois essa expressão abarca ações como: caminhar, correr, saltar, colar, transportar suspender, alongar, dentre outras.

A ginástica é uma das possibilidades de trabalho, considerando-se a realidade de nossas escolas e alunos e as opções que ela oferece.

Por não ter uma finalidade competitiva, a motivação acontece pela auto-superação, e não pela superação do outro. Ela possibilita o desenvolvimento de trabalhos com grupos mistos em termos de performance e habilidades.

## DANÇA

217

A dança é uma linguagem histórica, e como linguagem corporal é a forma como o professor precisa conduzir a aula para instrumentalizar a criança no sentido dela adquirir uma consciência do corpo que lhe permita uma visão da totalidade e não uma visão fragmentada.

A dança assim como as demais práticas corporais é uma manifestação da cultura de movimento, importante e relevante em todo mundo.

O professor deverá verificar com a dança, se os alunos se apropriaram do conhecimento através da prática social, se entenderam a questão da interação.

A diversidade cultural que caracteriza no país tem a dança uma de suas expressões mais significativas, constituindo um amplo leque de possibilidades de aprendizagem.

Através das danças e brincadeiras os alunos poderão conhecer as qualidades do movimento expressivo, serem capazes de analisá-lo a partir de referenciais vividos; conhecer técnicas de execução de movimentos e utilizar-se delas; serem capazes de improvisar, de construir coreografias, e, por fim, adotar atitudes de valorização e apreciação dessas manifestações expressivas.

## JOGOS

O jogo é outro conteúdo, cujo conhecimento, deve ser veiculado pela escola. O jogo não é aspecto predominante da infância, mas é o fator importante do desenvolvimento da criança; também é histórico.

Através do jogo que o aluno terá oportunidade de desenvolver seu raciocínio, maior reflexo e agilidade.

É preciso que as crianças entendam que as regras colocadas nos jogos são produções coletivas. É através dessa atividade que as crianças aprendem a se

218

conhecer, conhecer a natureza, as relações sociais e os papéis que as pessoas assumem ao realizar o jogo.

Precisamos ter definido, em nossos objetivos, que o jogo não deve ser dado só pela prática do jogo em si, mas devem ser trabalhados também os conteúdos característicos dos diferentes jogos.

Os jogos podem ter flexibilidade maior nas regulamentações, que são adaptadas em função das condições de espaço e materiais disponíveis, do número de participantes, entre outros. São exercidos com um caráter competitivo,

cooperativo ou recreativo em situações festivas, comemorativas, de confraternização ou ainda no cotidiano, como simples passa tempo e diversão.

## ESPORTES

O esporte é um fenômeno social e, como tal, reproduz os códigos sociais que o condicionam. Sendo realizado no seio da sociedade capitalista orienta-se pelos princípios das comparações objetivas o que acaba por reproduzir as desigualdades sociais, exigindo a “adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a ‘funcionalidade’ e desenvolvimento da sociedade”. Nesse aspecto, a necessidade do domínio dos elementos técnicos-táticos e das condições fisiológicas para sua prática como pressupostos para seu aprendizado indica que sua finalidade é que além da vitória é importante a interação social na competição, colocando-se com um fim em si mesmo.

Portanto, ao pensarmos a prática desta manifestação da cultura corporal no interior da escola precisamos refletir e questionar tais normas, “para determinar a forma em que deve ser abordada pedagogicamente no sentido de esporte ‘da’ escola e não como esporte ‘na’ escola. Isso exige repensar o que significa ensinar esporte ou o que é que os alunos necessitam aprender para que possamos afirmar que conhecem esporte. É imprescindível que o processo educativo forneça elementos que possibilitem a crítica do mesmo, dentro de um determinado contexto sócio-econômico-político-cultural”.

219

Para que os alunos conheçam os jogos que foram esportivizados não é suficiente que conheçam e dominem os gestos técnicos, mas é necessário que conheçam a sua história, como por exemplo: o processo em que deixaram de ser prática de divertimento restrito à classe dominante para ganhar os espaços populares.

As atividades propostas devem possibilitar aos educandos que reflitam sobre o esporte:

- Enquanto jogo com normas, regras, exigências físicas, técnicas e táticas;
- Enquanto espetáculo esportivo e sua relação com a mídia;
- Enquanto processo de trabalho que se diversifica e gera mercados específicos de atuação profissional e a relação com a “mercadorização” de o próprio ser humano;
- Enquanto jogo popularmente praticado e suas diversas possibilidades de

resignificação e a relação com as possibilidades e impossibilidades de sua prática;

- Enquanto manifestação cultural.

Os esportes são sempre notícias nos meios de comunicação e dentro da escola; portanto, podem fazer parte do conteúdo, se forem abordados sob o enfoque da apreciação e discussão de aspectos técnicos, táticos e estéticos.

## LUTAS

Sugere-se para a escola trabalhar a Capoeira por sua importância histórica e social, situando-a com um movimento dos negros na luta por sua liberdade, na relação com seus opressores, refletindo o sistema escravocrata. Podem-se englobar as formas originais e atuais desta luta, capoeira angola e capoeira original, as modificações sofridas por esta cultura e os preconceitos associados à sua prática. Deve-se realizar uma análise cultural e social das transformações que foram imposta à capoeira, e também os movimentos de resistência a tais transformações.

220

Sugere-se ao trabalho com as lutas de origem oriental, pois as mesmas possuem fundamentos filosóficos calcados em uma concepção antropológica diferente da ocidental podendo cada unidade escolar optar pela modalidade de luta que melhor se encaixe em seu projeto político-pedagógico.

## OBJETIVOS

Espera-se que ao final do ensino fundamental os alunos sejam capazes de:

Participar das atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, sem discriminar por características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;

- Adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade de situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência;
- Conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas de diferentes grupos sociais;
- Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os, com efeito, sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva;



- Solucionar problemas de ordem corporal de diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;

221

- Reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si e nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas;
- Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo com inserção dentro da cultura que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- Conhecer, organizar e interferir no espaço da forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

#### CONTEÚDOS - 1º ANO E 2º ANO

##### \* Ginástica-Dança-Jogos

- Ginástica do solo;
- Rolamento;
- Roda;
- Vela;
- Avião;
- Dança;
- Brinquedos cantados;
- Cantigas de roda;
- Jogos de imitação;
- Formas básicas de movimento;
- Condutas neuro-motoras;
- Jogos de construção;
- Coordenação fina;
- Coordenação ampla;
- Coordenação visomotora;

- Equilíbrio;
- Lateralidade;
- Lateralização;
- Organização e orientação espacial;
- Jogos simbólicos;
- Descontração;
- Organização e orientação temporal;
- Estruturação espaço-temporal, táteis, visuais;
- Percepções auditivas, olfativas, gustativas;
- Habilidades perceptivo-motoras;
- Dramatização;
- Jogos rítmicos;
- O ritmo do próprio corpo;
- Expressão corporal;
- Postura;
- Atitude;
- Respiração;

#### CONTEÚDOS - 3º E 4º ANO

##### \* Ginástica- Dança- Jogos.

222

223

- Ginástica de solo: rolamento roda, vela avião, parada de mão com ajuda, parada de cabeça com ajuda.
- Dança: danças populares, danças folclóricas, ritmo, relação histórico-social dos movimentos folclóricos e suas implicações na sociedade brasileira.
- Jogos motores; condutas neuro-motoras, coordenação fina, coordenação ampla, coordenação visomotora, equilíbrio, lateralização, organização e orientação espacial, organização temporal, estruturação espaço-temporal e visual, percepção tátil e auditiva, habilidades perceptivo-motoras, ritmo do próprio corpo, aprendizagem objeto-motora, expressão corporal, criação de novas regras.
- Jogo intelectos: raciocínio, concentração, iniciativa, regras, técnicas, táticas.
- Jogos dramáticos: dramatização, expressão corporal, análise das relações sociais.

- Jogos sensoriais: visuais, auditivas, percepções táteis, gustativas e olfativas.

Obs: os conteúdos desenvolvidos no 4º ano terão maior amplitude, complexidade e aprofundamento.

5º. ANO

\*Ginástica- Dança- Jogos

- Ginástica olímpica: rolamento, parada de cabeça, parada de mão com ajuda, rodante, configuração de séries.

- Elementos de ginástica rítmica desportiva (GRD): elementos corporais, corda, arco, bola, fita.

- Dança: Danças nacionais e internacionais, danças populares e de salão.

- Jogos: Jogos esportivos

- Jogos com bola: recepção, passe, chute, drible, arremesso, progressões, toque, manchete, posicionamento na quadra ou no campo, noções básicas de regras de jogos.

224

- Jogos motores: condutas neuro-motoras, coordenação fina, coordenação ampla, coordenação visomotora, equilíbrio, lateralização, organização e orientação espacial, organização temporal, estruturação espaço-temporal e visual, percepção tátil e auditiva, habilidades perceptivo-motoras, ritmo do próprio corpo, aprendizagem objeto-motora, expressão corporal, criação de novas regras.

- Jogo intelectos: raciocínio, concentração, iniciativa, regras, técnicas, táticas.

- Jogos dramáticos: dramatização, expressão corporal, análise das relações sociais.

- Jogos sensoriais: visuais, auditivas, percepções táteis, gustativas e olfativas

## AVALIAÇÃO

As práticas avaliativas devem estar em consonância com os procedimentos metodológicos num todo, pois se fundamenta numa mesma teoria pedagógica. A avaliação em Educação Física é muito mais que aplicar testes, selecionar e classificar os melhores alunos.

O projeto pedagógico que orienta as ações escolares deve também direcionar a perspectiva de avaliação que será contemplada em cada disciplina escola. Assim,

o sentido da avaliação do processo ensino-aprendizagem em Educação Física é o de fazer que ela sirva de referência para análise da aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico da escola.

Deve-se ter claro que a avaliação é um processo contínuo e sistemático de obter informações, de diagnosticar progressos. Esta deve estar articulada com o planejamento escolar, na qual a observação, a análise, a participação dos alunos, os registros transparentes, constituem-se como um sinalizador das dificuldades e avanços do processo ensino-aprendizagem, permitindo reconhecer cada aluno. Com isso poderemos perceber a abrangência da constatação, interpretação, compreensão e explicação da realidade que nossos alunos são capazes de realizar.

225

O momento para ocorrer a avaliação não deve ser programado para o final do conteúdo, mas deve permear toda prática pedagógica, pois não são somente os alunos que devem ser avaliados, mas também a forma como o professor conduz o processo pedagógico, é preciso também, que esta prática faça diagnóstico das necessidades dos educandos, realimentando os conteúdos e estratégias de ensino e encaminhando-os para uma nova proposta de ação.

Existem várias possibilidades para realizarmos a avaliação articulada ao cotidiano de nossas aulas, dentre as quais citaremos algumas sugestões:

- Trabalhos de pesquisas oriundos das problematizações realizadas em aula;
  - Criação de novas formas e gestos corporais: novas formas de jogar, composições coreográficas, ginásticas ou dançadas;
  - Auto-avaliação, através de uma ficha avaliativa que possua itens que o aluno preencha a cada aula;
  - Caderno de registro onde o professor acompanha as produções corporais e individuais da turma podendo observar os teatros, enquanto síntese de determinado assunto, a forma de se portar durante os jogos, o próprio movimento corporal, eventos avaliativos entre outras;
- Sendo assim, a avaliação deve levar em consideração:
- A totalidade da conduta humana;
  - A perspectiva dialógica, comunicativa, criativa, reinterativa, que permita a participação de todos os envolvidos no processo de avaliação;
  - A ludicidade e a criatividade;

- A possibilidade de reinterpretação e redefinição de valores e normas;
- Se o tempo destinado à apreensão de um dado conteúdo ou uma dada problematização é o suficiente para o aprendizado da turma. Pois é preciso levar em consideração os ritmos diferenciados dos alunos;

226

- A elaboração dos instrumentos, "como estímulo e desafio e interesse e à curiosidade dos alunos, empregando os dados coletados com finalidades precisas, divulgando os resultados com registros sistemáticos em fichários cumulativos";
- O erro como parte da construção de novos conhecimentos ou do seu aprimoramento, bem como do aprendizado de habilidades e atitudes. Portanto, compõe o processo de aprendizagem;
- A compreensão crítica da realidade, sendo necessário para tal, revelar os confrontos e tradições dessa mesma realidade. Os educandos devem possuir diferentes entendimentos a cerca de um mesmo assunto para que eles possam fazer suas próprias intenções;
- O processo de substituições da nota por uma síntese qualitativa do aluno em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

## ARTE

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Desde o início da humanidade a arte esteve presente em todas as formações culturais. A arte faz parte de nossas vidas de acordo com cada cultura, pois as manifestações artísticas apresentam uma grande diversidade, devido aos fazeres políticos, econômicos, sociais e culturais de cada povo. O artista atribui significados ao mundo por meio da obra e o espectador lê esses significados nela depositados.

O ensino da arte fundamenta-se na visão do ser humano como criador. Na relação que o homem tem com a natureza, seja de adaptação ou transformação, sua ação é intencional e criadora. O ato criador do ser humano abrange a capacidade de compreender fenômenos estabelecendo novas relações de forma crítica e buscando novas ordenações e novos significados.

227

Segundo Fayga, uma estudiosa da arte: "A natureza criativa do homem se elabora no contexto cultural. Todo indivíduo se desenvolve em uma realidade social, em cujas necessidades e valorações culturais de moldam aos

próprios valores da vida". (OSTROWER, Fayga. Criatividade de processos de criação. Petrópolis; Vozes, 1987, p 5).

A educação deve garantir ao aluno o direito e o conhecimento artístico. O aluno tem o direito do conhecimento científico, portanto, deve se apropriar dos instrumentos teóricos e práticos necessários para interferir no meio em que vive. Somente se apropriando desse conhecimento, é que ele terá condições para tanto.

A arte, na educação, dá espaço ao desenvolvimento artístico; a sensibilidade, a reflexão, a percepção e a imaginação. O aluno passará então, a conhecer, a apreciar e a refletir sobre as formas da natureza e o que foi produzido artisticamente em diferentes épocas culturais. Na escola, a formação do aluno não pretende torná-lo um artista profissional, mas levá-lo a compreender que a arte é instrumento necessário à interpretação de mundo.

Assim, se hoje se considera especificidade da escola transmitir o conhecimento organizado, deve estar incluso no mesmo o saber estético.

Resumidamente, entende-se por saber estético aquele resultante da atuação do homem na realidade, entendendo-a e se entendendo também de acordo com o momento histórico, o que lhe dá condições não só de manipular o real, mas também de retocá-lo, modificando-o e recriando-o, segundo modo de criação estética. Acontecem, pois o saber e o fazer estético, conjugando-se, e, ao mesmo tempo, em que refletem a história do homem, expressam um ideal de vida de mundo e do próprio ser humano.

Fazer Teatro, Música, Dança, Desenho, Pintura... Repousa sobre certa técnica específica, que ela também é aprendida segundo um determinado encaminhamento metodológico.

O objeto artístico concretiza o olhar, a expressão do homem e enquanto forma específica de conhecimento de realidade é fruto de seu fazer imitativo ou criador,

228

portanto, também impõe domínio de determinados procedimentos para construir, da realidade, sua transfiguração na representação da arte.

Criar e ampliar, enriquecer, transformar o mundo e o homem. Neste sentido, o trabalho artístico resulta da ação conjunta do fazer, do olhar e construir o trabalho artístico.

Desse modo, a arte, parte do princípio que, produzindo trabalhos artísticos e

conhecendo a produção nas outras culturas, o aluno poderá compreender a diversidade de valores que orientam diferentes modos de pensar e agir. Além disso, os alunos podem perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, expressões e movimentos que estão a sua volta.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O trabalho com arte, em sala de aula, pressupõe, de acordo com os princípios do Currículo Básico, uma leitura sistemática e crítica da realidade apoiada no saber estético historicamente acumulado, aos quais se associa o "fazer artístico".

O professor necessita de conhecimentos necessários, tanto para o domínio dos conteúdos, quanto para o domínio técnico embutido no fazer artístico.

No trabalho criador, existem alguns modos de organização estética que necessitam, para seu domínio, disciplina, estudo e atenção rigorosos, pois os elementos formais e seus modos de organização, ambos presentes na obra de arte, possibilitam ao aluno a satisfação da sua necessidade de expressão, de afirmação e de interação com a realidade humano-social. Uma vez claro esses aspectos é preciso um trabalho e informação prévia e contínua que forneça a base necessária para sua concretização.

Na linguagem plástica, o conhecimento vai além da exploração de tintas e pesquisas de texturas; significa a organização das formas do plano básico, a relação entre luz e cor, a estruturação do volume e apreensão do movimento básico, a estruturação do volume e apreensão do movimento plástico, etc. Tendo dominado

229

estes conhecimentos o aluno terá possibilidades de apropriar-se, no trabalho artístico, dos princípios estéticos que persistem até hoje como fundamentais em todo aprendizado sistemático da Pintura e da Arquitetura.

Devemos ter claro que o trabalho da arte, na escola, de acordo com o Currículo Básico, deve ser orientado, metodologicamente, em qualquer um dos conteúdos previstos - Plástica, Música e Teatro, pelo tripé: leitura da realidade, incluída aí a produção artística existente, o fazer artístico e o conhecimento estético elaborado. Esses elementos devem estar inter-relacionados o máximo possível, no desenvolvimento das aulas de arte.

Para organizar a prática educativa de arte, o educador deve primeiro, fazer suas próprias experimentações, vivenciar seu processo criador

para ter uma maior e melhor compreensão das diversas etapas e dificuldades, pelas quais os educandos poderão passar. Assim, no "fazer" e no "refletir" de sua própria experiência estética, de sua forma crítica e sensível, o educador constrói seu conhecimento e melhor se prepara para ajudar o educando a construir o seu saber artístico.

#### OBJETIVOS

No transcorrer do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (artes visuais, dança, música, teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidas ao longo da história e na contemporaneidade.

Nesse sentido, o ensino de Arte deverá organizar-se de modo que, ao final do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de:

- Expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, e sensibilidade, a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;

230

- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em arte, experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;

- Edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e as dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções;

- Compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência e diferenças nos padrões artísticos e estéticos;

- Observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando. Argumentando e apreciando arte de modo sensível, compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista;

- Buscar e saber organizar informações sobre arte em contato com os artistas, documentos e acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, vídeos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura. Bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

#### CONTEÚDOS - 1º ANO

A Leitura das qualidades plásticas dos objetos e da oralidade:

- Reconhecer o Eu
- Expressão corporal
- Diferenciação das partes do corpo
- Contextualização com a história da arte
- Exploração das cores através da experimentação de diversos
- Contextualização e exploração de sons
- Plano, volume e formas
- Percepção sonora
- Explorar os conceitos de desenho e pintura ( ponto, linha e forma)
- Modelagem

#### 2º ANO

- Cor - primária e secundária
- Música ( sons , silêncio, cirandas, brincadeiras)
- Teatro ( jogos dramáticos)
- Forma ( ponto, linha, plano)
- Figura humana
- Formas geométricas
- Arte pré-histórica
- Luz ( claro, escuro)
- Luz e sombra
- Folclore local
- Direção e movimento
- Instrumentos e gêneros musicais
- Figura fundo
- Planos -perto, longe

231

- Laboratórios expressivos
- Cartazes
- Placas
- Obras de arte
- Maquete
- Modelagem
- Dobradura

#### 3º ANO

- Leitura das qualidades plásticas dos objetivos da realidade.
- Cores primárias e secundárias
- Cores quentes e frias
- Resgatar os causos, contos populares
- Contação de histórias
- Propriedades do som (timbre)
- Jogos dramáticos
- Textura
- Pintura e dobraduras
- Recorte e colagem
- Sobreposição de imagens
- Posição:
  - Longe, perto;
  - Em cima, embaixo;
  - Central, lateral

232

Proporção:

- Tamanho;
- Peso;
- Movimento (direção):
  - Esquerda, direita;
  - Para frente, para trás;
  - Para cima, para baixo.

#### 4º ANO

- Identificar claro e escuro
- A escala cromática



- Pintura e dobraduras
- Recorte e colagem
- Formas geométricas
- Lendas folclóricas
- Desenho figurativo e abstrato
- Monocromia e policromia
- Leitura de imagens
- História em quadrinhos
- Identificação de materiais sonoros
- Observação e análise de músicas
- Dramatização: personagem, movimento, texto e legenda, caracterização

233

- Fazer artístico: linhas, formas, cores, plano, volume, textura, cores, proporção, equilíbrio, ponto, figura e fundo

234

- Por meio de músicas e sons naturais, explorar: altura, intensidade, duração, timbre e densidade

- História da dança e do teatro

- Movimento (direção):

- Esquerda, direita;
- Para frente, para trás;
- Para cima, para baixo.

5º ANO

- Monocromia e policromia

- Por meio de músicas e sons naturais, explorar: altura, intensidade, duração, timbre e densidade

- Fazer artístico: linhas, formas, cores, plano, volume, textura, cores, proporção, equilíbrio, ponto, figura e fundo, movimento, gravura, coleção, literatura de cordel

- Dramatização

- Cores complementares

- Folclore Catarinense

- Simetria e assimetria

- Obras de arte

- Maquete

- Modelagem

- Dobradura

- História da arte

- Leitura de imagens

- História da dança e do teatro

- Movimento (direção):

- Esquerda, direita
- Para frente, para trás
- Para cima, para baixo

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

235

- Expressar-se e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;

- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em arte (artes visuais, dança, música, teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;

- Edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e as dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções;

- Compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos;

- Observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando, argumentando e apreciando a arte de modo sensível;

- Compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista;

- Buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artista, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais,

236

ilustrações, dispositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de culturas, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos presentes na história.

#### AVALIAÇÃO

Para atingir os objetivos propostos à formação dos sentidos, o acesso aos conhecimentos artísticos, e a produção e arrecadação artística a avaliação dessa área deverá ser fundamentada em uma avaliação formativa, contínua e diagnóstica, considerando que, cada trabalho do aluno evidencia:

- A experiência anterior, adquirida dentro ou fora da escola;
- Os conteúdos que aprendeu ou não;

O seu desenvolvimento e o seu progresso na área.

Desse modo, a cada avaliação o professor deverá analisar, ao mesmo tempo, a aprendizagem de cada aluno e do coletivo da turma, destacando os problemas que deverão ser resolvidos individualmente e aqueles que deverão ser retomadas com todos.

A avaliação deve ser objetiva contínua, de caráter dinâmico e cooperativo, considerando o aproveitamento do aluno em diferentes experiências de aprendizagem.

Os trabalhos dos alunos se constituem nos instrumentos para avaliação do conhecimento artístico adquirido, bem como, meio para a reorganização da ação pedagógica do professor.

Para desenvolver o sentido através das atividades artísticas, das diferentes formas de expressão e interação da realidade por parte do aluno a avaliação não é só trabalho, mas, domínio que vai adquirindo de organização destes conteúdos ou elementos formais na composição artística.

Este conhecimento deve possibilitar ao aluno:

237

1. Expressar sua leitura sobre a realidade humano-social no trabalho artístico.
2. Reconhecer e utilizar os diferentes sistemas de representação artística.
3. Fazer uma leitura na produção artística, a partir dos procedimentos que foram usados.

4. Ultrapassar a cópia, a imitação e os estereótipos de representação.

5. Superar os hábitos de percepção impostos socialmente, que tendem a ver objetos somente sob seus aspectos prático-utilitários.

Construir, a partir da sensibilidade estética, da imaginação e do conhecimento técnico, o trabalho artístico, permitindo que este venha a ser partilhado com os outros.

Estas questões pretendem evidenciar que o conhecimento é o mediador da relação aluno - produção artística e a avaliação como parte deste processo, deve possibilitar ao professor perceber em que medida houve a apropriação do conteúdo proposto.

Assim, cabe ao professor fazer o registro de tais resultados para que possa além de perceber os avanços obtidos, rever sua prática pedagógica, avaliando o aluno e se auto-avaliando no processo ensino-aprendizagem.

#### CIÊNCIAS

##### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Atualmente, as propostas oficiais da área de Ciências orientam para um currículo com função social que tem como meta uma escola democrática, onde se busca a igualdade de direitos, o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, o acesso ao conhecimento e o exercício da cidadania.

238

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a apropriação dos conceitos e procedimentos da área de Ciência deve contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, a compreensão dos fenômenos da natureza, a compreensão dos modos de intervir na natureza, a compreensão dos recursos tecnológicos, a reflexão das questões éticas e das relações entre tecnologia e sociedade. Para tanto, é fundamental superar a postura científica, fruto do processo histórico da área de Ciências que considera o conhecimento científico como algo pronto e acabado, sinônimo de instrumento teórico ou experimental, neutro, divorciado da reflexão sobre o significado ético dos conteúdos. A superação dessa postura pressupõe uma nova relação de ensino e aprendizagem, em que haja o reconhecimento da complexidade e provisoriidade do conhecimento, da participação construtiva do aluno e da importância do professor como interventor. Para a área de Ciências, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os

alunos e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-se nos eixos temáticos "Vida e Ambiente", "Ser Humano e Saúde", "Tecnologia e Sociedade" e "Terra e Universo".

O aprendizado é proposto de forma a propiciar aos alunos o desenvolvimento de uma compreensão do mundo que lhes dê condições de continuamente colher e processar informações, desenvolver sua comunicação, avaliar situações, tomar decisões, ter atuação positiva e crítica em seu meio social. Para isso, o desenvolvimento de atitudes e valores é tão essencial quanto o aprendizado de conceitos e de procedimentos. Nesse sentido, é responsabilidade da escola e do professor promover o questionamento, o debate, a investigação, visando o entendimento da ciência como construção histórica e como saber prático, superando as limitações do ensino passivo, fundado na memorização de definições e de classificações sem qualquer sentido para o aluno.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

239

Nesta relação, o ensino de Ciências não se resume na apresentação de definições científicas. As definições são os pontos de chegada do processo de ensino, o que se busca compreender ao final das investigações. Ampliando-se gradualmente as abstrações sistematizando idéias científicas mais estruturadas.

Atividades participativas como, por exemplo, pesquisa de campo, coleta de dados, seminários, painéis, desenvolvimento de projetos coletivos, etc. podem contribuir com esse processo no quais os procedimentos são essenciais. Merece ser ressaltado que as atividades e situações vividas no cotidiano escolar demandam uma reflexão sobre as atitudes e os valores que, de forma explícita ou não, estão presentes nas Ciências.

Nesse contexto de construção de uma aprendizagem significativa, a busca, a organização e a comunicação dos conhecimentos devem ser bastante variados, levando aos poucos os estudantes a ter uma autonomia em relação às observações, às experimentações, às leituras, às comparações, às suposições, ao estabelecimento de relações entre as idéias e os fenômenos, às elaborações de roteiros de pesquisa, à busca de informações em diversas fontes (desenhos, tabelas, gráficos, textos) e às proposições para solução de problemas. Ainda deve ser destacada a urgência de inserir no currículo de Ciências, temas de interesse social, que por sua relevância, precisam ser problematizados e analisados na escola. Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem a discussão em torno de temas como ética, meio ambiente, saúde, drogas e sexualidade. Estes temas denominados transversais devem permear a concepção, os

objetivos e as orientações didáticas da área de Ciências. Dessa forma, é fundamental numa proposta de seleção de conteúdos na área de Ciências, observar a compatibilidade desses conteúdos com o desenvolvimento intelectual dos alunos, bem como a valorização o senso comum que importa e interfere no conhecimento, a valorização do seu cotidiano, "uma vez que a riqueza de sua vivência contribui significativamente para o debate, o diálogo e a reelaboração dos conceitos de forma reflexiva" (ACC, 1992 p. 37) e a valorização dos significados dos conteúdos de acordo com o ponto de vista individual e social desse estudante.

240

Sendo assim, o professor necessita estar atento à construção de um currículo que permita detectar, por exemplo, falhas referentes à sua extensão, às habilidades propostas, à metodologia e avaliação usadas, pois segundo PEDRA (1993), currículo caracteriza-se como uma seleção de conhecimentos, atitudes, valores e modos de vida, presentes na cultura de uma determinada sociedade e que são considerados importantes para serem transmitidos às gerações sucessoras. A seleção de conteúdos deve estar de acordo com os seguintes eixos: Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde, Terra e Universo.

#### OBJETIVO

O Ensino de Ciências deverá situar e inserir o indivíduo no mundo físico (atmosfera, biosfera, litosfera e hidrosfera), intrinsecamente visualizado através dos aspectos históricos, científicos, tecnológicos e sociais.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- reconhecer a importância do ambiente, situando-se como agente interador e construtor de sua história e da biodiversidade, valorizando a vida humana como ponto de partida para a harmonia do ambiente;
- ter consciência do valor de sua existência e da saúde enquanto completo bem-estar físico, mental e social, através do conhecimento morfofisiológico do organismo humano, adquirindo hábitos alimentares saudáveis, higiênicos, comportamentais e de saneamento que culminem em saúde e longevidade das pessoas;
- compreender que as alterações ambientais e as modificações genéticas que ocorrem com os seres vivos, são decorrentes das ações humanas ou naturais;
- comparar os fatos da ciência com o cotidiano, entendendo que a mesma está em constante transformação;
- identificar e classificar os seres vivos como seres interdependentes nos diferentes meios, com o intuito de elucidar questões evolutivas das espécies;

241

- ter a capacidade de pesquisar, experimentar, formular hipóteses e prever seus resultados através da investigação científica.

### AVALIAÇÃO

A avaliação deve considerar o desenvolvimento das capacidades dos alunos com relação à aprendizagem de conceitos, de procedimentos e de atitudes.

A avaliação da aquisição dos conteúdos pode ser efetivamente realizada ao

se solicitar ao aluno que interprete situações determinadas, cujo entendimento

demande os conceitos que estão sendo aprendidos, ou seja que interprete uma

história, uma figura, um texto ou trecho de texto, um problema ou um experimento.

São situações que induzem também a realizar comparações, estabelecer

relações, proceder a determinadas formas de registro, entre outros procedimentos

que se desenvolveu no curso de sua aprendizagem. Desta forma, tanto a evolução

conceitual quanto a aprendizagem de procedimentos e atitudes estão sendo

avaliadas.

É necessário que a proposta de interpretação ocorra em suficiente número

de vezes para que o professor possa detectar se os alunos já elaboraram os

conceitos e procedimentos em estudo, se estão em processo de aquisição, ou se

ainda expressam apenas conhecimentos prévios.

Note-se que este tipo de avaliação não constitui uma atividade desvinculada

do processo de ensino e aprendizagem, sendo, antes, mais um momento desse

mesmo processo. Se considerar oportuno superar o ensino "ponto - questionário",

não apenas os métodos de ensino precisam ser revistos, mas, de modo coerente, os

meios e a concepção de avaliação.

### CONTEÚDOS

#### 1º ANO

##### EU UM SER NO AMBIENTE

- Corpo humano
- Identificar as partes do corpo e suas características externas
- Órgãos do sentidos
- Higiene pessoal
- Sexualidade

##### EU E O AMBIENTE

- Seres vivos (animais e vegetais)
- Ciclo vital
- A relação entre o homem e o meio ambiente

- A importância das áreas verdes e a saúde do ser humano

- Poluição e saúde

- O problema do lixo

- O ar e sua importância para os seres vivos

- A água: características, estados físicos e propriedades.

#### 2º ANO

- A vida no planeta Terra

- A água e o ar (saneamento básico)

- A luz e o calor

- Diferentes tipos de seres vivos

- Conhecendo os vegetais

- Conhecendo os animais

- Como são os seres humanos

- Como é o nosso corpo

- Alimentação e higiene

- Cuidados com o sol e vestuário adequado de acordo com a época do ano.

#### 242

#### 3º ANO

- O Universo: O conjunto dos astros (sol, lua e suas fases)

- A Terra - o planeta em que vivemos

- A Terra e seus movimentos

- O solo- tipos de solo, subsolo

- A água e os estados físicos

- O ar - composição e pressão atmosférica

- Os seres vivos: plantas e animais

- Plantas: partes e reprodução

- Os animais\_ Animais vertebrados: mamíferos, aves, anfíbios, répteis, peixes

- Animais invertebrados-

- Cadeia alimentar

- O corpo humano:

- Desenvolvimento do corpo

- As partes do corpo - sexualidade

- O esqueleto e os músculos

- Os órgãos do sentido

- Biodiversidade

- Ações coletivas de conservação da biodiversidade e da qualidade ambiental

4º ANO

- A água

- O ar

- Classificação dos vegetais e fotossíntese

243

- Alimentação dos animais

- As relações entre os seres vivos e o ambiente

- A alimentação humana

- A digestão humana

- A respiração, a circulação e a excreção humanas

- A tecnologia e os alimentos

- Produção de alimentos, economia e cultura

- Biotecnologias e condutas éticas

- Segurança alimentar

5º ANO

- Conhecendo o solo

- O sistema solar

- Convivência entre seres vivos

- A floresta Amazônica e a Mata Atlântica

- O cerrado - a caatinga e outros biomas

- A reprodução dos animais e das plantas

- A reprodução humana

- O sistema nervoso

- Prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis

- Formas e usos da energia

INCLUSÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

244

Conforme a PC/SC, 1998, p. 65, é a partir da última década, que o processo de integração, fruto da reflexão teórico-prática e do aprofundamento da concepção

245

histórico-cultural com ênfase nas contribuições de L. S. Vygotsky, conduzem a um

redimensionamento da concepção de integração.

Cabe destacar novamente, alguns temas que constituem o núcleo de sua

teoria e contribuem significativamente para a produção de novos significados no

processo de inclusão da pessoa com necessidades especiais:

- os processos psicológicos superiores;

- processo de conhecimento implica relação entre sujeito e o objeto a ser conhecido;

- a criança cujo desenvolvimento se complicou por um defeito não é sensivelmente

menos desenvolvida do que as normais, é uma criança com outro desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva desenvolvida pela rede municipal de

ensino, tem como finalidade proporcionar a apropriação do conhecimento e dos bens

culturais produzidos pela humanidade, através de currículo interdisciplinar,

trabalhando a diversidade, sendo esta, contextualizada social e historicamente,

adaptando o prédio, equipamentos e materiais didático-pedagógicos, investindo na

formação continuada dos educadores, para que estes possam bem atender aos

alunos portadores de deficiência mental leve, deficiência auditiva, deficiência visual,

deficiência física, e ainda, portadores de Condutas Típicas não agressivo contra

terceiros e portadores de Altas Habilidades.

O aluno cego, surdo ou deficiente mental leve, freqüentará um turno na

instituição e o outro de acordo com o atendimento especializado oferecido pela rede

municipal de ensino.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação oferecer de acordo com suas

possibilidades:

- intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, para alunos surdos;

- flexibilidade na correção das provas escritas, realizadas por aluno surdo,

valorizando o conteúdo semântico;

- materiais de informações aos professores para que se esclareça a

especificidade lingüística dos surdos;

- ampliação visual para o aluno de baixa visão e leitura em Braille, a partir

do 1º ano para o cego total;

246

- máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador,

sistema de síntese de voz, Internet e CD-Rom atualizados;

- fotocopidora que amplie textos;

- lupas, régua de leitura;

- espaço físico adequado, eliminando barreiras arquitetônicas e adaptação

das portas e dos banheiros para os deficientes físicos;

- construção de rampas com corrimãos e/ou colocação de elevadores,

facilitando a circulação de cadeira de rodas;

- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de

serviços;

- aos alunos portadores de altas habilidades, metodologias alternativas e

tecnologias adaptadas, que atendam à diversidade;



- serviço de atendimento e informação às famílias de alunos com necessidades educacionais especiais.

#### PARTE DIVERSIFICADA

A parte diversificada do currículo segue os referenciais - Temas Multidisciplinares contidos na Proposta Curricular de Santa Catarina e/ou Temas

Transversais - contidos nos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais e será

utilizada para contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da

Base Nacional Comum.

É composta pela Disciplina de Inglês a partir do 3º ano do Ensino Fundamental e pela Disciplina de Educação Ambiental e Turismo a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

#### INGLÊS

#### PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

247

O domínio de uma Língua Estrangeira (LE) se constitui em mais uma possibilidade de ampliação do universo cultural do aluno, possibilitando-lhe o acesso

e a apropriação de conhecimentos de outras culturas. Esse processo de

aprendizagem desenvolve no aluno estratégias importantes para o desenvolvimento

do pensamento e aquisição do conhecimento sistematizado. Segundo VYGOTSKY,

1989, p. 94, o desenvolvimento dos conceitos científicos, assim como o aprendizado

de uma LE, permitiria o desenvolvimento de várias funções intelectuais, em que há

uma relação dialética entre esta língua e a língua materna, uma vez que a criança

pode transferir para a nova língua o sistema de significados que já possui na sua

própria. O oposto também é verdadeiro - uma língua estrangeira facilita o domínio

das formas mais elevadas e a língua materna.

Quanto mais línguas o sujeito dominar, maior conhecimento sobre outras

culturas, para melhor compreender a sua e interagir com o seu meio. Aprender uma

LE é apropriar-se do outro.

O ensino da LE nas escolas, nesse momento histórico, o inglês, dá acesso à

ciência e a tecnologia moderna, à comunicação intercultural, ao mundo dos negócios.

Para que o ensino da LE tenha uma função formativa no sistema educacional, deve-se encontrar maneiras de garantir que essa aprendizagem deixe

de ser uma experiência decepcionante, levando a atitude fatalista de que língua

estrangeira não pode ser aprendida na escola.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Pensar o ensino de LE numa perspectiva histórica implica não pensá-lo em

separado de todo o processo educacional. Portanto, há de se considerar:

- O papel da LE precisa ser definido no plano político-pedagógico

da escola;

- A LE deve constituir-se num mediador de socialização do conhecimento e da cultura

de outros países e não mais de discriminação/distinção;

248

- O ensino de LE não deve estar voltado aos interesses hegemônicos dos países que

a exportam, mas aos interesses do aluno.

O trabalho com texto deve merecer especial atenção por parte do professor,

pois desenvolve as habilidades fala/escuta, leitura/escrita de forma integrada.

O aluno deve ser estimulado sobre o assunto a ser tratado através da leitura,

ele deve expor suas idéias com liberdade e por conseguinte ampliar o vocabulário e

o uso do dicionário deve ser introduzido desde o começo das atividades, visto que o

professor lê o diálogo, com influência natural, visando entonação e pronúncia

correta. Se necessário, o professor deve repetir a leitura para que os alunos possam

familiarizar-se com as palavras e as expressões usadas.

#### OBJETIVO GERAL

Oferecer aos alunos a partir do 3º. Ano do ensino fundamental condições de

treinar sistematicamente estruturas básicas da Língua Inglesa e adquirir, passo a

passo o domínio de parte desse idioma tão importante no mundo atual.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao educando habilidades para que possa usar o inglês em situações concretas.

- Favorecer a integração e a compreensão de outra cultura

- Desenvolver uma visão mais ampla da cultura e da língua estrangeira, fazendo com

que o educando mude sua percepção do mundo.

- Estimular o educando a perceber a sua importância como um instrumento de comunicação universal.

- Construir conhecimento sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar

a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da

língua materna.

249

- Identificar no universo que o cerca as línguas estrangeiras que cooperam nos

sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo

plurilíngüe e compreendendo o papel hegemônico que algumas línguas

desempenham em determinado momento histórico.

#### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o porquê de estudar uma LE e estabelecer o seu papel enquanto

sujeito da aprendizagem dentro deste contexto;

- Conviver com a aprendizagem, utilizando-se desta como fonte

de lazer e informação;  
- Conhecer e fazer uso da LE como instrumento de acesso às culturas, comparando, analisando e valorizando sua própria língua.

#### AVALIAÇÃO

Cabe ao professor organizar seu trabalho com um planejamento que já de início torne claras as metas, os objetivos e as ações. Se assim o fizer, ao observar o processo ensino-aprendizagem, permitirá que a avaliação se torne consequência do que foi trabalhado e não um fim em si, sendo em novo ponto de partida para o planejamento seguinte das ações.  
É um processo que se desenvolve em etapas sucessivas, e é um dos componentes mais importantes do processo ensino aprendizagem e ela não se resume em provas, trabalhos, mas também das observações. A avaliação contínua é que vai garantir o processo de direcionar o professor, o importante é que cada aluno tenha a garantia de sua oportunidade de realizar tarefas adequadas às dificuldades detectadas, sob a orientação direta ou indireta do professor.

#### CONTEÚDOS

3o ANO

Greetings

Colors

My family

Numbers (0 a 12)

Fruits

Animals

Toys

Means of transport

Adjectives: good, bad, delicious, excellent

Adjectives: little, big

Adjectives: new, old

Human body

Days of the week

Months of the year

School objects

4o ANO

Greetings

Colors

My family

Numbers (13 a 50)

In the town

In the classroom

What is your name

250

Fruit

Animals

Toys

Means of transport

Human body

Days of the week

Months of the year

School objects

Dialogues

Adjectives - opposites

5o ANO

Greetings.

O fruit.

What is your name

My friends

My family

Fruit

Animals

Numbers (50 a 100)

Occupations

Sports

My house

My school

Human body

251

Verb to be - affirmative, negative, and, interrogative form

What time is it?

Seasons of the year

Ordinal numbers

Days of the week

Months of the year

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

CONTEÚDOS CURRICULARES

LÍNGUA PORTUGUESA

PRESSUSPOSTOS TEÓRICOS

LINGUAGEM: Espaço e resultado da interação humana.

252

O caráter histórico e, portanto, mutável da sociedade gera transformações

teóricas nas diversas ciências.

O ensino de Língua Portuguesa tem passado, nos últimos anos, por muitas

mudanças que refletem uma tendência metodológica pensada a partir da concepção

de língua como uma forma de interação social.

É indispensável que esse ensino se fundamente no conhecimento sobre as

relações entre linguagem e sociedade, revelando os pressupostos sociais e

lingüísticos dessas relações, para que seja um ensino, realmente, competente e

comprometido com a Escola.

As condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e escrita

considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as

contribuições de outras áreas como a psicologia da aprendizagem, a psicologia

cultural e as ciências da linguagem.

Dois enfoques norteiam a transversalidade em Língua Portuguesa: -caráter intrínseco de ser ela um instrumento de intervenção social e

253

-a língua como instrumento de representações, concepções e valores socioculturais.

Todos eles encaixam-se em conteúdos que podem ser trabalhados em

situações de reflexão sobre a língua, com o objetivo de conhecer e analisar

criticamente os usos da mesma como veículo de valores e preconceitos de classe,

credo, gênero e etnia, explicitando, por exemplo, a forma tendenciosa com que

certos textos tratam questões sociais e étnicas, as discriminações veiculadas por

meio de campanhas de saúde, os valores e as concepções difundidas pela

publicidade, etc.

Nesse sentido, a Língua Portuguesa oferece inúmeras possibilidades de

trabalho com os temas transversais, uma vez que está presente em todas as

situações de ensino e aprendizagem e serve de instrumento de produção de

conhecimentos em todas as áreas e temas.

Há uma evidente inter-relação entre linguagem e sociedade, já que são

realidades inseparáveis. De um lado, é o trabalho que se constitui pela linguagem, ao

mesmo tempo em que a constitui. Por outro lado, a linguagem é também trabalho,

resultado de um processo das atividades humanas, sociais e históricas dos sujeitos.

Portanto, o domínio da linguagem tem estreita relação com a possibilidade de plena

participação social. Desse modo, espera-se que cada aluno se torne capaz de

interpretar diferentes aspectos da linguagem que circulam socialmente, de assumir a

palavra e, como cidadão, de produzir textos e linguagem eficazes nas mais

diferentes situações.

Os processos de linguagem são processos histórico-sociais, conseqüentemente, sociedade e linguagem não são vistas de forma independente:

elas se constituem mutuamente.

Convém salientar que a linguagem possibilita ao homem a apreensão do

mundo exterior e lhe dá condições para entendê-lo e se posicionar criticamente

perante os outros, tornando-se o agente transformador na sociedade. É na

interlocução, espaço de produção de linguagem e de constituição de sujeitos, que a

linguagem se renova, se altera, garante sua existência e sua significação.

254

Deve-se entender que a linguagem reproduz a realidade e que a realidade é

reproduzida pela mediação da linguagem. Não poderia existir sociedade e indivíduo

sem linguagem, pois ela reproduz o mundo, submetendo-o à sua própria

organização.

Produzir linguagem significa produzir discursos. Significa dizer alguma coisa

para alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico. Isso

significa que as escolhas feitas ao dizer, ao produzir um discurso, não são aleatórias

- ainda que possam ser inconscientes - mas decorrentes das condições em que

este discurso é realizado.

Na escola, tem-se a possibilidade de realizar um trabalho com a língua viva,

ou seja, língua enquanto interação, e também um trabalho sistemático com os

componentes gramaticais.

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania

precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade do uso eficaz da

linguagem que satisfaça necessidades pessoais - que podem estar relacionadas às

ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da

reflexão.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

É importante que o trabalho com texto esteja incorporado às práticas

cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento.

Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário.

Segundo o enfoque sociohistórico "o professor tem uma grande responsabilidade, pois ele não mais apenas fornece estímulos, mas é alguém que vai atuar sobre a zona de desenvolvimento proximal, via linguagem, via diálogo, fazendo com que o aluno se desenvolva cada vez mais" (Maria Tereza de Assunção Freitas, 1994).

255

O aluno precisa ver, no texto, algo que ele consiga relacionar com a sua realidade para que, associando tudo o que o envolve e integrando-se com o mundo, possa manter com este uma relação dialética. Da mesma forma, o professor deve despertar no aluno o gosto pela leitura, trabalhando com os mais variados textos, inclusive os problemáticos, pois assim o aluno poderá aprimorar suas habilidades de análise e crítica.

Para Vygotsky, teórico da área de psicologia, a origem da linguagem e do pensamento é de ordem social e, dessa forma, o individual e o social devem ser concebidos como elementos mutuamente constitutivos de um todo. Neste sentido, o desenvolvimento cognitivo é uma aquisição cultural que ocorre a partir de transformações internalizadas de padrões sociais de interação interpessoal. O trabalho do professor deve, portanto, contextualizar o texto, estabelecendo relações com a vivência do estudante e, dessa forma, fazer com que ele se veja ou veja o mundo refletido no texto e sobre o texto.

#### GRAMÁTICA

O ensino da Língua Portuguesa, pelo que se pode observar em suas práticas habituais, tende a tratar esse assunto como se fosse um conteúdo em si, não como meio para melhorar a qualidade da produção linguística. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano - uma prática pedagógica que vai da metalinguística para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização da nomenclatura. Em função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a verdadeira questão é para que e como ensiná-la. A gramática sempre foi considerada a parte mais árdua do trabalho do professor. Porém, deve-se, sempre que possível, abordá-la de

maneira que o aluno possa desenvolver habilidades cognitivas (como raciocínio lógico) para poder compreender a estrutura linguística de sua língua materna.

#### PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE TEXTO

256

A produção de texto é a síntese do trabalho realizado por alunos e professores. De acordo com Bakhtin (Freitas, op. cit., 1994) "Não há possibilidade de chegar ao homem e sua vida, senão através de textos sígnicos criados ou por criar".

Dessa forma, a redação deverá ser feita a partir de um texto, como resposta ou tomada de posição com relação a ele. O aluno deverá poder expressar-se com liberdade, produzindo, então, o seu próprio texto, mas sempre levando em conta quem é seu interlocutor, qual a sua visão de mundo e qual a situação que os envolve.

No entanto, a produção de texto não é uma atividade que se esgota em si mesma. Sempre que possível, o texto deve ser repensado, reelaborado, aprimorado, com a supervisão e ajuda do professor.

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos

escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever.

Sendo assim, o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir os alunos

ou afastá-los do que se pretende. Ao contrário, é preciso aproximá-los,

principalmente quando são iniciados "oficialmente" no mundo da escrita por meio da

alfabetização. Afinal, esse é o caminho que deverão trilhar para se transformar em cidadãos da cultura escrita.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Esta proposta é permeada pela concepção sócio-interacionista de linguagem, cujo enfoque fundamental é a interação verbal como produção de linguagem e dos sujeitos.

O professor deverá trabalhar com os usos da linguagem (atividades linguísticas) e com atividades de operação e reflexão (atividades epilinguísticas)

257

para, posteriormente, chegar a um trabalho de sistematização gramatical (atividades metalinguísticas).

Deve-se convir que apresentar a metalinguagem (a linguagem explicando a própria linguagem) só faz sentido no momento em que o aluno souber operar com a linguagem de modo eficaz, isto é, "dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, entendendo e produzindo

enunciados, percebendo as diferenças entre uma forma de expressão e outra". (Geraldi, 1981).

Trabalhar a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da concepção sócio-interacionista é concretizar no ensino o sentido histórico da produção do conhecimento. Tal encaminhamento leva-nos a reafirmar que o "trabalho lingüístico é contínuo, realizado por diferentes sujeitos, em diferentes momentos históricos, em diferentes formações sociais..." (Geraldi, 1991). É preciso, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, uma reflexão sobre a linguagem, isto é, sobre as ações lingüísticas praticadas nas interações. Nesse sentido, caberá ao professor se valer dos usos lingüísticos que a criança já manifesta na sua produção oral e escrita, para promover essa reflexão, visando à ampliação da competência lingüística dos alunos.

Pela mediação, o professor se utilizará dos saberes anteriores do aluno para ancorar os novos saberes e, para tanto, colocará o texto do aluno como centro e como ponto de partida para outros trabalhos. Num movimento dialético, o ponto de partida é o conhecimento que o aluno já domina e de que se utiliza para expressar sua visão sobre a realidade, e é o ponto de chegada provisório, pois se transforma num outro ponto de partida - é o acréscimo de novas determinações que enriquecem as anteriores. Todo aluno, após um período de escolarização, traz consigo um conhecimento lingüístico adquirido nas séries anteriores, bem como a interação com seu grupo social.

O conteúdo de ensino, a utilização de princípios teórico-metodológicos e a escolha de procedimentos adequados serão decisivos para a incorporação de novos saberes pelo aluno.

O objeto da educação é a socialização do saber, e cabe à escola identificar os elementos culturais que se constituem como essenciais para que o homem exerça,

258

conscientemente, sua cidadania como agente transformador da realidade. Cabe, também, a ela identificar a maneira de atingir essa meta.

Um encaminhamento metodológico é eficaz na medida em que oportuniza o saber de maneira diversificada, isto é, permite a realização de atividades que possibilitem a vivência, pois é através dela que se dá a construção dos significados do conhecimento. Outra condição que se impõe é a constante retomada do conhecimento, através de instrumentos variados: falando, ouvindo, lendo, dramatizando, produzindo nas diferentes linguagens, individualmente, em pequenos e grandes grupos. O texto do aluno é visto em constante elaboração, permitindo modificações e reformulações.

No ensino da língua, o texto do aluno revela o processo existente

na produção, desvelando a construção e a elaboração presentes na escrita. Nesse processo, não apenas o professor "fala" sobre a língua, mas professor e aluno "operam" sobre as operações lingüísticas.

São, pois, tanto as interações assimétricas - professor / aluno ou aluno mais experiente / aluno - quanto as interações simétricas - aluno / aluno - que vão ampliar as experiências sobre a língua.

No processo de produção escrita, estão presentes as práticas de leitura e análise lingüística. A leitura é o grande suporte para a produção textual, na medida em que oportuniza ao aluno a ampliação de seu conhecimento e a compreensão crítica da realidade. Pela análise lingüística, possibilita-se a exploração dos mecanismos que regem a língua e, através dessa prática, dão-se as condições para o domínio de tais mecanismos. É no exercício da linguagem que o aluno vai fundamentando-se para, gradativamente, ir incorporando as normas que regem sua língua.

#### Domínio da Língua Oral

- relatos (experiências pessoais, histórias familiares, brincadeiras, acontecimentos, eventos, textos literários ou informativos, programas de TV, filmes, entrevistas, etc.)
- debates (assuntos lidos, acontecimentos, situações polêmicas, contemporâneas, filmes, programas, etc.)

- criação (histórias, quadrinhas, piadas, charadas, adivinhações, etc.)

#### a) No que se refere às atividades da fala:

- clareza na exposição de idéias;
- seqüência na exposição de idéias;
- objetividade na exposição de idéias;
- consistência argumentativa na exposição de idéias;
- adequação vocabular.

#### b) No que se refere à fala do outro:

- reconhecer as intenções e objetivos;

259

- julgar a fala do outro na perspectiva da adequação às circunstâncias, da clareza e consistência argumentativa.

#### c) No que se refere a aspectos da gramática tradicional:

- estudo do substantivo: próprio - comum;
- gênero: masculino - feminino;
- grau: aumentativo - diminutivo;
- artigo: definido - indefinido;
- adjetivo;
- numeral: cardinal - ordinal.

#### Domínio da Leitura

- Prática de leitura de textos informativos e ficcionais curtos e longos.

#### a) No que se refere à interpretação:

- identificar as idéias básicas apresentadas no texto;
- reconhecer nos textos as suas especificidades (texto narrativo ou informativo);
- identificar o processo e o contexto de produção;
- confrontar as idéias contidas no texto e argumentar com elas;
- atribuir significado(s) que extrapolem o texto lido;



- proceder à leitura de contraste (vários textos sobre o mesmo tema; o mesmo tema em linguagens diferentes; o mesmo tema tratado em épocas diferentes; o mesmo tema sob perspectivas diferentes).

b) No que se refere à análise de textos lidos:

- avaliar o nível argumentativo;

- avaliar o texto na perspectiva da unidade temática;

260

- avaliar o texto na perspectiva da unidade estrutural (paragrafação e recursos coesivos).

c) No que se refere à mecânica da leitura:

- ler com fluência, entonação e ritmo, percebendo o valor expressivo do texto e sua

relação com os sinais de pontuação.

Domínio da Escrita

a) No que se refere à produção de textos:

- produção de textos ficcionais (narrativos);

- produção de textos informativos.

b) No que se refere ao conteúdo:

- clareza;

- coerência;

- argumentação.

c) No que se refere à estrutura:

- preposições;

- pronomes;

- conjunções;

- colocação pronominal;

- adjuntos adverbiais;

- verbos;

- processos de coordenação e subordinação na construção das orações;

□ uso de recursos coesivos (conjunções, advérbios, pronomes);

- organização de parágrafos;

- pontuação.

d) No que se refere à expressão:

- adequação à norma padrão (concordância verbal e nominal, regência verbal e

nominal, conjugação verbal).

e) No que se refere à organização gráfica dos textos:

- ortografia; acentuação;

- recursos gráficos visuais (margem - título)

f) No que se refere a aspectos da gramática tradicional:

- pronomes;

- conjunções;

- funções morfológicas do "que" e do "se";

- colocação pronominal;

- reconhecer e refletir sobre a estruturação do texto;

- os recursos coesivos;

- a conectividade seqüencial;

- a estrutura temática;

261

- refletir e reconhecer sintáticas centrais: sujeito, objeto direto, objeto indireto e

predicativo;

- reconhecer as categorias sintáticas - os constituintes: sujeito e

predicado, núcleo e

especificadores;

- a posição na sentença do sujeito, verbo e objeto e as possibilidades da inversão;

- a estrutura da inversão com verbos ser, ter e haver;

- a sintagma verbal nominal e sua flexão;

- a complementação verbal: verbos transitivos e intransitivos;

- as sentenças simples e complexas;

- coordenação e subordinação;

- complemento nominal;

- apostro e vocativo;

- vozes verbais;

- agente da passiva;

- crase;

- verbos defectivos e abundantes;

- regência verbal;

- colocação pronominal;

- concordância nominal;

- concordância verbal;

- orações subordinadas adjetivas;

- orações subordinadas adverbiais;

- orações subordinadas substantivas;

- orações reduzidas;

- figuras de linguagem;

- vícios de linguagem.

## HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

262

Aprimoramento nas capacidades de: ouvir, falar, ler e escrever pelas

habilidades:

- capacidade de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português,

reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o

preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos

socialmente favorecidos;

- aumento da capacidade de reconhecer as intenções do enunciador, sendo capaz

de aderir às posições ideológicas sustentadas em seu discurso ou de recusá-la;

- saber selecionar textos segundo seu interesse e necessidades;

- capacidade de aprimorar-se nos instrumentos de natureza procedimental e

conceitual necessários para a análise e reflexo lingüística (delimitação e identificação

de unidades, compreensão das relações estabelecidas entre as unidades e das

funções discursivas associadas a elas no contexto);

- integração e síntese de informações, expressando-as em linguagem própria,

oralmente ou por escrito;

- delimitação de problemas levantados durante a leitura e a localização das fontes de

informação pertinentes para resolvê-lo;

- receptividade a textos que rompam com seu universo de expectativas, por meio de

leituras desafiadoras para sua condição atual, apoiando-se em marcas formais do

próprio texto ou em orientações oferecidas pelo professor;

- seleção de procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses;

- uso de inferências pragmáticas para dar sentido a expressões que não pertencem a

seu repertório lingüístico ou estejam empregadas de forma não usual em sua

linguagem;

- extração de informações não-explicitadas, apoiando-se em deduções;

263

- reconhecimento da retribuição complementar dos elementos não-verbais (gestos, expressões faciais, e postura corporal);

- ampliação progressiva do conjunto de conhecimentos discursivos semânticos e gramaticais na construção;

- desenvolvimento da capacidade de construir um conjunto de expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos da forma e da função do texto), apoiando em seus conhecimentos prévios sobre gênero, suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais - recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio, etc.);

- troca de impressões com outros leitores a respeito dos textos e/ou obras lidas, posicionando-se diante da crítica, tanto a partir do próprio texto como de sua prática enquanto leitor;

□ monitoramento de seu desempenho oral, levando em conta a intenção comunicativa e a reação dos interlocutores, reformulando o planejamento prévio, quando necessário;

□ redação de diferentes tipos de texto, estruturando-os de maneira a garantir a continuidade temática;

- capacidade de aderir ou recusar as posições ideológicas que reconhecem nos textos que lê;

- compreensão da leitura em suas diferentes dimensões - o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler;

- treino de escolhas de elementos lexicais, sintáticos, figurativos e ilustrativos ajustando-as às circunstâncias, formalidades e propósitos de interação;

- utilização (com propriedade e desenvoltura) dos padrões de escrita em função das exigências do gênero e das condições de produção;

- aquisição do hábito de analisar e revisar o próprio texto em função dos objetivos estabelecidos, da intenção comunicativa e do leitor a que se destina, redigindo tantas quantas forem as versões necessárias para considerar o texto produzido bem escrito;

264

- formação de constituir um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento da linguagem e sobre o sistema lingüístico, relevantes para as práticas de escuta, leitura e produção de textos.

## CONTEÚDOS

### 6º ANO

- Uso do dicionário
- Sinônimos e antônimos
- Estrutura e funcionamento da língua
- Fonema, letra
- Sílabas
- Frase: uma combinação de palavras
- Parágrafo e texto

- Pesquisa extraclasses
- Acentuação gráfica
- Conceitos preliminares - a palavra e sua sílaba tônica
- Acentuação das monossílabas
- Acentuação das oxítonas
- Acentuação das paroxítonas
- Acentuação das proparoxítonas
- Acentuação dos ditongos abertos
- Acentuação das vogais - vogais i e u nos hiatos
- Classes gramaticais
- Substantivos
- Adjetivo
- Artigo
- Numeral
- Pronome
- Pronomes pessoais
- Pronomes possessivos
- Pronomes demonstrativos
- Verbo
- Variações da forma verbal: pessoa, número e tempo
- Tempos verbais
- Modos verbais
- Conjugações verbais

### 7º. ANO

- Substantivo, adjetivo, artigo e numeral
- O substantivo e suas flexões
- Classificação dos pronomes
- Pronomes pessoais
- Pronomes de tratamento
- Pronomes possessivos
- Pronomes demonstrativos
- Pronomes indefinidos
- Pronomes interrogativos
- Verbo
- Pessoa e número verbal
- Modo verbal
- Estrutura das formas verbais
- Formas nominais
- Verbo regular e verbo irregular
- Conjugação verbal
- Tempos do modo indicativo
- Tempos do modo subjuntivo
- Acentuação gráfica

265

- Regras gerais de acentuação
- Acentuação dos verbos ter e vir
- Acentuação dos verbos, crer, ler, ver e dar
- Acento diferencial
- Casos particulares de acentuação gráfica
- Trema
- Variação lingüística
- Variação histórica
- Variação geográfica
- Variação sociocultural
- Variação situacional
- A palavra na oração
- Conceito de oração
- Função sintática
- Sujeito e predicado
- Sujeito - classificação
- Sujeito simples e composto
- Predicado - conceito
- A relação do sujeito - verbo
- Sujeito indeterminado
- Sujeito oculto

- Tipos de verbo
- Classificação do predicado
- Preposição
- Principais preposições
- Verbo transitivo e verbo intransitivo
- Objeto direto
- Objeto indireto

266

8º ANO

- Plural das palavras compostas
- Plural dos substantivos compostos
- Plural dos adjetivos compostos
- A palavra na oração
- Funções sintáticas
- Termo e núcleo
- Classificação do sujeito
- Sujeito indeterminado
- Oração sem sujeito
- Complementos verbais
- Transitividade verbal ( classificação dos verbos)
- Pronomes pessoais retos e pronomes pessoais oblíquos
- Classificação geral dos pronomes pessoais
- Predicativo do sujeito
- Predicativo do objeto
- Tipos de predicativo
- Estudo da palavra
- Vozes verbais: o comportamento do sujeito
- Tipos de voz passiva
- Agente da passiva
- Transformação da voz ativa em passiva
- Aposto
- Vocativo

9º ANO

- Elementos estruturais da palavra - os morfemas
- Radical
- Desinências
- Vogal temática

267

- Prefixo e sufixo
- Formação das palavras
- Como surgem as palavras de um idioma
- Tipos de derivação
- Tipos de composição
- Verbos regulares
- Verbos irregulares
- Flexão dos verbos irregulares
- Formação do imperativo
- Imperativo afirmativo
- Imperativo negativo
- A oração no período
- O conceito de período
- Orações coordenadas
- Tipos de orações coordenadas
- Classificação das orações coordenadas sindéticas
- A vírgula entre as orações coordenadas
- Período composto por subordinação
- Orações subordinadas substantivas
- Classificação das orações subordinadas substantivas
- A vírgula nas orações subordinadas substantivas
- A conjugação nas orações substantivas
- Pronome relativo
- Emprego dos pronomes relativos
- Orações subordinadas adjetivas
- Classificação das orações subordinadas adjetivas

- A pontuação nas orações adjetivas
- Orações subordinadas adverbiais
- Classificação das orações subordinadas adverbiais
- A vírgula nas orações adverbiais

268

- Concordância verbal
- Concordância do verbo com o sujeito simples
- Concordância do verbo com o sujeito composto
- Concordância do verbo ser
- Verbo + se
- Verbos impessoais
- Concordância nominal
- Regra geral
- Concordância do adjetivo com mais de um substantivo
- Palavras - meio, mesmo e bastante
- Expressões - é bom, é proibido e é necessário
- Regência verbal

### AVALIAÇÃO

269

A avaliação deverá estar a serviço do aluno que se socializa e transforma-se, na escola que busca constantemente aperfeiçoar-se e adaptar-se aos novos paradigmas. Da mesma forma, pressupõe-se que a avaliação também pode e deve ser modificada sempre que não apresentar resultados satisfatórios. O professor, como mediador dessa avaliação, deve estar consciente e ter clareza do processo de aprendizagem, ou seja, a avaliação tem que ser em conformidade com os objetivos propostos, com sua forma de ensinar e avaliar. O processo avaliativo deve ser global e sistemático, isto é, deve se avaliar os avanços que correram durante todo o processo, na oralidade e na escrita, independente do conteúdo programático. Assumindo a postura de um orientador, e não de avaliador, o professor deve comentar, discutir e sugerir. Não deve apenas ler com o objetivo de avaliar ( medir - mensurar), mas levar o aluno a perceber que o texto que ele produziu " faz parte da realidade exterior e que adquirir significado e organização a partir de uma realidade

270

interior. E escrever significa reorganizar a realidade exterior sob o prisma da realidade interior". ( Sargentin, 1992). O aluno, então, deve reconhecer que a escrita é a expressão de seu interior e, antes de mais nada, o que ele escreve é para si mesmo. Embora a escrita seja a sua própria expressão, o aluno quando produz um texto visualiza um destinatário, alguém capaz de lê-lo e compreendê-lo. Devemos estar aptos a situar com clareza os instrumentos e objetivos que demonstram, realmente, a evolução do aluno, no processo do ensino aprendizagem, justamente porque a construção do conhecimento ocorre com o desenvolvimento de

múltiplas habilidades simultaneamente. Se quisermos formar um homem com consciência crítica, com capacidade de formar um pensamento lógico e independente, é necessário que este ser seja avaliado permanente e mutuamente ( professor-aluno-professor). Dentro da abordagem sócio-cultural que Vygotsky (1989) defende, que a avaliação deve ser feita de forma que o aluno se auto-avalie, percebendo suas dificuldades, corrigindo seus erros e avançando progressivamente no processo do domínio da escrita e da leitura.

Essa auto-avaliação, aprendida aos poucos, contribui para o desenvolvimento da consciência crítica do aluno, tornando-o, com o apoio da escola e do professor, um ser humano livre e responsável.

## MATEMÁTICA

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Faz parte da vida de todas as pessoas nas experiências mais simples como contar, comparar e operar quantidades. Também é

271

um instrumento importante para diferentes áreas do conhecimento, por ser utilizados em estudos tanto ligados às ciências da natureza como às ciências sociais e por estar presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes. Essa potencialidade do conhecimento matemático deve ser explorada, da forma mais ampla possível, no ensino fundamental. Para tanto, é importante que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana, atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares.

A Matemática é também componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais os cidadãos devem se apropriar. É a ciência das relações, uma vez que o seu desenvolvimento está diretamente ligado com a representação das relações sociais (homem/homem) e naturais (homem/natureza). Tais relações são formalizadas através da linguagem matemática, explicitadas em conteúdos que contemplam o momento histórico que permeia as diferentes áreas do conhecimento.

O fato de considerar a Matemática pronta e acabada implica a imposição do conteúdo por um professor que supõe dominá-lo plenamente a um aluno passivo, receptor de um conjunto de regras criadas por mentes privilegiadas. Essa concepção, que tem norteado o ensino da Matemática, coloca-a cada vez mais distanciada do processo histórico - social, pois a Matemática não é "olhar para as coisas prontas e definitivas", mas a apropriação de um conhecimento pelo aluno, que através dele, passará a compreender o mundo e transformar a sua realidade. Considerando que a função da escola é socializar o conhecimento sistematizado, é preciso ter uma proposta curricular que evidencie e possibilite a compreensão das relações sociais, das diversas relações existentes no interior da própria ciência matemática e as relações entre ela e as demais ciências. Portanto, nenhum currículo pode ser concebido como definitivo. Ele acompanha as necessidades sociais, as mudanças e as inovações tecnológicas.

272

No ensino da Matemática, devem-se levar em consideração dois aspectos básicos: um consiste em relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras); outro consiste em relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos. Uma das articulações fundamentais é estabelecida com a língua, que deve ser estimulada, pois a Matemática possui uma linguagem simbólica. Como as demais linguagens formais, a Matemática compartilha da oralidade da língua materna, impregnando-se dela de uma forma essencial. Ao considerar na matemática os aspectos ontogenético (desenvolvimento do homem nas relações sociohistóricas) e epistemológico (desenvolvimento da ciência enquanto ciência), possibilitamos aos homens a sua participação e interação na sociocultura. Só assim, a educação matemática, articulada às demais ciências, poderá garantir um de seus principais objetivos, que é a inserção dos homens no processo sociocultural, mediatizando a compreensão da realidade. Mudar apenas os conteúdos matemáticos selecionados e organizados numa proposta curricular não significa mudar o ensino; deve-se levar em conta a relevância social e a contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno. O conhecimento matemático deve ser apresentado, como um conhecimento historicamente construído e em constante evolução. O fato de a linguagem matemática ser instrumento para as demais ciências estimula o desenvolvimento da mesma, dando-lhe suporte e facilitando a sua articulação com elas. Além de que, pela própria natureza histórica do conhecimento matemático, reafirma a sua posição de ciência dinâmica. Outra forma de articulação se dá através da História, já que a

Matemática é histórica e, como as demais ciências, não é um corpo de conhecimento estático, porque sua evolução se dá a partir das necessidades sociais e no sentido de afirmar as suas posições internas, contribuindo constantemente no desenvolvimento da sua própria história. Percebe-se, assim, que de acordo com a necessidade de se construir um conhecimento matemático que dê conta de explicitar o momento histórico vivido pelo homem, a Matemática pode assumir caráter ecológico ou bélico.

273

Isto vai depender da relação que se faz entre o conhecimento e o seu significado social.

A partir deste entendimento, o homem será agente desse processo de

produção do conhecimento matemático, instrumentalizando-se para uma maior

compreensão de sua inserção na realidade social.

O homem produz a sociedade pela qual é produzido. Em decorrência do

processo de humanização, a cultura, a ciência e, conseqüentemente, a Matemática

são historicamente produzidas, uma vez que estas não existem fora do homem ou da

sociedade.

Podemos então, a partir da análise de determinados pressupostos -

sociológicos, epistemológicos e filosóficos -, em diferentes momentos históricos,

chegar a uma melhor compreensão das concepções presentes na evolução da

produção matemática.

Deste modo, ao assumir uma concepção transformadora no ensino, através

de um tratamento metodológico que privilegie a visão articulada da Matemática, isto

é, a apropriação do significado amplo dos conteúdos matemáticos (nos aspectos

político, social, econômico, pedagógico e histórico), terá explicitadas as suas

relações, com a visão de totalidade.

Assim, um currículo de Matemática deve procurar contribuir, de um lado, para

a valorização da pluralidade sociocultural, impedindo processo de submissão no

confronto com outras culturas; de outro, criar condições para que o aluno transcenda

um modo de vida restrito a um determinado espaço social e se torne ativo na

transformação de seu ambiente.

A compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais

também dependem da leitura e interpretação de informações complexas, muitas

vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos

meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania, é necessário saber

calcular, medir, relacionar, argumentar, tratar informações estatisticamente, etc.

Da mesma forma, a sobrevivência numa sociedade que, a cada dia, torna-se

mais complexa, exigindo novos padrões de produtividade, depende

cada vez mais de conhecimento.

274

O mundo do trabalho requer pessoas preparadas para utilizar diferentes

tecnologias e linguagens, instalando novos ritmos de produção, de assimilação

rápida de informações, resolvendo e propondo problemas.

Para tanto, o ensino da matemática prestará sua contribuição à medida que

forem exploradas metodologias que priorizem a criação de estratégias, a

comprovação, justificativa, a argumentação, o espírito crítico, e favoreçam a

criatividade, o trabalho coletivo, a iniciativa e a autonomia advinda do

desenvolvimento da confiança na própria capacidade de conhecer e enfrentar

desafios.

É importante destacar que a Matemática deverá ser vista pelo aluno como um

conhecimento que pode favorecer o desenvolvimento do seu raciocínio, de sua

capacidade expressiva, de sua sensibilidade estática e de sua imaginação.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O objetivo do ensino a ser desenvolvido nas escolas deve ser a transmissão/assimilação/apropriação do conhecimento historicamente

acumulado, dentro de uma perspectiva crítica que possibilite a transformação

do modo de

produção da sociedade.

Esse conhecimento deve ser refletido pelo professor, no âmbito do processo

histórico no qual ele foi produzido. Tal procedimento remeterá à produção de um

novo conhecimento pedagógico necessário a uma educação crítica - o repensar da

prática docente.

Deverá, portanto, o professor levar o aluno à conscientização das situações

reais que o envolvem, contribuindo na construção do espírito crítico necessário ao

cidadão que se desenvolve na instituição escolar. O professor, entendendo sua aula

de Matemática como espaço para a formação do indivíduo contextualizado e crítico,

estará agindo conforme as atuais tendências pedagógicas e preparando o indivíduo

para a vida cidadã.

275

As reflexões sobre a sociedade e, em particular, sobre a criança, fazem-nos

pensar, também, no processo de aquisição de conhecimento, o que tem contribuído

para as modificações das metodologias de ensino.

O processo de reelaboração, e conseqüente evolução do conhecimento

matemático, é influenciado por diversos fatores que, apesar de externos à ciência

matemática, acabam por influenciar seu desenvolvimento internamente. "A

matemática cresce por um processo de críticas sucessivas, de



refinamentos de teorias e do progresso de teorias conflitantes” (Lakatos, 1989). Os aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, a busca pela satisfação das necessidades tem impulsionado, historicamente, o homem a conquistar o conhecimento que irá instrumentalizá-lo para a transformação da natureza, da sociedade e de si mesmo. A compreensão desse processo aponta para o homem as possibilidades de alterações de estruturas sociais. Da constatação de possíveis questionamentos das teorias já existentes sobre este conhecimento, com o intuito de resolver suas próprias dúvidas, o homem vai abstraindo determinados conceitos ou até mesmo elaborando novas teorias que, renovadas, ensejarão a necessidade de novos instrumentos, num processo dinâmico. De acordo com TENÓRIO, 1989, a Matemática, como qualquer ciência, é o resultado de múltiplas e complexas determinações que ocorrem nas sociedades humanas e na sua história. Em outras palavras, a Matemática vai ser produzida ou construída de forma intimamente articulada com a produção das condições materiais da existência do homem. Da interação do homem com a natureza, ressalta-se a importância da cultura que recria ou abandona os traços culturais menos adequados às novas condições de vida. Assim, é função da educação tratar da realidade na sua totalidade (social, estética, histórica, científica,...), bem como explicitar os instrumentos tecnológicos estimuladores da sensibilidade. Desse modo, o ensino da Matemática deve ser fundamentado na história, não apenas sob o ponto de vista ilustrativo, mas também no sentido de fornecer subsídios para a compreensão dos conceitos matemáticos e, conseqüentemente, da evolução da própria ciência matemática. Na seleção dos conteúdos significativos, deve-se levar em conta a relação entre a produção histórica desses conteúdos e o contexto histórico em que se vive,

276

devendo tais conteúdos sofrer alterações à medida que as condições de vida forem sendo modificadas. O homem, no seu cotidiano, enfrenta situações que o levam a construir instrumentos que o auxiliam no processo de matematização de situações reais. Como acontece na própria história dos conceitos matemáticos, nem sempre tais instrumentos podem ser utilizados em situações mais gerais. Desse modo, a partir das experiências matemáticas fragmentadas que os alunos trazem do seu cotidiano, cabe à escola, através da mediação, garantir o acesso ao conhecimento científico que oportunizará ao aluno a reelaboração de seu conhecimento de forma sistematizada. Esse processo possibilitará ao aluno a tomada da realidade de uma

perspectiva crítica, explicitando-a, organizando-a e, até mesmo, transformando-a. Isso só será possível se, no ensino da Matemática, o professor adotar uma metodologia mais dinâmica, que desvele a realidade num processo dialético da ação - reflexão - ação. Por outro lado, a produção científica está articulada ao modo de produção capitalista, uma vez que seu desenvolvimento se dá em função do desenvolvimento do sistema produtivo. A automatização cada vez maior da produção através das máquinas exige um maior domínio do conhecimento científico. A partir desta concepção sociohistórica do ensino da Matemática é possível indicar aos alunos os caminhos por ela trilhados, desde as noções primitivas de número, grandeza e forma, até o surgimento da informática, que vem crescendo dia a dia, despertando no homem a curiosidade e o interesse pela sua utilização na vida prática. Percebe-se, assim, que a história referida anteriormente, não é apenas o relato de fatos passados, mas, principalmente, a totalidade histórica, que se concretiza nas atividades diárias do homem, sendo ele mesmo, o protagonista que a legitima. A formação de indivíduos éticos pode ser estimulada nas aulas de Matemática ao direcionar-se o trabalho ao desenvolvimento de atitudes do aluno, como, por exemplo, a confiança na própria capacidade e na dos outros para construir

277

conhecimentos matemáticos, o empenho em participar ativamente das atividades em sala de aula e o respeito à forma de pensar dos colegas. Isso ocorrerá na medida em que o professor valorizar a troca de experiências entre os alunos como forma de aprendizagem, promover o intercâmbio de idéias como fonte de aprendizagem, respeitar ele próprio o pensamento e a produção dos alunos e desenvolver um trabalho livre do preconceito de que Matemática é um conhecimento direcionado apenas para poucos indivíduos talentosos. A construção de uma visão solidária de relações humanas a partir da sala de aula contribuirá para que os alunos superem o individualismo e valorizem a interação e a troca, percebendo que as pessoas se complementam e dependem uma das outras. Acomodar num mesmo patamar os papéis desempenhados por homens e mulheres na construção da sociedade contemporânea ainda encontra bastantes barreiras ancoradas em expectativas bastante diferenciadas com relação ao papel futuro de meninos e meninas. No entanto, como importante instituição formadora de cidadãos, a escola não pode estabelecer qualquer tipo de diferenças em relação à capacidade de

aprendizagem entre alunos de diferentes sexos. Ao ensino da Matemática cabe fornecer os mesmos instrumentos de aprendizagem e de desenvolvimento de aptidões a todos, valorizando a igualdade de oportunidades sociais para homens e mulheres, Também a compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar em que a Matemática está inserida. A quantificação de aspectos envolvidos em problemas ambientais favorece uma visão mais clara deles, ajudando na tomada de decisões e permitindo intervenções necessárias.

A compreensão dos fenômenos que ocorrem no ambiente terá ferramentas essenciais em conceitos e procedimentos matemáticos.

As informações sobre saúde, muitas vezes apresentadas em dados estatísticos, permitem o estabelecimento de comparações e previsões, que contribuem para o autoconhecimento, possibilitam o autocuidado e ajudam a compreender aspectos sociais relacionados a problemas de saúde.

278

O próprio desenvolvimento físico e o estudo dos elementos que compõem a dieta básica são alguns exemplos de trabalhos que podem servir de contexto para a aprendizagem de conteúdos matemáticos e também podem encontrar na Matemática instrumentos para serem mais bem compreendidos.

Valorizar o saber matemático de todos os grupos socioculturais, aproximar o saber universal de cultura em que o aluno está inserido, é fundamental para o

processo de ensino e aprendizagem. Ao dar importância a esse saber, a escola está contribuindo para a superação do preconceito de que a Matemática é um conhecimento estanque produzido exclusivamente por determinados grupos sociais ou sociedades mais desenvolvidas.

#### OBJETIVO

Desenvolver os três aspectos informativos, instrumental e conceitual. O que se refere ao desenvolvimento do hábito de investigação, capacidade de resolver problemas e autonomia de pensamentos e atitudes da matemática como ferramenta para vida no cotidiano e como ciência.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O ensino da Matemática desenvolve o aspecto formativo através das habilidades e competências para representação e comunicação, instrumentaliza para investigação sócio-cultural para que o aluno utilize esta área de conhecimento, na interpretação e intervenção da realidade.

#### FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL

Formação ética: aprendizagem voltada ao desenvolvimento de atitudes:

respeito às diversas maneiras de fazer matemática, auto-confiança numa visão solidária das relações humanas. Destaca-se a importância do trabalho com etnomatemática, com a valorização do saber cultural dos alunos.

279

Formação social: aprendizagem voltada para as relações sociais (indivíduo com meio social). Deve habilitar o aluno para interagir cooperativamente com o meio.

#### MATEMÁTICA E TEMAS TRANSVERSAIS

A disciplina relaciona-se com os temas transversais na medida em que se desenvolve um trabalho contextualizado, ou seja, uma abordagem da matemática partindo de situações-problemas provenientes de temas geradores. Destaca-se ainda a possibilidade de trabalho com os temas transversais no desenvolvimento de ensino por projetos e pesquisa.

#### METODOLOGIA

Como metodologia tem-se a resolução de problemas como eixo organizador do processo de ensino e aprendizagem. A problematização e a resolução de problemas devem consistir em uma orientação para a aprendizagem, pois proporcionam o contexto para a compreensão de conceitos, procedimentos e atitudes matemáticas.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- desenvolvimento da capacidade de investigação e perseverança na busca dos resultados, valorizando o uso de estratégias de verificação e controle de resultado;
- predisposição para alterar a estratégia prevista para resolver uma situação-problema quando o resultado não for satisfatório;
- demonstração de interesse pelos recursos tecnológicos, buscando entender a contribuição da Matemática para o progresso da ciência e da tecnologia;
- noção da organização estrutural de uma ciência e as propriedades que a caracterizam;
- formulação de hipóteses e previsão de resultados;

280

- construção de gráficos e tabelas com dados obtidos a partir de pesquisa por ele desenvolvida ou através de leitura de material informativo.
- seleção de estratégias para resolução de problemas;
- valorização do trabalho coletivo e participação ativa nas atividades propostas;
- escolha do tipo de representação gráfica mais apropriada para expressar dados estatísticos;
- utilização de calculadoras e computador reconhecendo suas limitações e potencialidades;

- relacionamento das etapas da matemática com a evolução da humanidade;
- distinção e utilização de raciocínios dedutivos e indutivos.

## AVALIAÇÃO

No processo de avaliação, além da verificação da aprendizagem dos conhecimentos matemáticos, deve ser valorizado o desenvolvimento das habilidades e competências para o ensino de matemática. É importante salientar a avaliação do processo como instrumento de informação ao aluno sobre o próprio desenvolvimento e ao professor sobre o encaminhamento da própria ação docente.

## CONTEÚDOS

### 6º ANO

Representação dos números

- História ( sistemas numéricos)
- Conjunto dos números naturais
- Sistema de numeração decimal
- Operação com números naturais
- Adição
- Subtração

- Multiplicação

- Divisão

- Potenciação

- Radiciação

- Expressões numéricas ( parênteses, colchetes e chaves)

- Problemas de aplicação

- Critérios de divisibilidade

- Múltiplos e divisores

- Números primos

- MMC e MDC

Geometria:

- Conceitos básicos

- Ponto

- Reta

- Plano

- Figuras geométricas planas

Sistemas de medidas:

- Comprimento

- Massa

- Capacidade

- Tempo

- Área

- Perímetro

Números Racionais: Fracionários e decimais

- Definição: termo e leitura

- Tipos de fração

- Número misto

- Frações equivalentes

- Simplificação de frações

- Operações entre frações e decimais

- Problemas

### 281

Probabilidade e estatística

- Probabilidade de eventos

- Tabelas e gráficos de barras

Sistema monetário

Porcentagem

### - 7º ANO

Produção histórica e cultural dos números inteiros:

- Conjunto dos números inteiros relativos
- Conjunto dos números racionais
- Operações com números inteiros relativos e racionais:

- Adição

- Subtração

- Multiplicação

- Divisão

- Potenciação

- Radiciação

- Problemas

Equações de 1º grau:

- Equações

- Sistemas de equações

- Inequações

Grandezas diretamente e inversamente proporcionais

Razão e proporção

Regra de três simples, e regra de três composta

Porcentagem e juro simples

Estatística - gráficos

Geometria plana:

- Formas geométricas - desenhos

Geometria espacial:

### 282

- Sólidos geométricos - desenhos

- Cálculo de perímetro, área e volume

- Simetria

### 8º ANO

Álgebra:

- Linguagem algébrica

- Construindo fórmulas

- Escritas genéricas

### 283

- Monômios, binômios, polinômios: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação

- Expressões algébricas

- Fatoração e produtos notáveis

- Equação fracionária

Números racionais e irracionais:

- Dízimas periódicas

- Potenciação e radiciação

- Proporcionalidade

Geometria:

- Sólidos geométricos

- Planificações

- Triângulos e suas classificações

- Quadriláteros

- Paralelogramos

- Áreas, volumes e capacidade

Mosaicos e suas composições:

- Composição de polígonos

- Diagonais de polígonos

- Soma dos ângulos internos e externos dos polígonos

- Feixe de paralelas

Noções de estatística:

- Médias

- Probabilidade

- Gráficos estatísticos

Localização e Álgebra:

- Plano cartesiano

- Sistemas de equações com duas variáveis

- Resolução algébrica

- Resolução gráfica

Círculo e circunferência:

- Arco e corda
- Ângulos na circunferência
- Polígonos regulares e inscritos
- Circunferência e simetria

9º ANO

Conjuntos numéricos, N, Z, Q, I e R:

- Teoria dos conjuntos
- Porcentagem e juros simples ( regra de três)
- Juro composto
- Potenciação e suas propriedades
- Radicais ( simplificação, operações)
- Racionalização

Equação do 1º grau ( revisão)

Equação do 2º grau:

- Resolução
- Zeros da função
- Análise de gráficos

Sistemas de equações do 2º grau:

Equações irracionais

284

Geometria ( teorema de Tales)

Semelhança de polígonos (triângulos)

Funções:

- Funções do 1º grau
- Função do 2º grau
- Interpretação gráfica das funções de 1º e 2º grau

Teorema de Pitágoras

Trigonometria:

- Seno
- Cosseno
- Tangente

Geometria:

- Perímetro
- Área
- Volume
- Capacidade

- Massa e suas relações

Probabilidade e estatística

285

Observações: ao longo da série toda: construção e interpretação de gráficos, histogramas, gráficos de barras, de setores de linhas poligonais e de curvas.

CIÊNCIAS

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ciências é a designação usual, no currículo escolar do Ensino Fundamental, da disciplina que reúne os conhecimentos pertencentes ao domínio das Ciências Físicas e Naturais que, por sua vez compreendem a Física, a Química, a Biologia, as Geociências e a Astronomia. Mas a concepção de ciências vai bem mais além do

286

que a simples reunião de conteúdos referentes a determinados campos do conhecimento científico. A aparentemente simples transformação desses

conhecimentos em saber escolar implica decisões de seleção, organização e enfoque necessariamente subordinados à concepção de Ciência, Educação e Meio Ambiente.

Uma fonte de inspiração para repensar o ensino de Ciências está na

concepção de desenvolvimento humano apoiada na idéia de interação do homem

com seu meio físico e social, entendendo-se a aquisição do conhecimento como um

processo historicamente construído, tanto no plano coletivo quanto no individual.

A meta básica do ensino da Ciência é salientá-la como um conhecimento que

colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, reconhecendo o

homem como parte do universo e como indivíduo.

Em uma perspectiva de se estudar o ser humano e o seu corpo como um todo

dinâmico, que interage com o meio ambiente em seu sentido mais amplo, a área de

Ciências pode contribuir para a formação da integridade pessoal e da auto-estima,

da postura de respeito ao próprio corpo e ao dos outros, para o entendimento da

saúde como um valor pessoal e social, e para a compreensão da sexualidade

humana sem preconceitos.

É também no estudo de Ciências Naturais que os fenômenos da natureza e as

transformações produzidas pelo homem, bem como as diferentes explicações sobre

o mundo, podem ser expostos e comparados. Dessa forma, o aluno, que já é

cidadão hoje, amplia a sua possibilidade presente de participação social e viabiliza

também a sua capacidade de plena participação social no futuro.

A necessidade de superação da visão idealizada do ambiente como reunião

de seres e fenômenos naturais, em que a humanidade e suas realizações estão

excluídas, assim como das suas percepções fragmentárias e antropocêntricas e da

sua alienação do universo escolar, também oferece uma inestimável contribuição

para essa iniciativa de revisão. Em contraposto, passa-se a pensar o ambiente como

algo em permanente transformação, modelado tanto pelas forças físicas quanto

pelas sociais, em que as partes são expressões do todo e este não resulta do mero

287

somatório ou da posição das partes, mas sim de uma complexa interação e

integração entre elas, em diversas escalas espaço - temporais.

É preciso pensar a escola como local onde se dá a mediação entre a realidade

cotidiana, o conhecimento produzido pelo senso comum e o conhecimento

sistemático e universal produzido pelas diferentes ciências, proporcionando ao aluno

condições para que supere criticamente suas concepções anteriores de mundo e

contribuindo para que venha a se tornar senhor de sua própria história.

É inevitável, finalmente, o questionamento dos diferentes modelos

pedagógicos que, privilegiando ora um ora outro pólo, como se fossem irremediavelmente dissociadas e inconciliáveis contrapõe a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, o cotidiano e o universal, o senso comum e o conhecimento científico, o processo e o produto da ciência, a individualização e a socialização do ensino, o consenso e o conflito, a teoria e prática, a lógica da ciência e a lógica do aluno, a forma e o conteúdo. A busca das articulações verdadeiras e profundas entre esses elementos é um desafio que não pode ser ignorado nesse processo de redimensionamento do Ensino de Ciências, sob pena de não se alcançarem as superações anteriormente preconizadas. Nessa perspectiva, há necessidade de uma proposta capaz de traduzir corretamente, no projeto pedagógico, as preocupações e diretrizes enunciadas; uma proposta derivada de uma particular concepção de Ciências que preservando a especificidade dessa área de conhecimento, contribua simultaneamente para desvelar as verdadeiras relações entre Ciência, Tecnologia, Homem, Sociedade e Ambiente.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O nosso século caracteriza-se por um grande processo de criação científica, fortemente associada às questões sociais e políticas. Motivações aparentemente singelas, como a curiosidade ou o prazer de conhecer são importantes na busca do conhecimento para o indivíduo que investiga a natureza. Mas frequentemente interesses econômicos e políticos conduzem à produção científica ou tecnológica.

288

Não pode haver, portanto, neutralidade nos interesses científicos das nações, das instituições, nem dos grupos de pesquisa que promovem e interferem na produção do conhecimento.

Para que se efetive a aprendizagem significativa do conhecimento historicamente acumulado e a formação de uma concepção correta de Ciência, se faz necessário a construção de uma estrutura geral da área e suas relações com a Tecnologia e a Sociedade.

É possível, desenvolver os estudos dessa área de uma forma muito dinâmica onde o trabalho escolar será voltado para os conhecimentos dos fenômenos da natureza, incluindo o ser humano e as tecnologias mais próximas e mais distantes no espaço e no tempo. É importante conceber a relação de ensino e aprendizagem como uma relação entre sujeitos, em que cada um, a seu modo e com determinado papel, está envolvido na construção de uma compreensão dos fenômenos naturais e suas transformações, na formação de atitudes e valores humanos. Na área científica é relevante o enfoque a ser dado às relações

entre os seres humanos, o conhecimento e o ambiente. O incentivo às atitudes de curiosidade, de respeito à diversidade de opiniões, à persistência na busca e compreensão das informações, às provas obtidas por meio de investigações, de valorização da vida em sua diversidade, de preservação do ambiente, de apreço e respeito à individualidade e à coletividade, que têm lugar no processo de ensino e aprendizagem. Dos vínculos conceituais existentes entre as diversas ciências vai depender a compreensão dos fenômenos naturais em uma perspectiva interdisciplinar. Assim, como referencial de suporte aparece um conjunto de conceitos centrais para a compreensão dos fenômenos naturais e os conhecimentos tecnológicos em mútua relação. Os objetos de estudo e os conteúdos dessa área são amplos em função de que a natureza como rede de relações entre fenômenos e seres humanos é o agente de transformações da própria rede. A estrutura de todo o conhecimento científico, porém, embasará os conhecimentos a serem transmitidos e compreendê-la é uma das metas de evolução conceitual de alunos e professores.

289

O Meio Ambiente será provocado em seus conceitos simples e genéricos e revisado no âmago do conhecimento, a fim de ser valorizado e enriquecido com informações científicas.

Aponta-se aí a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela, ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa.

Um estudo profundo dessas relações só é possível mediante sucessivas aproximações dos conceitos, procedimentos e atitudes relativos à temática ambiental, observando-se as possibilidades intelectuais dos alunos, de modo que, ao longo da escolaridade, o tratamento dos conceitos de interesse geral ganhe profundidade.

É preciso, também, que o conhecimento escolar não seja alheio ao debate ambiental travado pela comunidade e ofereça meios de o aluno participar, refletir e manifestar-se, ouvindo os membros da comunidade, no processo de convívio democrático e participação social e vivência da cidadania. Saúde e Orientação Sexual comportam relações intrínsecas e diretas com os aspectos fundamentais e os temas da área. Os procedimentos pedagógicos são semelhantes: levantar dados, investigar, organizar, discutir e trocar informações que possam respaldo nas experiências vivenciadas pelos alunos. Tais processos podem não levar à aquisição do conhecimento conceitual propriamente dito, porém são recursos para que os temas possam



ser mais facilmente trabalhados.

A discussão nesses tópicos deve ser cuidadosa, ressaltando-se o amadurecimento correspondente a cada faixa etária e, gradativamente, incluindo-se aspectos mais complexos.

Enfim, é possível, pela amplitude e pela natureza dos objetos de estudo da

Ciência, desenvolver os conteúdos de forma dinâmica, orientando o trabalho para o

conhecimento fenomenológico da natureza em conjunto com o ser humano e as

atuais tecnologias. Assim, estabelecer relações entre o que é conhecido e novas

idéias, entre o comum e o diferente, entre o particular e o geral, definir contrapontos

290

entre os muitos elementos no universo do conhecimento são processos essenciais à estruturação do pensamento, particularmente do pensamento científico.

#### OBJETIVO

Desenvolver o conhecimento científico dos fenômenos naturais, percebendo a dinâmica que rege o ambiente, bem como as relações existentes entre os seres vivos, de modo a garantir a preservação de todas as espécies e a melhoria da qualidade de vida.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Desenvolvimento das habilidades de observação e interpretação de fenômenos biológicos e do meio. Estabelecimento de uma postura crítica e ativa que possibilite uma melhor qualidade de vida, oportunizando a manutenção da saúde, uma relação saudável com o meio, avaliando constantemente sua influência.

Formação ética e social:

As Ciências querem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, criando uma consciência ambiental, discutindo aspectos relacionados à higiene e saneamento, moradia e saúde pessoal. Também quer buscar uma visão crítica de respeito por si mesmo, pelo outro em suas diferenças, e com as situações decorrentes das modernas tecnologias.

#### METODOLOGIA

Os procedimentos a serem utilizados devem ser bastante variados, como exemplo: observações, experimentações, comparação, elaboração de hipóteses, debates, leitura e escrita de textos, pesquisa bibliográfica, confronto entre suas próprias idéias e materiais pesquisados e proposição de solução de problemas.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

291

- expressão, organização, registro e comunicação oral através de perguntas, suposições e conclusões que respeitem diferentes opiniões, justificando suas idéias;
- análise e interpretação de fatos e idéias;
- registro escrito através de desenhos, listas, textos, quadros, esquemas, tabelas e gráficos;
- formulação de perguntas e hipóteses, estabelecimentos de relações, utilizando informações e dados para validação de uma idéia;
- interpretação das informações por intermédio do estabelecimento de relações de semelhanças, diferenças e de seqüências de fatos, de regularidades, da relação de causas e efeito;
- confrontação das suposições individuais e coletivas com as informações obtidas, para justificar suas idéias;
- flexibilização de idéias;
- valorização da disseminação de informações socialmente relevantes aos membros de sua comunidade.

#### AValiação

A avaliação não deve se restringir à cobrança de conceitos, mas sim proporcionar situações que permitam ao aluno o uso do conhecimento, colocando o erro não como uma falência do processo, mas sim como parte do mesmo.

#### CONTEÚDOS

##### 6º ANO

A ciência mais antiga de todas

- Astronomia: o nascer de uma ciência
- Sol: fonte de luz e calor

- Planetas e satélites: considerações básicas

- Lua: aspectos gerais

A terra movimenta-se no espaço

- As galáxias

- As constelações

Afinal, de que é feito o Universo?

- Átomos

- Composição do átomo

- Composição das moléculas

##### TERRA, O PLANETA VIVO

Biosfera, a parte viva da Terra

- Relações de interdependência: sol, água, solo, ar, seres vivos, homem

- Água, solo e ar - fundamentais para a vida em nosso planeta

- O ar que nos cerca

- A atmosfera

- As camadas da atmosfera

- Os elementos que constituem o ar

- As propriedades dos gases atmosféricos

- Outros componentes que existem no ar que respiramos

Terra, o planeta água

- A importância da água

- A composição da água

- Os estados físicos da água

O solo

- Sua importância

- Formação e composição

- Os diferentes tipos de solo

- O ar, a água e o solo precisam ser constantemente renovados

**A VIDA, SUA ORIGEM E FORMAS BÁSICAS DE ORGANIZAÇÃO**

O delicado equilíbrio da natureza

- O desenvolvimento desregrado e suas conseqüências

292

- Os grandes problemas ambientais
- Agentes poluidores do ar, das águas e do solo
- O desrespeito à vida
- Desenvolvimento auto-sustentável

Origem da vida na Terra

- Aspectos históricos
- As várias teorias
- As características básicas fundamentais de um ser vivo

A biodiversidade

Ecologia

- Definição - O que é ecologia?
- Conceitos básicos - principais termos e seus significados
- Os principais ecossistemas terrestres
- Os ecossistemas aquáticos
- Os mangles

Agricultura: a natureza domesticada pelo homem

- A importância da agricultura
- Técnicas modernas de agricultura

Saúde

- O que é ser saudável
- De que depende nossa saúde
- Como agir para evitar doenças
- Saúde para todos

7º ANO

A diversidade da vida

- Características dos seres vivos

Classificação dos seres vivos

- Os cinco grandes reinos
- Nomenclatura científica

As formas de vida mais simples

293

- Os vírus
- Características gerais dos vírus
- Doenças provocadas pelos vírus
- Como combater doenças virais

Reino Monera

- Estrutura das bactérias e cianofíceas
- As bactérias
- As cianofíceas

Reino Protista

- Reino protista
- As algas protistas
- Os protozoários
- Classificação dos protozoários

Reino Fungi

- Os fungos
- Características gerais dos fungos
- Relações com outros seres
- Importância dos fungos
- Reprodução dos fungos

Reino Vegetal

- Grupos vegetais
- Algas, briófitas e pteridófitas

Grupos vegetais

- Gimnospermas e angiospermas
- Características gerais

Órgãos vegetativos

- A raiz
- Funções das raízes
- Origem da raiz

- Estrutura da raiz
- Tipos de raízes

294

O caule

- Funções do caule
- Origem do caule
- Organização interna do caule
- Classificação dos caules
- Adaptação dos caules

A folha

- Partes da folha
- Classificação das folhas
- Diferenças fundamentais entre monocotiledôneas e dicotiledôneas quanto às folhas

- Adaptações das folhas

- As funções das folhas

Órgãos reprodutivos

- A flor
- Estrutura da flor
- Mecanismo de reprodução

O fruto e a semente

- O fruto
- Classificação dos frutos
- A semente
- Constituição das sementes
- Germinação da semente
- Condições para a germinação

Reino Animal

- Poríferos
- Modo de vida e reprodução

Cnidários

- Características gerais
- Estrutura dos cnidários
- Funções vitais

295

- Reprodução
- Diversidade dos cnidários

Platelmintos

- Classificação dos platelmintos
- Funções vitais e reprodução dos platelmintos
- Platelmintos parasitas

Nematelmintos

- Características gerais
- Nematelmintos parasitas no homem
- Quais as conseqüências desta parasitose
- O ciclo de vida

Anelídeos

- Como são classificados os anelídeos
- Funções vitais e reprodutivas das minhocas

Moluscos

- A classificação dos moluscos
- Habitat e importância dos gastrópodes
- Funções vitais e reprodução

Artrópodes

- Características gerais dos artrópodes
- Insetos - o que são insetos?
- Importância dos insetos
- Características estruturais dos insetos
- Funções vitais
- A classificação dos insetos

Artrópodes

- Crustáceos, aracnídeos, diplópodes e quilópodes
- A importância ecológica e econômica dos crustáceos
- As funções vitais

- Os aracnídeos
- Diplópodes e quilópodes

296

## Equinodermos

- As características gerais dos equinodermos
- As funções vitais
- A classificação dos equinodermos

## Peixes

- Estrutura externa
- Classificação dos peixes
- As funções vitais
- Diferenças entre peixes ósseos e cartilaginosos

## Anfíbios

- Considerações gerais
- Características estruturais e reprodutivas
- Classificação

## Répteis

- Características anatômicas e funcionais
- Classificação
- Características gerais das cobras
- Diferenças entre cobras peçonhentas e não-peçonhentas
- Produção do soro

## Aves

- Estrutura do corpo de uma ave
- Funções vitais e reprodução
- Formação do ovo
- Classificação

## Mamíferos

- Características gerais
- Características funcionais e reprodutivas
- Classificação dos mamíferos placentários

## 8º. ANO

Seres humanos e relações com outros seres

297

## As células e os tecidos

- A célula
- Características da célula
- Organização básica de uma célula
- Tipos de célula
- Divisão celular

## Os tecidos

- Caracterização e classificação
- Tecido epitelial

## Tecido conjuntivo

- Características e classificação

## Tecido muscular e nervoso

- Características e classificação

## As funções de nutrição

- Os alimentos
- Origem e importância dos alimentos
- Classificação e caracterização

## Vitaminas

- O que são? Importância e classificação

## Aparelho digestivo

- Funções do aparelho digestivo
- Divisão anatômica do aparelho digestivo

## Funcionamento do aparelho digestivo

- Boca
- Língua
- Dentes
- Glândulas salivares

## Aparelho digestivo

- Faringe
- Esôfago

- Estômago

298

## Intestinos delgado e grosso

- Fígado

## Sistema respiratório

- Por que a respiração é importante
- Respiração - O que é? (orgânica / celular)
- Organização do sistema respiratório
- Vias aéreas
- Pulmões
- Fisiologia da respiração humana

## Circulação das substâncias

- Sistema circulatório
- Componentes do sistema circulatório
- O sangue
- Como é constituído o sangue
- O que é hemofilia
- Tipos sanguíneos e transfusões
- O sistema circulatório
- O coração
- Vasos sanguíneos
- Pequena e grande circulação
- Sistema linfático

## A eliminação dos resíduos

- Excreção
- Estruturas do nosso corpo relacionadas com a excreção
- O nosso sistema urinário
- Vias urinárias
- Regulação da função renal

## Esqueleto

- O que é?
- Características gerais
- Função

299

- Constituição
- Tipos de ossos

## Os músculos

- O que são?
- Características gerais
- Tipos de tecidos musculares
- Os músculos esqueléticos

## Sistema nervoso

- Sistema nervoso central: cérebro, cerebelo e meninges
- Sistema nervoso periférico
- Atos voluntários e reflexos
- Sistema nervoso autônomo: simpático e parassimpático

## Os órgãos dos sentidos

- Tato
- Gustação
- Olfato
- Audição
- Visão

## O sistema endócrino

- As glândulas endócrinas
- Hipófise ou pituitária
- Tireóide

## Paratireóide

- Pâncreas
- Supra-renais
- Testículos e ovários

## A reprodução humana

- Sistema reprodutor masculino
- Sistema reprodutor feminino
- Da fecundação ao parto
- Noções de hereditariedade

300

- Os cromossomos e os genes
- Transmissão de caracteres hereditários

9º ANO

Matéria

- Introdução
- Matéria
- Propriedades da matéria
- Estados físicos da matéria
- As mudanças de estado físico
- Fenômenos químicos, físicos e biológicos

Estrutura da matéria

- O que é matéria?
- Átomo
- Elemento químico
- Isótopos, isóbaros e isótonos
- Distribuição eletrônica simplificada
- Tabela periódica
- Classificação periódica dos elementos
- As famílias e períodos
- Ligações químicas interatômicas
- O que é uma fórmula química
- Ligação iônica
- Ligação metálica
- A ligação covalente
- A molécula
- Atomicidade

Funções e reações químicas

- Funções químicas
- Formulação dos compostos químicos
- Reações químicas

301

- Leis das combinações químicas

Substâncias, misturas e combinações

- Substâncias, misturas e combinações
- Separação das fases constituintes das misturas heterogêneas
- Separação dos componentes das misturas homogêneas

Movimento e força

- Evolução histórica
- Corpos em movimento
- Força

Trabalho

- Trabalho, significado físico
- Potência
- Máquinas

Energia

- Formas de energia
- Transformações energéticas
- Fontes de energia

Energia em manifestação

- Temperatura
- Ondas
- Ondas sonoras
- Luz
- Espelhos
- Lentes
- Eletrização
- Magnetismo

302

GEOGRAFIA

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

303

Sob o enfoque social que os temas transversais oferecem, a Geografia é a ciência que amplamente oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Portanto, propõe-se uma nova concepção de

Geografia, que compreenda a realidade da forma mais ampla possível já que é o próprio ser humano que passa a interferir nessa construção de maneira consciente e propositiva, para que se crie um espaço melhor distribuído socialmente, menos

agressivo e mais justo.

O estudo da interação das sociedades na natureza como forma de construir o

seu espaço, os vínculos que o ser humano cria com o meio ambiente e a sua

interação com o mesmo são aspectos ricos que conduzem a uma reflexão das

relações atuais dos seres humanos com aquelas que seus antepassados

estabeleceram com o espaço geográfico.

Para se chegar a esse termo de estudo da Geografia, a produção acadêmica

reflete diferentes momentos onde se estabelecem reflexões distintas sobre os

métodos e o objeto do fazer geográfico. Dessa forma, é necessário que o aluno

domine categorias, conceitos e procedimentos básicos deste campo do

conhecimento de modo a poder compreender as relações socio-culturais e o

funcionamento da natureza aos quais historicamente, pertence, como também

conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o

conhecimento geográfico.

A Geografia está intrinsecamente transpassada pelos temas transversais, pois

conduz o aluno a compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando a

interferência, já que o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem

enquanto organiza econômica e socialmente o espaço em que vive.

Assim, o estudo da paisagem como síntese de múltiplos espaços e tempos

deve ser o ponto de partida e o de chegada para o conhecimento geográfico. É o

ponto de partida porque é o dado da realidade que as pessoas percebem. É um

304

conjunto de coisas da natureza (relevo, florestas, rios, etc.) e das coisas culturais,

criadas pelo homem (viadutos, prédios, etc.) nas suas relações sociais. A paisagem

está sempre em mudança, é uma espécie de marca da história do fazer humano, do

movimento da sociedade.

Devemos ultrapassar o concreto aparente da paisagem para chegar ao

conhecimento das relações sociais que a construíram. O entendimento dessas

relações é o ponto de chegada.

Num primeiro momento, na paisagem, parece fácil distinguir

natureza e cultura, que fazem parte um do outro e se constituem mutuamente. O homem, para viver, necessita de ferro, sais minerais, manganês e outros elementos que fazem parte do seu metabolismo. Precisa também de oxigênio, que é obtido através da respiração e da água. Neste sentido, a atmosfera, a hidrosfera e a litosfera fazem parte integrante do homem e, assim, não se separa o homem da natureza. Isso também ocorre com as coisas da paisagem construída pelo homem: elas contêm matéria ou uma forma de natureza. Os prédios, por exemplo, são construídos de ferro, argila, cimento, areia, água, etc. - eles são matéria culturalizada adquirindo uma natureza humana. Temos, assim, o espaço geográfico construído através da apropriação que os homens fazem da natureza. É preciso enfatizar que esses homens organizaram a sua existência nas relações sociais, ou seja, em sociedade. A Geografia estaria então identificada como a ciência que busca decodificar as imagens presentes no cotidiano, impressa e expressa nas paisagens e em suas representações, numa reflexão direta e imediata sobre o espaço geográfico e o lugar. O estudo da Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm conseqüências tanto para si como para a sociedade. Assim, para a compreensão dos objetivos que uma sociedade se propõe a alcançar, é fundamental entender os processos através dos quais a natureza foi transformada.

305

Esse estudo objetiva, mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado - constantemente em transformação - do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente. Para tanto, devem-se criar e planejar situações nas quais o aluno possa utilizar a observação, a descrição, a experimentação, a analogia e a síntese, com a finalidade de compreender e mesmo representar os processos de construção de espaço que se desenvolvem nos diferentes tipos de paisagens e territórios. Tais processos servirão para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas para conhecer e começar a operar com os procedimentos e as explicações que a Geografia como ciência produz. Sempre, tal abordagem visa favorecer a compreensão de que o aluno é parte

integrante do ambiente e agente ativo e passivo das transformações na paisagem. Contribuindo também para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental na qual se pensa sobre o ambiente não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos. É preciso entender o sentido da palavra geografia: geo, "terra", grafia, "grafar, marcar". O ensino de geografia cumpre o papel fundamental de contribuir para a formação de cidadãos conscientes além de explicar, através do estudo das marcas, do desenho, do arranjo, da configuração e da organização do espaço, os mecanismos ou processos que compõem o lugar em que vivemos. Se este espaço não é o dos nossos sonhos, a compreensão das razões que o fazem assim organizado, do jeito como está, é um primeiro passo para que se possa agir mais lucidamente. Neste sentido, não se trata de jogar fora uma série de saberes que foram produzidos pela geografia tradicional, mas sim de recontextualizá-los à luz de novas contribuições, capazes de explicar novos problemas que se expressam em âmbito local, regional, nacional e internacional. O homem deve saber localizar, perceber, analisar e compreender a extensão do fenômeno do qual está falando ou que está acontecendo, para assim poder agir.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

306

A finalidade do ensino da Geografia é a aquisição do conhecimento do espaço geográfico quanto à sua origem / ocupação / organização / construção. Quando a criança entra na escola, traz um conhecimento não sistemático sobre a realidade, adquirido no processo de socialização - individualização - socialização, que faz parte da sua vida. Cabe ao professor trabalhar o conhecimento formal com a finalidade de promover sua apropriação. Para que ocorra, por parte da criança, o entendimento de sua participação na realidade em que vive, é fundamental a reelaboração das noções de relações sociais, de espaço, de tempo e dos conceitos de produção de necessidades e transformação para a compreensão/ apreensão do conhecimento sobre o espaço geográfico. Ao retomar sempre os conteúdos já trabalhados de diferentes formas, o professor contribui para que o aluno vá ampliando os seus conceitos, pois eles se formam gradativamente. Este procedimento se justifica porque os elementos da realidade não se fragmentam, ao contrário, interagem num movimento constante. Tomando como ponto de referência os conhecimentos que o aluno possui, adquiridos através de sua prática social, o professor desenvolverá os conteúdos propostos, para que o aluno domine categorias, conceitos e



procedimentos básicos deste campo do conhecimento de modo a poder compreender as relações socioculturais e o funcionamento da natureza aos quais historicamente pertence, como também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico.

A apreensão desse conhecimento geográfico ocorre através da reelaboração de noções e conceitos de relações sociais, espaço-temporais produção das necessidades e transformação. O professor, articulando conteúdos e noções, facilitará para o aluno a compreensão global da organização do espaço e a aquisição de conceitos fundamentais da Geografia enquanto área do conhecimento.

307

Para que ocorra a compreensão/apreensão de que os processos de organização do espaço são múltiplos, o professor fará a abordagem pedagógica que permita estabelecer o maior número de relações possíveis. Ao trabalhar as relações dinâmicas da sociedade e dinâmica da natureza, o professor explicará ao aluno o que são relações sociais - as estabelecidas entre os homens, as políticas, as econômicas e as culturais - e que elas são praticadas devido às necessidades criadas pela própria sociedade. Para que haja a satisfação dessas necessidades, os homens transformam o natural - matéria - em cultural, através do processo do trabalho. Deve-se salientar que o espaço geográfico resulta dessa relação e, ao mesmo tempo, proporciona condições para que o trabalho nele se efetive permitindo, assim, as relações entre os homens. Todo o espaço analisado pela Geografia deve ser considerado um espaço social, já que o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem. Assim, o estudo da paisagem como síntese de múltiplos espaços e tempos deve refletir a soma do meio ambiente, culturas diversas que o transformaram e a produção e consumo do ser humano. A Geografia estaria, então, identificada como a ciência que busca decodificar as imagens presentes no cotidiano, impressas e expressas nas paisagens e em suas representações, numa reflexão direta e imediata sobre o espaço geográfico. O estudo da Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências tanto para si como para a sociedade. Esse estudo objetiva mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado, constantemente em transformação, do qual ele faz parte.

Portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente. Para que isso aconteça, deve-se criar e planejar situações em que o aluno possa utilizar a observação, a descrição, a experimentação, a analogia e a síntese, com a finalidade de compreender e mesmo representar os processos que se

308

desenvolvem na construção do espaço nos diferentes tipos de paisagens e territórios. Tais processos, servirão para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas para conhecer e começar a operar com os procedimentos e as explicações que a Geografia, como ciência, produz. Tal abordagem visa favorecer a compreensão de que o aluno é parte integrante do ambiente e agente ativo e passivo das transformações na paisagem. Contribui também para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental na qual se pensa sobre o ambiente não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos. O professor como auxiliar do processo deve orientar o aluno a trabalhar de forma dinâmica e instigante, mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos, que disparem relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações humanas individuais e as coletivas, e promovam o domínio de procedimentos que permitam ao aluno fazer a leitura da paisagem como um todo, nunca deixando de inferir aí a presença humana. A aprendizagem é um processo interno, pessoal e intransferível, enquanto o ensino, tratando-se de educação forma ou escolar, é a ação diretiva sobre ela. Disso resulta que cada educando constrói o seu conhecimento a partir de suas vivências e experiências. Assim como o espaço está em permanente reconstrução, o conhecimento deve estar em contínuo aprofundamento e ampliação, na medida em que novas experiências e descobertas ensejam ao educando, sucessivas re-elaborações intelectuais dos elementos que compõem a sociedade, particularmente sua esfera espacial. Os alunos devem assumir uma atitude de questionamento, dúvida e curiosidade, com o objetivo de encontrar respostas para questões nucleadoras que envolvem a vida social. A proposta busca atender as necessidades dos educandos: 1- Do ponto de vista do Conhecimento: permitindo que eles demonstrem o domínio de compreensão da realidade que dá consistência ao seu posicionamento crítico;

309

2- Do ponto de vista da Habilidade do Pensamento: permitindo que se exercitem na auto avaliação da consistência lógica de seu posicionamento, ou seja, que testem, a partir da complexidade das relações sociais presentes no mundo, a logicidade de suas idéias.

3- Do ponto de vista Afetivo e Social: instrumentalizando-os conceitualmente para que possam identificar em sua problemática pessoal e existencial, ou seja em sua singularidade, algumas idéias e dificuldades comuns entre seus colegas de turma assim como entre jovens de outras partes do mundo.

O aluno é convidado a exercitar sua capacidade de questionamento e argumentação sobre esses conhecimentos, identificando neles o entrelaçamento do saber científico com as relações de poder e da informação.

Assim, a construção do saber geográfico, bem como o seu ensino, está presa a uma sucessão de etapas que constituem o que chamamos de sistemática da geografia.

O ensino da geografia deve ser compatível com os níveis de pensamento ou capacidades intelectuais que se objetivem desenvolver nos alunos, seja qual for o quadro teórico de referências ( ex: identificar, analisar, sintetizar, concluir, generalizar, etc...)

#### OBJETIVO

Conhecer o espaço geográfico e as transformações que o homem promove no meio.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Linguagem cartográfica

310

- Desenvolver a capacidade de fazer leitura do espaço, utilizando-se da linguagem cartográfica como forma de orientação, locomoção e localização.

Contextualização sócio-espacial

- Sentir-se membro integrante da humanidade, consciente das contradições historicamente construídas e sujeitas a mudanças que estará capacitado a propor.  
- Situar-se no espaço e no tempo sentindo-se sujeito da organização dos mesmos e capazes através do pensamento reflexivo, de intervir na construção e reconstrução destes.  
- Perceber-se como ser humano agente de sua história e da história universal, podendo assim contribuir no desenvolvimento individual e coletivo.

Interação/ ação

- Compreender a dinâmica das mudanças sociais ao longo do tempo e do espaço, para intervir e interagir como agente modificador, via conhecimento

adquirido, na busca de melhor qualidade de vida.

- Compreender o processo de desenvolvimento da sociedade, como sendo decorrente das relações espaciais homem/ natureza/ sociedade em seu desdobramentos, a fim de que possa ousar propor mudanças ou resistir às imposições.

- Perceber as relações do local/ global como espaços de conflitos, de forças antagônicas na busca do entendimento dos processos socioeconômicos, nas quais o agente está inserido, promovendo justiça social, distribuição econômica e equilíbrio ambiental.

- Entender os fatores que geram a mobilidade social, buscando formas de mudança

(autogestão) preservando a identidade num mundo globalizado.

- Utilizar o conhecimento ecológico, para organizar propostas de utilização racional dos recursos energéticos e hídricos, na melhoria da qualidade de vida da sociedade atual e gerações futuras, atuando na transformação e na preservação do meio.

#### FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL

311

A Geografia contribui para ética quando estuda a realidade construída por diferentes grupos e percebe o domínio de um grupo subjugando o outro. Quando analisa a exploração de uma classe sobre a outra no processo de organização de um grupo.

Quando percebe o uso indevido dos recursos da natureza, causando danos ao meio ambiente que, por sua vez, trarão prejuízo a outrem.

O aspecto social está no estudo que a Geografia faz da ação do homem sobre o meio. O homem organizado em sociedade constrói o seu modo de produção para

garantir a sua sobrevivência. Desta forma cria fronteiras políticas, econômicas,

religiosas, lingüísticas, etc. A Geografia descreve e analisa estas organizações e as suas transformações. Assim o aspecto social da Geografia está em compreender a

realidade local e mundial para possibilitar a interferência consciente do homem sobre o meio social em que está inserido.

#### GEOGRAFIA E TEMAS TRANSVERSAIS

O relacionamento da Geografia com Temas Transversais como ética, saúde, meio ambiente e cidadania é muito comum, pelo fato da Geografia ser uma ciência

social, que estuda as modificações que o homem promove no meio ambiente sob os mais diferentes aspectos:

- ética: quando elucida e firma os valores democráticos. Através da interpretação de realidades concretas, perceber as desigualdades são resultados de decisões políticas e acordos nem sempre amigáveis.

- saúde: analisando conhecimentos estatísticos fornecidos por

órgãos especializados, o aluno poderá conhecer as diferentes realidades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, através de índices como natalidade, mortalidade, expectativa de vida, desnutrição que são indicadores sociais que determinam a qualidade de vida da população.

312

- meio Ambiente: através da Geografia e ciências afins, é possível a análise de impactos ambientais que ocorrem em diversos ecossistemas na superfície terrestre.
- orientação Sexual: através da análise de teorias demográficas como a malthusiana, neomalthusiana e progressista que estuda as diferentes formas anticonceptivas utilizadas pela sociedade.
- pluralidade Cultural: quando trata do espaço rural e urbano e quando estimula as manifestações culturais específicas dos grupos sociais de diferentes regiões do Brasil e do mundo.

#### METODOLOGIA

Educação pela pesquisa com ênfase na leitura e reconstrução de texto. A Geografia tem como aliados às ciências bem como o uso da informática e de recursos audiovisuais.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será gradativa, contínua, global, participativa, dinamizando a relação professor e aluno, durante todo o processo de desenvolvimento e aplicação das ações propostas. Nas dificuldades encontradas pelos alunos será aplicada a recuperação paralela com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas durante o processo ensino-aprendizagem. A avaliação ocorrerá a partir da observação, assiduidade, participação, interesse, desempenho em conhecimentos adquiridos nas aulas, apresentação de trabalhos em grupo e individual (quanto a desenvoltura nas colocações orais e escritas), pesquisa individual e coletiva, resolução das questões de estudo, apropriação de conceitos (elaboração e produção).

#### CONTEÚDOS

##### 6º. ANO

1. Noções de Espaço e Lugar
  - Espaço natural;
  - Espaço geográfico;

313

\* Diferenciar cada um deles fundamentado na construção de espaço de Campo Alegre ao longo do processo histórico.

2. Representação do Espaço Geográfico

- Orientação e localização (astros, instrumentos, coordenadas geográficas);
- Os mapas (diversos tipos de visão de mundo);
- A linguagem dos mapas e dos gráficos (aplicabilidade);
- Escalas: gráfica e numérica;
- \* Fazer a planta da casa (aluno) e planta da escola (pesquisar na cidade para ver plantas de outras construções);

##### 3. Planeta Terra

- A Terra e o Universo (visões da Terra);
- Sistema Solar
- Movimentos da Terra; rotação e translação;
- Terra, planeta da vida: biosfera e ecossistema;
- \* Pesquisar momentos de atualidades.

##### 4. Litosfera

- Do interior à superfície terrestre: formação e estrutura da Terra;
- Rochas e minerais: conceito e tipo (importância para a sociedade);
- O relevo e suas formas: continental e submarino;
- Formação e transformação do relevo: naturais e minerais;
- \* Destacar a ação do Homem sobre o meio ambiente, pesquisar as transformações do meio ambiente provocada pelo Homem em Campo Alegre no decorrer dos tempos.

##### 5. Hidrosfera

314

- Águas continentais: origem e movimentos (rios, lagos, geleiras, bacias hidrográficas);
- Águas oceânicas: características, salinidade, temperatura, movimentos, importância;
- Poluição das águas continentais e oceânicas;
- \* Discutir a importância da água para as futuras gerações, pesquisar a situação da água em Campo Alegre com relação à poluição (o que fazer para preservar);

##### 6. Atmosfera

- A atmosfera e seus fenômenos: tempo;
- Fenômenos atmosféricos e catástrofes da atualidade: neve, granizo, geada, furações, tornados, enchentes;
- Tipos de clima: causa e consequência;
- Tipos de clima e suas características nos diferentes pontos do Mundo;
- Poluição atmosférica e clima: chuva ácida, camada de ozônio, efeito estufa, inversão térmica;
- \* Discutir como podemos reduzir a poluição do ar no planeta, com destaque para Campo Alegre.

##### 7. Natureza e Sociedade

- As paisagens e a sociedade humana: natural, humanizada, urbana, rural;
- As atividades econômicas: conceito de trabalho, modos de produção (evolução), evolução tecnológica;
- Setores de atividade econômica: economia do Brasil;
- Países pobres e ricos: consumo x consumidores;
- \* Localizar as principais atividades econômicas em Campo Alegre (desemprego).

## 8. População Brasileira

- Conceito de população;
- Crescimento, distribuição e estrutura da população brasileira;

315

- Estudar as diversas etnias do processo de formação da população campolegrense.

## 7º ANO

## 1. O território Brasileiro: Características Gerais

- Território
- Localização em relação: paralelo 0º ( latitude), meridiano 0º ( longitude) e fusos horários
- Território: limites, fronteiras, dimensões
- território brasileiro: organização século a século, suas paisagens
- O território brasileiro e suas regiões; política administrativa, regionais, morfoclimáticos, geoeconômicas;
- Brasil: divisão regional, divisão política;
- \* Identificar o aprendizado de limites e fronteiras com relação à escola, casa do aluno, município, estado, país;
- \* Trabalho com mapas para identificar as regiões brasileiras com seus respectivos estados e capitais, destacando a localização de Campo Alegre como parte de uma Unidade Federativa do Brasil.

## 2. População Brasileira

- Crescimento natural: aumento do índice x queda do índice;
- Estrutura da população: causas x consequências;
- Distribuição da população: causas x consequências
- Movimento migratório: conceitos e suas causas;
- Invasão do centro sul: causa
- Áreas: repulsão e atração
- \* Identificar os principais imigrantes que chegaram em Campo Alegre, a atual composição da população e os movimentos migratórios que atualmente ocorrem no município.

## 3. Formação do Espaço Brasileiro

- Espaço rural: agropecuária e a exploração dos recursos naturais
- O trabalho e a terra no espaço rural brasileiro
- Espaço urbano: organização do espaço nas cidades
- Cidades e suas funções
- Atividades econômicas: desigualdades sociais
- Urbanização brasileira: raízes da urbanização
- Indústria: Brasil urbano, industrial, agrícola

316

- Urbanização: cidades brasileiras, regiões metropolitanas, urbanização caótica ( problemas)
- \* Analisar a situação do espaço rural e urbano do município onde a escola está inserida.

## 4. Brasil em Regiões: Divisão Política

- Região Nordeste
- Região Sudeste
- Região Sul
- Região Norte
- Região Centro-Oeste

- \* Localizar Campo Alegre no contexto regional e político.

## 5. Região Nordeste

- Nordeste: uma região de contrastes
- O Nordeste e suas sub-regiões
- O Nordeste e seus contrastes socioeconômicos
- \* Analisar a falta de água na vida do sertanejo, destacando a importância da água para a vida no planeta.

## 6. Região Sudeste

- Sudeste: centro econômico do Brasil
- O processo de industrialização no Sudeste
- A indústria e as relações entre o rural e o urbano no Sudeste
- Sudeste: paisagens intensamente transformadas

317

- \* Mostrar a capacidade do ser humano de transformar o espaço, organizando-o de forma a beneficiar ou prejudicar a si mesmo, conscientizando o aluno da importância de não poluir o meio ambiente através dos nossos atos, começando pela escola (manter a escola limpa).

## 7. Região Sul

- Sul: a menor das regiões brasileiras
- O Sul e seus habitantes
- A agropecuária moderna e o impulso industrial do Sul
- \* Relacionar os aspectos culturais aos naturais através de pesquisa sobre as festas típicas sulinas.

## 8. Região Norte

- Norte: um imenso território
- A região Norte e a Amazônia
- Uma fronteira agropecuária e industrial
- A população da região Norte
- \* Ressaltar a importância da Amazônia para o planeta Terra e realizar pesquisa sobre as espécies animais e vegetais existentes na Amazônia.

## 9. Região Centro-Oeste

- Centro-Oeste: uma região em expansão
- Ocupação e povoamento do Centro-Oeste
- A integração econômica do Centro-Oeste
- \* Conhecer algumas particularidades da população indígena da região, refletindo sobre as diferenças entre a vida dos índios e a nossa.

## 8º ANO

## 1.A Construção do espaço Geográfico

- A natureza, seus fenômenos e a transformação do espaço natural

318

- Formação e transformação da Terra: tempo geológico, biosfera, dinâmica da natureza, paisagens e a interdependência, vegetação
- O trabalho e a transformação da natureza e do espaço geográfico
- O trabalho e a técnica nas diferentes sociedades humanas: sociedades agrícolas, capitalistas x atividade industrial
- As atividades econômicas e a transformação do espaço geográfico: problemas ambientais
- \* Identificar as formas de trabalho existentes em Campo Alegre

e no grupo familiar do aluno, destacando como o homem transforma o espaço através das atividades econômicas.

## 2. A Organização do Espaço Geográfico Mundial

- Espaço, poder e territórios Nacionais
- Povos, nações e Estados do mundo
- A representação da Terra e de seus territórios
- Transformações recentes no cenário mundial: mundo bipolar, guerra fria, capitalismo, socialismo, mundo multipolar
- Um mundo fragmentado, porém globalizado: globalização econômica, formação dos grandes blocos econômicos, globalização, revolução tecnológica e o emprego.

\* Discutir com os alunos: É o fim do emprego? Analisar a situação em nosso município.

## 3. A Regionalização do Mundo Contemporâneo

- Como regionalizar o espaço geográfico mundial
- Regionalizando os países do mundo: os três mundos, países centrais e periféricos, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

319

- O mundo desenvolvido e subdesenvolvido: aspectos econômicos, IDH, origens históricas
- \* Pesquisar quais países fazem parte do IDH alto, médio e baixo. Analisar a colocação do Brasil

## 4. América Latina

- O continente americano: América Latina e América Anglo-Saxônica
- Ocupação e povoamento da América Latina: povos pré-colombianos
- Exploração colonial e o entrave ao desenvolvimento
- Monoculturas de exportação e a exploração da terra
- A formação étnico-cultural na América Latina
- Formação dos estados latino-americanos: América Espanhola e América Portuguesa
- O subdesenvolvimento no espaço geográfico da América Latina
- Os contrastes do espaço agrário latino-americano: produção agrícola, concentração fundiária, reforma agrária
- Do campo às cidades: urbanização excludente, economia, multinacionais, endividamento externo, crise econômica
- Influências externas e problemas de integração: Mercosul, Alça, narcotráfico, Cubas
- \* Relatar a importância do Mercosul para o Brasil.

## 5. África

- O continente africano: a regionalização da África
- As raízes do subdesenvolvimento africano: colonização e descolonização
- A apropriação dos recursos naturais e a fome na África: África Islâmica e África Subsaariana
- A África dos minerais e dos recursos energéticos fósseis
- Uma rede de transportes estruturadas para o exterior
- A dilapidação dos recursos naturais africanos e suas consequências ambientais

- A fome na África: um problema político, econômico e ambiental
- Indústria, urbanização e movimentos populacionais na África

320

\* Discutir a questão do preconceito racial e sobre o que pode e deve ser feito para mudar essa situação.

## 6. Ásia

- O continente asiático: a regionalização da Ásia
- Colonização e descolonização da Ásia
- Oriente Médio: religião, questões territoriais, petróleo, questão da água
- Sudeste da Ásia: rizicultura e as atividades primárias
- Tigres Asiáticos: economia x população
- Índia: sistema de castas, demografia, economia, instabilidade militar
- China: peso demográfico, desenvolvimento econômico, organização do espaço geográfico
- \* Analisar a importância do petróleo para o mundo. Levar o aluno a refletir a importância que tem o petróleo na sua vida diária.

## 9º ANO

### 1. Espaço Global

- A revolução tecnológica e a formação do espaço global: tecnologias, revolução industrial, segunda revolução industrial, terceira revolução industrial
- A dinâmica do espaço global: multinacionais
- As multinacionais e o comércio mundial: fluxos de mercadorias e pessoas, informações e capitais, fluxos e as cidades globais
- Fluxos populacionais: migrações internacionais de trabalhadores, fluxos de refugiados, turísticos
- Migrações e as transformações das paisagens e do espaço geográfico
- \* A tecnologia na vida das pessoas. A revolução tecnológica mudou a sua vida? Como?

### 2. Consumo, Meio ambiente e Desigualdades no Espaço Global

321

- O capitalismo e a sociedade de consumo: consumo e consumismo, ricos e pobres
- Consumo, meio ambiente e questão demográfica
- Meio ambiente e problemática ecológica: movimentos ambientalistas, revolução verde, desenvolvimento sustentável
- Globalização, desenvolvimento e subdesenvolvimento: disparidades econômicas, domínio tecnológico, globalização e exclusão
- \* destacar como os alunos, professores, funcionários da escola, enquanto comunidade, pode contribuir para o alcance de um desenvolvimento sustentável?

### 3. América Desenvolvida

- Estados Unidos e Canadá: América desenvolvida, colonização e formação
- Estados Unidos: superpotência mundial: crescimento econômico, influência na



economia, cultura e geopolítica mundial

- Declínio econômico dos Estados Unidos?
- O espaço geográfico norte-americano: atividade industrial, urbanização, desenvolvimento questionável
- Canadá - sociedade multicultural e potência econômica: qualidade de vida, economia. Nafta
- \* Discutir as medidas protecionistas adotadas pelo governo norte-americano no comércio com o Brasil. Identificar alguns produtos. Quais desses produtos são também produzidos em Campo Alegre?

#### 4. Europa Desenvolvida

- Continente Europeu: duas Europas?
- Questões populacionais na Europa desenvolvida: diferentes povos e cultura, estrutura etária, qualidade de vida
- Os imigrantes na Europa desenvolvida

322

- A organização do espaço geográfico Europeu: indústria, urbanização, espaço agrário, transportes
- Centro e periferia na Europa desenvolvida
- União Européia: instituições
- Na busca pela hegemonia mundial: desafios econômicos, políticos, sociais
- \* Identificar quais grupos de europeus veio para o Brasil. Quais imigrantes fixaram-se em Santa Catarina? Campo Alegre?

#### 5. Países Ex-socialistas da Europa e da Ásia

- Eurásia: meio Europa, meio Ásia, Leste Europeu, CEI e Repúblicas Bálticas
- Do império russo a formação e a desagregação da União Soviética
- A crise do império russo e a Revolução de 1917: criação da URSS, crescimento econômico, URSS pós-guerra, URSS entra em crise, fim da URSS
- Rússia uma potência em crise: organização do espaço geográfico
- A difícil transição para a democracia e para a economia de mercado
- Um país, várias etnias
- O atual papel geopolítico mundial da Rússia
- Leste Europeu e países da CEI: desafios e transição econômica, conflitos e tensões
- Problemas ambientais: um desafio para os países ex-socialistas
- \* Os Estados ou países podem unir-se ou desmembrar-se. Por que isto acontece?
- Você lembra qual país ou estado passou por essa situação?

#### 6. Países Desenvolvidos da Bacia do Pacífico e Regiões Polares

- A Bacia do Pacífico, Japão, Austrália e Nova Zelândia e Regiões Polares
- Japão: gigante do oriente
- A sociedade japonesa e a reconstrução do país
- O Japão e a dependência de recursos naturais estrangeiros
- Um complexo parque industrial
- Japão: grande exportador mundial, populosos e povoado, agricultura, pesca
- Desafios para o Japão no século XXI
- Austrália e Nova Zelândia; mineração, pecuária
- Implicações do meio natural sobre as atividades econômicas
- Turismo, uma atividade muito desenvolvida
- Austrália e Nova Zelândia, países de grande desenvolvimento

social

- Regiões Polares: Ártico e Antártica
- Meios polares: meios frágeis
- \* Analisar: "Antártida patrimônio nacional da humanidade"

#### HISTÓRIA

#### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

323

O que se pretende com o ensino dessa disciplina é que o aluno tenha acesso ao conhecimento historicamente acumulado e reflita criticamente sobre ele. A partir dessa aquisição, o aluno poderá se situar no seu tempo, em sua sociedade e estabelecer relações com outras sociedades em outros tempos. Tradicionalmente, o ensino de História tem contemplado os feitos dos heróis, o relato dos acontecimentos grandiosos. A concepção que fundamenta esse ensino, remota ao século XIX, quando a ordem burguesa consolidou sua ascensão ao poder. A partir de então, a apreensão que se fez do passado e seu registro ocorreu sob a ótica daquele poder ascendente, permanecendo até os dias atuais. Tal apreensão foi marcada pela concepção cientificista e determinista, baseada no racionalismo. Nessa perspectiva, a disciplina tinha o papel de manter o caráter natural das desigualdades sociais. A História foi dividida em períodos - Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Através do ensino renovado da História, o que se pretende é o acesso à produção historiográfica, considerando que o "olhar para o passado" e o seu registro dependem muito de "quem o faz" e "para que o faz", e que a subjetividade sempre esteve presente no discurso do historiador. Faz-se necessário, então, considerar o historiador, seu tempo, sua formação e sua situação de classe. Desta forma, o

324

passado terá sempre muitas leituras. Todas as vezes que se buscarem referências no passado, abrir-se-ão novos caminhos, ampliando o conhecimento. Com essa preocupação, o ensino da História propõe que alunos e professores reflitam criticamente sobre o conhecimento, possibilitando a sua reelaboração. Os homens produzem a sua vida de maneiras diversas no tempo e no espaço. Ao fazê-lo e ao se relacionarem estão fazendo história. É na sociedade que o homem se faz homem, pois ele a produz e é por ela produzido. Essa construção se constitui num processo dinâmico, que contém avanços, recuos e rupturas. A História deve ser compreendida no seu movimento, no seu vir a ser, nunca estando pronta e acabada. O objeto de estudo da História são as sociedades no seu permanente fazer-se.

Nesta perspectiva, o tempo é fundamental para a sua compreensão, porque é nele que se percebem as transformações sociais. Contudo, muitas são as acepções de tempo presentes nas sociedades - é o tempo da natureza, do trabalho, da igreja, o tempo cronológico, o tempo psicológico. Ao se estudarem as diferentes sociedades, é possível apreender que o seu devir apresenta ritmos diferenciados. Assim, através do raciocínio histórico, será possível compreender os conceitos de simultaneidade e multilinearidade, ou seja, entender que, num mesmo tempo cronológico, convivem diferentes sociedades em processos específicos de fazer-se. Para desenvolver o raciocínio histórico, faz-se necessário o entendimento de que o registro do tempo é uma construção humana. Cada sociedade apreende o tempo de forma peculiar: nas sociedades tribais, é definido pelo ritmo da natureza, enquanto nas sociedades contemporâneas ocidentais, o trabalho organiza e unifica. Nestas últimas, seu controle é uma forma de dominação, uma vez que o capital se apropriou do tempo dos homens, ao definir um tempo único para todos - "tempo é dinheiro", afastou os homens de uma reflexão e mesmo de autonomia sobre o seu tempo. Cada sociedade possui características próprias, decorrentes do seu processo histórico, apresentando semelhanças e diferenças em relação a outras sociedades.

325

No interior das sociedades, estão presentes contradições que se manifestam sob a forma de conflitos e desigualdades. Para a compreensão de como os homens historicamente vêm se organizando, faz-se uso das categorias: trabalho, poder e cultura. Ao se utilizarem estas categorias, deve-se considerar a historicidade desses conceitos, isto é, que as concepções não são as mesmas em todos os tempos e em todos os povos. Na sociedade grega, por exemplo, a concepção de trabalho era bem distinta da que se tem nos dias atuais. O mesmo acontece em relação a outras sociedades. Salientam-se estas questões para evidenciar a ruptura com conceitos fechados e absolutos. Se tudo na história tem um movimento, os conceitos também têm sua trajetória. O ensino e a aprendizagem da História envolvem uma distinção básica entre o saber histórico, como um campo de pesquisa e produção de conhecimento do domínio dos especialistas, e o saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço da escola. Considera-se que o saber histórico escolar reelabora o conhecimento produzido no campo das pesquisas dos historiadores e especialistas do campo das Ciências Humanas, selecionando e se apropriando de partes dos

resultados acadêmicos, articulando-os de acordo com seus objetivos. Nesse processo de reelaboração, agrega-se um conjunto de representações sociais do mundo e da história, produzidas por professores e alunos. As representações sociais são constituídas pela vivência dos alunos e professores, que adquirem conhecimentos dinâmicos provenientes de várias fontes de informações veiculadas pela comunidade e pelos meios de comunicação. Na sala de aula, os materiais didáticos e as diversas formas de comunicação escolar apresentadas no processo pedagógico constituem o que se denomina saber histórico escolar. O ensino da História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais.

326

A partir daí surgem desafios para o trabalho histórico que visa à constituição de uma identidade social do estudante, fundada no passado comum do seu grupo de convívio, mas articulada à história da população brasileira.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Entendendo a História como produto da ação de todos os homens, num processo dinâmico e contraditório, percebe-se a necessidade de uma crítica em relação à como vem sendo trabalhada essa disciplina. O trabalho com conteúdos de História deve levar à compreensão de que as sociedades não são naturais, mas construídas pelos homens; estão sempre em movimento e em transformação no tempo. Através dos conteúdos, o aluno deve ser capaz de compreender o tempo histórico, o movimento que está presente na formação das sociedades e se situar no tempo. Situar-se no tempo e compreender a sociedade em que vive é pressuposto fundamental para o exercício consciente da cidadania. As noções temporais devem ser trabalhadas através da construção da linha do tempo, que é a representação gráfica da vida de uma pessoa ou de uma sociedade, pontuado por acontecimentos significativos. Nela são trabalhadas as noções de sucessão e transformação. Nas séries iniciais, o trabalho com a linha do tempo poderá ser desenvolvido com a história da vida do aluno. Através da comparação de diferentes linhas do tempo - dos colegas, dos professores, dos avós - o aluno vai aprendendo as noções de simultaneidade, multilinearidade e geração. Para o desenvolvimento do raciocínio histórico, os conteúdos serão problematizados. Ao se utilizar situações - problema, estarão sendo desenvolvidas

as noções de tempo, espaço, transformação (semelhanças e diferenças, permanências e mudanças), e produção das necessidades, em entrelaçar constante de tempos e espaços.

327

Metodologicamente, o ensino de História fará uso da recorrência histórica, que é entendida como diálogo estabelecido com o passado, a partir da inserção crítica no presente. É um ir e vir do presente ao passado e do passado ao presente, estabelecendo relações dinâmicas e multilíneas.

Os conteúdos selecionados são significativos à medida que possibilitam a formação de conceitos para a compreensão de como a realidade foi construída historicamente.

O ensino da História faz uso de diferentes linguagens: fotografias, filmes, textos variados, objetos, poesias, literatura, música e charges para a compreensão do processo de construção da realidade.

Em todas as séries, as observações, as discussões, as reflexões devem ser sistematizadas através da produção de textos individuais e coletivos, desenhos, poesias, jornais, painéis e outros.

Para concretizar esta proposta, impõe-se uma escolha cuidadosa e criteriosa de textos de apoio, a utilização de uma bibliografia atualizada e um esquema de reuniões sistemáticas de professores com a supervisão e direção do estabelecimento de ensino.

É fundamental, além disso, manter contato com textos produzidos recentemente - teses e monografias - para enriquecer e ampliar o conhecimento historiográfico.

Neste sentido propõe-se, para o ensino de História, conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos refletir criticamente sobre as convivências

e as obras humanas, conhecendo e debatendo as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes, de uma multiplicidade de

acontecimentos e de uma multiplicidade de legados históricos.

Para que os alunos dimensionem a sua realidade historicamente é importante

que o professor crie situações de aprendizagens escolares para instigá-los a estabelecer relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações

328

individuais e as coletivas, os interesses específicos de grupos e os acordos coletivos, as particularidades e os contextos.

Os procedimentos de pesquisa devem ser ensinados pelo professor à medida

que favoreçam, de um modo ou de outro, uma ampliação do conhecimento e das capacidades dos alunos: troca de informações, socializações de idéias, autonomia de decisão, percepção de contradições, construção de relações, atitudes de confronto, domínios lingüísticos, escritos, orais, iconográficos, cartográficos e

pictóricos. É importante que o professor retome, algumas vezes, a proposta de trabalho inicial, para que os alunos possam tomar decisões sobre novos procedimentos no decorrer das atividades.

A pesquisa e a coleta de dados e informações devem fundamentar a construção de uma ou mais respostas para os questionamentos disparados no início dos trabalhos.

#### OBJETIVO GERAL

Levar o aluno a compreender alguns conceitos para a compreensão da história, relacionando passado, presente e sendo agente crítico e construtor da mesma.

Proporcionar ao aluno elementos teóricos para que o mesmo faça leitura crítica da sociedade, como sujeito transformador do processo.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer as fontes históricas
- Perceber a importância da história para a compreensão do presente
- Levar o aluno a adquirir uma prática sistemática de pesquisa e de consulta
- Estimular discussões em sala sobre o tema estudado
- Valorizar outras fontes de conhecimento

329

- Desenvolver a capacidade da escrita e da leitura, bem como a compreensão analítica do aluno.

#### FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL

Quando desperta no aluno a capacidade de fazer seus próprios julgamentos, levando em consideração a realidade temporal que se observa.

#### HISTÓRIA E TEMAS TRANSVERSAIS

Nos momentos em que traz os contextos históricos programáticos para a realidade presente, fazendo os alunos perceberem que determinadas humanas num grupo específico extrapolam as suas ações. Estas interferem em contextos que exigem uma reavaliação das próprias relações humanas atuais.

#### AValiação

Através de produção de textos nas quais o aluno possa expressar aquilo a ser identificado progressiva e diagnosticamente. Neste caso, a compreensão assimilada durante todo o trabalho através de comprovações da capacidade

de discernimento de diferenças temporais, mudanças e permanências, diferenças e semelhanças contextuais e culturais. A avaliação será global, qualitativamente e quantitativamente de acordo com os trabalhos desenvolvidos em classe.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Capacitar o aluno para a compreensão da própria realidade a partir dos conteúdos estudados, possibilitando traçar paralelos com as permanências e mudanças. Para tanto:

330

- leitura, interpretação e comparação de textos, mapas, gráficas, tabelas e demais fontes históricas;
- pesquisas: coletas, organização e sistematização;
- reflexão histórica e crítica sobre os fatos;
- caracterização dos movimentos sociais desencadeadas pelas diferentes segmentos da sociedade também no Brasil: minorias, mulheres, negras, sindicatos indígenas, etc.
- análise dos fatores desencadeantes e suas conseqüências no êxodo rural na industrialização, e na desagregação da produção artesanal têxtil;
- identificação dos sujeitos sociais como direito de voto na Europa e no Brasil;
- compreensão da importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão para a difusão dos princípios liberais que norteiam o atual conceito de cidadania;
- reconhecimento dos laços de diferenças entre as relações de trabalho ao longo da História;
- diferenciação do processo de independência, da fragmentação política da América espanhola em relação à manutenção da integridade territorial portuguesa;
- identificação dos motivos básicos que promoveram a eclosão do movimento de independência dos EUA;
- compreensão do Imperialismo do século XIX como um movimento decorrente da necessidade que os países industrializados tinham de conseguir fontes de matérias-primas e mercados consumidores;
- relacionamento da disputa colonial entre as grandes potências imperialistas do século XIX e começo do século XX com a eclosão dos conflitos mundiais;
- análise das relações e representações sociais e culturais da sociedade brasileira na colônia, no império e na república;
- identificação das relações do poder ao longo da constituição do Estado brasileiro;
- identificação do Federalismo como característica básica do regime Republicano implantado no Brasil em 1889;
- compreensão da organização política, econômica, cultural, social dos países a partir do século XVIII;

- reflexão sobre sua importância como sujeito na transformação da História.

#### CONTEÚDOS

##### 6º ANO

- O que é História?
- Pré-história
- O começo da história
- Mesopotâmia
- O Egito Antigo
- Os Fenícios e os Hebreus
- Os Persas
- O extremo Oriente
- A Grécia Antiga
- Roma
- Idade Média

##### 7º. ANO

- A Europa Medieval

331

- As grandes mudanças ( a decadência, o renascimento comercial, o crescimento urbano, o surgimento da burguesia)
- O absolutismo
- O mercantilismo
- Expansão marítima
- O Renascimento
- A América antes dos europeus
- A conquista da América
- O início da colonização
- Reforma protestante
- África
- Sistema colonial
- Civilização do açúcar
- América espanhola
- Revolução científica
- Expandindo o Brasil

##### 8º ANO

- Revolução inglesa
- Iluminismo
- Século do ouro
- Independência dos Estados Unidos
- Revolução Francesa
- Revoltas Anti-coloniais
- Revolução industrial
- Independência do Brasil
- Independência da América Espanhola
- Liberais e nacionalistas
- Primeiro império
- Período regencial
- Segundo império
- Doutrinas sociais
- Unificação da Itália e da Alemanha
- Imperialismo
- América no século XIX
- Europa no final do século XIX
- Abolição da escravidão
- República

##### 9º ANO

- Primeira Guerra Mundial
- República Velha

332

- Revolução Russa
- Rebeliões nas artes e na ciência
- Revolução mexicana
- Crise de 29
- Ditaduras fascistas
- Era do populismo
- América vermelha
- JK ao golpe de 64
- Anos rebeldes
- Anos 70
- Ditadura Militar
- Mundo contemporâneo

## ARTE

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

333

A proposta do ensino de Arte na escola propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética que é a síntese das múltiplas determinações que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana.

A educação, nesse caso, deve compreender a Arte como trabalho criador.

Entende-se por trabalho criador o resultado das modificações entrecortadas no

"dever" das relações humanas com estas esferas estruturais de produção, vinculadas

ao seu espaço e tempo, pelo estudo das matérias-primas da arte. O homem, pelo trabalho criador, elabora o seu modo de ver, ouvir, representar

e movimentar-se, através da representação crítica. Esta representação crítica, constituída de estruturas artísticas, vai registrar a interferência humana no espaço e no tempo como produto histórico-social.

334

Estas interferências exigem uma mudança de relação - visão do mundo - do homem para com suas novas significações, que são, de fato, objetos humanizados e transformados em sua natureza e, sem perder essa essência, se constituem na expressão humana em sua totalidade. A mudança de relação possibilita a superação do estado histórico imediata não só da configuração social, mas também da produção artística.

Essa área também favorece ao aluno relacionar-se de forma criativa com as outras disciplinas do currículo. Por exemplo, um aluno que conhece arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico.

Um aluno que exercita continuamente a sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. Pode, também, criar condições para uma melhor qualidade de vida a partir do momento em que é capaz de perceber sua realidade cotidiana através de

uma observação crítica de sua cultura.

Além disso, pode exercitar suas capacidades cognitivas, sensitivas, afetivas e imaginativas a partir de contatos com manifestações artísticas das diversas culturas que expressam a riqueza criadora dos artistas de todos os tempos e lugares. Ao mesmo tempo, seu corpo se movimenta, suas mãos e olhos adquirem habilidades, o ouvido e a palavra se aprimoram, enquanto desenvolve atividades nas quais as relações interpessoais perpassam o convívio social o tempo todo. É importante despertar no aluno a curiosidade sobre contrastes, contradições, desigualdades e peculiaridades que formam as diferentes culturas e que as distinguem entre si por meio de trabalhos artísticos que expressem tais características.

Muito comum no ensino de Arte é a representação da figura humana. Por meio da apreciação dessas representações, o aluno será levado a discussões dentro de sua experiência pessoal, ressignificando valores transmitidos pelo processo de socialização no que diz respeito às dimensões culturais, afetivas e sociais da sexualidade.

Encarado sob esse ângulo, o ensino da Arte favorece a integração entre aprendizagem racional e estética do aluno e poderá contribuir para o exercício

335

conjunto complementar da razão e do sonho, no qual conhecer é também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido, arriscar hipóteses ousadas, trabalhar duro, esforçar-se e alegrar-se com descobertas.

### AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS

#### TEATRO

O homem desde os primórdios de sua vida, comunica-se através do canto, da dança, do ato de representação para expressar seu sentimento individual ou coletivo

relacionado com o meio em que vive.

O teatro tem grande importância no conjunto de recursos e elementos que

favorecem o crescimento do indivíduo. Sendo uma arte coletiva onde a matéria é o

corpo (presença psicofísica do ser humano), traz um arsenal de elementos dentro do

aspecto intelectual e criativo ajudando a reorganizar e reconstruir novas idéias, estabelecendo relações entre o individual e o coletivo.

O objetivo do teatro não está na função do corpo como um fim em si mesmo; o

corpo é seu veículo para interagir com o mundo que o cerca.

Experimentar, rir de si mesmo, dos outros, trabalhar em cima de situações

conflitantes, buscar soluções imaginárias: eis a essência do TEATRO!

Utilizá-lo desde as primeiras séries do ensino fundamental, conforme os

diversos níveis de alunos, é auxiliá-lo na construção de sua



identidade cultural, na sua consciência crítica, é contribuir para o processo de formação do homem não como ser isolado, mas concebido como ser histórico, e social. E para que isso aconteça, a escola deve viabilizar acesso ao aluno estudo, produção e fruição. É necessário, "compreender o teatro em suas dimensões artísticas, estéticas, históricas, social e antropológica; improvisar com os elementos da linguagem teatral; pesquisar e otimizar recursos materiais disponíveis na própria escola e na comunicação para a atividade teatral e linguagem teatral, empregar vocabulários apropriado para a apreciação e caracterização dos próprios trabalhos, dos trabalhos de colegas e de profissionais de teatro; conhecer e distinguir diferentes momentos da

336

história do teatro, os aspectos estéticos predominantes; a tradição dos estilos e a presença dessa tradição na produção teatral contemporânea; estabelecer relação de respeito, compromisso e reciprocidade com o próprio trabalho e com o trabalho de colegas na atividade teatral na escola; reconhecer a prática do teatro como tarefa coletiva de desenvolvimento da solidariedade social" (PCN).

#### ARTES VISUAIS

O professor tem a possibilidade de explorar o universo criativo do aluno, mobilizando-o e despertando dentro dele possibilidade de crescimento pessoal. Essa sensibilização parte dos primeiros contatos com o fazer artístico, que deve ser ligado ao apreciar e conhecer a arte, dentro do universo cultural. Os conhecimentos em arte poderão ser construídos pelos alunos se foram explorados nas próprias produções, nas obras artísticas que lhe forem apresentadas em sala: livros, visitas à museus, etc. Se as atividades de leitura visual forem trabalhadas com o objetivo de exercitar e analisar os modos de ver, olhar e observar, poderão auxiliar no domínio da decodificação visual do cotidiano. Fazendo, criando e inventando formas que entenderão melhor as manifestações artísticas visuais, conseqüentemente, poderão compreendê-las dentro do seu universo cultural. As artes visuais podem ajudar a "expressar, representar idéias, emoções, sensações por meio da articulação de poéticas pessoais, desenvolvendo trabalhos individuais e grupais; interagir com variedades de materiais; reconhecer diversas técnicas; identificar a diversidade e inter-relações de elementos da linguagem visual que se encontra em múltiplas realidades, perceber e analisá-los criticamente" (PCN).

#### DANÇA

No dia a dia, o corpo e o movimento estão sempre presentes. É

importante que o corpo não seja tratado simplesmente como "instrumentos" ou veículo de dança; o corpo é conhecimento, emoção, comunicação, expressão. Portanto o corpo é a dança e a dança é o corpo.

337

Vivemos num país "temperado" com diferentes variedades de gíngados e esta riqueza que o professor deverá tomar como aliada para introduzir a dança dentro do processo educacional: a possibilidade de conhecer, reconhecer, articular e imaginar a dança em diferentes corpos e, portanto, com diferentes maneiras de ver a sociedade. "Os alunos podem, por meio da dança, reforçar seus laços de amizade, trabalhar e conhecer o grupo, assim como conhecer a si próprios de outra maneira, dando importância à questão de auto-estima. Também podem desafiar o corpo físico, criar danças que faz sentido para eles, aprender bastante para poder mostrar e experimentar novas formas de expressão que não são possíveis por meio de palavras." A dança possibilita: "aos alunos a construir uma relação de cooperação, respeito, diálogo e valorização das diversas escolhas e possibilidades de interpretação e de criação em dança que ocorrem em sala de aula e na sociedade; aperfeiçoar a capacidade de discriminação verbal, visual e cinestésica e de preparo corporal adequado em relação às danças criadas, interpretadas e assistidas; situar e compreender as relações entre o corpo, dança e sociedade, principalmente no que diz respeito ao diálogo entre a tradição e a sociedade contemporânea; buscar e saber organizar, livros, etc..., relacionando-os às suas próprias experiências pessoais como criadores, intérpretes e apreciadores de dança" (PCN).

#### MÚSICA

A educação musical deve partir por caminhos que considere o conhecimento e experiências que o aluno traz do seu cotidiano. É preciso estimular no aluno a sensibilidade para ouvir, ver e apreciar música de vários gêneros. Tudo vai depender de como o professor irá direcionar as aulas, tendo em vista os alunos, suas vivências e o meio ambiente e vai depender também da bagagem que o professor traz consigo: "saber música" e "saber ser professor de música".

338

A escola deve também garantir-lhe uma educação musical em que seu imaginário é expressão musical se manifeste nos processos de improvisar, compor e interpretar, oferecendo uma dimensão estética e artística,

articulada com  
apreciações musicais.

Aprender a sentir, expressar e pensar a realidade sonora ao seu redor que está em constante mudança, faz com que o aluno desenvolva capacidade crítica fundamentando dentro de um ouvir com mais competência, podendo filtrar o que acha de melhor na música. Os alunos podem por meio da música; "alcançar progressivo desenvolvimento musical melódico, harmônico, tímbrico nos processos de improvisar, compor, interpretar e apreciar; desenvolver a memória musical; pesquisar, explorar, improvisar, compor e interpretar sons de diversas naturezas e procedências, desenvolvendo autoconfiança, senso estético e crítico; trabalho em equipe e com respeito mútuo; interpretar e apreciar músicas do próprio meio sociocultural e as nacionais e internacionais que fazem parte do patrimônio da humanidade; adotar atitudes de respeito à variedade de manifestações musicais, refletindo suas respectivas estéticas e valores; valorizar as diversas culturas musicais, especialmente as brasileiras, estabelecendo relações entre a música produzida na escola, as veiculadas pela mídia e as que são produzidas individualmente e/ou por grupos musicais da localidade e região; procurar participar nem que seja como ouvinte em ventos musicais; refletir os vários aspectos das relações". comunicacionais dos alunos com a música produzida pelos meios tecnológicos contemporâneos (que trazem novos paradigmas perceptivos e novas relações tempo/espaço), bem com o mercado cultural (indústria de produção, distribuição e formas de consumo)" (PCN).

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A prática pedagógica do professor em sala de aula deverá ser norteada pela análise de auto-construção da realidade humana, no dever de suas relações com o espaço e o tempo. Portanto, o professor deverá trabalhar os conteúdos do ensino da

339

Arte na perspectiva de algumas categorias que organizaram a construção do pensamento crítico: a intenção e a comparação. Pela análise da categoria da intencionalidade, que mobilizou a organização de determinada estrutura artística, o aluno poderá compreender não só os motivos pelos quais ela foi organizada, sua significação histórico-social, mas também, a seleção dos materiais que possibilitaram essa estruturação artística. A análise comparativa entre estruturas artísticas poderá levar o aluno a compreender alguns dos diferentes modos de estruturação já elaborados pelo homem. Assim sendo, o aluno poderá

perceber que as variantes deste processo de estruturação estarão vinculadas ao espaço em que as estruturas foram organizadas, o que poderá determinar as funções que elas exercerão em cada contexto. As idéias estéticas surgem da produção humana determinada pelo movimento das relações sociais, consideradas suas transformações no espaço e no tempo. Assim sendo, como toda e qualquer esfera de produção social, a Arte possui um sentido e uma função, ou seja, um significado histórico-social. Para o entendimento desse significado, o professor deverá levar o aluno a compreender que o homem pode organizar determinados objetos em estruturas para servi-lo ou representá-lo e pode com elas intervir na sua realidade espaço-temporal. Dentre os objetos que o homem pode organizar, estão os artísticos, que podem se configurar em estruturas artísticas a partir da organização dos seus elementos. Essas estruturas, como todas as outras organizadas pelo homem, também serão compreendidas como representações críticas que registrarão a interferência humana como um produto histórico-social. O processo de organização das matérias artísticas vem ocupando a humanidade para compreendê-las, colocá-las a seu serviço e fazer-se representar por elas e, principalmente como uma possibilidade de superação social (criação, cultura e produção). Para que este processo seja compreendido pelo aluno além do domínio dos elementos formais, ele precisa assimilar o sistema de convenções criado pelas necessidades sociais das quais são provenientes esses elementos e suas funções.

340

Essa compreensão levará o aluno a perceber que as manifestações artísticas são resultados das ações humano-culturais e que são, principalmente, produtos e experiências multiculturais e, portanto, diferenciadas pelas variantes desse processo: sua história. Para que o aluno possa vivenciar uma produção artística através da organização dos seus elementos caracterizadores, o professor deverá exercitar e explicitar esses elementos de modo a assegurar ao aluno a visão da totalidade de uma estrutura artística. Desse modo, ele poderá compreender que, dependendo da maneira como esses elementos - que compõem a estrutura artística - se apresentam, enquanto organização estruturada produzirá efeitos diferenciados. A prática do ensino da Arte, conduzida pelo professor, será feita de modo a permitir ao aluno a auto compreensão e a apropriação do conhecimento já sistematizado historicamente, em dois momentos. No primeiro, dará conta de

ultrapassar as instâncias das resistências encontradas quando o aluno faz a leitura desveladora do que já foi produzido historicamente e artisticamente. No segundo momento, o professor conduzirá o trabalho para a prática criadora, através do exercício de reelaboração pelo aluno, dessa produção já existente, no sentido de levá-lo a atribuir ao que já foi elaborado, novas significações, justamente pela reelaboração.

As atividades propostas na área de Arte devem garantir e ajudar o aluno a desenvolver modos interessantes, imaginativos e criadores de fazer e de pensar sobre a arte, exercitando seus modos de expressão e comunicação. O professor, na sala de aula, deve ser um observador constante do conjunto de variáveis e tendências de seus alunos a fim de que possa tornar-se um criador de situações de aprendizagem, um incentivador da produção individual ou grupal, um estimulador do olhar crítico dos alunos. Dessa maneira, terá oportunidade de propiciar um clima de trabalho em que a curiosidade, o constante desafio perceptivo, a qualidade lúdica e a alegria estejam presentes, junto com a paciência, a atenção e o esforço necessários para a continuidade do processo de criação artística.

#### OBJETIVO

341

Desenvolver conhecimento estético e competência artística nas diversas linguagens da área de Arte (artes visuais, dança, música, teatro) tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais como para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e emitir juízo sobre os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

#### FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL

Em Arte o aluno adquire respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo, atuando autônomo e criticamente em uma sociedade democrática.

#### ARTE E TEMAS TRANSVERSAIS

O ensino e aprendizagem de Arte não acontecem no vazio, mas sempre se ligam a determinado espaço cultural, tempo histórico e às condições particulares que envolvem aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais e éticos.

#### METODOLOGIA

Ensino pela pesquisa, experiência de materiais e o fazer artístico.

#### PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser prévia a uma atividade; realizada durante a própria situação de aprendizagem ou ao término da atividade, abrangendo os objetivos a

serem atingidos.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

342

Aprender arte é desenvolver progressivamente um percurso de criação pessoal cultivado, mobilizado pelas interações que o aluno realiza no ambiente natural e sociocultural. Tais interações são realizadas:

- com pessoas que trazem informações para o processo de aprendizagem;
- com obras de arte;
- com motivações próprias e do entorno natural;
- com fontes de informação e comunicação;
- com os próprios trabalhos e dos colegas.

expressando e sabendo comunicar-se em artes, mantendo uma busca pessoal e/ou coletiva, articulando e percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;

- conhecimento de artistas brasileiros e estrangeiros (vida, obra e período);
- interação com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (artes visuais, dança, música, teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;
- construção de autoconfiança na produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimento e soluções;
- identificação, relacionamento e compreensão das diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas;
- compreensão da arte como fato histórico, observando as produções presentes no entorno como também do patrimônio cultural e do universo natural, percebendo as diferenças de padrões estéticos;
- articulação da percepção, imaginação, emoção, investigação, sensibilidade e reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- reconhecendo, diferenciando e sabendo utilizar com propriedades diversas técnicas de arte, com procedimentos de pesquisa experimentando e comunicando entre si;
- conhecendo e distinguindo diferentes momentos da história do teatro, os aspectos estéticos predominantes, à tradição dos estilos e da presença dessa tradição na produção teatral contemporânea;

343

- conhecimento da capacidade de discriminação verbal, visual e cinestésica, e expressão corporal adequado em relação às danças criadas, interpretadas e assistidas;
- conhecendo, apreciando, adotando atitudes de respeito diante da variedade de manifestações que se dão contemporaneamente, refletindo sobre suas respectivas estéticas e valores.
- representação de idéias, emoções e comunicação em artes visuais, articulação da

percepção, imaginação, e memória, sensibilidade e reflexão;  
 - conhecimento da capacidade de discriminação verbal, visual e cinestésica e de expressão corporal adequado em relação às danças criadas, interpretadas e assistidas;  
 - discussão e reflexão sobre as preferências musicais e influências do contexto sociocultural, conhecendo usos e funções da música em épocas distintas e as participações diferenciadas de gênero, minorias e etnias;  
 - conhecimento e discernimento de diferentes momentos da história do teatro, dos aspectos estéticos predominantes, da tradição dos estilos e da presença dessa tradição na produção teatral contemporânea.

#### 6º ANO

- Revisão cores primárias e secundárias, harmonia das cores quentes e frias
- Harmonia monocromática
- Harmonia policromática
- Ponto
- Forma
- Ponto geométrico e gráfico
- Contextualização
- Linha ( classificação)
- Figura/ fundo
- Volume
- Formas básicas: círculo, quadrado, triângulo, retângulo

- Impressionismo , cubismo
- Contextualização
- Ritmo ( estático / movimento)
- Folclore e suas manifestações
- Teatro
- Características - figurino
- Música - definição
- Laboratório expressivo
- Hino Campo Alegre
- \* Possibilitar a ouvir e cantar músicas de estilos variados
- Dança

#### 7º ANO

- Cor
- Terciária, complementares, análogas, neutras e contraste
- Cor e expressividade
- Contextualização ( artistas e sua biografia)
- Luz e sombra
- Definição - ( branco e preto)
- Positivo / negativo
- Contextualização
- Forma
- Definição, classificação das formas, dimensão
- Forma bidimensional e tridimensional
- Contextualização
- Proporção
- Proporção e função dos objetos
- Proporção e encaixe
- Contextualização
- Folclore
- Folclore nacional e as manifestações populares

344

- Teatro
- Improvisação
- Jogos dramáticos
- Música

- Retratos - diferentes posições
- Contextualização
- História de história em quadrinhos
- Linguagem dos quadrinhos ( balões, metáfora, onomatopéia)
- Tiras de humor de charge

#### 8º ANO

- Valor - tonalidade
- Desenho de memorização, imaginação e observação
- Comunicação visual
- circunferência - círculo
- Luz e sombra
- Proporção e função dos objetos
- Trabalhando o corpo humano
- Contextualização
- Folclore brasileiro
- Traçado de letras
- Quadrilátero
- Teatro
- Sinais e símbolos gráficos

#### 9º ANO

345

- Explorar a expressividade das cores (expressionismo inserido ao Pós-impressionismo- Van Gogh, Cézanne, Anita Malfati)
- As cores nas artes gráficas - Folvismo, Matisse
- Formas de composição
- Composição com linhas (abstracionismo: Mondrian)

346

- Composição com linhas e formas (abstracionismo e surrealismo) Kandinski, Miro e Salvador Dali)
- Composição com luz e sombra - Renascimento - Michelangelo
- Composição com cores ( Matisse)
- Composição com figuras geométricas ( Cubismo - Picasso - Cézanne)
- Folclore brasileiro ( Tarsila do Amaral e artistas locais)
- Noções de perspectivas, frontal, angular
- Publicidade
- Conhecer as diferentes temáticas da dança
- Apreciando ( vídeo) diferentes companhias de dança
- Valorizar a MPB
- Teatro

#### EDUCAÇÃO FÍSICA

##### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A natureza do trabalho desenvolvido na área de Educação Física tem íntima relação com a compreensão das concepções de corpo e movimento. Buscando uma compreensão que contemple essa relação procura-se uma reflexão sobre a distinção entre organismo - um sistema estritamente fisiológico - e corpo - que se relaciona dentro de um contexto sociocultural. Devem-se abordar os conceitos da Educação Física como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos. Sob esse enfoque, entende-se a Educação Física como uma cultura corporal. A concepção de cultura corporal amplia a contribuição da Educação

Física escolar para o pleno exercício da cidadania na medida em que, trabalhando os conteúdos e as capacidades como produtos socioculturais, afirma como direito de todos, o acesso a eles, ao mesmo tempo em que abre espaço para que se aprofundem discussões importantes sobre aspectos éticos e sociais.

347

A Educação Física também deve propor a democratização, a humanização e diversificação da prática pedagógica, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. É importante salientar que o trabalho deve oportunizar o desenvolvimento de habilidades corporais e atividades culturais com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções.

A presença dessa disciplina na escola poderá favorecer a autonomia dos alunos e a consciência de que viver situações de socialização e de desfrute de atividades lúdicas, sem caráter utilitário são essenciais para a saúde e contribuem para o bem estar coletivo e possível descoberta de novos talentos esportivos.

O lazer e a disponibilidade de espaços para atividades lúdicas e esportivas são necessidades básicas e, por isso, direitos do cidadão.

Os conhecimentos sobre o corpo, ao mesmo tempo em que fornecem

subsídios para cultivo de bons hábitos de alimentação, higiene e atividade corporal,

permitem compreendê-los como direitos humanos fundamentais.

A formação de hábitos de cuidado pessoal e de construção de relações

interpessoais colabora para que a dimensão da sexualidade seja integrada de

maneira prazerosa e segura. A partir do momento em que o indivíduo preza a sua

saúde e está integrado a um grupo com o qual compartilha atividades socioculturais,

desperta sua consciência para a melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, a Educação Física deve colaborar para que o aluno compreenda

a cidadania como participação social e política, posicionando-se de maneira crítica,

responsável e construtiva nas diferentes situações sociais a fim de que, conhecendo

as características fundamentais de seu país, possa contribuir para a construção da

noção de identidade nacional e pessoal. Conhecendo e valorizando a pluralidade do

patrimônio sociocultural brasileiro, o aluno percebe-se integrante, dependente e

agente transformador do ambiente, desenvolvendo o conhecimento de si mesmo e o

sentimento de confiança em suas capacidades. Conhecendo e cuidando do próprio

corpo, agirá com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva. A

a partir do momento em que questione a realidade, utilizando para isso o pensamento

lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica,

o aluno

348

compreenderá que sem o homem não há sociedade e sem sociedade não há homem; ambos se produzem e produzem a história que se materializa na própria ação humana.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Entendendo a ação, ou seja, o movimento corporal como condição indispensável para o desenvolvimento do homem, a Educação Física inserida do

processo educacional busca trabalhar esse movimento numa dimensão de

totalidade, visualizando o aluno como ser concreto único em sua individualidade,

porém determinado e determinante no processo histórico das relações sociais.

O professor, compreendendo a evolução do indivíduo, suas características e

necessidades numa dialética de desenvolvimento, entendendo as diferenças

individuais, poderá articular sua prática pedagógica à realidade contextual que irá

trabalhar, garantindo, assim, a todos os alunos a apropriação do conhecimento.

O processo de aprendizagem será desenvolvido considerando-se o saber

trazido pelos alunos - antecedentes culturais, articulados com o saber escolar

sistematizado, no desenrolar de toda a prática pedagógica.

Há necessidade de professor e aluno serem elementos ativos, atuando numa

relação de reciprocidade. O professor, competente tecnicamente e comprometido

politicamente, converterá o saber objetivo em saber escolar, com significado para o

aluno, levando-o à apropriação do conhecimento técnico-científico, numa ótica

crítica.

Para isso, o professor terá que necessariamente trabalhar os conteúdos numa

concepção histórica, considerando como esse saber foi produzido nas relações

sociais: onde, quando, quem o produziu, para quê, como se deu a incorporação

desse saber pela nossa sociedade, qual a relevância frente às nossas necessidades

atuais, enfim, fazendo relações totais e permanentes.

Tendo o corpo como referencial da nossa prática pedagógica, faz-se

necessário compreendê-lo fazendo a leitura de como está "forjado" hoje, articulado

349

às concepções de corpo do passado, pelas necessidades e/ou imposições sociais,

com suas marcas socioculturais (discriminações, tabus, preconceitos, valores).

Assim, o professor poderá fazer um trabalho pedagógico calcado no discernimento

crítico onde, identificando "o velho no novo", desmascarando mecanismos

reprodutores, identificará qual corpo precisamos ter ou pretende-mos ser.



Toda a ação pedagógica deverá, além da apropriação, oportunizar a produção de novos conhecimentos, pois entendemos que o saber não é estático, dogmático, mas está num constante vir a ser, num "devir". O conteúdo precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado pelo aluno para se constituir em conhecimento dele e permitir-lhe efetuar uma "leitura" diferente do senso comum, dando um (re)significado a esse saber. Deverá ser trabalhado numa dimensão histórico-social em que, tecendo todas as relações possíveis, abordará não a história do conteúdo, mas o conteúdo historicamente. A partir dessa visão, que universaliza a questão em estudo, os alunos podem transitar de sua experiência particular para outras e vice-versa, compreendendo o conceito de pluralidade cultural como parte da vida das comunidades humanas. O professor, considerando o aluno a partir de suas experiências, apresentará o conteúdo, desafiando, provocando, a fim de despertar o interesse, dando a esse conteúdo um primeiro significado. Daí a importância de o professor interagir nesse processo, instrumentalizando o aluno com seus conhecimentos técnico-científicos: ajudando-o na construção de seu conhecimento. A partir do confronto das experiências dos alunos com um novo conhecimento, ocorrerá a ruptura, ou seja, a superação pela incorporação, onde o nível de compreensão do aluno será elevado a um patamar superior, pois detém agora novos conceitos - um conhecimento mais elaborado. O conhecimento pessoal de cada aluno, mais os evidenciados pelos colegas, em confronto com o oferecido pelo professor, resultará numa síntese final, produto da compreensão de cada um nas relações sociais. Nessa perspectiva, entendemos a necessidade da teoria e prática, onde não podemos negar uma nem exaltar outra, pois não existem isoladamente, e quando

350

incorporamos esse processo conscientemente, somos capazes de realizar atividades transformadoras significativas no contexto social de nossas expressões. A Educação Física no contexto escolar deverá garantir a todos os alunos o acesso ao desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como ser humano. O professor deve sempre ter em mente, na sua tarefa de ensinar, que tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver, como produtos socioculturais, contribui para o pleno exercício da cidadania na medida em que afirma como direito de todos, o acesso a eles. Além disso, adota uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, a cooperação, a participação na sociedade e a

afirmação de valores e princípios democráticos. Esse trabalho abre espaço para o aprofundamento de importantes discussões sobre aspectos éticos e sociais. Independente do conteúdo escolhido, o professor deve ter sempre presente na sua tarefa de ensinar as características dos alunos em todas as suas dimensões, e criatividade para modificar alguma atividade para a realidade de sua escola, tanto ao espaço físico, como também, o nível de dificuldade ou conhecimento de seus alunos.

#### OBJETIVO

Contribuir para a integração e desenvolvimento equilibrado das qualidades necessárias ao bem estar dos educandos, possibilitando oportunidade de desenvolver seus potenciais corporais e de participar das atividades de cultura corporal de movimento, com finalidades de lazer, socialização e expressão dos seus sentimentos, como também, utilizando esse recurso para a recuperação, manutenção e melhoria da sua saúde e qualidade de vida.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

As habilidades e competências a serem objetivadas na Educação Física, deverão ser desenvolvidas no dia a dia, em conformidade com a programação, a fim

351

de facilitar a observação e fixação dos movimentos, bem como sua aplicação de forma adequada e produtiva e prazerosa.

- participação em atividades de natureza relacional, reconhecendo e respeitando suas características físicas e de desempenho motor, bem como a de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais. Apropriação das situações relacionais, aplicando-as com discernimento em situações-problema que surjam no cotidiano;
- adoção de atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade na prática dos jogos, lutas e dos esportes, buscando encaminhar os conflitos de forma não-violenta, pelo diálogo, prescindindo da figura do árbitro;
- conhecimento dos diferentes contextos: amador, recreativo, escolar e profissional, identificando e evitando o caráter excessivamente competitivo em quaisquer desses contextos;
- conhecimento, valorização, apreciação e vivência de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal, adotando uma postura despojada de preconceitos ou discriminações por razões sociais, sexuais ou culturais.
- reconhecimento e valorização das diferenças de desempenho, linguagem e expressividade decorrentes, inclusive dessas mesmas diferenças culturais, sexuais e sociais. Relacionamento da diversidade de manifestações da cultura corporal de seu

ambiente e de outros com o contexto em que são produzidas e valorizadas;

- aprofundamento no conhecimento dos limites e das possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar alguns de suas posturas e atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para melhoria de suas aptidões físicas.

Aprofundamento das noções conceituais de esforço, intensidade e frequência por meio do planejamento e sistematização de suas práticas corporais. Busca de informações para seu aprofundamento teórico de forma a construir e adaptar alguns sistemas de melhoria de sua aptidão física;

- organização e prática de atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível, bem como ter a capacidade de alterar ou interferir nas regras convencionais com o intuito de torná-las mais adequadas ao momento do grupo, favorecendo a inclusão dos praticantes. Análise, compreensão e manipulação

352

dos elementos que compõem as regras como instrumentos de criação e transformação;

- análise de alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano e compreensão de sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimento;
- conhecimento, organização e interferência no espaço de forma autônoma, bem como reivindicação dos locais adequados para promoção de atividades corporais e de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida.

#### FORMAÇÃO ÉTICA SOCIAL

O desenvolvimento moral do indivíduo, que resulta das relações entre afetividade e a racionalidade, encontra na educação física um contexto bastante peculiar, no qual a intensidade e a qualidade dos estados afetivos experimentados corporalmente nas diferentes práticas de atividade físico-esportivas, afetam as atitudes e decisões racionais.

A vivência concreta de sensações de excitação, irritação, prazer e cansaço e até dor, junto a mobilização intensa de emoções e sentimentos de satisfação, medo, vergonha, alegria e tristeza, configuram um desafio à racionalidade. Desafio no melhor sentido de melhor controle e adequação na expressão desses sentimentos e emoções, pois se processam em contexto em que as regras, os gestos, as relações interpessoais, as atitudes e suas conseqüências são delimitadas. A riqueza e o paradoxo é criar uma situação de mobilização afetiva em que o caráter ético do indivíduo se explicita para si mesmo e para o outro

por meio das suas atitudes, permitindo a tomada de consciência e reflexão.

A aquisição e o uso do conhecimento da educação física - cultura corporal do movimento possibilita o cultivo de um sentimento de pertencer ao grupo desde o sócio-cultural mais abrangente até os grupos de convivência cotidiana. Ao jogar, dançar, fazer ginástica e participar de atividades recreativas, o aluno pode revelar

353

intenções, expressar sentimentos, construir estratégias e criar códigos de comunicação.

Conhecer para pertencer ao grupo, conhecer para poder se relacionar e compartilhar experiências, conhecer para trazer ao grupo vivências de outros ambientes socioculturais, e até a satisfação de exibir aos outros as conquistas obtidas nas mais diversas atividades em que tenha tido êxito, satisfação ou prazer.

#### EDUCAÇÃO FÍSICA E TEMAS TRANSVERSAIS

Os temas transversais estão intimamente ligados às atividades, pois podem abranger os diversos aspectos que vão desde a prevenção até a vivência, observando-se a amplitude, abrangência e significância de cada um, aplicados a realidade atual.

A intensidade e a qualidade das experiências corporais são movidas por atitudes e decisões onde as sensações de excitação, irritação, prazer, cansaço, dor, medo, vergonha, alegria, tristeza, são experimentados no cotidiano dentro da realidade das aulas são discutidas e trabalhadas proporcionando uma melhor interação destas situações no grupo.

O tema saúde é desenvolvido de maneira bem específica, valorizando os conceitos de hábitos saudáveis de alimentar-se, sono, lazer, higiene, riscos e benefícios da prática de atividades físicas, prevenção ao uso de drogas (lícitas e ilícitas), manutenção e prevenção de saúde física e mental.

A relação do indivíduo com o Meio Ambiente sabendo usufruir o meio sem danificá-lo buscando a melhoria deste e sua preservação. Como um dos principais problemas do nosso dia a dia e sendo um dos causadores do stress, a poluição sonora é trabalhada de forma a mostrar suas conseqüências, buscando junto ao grupo sugestões e soluções.

#### METODOLOGIA

354

A metodologia adotada buscará aproximar o aluno da Educação Física de forma lúdica e educativa. Basicamente favorecido o aluno ver o esportes como meio de preservação da saúde e do desenvolvimento de valores e

recreativas, o aluno terá acesso à teoria e a compreensão da importância e abrangência de cada atividade.

### AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser de forma contínua, levando-se em conta o grau de discernimento que o aluno possua. Deverá ser também sistemática e flexível, buscando a crítica através dos elementos corporais repassados e pesquisados. Assegurando a inclusão de todos os alunos dentro do processo ensino-aprendizagem.

### CONTEÚDOS

#### 6º e 7º ANO

- Ginástica de solo:
- rolamento para frente e para trás
- roda
- parada de mão sem ajuda
- parada de cabeça sem ajuda
- salto com rolamento
- Ginástica aeróbica (baixo impacto):
- ritmo
- coordenação ampla
- Dança:
- ritmo
- danças em geral
  
- danças folclóricas
- danças populares
- consciência corporal
- relação histórico-social dos movimentos folclóricos
- análise crítica dos costumes
- história e cultura dos temas desenvolvidos
- Jogos dramáticos:
- dramatização
- expressão corporal
- análise das relações sociais
- Jogos recreativos:
- propostas de desafios
- compreensão das regras e normas de convivência social
- análise, críticas e criação de novas regras
- Jogos pré-desportivos:
- conhecimento dos fundamentos básicos dos esportes
- compreensão de regras e normas de convivência social
- análise crítica e criação de novas regras
- Esporte:
- fundamentos técnicos
- regras
- táticas
- análise crítica das regras
- sua origem e sua história
- para que e a quem servem
- modelo de sociedade que os produziram
- incorporação pela sociedade brasileira
- influência nos esportes dos diferentes modelos de sociedade
- o esporte enquanto fenômeno cultural
- o esporte na sociedade capitalista.

355

#### 8º e 9º ANO

- Ginástica de solo:
- rolamento para frente e para trás

- roda
- parada de mão sem ajuda
- parada de cabeça sem ajuda
- salto com rolamento
- Ginástica aeróbica (baixo impacto):
- ritmo
- coordenação ampla
- análise sobre o modismo
- acessível a quem? Análise crítica
- Dança:
- ritmo
- danças em geral
- danças folclóricas
- danças populares
- consciência corporal
- Jogos dramáticos:
- dramatização
- expressão corporal
- análise das relações sociais
- Jogos recreativos:
- propostas de desafios
- compreensão das regras e normas de convivência social
- análise, críticas e criação de novas regras
- Jogos pré-desportivos:
- conhecimento dos fundamentos básicos dos esportes
- compreensão de regras e normas de convivência social
- análise crítica e criação de novas regras
- Esporte:

356

- fundamentos técnicos
- regras
- táticas
- o jogo
- análise crítica das regras
- sua origem e sua história
- para que e a quem servem
- modelo de sociedade que os produziram
- incorporação pela sociedade brasileira
- influência nos esportes dos diferentes modelos de sociedade
- o esporte enquanto fenômeno cultural
- o esporte na sociedade capitalista.

357

OBS.: os conteúdos desenvolvidos no 8º e 9º ano, terão maior amplitude, complexidade e aprofundamento. A consciência corporal, os níveis de análise crítica deverão estar numa fase de desenvolvimento mais elevada.

### INCLUSÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - FASE II

As pessoas que apresentam necessidades especiais (portadores de deficiência mental, auditiva, visual, física e deficiência múltipla, e portadores de altas habilidades) representam 10% da população brasileira e possuem, em sua grande maioria, uma vasta experiência de exclusão que se traduz em grandes limitações nas possibilidades de convívio social e usufruto dos equipamentos sociais (menos de 3% têm acesso a algum tipo de atendimento), além de serem submetidas a diversos tipos de discriminação. Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação de

uma sociedade democrática e não excludente deve, necessariamente, promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. Essa diversidade inclui não somente as diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas também as

358

competências, as particularidades de cada um. Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade e a equidade e a solidariedade. A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Pelo lado das crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças se torna benéfico na medida em que representa uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade. Os avanços no pensamento sociológico, filosófico e legal vêm exigindo, por parte do sistema educacional brasileiro, o abandono de práticas segregacionistas que, ao longo da história, marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

A Educação Especial, termo cunhado para a educação dirigida aos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, é considerada pela Constituição brasileira, como parte inseparável do direito à educação. A posição da Unesco considera a educação especial como uma forma enriquecida de educação em geral, que deve contribuir para a integração na sociedade dos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 54, III, afirma que: "É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". No mundo inteiro tem se observado iniciativas no sentido da inclusão cada vez maior das crianças com necessidades especiais nos mais diversos espaços sociais, o que culmina hoje com a Declaração de Salamanca, de princípios, política e prática das necessidades educativas especiais. Este documento se inspira "no princípio de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir escola para todos, isto é, escolas que incluam todo mundo e conheçam as diferenças promovam a aprendizagem e atendam as necessidades de cada um". A realidade brasileira, de

359

uma forma geral, exige que se busque alternativas para a integração do portador de deficiência, de maneira a garantir-lhe uma convivência participativa. A Escola Inclusiva é uma tendência internacional deste novo século. É considerada Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. As alternativas de atendimento educacional às crianças que apresentam necessidades educativas especiais, no Brasil, vão desde o atendimento em instituições especializadas até a completa integração nas várias instituições de educação. A qualidade do processo de integração depende da estrutura organizacional da instituição, pressupondo propostas que considerem:

- grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;
- idade cronológica;
- disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
- condições socioeconômicas e culturais da região;

As Instituições Escolares da Rede Municipal, oferecerão atendimento educacional aos alunos portadores de deficiência mental leve, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, e ainda, portadores de Condições Típicas não agressivo contra terceiros e portadores de Altas Habilidades. O aluno cego, surdo ou deficiente mental leve, freqüentará um turno na instituição e o outro no Centro de Atendimento especializado do município.

360

A instituição oferecerá os mesmos instrumentos, materiais e recursos relacionados anteriormente para o Ensino Fundamental - Fase I.

## ENSINO RELIGIOSO

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Numa dimensão antropológica, a educação religiosa como uma das áreas de conhecimento, favorece a compreensão das diferentes expressões religiosas, possibilitando uma visão global de mundo e da pessoa.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (1998) a função básica da escola é a construção e socialização do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade. Cabe a escola instrumentalizar o educando favorecendo-lhe o desenvolvimento integral, ou seja, contemplando todos os aspectos da pessoa: físico, mental, emocional, intuitivo, espiritual, racional e social. Assim, a escola pode possibilitar condições para aprendizagens múltiplas. A escola é um espaço privilegiado de construção de conhecimentos, expansão de criatividade, desenvolvimento da humanização, vivência de valores universais, promoção do diálogo inter-religioso da vida e educação para a paz. Sendo assim, não pode ignorar a importância do Ensino Religioso como "parte integrante da formação básica do cidadão". (LDB- art.33) Através de uma metodologia que atenda todos os aspectos ou dimensões do educando, o Ensino Religioso tem em vista o compromisso com a transformação social e histórica diante da vida e do Transcendente. Por meio da observação, reflexão e informação sobre o fenômeno religioso presente no contexto social do educando e no mundo, o Ensino Religioso possibilita o diálogo e o respeito na convivência com as diferenças.

#### Objeto de estudo

361

O Ensino Religioso tem como objeto de estudo o fenômeno religioso, que compreende um conjunto de fatos, acontecimentos, manifestações e expressões, tanto de ordem material como espiritual, e que envolvem o ser humano em sua busca e relação com o transcendente. Essa busca e relação pode ter caráter individual e comunitário. O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela, e por sua vez, também a influencia. Tal fenômeno é inerente ao ser humano e tem como pressuposto a Transcendência, a qual está à raiz de toda a população cultural.

#### Identidade

A educação religiosa como parte integrante da vida escolar é: Um processo de observação, reflexão e informação sobre o fenômeno religioso, a partir do contexto social e cultural do educando. É um processo interativo entre educador e educando, na busca de realização enquanto seres humanos, inseridos numa sociedade, onde devem ser reconhecidos e respeitados como cidadãos. Uma abertura ao diálogo inter-religioso, na perspectiva dos valores universais, comuns a todas as tradições religiosas, tendo por base a alteridade e o direito à liberdade de consciência e opção religiosa.

#### Linguagem

O Ensino Religioso utiliza linguagens para o tratamento pedagógico. Seu conteúdo deve ser traduzido de modo a facilitar a compreensão dos educando. Superar preconceitos e discriminações requer lidar com valores como: alteridade, respeito e direito à diferença. Nesse processo, a escola por ser um espaço

362

aconfessional tem uma função importante, pois nela convivem alunos de crenças, costumes e origens diferentes, com mentalidades e visões de mundo também diferenciadas. A articulação de diferentes linguagens, que favorecem o trabalho pedagógico do Ensino Religioso, possui diversas características, entre elas:

- \* Pedagógica - adequada ao universo escolar, capaz de traduzir e decodificar o conteúdo facilitando a compreensão e assimilação do conhecimento.
- \* Dialógica - aberta ao diálogo, de forma a atender a pluralidade e promover o compartilhar de informações.
- \* Questionadora - que facilite uma reflexão crítica, sem pretender ser a verdade absoluta sobre os assuntos abordados.
- \* Cativante - que desperte o interesse pelos temas e o entusiasmo em aprender.
- \* Otimista - que estimule o encantamento pela vida e a disponibilidade em construir um mundo de paz.

#### Objetivos gerais

Proporcionar o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas no contexto sociocultural do aluno. Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas. Contribuir para a formação da cidadania e convívio social baseado na alteridade e respeito às diferenças. Contribuir por meio da observação, reflexão, informação e vivência de valores éticos o diálogo inter-religioso e conseqüentemente, a superação de preconceitos. Promover a educação para a paz, desenvolvendo atitudes éticas que qualifiquem as relações do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

#### METODOLOGIA

363

A metodologia do Ensino Religioso é dinâmica, permitido a interação, o diálogo e uma postura reflexiva perante a vida e o fenômeno religioso. A abordagem interdisciplinar do conhecimento é um princípio importante para a estruturação



curricular. Ele é focado em articulação com os demais aspectos da cidadania e com outras áreas.

Encaminhamento:

Sensibilidade: sugere-se iniciar a aula realizando uma breve atividade de sensibilização, para criar um clima favorável ao desenvolvimento dos conteúdos e ao diálogo, possibilitando a vivência da afetividade e humanização. Propor um momento de cumprimentos, troca de abraços, exercícios corporais de alongamento e respiração, entre outros.

Observação, reflexão e informação - são passos que entrelaçam numa dinâmica constante, portanto não são estanques e nem isolados. Tem a intencionalidade de promover o entendimento e a decodificação do fenômeno religioso, de forma progressiva, permitindo ao aluno abrir a sua visão, desfazer-se de preconceitos, discernir e perceber a unidade na diversidade das tradições religiosas, como a defesa da vida, a promoção da paz e a necessidade da transcendência. A observação visa à sensibilização para o mistério e a leitura da linguagem mítico-simbólica. Pode-se organizar uma exposição de símbolos, livros sagrados, ilustrações e fotos para serem analisados pelos alunos. Se possível pesquisa de campo em templos, igrejas, museus e lugares sagrados da comunidade, para colher dados e informações sobre o tema abordado. A reflexão é o espaço para o diálogo, oportunidade para o educando manifestar o seu pensamento e a sua opinião sobre o conteúdo em estudo. Poderá ser orientado através de perguntas, problematizações, respeitando a liberdade do

364

aluno e articulando a conversação de modo a evitar juízos e atitudes preconceituosas. A informação é o momento onde os esclarecimentos do educador, o compartilhar de experiências entre os alunos, a leitura de textos, o filme, a pesquisa em diversas fontes como livros, revistas, Internet, etc. subsidiam o processo de construção do conhecimento. Estes momentos não são dissociados um do outro, como por exemplo: enquanto um aluno observa um símbolo, ele está refletindo ao mesmo tempo em que está obtendo informações sobre aquele elemento. Porém, cada momento enfatiza determinada função, mesmo que todos estejam interligados.

Compromisso com a vida - é o momento onde os alunos aplicam o conhecimento a fim de estabelecer éticas. O professor poderá orientar a partir do tema abordado, a elaboração de proposições éticas a serem experienciadas pelos alunos em seu convívio social.

## AVALIAÇÃO

O caráter da avaliação no Ensino Religioso parte do princípio de inclusão e não de exclusão. O aluno se auto-avalia e é avaliado para tomar consciência sobre o que já aprendeu, ou seja, sobre os avanços atingidos na aprendizagem e saber onde deve investir mais esforços para melhorar e superar as dificuldades. Ao professor a avaliação permite conhecer o progresso do aluno e objetiva rever, reorganizar e recriar a sua prática e seus instrumentos utilizados no trabalho pedagógico. Para a escola a avaliação possibilita diagnosticar as dificuldades e limites da ação pedagógica, além de definir prioridades. Portanto, a avaliação no Ensino Religioso é processual e permeia toda a prática no cotidiano da sala de aula.

365

Numa etapa inicial a avaliação tem o caráter investigativo, permite ao professor conhecer o que os alunos já sabem sobre o conteúdo trabalhado, levantar dados para que possa conduzir a ação pedagógica da forma adequada, serve para encaminhar a construção e reconstrução do conhecimento, permitindo ao aluno, passar do senso comum para um conhecimento elaborado. O seguinte momento da avaliação deve ser pensado e organizado de forma sistemática, conforme os conteúdos significativos e selecionados, com a intenção de construir o conhecimento. Esta etapa avaliativa pode ser efetivada através de registros em tabelas, gráficos, listas, análise das produções, atividades onde se pretende avaliar a aprendizagem de conteúdos específicos, auto-avaliação escrita ou oral na qual o aluno pode conhecer o seu progresso na aprendizagem. Este mapeamento de resultados informa se o ensino atingiu as metas definidas conforme o ciclo ou série e é demonstrado por meio de um parecer descritivo, sem implicar em aprovação ou reprovação do aluno.

## O ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Religioso desenvolve o conhecimento na tríplice relação: educando-conhecimento-educador, na qual faz-se necessário pontuar que:

- \* O educador é profissional mediador do processo, disponível para o diálogo e capaz de articulá-lo a partir do convívio dos educandos;
- \* O conhecimento do fenômeno religioso é percepção, análise e informação do que aparece e como aparece na relação com o Transcendente;
- \* O educando é a pessoa, sujeito-como-sujeito, manifestação da realidade e da alteridade. É na sala de aula que cada um/a pode se exprimir e apresentar como realmente é, ele/a mesmo/a, sem máscaras e sem disfarces para que todos/as se tornem sujeitos na sua construção e na de outrens. Para a viabilização dessa prática e respectivas metas, os Parâmetros

Curriculares Nacionais (1997) apontam para os objetivos e respectivos blocos de conteúdos a serem desenvolvidos nas séries do Ensino Fundamental, a saber:

1º, 2º. E 3º ano:

366

Objetivo: Favorecer a compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida das pessoas e grupos, compreendendo que pela simbologia se expressa a idéia do Transcendente de maneiras diversas, nas experiências culturais e reverenciando as diferenças do outro/a.

Blocos de conteúdos:

Ethos: As orientações para o relacionamento com o outro permeado de valores ( alteridade);  
Ritos: A identificação de símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, estabelecendo a relação de seu (s) significados ( símbolos);  
Culturas e Tradições Religiosas: A idéia do transcendente ( filosofia) da tradição religiosa).

4º e 5º ano

Objetivo: Compreender a história da origem e formação dos textos sagrados, relacionando-os com as práticas religiosas significantes dos grupos e percebendo que as representações do Transcendente de dada tradição religiosa se constituem no valor supremo de uma cultura.

Bloco de conteúdos:

Escrituras Sagradas e/ou Textos Orais: O conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e sgredos sagrados e a formação dos textos ( histórias das narrativas sagradas);  
Ritos: A descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos ( rituais);  
Teologias: A descrição das representações do Transcendente em cada tradição religiosa (divindades).

6º e 7º ano

367

Objetivos: Conhecer, na evolução da estrutura religiosa, a respectiva formação da idéia do Transcendente, no decorrer dos tempos, analisando as diferentes mudanças culturais determinantes das ideologias religiosas, que perpassam a redação dos textos sagrados e os determinam como verdade do Transcendente para um determinado grupo.

Bloco de Conteúdos:

Culturas e Tradições Religiosas: A idéia do Transcendente no oriente e no ocidente, na visão tradicional e atual ( Filosofia da tradição

religiosa); A evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos ( história e tradição religiosa);  
A função política das ideologias religiosas ( sociologia e tradição religiosa);

Escrituras Sagradas e/ou Textos Orais: A autoridade do discurso religioso fundamental na experiência mística do emissor que transmite como verdade do Transcendente para o povos ( revelação)  
A descrição do contexto sócio-político determinante na redação do final dos textos sagrados (contexto cultural); A análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados ( exegese).

8º e 9º ano

Objetivo: Conhecer as possíveis repostas dadas perante o fato morte, orientadoras das verdades de fé, da valoração em atitudes éticas e expressas em diferentes métodos de relacionar-se com o Transcendente, consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Blocos de Conteúdos:

368

Teologias: O conjunto de mitos, crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel em cada tradição religiosa ( verdades de fé);  
As possíveis repostas norteadoras do sentido da vida; ressurreição, reencarnação, ancestral e nada ( vida além da morte).  
Ritos: O estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento do Transcendente consigo, com os outros e o mundo ( espiritualidades);  
Culturas e Tradições Religiosas: As determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo ( psicologia e tradição religiosa);  
Ethos: O conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa apresentando para os fiéis e no contexto da respectiva cultura.

PARTE DIVERSIFICADA

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Quando o aluno inicia a aprendizagem de língua estrangeira, sua expectativa muitas vezes é semelhante à que alimenta em relação a outras disciplinas um misto de avidez pelo novo conhecimento e receio de fracasso ante esse conhecimento. Não tem noção de que aprender as formas de uma língua e usá-las apropriadamente é bastante diferente de aprender matemática ou história. Isso porque, ao entrar para aula de língua estrangeira, o aluno deixa a realidade social criada

pela sua língua nativa e começa interagir em uma nova realidade - a da cultura diferente, estrangeira. É um exercício necessário, o da compreensão dos aspectos histórico-culturais do outro povo, porque a língua estrangeira é também o instrumento que dá o significado social a própria aula.

369

A interação lingüística é uma atividade colaborativa, que envolve uma relação entre um sujeito que tem algo a comunicar a outro, ambos inseridos num contexto determinado. Os participantes constroem os significados através dessa interação, usando elementos lingüísticos e também paralingüísticos, que acrescenta aspectos de significado, além do verbal.

Decorrente da necessidade da comunicação, surge o hiato de informação -

um dos conceitos mais importantes dentro do ensino comunicativo. O propósito de comunicar e transpor esse hiato. Assim, o professor, ao contextualizar as atividades

em sala de aula, deve ter cuidado para que elas contenham um hiato de informação, o que motiva os alunos a superá-lo.

Outro ponto a ser considerado na aprendizagem de língua estrangeira e o de

que ela acontece na dependência de dois fatores: a realidade social do país

estrangeiro e o grupo social de sala de aula. Do primeiro, o aluno aprende os

aspectos formais, semânticos e culturais. No segundo, ele vai imprimir significado às

estruturas e léxico dessa língua, através da interação.

Deve-se levar em conta o papel da língua materna como referencial no

processo de aprendizagem da língua estrangeira. Constata-se que o fenômeno da

interlíngua pode revelar alguns erros, causados pela interferência da língua materna.

Entretanto, o que nem sempre tem sido compreendido é que grande parte dos fatos

corretos na aquisição da língua estrangeira é contribuição da língua materna.

Paralelamente, sabe-se que é preciso considerar os conhecimentos anteriores

do aluno, para que ele possa criar novos significados, relacionando o novo com o já

existente na estrutura cognitiva; esse processo é inerente à própria compreensão de

"contexto" e constitui o fundamento da aprendizagem significativa. A visão comunicativa de aprendizagem de língua tem suas bases

das áreas de psico e sociolingüística, semântica e filosofia da linguagem, conduzindo essa

aprendizagem como um processo criativo e cognitivo. Faz uso da língua através de

funções, derivadas dos atos da fala e considera as variedades lingüísticas, bem

como os diferentes registros, entre os quais o formal e o informal.

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

370

O enfoque comunicativo reflete a influência da pragmática, por se preocupar

com o contexto em que os sujeitos interagem - use. Traduz, atualmente, igual

preocupação com a forma lingüística que os sujeitos selecionam para essa interação

- usage. Assim, esses dois aspectos fundamentais para o ensino da língua

estrangeira devem ser trabalhados simultaneamente.

De acordo com Widdowson, o objetivo de ensinar língua é chegar ao

significado pragmático, a partir do contexto lingüístico. Esse significado é desvelado

através de funções, que expressam o propósito da comunicação, o propósito para o

qual se usa a língua.

Pode-se valer de estruturas gramaticais mais simples ou mais complexas.

Usando um registro formal ou informal e todas as sutilezas das variações

lingüísticas, porque as palavras não têm somente o significado fornecido pelo

dicionário, mas têm também um valor específico que é determinado pelo contexto.

Há também uma estruturação sintática dos elementos lingüísticos, para se expressar

adequadamente em uma dada situação e com determinados participantes,

mostrando os diferentes níveis de formalidade.

Para que o aluno interprete adequadamente esses exemplos, o professor

deve, necessariamente, contextualizá-los e especificar os interlocutores.

Comunicação envolve um pacote semântico e gramatical: é o significado

através da forma. Em outras palavras, não se pode aprender uma língua sem refletir

sobre ela.

Para se expressar na língua estrangeira, o aluno também terá que dominar os

elementos lingüísticos. É a gramática, na sua função organizadora, associada aos

aspectos lexicais, semânticos e pragmáticos.

Littlewood chama esse trabalho com a língua, de atividades pré-comunicativas

e as define como necessárias para "equipar o aprendiz com algumas habilidades

básicas para comunicação sem contudo exigir dele uma comunicação real". Não há

incompatibilidade de prática controlada e prática comunicativa da língua.

371

Embora o trabalho com as habilidades (ouvir, falar, ler e escrever) aconteça de

modo integrado, pode haver maior compreensão em uma delas. Dar ênfase a

produção oral no início da aprendizagem da língua estrangeira é aproveitar a

motivação natural que o aluno traz, porque no seu entender, língua é fala. Assim,

trabalhar a produção oral é ir ao encontro de suas expectativas.

Além disso, o aluno chega à escola com pouco conhecimento, sobre o uso da

língua estrangeira (conhece alguns vocábulos isolados), porém, com uma grande

predisposição para aprender a nova língua. Nesse momento, o professor apresenta

itens lingüísticos contextualizados, propiciando, a seguir, a interação através de um trabalho de pares. O aluno percebe que aprendeu porque “falou”, interagiu na língua estrangeira. Isto descortina para ele a possibilidade de aprender um pouco mais na próxima aula e mantém acesa a chama da motivação. O objetivo dos exercícios orais, enquanto dão ao aluno a prática em lidar com as estruturas num contexto mais amplo, para que ele saiba não apenas como usá-las, mas quando usá-las. No trabalho com a produção oral, o professor terá que fornecer ao aluno modelos de língua que devem se constituir de itens relevantes e apresentados de maneira contextualizada. A habilidade de ouvir é considerada difícil para o aluno. Por essa razão, o seu desenvolvimento é um processo longo e contínuo. Essa habilidade precisa ser ensinada, pois não acontece automaticamente. A dificuldade geralmente advém das barreiras psicológicas criadas pelo próprio aluno: a angústia e a insegurança surgidas ao escutar coisas que parecem incompreensíveis. Compete ao professor desenvolver a autoconfiança dos alunos, reduzindo a ansiedade, ajudando-os a transpor a barreira da incompreensão. Os alunos devem ter um motivo para ouvir - tomar conhecimento de fatos, informações ou notícias - o que afasta a possibilidade da audição passiva e faz com que a atividade “signifique” para eles. É importante que o professor converse com os alunos sobre o assunto do texto que irão ouvir, para despertar o interesse e também dar pistas para uma

372

compreensão mais segura. Estará, neste momento, fazendo a primeira parte de um listening (atividade de compreensão auditiva), a pré-escuta. As instruções numa atividade de listening devem ser muito claras. O aluno, precisa saber que informação vai retirar do texto que ouve, a tarefa que deverá realizar. Os textos utilizados devem ser variados, empregando-se material autêntico (clips de filmes, músicas, propagandas) ou textos lidos pelo professor. No caso da leitura feita pelo professor, a velocidade deverá ser a mais natural possível, podendo aumentar, se necessário, as pausas entre os segmentos, evitando-se diminuir o ritmo da fala. Além disso, a repetição de todo o texto não deveria ocorrer mais de três vezes nessa etapa da escuta. Na primeira leitura, o aluno apenas ouve. Na segunda, realiza a tarefa que lhe foi proposta. Na terceira, tem mais uma oportunidade de checar sua compreensão. Ao planejar as atividades de compreensão auditiva, o professor deve ter a preocupação de graduar as dificuldades, partindo das atividades mais simples para

as mais complexas.

A visão comunicativa da língua entende a leitura como um processo interativo entre o leitor e o texto, numa situação de comunicação. O texto - objeto de leitura - recupera o papel do aluno como leitor real, ou seja, situado num conjunto que abrange seu conhecimento de mundo, as razões que o levam a ler, suas crenças e atitudes. Assim, o texto deve ser visto como uma unidade de sentido. Não se deve esquecer que a leitura pode ser um elemento motivador da aprendizagem de língua estrangeira, o que justifica o cuidado na escolha dos textos. Estes devem corresponder ao interesse e as necessidades dos alunos e não aos itens lingüísticos ou gramaticais que se quer ensinar. Enfim, a relevância deve estar no conteúdo, no significado, e não na forma. É importante que se coloque bem claro para o aluno, a possibilidade dos diferentes níveis de abordagem de um texto, pois o processo envolve não só a compreensão de cada vocábulo, como varia estratégias e técnicas. Poderá ser uma leitura para se obter uma idéia do todo, de maneira mais geral.

373

Nessa mesma realidade cotidiana, usa-se uma linguagem adaptada em várias situações, como: histórias para crianças; artigos científicos para pessoas leigas; editoriais na imprensa popular. No ensino da língua estrangeira, há momentos em que se precisa apresentar determinada função, difícil por vezes de ser integrada a leitura de um texto autêntico, sem o dispêndio de longo tempo e com resultado questionável. Assim, o professor poderá, perfeitamente, valer-se de um texto produzido para fins didáticos, tornando-o significativo para o aluno, através das relações que ira fazer. O material autêntico, por outro lado, fornece dados lingüísticos e culturais dos falantes da língua. Se o aluno for exposto somente ao texto produzido para fins didáticos, estará aprendendo uma versão sempre artificial da língua e será muito mais difícil lidar com, a linguagem autêntica quando necessário. Essas considerações justificam o uso equilibrado de textos, tanto autênticos como produzidos para fins didáticos. O enfoque comunicativo define o corpo lingüístico em termos de uso, imprimindo-lhe significado através de conteúdos culturais, concentrados em temas atuais e relacionados com a experiência do aluno. O pressuposto de que aprender uma língua deve ser, principalmente, saber como ela pode ser usada em interações sociais conduz a competência comunicativa. O conceito de competência comunicativa não tem sentido unívoco, ou seja, não se restringe a compreensão do uso da língua, mas abrange o componente lingüístico gramatical, que marca a necessidade de respeitar os

aspectos formais do enunciado. Por outro lado, uma proposta nacional-funcional de conteúdos pressupõe a análise das necessidades comunicativas do aluno (o uso real que ele faria da língua). Em nível de Ensino Fundamental, essa análise torna-se bastante difícil, pela própria faixa etária dos estudantes, quando seria impossível prever as diversas situações de uso da língua. Além disso, nesse momento, a chance desse uso, queira ou não, estão restritas ao espaço da sala de aula. Neste caso, a sistematização deve ser considerada na organização dos conteúdos, pois a língua não sendo apenas um

374

conjunto de sistemas formais, ao mesmo tempo não deixa de sê-lo. Seria atitude negativa não focalizar questões de forma, quando necessário.

#### OBJETIVO

Entender a importância e necessidade de aprender uma língua estrangeira experimentando uma maior percepção de culturas e que o aluno já vive com diversas línguas além da materna.

#### HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Instrumentalizar o educando para o desenvolvimento de sua competência comunicativa no que se refere ao estudo de diferentes culturas.

- elaboração de diálogos sobre hábitos e rotinas;
- qualidades, características a pessoas, objetos, profissões, nacionalidades, etc.
- troca de informações sobre temas atuais e planos futuros;
- comparações entre pessoas, coisas, fatos;
- circunstâncias de tempo, lugar, modo;
- reconhecimento e uso correto de cores, números, nomes e adjetivos;
- pesquisa de informações gerais do texto;
- utilização de vocabulário que lhe possibilite entendimento de textos

#### FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL

Uma língua estrangeira representa outra possibilidade de se agir no mundo pelo discurso, além daquela que a língua materna oferece. Deve-se proporcionar ao aluno a oportunidade de conhecer e analisar aspectos sociais e culturais de outros povos de maneira crítica e construtiva; assim, as diferenças culturais não serão vistas com espanto, mas com entusiasmo e com responsabilidade. Perceber as influências típicas que uma outra sociedade exerce sobre determinada geração e posicionar-se de maneira crítica são pré-requisitos para uma

375

nova postura educacional que abrirá a margem à formação de um cidadão que não abandonará sua cultura em favorecimento de outra.

#### LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA E TEMAS TRANSVERSAIS

Os Temas Transversais que englobam questões de interesse social podem ser facilmente trabalhados em sala de aula através de Língua Estrangeira. Abordagem pode ser feita por meio de temas de cotidiano, textos variados ou através de comparações das variantes linguísticas ou da pluralidade cultural. Através do trabalho com temas transversais cria-se a possibilidade de um pensar crítico sobre o meio social em que se vive.

#### METODOLOGIA

Para se evitar danos para o ensino de uma língua estrangeira não se pode mais pensar apenas em um único método de ensino. A rigidez desta conduta deve ceder lugar a uma abordagem mais flexível, visando cumprir o papel pedagógico de acordo com as condições e necessidade, mesclando procedimentos. Faz-se necessário uma ampliação das práticas pedagógicas. Prefere-se abordagem ao método, porque é um processo dinâmico e com variedade de opções pedagógicas. Assim, a abordagem se alicerça em princípios pedagógicos e cognitivos (como parte central do aprendizado da língua estrangeira), afetivo (tendo em vista sua experiência pessoal) e sócio-internacional (permitindo que o aluno interaja com o ambiente em que está inserido). No ensino de LE deve-se proporcionar a cada aluno condições de:

- Dominar o vocabulário básico, aumentando-o gradativamente;
- Organizar corretamente estruturas frasais;
- Expressar-se com entonação adequada;
- Ouvir, ler e escrever.

#### AValiação

376

A avaliação deve ser um sistema contínuo de acompanhamento no processo ensino aprendizagem, não tendo a nota como um fim em si mesma, indo além da visão tradicional que controla o conhecimento de forma mecânica. A avaliação deve objetivar a contextualização, sua aplicabilidade, sua relevância na formação integral do aluno, oferecendo uma interpretação qualitativa do conhecimento construído.

#### CONTEÚDOS

6º ANO

- Greetings
- What is your name ?
- O verb to be - present - tense
- Articles
- Verb to be - interrogative and negative forms
- My family
- Demonstratives - this - that
- Demonstratives - these - those
- Imperative - affirmative - and negative forms



- Interrogative words - how, what, who, where, when
- Where are you from?
- Nationality adjectives
- Possessive adjectives
- Numbers
- How many? How much?
- Plural of nouns
- How old are you ?
- What time is it?
- Present tense
- Additional texts

- Fun time

## 7º ANO

- Verb to be - present tense
- Contracted form
- Verbo to be - short answer
- Ordinal numbers
- Days of the week - months
- Verb to be - past tense - was - were
- There is - there are
- There to be - past tense

377

- Preposiotions - in - on - under - of - before - after - at - from
- to- for - between-
- among - with - without
- Can - Can't
- Could - could not
- Can could
- Simple present
- Present continuous
- Gerund
- Immediate future
- Interrogative words - what - where - how old - how tall - how high - how - what like?
- Possessive adjectives
- Possessive case
- Do- does
- Do not - does not
- Fun time
- Additional texts

## 8º ANO

- Possessive pronouns
- Prepositions
- Do you have much money?
- Indefinites
- Why? Because
- Past tense of regular verbs
- Professions
- Did you like?
- Past tense oft irregular verbs
- Irregular verbs - past tense - negative from
- Personal pronouns
- Additional texts
- Fun time

## 9º ANO

- About you
- General review
- The history oft america
- He speaks espanish to
- I have some friends
- Pronomes indefinidos - some, any

- I want little Milk - much - little/many, few
- Comparative degree
- Superlative
- Present perfect
- Conditional tense
- Use of if
- The world trade center
- Tags
- Relatives
- Gerund

378

- Additional texts
- Fun time

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO

## PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

379

Segundo os PCN - TEMAS TRANSVERSAIS, 1998, p. 187, a principal função do trabalho em Educação Ambiental é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola. Assim, a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos aprendam, para que possa contribuir para a formação de identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele. Por outro lado, cabe à escola também garantir situações em que os alunos possam pôr em prática sua capacidade de atuação. O fornecimento de informações, a explicitação e discussão de regras e normas da escola, a promoção de atividades que possibilitem uma participação concreta dos alunos, desde a definição de objetivos, dos caminhos a seguir para atingi-los, da opção pelos materiais didáticos a serem usados, dentro das possibilidades da escola, são condições para a construção de um ambiente democrático e para o desenvolvimento da capacidade de intervenção na realidade.

A Educação Ambiental integrada ao processo educacional como um tema transversal, permeia os diferentes conteúdos disciplinares e envolve a apropriação

380

de conteúdos, formação de conceitos e a aquisição de competências para agir na realidade de forma transformadora. Deve provocar a sensibilidade, a produção de consciência do meio ambiente em geral e a compreensão crítica das questões ambientais decorrentes da sua utilização pelas sociedades humanas no seu percurso histórico. Permite desenvolver nos alunos um profundo interesse pelo meio ambiente e a vontade de participar ativamente na sua proteção e melhoria, bem como adquirir conhecimentos necessários para intervir na resolução de problemas ambientais, fomentando o valor e a necessidade de cooperação de cada indivíduo e da coletividade.

Integrando a Educação Ambiental ao Turismo, entende-se que é imprescindível que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não prejudique o meio em que se vive e que para tanto se torna necessário um projeto econômico político, orientado para a comunidade: "Pensamento global e ação local, ação global e pensamento local".

#### ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere à questão ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos que precisam ser analisados, discutidos. Por isso é importante desenvolver nos alunos uma postura crítica, que lhes permita reavaliar essas informações, percebendo os vários determinantes na leitura, os valores a elas associados. Isso os ajuda a agir com visão mais ampla e, portanto, mais segura ante a realidade que vivem. Para tanto, os professores precisam conhecer o assunto e buscar com os alunos mais informações, enquanto desenvolvem suas atividades: pesquisando em livros e levantando dados, conversando com os colegas das outras disciplinas, ou convidando pessoas da comunidade (professores especializados, técnicos de governo, lideranças, médicos, agrônomos, moradores tradicionais que conhecem a história do lugar etc) para fornecer informações, dar pequenas entrevistas ou participar das aulas na escola. Ou melhor, deve-se recorrer às mais diversas fontes: dos livros, tradicionalmente usados, até a história oral dos habitantes

381

da região. Essa heterogeneidade de fontes é importante medida de checagem da precisão das informações, mostrando ainda a diversidade de interpretações dos fatos. Temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos é uma excelente oportunidade para que

eles vivenciem o desenvolvimento de procedimentos elementares de pesquisa e construam, na prática, formas de sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados etc. O papel dos professores como orientadores e mediadores desse processo é de fundamental importância.

É importante que as práticas pedagógicas tenham caráter multi e interdisciplinar, em que cada componente curricular submeta seus interesses a um objetivo mais amplo, que transcenda os limites de sua disciplina, que esteja à disposição da sociedade de uma educação contextualizada, motivadora e de boa qualidade. Este desafio exige estabelecer processos de reflexão-ação-reflexão, nas diversas formas de interação entre sociedade e meio ambiente, bem como nas relações entre homem, sociedade e natureza, revisando seus próprios conceitos e procedimentos, a partir da sensibilização de si mesmo e da comunidade escolar sobre as causas reais dos problemas que a sociedade humana, enfrenta (degradação ambiental, fome, miséria, problemas sociais, exclusão...), com vistas à melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

#### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

É importante que a Educação Ambiental e Turismo, desenvolva no aluno uma postura ética, que lhe permita viver numa relação construtiva consigo mesmo e com o meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta, garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, beleza e diversidade.

382

Para tanto, propõe-se que o trabalho na disciplina Meio Ambiente e Turismo contribua para que os alunos sejam capazes de:

- Identificar-se como parte integrante da natureza, atuando de forma criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente;
- Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista turístico e ambiental, de modo crítico, reconhecendo a importância de garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- Compreender que os problemas ambientais, causados por exploração turística, sem planejamento estratégico, podem interferir na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições

ambientais e situações turísticas de seu meio.

### AVALIAÇÃO

A avaliação deve envolver um conjunto de procedimentos que leve em conta a prática pedagógica adotada pelo professor (temas tratados, métodos e materiais utilizados, estratégias de abordagem, de mobilização, de envolvimento da escola e da comunidade, etc.) diante dos resultados obtidos (motivação geral, alcance dos objetivos, mudanças observadas nas pessoas e/ou nos ambientes, produtos obtidos, prazer no desenvolvimento das atividades e/ou na obtenção dos resultados etc.), tendo em vista principalmente o reconhecimento dos pontos fortes e dos problemas e dificuldades encontradas, para dar seqüência aos trabalhos revidando o que for necessário, ampliando, recomeçando, mudando, mantendo elementos, enfim, aprendendo com a experiência. E ainda, a criação de oportunidades de vivência e reforço que permitam evidenciar, explicitar e estimular exemplos de tomadas de atitude e comportamentos que denotem valores, em especial a demonstração de

383

solidariedade, participação e respeito à vida em todas as suas formas e àqueles assumidos como importantes pelo projeto educativo da escola.

Em todo processo avaliativo, será preciso lembrar que diferentes pessoas têm modos diferentes de pensar, de ver e de sentir os elementos da realidade em que está e de reagir a eles. Assim, o professor deve estar atento para ajudar o aluno a melhorar seu desempenho sob vários aspectos, como a capacidade de observação que pode ser potencializada sob suas diferentes formas, a fim da compreensão dos problemas ambientais de forma geral ou decorrentes do turismo, caso este não tenha um planejamento estratégico e um direcionamento político e ético, tanto nas relações sociais quanto com a natureza.

Constituirão ainda como critérios de avaliação:

- Observar as características do meio ambiente e identificar a existência de ciclos e fluxos na natureza;
- Identificar as intervenções com as quais a sociedade local vem realizando transformações no ambiente, na paisagem, nos espaços em que habita ou cultiva;
- Contribuir para a conservação e a manutenção do ambiente em que vive;
- Participar, pessoal e coletivamente, de atividades que envolvam tomadas de posição diante de situações relacionadas ao meio ambiente e

questões turísticas;

- Perceber a relação entre qualidade de vida e um ambiente saudável;
- Valorizar o uso adequado dos recursos disponíveis.

### CONTEÚDOS

Os conteúdos estão reunidos em três blocos: A natureza "cíclica" da Natureza; Sociedade e Meio Ambiente; Manejo e conservação ambiental.

Conteúdos comuns a todos os blocos

- as formas de estar atento e crítico com relação ao consumismo;
- a valorização e proteção das diferentes formas de vida;

384

- a valorização e o cultivo de atitudes de proteção e conservação dos ambientes e da diversidade biológica e sociocultural;
- o zelo pelos direitos próprios e alheios a um ambiente cuidado, limpo e saudável na escola, em casa e na comunidade;
- o cumprimento das responsabilidades de cidadão, com relação ao meio ambiente;
- o repúdio ao desperdício em suas diferentes formas;
- a apreciação dos aspectos estéticos da natureza, incluindo os produtos da cultura humana;
- a participação em atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local.

A natureza "cíclica" da Natureza

- compreensão da gravidade da extinção de espécie e da alteração irreversível de ecossistemas;
- análise de alterações nos fluxos naturais em situações concretas;
- avaliação das alterações na realidade local a partir do conhecimento da dinâmica dos ecossistemas mais próximos;
- conhecimento de outras interpretações das transformações na natureza.
- os ciclos da água, seus múltiplos usos e sua importância para a vida, para a história dos povos;
- os ciclos da matéria orgânica e sua importância para o saneamento;
- as teias e cadeias alimentares, sua importância e o risco de transmissão de substâncias tóxicas que possam estar presentes na água, no solo e no ar;
- a observação de elementos que evidenciem ciclos e fluxos na natureza, no espaço e no tempo.

**Sociedade e Meio Ambiente**

- reconhecimento dos tipos de uso e ocupação do solo na localidade;
- compreensão da influência entre os vários espaços;

385

- conhecimento e valorização do planejamento dos espaços como instrumento de promoção da melhoria da qualidade de vida;
- análise crítica de atividades de produção e práticas de consumo;
- busca de alternativas de relação entre sociedade e natureza.

- a diversidade cultural e ambiental;

- os limites da ação humana em termos quantitativos e qualitativos;

- as principais características do ambiente e/ou paisagem da região em que se vive; as relações pessoais e culturais dos alunos e de sua comunidade com os elementos dessa paisagem;

- as diferenças entre ambientes preservados e degradados, causas e consequências para a qualidade de vida das comunidades, desde o entorno imediato até de outros povos que habitam a região e o planeta, bem como das gerações futuras;

- a interdependência ambiental entre as áreas urbana e rural.

**Manejo e conservação ambiental**

- valorização do manejo sustentável como busca de uma nova relação sociedade/natureza;
- crítica ao uso de técnicas incompatíveis com a sustentabilidade;
- levantamento de construções inadequadas em áreas urbanas e rurais;
- conhecimento e valorização de alternativas para a utilização dos recursos naturais;
- técnicas de saneamento básico;
- valorização de práticas que possibilitem a redução na geração e a correta destinação do lixo;
- conhecimento de áreas tombadas como Unidade de Conservação;
- reconhecimento das instâncias do poder público responsáveis pelo gerenciamento das questões ambientais.

- o manejo e a conservação da água: captação, tratamento, distribuição, hábitos de utilização da água em casa e na escola;

- a necessidade e formas de tratamento dos detritos humanos: coleta, destino e tratamento do esgoto;

386

- a necessidade e a forma de coleta e destino do lixo; reciclagem; os comportamentos responsáveis de "produção" e "destino" do lixo em casa, na escola e nos espaços de uso comum;

- as formas perceptíveis e imperceptíveis de poluição do ar, da água, do solo e poluição sonora; principais atividades locais que provocam

poluição (indústrias, postos de gasolina, matadouros, criações, atividades agropecuárias, em especial as de uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos, etc.);

- noções de manejo e conservação do solo: erosão e suas causas nas áreas rurais e urbanas; necessidade e formas de uso de insumos agrícolas; cuidados com a saúde;

- noções sobre procedimentos adequados com plantas e animais;

- a necessidade e as principais formas de preservação, conservação, recuperação e reabilitação ambientais, de acordo com a realidade local;

- alguns processos simples de reciclagem e reaproveitamento de materiais;

- os procedimentos corretos com dejetos humanos nos banheiros e em lugares onde não haja instalações sanitárias;

- as práticas que evitam desperdícios no uso cotidiano de recursos como água, energia e alimentos;

- a valorização de formas conservativas de extração, transformação e uso dos recursos naturais.

**Turismo**

- conhecimento e valorização de áreas tombadas como Patrimônio Histórico;
- reconhecimento de órgãos públicos que o município integra: PNMT e ORT;
- turismo e recursos humanos necessários;
- atendimento de qualidade aos visitantes;

- o meio natural como recurso turístico;

- principais eventos - divulgação;

- economia/turismo;

- estrutura do mercado de turismo;

- higiene e segurança do trabalho em turismo;

- qualidade de serviços;

- serviço centrado no cliente.

**22. ACERVO BIBLIOGRÁFICO**

387

A Secretaria Municipal de Educação possui uma biblioteca, que contém além dos livros didáticos, livros paradidáticos, romances, enciclopédias (Barsa, Delta e Barsa Infantil) e dicionários.

**23. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

De acordo com o RCNEI, 1998, vol. I, p.67, as instituições de ensino elaborarão e implantarão um projeto educativo. A direção da instituição tem um papel

chave neste processo quando auxilia a criação de um clima democrático e pluralista.

Deve incentivar e acolher as participações de todos de modo a possibilitar um projeto que contemple a explicitação das divergências e das expectativas de crianças, pais, docentes e comunidade.

O coletivo de profissionais da instituição, entendido como organismo vivo e dinâmico é o responsável pela construção do projeto educacional e do clima

institucional. A tematização da prática, o compartilhar de conhecimentos são ações

que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo, criando condições para que

o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos.

Compartilhar é um processo que contribui para que a instituição se constitua como

unidade educacional no qual são expressas as teorias e os saberes que sustentam a

prática pedagógica. Esse processo tece a unidade do projeto educativo que embora

traduzida pelos diferentes indivíduos do coletivo, parte de princípios comuns. A

unidade é, portanto, construída dinamicamente.

388

A Secretaria Municipal de Educação deve proporcionar condições para que

todos os profissionais participem de momentos de formação de naturezas diversas

como reuniões, cursos, palestras, seminários, fóruns, visitas, atualizações por meio

de filmes, vídeos, etc.

As horas de trabalho pedagógico coletivo - HTPC têm por objetivo assegurar

cada vez mais uma educação de qualidade, pois através dela o processo ensino-

aprendizagem pode ser avaliado e conseqüentemente, melhorado. As horas de trabalhos pedagógicos coletivos têm por finalidade:

Estudar e interpretar os dados de aprendizagem na relação com o trabalho do

professor, na direção do processo ensino-aprendizagem proposto; Acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem bem como

diagnosticar seus resultados;

Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo

de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos, dos

encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica;

Leituras e discussões sobre temas atuais referentes à Educação Infantil e

Ensino Fundamental, como também sobre Leis que regem os mesmos;

Os encontros pedagógicos serão realizados por turma na Educação Infantil e

nos Anos Iniciais, e nos Anos Finais do Ensino Fundamental por Áreas Afins,

coordenados e acompanhados pela equipe técnica da Secretaria de Educação de

acordo com o calendário vigente.

A Secretaria Municipal de Educação, no final de cada ano elaborará coletivamente, para o ano seguinte, cronograma com sugestões de temas para

cursos de formação continuada, congresso, seminários, fóruns, encontros

pedagógicos das turmas e das diversas disciplinas curriculares.

A atuação da Secretaria Municipal de Educação, na formação continuada e/ou

capacitação em serviço, para professores em exercício e para funcionários, é

significativa e de qualidade. Este trabalho tem se concretizado através da

participação e troca de saberes, envolvendo profissionais da educação e diferentes

áreas de conhecimento.

389

Para muitos autores, teóricos desta abordagem, a produção de práticas

educativas eficazes só surge de uma reflexão partilhada entre o professor que é

agente do processo de formação e a escola, local onde a formação acontece. Sendo

assim, formar-se é ampliar horizonte de conhecimentos para além das

especificidades de cada disciplina.

Portanto, a Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de

Educação, constitui-se em uma perspectiva interdisciplinar, com a finalidade de

proporcionar ao professor atuante da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a

oportunidade de aprofundar os temas concernentes a esses níveis, na especificidade

de cada área de conhecimento. E assim, conhecer a variedade de aspectos

metodológicos do ensinar e aprender, trazendo para sua reflexão e análise crítica a

diversidade de tendências presentes no exercício da Educação. Oportunizar na

escola um espaço de pesquisa, leitura, estudo e reflexão, fundamenta a criação e

implementação de práticas alternativas voltadas para o ensino e a aprendizagem nas

várias áreas e para a realidade das salas de aula dos professores participantes.

#### DOCENTE

A progressão por desempenho e capacitação dos profissionais da educação

dar-se á a cada de 2 (dois) anos, no mês de aniversário do dia em que o servidor

entrou efetivamente em exercício, desde que tenha obtido no mínimo 150 (cento e

cinquenta) pontos na soma das duas avaliações de desempenho anuais e comprove

a realização de 80 horas de cursos de capacitação na área de atuação ou formação

profissional.

Obrigatoriamente, os cursos computados deverão ter no mínimo carga

horária de (20) vinte horas cada, salvo àqueles com carga horária inferior, mas que

somam no mesmo período a carga mínima, como as jornadas de Educação Física,

em que o profissional participa de várias oficinas, recebendo certificação separada. É

imprescindível a comprovação através da apresentação de diplomas ou certificados.

#### 24. REGIMENTO



## CAPÍTULO I

## DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DO ENSINO

390

Art.1º As Escolas da rede municipal de ensino de Campo Alegre, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem como objetivo assegurar a plena formação do educando e o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, através da aquisição de conhecimento e habilidades, que favoreçam o exercício crítico e consciente da cidadania.

Art.2º A ação educativa das Escolas, fundamenta-se nos princípios de universalização de igualdade de acesso e permanência, de obrigatoriedade e garantia de um ensino com qualidade.

Parágrafo único - A proposta, é uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de direitos e o cumprimento dos deveres, sinônimos de cidadania.

Art.3º Os princípios e objetivos gerais do ensino, convergirão para os fins mais amplos da educação nacional, expressos na Constituição Federal e Estadual, na Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único - Os objetivos gerais e específicos de cada Escola, atendendo suas características e peculiaridades, constarão do seu Plano Pedagógico.

## CAPÍTULO II

## DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO

391

Art.1º A gestão democrática do Ensino na forma estabelecida na Lei do Sistema Municipal de Ensino e nas Normas Regimentais, tem por finalidade possibilitar maior grau de autonomia as escolas, de forma a garantir o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, assegurando padrão de qualidade do ensino ministrado.

Art.2º O processo de construção da gestão democrática na escola, entendida como ação coletiva, será fortalecido mediante os princípios de coerência, equidade e corresponsabilidade da comunidade escolar na organização e prestação dos serviços educacionais.

Art.3º Para a melhor consecução de sua finalidade, a gestão

democrática nas escolas, far-se-á mediante a observação dos seguintes princípios.

- I- Participação dos profissionais da escola na elaboração do projeto pedagógico.
- II- Participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar, direção, professores, pais, alunos, e demais servidores nos processos consultivo e decisórios, através do Conselho Deliberativo Escolar e da Associação de Pais e Professores.
- III- Crescente autonomia da gestão escolar respeitadas as diretrizes nacionais e municipais de ensino.
- IV- Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se também a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos.

392

V- Valorização da escola em quanto local privilegiado de execução do processo educacional.

Art.4º A autonomia da escola, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, entendidos como mecanismos de fortalecimento de uma gestão democrática a serviço da comunidade, será assegurada mediante a:

- I- Capacidade de cada escola coletivamente, formular, implementar e avaliar sua proposta pedagógica e seu plano de gestão;
- II- Constituição e funcionamento do Conselho Deliberativo Escolar, do Conselho de Classe e da Associação de Pais e Professores.

Art.5º As instituições e associações terão a função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra e extra-escolar, garantindo-se a participação da comunidade escolar.

## CAPÍTULO III

## DOS COLEGIADOS E ASSOCIAÇÕES

Art.10º As escolas contarão com os seguintes colegiados e associações:

- a) Associação de Pais e Professores - APP;
- b) Conselho Deliberativo Escolar;
- c) Conselho de Classe.

## SEÇÃO I

## DO CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

Art.11 O Conselho Deliberativo Escolar, colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado ao núcleo de direção, é formado por representantes de todos

393

os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em importante canal de participação para a construção de gestão democrática da escola e terá as atribuições fixadas na legislação e na Proposta Pedagógica da Instituição.

#### DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art.12 - Cabe a escola atender as necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem, adequados às diferentes faixas etárias e níveis de ensino ministrados.

Art. 13 - A organização escolar abrangerá os seguintes serviços:

- I - Direção;
- II - Secretaria
- III - Corpo técnico administrativo
- IV - Especialista em assuntos educacionais
- V - Corpo docente
- VI - Corpo discente
- VII - Conselho de classe
- VIII- Conselho deliberativo escolar

#### CAPÍTULO IV

##### DA DIREÇÃO

Art. 14 A Direção é o órgão que gerencia o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no Plano Pedagógico.

Art. 15 A Direção será exercida por Diretor, designado na forma da lei vigente.

Art.16 Compete ao Diretor:

394

- I - Garantir que a escola cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos científicos, físicos, culturais e sociais.
- II- Coordenar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos;
- III - Diagnosticar junto a comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola;
- IV - Coordenar a elaboração e execução do plano político pedagógico;
- V - Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudo, visando a construção da competência pedagógica;
- VI - Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os às necessidades dos alunos;
- VII - Garantir o acesso e permanência do aluno na escola;
- VIII- Promover a participação dos pais e alunos na construção do Plano Político Pedagógico;
- IX- Coordenar os conselhos de classe em seu planejamento, execução, avaliação e

desdobramentos;

- X- Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos;
- XI - Organizar e coordenar a execução de toda documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação;
- XII - Convocar e presidir reuniões;
- XIII - Preservar o patrimônio da escola;
- XIV- Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar;
- XV - Atender os problemas disciplinares e de aprendizagem dos alunos, acompanhando a aprendizagem dos educandos;
- XVI - Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- XVII - Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola;

XVIII- Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP;

395

- XIX- Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a unidade escolar desde a sua aplicação e prestação de contas;
- XX - Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não;
- XXI - Cuidar e coordenar para que o livro ponto seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário;
- XXII- Executar outras atividades correlatas.

#### PROFESSOR

Art 17 - Compete ao corpo docente da escola:

- I - Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante em uma prática educacional mais competente;
- II - Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso as fontes de cultura;
- III- Participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico da unidade escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;
- IV - Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino aprendizagem apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;
- V- Promover ações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e

enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno;

396

VI - Manter e fazer com que seja mantida disciplina, em sala de aula e fora de dela, em cooperação com a direção;  
VII - Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;  
VIII - Comunicar a direção e ao serviço de supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe;  
IX - Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho, e a responsabilidade em todas tarefas.  
X- Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;  
XI - Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;  
XII - Cooperar com as decisões da direção e demais autoridades de ensino;  
XIII - Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre.  
XIV - Colaborar com a direção e com a secretaria municipal de educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;  
XV - Zelar pelo nome e respeito do estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;  
XVI - Executar outras atividades correlatas.

#### PROFESSOR AUXILIAR

I - Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula em todas as atividades desenvolvidas;

397

II - Realizar as atividades de rotina tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, aplicação de flúor, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula etc.;  
III - Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, nos aspectos social, afetivo, psicológico e psico-motor;  
IV - Organizar os pertences dos alunos;  
V - Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe;  
VI - Receber os alunos antes do início das aulas ou entregá-los

após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção da instituição;  
VII - Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais;  
VIII - Utilizar uniforme adequado para as atividades;  
IX - Participar da elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar  
X - Comparecer as reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado ainda que em horários e em datas diferentes do normal.

#### CHEFE DO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;  
II - Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar;  
III - Garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em centros municipais de educação infantil e pré-escolas;  
IV - Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos centros municipais de educação infantil e pré-escolas;  
V - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

398

VI - Recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência a escola;  
VII - Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;  
VIII - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os centros municipais de educação infantil e pré-escolas;  
IX - Executar outras atividades correlatas.

#### CHEFE DO SERVIÇO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;  
II - Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino fundamental;  
III - Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores do 1º ao 9º ano;  
IV - Promover a capacitação de recursos humanos e aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do ensino fundamental do 1º ao 9º ano;  
V - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental, com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;  
VI - Recensear os educandos do ensino fundamental, zelando junto aos pais pela

frequência a escola;  
 VII - Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;  
 VIII - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as unidades de ensino fundamental;  
 IX - Fixar conteúdo mínimo para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;

399

X - Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se as peculiaridades e necessidades locais;  
 XI - Estimular o ingresso no ensino médio;  
 XII - Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural;  
 XIII - Executar outras atividades correlatas.

#### CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO

I - Criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação em sistema integrado;  
 II - Introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos de acordo com a realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;  
 III - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;  
 IV - Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental e infantil com objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;  
 V - Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam a Secretaria Municipal de Educação;  
 VI - Controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação;  
 VII - Controlar, executar e manter os históricos escolares da rede municipal de ensino;  
 VIII - Controlar e confeccionar relatório gerenciais das unidades escolares;  
 IX - Executar outras atividades correlatas.

#### CHEFE DO SERVIÇO DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR

400

I - Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;  
 II - Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar:  
 a) Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido;  
 b) Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários

previamente definidos;  
 c) Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte escolar;  
 III - Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar;  
 IV - Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade;  
 V - Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação;  
 VI - Executar outras atividades correlatas.

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

I - Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder acompanhamento das atividades nela proposta;  
 II - Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;  
 III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidos;  
 IV - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;  
 V - Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;  
 VI - Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola;

401

VII - Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;  
 VIII - Coordenar no âmbito da escola as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;  
 IX - Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes em colaboração com os docentes e as famílias;  
 X - Elaborar estudos, levantamento qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;  
 XI - Elaborar e implementar acompanhar e avaliar planos programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, e pessoal de recursos materiais;  
 XII - Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.  
 XIII - Executar outras atividades correlatas.

Atribuições e responsabilidades:

Agente Operacional I, Nutricionista, Fonoaudióloga, Motorista - De

acordo com a Lei  
Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

## SEÇÃO II

### DOS CURSOS, NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

Art.45º Os cursos, níveis e modalidades de ensino obedecerão as diretrizes federais e demais normas dos sistemas de ensino.

## SEÇÃO III

### DOS CURRÍCULOS

402

Art.46º Os cursos serão organizados em conformidade com a legislação específica e encaminhados para a devida autorização do órgão normativo do sistema de ensino.

Art.47º A Educação Infantil norteará suas atividades de ensino, nas normas nacionais, estaduais e lei do sistema municipal de ensino.

Art.48º O Ensino Fundamental obedecerá às diretrizes nacionais, municipais e a grade curricular aprovada pelo órgão competente, atendendo também à parte diversificada estabelecida pela instituição.

## SEÇÃO IV

### DA ACELERAÇÃO, PROGRESSÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Art.49º A Secretaria Municipal de Educação adotará procedimentos que visem propiciar aos alunos do ensino fundamental o avanço em um ou mais anos de escolaridade, bem como poderá adotar programas especiais de aceleração de estudos que visem à progressão, classificação ou reclassificação em anos escolares mais avançados, previstos nos artigos 23 a 24 da Lei Nº 9394/96.

Art.50º Os procedimentos adotados pela Escola e suas formas de operacionalização deverão estar explicitados no Plano Pedagógico, cabendo a uma Comissão Avaliadora, presidida pela direção da Instituição e formada por docentes da Unidade Escolar e Chefes do Ensino Fundamental e do Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, apurar o nível e grau de desenvolvimento dos alunos, cujas decisões serão devidamente registradas na documentação da Escola e

403

do aluno, em conformidade com a legislação superior, homologadas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

## SEÇÃO V

### DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS

Art.51º A Escola poderá desenvolver projetos pedagógicos especiais de natureza curricular, aprovados pela Secretaria Municipal de Educação abrangendo:

- I- Programação de atividades de reforço e recuperação de aprendizagem e orientação de estudos;
- II- Organização e utilização de salas ambiente, de multimeios, multimídia, de leitura e laboratório;
- III- Grupos de estudo e pesquisas;
- IV- Cultura e lazer;
- V- Outros de interesse da comunidade;

Parágrafo único - Os projetos especiais integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos por docentes e se nortearão pelas normas vigentes.

## SEÇÃO VI

### DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art.52º O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem, será implementado, através de procedimentos que objetivem oferecer comparativos de desempenho para a tomada de decisões nas diferentes áreas de aprendizagem.

Art.53º A avaliação do processo ensino-aprendizagem, responsabilidade de escola e de seus professores, será realizada de forma contínua e sistemática, sendo

404

diagnóstica, formativa e somativa, tendo como um de seus parâmetros o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa de escolaridade. Parágrafo único - A avaliação a ser adotada pela escola terá sempre como perspectiva o aprimoramento da qualidade do ensino e será subsidiado por procedimentos de observações e registros no decorrer de cada semestre letivo.

Art.54º A avaliação e reavaliação interna do processo de ensino aprendizagem deverão possibilitar;

- I- Diagnóstico dos avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos de forma a nortear as atividades de planejamento dos conteúdos básicos curriculares;
- II- Observação e análise dos progressos individuais e coletivos de aquisição e construção do conhecimento, em função do trabalho didático-pedagógico desenvolvido;
- III- A auto-avaliação dos alunos em relação ao progresso obtido e às dificuldades com vistas a superá-las durante o processo de aprendizagem;
- IV- O embasamento para as decisões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação de



aprendizagem, de classificação ou reclassificação de alunos.

Art.55º A Escola, respeitada a legislação vigente, adotará a sistemática de avaliação através de notas em todos os seus cursos, níveis e modalidade de ensino, com prevalência dos resultados obtidos durante o ano letivo, sobre os exames finais.

Na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação será de forma descritiva e sem reprovação, observando o critério de frequência mínima, para o 1º ano.

§1º - Para fins de escrituração escolar e registro em documentos oficiais a serem arquivados na secretaria da escola, os mesmos deverão ser realizados por meio de médias bimestrais.

405

§2º - O calendário da escola deverá prever reuniões do conselho de classe, dos professores, alunos e pais ou responsáveis para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de desempenho do ensino e resultados de aprendizagem obtidos pelos alunos.

## SEÇÃO VIII

### DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art.56º Para a avaliação do aluno, considerar-se-á o aproveitamento e a frequência, conforme estabelece a legislação vigente específica o grau de desenvolvimento do aluno, sustentado nos registros avaliativos.

§1º - A frequência do aluno fica a cargo da Escola e seus registros diários, lançados pelo respectivo professor, sendo exigida a frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a sua aprovação no ensino fundamental.

§2º - A avaliação do rendimento escolar deverá obedecer ao disposto na legislação vigente e na Proposta Pedagógica.

Art.57º - Aluno que não alcançar média 7,0 (sete) durante o ano letivo nas respectivas disciplinas ou áreas de estudo, será submetido à Prova Final, obedecendo-se a seguinte fórmula:  
(Nota do 1o bimestre + nota do 2o bimestre + nota do 3o bimestre + nota do 4o bimestre) = ..... : 4 = ..... x 7 = ..... + (PF x 3) = .....

.....

:

10 = .....

## SEÇÃO VIII

### DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

406

Art.58º Os estudos de recuperação visam às novas oportunidades de aprendizagem, no decorrer do ano letivo - durante trabalhos escolares normais e em cada disciplina ou atividade, para recuperar as deficiências verificadas.

Parágrafo único - A recuperação será oferecida de forma continuada e paralela, durante o ano letivo, atendendo o estabelecido na legislação vigente.

Art.59º A nota obtida após estudos de recuperação em que o aluno demonstre ter superado dificuldades, substituirá a anterior referente aos mesmos objetivos.

Art.60º O professor efetuará o competente registro, no Diário de Classe dos estudos e resultados da recuperação de estudos.

## SEÇÃO IX

### DA PROMOÇÃO

Art.61º Para a promoção do aluno considerar-se-á o aproveitamento mínimo de média 5,0 (cinco), após os exames e a frequência conforme estabelece a legislação.

## SEÇÃO X

### DO PLANO PEDAGÓGICO

Art.62º O Plano Pedagógico da Escola definirá a concepção filosófica-pedagógica, em consonância com a concepção de educação da Proposta

407

Pedagógica da Rede Municipal, que norteadora do processo de ensino-aprendizagem fundamentada nos princípios de socialização do saber e da solidariedade humana. O exercício permanente de fortalecimento da escola será elaborado a partir dos princípios de responsabilização dos diversos participantes do processo educativo e de sua adequação às características e recursos da escola, sua mantenedora e comunidade em que se insere.

Parágrafo único: O Plano Político é o documento que traça o seu perfil, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções de todos os envolvidos e norteia o gerenciamento das ações intra e extra-escolares.

Art.63 A Escola registrará suas intenções em termos de Plano Pedagógico que deseja concretizar, cuja síntese, constituir-se-á em instrumento norteador do trabalho da escola, discutido e do conhecimento da comunidade escolar.

Parágrafo único - O Plano Pedagógico deverá ser formulado com a participação de toda comunidade escolar e submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema municipal de ensino.

## SEÇÃO XI

### DO CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR

Art.64º O Conselho Deliberativo Escolar, colegiado de natureza consultiva, vinculada à Direção da Escola, será formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar constituindo-se em importante canal de participação para a construção da gestão democrática da Escola.

## SEÇÃO XII

### DO CONSELHO DE CLASSE

408

Art.65º O conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação direção-professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Parágrafo único - A última instância de decisão avaliativa na Escola é o Conselho de Classe. A instância superior é a Direção.

Art.66º O Conselho de Classe tem por finalidade:

I- Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na relação com o trabalho do professor, na direção com o processo ensino-aprendizagem, proposta pelo Plano Político Pedagógico da Escola.  
II- Acompanhar e aperfeiçoar o processo ensino - aprendizagem bem como diagnosticar seus resultados registrando-os em relatórios;  
III- Avaliar os resultados da aprendizagem do aluno, na perspectiva do processo de apropriação do conhecimento, da organização dos conteúdos e dos encaminhamentos metodológicos da prática pedagógica;

Art.67º O Conselho de Classe será constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar;

Art.68º A coordenação do Conselho de Classe em planejamento, execução, avaliação e desdobramento estarão a cargo do diretor e da coordenação pedagógica da escola.

Art.69º- O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em data prevista no Calendário Escolar , e extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir, sem prejuízo do referido Calendário Escolar.

409

§1º- A convocação para as reuniões será feita através de ato, baixado pelo diretor ou responsável pela escola, com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados.

§2º - Das reuniões do Conselho de Classe será lavrada ata para registro, divulgação ou comunicação aos alunos e pais interessados.

Art.70º São atribuições do Conselho de Classe:

I- Emitir parecer descritivo sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, decidindo pela recuperação, revisão dos conteúdos e metodologia aplicados, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos metodologia aplicada, anulação e repetição de teste, provas ou trabalhos destinado à avaliação do rendimento escolar em que ocorram irregularidades ou dúvidas por parte dos alunos, pais ou responsáveis, quanto aos resultados obtidos;  
II- Analisar o pedido de reconsideração dos pareceres emitidos pelo Conselho de Classe nos casos relacionados no inciso anterior e, esgotadas todas as possibilidades de solução para o problema, consultar a instância superior imediata para a decisão final;  
III- Avaliar as atividades docentes e discentes, possibilitando o replanejamento dos objetivos e das estratégias de execução da programação, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;  
IV- Responsabilizar o professor de cada área de estudo, ou disciplina, ao término do Conselho de Classe, pelo preenchimento da documentação de avaliação e frequência adotadas pela escola;  
V- Propor medidas para a melhoria do aproveitamento escolar, integração e relacionamento dos alunos na turma e na escola;  
VI- Estabelecer planos viáveis de recuperação contínua e paralela dos alunos, em consonância com o Plano Político Pedagógico da escola;

410

VII- Assegurar a elaboração e execução dos planos de adaptação de alunos transferidos, quando se fizer necessário, atendendo a legislação específica.

## CAPÍTULO IV

### DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art.71º O calendário escolar será elaborado pela secretaria, com base na grade curricular e observada a legislação vigente, com a participação do Conselho Pedagógico da escola e fixarão os dias letivos, dias de trabalho escolar efetivo, dias de estudo, reuniões pedagógicas, conselho de classe, recesso escolar e eventos programados para o ano letivo e aprovado em assembléia geral

da comunidade escolar.

## CAPITULO V

### DA MATRICULA

Art.72º O Plano de matrícula será elaborado anualmente pela Secretaria

Municipal de Educação e divulgado em tempo hábil para a comunidade escolar.

§1º - A Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Direção de da unidade escolar serão responsáveis pela divulgação do período e critérios para a efetivação da matrícula.

§2º - A partir da matrícula o aluno, pai ou responsável tomará conhecimento do Regimento e do Plano Pedagógico.

Art.73º Para a matrícula inicial, o candidato deverá apresentar certidão de nascimento e atender a legislação vigente.

411

Art.74º Para matrícula de aluno recebido por transferência de outro estabelecimento de ensino, a escola deverá exigir o Atestado de Frequência e

Histórico Escolar devidamente assinados pelos responsáveis e cópia dos documentos pessoais do interessado, devendo o histórico Escolar ser apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a matrícula.

Art.75º Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada pelo aluno, referente à série em que está cursando, a escola deverá providenciar a sua regularização, exceto em que a documentação encontrar-se em tramitação de processo em instância Superior.

Art.76º Para os atuais alunos da Escola, a renovação de matrícula dar-se-á mediante preenchimento e assinatura do responsável, no documento de renovação.

## SEÇÃO I

### DA TRANSFERÊNCIA

Art.77º A Escola aceitará transferência, observadas as exigências e formalidades legais obedecidas às diretrizes curriculares nacionais comuns.

Art.78º A Transferência far-se-á pelo Núcleo Comum, fixado em âmbito nacional, observados os princípios e normas vigentes.

Art.80º A Transferência oriunda de país estrangeiro dar-se-á em conformidade com legislação vigente.

Parágrafo único - A divergência de currículo em relação às matérias da Área de Estudos ou disciplinas da parte diversificada, acrescentada pela

escola de origem, não constituirá impedimento para aceitação da matrícula por transferência.

## SEÇÃO II

### DA ADAPTAÇÃO

412

Art.81º O aluno que vier transferido de outro estabelecimento de ensino com plano curricular diferente do previsto pela escola estará sujeito à adaptação nas áreas de estudo ou disciplinas que não tenha cursado em série anterior ou equivalente.

§1º - A adaptação é restrita aos conteúdos programáticos, e não à frequência da carga horária prevista.

§2º - A adaptação será desenvolvida sem prejuízo das atividades normais da série em que o aluno se matricular, e tem por finalidades atingir os conteúdos necessários para o prosseguimento do novo currículo, e concluídos antes do resultado final da avaliação do rendimento escolar do ano letivo.

§3º - A adaptação far-se-á mediante a execução de estudos e trabalhos e avaliações, orientados pelo professor com o acompanhamento do responsável da escola e ou Coordenação Pedagógica.

## SEÇÃO III

### DA EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Art.82º O aluno transferido com estudos realizados no exterior, terá sua matrícula homologada na série e curso mediante análise comparativa das grades curriculares, ficando sujeito à adaptação curricular, quando couber, e sua equivalência de estudos declarados por órgão competente do sistema de ensino, conforme normalização vigente.

413

Parágrafo único - Os alunos transferidos entre os países do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, terão seus estudos reconhecidos com base no Decreto Nº 2.726 de 10 de agosto de 1.998 - Protocolo de Integração Educativa, com sua tabela Comparativa de Escolaridade.

## Seção IV

### DO REGIME DISCIPLINAR

Art.83º O regime disciplinar para os componentes da Organização Escolar será o decorrente das disposições legais aplicáveis a cada caso, das normas estabelecidas neste Regimento Escolar, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Proposta Pedagógica.

## CAPITULO VI

## DO CORPO DISCENTE

Art.84º Pela inobservância dos deveres previstos neste Regimento Escolar e, conforme a gravidade ou reiteração das faltas e infrações, serão aplicadas, aos alunos, as seguintes medidas disciplinares.

I- Advertência verbal.

II-Advertência escrita e comunicada aos pais ou responsáveis;

III-Exigência de comparecimento do pai ou responsável na Escola;

IV-Suspensão;

V-Transferência da escola.

Art.85º A aplicação da medida de advertência verbal será executada pelo Professor ou Direção.

414

Art.86º A medida de advertência escrita e ou comparecimento dos pais ou responsáveis serão aplicáveis pela direção ou responsável pela escola, nos casos de reincidência em faltas consideradas graves.

Art.87º A medida de suspensão de até três dias das aulas normais será aplicada pela direção ou responsável pela escola.

Art.88º Esgotadas as medidas anteriores, a direção adotará procedimentos, com possibilidade de transferência para outra escola.

Art.89º As medidas disciplinares aplicadas ao corpo discente não serão registradas em seu Histórico Escolar, devendo constar apenas nos assentamentos da escola.

## CAPÍTULO VII

## DO REGISTRO, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVO ESCOLAR

Art.90º A escrituração e o arquivamento dos documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação da identidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos alunos e documentação da Escola.

I - A documentação relativa ao Corpo Discente, compreende:

a)Ficha de matrícula;

b)Ficha individual e de avaliação;

c)Histórico Escolar;

d)Certificado de conclusão e diploma, quando for o caso;

e)Boletim Escolar;

f)Registro de frequência;

g)Certidão de Nascimento ou Cédula da Identidade (cópia);

II - A documentação relativa à Unidade Escolar, compreende;

a) Controle de pontos;

b) Registro de patrimônio;

c) Atas de exames ou processos especiais;

d) Atas e resultados de Conselho de classe do 1º ao 9º ano;

e) Assentamentos individuais de professores e funcionários;

f) Avisos e convocações;

g) Diários de Classe;

h) Relatório de avaliação do desempenho da Escola;  
g) Atas e demais registros da escola;

415

Art.91º O Arquivo Escolar poderá ser concentrado na Secretaria da Escola e sempre que possível, sistematizado e informatizado.

Parágrafo único - Os registros escolares também poderão ser concentrados na Secretaria Municipal de Educação para facilitar o controle e a operacionalização da documentação escolar.

## CAPITULO VIII

## DA INCINERAÇÃO

Art.92º A incineração consiste no ato de baixa e queima dos documentos que, após cinco anos, não necessitem mais permanecer em arquivo.

§1º- Poderão ser incinerados os seguintes documentos: provas especiais relativas à adaptação ou recuperação, atestados médicos e ofícios.  
§2º - Os registros de notas de alunos, jamais poderão ser incinerados, podendo apenas fazer parte do arquivo morto.

Art.93º O ato de incineração será lavrado em ata, assinada pelo Diretor, Secretária ou responsável, com cópia arquivada na escola.

## CAPÍTULO IX

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

416

Art.94º Todos os atos das solenidades e festas de formatura, embora de livre iniciativa dos formandos, estarão sujeitos à aprovação da Direção da Escola.

Art.95º Incorporar-se-ão a este Regimento Escolar automaticamente, as disposições legais, instruções ou normas de ensino emanadas de órgãos ou poderes competentes, alterando as disposições que com elas conflitarem;

Art.96º O presente Regimento Escolar será submetido ao órgão competente para aprovação;

Art.97º Os casos omissos do presente Regimento Escolar serão resolvidos pela Direção, Conselho Municipal de Educação, com base na legislação, no Projeto Pedagógico e normas específicas.

Art.98º O presente Regimento Escolar, entrará em vigor após a aprovação pelo órgão competente.

Campo Alegre, 18 de dezembro de 2007.

## 25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

417

Em face das diferentes contribuições acerca do ensino na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, nas quais apoiamos as reflexões aqui apresentadas, e da certeza de não as termos esgotado, ficam presentes algumas conclusões, que evidenciam a importância da prática pedagógica significativa, para consolidar as bases de uma educação comprometida com o desenvolvimento integral do educando.

Acreditamos que é essencial ao trabalho pedagógico, o conhecimento e a discussão dos pressupostos teóricos para que de sua análise, surjam escolhas que fundamentem o planejamento e orientem a prática dos profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Toda ação está impregnada de escolhas, cuja clareza terá aporte no estudo de todas as produções e concepções, já postuladas como caminhos de reflexão e conhecimento, para o crescimento humano.

O sucesso escolar, o sucesso profissional, bem como, a formação do verdadeiro cidadão dentro do que se concebe como educação emancipatória, depende em grande parte da integração de princípios teóricos e didáticos, como também da tomada de decisões.

Não se podem fechar os olhos para um fator dominante no meio educacional:

a mudança de paradigmas no ensino, que busca a superação da visão assistencialista na Educação Infantil. Isto se constitui real quando a reflexão, o conhecimento, a atividade pedagógica, o engajamento na comunidade, enfim toda a

estrutura de ensino ganha um novo contorno, um novo caminho, recheado de significado e permeado pelo comprometimento essencial de todo profissional de ensino.

Inspirados, portanto, nesta perspectiva mais abrangente de aprendizagem e desenvolvimento, pretende-se que o aluno construa seus caminhos e solucione problemas, com a mediação do educador; sendo consensual o fato de que a escola deve tornar o indivíduo, cada vez mais consciente do processo de construção do conhecimento.

418

Assim, as reflexões que hoje são feitas em todo o mundo sobre a Educação, na constante busca por um ensino de qualidade, contextualizado e comprometido com o desenvolvimento global da criança, embasaram e justificaram a elaboração desta Proposta Pedagógica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

419

ANTUNES, Celso. Trabalhando Habilidades e Construindo Idéias. São Paulo: Scipione, 2001.

AZENHA, Maria da Graça. Imagens e Letras: Ferreira e Lúria - Duas Teorias Psicogenéticas. São Paulo: Ática, 1995.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Arte e Educação no Brasil: das Origens ao Modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BOYER, Carl B. História da Matemática. Tradução Elza F. Gomide. São Paulo: Edgar Blücher, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação. Especial. MEC; SE-ESP: 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC/ SEF: 1997.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. MEC/ SEF: 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo Scipione, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: W.V.A., 1998.

COLL, C. e MARTIN, E. et alli. O Construtivismo na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 1999.

420

CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação. Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Mód. II. Brasília: 2001.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. A Aventura da Alfabetização: Currículo Básico - Uma Contribuição para a Escola Pública Brasileira. Curitiba: 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Educação. Pré-Escola... Também é Escola! Currículo Básico - Compromisso Permanente para a Melhoria da Qualidade do Ensino na Escola Pública. 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamyl. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

DUNY, André. As Contradições do Projeto Coletivo: Emancipação ou Manipulação? Porto Alegre: ARTMED, 2002.

FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade: Um Projeto em Parceria. São Paulo: Loyola, 1993.



FERREIRA, Emília. Reflexões Sobre a Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. & TEBEROSKI, A. Psicogênese da Língua. Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FONTANA, Roseli A. Cação. Mediação Pedagógica na Sala de Aula. São Paulo: Autores Associados, 1996.

FONTES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. UNESCO - Brasília - São Paulo: Cortez, 2003.

421

FRANCHI, E. P. Pedagogia da Alfabetização, da Oralidade à Escrita. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. A Importância do Ato de Ler. São Paulo: Cortez, 1982.

FRIEDMANN, A. Brincar, Crescer e Aprender. O Resgate do Jogo Infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GARCIA, Regina Leite. (org) A Formação da Professora Alfabetizadora: Reflexões Sobre a Prática. São Paulo: Cortez, 1996.

GARDNER, H. Estruturas da Mente, a Teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade. Porto Alegre: Mediação, 1995.

KANDINSKY, W. Do Espiritual na Arte. Tradução Álvaro Cabral e Antônio Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KATO, M. O Aprendizado da Leitura. São Paulo: Martin Fontes, 1985.

422

KRAMER, S. (org). Alfabetização: Dilemas da Prática. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

LA TAILLE, Y. et alli. Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LEMLE, M. Guia Teórico do Alfabetizador. São Paulo: Ática, 1988.

LURIA, A. R. O Desenvolvimento da Escrita na Criança. In: Vygotsky, L. S. et. al. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Icone/ EDUSP, 1998.

MACHADO, Maria Lúcia de A. Educação Infantil e sócio-interacionismo. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo, Cortez, 1995.

MACHADO, N. J. Matemática e Língua Materna, Análise de uma Impregnação Mútua. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1990.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Memnon, 2001.

MARTINS, M. C. et alli. Didática do Ensino da Arte: A Língua do Mundo: Poetizar, Fruir e Conhecer Arte. São Paulo: FTD, 1998.

MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física Cuida do Corpo e Mente. São Paulo: Papyrus, 1993.

MENDONÇA, F. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1993.

MILLER, L. Compreendendo seu Bebê. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MOREIRA, A. F. Currículos e Programas no Brasil. São Paulo: Papyrus, 1995.

423

OLIVEIRA, Vera Barros de. Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a Seis Anos. Vozes, 1997.

PAPÁLIA & OLDS. O Desenvolvimento Físico do Bebê. In: O Mundo da Criação: da Infância à Adolescência. Mc Grawhill, 1981.

PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERRENOUD, Phillippe. A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

\_\_\_\_\_. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIAGET, J. Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Diefel, 1978.

PROGRAMA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES. MEC: 2001.

RANGEL, Mary et alii - Nove olhares sobre a supervisão. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997 (Coleção Magistério: Formação de Trabalho

Pedagógico).

RCNEI. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.1.

424

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio : Disciplinas Curriculares. Florianópolis : COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Proposta Curricular (Temas Multidisciplinares). Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Coordenadoria Geral de Ensino. Proposta Curricular de Santa Catarina (Versão Preliminar). Florianópolis: A Secretaria, 1997.

SAVIANI, Dermeval, Educação: do senso comum à consciência filosófica. 12 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996 (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Tomaz Tadeu da et alii. Neoliberalismo, qualidade total e educação. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, E. B. SOUZA, P.N.P. Como Entender e Aplicar a Nova. L.D.B. Thomson, 1997.

SILVA, M. A. (org). Repensando a História. Rio de Janeiro: Marco Zero 1984.

425

SOUZA, Júlio C. de Mello. Matemática Divertida e Curiosa. Rio de Janeiro: Record, 1993.

SUBSÍDIOS PARA O CREDENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL. MEC. Vol. 1.

VIGOTSKI, Lev Semenovich et alii. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução Maria da Penha Villalobos. 5.ed. São Paulo : Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ANEXOS

426

## CARTA DE PIRENÓPOLIS

427

1. Articular órgãos governamentais, organizações de defesa e de direito, órgãos não governamentais de e para pessoas com deficiência, e instituições de ensino superior, visando à implantação da prática de inclusão.
2. Acompanhar e orientar, de forma articulada, as ações dos municípios na política de educação infantil.
3. Comprometer e responsabilizar todo o sistema educacional público e privado na garantia do atendimento aos alunos com necessidades especiais, a partir de uma política de inclusão social.
4. Dotar as unidades escolares de materiais, equipamentos e mobiliários adaptados.
5. Construir e manter indicadores confiáveis que permitam análise da qualidade e planejamento das ações relativas à política de inclusão.
6. Tornar público ações, informações e recursos como uma das dimensões de suporte da educação especial e ao exercício do direito do cidadão.
7. Garantir acessibilidade através da adequação dos espaços físicos nas unidades escolares, onde os educandos com necessidades educacionais estejam inseridos. Garantir, também, que as novas construções obedçam às normas técnicas da ABNT.
8. Implantar e/ou implementar suporte e atendimento escolar de forma a garantir o pleno desenvolvimento humano para todos.
9. Estabelecer parcerias, prioritariamente, entre a educação, assistência social e saúde, envolvendo as três esferas de governo.
10. Orientar e assessorar a construção e/ou reconstrução do projeto político pedagógico, fundamentado no princípio de uma escola para todos.
11. Garantir a formação inicial e continuada da comunidade escolar, com vistas à inclusão das pessoas com necessidades especiais e o efetivo atendimento à diversidade.
12. Definir uma política de educação profissional de forma participativa, orientada pelos princípios da inclusão.

428

13. Estabelecer estratégias de discussão do atual modelo de avaliação para definir a questão do diagnóstico, assim como a sua finalidade e efeitos.
- No cumprimento ao que determina a Constituição Federal a LDB - Lei 9394/96 e o Plano Nacional de Educação.

Pirenópolis, 18 de junho de 1999.

**DECRETO Nº 5.171 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.171 DE 22 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. DANIELA BUENO RIBEIRO, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.170 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.170 DE 22 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. CLAUDIO CELSO FARIAS, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.169 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.169 DE 22 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. CLÉVIO JORGE SCHEFFER, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.168 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.168 DE 22 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.167 DE 22 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.167 DE 22 DE ABRIL DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. MILTON MARTENS, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.166 DE 22 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.166 DE 22 DE ABRIL DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. ORLI ALBERTO GRUDTNER JUNIOR, a partir de 22 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.165 DE 22 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.165 DE 22 DE ABRIL DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA, a partir de 21 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.164 DE 22 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.164 DE 22 DE ABRIL DE 2008

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. MARILICE DE GUADALUPE SILVA, a partir de 19 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.163 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.163 DE 22 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário do Sr. MARIA-NO LLANO SANCHEZ, a partir de 19 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.162 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.162 DE 22 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. REGIANE CRISTINA HUBNER DE OLIVEIRA ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 626,28 (seiscentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. REGIANE CRISTINA HUBNER DE OLIVEIRA, em 19º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.161 DE 22 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.161 DE 22 DE ABRIL DE 2008.  
INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DO V FESTIVAL  
DE INVERNO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º) Fica instituída a Comissão Organizadora do V FESTIVAL DE INVERNO, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento.

Art.2º) Ficam nomeadas para integrar a Comissão, referida no Artigo 1º deste Decreto, as pessoas abaixo relacionadas:

Anacir Carvalho de Lima Fuckner;  
André Luiz Niemeyer;  
Andressa Niemeyer;  
Auriene Roepke;  
Eleonora Bahr Pessoa;  
Gilson Omar Brunnquell;  
José Luis Silva;  
Laércio Telles;  
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte;  
Odenilson Contrat Ehlke;  
Pierre Andrade dos Santos;  
Rosana Emília Greipel;  
Samille Kesting;  
Sirley Dranka de Souza Freitas;  
Sirlone de Souza;  
Willian Cothowsky.

Art.3º) O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos municipais, sendo considerado de relevantes serviços prestados ao Município.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 2008/.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/04/2008/

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito



# **DECRETO Nº 5.160 DE 17 DE ABRIL DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.160 DE 17 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - RUBIA ELIZA BEIL matrícula nº 000484, declarando vacância de Médico III, com carga horária de 10 (dez horas) semanais, a partir de 17 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# **DECRETO Nº 5.159 DE 15 DE ABRIL DE 2008** DECRETO Nº 5.159 DE 15 DE ABRIL DE 2008 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 2.197,00 (dois mil, cento e noventa e sete reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.703 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.704 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	

449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
6.011 -	Convênio com Entidades de Classe e Secretarias de Estado	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 997,00
TOTAL		R\$ 2.197,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 997,00
TOTAL		R\$ 2.197,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
15/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 5.158 DE 14 DE ABRIL DE 2008

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.158 DE 14 DE ABRIL DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, ao cargo público de Engenheira, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 06, Sub-Nível 061, Referência A, no valor de R\$ 1.957,29 (um mil, novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## Decreto Nº 5.157 de 14 de Abril de 2008

DECRETO Nº 5.157 DE 14 DE ABRIL DE 2008.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	

2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 1.700,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339039.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
14/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 5.156 DE 14 DE ABRIL DE 2008

DECRETO Nº 5.156 DE 14 DE ABRIL DE 2008.  
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO  
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 003/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2008, integrada pelos seguintes membros:

Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000146;  
Rosani Aparecida da Silva Scholz, matrícula 000211;  
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;  
Andressa Niemeyer, cadastro nº. 954596.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção de Instrutor de Música, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2008 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.155 DE 11 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.155 DE 11 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seus Artigos 299 e 300 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado até a data de 05 de maio de 2008, ou até a contratação dos aprovados no Concurso Público nº 001/2007, caso ocorra antes do término do prazo contratual, do Contrato Temporário ao Sr. REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO ao cargo público de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para prestar serviços no Programa Saúde da Família - PSF, conforme Decreto Municipal nº 5.042 de 12 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
11 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.154 DE 10 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.154 DE 10 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 39; Decreta:

Art.1º) Lotar o servidor Público Municipal - Professor de Educação Física, Sr. ANTUIR ALVES SOETHE, matrícula nº 000465 na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2008.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.153 DE 10 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.153 DE 10 DE ABRIL DE 2008

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO

MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 010 e 011 de 10 de abril de 2008, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 010 DE 08 DE ABRIL DE 2008.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR Nº 005/2007 DE 24/10/2007.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde nº 005/2007 do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete.

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 10 de abril de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de 2008.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 10 DE ABRIL DE 2008.

APROVAÇÃO DO BALANCETE FINANCEIRO DE JANEIRO A MARÇO DE 2008

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º) Fica aprovado sem restrições o balancete financeiro de Janeiro a Março de 2008;

Art. 2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre-SC, 14 de fevereiro de 2008.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de abril de 2008.

**DECRETO Nº 5.152 DE 10 DE ABRIL DE 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.152 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 599,94 (quinhentos e noventa e nove reais, noventa e quatro centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Maria Osnilda Martins Rosa	12	R\$ 3.599,64
TOTAL		R\$ 3.599,64

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 299,97 (duzentos e noventa e nove reais, noventa e sete centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.151 de 10 de Abril de 2008**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.151 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 711,04 (setecentos e onze reais, quatro centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Vanessa Miriam Neubauer	06	R\$ 2.133,12
TOTAL		R\$ 2.133,12



Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 355,52 (trezentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e dois centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.150 DE 10 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.150 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Marciane Lopes dos Santos Pasda	12	R\$ 1.158,00
TOTAL		R\$ 1.158,00

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 96,50 (noventa e seis reais, cinquenta centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.149 de 10 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.149 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Joelma Gonçalves Oliveira	12	R\$ 900,00
TOTAL		R\$ 900,00

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.148 DE 10 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.148 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Edicler Orenice Cubas Munhoz	12	R\$ 1.050,00
TOTAL		R\$ 1.050,00

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada,



no valor de R\$ 87,50 (oitenta e sete reais, cinquenta centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.147 DE 10 DE ABRIL DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.147 DE 10 DE ABRIL DE 2008  
CONCEDE BOLSA DE ESTUDO À  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Decreta:

Art.1º) Conceder Bolsa de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 193,80 (cento e noventa e três reais, oitenta centavos).

NOME	Nº PARCELAS	VALOR
Bernadete Terezinha Schuta Odia	06	R\$ 581,40
TOTAL		R\$ 581,40

Art.2º) Os pagamentos da Bolsa de Estudo serão efetuados mensalmente e creditados na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, no valor de R\$ 96,90 (noventa e seis reais, noventa centavos) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.146 de 09 de Abril de 2008**

DECRETO Nº 5.146 DE 09 DE ABRIL DE 2008.

NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTES  
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 3º da Lei Municipal nº 2.992; alterada pela Lei Municipal nº 3.372 de 08 de abril de 2008; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR:

#### **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

a) Secretária Municipal de Administração:  
Titular: Eleonora Bahr Pessôa;  
Suplente: André Luiz Niemeyer.

b) Secretária Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepke;  
Suplente: Maria Eliane Friedrich.

c) Secretária Municipal de Educação:  
Titular: Anacir Carvalho de Lima Fuckner;  
Suplente: Ester Maria Forlin Fristsch.

d) Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:  
Titular: Samille Kesting;  
Suplente: Odenilson Contrat Ehlke.

e) Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico:  
Titular: Gilson Omar Brunnquell;  
Suplente: Denilson de Souza Bandeira.

f) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
Titular: Rosana Emília Greipel;  
Suplente: Zurita Maria Pacheco.

g) Representante do Escritório local da EPAGRI:  
Titular: Araci Ruppel Buchmann;  
Suplente: Remy Narciso Simão.

h) Representante do Ensino Estadual:  
Titular: Alvaseli Camargo Grosskopf;  
Suplente: Marlin Telma Martins.

#### **REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:**

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:  
Titular: Adelaide Drancka;  
Suplente: Lucileide Ehlke.

b) Representante da ACIACA - Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre:  
  
Titular: Regina Maria Munhoz;  
Suplente: Solange Aparecida Reichart Baechtold.

c) Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre:  
Titular: Roseli Maria Fuckner;  
Suplente: Alfredo Arildo S. Fuckner.

d) Presidente da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre - Mãos do Campo:  
Titular: Elizabeth Kesting;  
Suplente: Hermi Schwarz.

e) Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: Rosemir Drancka;

Suplente: Renate Tschoecke.

f) Produtor Rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela EPAGRI:

Titular: Maria Rozemar Munhoz Pauli;

Suplente: Noemia Teresinha Farias.

g) Representante das Associações de Moradores:

Titular: Pedro Dória;

Suplente: Anídia Stolf.

h) Representante do Folclore ativo e organizado:

Titular: Egon Heiden;

Suplente: Silvia Rocha Heiden.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: ELEONORA BAHR PESSÔA;

Vice-Presidente: EGON HEIDEN;

Secretária: ELISABETH KESTERING.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.103 de 07 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de abril de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 5.145 DE 09 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.145 DE 09 DE ABRIL DE 2008.

RETIFICA O DECRETO Nº 4.164/06 O QUAL CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLAROU A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MARIA IVONE MUNHOZ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) o Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.164/06, passa a vigor com a seguinte redação:

"Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 003/2006 e nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 23 de dezembro de 2003, combinado com o Artigo 17, inciso III alínea "a" e parágrafo 1º da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e Anexo

IV da Lei Complementar Municipal 014 de 27 de fevereiro de 2003, que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a servidora MARIA IVONE MUNHOZ, detentora da matrícula funcional nº 000047, Pis/Pasep nº 10010185604, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto desta Prefeitura Municipal".

Art.2º) As demais disposições contidas no Decreto Municipal nº 4.164/06 continuam inalteradas e em vigor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
09 de abril de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.

Diretora Executiva - IPRECAL

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Decreto Nº 5.144 de 08 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.144 DE 08 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 34 § 4º; Decreta:

Art.1º) Exonerar a servidora Pública Municipal Srª ROSI MERI BAIL HASSELMANN, em virtude do não início do exercício de suas atividades no cargo público de Professor Auxiliar.

Art.2º) Declara a vacância do cargo de Professor Auxiliar, a partir desta data.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de abril de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.143 DE 08 DE ABRIL DE 2008**

DECRETO Nº 5.143 DE 08 DE ABRIL DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.375 de 08 de abril de 2008; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pes-	
339039.00.129 -	soa Jurídica	R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do Recurso MAC/TFD, apurado no exercício de 2007 no Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
08/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.142 DE 07 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.142 DE 07 DE ABRIL DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir à pedido o Contrato Temporário da Srª. LILIAN DA CRUZ KUHNEN, a partir de 07 de abril de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.141 DE 07 DE ABRIL DE 2008**

DECRETO Nº 5.141 DE 07 DE ABRIL DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
339036.00.136 -		R\$ 200,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
07/04/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.140 DE 07 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.140 DE 07 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, ao cargo público de Professor - Pedagogia, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível P2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.118,45 (um mil, cento e dezoito reais, quarenta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, em 8º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2006, homologado pelo Decreto 4.306 em data de 12 de setembro de 2006.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.139 de 04 de Abril de 2008**

DECRETO Nº 5.139 DE 04 DE ABRIL DE 2008.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO  
DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 002/2008.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2008, integrada pelos seguintes membros:

Rosana Emília Greipel, matrícula nº 000146;  
Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula 000211;  
Maria Cristina Marciniack Munhoz, matrícula nº 335;  
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;  
Flávia Nunes Patrício, matrícula nº.000430.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção, Agente Comunitário de Saúde; Enfermeiro e, Médico III, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2008 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.138 DE 02 DE ABRIL DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.138 DE 02 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. RODRIGO HAU FRANÇA ao cargo público de Professor - Educação Física, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível P2 Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 838,84 (oitocentos e trinta e oito reais, oitenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. RODRIGO HAU FRANÇA, em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2006, homologado pelo Decreto 4.306 em data de 12 de setembro de 2006.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de abril de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração



Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.137 de 02 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.137 DE 02 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. GRAZIELA FABIOLA LLANO CABRERA, ao cargo público de Agente Administrativo II, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 752,79 (setecentos e cinquenta e dois reais, sessenta e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. GRAZIELA FABIOLA LLANO CABRERA, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.135 de 01 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.135 DE 01 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. MAURO LUIS SCHOLZE, ao cargo público de Instrutor de Música, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições

e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 376,40 (trezentos e setenta e seis reais, quarenta centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. MAURO LUIS SCHOLZE, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.134 de 01 de Abril de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.134 DE 01 DE ABRIL DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. FATIMA LOURDES BURILLE SCHNEIDER, ao cargo público de Técnica em Enfermagem, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, no valor de R\$ 978,63 (novecentos e setenta e oito reais, sessenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. FATIMA LOURDES BURILLE SCHNEIDER, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de abril de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
01/04/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.133 de 31 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.133 DE 31 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA MEMBROS E RESPECTIVOS SUPLENTES  
DO CONSELHO DIRETOR DO FUMREBOM.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de conforme estabelece o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial o Artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 de 22 de dezembro de 2005; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Diretor do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM CAMPO ALEGRE - FUMREBOM:

Presidente: RENATO BAHR  
Vice - Presidente: ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ

Secretaria Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepcke;  
Suplente: Rose Mari Cubas.

Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Eleonora Bahr Pessôa;  
Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:  
Titular: Sérgio Costa;  
Suplente: Jarbas Jorge Catoni.

Câmara Municipal de Vereadores:  
Titular: Michel Ramos Hissa;  
Suplente: Fernando Grosskopf.

Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL:  
Titular: Adelaide Drancka;  
Suplente: Luci Leide Elhke.

Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:  
Titular: Ivo Romeu Pauli;  
Suplente: Eleandro Pauli.

Conselho Municipal de Turismo:  
Titular: Samille Kesting;  
Suplente: Pedro Dória.

Representante dos Sindicatos Rurais:  
Titular: Lucía Mabel Saavedra Bousse;  
Suplente: José Odorico Gomes Munhoz.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 4.105 de 06 de março de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.132 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.132 DE 31 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTES  
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 8º e seu Parágrafo único da Lei Municipal nº 3.134 de 22 de agosto de 2006; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de DEFESA CIVIL - COMDEC:

I - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

1) Chefia de Gabinete:  
Titular: José Luis Silva;  
Suplente: Rosana Emília Greipel.

2) Secretaria Municipal de Administração:  
Titular: Eleonora Bahr Pessôa;  
Suplente: André Luiz Niemeyer.

3) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:  
Titular: José Carlos Nenevê Cordeiro;  
Suplente: Maria Maurene Ottvagen May.

4) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:  
Titular: Gilson Omar Brunnquell;  
Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

5) Secretaria Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepcke;  
Suplente: Adriana Aparecida P. Ruzack.

6) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:  
Titular: Lércio Péricles Virmond;  
Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

7) Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:  
Titular: Sérgio Costa;  
Suplente: Jarbas Jorge Catoni

8) Assessoria Jurídica:  
Titular: Pierre Andrade dos Santos;  
Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Junior.

9) Assessoria de Comunicação Social:  
Titular: Jorge Luiz Lemos;  
Suplente: José Mauro Schwarz.

10) Administração Distrital:  
Titular: Valdenir Lader.

**B) REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

Michel Ramos Hissa;  
Betina Moreira Silva;  
Fernando Grosskopf.

**II - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NO MUNICÍPIO:**

a) Um representante da Polícia Civil:  
Titular: Sandro Marcelo Pohl;  
Suplente: Auriane Maureen Sagaz.

b) Um representante do Comando da Corporação de Bombeiros:  
Titular: Antonio Zauri Corrêa Vilmez;  
Suplente: Carlos dos Passos.

c) Um representante do Comando de Policiamento do Norte 14º Batalhão de Polícia Militar 3ª Companhia de Polícia Militar 1º Grupo de Polícia Militar:  
Titular: Narciso Guebert Neto;  
Suplente: Joacir Stinglin Mendes.

d) Um representante da Companhia de Polícia Militar Rodoviária 4º Grupo:  
Titular: João Filhakoski;  
Suplente: Jaime Antônio Weber.

g) Um representante da Casan:  
Titular: Artur Fernando Bastos;  
Suplente: Adriano Wenig.

f) Um representante da Epagri:  
Titular: Frederico Hardt Araújo;  
Suplente: Remy Narciso Simão.

g) Um representante da Cia. Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:  
Titular: Ticiane Santos da Rocha;  
Suplente: Odete Azevedo.

h) Um representante da CELESC:  
Titular: Walter Luiz Wolff;  
Suplente: Edson Martins Paes.

**III - REPRESENTANTES DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORES:**

a) Um representante da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:  
Titular: Elenir Piske;  
Suplente: Renate Tschoecke.

b) Um representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL de Campo Alegre:  
Titular: Regina Maria Munhoz;  
Suplente: Adolar Bahr.

e) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:  
Titular: José Odorico Munhoz;  
Suplente: José Farry.

f) Um representante do Sindicato dos Produtores Rurais:  
Titular: Lucía Mabel Saavedra Bousse;  
Suplente: Alexandre Muehlmann.

g) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular: Adriana Bombassaro Zanella;  
Suplente: João Orlando do Nascimento.

**IV - REPRESENTANTES DE CLUBES DE SERVIÇOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

a) Rotary Club de Campo Alegre:  
Titular: Estevão Buschle;  
Suplente: José Arildo Arbigauss.

b) Lions Club de Campo Alegre:  
Titular: Ivo Kestering;  
Suplente: Maria Roseli Fuckner.

c) ASP - Associação dos Servidores Públicos do Município:  
Titular: Sandro Cardoso Meira;  
Suplente: Márcio Marcelo Munhoz.

d) Casa da Amizade:  
Titular: Edith Maricler Virmond;  
Suplente: Laura de França.

e) FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:  
Titular: Rosemir Drancka;  
Suplente: Maria Cristina Milczewski.

f) Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre "Mãos do Campo":  
Titular: Elenir Piske;  
Suplente: Renate Tschoecke.

g) Três representantes das Denominações Religiosas:  
Titular: Valdinar Idalêncio;  
Suplente: Luiz Eduardo Drancka  
Titular: Sérgio Luiz Sidor;  
Suplente: Rubens Bahr;  
Titular: Anita Gomes da Silva;  
Suplente: Antonio Assis Carvalho.

h) Seis representantes de Associações de Moradores.  
Titular: José Ramos;  
Suplente: Marilene Piske Rudnick;  
Titular: Rosely Rodacky Baptista;  
Suplente: Margarida Meister;

Titular: Pedro Manuel Cubas;  
Suplente: João Campos;

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;  
Suplente: José Alves de Lima;

Titular: Diva Jaci Cardoso da Silva;  
Suplente: Gislaíne Cardoso da Silva;

Titular: Anídia Stolf;  
Suplente: Juracy Sandramar Leda Xavier.

Art.2º) A Coordenadoria Municipal da Defesa Civil - COMDEC constituída como órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil compor-se-á de:

I - Coordenador ou Secretário Executivo;  
II - Conselho Municipal;  
III - Secretaria;  
IV - Setor Técnico;  
V - Setor Operativo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº . 4.424 de 07 de novembro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.131 de 31 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.131 DE 31 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O  
CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 3.226 de 17/04/2007, em seu Artigo 2º; Decreta:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, oficialmente indicadas:

VI - Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas:

TITULAR: Esther Maria Forlin Fristsch;  
SUPLENTE: José Eurides Cordeiro da Cruz.

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Bianca Kestering Greipel;  
Suplente: Carlos Alberto Maba.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.130 de 31 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.130 DE 31 DE MARÇO DE 2008  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04/05/1999, alterada pela Lei Municipal nº 2.478 de 16/08/2000, alterada pela Lei Municipal nº 2.500 de 19/12/2000, em seu Artigo 2º e Parágrafo I; Decreta:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, oficialmente indicadas:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Lílian Terezinha Bartsch;  
Suplente: Rosani Aparecida da Silva Scholze.

II - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Michel Ramos Hissa;  
Suplente: Betina Moreira Silva.

III - Representantes de Professores:

Titular: Silvanira Telma;  
Suplente: Silvia Pasda Uhlig;  
Titular: Sandra Regina Kotovicz Pruchneski;  
Suplente: Janete Drancka.

IV - Representantes de Pais e Alunos:

Titular: Aracy Ruppel Buchmann;  
Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Júnior;  
Titular: Oriane Linzmeyer Stelzner;  
Suplente: Maria Cristina Marciniaki Munhoz.

V - Representantes de Outros Segmentos da Sociedade Civil:

Titular: Dilma Largura Bahr - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;  
Suplente: Ivanir Bahr Keiser - Representante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.600 de 23 de fevereiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **RESOLUÇÃO Nº 09 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 09 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 29 de Setembro de 2014, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o "DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013", conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 30 de Setembro de 2014.  
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de setembro de 2014.

PATRICK ONGHERO  
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

### LEI Nº 4.192 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 4.192 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
04.122.0003.2.101 -		
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.019 -	Realização e Participação e Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 13.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 7.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.812.0084.2.002 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte.	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00.896 -	Subvenções Sociais	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 13.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.586 de 30 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.586 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com o Sr. ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Médico II, exercendo a função de Médico II, Registro no Sistema sob nº 955295, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 30 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.587 de 30 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.587 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal DANIELLE ALMEIDA DA GUIA, exercendo a função de psicóloga, matrícula funcional nº 000782, Registro no Sistema sob nº 955406, a dirigir de forma eventual, os veículos da frota pública municipal abaixo descritos:

§ 1º - Gol Wolkswagen Placa MKQ-7496 nº 02; Corsa Sedan Placa MLV 0526 nº 03 da Frota do Serviço de Desenvolvimento Social deste Município.

§ 2º - Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada, em casos de necessidade quando não houver motorista disponível para dirigi-lo;

§ 3º) A servidora mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da frota pública municipal, descritos no parágrafo 1º, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá autorizar outros servidores a dirigirem os veículos da frota pública municipal, descritos no parágrafo 1º, observadas as condições impostas pelos §§ 2º e 3º deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
30 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.588 de 30 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 8.588 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação da Secretaria de Finanças	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação da Secretaria de Finanças	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 30 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.589 de 01 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 8.589 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.153 de 26 de Junho de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
---------	---	--



08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 01 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.590 de 01 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.590 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 Incisos VIII e X;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Médico II, Registro no Sistema sob nº 955410, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, para atuar no Programa Saúde da Família - PSF da Localidade de Bateias de Cima, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 5.866,84 (cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais, oitenta e quatro centavos) mensais, além de 50% (cincoenta por cento) de Gratificação Especial Médica, mais 100% (cem por cento) por laborar exclusivamente no Estratégia Saúde da Família - ESF, conforme Lei Complementar Municipal nº 069 de 14 de dezembro de 2009, Artigos 4º, § III, alínea "a", e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre, pelo período de 01 de outubro de 2014 a

01 de outubro de 2014, ou até a Homologação do Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 01 de outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.591 de 01 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.591 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com a Srª. SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIA, do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob nº 955342, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 01 de outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.592 de 01 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.592 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. ALTAIR DA ROCHA, do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista (ônibus escolar), Registro no Sistema sob o nº 955283, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.593 de 01 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.593 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. CRISTIANO MUNHOZ, do cargo público de Motorista, exercendo a função de Motorista (ônibus escolar), Registro no Sistema sob o nº 955282, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 8.595 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.595 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IX do Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. CAROLINE NEUMANN, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955411, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 996,66 (novecentos e noventa e seis reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 02 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 015/2013, em 74º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.143 de 23 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.594 de 02 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.594 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com o Sr. LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO, do cargo público e exercendo a função de Instrutor de Música (Bateria), Registro no Sistema sob o nº 955284, a partir de 02 de outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.597 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.597 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.192 de 02 de outubro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.	
04.122.0003.2.101 -		
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00
339039.00.896 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.00 -		
	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
11.03 -		
	Realização e Participação e Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias.	
27.812.0084.2.019 -		
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
339036.00.896 -		
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
339039.00.896 -		
	TOTAL	R\$ 13.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental.	
18.541.0036.1.033 -		
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335000.00.896 -		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 7.000,00
	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.00 -		
	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
11.03 -		
	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte.	
27.812.0084.2.002 -		
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
449052.00.896 -		
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos.	

300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335000.00.896 -		
335043.00.896 -	Subvenções Sociais	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 13.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 8.596 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.596 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 09 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação

em vigor, faz saber que os Conselheiros em data de 29 de Setembro de 2014, aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o "DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013", conforme anexo parte integrante desta Resolução.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 30 de Setembro de 2014.  
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH  
Presidente do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de setembro de 2014.

PATRICK ONGHERO  
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de  
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

#### **Portaria Nº 11.218 de 23 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.218 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, MARIA CRISTINA MARCINIÁK MUNHOZ, Matrícula funcional nº 335, Registro no Sistema sob nº 124240, ocupante do cargo público de Agente Administrativo II, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, referente ao período aquisitivo 01 de Junho de 2013 a 31 de Maio de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 2014.  
SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, Matrícula funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, ocupante do cargo público e exercendo a função de Terapeuta Ocupacional, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 2014.  
SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, ocupante do cargo público e exercendo a função de Motorista, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 2014.  
SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 11.221 de 23 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.221 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
A ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Assessora de Comunicação Social, JUANA HINKE DOROCHINSKI, Registro no Sistema sob nº 955262, exercendo a função Comissionada de Assessora de Comunicação Social, referente ao período aquisitivo 03 de Junho de 2013 a 03 de Junho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 23 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.222 de 25 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.222 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula funcional nº 000059, Registro no Sistema sob nº 293510, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, referente ao período aquisitivo 01 de Novembro de 2012 a 31 de Outubro de 2013, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.223 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.223 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 à 09 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.224 de 25 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.224 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 16 de setembro de 2011 à 16 de setembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.225 de 25 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.225 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontologia, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 14 de setembro de 2010 á 14 de setembro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.226 de 25 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.226 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Transporte e Frota, ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000005, Registro no Sistema sob nº 284400, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2010 á 01 de novembro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.227 de 25 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.227 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza pagamento de um Terço de Férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema Sob nº 109790, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2013 a 16 de Abril de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/  
SC, 25 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.228 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.228 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza pagamento de um Terço de Férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico I, MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula Funcional nº 000489, Registro no Sistema Sob nº 954501, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 25 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.129 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.129 DE 31 DE MARÇO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

#### **I - GOVERNAMENTAL:**

\* Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES;  
Suplente: SÉRGIO COSTA.

\* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNQUELL;  
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA;  
Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

\* Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;  
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

\* Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: FERNADO GROSSKOPF;  
Suplente: ALIDA LAURINDA STEFANES.  
Titular: MICHEL RAMOS HISSA;  
Suplente: BETINA MOREIRA SILVA.

#### **II - NÃO GOVERNAMENTAL:**

\* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: IVO PAULI;  
Suplente: ELEANDRO PAULI.

\* Representantes do Comércio através do CDL:

Titular: ROBERTO BAECHTOLD;  
Suplente: ADOLAR BAHR.

\* Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: DONALDO DE SOUZA FREITAS;  
Suplente: WOLFRAN BAHR.  
Titular: LUIZ TADEU MUNHOZ;  
Suplente: RUFINO TELMA.

\* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR;  
Suplente: ALTAMIRO FARIAS MUNHOZ.

\* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: WALTER HORST PONIEWAS;  
Suplente: REMY NARCISO SIMÃO.

\* Representantes das Diversas Associações de Moradores do Município:

Titular: MANUEL PEDRO CUBAS;  
Suplente: EDINÉA KNIETCHER.  
Titular: DIVA CARDOSO;  
Suplente: NOELI CARDOSO.  
Titular: JOSÉ BANGHUCK;  
Suplente: JOSÉ RAMOS.  
Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA;  
Suplente: MARLI INÊS FROEHNER.

\* Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: VALÉRIO ALEXANDRE BRUNELLO;  
Suplente: MARCELO MAURÍCIO FOITTE.

\* Representante dos Artesãos, através da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores de Campo Alegre "Mãos do Campo":

Titular: HERMI SCHWARZ HEIZEN;  
Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.102 de 07 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
31 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.128 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.128 DE 31 DE MARÇO DE 2008  
NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 3.092, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

#### **REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

a) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.  
Titular: Maria de Lourdes Cândido da Rosa;  
Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

Titular: Imelda Júlia Watzko;  
Suplente: Verônica Gorniack Schroeder.

b) Secretaria Municipal de Administração.  
Titular: Eleonora Bahr Pessôa;  
Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.  
Titular: Anacir Carvalho de Lima Fuckner;  
Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas.

d) Secretaria Municipal de Finanças  
Titular: Auriene Roepcke;  
Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Titular: Gilson Omar Brunnquell;  
Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

#### **REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

a) Associação de Moradores  
Titular: Anídia Stolf;  
Suplente: José Ramos.

b) Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Rosemir Drancka;  
Suplente: Sandra Maria Pereira Dana.

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE  
Titular: Aracy Ruppel Buchmann;  
Suplente: Valdete Arbigauss Bahr.

d) Clube de Idosos  
Titular: Maria Graciema Fuckner;  
Suplente: Magali Augustin.

e) Associação de Pais e Professores de Escolas APP's de Escolas do Município  
Titular: Gersolino Alves da Silva;  
Suplente: Carlos Alberto Maba.

f) Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços  
Titular: Roseli Maria Fuckner;  
Suplente: Jurandyr de França.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Imelda Júlia Watzko;  
Vice-Presidente Verônica Gorniack Schroeder;  
Primeira Secretária: Sirley Dranka de Souza Freitas;  
Segunda Secretária: Roseli Maria Fuckner;  
Tesoureira: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack;  
Gestora: Eliana Pessoa Machado Collet.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.100 de 05 de março de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.127 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.127 DE 31 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001 em seu Artigo 11, alterada pela Lei Municipal nº 2.875 de 20 de abril de 2004 em seu Artigo 1º, Incisos I e II; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes da Área Governamental e não Governamental, Titulares e Suplentes:

#### **REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:**

a) - Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: FERNANDO GROSSKOPF;

Suplente: BETINA MOREIRA SILVA.

b) - Gabinete do Prefeito:

Titular: ROSANA EMÍLIA GREIPEL;

Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR.

c) - Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE;

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

d) - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: ESTER MARIA FORLIN FRITSCH;

Suplente: SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS.

e) - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: ZURITA MARIA PACHECO;

Suplente: ELIANA PESSOA MACHADO COLLET.

f) - Serviço de Desenvolvimento Social:

Titular: IMELDA JULIA WATSKO;

Suplente: VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER.

g) - Escolas Estaduais de Educação:

Titular: TANIA MARA LINDER WEBER;

Suplente: ISOLDE RITA WELTER.

h) - Polícia Militar Estadual

Titular: NARCISO GUEBERT NETO;

Suplente: JOACIR STINGLIN MENDES.

i) - Polícia Civil:

Titular: SILVIO JOSÉ VIEIRA;

Suplente: SANDRO MARCELO POHL.

REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) - Associação Comunitária do Município:

GABINETE DO PREFEITO

Titular: CÁSSIA FROEHNER;

Suplente: CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER.

b) - Associação de Moradores e Bairros:

Titular: MANOEL PEDRO CUBAS;

Suplente: THEREZINHA FOITTE.

c) - FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre

Titular: ROSEMIR DRANKA;

Suplente: RENATE TSCHOEKE.

d) - Representante das Igrejas Cristãs:

Titular: CARLOS ALBERTO MABA;

Suplente: TÚLIO CÉSAR JANSEN.

e) - Rotary Club de Campo Alegre:

Titular: LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND;

Suplente: EDITE MARICLER VIRMOND.

f) - Lions Club de Campo Alegre:

Titular: SANDRA PEREIRA DANA;

Suplente: ROSELI MARIA FUCKNER.

g) - Associação Comunitária de Campo Alegre A.C.C:

Titular: CARLOS ALBERTO FLORIANO;

Suplente: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL.

h) - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: SONIA IZABEL BARTSCH;

Suplente: ELIZABETH KESTERING.

i) - I. E.A.S. - Hospital São Luiz:

Titular: Ir<sup>ª</sup>. ALZIRA ALICE TONELLO;

Suplente: ALAOR HANSEN.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.774 de 26 de junho de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 5.126 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.126 DE 31 DE MARÇO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.377 de 25 de novembro de 1998, alterada pela Municipal nº 3.234 de 08 de maio de 2007 em seu Artigo 5º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, os membros titulares e suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem como adiante segue:

a) - Prefeito Municipal: RENATO BAHR.

b) - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA;

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

c) - Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;

Suplente: ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

d) - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: ANACIR CARVALHO DE LIMA FUCKNER;

Suplente: JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO.

e) - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: SANDRO BUENO FRANCO;

Suplente: ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT.

f) - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;

Suplente: JOSÉ MAURO SCHWARZ;

Titular: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA;

Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR. .

g) - Representante da CIDASC - Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Estado de Santa Catarina:  
Titular: TICIANE SANTOS DA ROCHA;  
Suplente: PAULO MAURÍCIO PEREIRA.

h) - Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:  
Titular: FREDERICO ARAÚJO;  
Suplente: REMI NARCISO SIMÃO.

I) - Representante do Sindicato Rural de Campo Alegre:  
Titular: LUCÍA MABEL SAAVEDRA BÒUSSES;  
Suplente: ALTAMIRO MUNHOZ.

j) - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:  
Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ;  
Suplente: JOSÉ FARRY.

l) - Representante de Cooperativa Agrícola instalada no Município de Campo Alegre - COOPERIO:  
Titular: ELMAR LAMB.  
Suplente: CARLOS AUGUSTO FERNANDES.

m) - Representante da Cooperativa dos Produtores de Mate de Campo Alegre:  
Titular: HILDEBERTO BAHR;  
Suplente: NIVALDO COLAÇO.

n) - Representante da Associação dos Apicultores do Município de Campo Alegre - APICAMPO:  
Titular: LEANDRO EUGÊNIO SIMÕES;  
Suplente: RICARDO JOSÉ DE SOUZA.

o) - Representante da Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA:  
Titular: ELEANRO PAULI;  
Suplente: ALEXANDRE GONÇALVES FAJARDO.

p) - Representante da Associação dos Ovinocultores do Município de Campo Alegre:  
Titular: WOLFRAM BAHR;  
Suplente: ADOLAR BAHR.

q) - Representante da Associação da Microbacia do Rio Postema:  
Titular: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA;  
Suplente: TADEU ADRIANO TURCO.

r) - Representante da Associação da Microbacia do Rio Tijucume:  
Titular: ANA ALICE VIEIRA;  
Suplente: MÁRCIO ROSÁRIO ROCHA.

s) - Representante da Associação da Microbacia da Avenca do Rio Negro:  
Titular: MÁRIO KOSTELZER;  
Suplente: GENÉSIO NOGUEIRA.

t) - Representante da Associação da Microbacia do Ribeirão do Meio:  
Titular: LINDAMIR PISKE;  
Suplente: HENRIQUE GROSSKOPF.

u) - 10 (dez) Representantes da Agricultura Familiar:

- Egon Luiz Drefhal  
- Luiz Tadeu Munhoz

- Geraldo Scholze  
- Rufino Telma  
- Rosemar Pauli  
- Wilton Farias  
- Marli Bahr  
- Álvaro Drancka  
- Maurício Derenievicz  
- Landivo Biabock

v) - 05 (zero cinco) Representantes dos demais Agricultores:

- José Stominski  
- Mário Kotovicz  
- Carlos Scholze  
- Lucía Mabel Saavedra BòusSES  
- Leonides Hoff

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será exercida pelos seguintes membros:

- Presidente: WILTON FARIAS;  
- 1º Secretário: ARACY RUPPEL BUCHMANN;  
- 2º Secretário: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA;  
- 1º Tesoureiro: LUIZ TADEU MUNHOZ;  
- 2º Tesoureiro: BRAÚLIO PRUCHNESKY.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.725 de 25 de maio de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.125 DE 31 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.125 DE 31 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE  
DO CONSELHO GESTOR DO FHS - FUNDO MUNICIPAL  
DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial os Artigos 7º; 8º e 10 da Lei Municipal nº 3.324; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho GESTOR DO FHS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:  
Titular: Laércio Telles;  
Suplente: Sérgio Costa.

b) Secretaria Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepke;  
Suplente: Rose Mari Cubas.



c) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico:

Titular: Gilson Omar Brunnquell;

Suplente: Denílson de Souza Bandeira.

d) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: Verônica Gorniack Schroeder;

Suplente: Imelda Júlia Watzko.

e) Secretaria Municipal de Educação,

Titular: Ester Maria Forlin Fritsch;

Suplente: José Carlos Neneve Cordeiro.

f) Secretária Municipal de Administração:

Titular: Eleonora Bahr Pessôa;

Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

g) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: Odenilson Contrat Ehlke;

Suplente: Samille Kestering.

h) Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Michel Ramos Hissa;

Suplente: Betina Moreira Silva.

i) Representante da Concessionária do Sistema de Água e Esgoto no Município:

Titular: Pedro Florêncio;

Suplente: Elizandro Correia do Carmo.

#### REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL - ENTIDADES:

a) Representantes das Associações de Moradores:

Titular: José Ramos;

Suplente: Diva Jaci Cardoso da Silva.

Titular: Anídia Stolf;

Suplente: Alvino Cordeiro da Cruz.

Titular: Luiz Tadeu Valério Munhoz;

Suplente: Ocimar Deoclécio Baptista.

Titular: Marilena Suchy Engler;

Suplente: Luiz Carlos Christoff.

Titular: Marcos Flor;

Suplente: Aloísio Ademir Biaobock.

Titular: Ronivaldo Fuckner;

Suplente: Egon Luiz Drefhal.

b) Representante do Sindicato Rural de Campo Alegre:

Titular: Hilário Alfredo Mey;

Suplente: Lucía Mabel Saavedra Bòusses.

c) Representantes das Associações das Microbacias:

Titular: Rosa Maria de Oliveira;

Suplente: Ivanir Cordeiro da Cruz;

Titular: Remy Narciso Simão;

Suplente: Márcio Rosário Rocha.

d) Representante entre os Profissionais Liberais de Engenharia e Arquitetura:

Titular: Marcelo Maurício Foitte;

Suplente: Vivian Wesphal.

Art.2º) A Presidência do Conselho Gestor do FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será presidida pela Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social - Srª. VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 5.020 de 22 de janeiro de 2008

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.124 DE 31 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.124 DE 31 DE MARÇO DE 2008.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 3.124 de 25 de julho de 2006, em seu Artigo 1º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem como adiante segue:

#### I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Titular: ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Suplente: SIRLONE DE SOUZA

2. Secretaria Municipal de Administração.

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE

#### II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

1. Área Hospitalar:

Titular: ALAOR HANSEN

Suplente: Irª. LURDES NUNES DE MORAES

#### III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

1. Área Médica:

Titular: Dr. MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ

Suplente: Dr. HAROLD RAETSCH

2. Área Farmacêutica:

Titular: Dr. LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND

Suplente: Dr. CLAUDIO BENTO GONÇALVES

3. Área de Odontológica:

Titular: Drª. VERA LÚCIA BARCOS OLIVER

Suplente: Dr. ERON EBER STRADIOTTO

4. Área de Enfermagem:

Titular: MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA

Suplente: FLÁVIA NUNES PATRÍCIO

**IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:****1. Associações das Associações de Bairros e Moradores:**

Titular: WLADEMIR JOSÉ DIMI PAZDA  
Suplente: DIVA JACI CARDOZO DA SILVA

**2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais:**

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ  
Suplente: ROSELINA MUNHOZ

**3. Entidades Religiosas:**

Titular: LUZIA ROEPKE  
Suplente: MARISA VENG

**4. Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA):**

Titular: ROGÉRIO NELSON TREML  
Suplente: GERALDO CARLOS GROSSKOPF

**5. Associação de Pais e Professores:**

Titular: DOROTI INES Z. PRIM  
Suplente: HERZELAIDE HANSEN CUBAS

**6. Clubes de Terceira Idade:**

Titular: IVALINA KARVAT  
Suplente: OLINDA AUGUSTIN

**7. Associação de Desenvolvimento das Microbacias:**

Titular: JOÃO OSMAR PEREIRA DE LIMA  
Suplente: ANALICE VIEIRA DE LIMA

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.922 de 07 de novembro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
31/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.123 de 31 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.123 DE 31 DE MARÇO DE 2008  
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS  
NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Concurso Público Municipal 01/2007, dos Cargos de Médico II e Médico IV seguindo a ordem de classificação abaixo relacionada.

MÉDICO II - Vagas: 02

Nº	NOME DO CANDIDATO	NASC.	PROVA	CLAS.
232	FRANCISCO JOSE DE BARBA	06/06/1977	6,80	01
461	REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO	08/12/1966	6,60	02
309	IVAN COLERAUS	24/02/1978	6,60	03
581	TATIANA REINHARDT	10/08/1976	5,00	04
258	MARILICE DE GUADALUPE SILVA SAAB	17/06/1962	4,00	05
572	THIAGO CAVALCA GARCIA	17/11/1980	Faltou	
355	PEDRO AUGUSTO KONESKI WEISS	30/04/1983	Faltou	
432	CAROLINA LUCIETTO PICCININI	30/12/1983	Faltou	
547	WANDERLEY DE CASTRO MACHADO	07/10/1957	Faltou	

**MÉDICO IV - Vagas: 10**

Nº	NOME DO CANDIDATO	NASC.	PROVA	CLAS.
558	IVAN COLERAUS	24/02/1978	6,60	01
23	ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA	03/06/1971	6,40	02
642	TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS	27/01/1970	5,60	03
349	MILTON MARTENS	04/10/1970	5,60	04
435	DANIELA BUENO RIBEIRO	18/05/1977	5,60	05
643	PAULO EDUARDO DE PAIVA E VENTURELLI	13/02/1965	5,40	06
261	CLAUDIO CELSO FARIA	20/09/1958	5,20	07
398	MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ	28/12/1944	4,60	08
527	CLEVIO JORGE SCHEFFER	26/09/1951	4,40	09
528	JOSE FLAVIO SCHEFFER	30/06/1947	4,20	10
259	MARILICE DE GUADALUPE SILVA SAAB	17/06/1962	4,00	11
488	ORLI ALBERTO GRUDTNER JUNIOR	16/01/1975	Reprovado	
433	CAROLINA LUCIETTO PICCININI	30/12/1983	Faltou	
354	LUIZ HAMILTON DE LIMA	09/09/1962	Faltou	
548	WANDERLEY DE CASTRO MACHADO	07/10/1957	Faltou	

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

31/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.122 DE 26 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.122 DE 26 DE MARÇO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319113.00.139 -	Contribuições Patronais	R\$ 32.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 500,00
2.710 -	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Utensílios	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
TOTAL		R\$ 38.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	

2.047 -	Remuneração de Pessoal do Ensino Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319113.00.141 -	Contribuições Patronais	R\$ 32.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
2.112 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 4.500,00
TOTAL		R\$ 38.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 26/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.121 DE 26 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.121 DE 26 DE MARÇO DE 2008.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO  
VIGENTE E, CRIA ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.369 de 25 de março de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar afim de suplementar a seguintes Dotações do Orçamento vigente, e criar Elemento de Despesa, no valor de R\$ 9.530,00 (nove mil, quinhentos e trinta reais).

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.136 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.136 -	Contribuições	R\$ 3.000,00
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
2.004 -	Vale Alimentação	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 530,00

2.041 -	Remuneração de Pessoal da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319113.00.136 -	Obrigações Patronais - IPRECAL	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 9.530,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo 1º deste Decreto correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

10.00 -	Câmara de Vereadores	
10.01 -	Câmara de Vereadores	
2.002 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
2.005 -	Bolsa de Estudo a Servidor	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339018.00.136 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 7.530,00
TOTAL		R\$ 9.530,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.120 DE 26 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.120 DE 26 DE MARÇO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 101.802,00 (cento e um mil e oitocentos e dois reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	

319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 25.000,00
319011.00.120 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 36.242,00
319011.00.152 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 34.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
91.03 -	Manutenção das Atividades Programa Saúde da Família	
2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.120 -	Despesas Correntes	
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339039.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.360,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 101.802,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 25.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
91.03 -	Manutenção das Atividades Programa Saúde da Família	
2.116 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319004.00.120 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 36.242,00
319004.00.152 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 34.000,00
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.120 -	Aplicações Diretas	
339036.00.120 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.360,00
91.09 -	Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	



300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339036.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 101.802,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
26/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.119 DE 26 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.119 DE 26 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA NAIR ALEXANDRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 003/2008 e nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 23 de dezembro de 2003 combinado com o artigo 79-C, da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.006 de 28 de setembro de 2005, que rege a Previdência Municipal, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município e Anexo IV da Lei Complementar Municipal 014 de 27 de fevereiro de 2003, que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a servidora NAIR ALEXANDRE, detentora da matrícula funcional nº 000058, Pis/Pasep nº 10627955344, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do § 1º do artigo 17, da Lei Municipal nº 2.537, perfazendo o montante bruto de R\$ 1.400,50 (um mil, quatrocentos reais e cinquenta centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
26 de março de 2008.

RENATO BAHR Prefeito Municipal	MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE. Diretora Executiva - IPRECAL
-----------------------------------	---

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.118 DE 20 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.118 DE 20 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seus Artigos 299 e 300 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado até a data de 23 de abril de 2008 do Contrato Temporário à Srª. LÍLIAN DA CRUZ KUHNEN ao cargo público de Professor Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços de professor, conforme Decreto Municipal nº 5.034 de 06 de fevereiro de 2008, em substituição a Professora Titular Sirley Maria Kujasky Malchovski, matrícula nº 000159, que encontra-se em licença Prêmio.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.117 DE 20 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.117 DE 20 DE MARÇO DE 2008.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM CARÁTER PROPORCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZA FRIEDRICH ZOELLNER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 002/2008 e nos termos do artigo 79-A da Lei 2.537/01, que rege a Previdência Municipal, combinado com o artigo 2º da Emenda Constitucional 41/03 e artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município, a servidora LUIZA FRIEDRICH ZOELLNER, detentora da matrícula funcional nº 00347, Pis/Pasep nº 10555666457, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta



Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, nos termos do § 1º inciso II do artigo 79 da Lei Municipal nº 2.537/01, no valor de R\$ 355,25 (trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), mais o valor de R\$ 59,75 (cinquenta e nove reais, setenta e cinco centavos) referente a majoração do artigo 201 § 2º da Constituição Federal do Brasil, perfazendo o montante bruto de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de março de 2008.

RENATO BAHR Prefeito Municipal	MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE. Diretora Executiva - IPRECAL
-----------------------------------	---

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.116 DE 19 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.116 DE 19 DE MARÇO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 67.993,50 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
04.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339093.00.136 -	Indenizações e Restituição	R\$ 67.993,50

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
1.017 -	Pavimentação e Calçamento de Vias Urbanas	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449051.00.136 -	Obras e Instalações	R\$ 67.993,50

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÓA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
19/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.115 de 13 de Março 2008

DECRETO Nº 5.115 DE 13 DE MARÇO 2008.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA PARA  
FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL EM CARÁTER DE URGÊNCIA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, considerando de interesse público, DECRETA:

Art.1º) Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terra medindo 18.035,41m² (dezoito mil e trinta e cinco metros e quarenta e um decímetros quadrados), localizada à Rua da Cascata, s/n., no Centro deste Município, confrontando com área remanescente de CRH Indústria e Empreendimentos Ltda e área de Hans Ricardo Schneider, conforme levantamento planimétrico anexo ao presente decreto.

Parágrafo único - A área descrita no caput deste artigo de propriedade de CRH INDÚSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob o número 79.409.348/0002-78, estabelecida na Rua Ernesto Afonso Scheide, 232, Centro, Campo Alegre/SC, está contida em área maior, medindo 271.186,70 m² (duzentos e setenta e um mil, cento e oitenta e seis metros e setenta decímetros quadrados), matriculada sob n. 19.271 do livro 2 do Registro Geral no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Art.2º) Fica declarada a urgência da desapropriação aludida no presente decreto, especialmente para fins de imissão provisória de posse no imóvel descrito no caput do artigo anterior.

Art.3º) A área a ser desapropriada será integrada ao patrimônio público municipal com status de "bem de uso comum do povo", destinando-se à visitação pública, com a posterior integração do acesso à "Cascata Paraíso" ao sistema público viário do Município de Campo Alegre.

Parágrafo único - A presente desapropriação destina-se a proteger um dos mais importantes pontos turísticos do Município de Campo Alegre, denominado "Cascata Paraíso", caracterizado como local particularmente dotado pela natureza.

Art.4º) O expropriante, por suas Secretarias Municipais, fica autorizado a ingressar na área expropriada afim de adotar as medidas necessárias à sua perfeita individualização, podendo recorrer em caso de oposição, ao auxílio de força policial, prerrogativa assegurada por lei.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Parágrafo único - O valor correspondente à indenização ao expropriado, previsto no Laudo de Avaliação Imobiliária n.º 01/2008 emitido pela Comissão de Avaliação Imobiliária Municipal, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416/99 em:  
13/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

JUSTIFICATIVA  
(Justificativa n.º 001/2008)

#### DESAPROPRIAÇÃO DE BEM IMÓVEL: "CASCATA PARAÍSO"

Um dos locais mais freqüentados pelos turistas que vêm conhecer os atrativos naturais que Campo Alegre oferece, é a denominada "Cascata Paraíso", uma queda d'água de aproximadamente 60 (sessenta) metros de altura localizada na área urbana do Município, que com o passar dos anos adquiriu o status de símbolo das belezas naturais de nossa região, como se pode perceber com a leitura de algumas matérias jornalísticas ora anexadas.

O local faz parte do roteiro turístico do Planalto Norte Catarinense, sendo amplamente divulgado pela mídia, razão pela qual tem sido visitado há décadas pelo público, sempre com o acesso franqueado pela empresa CRH INDÚSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, atual proprietária da área.

As atividades ligadas ao turismo, aliás, têm se tornado uma promissora atividade no Município, que possui vocação natural para desenvolvê-las cada vez mais. De fato, a indústria e o comércio não são os pontos fortes da economia Campo-alegrense, razão pela qual suas belezas naturais, aliadas à grande quantidade de propriedades rurais, levam Município a se destacar como pólo do turismo rural e ecológico na região.

Ocorre que recentemente, com a chegada do verão, o Corpo de Bombeiros de Campo Alegre advertiu diversos proprietários de imóveis sobre o aumento do número de acidentes e afogamentos nesta época, encaminhando o anexo Ofício Circular 3º BBM/2007, com orientações. Dentre os advertidos, estava a CRH INDÚSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Temerosa, a empresa fechou o acesso à "Cascata Paraíso" — o que até não deixa de ser compreensível em face da campanha deflagrada pelo Corpo de Bombeiros de Campo Alegre.

O Município propôs-se a firmar um "termo de autorização de uso e de assunção de responsabilidade" sobre o local, com o intuito de conferir alguma segurança à empresa, como último esforço para garantir a utilização da área pelo público, como ocorre há quase

um século, não tendo logrado êxito, todavia.

Ocorre que diante do valor turístico que a "Cascata Paraíso" representa para o Município de Campo Alegre, não há mais como reputar à referida área o status de propriedade privada, vez que há muitos anos é um dos principais destinos turísticos de nossa região, sendo festejada, divulgada e recomendada pela mídia e por órgãos ligados ao turismo.

A "Cascata Paraíso", hodiernamente, constitui-se patrimônio indissociável da imagem turística do Município de Campo Alegre, simbolizando a beleza desta terra e a generosidade com que a natureza tratou nossa região.

Com isso, há tempos já não faz mais sentido que a "Cascata Paraíso" pertença a uma empresa privada, sujeitando a possibilidade ou não do seu acesso à vontade de seus proprietários, razão pela qual a sua conversão em "bem de uso comum do povo" através da presente desapropriação é medida imperativa e irreversível, que vem em atendimento direto aos anseios do povo Campo-alegrense.

Há muitos anos já é evidente que a "Cascata Paraíso" transcende de fato o domínio privado exercido em termos pela empresa. É chegado o momento, pois, de trazê-la integralmente ao domínio público.

Saliente-se que tal medida ganha ainda maior relevância com a proximidade do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campo Alegre (18/03/2008) e da 10ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA (14 à 16/03/2008).

É justamente durante a realização destas festividades, que nossa cidade é amplamente visitada por turistas dos mais diversos lugares, muitos dos quais já chegam à Campo Alegre com a intenção de conhecer suas belezas naturais, em especial a "Cascata Paraíso", que até a presente data permanece fechada, por determinação da CRH INDÚSTRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Diante disso, não resta outra alternativa ao Poder Executivo, senão decretar a utilidade pública da área em questão (incluindo seu acesso) e desapropriá-la.

Para tanto, determino a edição de Decreto, declarando a utilidade pública da área, atentando para os demais requisitos legais inerentes à desapropriação da referida área, incluindo-se a imissão prévia de posse.

Determino ainda, seja providenciada a individualização e a avaliação da área.

À partir do valor concluído pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, providencie a Secretaria Municipal de Finanças o necessário para efetivo depósito prévio, caso este seja deferido na ação de desapropriação a ser ajuizada.

A presente justificativa deverá ser anexada ao Decreto expropriatório, fazendo parte integrante do mesmo.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.114 DE 11 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.114 DE 11 DE MARÇO DE 2008.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS BARES, LANCHONETES, PIZZARIAS E RESTAURANTES NO CENTRO DO MUNICÍPIO DURANTE A REALIZAÇÃO DA 10ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA.

Considerando que dos dias 14 à 16 de março do corrente ano de 2008, será realizada a 10ª Festa Estadual da Ovelha, no centro de Campo Alegre;

Considerando que o referido evento possui primordial importância para o desenvolvimento turístico de nosso Município, tendo sido nossa cidade declarada "Capital Catarinense da Ovelha" pela Lei Estadual n.º 14.377 de 06 de março de 2008;

Considerando que a Lei Municipal n.º 3.320/07, que instituiu o Código de Posturas do Município de Campo Alegre, faculta a Administração Pública a regulamentação do horário de funcionamento do comércio e dos prestadores de serviço, com vistas ao atendimento do interesse público e

Considerando que durante os dias em que estará sendo realizada a Festa da Ovelha, a Delegacia de Polícia Civil de Campo Alegre estará emitindo o alvará de funcionamento dos estabelecimentos localizados no centro da cidade até a 01:00hs, de forma extraordinária,

o Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o funcionamento de bares, lanchonetes, restaurantes e pizzarias localizados no Centro do Município de Campo Alegre, até a 01:00hs dos dias 15 e 16 de março de 2008, durante a realização da 10ª Festa da Ovelha de Campo Alegre.

§1º - A autorização de que trata o caput deste artigo, fica condicionada à prévia autorização expedida pela Polícia Civil de Campo Alegre.

§2º - Após o horário definido no caput deste artigo, os bares, lanchonetes, restaurantes e pizzarias localizados no centro da cidade não poderão funcionar.

§3º - Os estabelecimentos localizados fora da área central, poderão funcionar até o horário delimitado pela autoridade policial.

Art. 3º) Os salões de baile ficarão sujeitos ao cumprimento do horário autorizado pela Polícia Civil de Campo Alegre, não sujeitando-se às disposições do presente decreto.

Art.4º) O descumprimento do horário estabelecido no presente Decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas no ordenamento jurídico municipal, estadual e federal aplicáveis à espécie.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.113 DE 11 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.113 DE 11 DE MARÇO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.362 de 11 de março de 2008; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

12.00 -	FHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
12.01 -	Gerenciamento do FHIS	
1.022 -	Implantação de Conjuntos Habitacionais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 700,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 134.000,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 100,00
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449061.00.136 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 100,00
TOTAL		R\$ 135.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2007 na Prefeitura Municipal;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.112 DE 11 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.112 DE 11 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. JULIANA SZCZYGIEL, para exercer o cargo de Professor, com vencimentos no valor de R\$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 11 de março de 2008 à 19 de dezembro de 2008, para atuar em sala de aula, devido o aumento do número de alunos no Centro Municipal de Educação Infantil Maria da Glória Pereira Kroll, no Distrito de Fragosos neste Município.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.111 DE 11 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.111 DE 11 DE MARÇO DE 2008.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO  
RESIDENCIAL DA SERRA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 46, Inciso II da Municipal nº 2001 de 13 de dezembro de 1994; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o loteamento RESIDENCIAL DA SERRA, localizado na Estrada Municipal CAM-080, localidade de Salto neste Município. Conforme Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras e Memorial Descritivo, parte integrante deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
11/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.110 DE 10 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.110 DE 10 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE REABILITAÇÃO DE SERVIDORA E  
RESTRIÇÕES QUANDO À FUNÇÕES EXERCIDAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 71, Inciso IX; Decreta:

Art.1º) A servidora MIRIAN LOFFAGEN FRIEDRICH, ocupante do cargo de Professora, matriculada sob n.º 0154, deverá exercer suas funções, com estrita observância das restrições constantes do CREM - COMUNICADO DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO PERICIAL, datado de 1º de fevereiro de 2008.

Parágrafo único - As restrições mencionadas no caput deste artigo, deverão vigorar até o fim do tratamento da servidora ou até o prazo recomendado pela perícia médica da Prefeitura Municipal.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 5.109 DE 10 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.109 DE 10 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. TEREZINHA APARECIDA FRANCO, para exercer o cargo de Professor, com vencimentos no valor de R\$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10 de março de 2008 à 19 de dezembro de 2008, para atuar na sala de aula apoio pedagógico, no atendimento de alunos com defasagem em idade/série.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.108 DE 10 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.108 DE 10 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Contrata a Srª. ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, para exercer o cargo de Professor, com vencimentos no valor de R\$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10 de março de 2008 à 19 de dezembro de 2008, para atuar na sala de aula apoio pedagógico, no atendimento de alunos com defasagem em idade/série.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.107 DE 10 DE MARÇO 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.107 DE 10 DE MARÇO 2008.  
PRORROGA PRAZO TERMO DE  
COMPROMISSO ESTÁGIÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, conforme estabelece seu Artigo 12; Decreta:

Art.1º) Prorrogar por mais um ano o Estágio da estudante: ANA PAULA CUBAS, regularmente matriculada na 3ª fase do Curso de Tecnologia em Sistemas de Informação - Habilitação Tecnólogo em Sistemas de Informação - UDESC - Campus Universitário Professor Avelino Marcante Bom Retiro - Joinville.

Parágrafo único: Estágio concedido através do Decreto Municipal nº 4.626 de 12 de março de 2007, os demais Artigos do respectivo Decreto permanecem inalterados.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 (doze) meses, iniciando à partir de 10 de março de 2008, com término em 10 de março de 2009.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.106 DE 10 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.106 DE 10 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seus Artigos 299 e 300 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado até a data de 07 de maio de 2008 do Contrato Temporário à Srª. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ ao cargo público de Professor Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços de professor, conforme Decreto Municipal nº 5.039 de 11 de fevereiro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.105 DE 10 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.105 DE 10 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 23 Inciso I; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA,



ao cargo público de Agente Operacional I, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 474,35 (quatrocentos e setenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SOLANGE DE FÁTIMA TELMA DE SOUZA, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.104 de 07 de Março de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.104 DE 07 DE MARÇO DE 2008  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO  
DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário da Srª. SOLANGE F. T. DE SOUZA, a partir de 07 de março de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.103 DE 07 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.103 DE 07 DE MARÇO DE 2008.

NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE  
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 1º da Lei Municipal nº 2.992; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR:

#### **REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

a) Câmara Municipal de Vereadores:  
Titular: Ana Lúcia Piski;  
Suplente: Alice Bayerl Grosskopf.

b) Secretária Municipal de Administração:  
Titular: Eleonora Bahr Pessôa;  
Suplente: André Luiz Niemeyer.

c) Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico:  
Titular: Vilmar Grosskopf;  
Suplente: Gilson Omar Brunnquell.

d) Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto:  
Titular: Anacir Carvalho de Lima Fucklner;  
Suplente: Ester Maria Forlin Fristsch.

e) Secretária Municipal de Finanças:  
Titular: Auriene Roepke;  
Suplente: Maria Eliane Friedrich.

f) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
Titular: Rosemir Drancka;  
Suplente: Renate Tschoeke.

g) Representante do Escritório local da EPAGRI:  
Titular: Araci Ruppel Buchmann;  
Suplente: Remy Narciso Simão.

h) Representante do Ensino Estadual:  
Titular: Alvaseli Camargo Grosskopf;  
Suplente: Marlin Telma Martins.

#### **REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:**

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:  
Titular: Adelaide Drancka;  
Suplente: Lucileide Ehlke.

b) Representante da ACIACA - Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre:  
Titular: Ernesto Larsen;  
Suplente: Eleandro Pauli.

c) Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre:  
Titular: Marilda Schadeck;  
Suplente: Alfredo Arildo S. Fuckner.

d) Presidente da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre - Mãos do Campo:  
Titular: Elizabeth Kestering;  
Suplente: Hermi Schwarz.

e) Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo

Alegre:  
Titular: Alice Bayerl Grosskopf;  
Suplente: Renate Tschoecke.

f) Produtor Rural que pratica atividade Turismo:  
Titular: Maria Rozemar Munhoz Pauli;  
Suplente: Noemia Teresinha Farias.

g) Representante das Associações de Moradores:  
Titular: Pedro Dória;  
Suplente: Anídia Stolf.

h) Representante do Folclore Ativo e Organizado:  
Titular: Egon Heiden;  
Suplente: Silvia Rocha Heiden.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: ELEONORA BAHR PESSÔA;  
Vice-Presidente: EGON HEIDEN;  
Secretária: ELISABETH KESTERING.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.386 de 09 de outubro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.102 DE 07 DE MARÇO DE 2008**

DECRETO Nº 5.102 DE 07 DE MARÇO DE 2008.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

#### **I - GOVERNAMENTAL:**

\* Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES  
Suplente: SÉRGIO COSTA

\* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNQUELL  
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA  
Suplente: JEFFERSON JEAN DUVOISIN

\* Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE  
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO

\* Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: ALICE BAYERL GROSSKOPF  
Suplente: EDÉSIO CAVICHIONI  
Titular: PAULO SÉRGIO SCHIER  
Suplente: OLÍVIO ODIA

#### **II - NÃO GOVERNAMENTAL:**

\* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: IVO PAULI  
Suplente: ELEANDRO PAULI

\* Representantes do Comércio através do CDL:

Titular: ROBERTO BAECHTOLD  
Suplente: ADOLAR BAHR

\* Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: DONALDO DE SOUZA FREITAS  
Suplente: WOLFRAN BAHR  
Titular: LUIZ TADEU MUNHOZ  
Suplente: RUFINO TELMA

\* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR  
Suplente: ALTAMIRO FARIAS MUNHOZ

\* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: WALTER HORST PONIEWAS  
Suplente: REMY NARCISO SIMÃO

\* Representantes das Diversas Associações de Moradores do Município:

Titular: MANUEL PEDRO CUBAS  
Suplente: EDINÉA KNIETCHER  
Titular: DIVA CARDOSO  
Suplente: NOELI CARDOSO  
Titular: JOSÉ BANGHUCK  
Suplente: JOSÉ RAMOS  
Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA  
Suplente: MARLI INÊS FROEHNER

\* Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: VALÉRIO A. BRUNELLO  
Suplente: MARCELO MAURÍCIO FOITTE

\* Representante dos Artesãos, através da Associação de Artistas, Artesãos e Produtores de Campo Alegre "Mãos do Campo":

Titular: HERMI SCHWARZ HEIZEN  
Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.310 de 14 de dezembro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
07/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 5.101 DE 06 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.101 DE 06 DE MARÇO DE 2008.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 01 de 06 de março de 2008, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTO ACOLHEDORAS

CAMPO ALEGRE 2008

Rua: Amália Gheller, 22 - Bairro Centro - Campo Alegre - CEP:  
89294-000 - Fone: (0xx47) 3632-2482

## **ÍNDICE**

1 - INTRODUÇÃO . . . . . 3

2 - JUSTIFICATIVA . . . . .	3
3 - OBJETIVOS . . . . .	5
3.1 - Geral . . . . .	5
3.2 - Objetivos Específicos . . . . .	6
4 - PÚBLICO ALVO . . . . .	6
5 - RECURSOS FINANCEIROS . . . . .	6
6 - METODOLOGIA DE ATENDIMENTO . . . . .	6
6.1 - Cadastramento das famílias . . . . .	7
6.2 - Critérios para participação . . . . .	7
6.3 - Avaliação e preparação dos candidatos . . . . .	7
6.4 - Acolhimento das crianças e adolescentes . . . . .	8
6.5 - Responsabilidades da família de apoio . . . . .	8
6.6 - Duração do acolhimento . . . . .	8
6.7 - Subsídios financeiro . . . . .	9
6.8 - Acompanhamento . . . . .	9
6.9 - Desligamento . . . . .	9
7 - EQUIPE TÉCNICA . . . . .	10
8 - REFERÊNCIAS . . . . .	11
9 - ANEXOS . . . . .	12
I - FICHA DE INSCRIÇÃO	
II - FICHA DE REGISTRO DA CRIANÇA	
III - FICHA DE REGISTRO DO ACOLHIMENTO	
IV - TERMO DE ADESÃO	
V - TERMO DE DESLIGAMENTO	
VI - RECIBO DE SUBSÍDIO EM GÊNERO	

## **1 - INTRODUÇÃO**

"O programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva. Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar". (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária)

Denominada de Famílias Infante Acolhedoras em Campo Alegre, são famílias que, voluntariamente, acolhe em seu espaço familiar, criança ou adolescente que, provisoriamente necessita de proteção fora do seu contexto familiar de origem, por ameaça ou violação de seus direitos, sem estabelecer vínculo de filiação. Com as famílias infante acolhedoras evita-se a institucionalização da criança ou adolescente que foram afastados de sua família, por motivos que comprometam o desenvolvimento infantil. A família infante acolhedora visa dar suporte adequado à criança ou adolescente que foi retirado de sua família de origem, seja com educação, saúde, mas também com carinho e amor a este ser. A principal característica do programa é diminuir o sofrimento e os prejuízos emocionais causados, devido a ausência de atendimento individual, à este sujeito em processo de desenvolvimento. O ECA em seu art. 15 estabelece que, "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais na Consituição e nas leis." A fim de que sejam preservados os direitos das crianças e adolescentes em situação de risco. A família acolhedora servirá para a garantia destes direitos, procurando dar condições de vida mais adequado a estes sujeitos.

## **2 - JUSTIFICATIVA**

O acolhimento familiar não é novidade no Brasil, pode-se dizer que é uma forma de organização inerente a grupos sociais. Na história do Brasil, como aponta Cláudia Guimarães, existem registros de famílias que acolheram em seus lares filhos de outras famílias, chegando a considerá-los como filhos de criação. Porém, todo esse processo ocorreu de maneira informal, sem acompanhamento técnico e legal.

**Segundo o ECA:**

"A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade". (ECA, art. 3º)

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária." (ECA, art. 4º).

As situações enfrentadas por estas crianças e adolescentes são as mais variadas, com diversos tipos de violência doméstica: física, sexual, psicológica ou com situações de negligência. Com o objetivo de garantir a integridade das crianças e adolescentes de Campo Alegre, se faz necessário a criação do Programa de Família Infante Acolhedora.

A finalidade do programa é levar a criança ou adolescente, que está em situação de risco a uma família acolhedora, esta família acolhe em sua casa, este indivíduo por tempo determinado. A criança ou adolescente acolhido não se torna "filho" daquele lar, mas recebe carinho e amor desta outra família até que tenha condições de ser reintegrado à sua família de origem e à comunidade na qual estava inserida.

O atendimento em abrigos trata a criança ou adolescente como um todo, não faz um atendimento individualizado como em uma família, que oferece um atendimento mais individualizado suprimindo melhor as necessidades das crianças. A família acolhedora consegue respeitar a individualidade dessas crianças e adolescentes, dedicando um olhar responsável e cuidadoso para a resolução de cada problema em particular.

A criança só será afastada de sua família, caso esta sofra agressões no lar de origem. Será feito um trabalho de acompanhamento da família de origem, com o objetivo de estabelecer mudanças na problemática enfrentada pela família, possibilitando o retorno da criança ou adolescente a família. Entende-se situação de risco a violência doméstica, sexual, física, psicológica, negligência, situação de abandono e orfãos. Neste caso, o objetivo é interromper o processo de violência pelo qual crianças e adolescentes passam dentro de casa e encaminhá-las a uma família acolhedora.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária:

Toda medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar, podendo ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida rara, excepcional. Apenas em casos onde a situação de risco e de desproteção afeta a integridade do desenvolvimento da criança e do adolescente é que se deve pensar no seu afastamento da família de origem. (pag. 71, grifos nossos)

Em todas as formas de acolhimento, a motivação, é sempre a criança e o adolescente em situação de risco. A criança e o adolescente serão colocados em família acolhedora, quando esta for a melhor medida para sua proteção, por meio de uma determinação judicial, esgotando-se todas as outras possibilidades. Nesta família acolhedora o ambiente familiar deverá ser adequado, trazendo conforto e bem estar para os acolhidos.

As famílias infante acolhedoras serão avaliadas, preparadas e acompanhadas, para que possam realizar um melhor atendimento da criança ou adolescente acolhido. Esta é uma alternativa menos onerosa para o município, comparando com o abrigo e está de acordo com o ECA. Estas famílias infante-acolhedoras irão receber subsídio financeiro no período em que estiverem com a guarda da

criança ou adolescente.

**3 - OBJETIVOS****3.1 - Geral**

Tem como objetivo proteger a criança e o adolescente em situação de risco, que foi afastada do convívio familiar, garantindo a ela a proteção em família acolhedora, por um período provisório, possibilitando a criança ou adolescente o convívio familiar e não a institucionalização.

**3.2 - Específicos**

- Criar condições para que as crianças e os adolescentes sejam acolhidos adequadamente, com direito a convivência em família e na comunidade, colaborando para a desinstitucionalização;
- Preparar as famílias de apoio para que dêem suporte adequado aos acolhidos;
- Trabalhar com a família de origem para que possam se reestruturar e receber a criança ou adolescente de volta ao lar;
- Acompanhar e encaminhar para o tratamento adequado a família de origem e a criança ou adolescente;
- Realizar atendimento individualizado as famílias de origem e de apoio e também as crianças e os adolescentes.

**4 - PÚBLICO ALVO**

Crianças e adolescentes que estão em situação de risco social e pessoal, que residam em Campo Alegre e tenham seus direitos fundamentais violados, ou seja, quando a criança e/ou adolescente forem vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência dos pais em situação de abandono e orfãos, conforme determinação judicial.

**5 - RECURSOS FINANCEIROS**

Prefeitura Municipal de Campo Alegre;  
FIA Fundo para Infância e Adolescência.

**6 - METODOLOGIA DE ATENDIMENTO****6.1 - Cadastramento das famílias:**

- As famílias serão indicadas por pessoas que conhecem o município de Campo Alegre e a realidade das famílias que poderão ajudar no acolhimento.
- Nem todas as famílias convidadas poderão participar. Para isso será feita uma avaliação psicossocial com todas as famílias indicadas.
- Aquelas famílias que obterem um parecer favorável pelo psicólogo e a assistente social assinarão um Termo de Adesão ao Programa.
- Em caso de desligamento será preenchido um termo por escrito.

**6.2 - Critérios para participação:**

- Ter idade entre 24 e 65 anos;
- Não tenha interesse em adoção;
- Que haja concordância de todos os membros da família;
- Residir no município de Campo Alegre;

**6.3 - Avaliação e preparação dos candidatos:**

- O objetivo da avaliação será verificar as condições emocionais e a estrutura familiar dos interessados. A avaliação será feita pelo psicólogo e a assistente social, através de visitas domiciliares, observação, entrevistas individuais e familiares, gerando ao final da avaliação um parecer, que poderá ser favorável ou não à inclusão da família no programa.



- As famílias serão acompanhadas e preparadas para receber a criança, orientadas sobre o acompanhamento diário das crianças e como será o desligamento.
- A preparação das famílias poderá ocorrer através de visitas familiares, participação em cursos de formação e através de encontros programados com as famílias substitutas.

#### 6.4 - Acolhimento das crianças e adolescentes:

- O acolhimento será individualizado, a família receberá apenas uma criança ou adolescente por vez, exceto em caso de irmãos;
- A inclusão no Programa de Famílias Infante Acolhedoras, dar-se-á por determinação judicial, que fará o encaminhamento da criança ou adolescente para o programa;
- O contato com as famílias acolhedoras será feita pelos profissionais do Programa de Famílias Infante Acolhedoras ou pelo Conselho Tutelar, sempre levando em consideração as preferências das famílias.
- Logo que a família recebe a criança ou o adolescente, imediatamente é providenciado um "Termo de Guarda" provisório, expedido pela justiça, para dar legalidade ao acolhimento.

#### 6.5 - Responsabilidades da família acolhedora:

- As famílias informarão aos profissionais do programa, como está a criança acolhida;
- As famílias deverão participar de cursos oferecidos pelo programa a fim de que haja uma melhor preparação no acolhimento da criança;
- A família acolhedora terá a responsabilidade de proteger a criança sob seus cuidados, garantindo que ela possa crescer sadia, recebendo afeto e que seja respeitada as suas necessidades individuais.
- Colaborar na preparação da criança ou adolescente para o retorno a família biológica ou para a adoção, respeitando sempre a orientação dos técnicos;
- Caso não haja adaptação, a família desistirá da guarda e fará os cuidados necessários da criança ou adolescente acolhida até ser encaminhado para outra família.

#### 6.6 - Duração do acolhimento:

- A duração prevista não excederá a 6 (seis) meses, salvo em casos que se verifique a necessidade;
- O objetivo é solucionar a situação de risco no menor tempo.

#### 6.7 - Subsídios financeiro:

- As famílias, independente de sua condição financeira, receberão por criança acolhida um subsídio financeiro.
- Crianças acolhidas por um período inferior a 1 (um) mês, a família receberá subsídio em gêneros alimentícios, conforme as necessidades das crianças;
- Nos acolhimentos superiores a um mês, a família receberá meio (1/2) salário mínimo mensal, para suprir as despesas com alimentação, higiene pessoal, lazer e material de consumo;
- O subsídio poderá ser feito através de depósito bancário em nome da família de apoio.

#### 6.8 - Acompanhamento:

- Quando uma criança for encaminhada para uma família acolhedora, será fornecido as informações relativas à criança (suas necessidades, sua história familiar, dados sobre a saúde e necessidades especiais), respeitando as informações sigilosas.
- A equipe técnica fará o acompanhamento das famílias através de visitas domiciliares, atendimento psicológico e preparação das famílias em encontros programados;
- Será acompanhado a família de origem e a possibilidade de

reinserção da criança em seu lar;

- Os profissionais do Programa farão o acompanhamento da criança a família de origem, no espaço da Casa da Cidadania.

#### 6.9 - Desligamento:

- O acolhimento familiar será finalizado, quando não houver mais situação de risco, podendo a criança retornar para sua casa ou para a adoção, conforme determinação judicial;
- Caso esta criança seja encaminhada para adoção, far-se-á o acompanhamento para que não lhe cause nenhum sofrimento;
- Para que não haja reincidência será feito o acompanhamento da criança que retornou para sua família de origem;
- Quando houver o desligamento da criança, será feito o acompanhamento da família acolhedora;
- Ao final comunicar ao Judiciário o desligamento da família de origem.

#### 7 - EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica será formada por um psicólogo, um assistente social e um pedagogo. Os trabalhos serão realizados sempre que possível na presença de dois técnicos.

O objetivo da equipe será fazer avaliações das famílias candidatas ao Programa, acompanhamento das famílias de origem, famílias de apoio e as crianças acolhidas.

#### 8 - REFERÊNCIAS

CABRAL, Cláudia. Acolhimento Familiar experiências e perspectivas. Terra dos Homens. Rio de Janeiro, 2004

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Brasília: CONANDA, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Blumenau: El Shadadai, 2002.

#### ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

##### DADOS PESSOAIS:

Nome: \_\_\_\_\_ D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 R.G.: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_  
 Tempo de Serviço: \_\_\_\_\_  
 Local de Trabalho: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Cônjuge:  
 Nome: \_\_\_\_\_ D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 R.G.: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_  
 Tempo de Serviço: \_\_\_\_\_  
 Local de Trabalho: \_\_\_\_\_  
 Fone: \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_  
 Proximidade: \_\_\_\_\_  
 Telefone residencial: \_\_\_\_\_  
 Celular: \_\_\_\_\_

##### Composição Familiar

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_



Horário: \_\_\_\_\_  
 Escola / Trabalho: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Horário: \_\_\_\_\_  
 Escola / Trabalho: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Horário: \_\_\_\_\_  
 Escola / Trabalho: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Horário: \_\_\_\_\_  
 Escola / Trabalho: \_\_\_\_\_

#### ANEXO II - FICHA DE REGISTRO DA CRIANÇA

Nome da Criança: \_\_\_\_\_  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_  
 Mãe: \_\_\_\_\_  
 Pai: \_\_\_\_\_

#### DOCUMENTOS:

Certidão de nascimento: \_\_\_\_\_  
 Guarda Provisória: \_\_\_\_\_  
 Relatório do Conselho Tutelar: \_\_\_\_\_

#### DADOS DO ACOLHIMENTO

Nº dos Autos: \_\_\_\_\_  
 Família de Apoio: \_\_\_\_\_  
 Motivo do encaminhamento: \_\_\_\_\_

Entrada: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.  
 Saída: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.  
 Tempo total do acolhimento: \_\_\_\_\_

#### ANEXO III - FICHA DE REGISTRO DO ACOLHIMENTO

Descrição das ações estabelecidas pelos técnicos do programa.  
 Especificar a data, local e atitudes tomadas.

#### ANEXO IV - TERMO DE ADESÃO

Eu \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_  
 vimos por meio deste aderir ao Programa Famílias Infante Acolhe-  
 doras de Campo Alegre, participando como Família Voluntária no  
 acolhimento provisório de crianças ou adolescentes mediante ter-  
 mo de guarda e responsabilidade.  
 Ficamos ciente que é de nosso dever, zelar pelo bem estar da  
 criança, participar de reuniões quando solicitado pela equipe téc-  
 nica do programa, encaminhar a criança para escola quando assim  
 determinado.

Assinatura \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Campo Alegre, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### ANEXO V - TERMO DE DESLIGAMENTO

Eu \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_  
 vimos por meio deste desligar-nos do Programa  
 Famílias Infante Acolhedoras de Campo Alegre, por motivos par-  
 ticulares.

Assinatura \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Campo Alegre, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### ANEXO VI - RECIBO DE SUBSÍDIO EM GÊNERO

Eu \_\_\_\_\_ recebi do  
 PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTE ACOLHEDORAS, subsídio em ge-  
 nêros por estar acolhendo a criança \_\_\_\_\_  
 em minha residência.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Campo Alegre, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### DECRETO Nº 5.100 DE 05 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.100 DE 05 DE MARÇO DE 2008

NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSE-  
 LHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
 no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei  
 Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 3.092, em seu  
 Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho  
 Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e  
 Não Governamentais.

#### REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Titular: Maria de Lourdes Cândido da Rosa;

Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet.

Titular: Imelda Júlia Watzko;

Suplente: Verônica Gorniack Schroeder.

b) Secretaria Municipal de Administração.

Titular: Eleonora Bahr Pessoa;

Suplente: Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte.

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Titular: Anacir Carvalho de Lima Fuckner;

Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas.

d) Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Auriene Roepke;

Suplente: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack.

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular: Vilmar Grosskopf;

Suplente: Gilson Omar Brunnquell.

#### REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Associação de Moradores

Titular: Anídia Stolf;

Suplente: José Ramos.

b) Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Rosemir Drancka;

Suplente: Sandra Maria Pereira Dana.

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Aracy Ruppel Buchmann;

Suplente: Valdete Arbighaus Bahr.

d) Clube de Idosos

Titular: Maria Graciema Fuckner;

Suplente: Magali Augustin.

e) Associação de Pais e Professores de Escolas APP's de Escolas do Município

Titular: Gersolino Alves da Silva;

Suplente: Carlos Alberto Maba.

f) Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços

Titular: Roseli Maria Fuckner;

Suplente: Jurandyr de França.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Imelda Júlia Watzko;

Vice-Presidente Verônica Gorniack Schroeder;

Primeira Secretária: Sirley Drancka de Souza Freitas;

Segunda Secretária: Roseli Maria Fuckner;

Tesoureira: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack;

Gestora: Eliana Pessoa Machado Collet.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 4.815 de 24 de julho de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de março de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.099 DE 04 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DOPREFEITO

DECRETO Nº 5.099 DE 04 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE REDUÇÃO DE JORNADA DE  
TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 83 alterado pela Lei Complementar Municipal nº 054 de 04 de março de 2008; Decreta:

Art.1º) Fica reduzida a carga horária de trabalho do servidor público Municipal Sr. HAROLD RAETSCH, matrícula nº 000370, ocupante do cargo público de Médico Clínico Geral, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de

2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 054 de 04 de março de 2008.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 054 de 04 de março de 2008, é no valor de R\$ 1.894,08 (um mil oitocentos e noventa e quatro reais e oito centavos) mensais, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
04 de março de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.098 DE 04 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.098 DE 04 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ROSI MERY BAIL HASSELMANN, ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 626,28 (seiscentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (dez) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ROSI MERY BAIL HASSELMANN, em 10º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de março de 2008.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.097 DE 04 DE MARÇO DE 2008

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.097 DE 04 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 626,28 (seiscentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (dez) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, em 17º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.096 DE 04 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.096 DE 04 DE MARÇO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.358 de 04 de março de 2008; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
2.014 -	Transporte Escolar	

300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 40.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação dos recursos ordinários municipais do Orçamento Vigente;

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 5.095 DE 04 DE MARÇO DE 2008

DECRETO Nº 5.095 DE 04 DE MARÇO DE 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seu Artigo 10; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 21.280,00 (vinte e um mil e duzentos e oitenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.764 -	Despesas Correntes	
330000.00.764 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.764 -	Aplicações Diretas	
339030.00.764 -	Material de Consumo	R\$ 12.980,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339039.00.140 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
09.00 -	FUNREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de Bomb	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUNREBOM	
2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM	
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449051.00.757 -	Obras e Instalações	R\$ 3.200,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339031.00.136 -	Premiações Culturais, Artist., Cientif., Desport e Outros	R\$ 1.100,00
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 21.280,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.151 -	Despesas Correntes	
330000.00.151 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.151 -	Aplicações Diretas	
339030.00.151 -	Material de Consumo	R\$ 12.980,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
2.108 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
09.00 -	FUNREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de Bomb	
09.01 -	Serviço de Manutenção do FUNREBOM	

2.717 -	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM	
400000.00.757 -	Despesas de Capital	
440000.00.757 -	Investimentos	
449000.00.757 -	Aplicações Diretas	
449052.00.757 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.200,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.157,50
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 942,50
TOTAL		R\$ 21.280,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
04/03/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 5.094 de 03 de Março de 2008

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.094 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. DIRCELIA DOS SANTOS ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área V, localidade de Santana, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência



A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. DIRCELIA DOS SANTOS, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.093 DE 03 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.093 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ELISABETE PERPÉTUA DOS SANTOS ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área VI, localidade de Rodeio de Santa Cruz, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ELIZABETE PERPÉTUA DOS SANTOS, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 5.092 de 03 de Março de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.092 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área II, localidade de Cubatão, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.091 DE 03 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 5.091 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme



estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JAQUELINE DOS SANTOS ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área III, localidade de Ribeirão do Meio, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JAQUELINE DOS SANTOS, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **DECRETO Nº 5.090 DE 03 DE MARÇO DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.090 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área IV, localidade de Ximbuva, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 5.089 de 03 de Março de 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.089 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterada pela Complementar nº 052 de 11 de dezembro de 2007, conforme estabelece em seu Artigo 1º Parágrafo único; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER ao cargo de Agente Comunitário, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, para atuar na Micro Área I, localidade de Bateias de Cima, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 052 de 11 de dezembro de 2007, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 052, é o de Nível L2 Sub-Nível 21 referência A, no valor de R\$ 569,22 (quinhentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2007, homologado pelo Decreto Municipal nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.088 de 03 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.088 DE 03 DE MARÇO DE 2008.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 030 de 22 de dezembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal Sr. MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, ocupante do cargo de Médico II, Matriculado sob nº 000489, para exercer a função de Confiança: Diretor Técnico, exercendo as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 847,07 (oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos) mensal, Código nº 17, da Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 03 de março de 2008.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.087 de 03 de Março de 2008**

DECRETO Nº 5.087 DE 03 DE MARÇO DE 2008

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE CONFIANÇA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar o Servidor - HAROLD RAETSCH, matriculado sob nº 370, do cargo de confiança - Diretor Técnico, à partir de 03 de março de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.086 de 03 de Março de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.086 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Em virtude de não haver nenhum candidato aprovado no Concurso Público Municipal nº 01/2007 no cargo de Professor de Arte, Contrata a Srª. JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, para exercer o cargo de Professor de Arte, com vencimentos no valor de R\$ 559,23 (quinhentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos), correspondente ao Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 03 de março de 2008 à 19 de dezembro de 2008.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de março de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 5.085 de 03 de Março de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.085 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29, § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. DANIEL MARINO MUNHOZ ao cargo público de Motorista, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei

Complementar Municipal n.º 006, é o de Nível 3 Sub-nível 31 referência A, no valor de R\$ 654,60 (seiscentos e cinquenta e quatro reais, sessenta centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. DANIEL MARINO MUNHOZ em 1º lugar no Concurso Público Municipal n.º 001/2007, homologado pelo Decreto nº 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 5.084 de 03 de Março de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.084 DE 03 DE MARÇO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. IARA BRITO SILVA PEREIRA ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 626,28 (seiscentos e vinte e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, com carga horária de 40 (dez) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. IARA BRITO SILVA PEREIRA, em 16º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.083 DE 03 DE MARÇO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.083 DE 03 DE MARÇO DE 2008  
RESCINDE O TERMO DE COMPROMISSO DE  
COOPARTICIPAÇÃO DE ESTAGIÁRIO POR TÉRMINO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, em seu Artigo 12, Parágrafo 1º Inciso III; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Termo de Compromisso e Cooparticipação da Estagiária: ÍRIS SANDRINI KROLL, por término do mesmo.

Art.2º) A presente rescisão não gera verbas rescisórias em razão da inexistência de vínculo empregatício entre as partes.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de março de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/03/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.082 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.082 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 579,99 (quinhentos e setenta e nove reais, noventa e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ, em 7º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em

data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 25 de fevereiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.081 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008** GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.081 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, em seu Artigo 20 § 1º e seus Incisos; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SANDRA SCHWARZ ao cargo público de Professor Auxiliar, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 014, é o Nível PA1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 579,99 (quinhentos e setenta e nove reais, noventa e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SANDRA SCHWARZ, em 18º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2007, homologado pelo Decreto 5.045 em data de 18 de fevereiro de 2008.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 25 de fevereiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de fevereiro de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/02/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 5.080 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008**

DECRETO Nº 5.080 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO  
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 3.313 de 27 de novembro de 2007, em seus Artigos 9º e 10, Inciso II; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.119 -	Aplicações Diretas	
319004.00.119 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 23.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
	Outras Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339000.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.500,00
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339047.00.119 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
91.09 -	Manutenção das Ativ. da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339030.00.132 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 47.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas
2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
300000.00.119 -	Despesas Correntes
310000.00.119 -	Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.119 -	Aplicações Diretas



319011.00.119 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 23.000,00
2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339036.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00
91.04 -	Manutenção das Ativ. de Assist. Médica e Terapêutica	
2.028 -	Realização de Diagnóstico dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 18.500,00
2.117 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
91.09 -	Manutenção das Ativ. da Vigilância Epidemiológica	
2.120 -	Manutenção e Coordenação das Atividades	
300000.00.132 -	Despesas Correntes	
330000.00.132 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.132 -	Aplicações Diretas	
339036.00.132 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 47.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de fevereiro de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
29/02/2008.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### Ext. Ct. 36/2014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do primeiro aditivo ao contrato cno nº. 19/2014  
CONTRATO CNO - 36/2014

DATA DE ASSINATURA: 22 de Setembro de 2014.

OBJETO: Execução e construção de materiais e serviços de unidade de tratamento de esgoto do tipo zona de raízes por sistema de reatores anaeróbios do bairro Nossa Senhora Aparecida no município de Campos Novos - SC.

CONTRATADA: Habitark Engenharia Ltda.

VALOR SUPRIMIDO: R\$6.201,72 (seis mil duzentos e um reais e setenta e dois centavos).

VALOR ADITIVADO: R\$71.914,50 (setenta e um mil novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos)

PRAZO: 22.09.2014 à 18.11.2014

Campos Novos - SC, 22 de Setembro de 2014.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

### EXT. CT. TEMP. 006/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 006/2014

PROTOCOLO Nº 185/2014

PROCESSO Nº 120/2014

DATA DE ASSINATURA: 25 de Setembro de 2014

OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Motorista II

CONTRATADO: Ademir Luiz Pacheco

VALOR: R\$ 1.685,07 (Um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sete centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 25.09.2014 à 24.09.2015

Campos Novos - SC, 25 de Setembro de 2014.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

### EXT. CT. 37/2014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do sétimo aditivo ao contrato cno nº. 25/2013

CONTRATO CNO - 37/2014

DATA DE ASSINATURA: 26 de Setembro de 2014.

OBJETO: Construção de garagens em estrutura metálica e substituição da cobertura existente do setor técnico da sede administrativa do SAMAE, sendo que a execução da referida obra compreende todos os materiais e serviços constantes no memorial descritivo, quantitativos, termo de referência e projetos anexos, obra realizada na Rua Caetano Carlos, 466, centro no município de Campos Novos-SC.

CONTRATADA: Construcórdia Construções Ltda.

PRAZO: 26.09.2014 à 27.10.2014

Campos Novos - SC, 26 de Setembro de 2014.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

### EXT. CT. 38/2014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do primeiro aditivo ao contrato cno nº. 30/2013

CONTRATO CNO - 38/2014

DATA DE ASSINATURA: 01 de Outubro de 2014.

OBJETO: Prestação de serviços de cópia com fornecimento de equipamentos, suprimentos software de gerenciamento de impressões, software de controle e gerenciamento de documentos e assistência técnica.

CONTRATADA: Selbetti Gestão de Documentos S/A.

PRAZO: 01.10.2014 à 30.09.2015

Campos Novos - SC, 01 de Outubro de 2014.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº 29/2014

Portaria Nº 29/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA JOELMA F. FAÉ.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária JOELMA F. FAÉ, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 à 31/03/2013, a contar de 01/10/2014.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora JOELMA F. FAÉ, ocupante do cargo de Assessora Contábil da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Outubro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

# Canelinha

## PREFEITURA

### Extrato Edital 90/2014 - CC 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90/2014  
MODALIDADE: Concorrência Pública nº 04/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à Concessão de serviço público, consistente em remoção, recolha, guarda e depósito de veículos localizados e/ou apreendidos na circunscrição deste município, de interesse policial ou em virtude de constatação de irregularidades às normas de trânsito, conforme solicitação do Departamento de Administração Municipal e de acordo com especificações do anexo I do presente Edital. DATA DE ABERTURA: 17 de novembro de 2014, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 30 de setembro de 2014.  
ANTÔNIO DA SILVA  
Prefeito

### EXTRATO EDITAL 07/2014 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2014  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 07/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de 765 tubos de concreto, conforme NBR 8890/07, para manutenção da rede pluvial do Município, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 13 de setembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 30 de setembro de 2014.  
GILBERTO ROSA  
Diretor do SEMAIS

### EXTRATO EDITAL 91/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 91/2014  
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 12/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para terraplenagem, drenagem, pavimentação e sinalização, do 4º trecho da Rua Professor Tomaz Geraldo, da estaca 0=PP à estaca 24, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 20 de outubro de 2014, às 15:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 01 de outubro de 2014.  
ANTONIO DA SILVA  
Prefeito do Município

### EXTRATO EDITAL 92/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 92/2014  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 69/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais para manter as atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de outubro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 01 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO DA SILVA  
Prefeito do Município

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Edital Nº. 050/2014

EDITAL Nº. 050/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- 1 Fotografia 3X4 recente;
- Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 22 de setembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 048/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO  
CELIO ROGERIO CARDOSO

**Publicação do Edital de Concorrência Pública Nº FMAS 01/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 08/2014  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMAS 01/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/11/2014, às 10h15min, a licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ARTESANATO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 05/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

**Portaria Nº 661/2014**

PORTARIA Nº. 661/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.960/2012, da Lei Municipal nº 4.473/2009, da Lei Municipal nº 3.689/2004 e da Lei Municipal nº 2.972/1998; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional MOZARA CARVALHO SCHADECK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0675, convocada através do edital nº 030 de 15 de julho de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 15/09/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 701/2014**

PORTARIA Nº. 701/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA EURLI JUNGLES HUDZINSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 2502, conforme convocação do dia 29/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELIS SARITA ANTONOVICZ ZOREK, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 2037, conforme convocação do dia 29/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 702/2014**

PORTARIA Nº. 702/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 01/10/2014 do profissional ROBSON SOARES FRAGOSO, efetivo no cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Assistência Social, para à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº236/SMAS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de



Administração, Finanças e Orçamento em 29/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 706/2014**

PORTARIA Nº. 706/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, 30% de regência, período vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA DE LOURDES DE LIMA PEREIRA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1955

, conforme convocação do dia 30/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 707/2014**

PORTARIA Nº. 707/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 5.139/2013, da Lei Municipal nº 2.741/1996, da Lei Municipal nº 3.386/2001, da Lei Municipal nº 3.511/2002, da Lei Municipal nº 4.485/2010, da Lei Municipal nº 4.960/2012 e da Lei Municipal nº 4.251/2007; resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional MARCIA APARECIDA ALVES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1752, convocada através do edital nº 048 de 15 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a

partir de 01/10/2014.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional JURACI DE LOURDES FERREIRA DE QUADROS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2698, convocada através do edital nº 043 de 03 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar na Unidade Básica de Saúde Cohab I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional LEILA FRANCINI GREIN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 2111, convocada através do edital nº 046 de 15 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar na Policlínica Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional MARIA DE LOURDES ALVES DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 0169, convocada através do edital nº 048 de 15 de setembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2014.

Art. 5º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de setembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria Nº 708/2014**

PORTARIA Nº. 708/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal Nº 2.830/1997 e da Lei Municipal Nº 5.139/2013; resolve:

#### **NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 1º - Fica nomeada SIMONE NEUBURGER LANGER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 01/10/2014, conforme comunicação interna Nº 169/ SMAFO/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 30 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Portaria Nº 709/2014**

PORTARIA Nº. 709/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARCIA BROZOSKI ULTHES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1831, conforme convocação do dia 30/09/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 02/10/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de setembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/09/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**Publicação da Ata do Pregão Eletrônico Nº FMS 17/204****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITACOES - (SC)

Licitação: (Ano: 2014/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: FMS 32/2014)

Às 10:08:25 horas do dia 05/09/2014 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: FMS 32/2014 - 2014/17/2014 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS MÉDICOS HOSPITALARES, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS, DESTINADOS A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.827,68
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.560,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 4.800,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 2.400,00

Lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.160,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 800,00

Lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:57:06:252	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 8.400,00

04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 9.720,00
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 8.400,00
02/09/2014 17:15:26:871	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 8.400,00
04/09/2014 13:27:33:312	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 8.400,00
04/09/2014 15:03:38:687	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 8.400,00
04/09/2014 15:10:26:765	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP	R\$ 8.400,00
04/09/2014 18:02:34:521	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.400,00
05/09/2014 08:25:48:574	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 8.400,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 12.753,60
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.400,00
05/09/2014 08:58:38:580	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 10.000,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 8.400,00
03/09/2014 18:26:16:568	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 8.400,00
03/09/2014 16:36:32:675	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 84.000,00
02/09/2014 14:58:12:902	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 8.400,00

Lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:26:17:065	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 39.000,00
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.800,00
05/09/2014 08:10:25:242	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 2.400,00
02/09/2014 17:15:26:871	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 4.000,00
05/09/2014 08:25:48:574	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 2.400,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.498,00
04/09/2014 16:13:22:552	COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	R\$ 3.000,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 2.400,00

Lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.162,02
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 11.880,00
04/09/2014 18:02:34:521	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.700,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 8.700,00
04/09/2014 16:49:46:302	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 39.000,00

04/09/2014 14:38:25:674	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 8.700,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.700,00
03/09/2014 14:48:42:575	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 17.400,00

Lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.023,59
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 2.580,00
04/09/2014 18:05:44:692	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 2.020,00
03/09/2014 18:26:52:755	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 2.023,00

Lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.014,72
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 20.000,00

Lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.533,14
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.800,00
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 2.400,00
04/09/2014 13:36:05:422	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 3.000,00

Lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

Lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V.

PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 08:01:24:138	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 7.000,00
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 6.700,00
02/09/2014 16:53:11:107	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
05/09/2014 08:32:50:826	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.245,00

Lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 3.500,00
04/09/2014 13:29:08:707	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 1.200,00
04/09/2014 15:11:53:447	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.200,00
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.200,00
03/09/2014 16:48:44:223	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 12.000,00

Lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.600,00
05/09/2014 08:40:32:506	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 3.600,00

Lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:33:50:797	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 48.000,00
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 10.460,00
05/09/2014 08:10:40:778	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 50.000,00
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 9.460,00



04/09/2014 16:59:38:893	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 9.460,00
05/09/2014 08:40:32:506	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 9.460,00
04/09/2014 16:58:45:038	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	R\$ 9.460,00

Lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 10.300,00

Lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:36:22:015	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 4.475,70
04/09/2014 10:38:53:929	MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 6.500,00
03/09/2014 10:04:37:836	ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME	R\$ 5.390,00
04/09/2014 16:51:49:258	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 7.000,00
04/09/2014 09:39:25:999	ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME	R\$ 5.400,00
04/09/2014 16:24:58:835	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 4.531,20
05/09/2014 08:23:43:355	PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA	R\$ 5.400,00
05/09/2014 08:41:16:297	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 5.400,00
03/09/2014 14:55:09:566	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 4.546,00
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 5.400,00

Lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:37:52:668	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 515,16
05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 930,00
04/09/2014 13:39:19:780	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 930,00
04/09/2014 14:42:25:583	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 930,00
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 800,00

05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 930,00
03/09/2014 14:53:49:568	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 490,00
03/09/2014 18:29:01:604	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 930,00
03/09/2014 16:50:02:297	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 9.300,00

Lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 08:10:56:201	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 20.000,00
05/09/2014 08:51:39:758	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 4.500,00
03/09/2014 16:50:02:297	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 39.999,60

Lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 1.648,56
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 630,00
03/09/2014 18:29:01:604	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 630,00
02/09/2014 15:04:34:510	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 630,00

Lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

Lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
-----------	------------	----------

05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 9.000,00
-------------------------	---------------------------	--------------

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 2.400,00
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.827,68
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.560,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 4.800,00

Lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 800,00
05/09/2014 10:13:31:723	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.020,00

Lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:31:03:283	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 6.000,00
05/09/2014 10:30:50:053	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.098,00
05/09/2014 10:30:41:547	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 6.531,60
05/09/2014 10:29:34:418	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 6.532,24
05/09/2014 10:27:43:371	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 6.879,00
05/09/2014 10:32:34:700	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP	R\$ 7.649,99
05/09/2014 10:27:23:401	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 7.650,00
05/09/2014 10:31:41:647	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 7.987,97
05/09/2014 10:27:13:603	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 7.999,99
05/09/2014 10:26:58:809	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 8.080,00
05/09/2014 10:29:53:692	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 8.299,00
05/09/2014 10:15:42:701	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.395,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.400,00

04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 9.720,00
05/09/2014 08:58:38:580	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 10.000,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 12.753,60

Lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:35:12:109	COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	R\$ 1.570,00
05/09/2014 10:33:02:890	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 1.600,00
05/09/2014 10:29:56:083	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 1.671,00
05/09/2014 10:26:48:867	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.720,00
05/09/2014 10:41:50:206	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 2.356,00
05/09/2014 10:40:48:195	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.357,00
05/09/2014 08:10:25:242	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 2.400,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.498,00

Lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:34:07:371	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 8.200,00
05/09/2014 10:34:42:201	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.210,00
05/09/2014 10:33:53:684	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.299,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 8.700,00
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.162,02
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 11.880,00
03/09/2014 14:48:42:575	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 17.400,00
05/09/2014 10:17:38:358	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 30.000,00

Lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:37:12:776	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.999,00
05/09/2014 10:36:51:995	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.000,00
05/09/2014 10:36:37:670	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 2.004,00
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 2.580,00

Lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:30:31:733	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 10.014,71
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.014,72

Lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 2.400,00
05/09/2014 10:40:43:781	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 2.532,00
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.533,14
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.800,00

Lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram localizadas lances para este lote.

Lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:30:16:736	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.240,00
05/09/2014 10:26:57:553	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 6.244,98
05/09/2014 10:17:58:734	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 6.349,00
05/09/2014 10:16:05:893	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 6.350,00

Lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.



Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:59:50:633	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 992,99
05/09/2014 10:59:49:844	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 993,00
05/09/2014 10:56:30:407	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.080,00
05/09/2014 10:56:39:251	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.102,96
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 3.500,00

Lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:55:48:172	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.540,00
05/09/2014 10:55:18:309	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 3.558,00

Lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:11:49:752	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	R\$ 7.830,00
05/09/2014 11:11:27:899	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 7.860,00
05/09/2014 11:09:58:037	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 7.981,00
05/09/2014 10:56:18:938	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 8.530,00
05/09/2014 10:57:39:533	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 10.399,00
05/09/2014 10:57:15:179	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 10.440,00
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 10.460,00

Lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 10.300,00

Lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E

INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:15:43:535	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 2.989,99
05/09/2014 11:07:37:808	PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA	R\$ 2.990,00
05/09/2014 11:06:01:819	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.285,12
04/09/2014 17:36:22:015	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 4.475,70
03/09/2014 14:55:09:566	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 4.546,00
03/09/2014 10:04:37:836	ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME	R\$ 5.390,00
04/09/2014 09:39:25:999	ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME	R\$ 5.400,00
05/09/2014 08:41:16:297	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 5.400,00
05/09/2014 10:47:44:126	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 6.499,00
04/09/2014 10:38:53:929	MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 6.500,00

Lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:10:39:420	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 394,97
05/09/2014 11:10:18:155	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 394,98
05/09/2014 11:00:44:081	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 431,00
03/09/2014 14:53:49:568	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 490,00
05/09/2014 11:02:01:335	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 514,00
04/09/2014 17:37:52:668	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 515,16
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 800,00
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 930,00
05/09/2014 10:47:06:884	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 993,62

Lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A

LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:25:01:094	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 3.900,00
05/09/2014 11:25:00:552	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 3.947,00
05/09/2014 11:19:26:336	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 4.295,00

Lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:31:10:186	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 272,99
05/09/2014 11:30:21:935	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 273,00
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 630,00
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 1.648,56

Lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram localizadas lances para este lote.

Lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 9.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 05/09/2014, às 10:45:53 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL

ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:20:37 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:20:37 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA com o valor R\$ 2.400,00.

No dia 05/09/2014, às 10:36:06 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:45:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:45:27 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia

01/10/2014, às 11:31:11 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:31:11 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:31:11 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME com o valor R\$ 800,00.

No dia 05/09/2014, às 10:34:24 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:50:08 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:50:08 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR



UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS com o valor R\$ 6.000,00.

No dia 05/09/2014, às 10:52:53 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:19:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:19:36 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:43:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:43:10 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:44:13 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:44:13 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NO PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE

DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa COMERCIAL USUAL LTDA - EPP com o valor R\$ 1.569,99.

No dia 05/09/2014, às 10:42:35 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:59:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:59:03 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NA PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT com o valor R\$ 8.199,96.

No dia 05/09/2014, às 10:41:49 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:32:50 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:32:50 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 1.999,00.

No dia 05/09/2014, às 10:35:24 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:14:20 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:14:20 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: O coordenador -

PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor: FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. No dia 19/09/2014, às 14:38:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:38:27 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: cancelado. O motivo da alteração foi o seguinte: VALOR ACIMA DO ESTIPULADO EM EDITAL.

No dia 05/09/2014, às 10:44:03 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:13:30 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:13:30 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: FORNECEDOR ATENDE TODAS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 2.400,00.

No lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - não foram encontradas propostas.

No dia 05/09/2014, às 10:31:27 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:49:00 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:49:00 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENEGOCIAÇÃO COM O FORNECEDOR, PREÇO ESTIPULADO CONFORME EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME com o valor R\$ 5.300,00.



No dia 05/09/2014, às 11:07:33 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:16:06 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:16:06 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE INTENÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 992,99.

No dia 05/09/2014, às 10:57:28 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:23:02 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:23:02 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS

AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ALCI N. BECKER E CIA LTDA com o valor R\$ 3.540,00.

No dia 05/09/2014, às 11:14:35 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:22:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:22:21 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO

AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME com o valor R\$ 7.830,00.

No dia 05/09/2014, às 11:05:51 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:34:30 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:34:30 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 10.300,00.

No dia 05/09/2014, às 11:17:00 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:36:52 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:36:52 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 2.989,99.

No dia 05/09/2014, às 11:13:03 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE

MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 15:00:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 15:00:27 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO CONFORME PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT com o valor R\$ 394,96.

No dia 05/09/2014, às 11:27:44 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:31:38 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:31:38 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA



INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 3.900,00.

No dia 05/09/2014, às 11:36:01 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:27:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:27:49 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E

TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:39:46 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:39:46 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:42:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:42:10 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NA PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério

de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME com o valor R\$ 272,97.

No lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - não foram encontradas propostas.

No dia 05/09/2014, às 11:25:17 horas, no lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:53:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - nenhum fornecedor foi declarado vencedor.

No dia 19/09/2014, às 14:14:19 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. O motivo da desclassificação foi: FORNECEDOR COM O PREÇO ACIMA DO ESTIPULADO EM EDITAL.

No dia 19/09/2014, às 14:53:44 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - ALCI N. BECKER E CIA LTDA, no lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. O motivo da desclassificação foi: FORNECEDOR PEDIU A DESCLASSIFICAÇÃO DO LOTE.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

**PAULO CESAR SAFANELLI**

Pregoeiro da disputa

**DIOGO CARLOS SEIDEL**

Autoridade Competente

**FRANCIELE TISCHLER**

Membro Equipe Apoio

**Proponentes:**

14.676.091/0001-94 AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
07.052.779/0001-38 ALCI N. BECKER E CIA LTDA  
09.313.600/0001-84 ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP  
00.802.002/0001-02 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
04.360.651/0001-43 ANA MARIA PIRES BELEM  
09.053.748/0001-27 BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME  
16.677.803/0001-15 BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME  
10.983.327/0001-84 CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP  
13.738.015/0001-01 CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA  
07.626.776/0001-60 CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME  
14.050.075/0001-91 COMERCIAL USUAL LTDA - EPP  
10.942.831/0001-36 COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME  
00.478.911/0001-29 DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP  
92.823.764/0001-03 DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP  
11.101.480/0001-01 EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA  
09.058.708/0001-78 FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
13.341.535/0001-78 MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT  
06.168.370/0001-19 MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP  
09.208.840/0001-19 MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS  
79.291.878/0001-83 ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME  
07.918.483/0001-57 PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
09.200.303/0001-22 PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA  
10.763.524/0001-98 QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E  
20.490.904/0001-50 RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME  
02.605.669/0001-32 ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME  
11.174.045/0001-07 SALVARE VITE LTDA EPP  
03.874.953/0001-77 SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA  
14.547.833/0001-81 SPJ COMERCIAL LTDA ME  
08.335.448/0001-78 VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP

**PUBLICAÇÃO DA ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 100/2014****ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITACOES - (SC)

Licitação: (Ano: 2014/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: 149/2014)

Às 10:31:23 horas do dia 18/09/2014 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 149/2014 - 2014/100/2014 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
18/09/2014 01:46:29:614	AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA	R\$ 2.700,00
17/09/2014 15:46:09:231	CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA	R\$ 6.600,00
17/09/2014 16:26:31:044	TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA	R\$ 5.400,00
17/09/2014 20:04:37:614	CONTIPLAN FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$ 6.000,00
17/09/2014 15:45:46:118	ELMO PAPELARIA LTDA	R\$ 2.700,00
16/09/2014 22:04:59:929	LELIS & CIA LTDA	R\$ 2.700,00
17/09/2014 09:10:41:585	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	R\$ 2.700,00

Lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA 55 ± 3 G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
18/09/2014 01:46:29:614	AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA	R\$ 9.800,00
17/09/2014 15:46:09:231	CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA	R\$ 16.100,00
17/09/2014 16:26:31:044	TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA	R\$ 12.600,00



17/09/2014 20:04:37:614	CONTIPLAN FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$ 14.000,00
17/09/2014 15:45:46:118	ELMO PAPELARIA LTDA	R\$ 9.800,00
16/09/2014 22:04:59:929	LELIS & CIA LTDA	R\$ 9.800,00
17/09/2014 09:10:41:585	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	R\$ 9.800,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
18/09/2014 11:33:35:029	ELMO PAPELARIA LTDA	R\$ 2.098,98
18/09/2014 11:27:53:596	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	R\$ 2.100,00
18/09/2014 11:25:00:207	LELIS & CIA LTDA	R\$ 2.150,00
18/09/2014 10:57:13:630	AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA	R\$ 2.487,00
18/09/2014 10:50:50:881	CONTIPLAN FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$ 2.490,00
18/09/2014 10:33:48:540	CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA	R\$ 4.202,40
17/09/2014 16:26:31:044	TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA	R\$ 5.400,00

Lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA 55 ± 3 G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM

Data-Hora	Fornecedor	Lance
18/09/2014 11:28:14:810	ELMO PAPELARIA LTDA	R\$ 8.385,00
18/09/2014 11:28:01:870	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	R\$ 8.389,00
18/09/2014 10:57:56:708	CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA	R\$ 8.480,50
18/09/2014 10:52:26:580	CONTIPLAN FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$ 8.800,00
18/09/2014 10:58:00:844	AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA	R\$ 9.697,00
16/09/2014 22:04:59:929	LELIS & CIA LTDA	R\$ 9.800,00
17/09/2014 16:26:31:044	TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA	R\$ 12.600,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e

o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 18/09/2014, às 11:46:28 horas, no lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/09/2014, às 16:02:56 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/09/2014, às 16:02:56 horas, no lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O fornecedor cumpriu com todas as exigências do edital. No dia 01/10/2014, às 15:29:58 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:29:58 horas, no lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:29:58 horas, no lote (1) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 01 VIA BRANCA. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$2.700,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMAR A MARCA DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ELMO PAPELARIA LTDA com o valor R\$ 2.098,98.

No dia 18/09/2014, às 11:40:27 horas, no lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA 55 ± 3 G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA

ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 29/09/2014, às 16:21:55 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 29/09/2014, às 16:21:55 horas, no lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA  $55 \pm 3$  G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O fornecedor cumpriu com todos os itens do edital. No dia 01/10/2014, às 15:31:48 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:31:48 horas, no lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA  $55 \pm 3$  G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:31:48 horas, no lote (2) - CAIXAS DE FORMULÁRIO CONTÍNUO SANFONADO SEM IMPRESSÃO, COM REMALINAS NA LATERAL DIREITA E ESQUERDA, COM 80 COLUNAS, ALTURA 240 X LARGURA 280MM, 02 VIAS BRANCAS AUTOCOPIATIVO, GRAMATURA  $55 \pm 3$  G/M2, SERRILHADO VERTICAL E HORIZONTALMENTE COM DESTAQUE MANUAL. O PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$9.800,00. A LICITANTE AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE DEVERÁ INFORMA A MARCA DO ITEM - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ELMO PAPELARIA LTDA com o valor R\$ 8.384,60.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

**PAULO CESAR SAFANELLI**

Pregoeiro da disputa

**DIOGO CARLOS SEIDEL**

Autoridade Competente

**FRANCIELE TISCHLER**

Membro Equipe Apoio

**Proponentes:**

03.085.403/0001-79 AUTOMACAO COMERCIO E INDUSTRIA DE IMPRESSOS LTDA

02.111.102/0001-00 CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA

66.605.734/0001-02 CONTIPLAN FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

03.999.762/0001-31 ELMO PAPELARIA LTDA

06.213.366/0001-25 LELIS & CIA LTDA

18.486.182/0001-18 NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

54.842.406/0001-40 TILIFORM INDUSTRIA GRAFICA LTDA

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato Nº 001/2014

EXTRATO CONTRATO Nº 001, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

CONTRATANTE: Associação Beneficente Anjos da Guarda (ABAG);  
CONTRATADO: Andrade Construções Ltda.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para execução global com o fornecimento de material e mão-de-obra, necessário para a execução da cobertura e recuperação do acesso ao Hospital Nossa Senhora das Dores - HNSD, à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, Centro, Capinzal - SC.

RECURSOS PROVENIENTES: Ministério Público da União - Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª região, PTM de Joaçaba/SC.

VALOR: R\$ 101.985,89, sendo R\$ 41.328,23 pela mão-de-obra e R\$ 60.657,66, pelo material.

VIGÊNCIA: Conforme Cronograma.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2014, Licitação Nº 01/2014 - TP, Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia

#### PORTARIA 711/2014

PORTARIA Nº 711, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 063/2013, que designou Leila Vieira Kerschner Dambros, matrícula nº 313165/01, para responder pelo Setor de Tributação e Cadastro, e concedia FC-2, a contar de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de outubro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário Administração e Finanças

## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto 138/2014

DECRETO N. 138/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso xxv, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado por concurso público para ocupar o cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE, com lotação junto a Secretaria Municipal de Transporte da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, o Senhor ELSI LUIZ BELLEI, brasileiro, casado, portador do RG 1.235.217, CPF - 515.762.369-00 e do Título de Eleitor N. 152274209/14, residente e domiciliado nesta Cidade, de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

#### Decreto 139/2014

DECRETO N. 139/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso xxv, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado do Concurso Público Edital N. 001/2013 de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado por concurso público para ocupar o cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE, com lotação junto a Secretaria Municipal de Transporte da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, o Senhor Edemar Veloso de Linhares, brasileiro, solteiro, portador do RG 4.193.362, CPF - 057.293.169-76 e do Título de Eleitor N. 045714040957, residente e domiciliado na Cidade, de Guatambu, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Portaria Nº 385 de 01.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 385/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do servidor, SEBASTIÃO MACHADO, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, matrícula nº 63/03, licença pelo período de 15 (quinze) dias a contar de 29/09/14 a 13/10/2014, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29.09.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de outubro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 083, DE 01.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 083, DE 01.10.2014

Anula e suplementa dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,V, da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Fundo Municipal de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
09 - Saúde para Todos  
301 - Atenção Básica  
103 - Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família .....  
R\$ 20.000,00

06 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

09 - Saúde para Todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família .....  
R\$ 40.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art.1º, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

09 - Saúde para Todos

301 - Atenção Básica

103 - Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família .....  
R\$ 20.000,00

06 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

09 - Saúde para Todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família .....  
R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
01 de outubro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 084, DE 01.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 084, DE 01.10.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§1º, I, da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 (transferências do FUNDEB - 60%), no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

06 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

113 - Transferência do FUNDEB - 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental .....

R\$ 21.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil  
113 - Transferência do FUNDEB - 60%  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil .....  
R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
01 de outubro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 085, DE 01.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 085, DE 01.10.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§1º, I, da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 117 (outras transferências de recursos do fundo nacional de assistência social), no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 - Fundo de Assistência Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
10 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
117 - Outras Transferências Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2029 - Manutenção dos Programas e Ações do CRAS ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
01 de outubro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 086, DE 01.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 086, DE 01.10.2014  
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,§1º, I, da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais), no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 - Fundo de Assistência Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
10 - Desenvolvimento Social  
244 - Assistência Comunitária  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
2028 - Manutenção/ Pessoal Secretaria de Assistência Social ..... R\$ 60.000,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
01 de outubro de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 386 DE 01.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 386/2014

CONSIDERANDO - a apresentação do Certificado de conclusão no Curso de Pedagogia.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Artigo 9º da Lei nº. 0085 de 30.06.99 e nos termos do Anexo III do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Grupo I - Docente, constante da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.1999.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Equiparação Salarial a Servidora Pública TAINÉ RODE SCHRÖDER, que exerce a função do Cargo de Professora ACT- 20 horas, nomeada pela Portaria nº. 329 de 19.08.2014, matriculada sob o nº 2612/04, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, passando esta a receber o vencimento inicial previsto no Nível II, Anexo VII da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
01 de outubro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 14 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição e instalação de 1(uma) Porta de Elevação, cercas com portão de alumínio e um portão de ferro para uso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e no Ginásio Roberto Sebold do Município de Chapadão do Lageado/SC; As especificações de ambos os objetos estão contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC,  
02 de outubro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Cocal do Sul****PREFEITURA****Decreto SAF/N. 374.14**

DECRETO SAF/Nº. 374/14, de 24 de setembro de 2014.  
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014, em seu art. 10., resolve,

**REVOGAR:**

Art. 1º. O inciso III, do art. 1º., da Lei nº 854, de 19 de novembro de 2007, que trata da doação dos lotes 04 e 05 da quadra "B", matrículas nº. 23.592 e 23.593, respectivamente, totalizando a área de 6.300 m² (seis mil e trezentos metros quadrados), ambos na Área Industrial II - Zeferino Zanatta, à empresa Metalúrgica e Manutenção Zanelatto Ltda - ME, cuja nova razão social foi alterada para MGM METALÚGICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.327.431/0001-92, REVERTENDO os imóveis ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei n. 1.219, de 18 de setembro de 2014, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Extrato de Contrato N. 131.14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 88/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 44/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS NEGRO LTDA - ME. ASSINATURA: 30/09/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2.060 - 3.3.90.30.07(82). OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios(Bolo Comemorativo), para abertura da II COCALFEST 2014. VALOR: R\$ 1.340,00(um mil trezentos e quarenta reais).

**EXTRATO DE CONTRATO 56.14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/14 DO FMAS. Processo de Licitação n. 02/FMAS/2014. Pregão Presencial n. 02/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul-Fundo Municipal de Assistência Social. CONTRATADA: MM SÃO JOSÉ LTDA ME. ASSINATURA: 05/05/2014. VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.42(30). OBJETO: Aquisição de Mobiliário(conjunto mesa com seis cadeiras) para o PETI. VALOR: R\$ 6.200,00(seis mil e duzentos reais).

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2014 - DESERTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/PMCS/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2014

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo zero km, tipo sedan, destinado a manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Informações: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Maiores informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 01 de outubro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO SAF/N. 378/14**

DECRETO SAF/N. 378/14, de 01 de outubro de 2014.  
AUTORIZA O USO DO e-CNPJ POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

Considerando que e-CNPJ é a versão eletrônica do CNPJ, que garante a autenticidade e a integridade nas transações eletrônicas de pessoas jurídicas;

Considerando que além de identificar com segurança pessoas jurídicas, o e-CNPJ garante confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade em mensagens e em diversos tipos de transações realizadas via Internet e possui validade jurídica para ser utilizado como assinatura de próprio punho;

Considerando a necessidade de automação quanto às demandas tributárias do município, primordialmente no que se refere à geração das CDA's e seu posterior envio à dívida ativa, seja esta extrajudicial ou judicial, fato este realçado pela implantação na integralidade do sistema SAJ no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados ao uso da ferramenta denominada e-CNPJ - Certificado Digital, os servidores públicos municipais a seguir nominados:

I - Luiz Goulart, matrícula n. 141, ocupante do cargo de Oficial

Administrativo e

II - Érica Fabro Oening, matrícula n. 2197, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de outubro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Termo Aditivo N. 22/2014**

TERMO ADITIVO Nº 22/2014, DE 14 DE AGOSTO DE 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 197/13, DE 28 DE AGOSTO DE 2013 - MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA CLARO S/A.

Fundamento Legal: inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de prestação de serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Ademir Magagnin, e de outro lado, como CONTRATADA, e a empresa CLARO S/A, estabelecida na Rua Florida, n. 1.970, Cidade Mocões, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.432.544/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Diego Ferreira Bento, tendo como seus procuradores os Srs. Alexandre de Mello Silva e Sr. José Rolando Pedro Silva Olmos, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Fica prorrogado para até 28 de agosto de 2015, o prazo de vigência do Contrato nº. 197/13, de 28 de agosto de 2013, referente serviço móvel pessoal - SMP.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As demais cláusulas do Contrato Nº. 197/13, de 28 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de agosto de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal  
Contratante

CLARO S/A  
Alexandre de Mello Silva  
Contratada

CLARO S/A  
José Rolando Pedro Silva Olmos  
Contratada



Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

## **SAMAE - COCAL DO SUL**

### **Extrato de Contrato 23/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 23/2014

DATA: 18/SETEMBRO/2014

CONTRATADO: MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA

OBJETO: ENTREGA DE 350 BARRAS DE TUBO PVC ÁGUA PBA JEI CL 12 DN 75MM/DE 85MM, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA E 10 BARRAS DE TUBO PVC DEFOFO JEI DN 100MM C/ ANEL INTEGRADO NÃO REMOVÍVEL MANUALMENTE, PRESSÃO DE SERVIÇO MÍNIMA DE 1MPA, CONFORME NBR 7665/2007, PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO.

VALOR: R\$ 18.354,00(DEZOITO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### **EXTRATO DE CONTRATO 24/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 24/2014

DATA: 18/SETEMBRO/2014

CONTRATADO: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA

OBJETO: ENTREGA DE 200 UNIDADES DE CURVA CURTA DE PVC, COR OCRE, 90°, DN 150MM, PB, PARA ESGOTO PRIMÁRIO E 200 UNIDADES DE SELIM ELÁSTICO PVC 90° COLETOR DE ESGOTO DN 100MMX100MM, COM ANEL DE VEDAÇÃO, PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO.

VALOR: R\$ 11.020,00(ONZE MIL E VINTE REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### **EXTRATO DE CONTRATO 25/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 25/2014

DATA: 18/SETEMBRO/2014

CONTRATADO: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: ENTREGA DE: 350 BARRAS DE TUBO PVC ÁGUA PBA JEI CL 12 DN 50MM/DE 60MM, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, 10 BARRAS DE TUBO PVC DEFOFO JEI DN 250MM C/ ANEL INTEGRADO NÃO REMOVÍVEL MANUALMENTE, PRESSÃO DE SERVIÇO MÍNIMA DE 1MPA, CONFORME NBR 7665/2007, 6 BARRAS DE TUBO PVC DEFOFO JEI DN 200MM C/ ANEL INTEGRADO NÃO

REMOVÍVEL MANUALMENTE, PRESSÃO DE SERVIÇO MÍNIMA DE 1MPA, CONFORME NBR 7665/2007, 200 BARRAS DE TUBO PVC DEFOFO JEI DN 150MM C/ ANEL INTEGRADO NÃO REMOVÍVEL MANUALMENTE, PRESSÃO DE SERVIÇO MÍNIMA DE 1MPA, CONFORME NBR 7665/2007 E 150 UNIDADES DE SELIM ELÁSTICO PVC 90° COLETOR DE ESGOTO DN 150MMX100MM, COM TRAVAS E ANEL DE VEDAÇÃO, PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO.

VALOR: R\$ 52.190,00(CINQUENTA E DOIS MIL, CENTO E NOVENTA REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### **EXTRATO DE CONTRATO 26/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 26/2014

DATA: 18/SETEMBRO/2014

CONTRATADO: TIGRE S/A - TUBOS E CONEXÕES

OBJETO: ENTREGA DE 100 UNIDADES DE PASTA LUBRIFICANTE, FORNECIDA EM BISNAGAS DE 1KG, 15 BARRAS DE TUBO PVC LISO, COR OCRE, DN 150MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) PARA CONDUÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, FORNECIDO EM BARRAS DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 7362-2 (PAREDE MACIÇA) E 7362-1, COM ANÉIS DE BORRACHA, 30 BARRAS DE TUBO PVC LISO, COR OCRE, DN 100MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) PARA CONDUÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, FORNECIDO EM BARRAS DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 7362-2 (PAREDE MACIÇA) E 7362-1, COM ANÉIS DE BORRACHA, 400 UNIDADES DE CURVA CURTA DE PVC, COR OCRE, 90°, DN 100MM, PB, PARA ESGOTO PRIMÁRIO, 100 UNIDADES DE TE PVC BBB COLETOR DE ESGOTO DN 150MM E 100 UNIDADES DE TE PVC BBB COLETOR DE ESGOTO DN 100MM, PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO. VALOR: R\$ 10.674,20(DEZ MIL, SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### **EXTRATO DE CONTRATO 27/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 27/2014

DATA: 18/SETEMBRO/2014

CONTRATADO: FUNDIÇÃO DIADEMA LTDA - EPP

OBJETO: ENTREGA DE 35 UNIDADES DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PARA TUBULAÇÃO COM DIÂMETRO DE 600MM, FEITO DE FERRO DÚCTIL CLASSE 125, ARTICULADO, SISTEMA ANTI-ROUBO DA TAMPA E COM OS SEGUINTE DIZERES NA TAMPA "SAMAE - ESGOTO", PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO. VALOR: R\$ 6.965,00(SEIS MIL, NOVECIENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE



**EXTRATO DE CONTRATO 28/2014**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 28/2014  
DATA: 18/SETEMBRO/2014  
CONTRATADO: AFER INDUSTRIAL LTDA  
OBJETO: ENTREGA DE 180 UNIDADES DE TAMPÃO DE FERRO  
FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PARA TUBULAÇÃO COM DIÂMETRO DE 400MM, FEITO DE FERRO DÚCTIL CLASSE 125, ARTICULADO, SISTEMA ANTI-ROUBO DA TAMPA E COM OS SEGUINTE DIZERES NA TAMPA "SAMAE - ESGOTO", PARA USO EM REDES E RAMAIS DE ESGOTO. VALOR: R\$ 21.915,00(VINTE E UM MIL, NOVECIENTOS E QUINZE REAIS)  
PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 30/SETEMBRO/2014  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

**Concórdia****PREFEITURA****Extrato 1º TA Contrato Nº 302/2013 -PMC**

Contrato Nº : 302/2013  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULT LT  
Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 2/2013  
Objeto : Contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de Sistema de Gerenciamento Escolar.  
Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 30/09/2015  
Assinatura : 18/09/2014  
Valor R\$: 53.361,36 (Cinquenta e Três Mil, Trezentos e Sessenta e Um Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903911000000.01010000

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903911000000.01010000

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 277/2011 -PMC**

Contrato Nº : 277/2011/2011  
Aditivo Nº : 3 TA/2014  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 65/2011  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO MEDIANTE LOCAÇÃO LICENCIAMENTO, ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS.  
Vigência : Início: 23/09/2014 Término: 02/10/2015  
Assinatura : 23/09/2014  
Valor R\$: 14.951,16 (Quatorze Mil, Novecentos e Cinquenta e Um Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 63 - 06.002.2017.333903911000000.01010000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 188/2014 -PMC**

Contrato Nº : 188/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Supressão  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014  
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica de diversas ruas, localizadas neste Município, com recursos oriundos de Financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA -BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.  
Vigência : Início: 23/09/2014 Término: 14/01/2015  
Assinatura : 23/09/2014

Valor R\$ : 61.736,72 (Sessenta e Um Mil, Setecentos e Trinta e Seis Reais e Setenta e Dois centavos)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

**EXTRATO CONTRATO Nº 348/2014 -PMC**

Contrato Nº : 348/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CACILDO PATZLAFF

Licitação : Contrato Direto

Objeto : Prestação de serviço de manutenção(preventiva e Corretiva por completa do elevador Atlas Schindler - EEL 1862930, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES.

Vigência : Início: 30/09/2014 Término: 31/12/2014 - retroativo a 01/08/2014.

Assinatura : 30/09/2014

Valor R\$ : 2.000,00 (Dois Mil Reais)

**EXTRATO CONTRATO Nº 14/2014 -FMAS**

Contrato Nº : 14/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : PRATICAS ASSESSORIA LTDA -ME

Licitação : Pregão Presencial 8/2014

Objeto : Contratação de empresa para assessoria técnica na construção e implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo com recursos oriundos contrapartida do Município e convênio PAEFI CREAS conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 23/09/2014 Término: 21/04/2015

Assinatura : 23/09/2014

Valor R\$ : 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 253 - 15.001.2203.333903905000000.01530000

Dotação : 309 - 15.001.2203.333903905000000.03510000

Dotação : 349 - 15.001.2203.333903905000000.03000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 6/2014 -FMS**

Contrato Nº : 6/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 30/09/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 30/09/2014

Valor R\$ : 80.390,00 (Oitenta Mil e Trezentos e Noventa Reais)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 24/2014 -FMS**

Contrato Nº : 24/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PET LIFE LTDA

Licitação : Pregão Presencial 26/2013

Objeto : Contratação de empresa especializada para realização de procedimentos de esterilização de cães e gatos, em atendimento do Programa de Prevenção e Controle de Zoonoses do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento da Lei nº 4.373 de 14/12/2011 e Decreto nº 5.682 de 14/02/2012.

Vigência : Início: 17/09/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 17/09/2014

Valor R\$ : 18.009,00 (Dezoito Mil e Nove Reais)

Dotação : 221 - 13.001.2104.333903999000000.02000000

**EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 48/2011 -FMS**

Contrato Nº : 48/2011/2011

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LUPECAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 13/2011

Objeto : Locação de veículo

Vigência : Início: 26/09/2014 Término: 26/09/2015

Assinatura : 25/09/2014

Valor R\$ : 59.946,00 (Cinquenta e Nove Mil e Novecentos e Quarenta e Seis Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903927000000.01640000

**EXTRATO CONTRATO Nº 79/2014 -FMS**

Contrato Nº : 79/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : RAISA TURISMO EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, aos municípios de Joaçaba e Chapecó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 22/09/2014 Término: 22/09/2015

Assinatura : 22/09/2014

Valor R\$ : 29.400,00 (Vinte e Nove Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903927000000.01650000

**EXTRATO CONTRATO Nº 338/2014 -PMC**

Contrato Nº : 338/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP

Licitação : Pregão Presencial 101/2014

Objeto : Contratação de empresa para organização de eventos para abertura do Sonho de Natal 2014 com Papai Noel devidamente caracterizado, helicóptero e piloto da aeronave, para chegada do Papai Noel no centro da Cidade e nos cinco distritos e duas vilas urbanizadas do município de Concórdia SC e atendimento as crianças na Casa do Papai Noel do dia 29 de Novembro a 23 de Dezembro de 2014 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/09/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/09/2014

Valor R\$: 27.999,00 (Vinte e Sete Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 339/2014 -PMC**

Contrato Nº : 339/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FS TERRAPLANAGEM LTDA

Licitação : Pregão Presencial 114/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de empresa, para prestação de serviços de horas maquinas e transporte de cascalho e calcário, para atender às necessidades e aos trabalhos das Secretarias, a serem utilizadas durante o exercício de 2014.

Vigência : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 16/09/2014

Valor R\$: 11.011,20 (Onze Mil, Onze Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903999000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 340/2014 -PMC**

Contrato Nº : 340/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VANDERLEI DEITOS ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 11/2014

Objeto : Execução de obra de reforma do telhado e forro, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil na Escola GEM Petrópolis.

Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 17/12/2014

Assinatura : 18/09/2014

Valor R\$: 14.797,92 (Quatorze Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905107000000.03010000

**EXTRATO CONTRATO Nº 341/2014 -PMC**

Contrato Nº : 341/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ZYON TECNOLOGIA LTDA ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 38/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática, novos, visando atender as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 18/09/2017

Assinatura : 19/09/2014

Valor R\$: 1.850,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905233000000.01000001

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905235000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 342/2014 -PMC**

Contrato Nº : 342/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 38/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática, novos, visando atender as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 18/09/2017

Assinatura : 19/09/2014

Valor R\$: 3.328,31 (Três Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais e Trinta e Um Centavos)

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905233000000.01000001

Dotação : 128 - 09.001.1010.344905235000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 343/2014 -PMC**

Contrato Nº : 343/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 51/2014

Objeto : Fornecimento de passes escolares (ida e volta) para alunos do ensino médio e fundamental da Rede Municipal e Estadual de Ensino, conforme Termo de Concessão de Exploração nº 9/2014.

Vigência : Início: 24/09/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 22/09/2014

Valor R\$: 23.416,82 (Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Dezesesseis Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Dotação : 57 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

**EXTRATO CONTRATO Nº 344/2014 -PMC**

Contrato Nº : 344/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARAN MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para aquisição com fornecimento e instalação de guarda-corpos e corrimãos em tubos de aço galvanizado, no município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 22/09/2014 Término: 20/05/2015

Assinatura : 22/09/2014

Valor R\$: 48.552,00 (Quarenta e Oito Mil e Quinhentos e Cinquenta e Dois Reais)

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

**EXTRATO CONTRATO Nº 345/2014 -PMC**

Contrato Nº : 345/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COSTA &amp; CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 102/2014

Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de peças e serviços para conserto do sistema de direção da motoniveladora fiat allis FG 140, ano 2002, PMC 271 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 23/09/2014 Término: 22/05/2015

Assinatura : 23/09/2014

Valor R\$ : 5.300,00 (Cinco Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 346/2014 -PMC**

Contrato Nº : 346/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ECOATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME

Licitação : Contrato direto

Objeto : Fornecimento de relatórios técnicos, laudos, análise de água para renovação da Licença Ambiental de Operação do posto de combustível da Secretaria Municipal de Transporte - SEMUT

Vigência : Início: 26/09/2014 Término: 26/11/2014

Assinatura : 26/09/2014

Valor R\$: 3.388,56 (Três Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 -FMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014 - FMC

Objeto: Contratação de empresa para serviços de sonorização e iluminação, visando a realização da 6ª Edição do FESTIVAL "CONCÓRDIA EM DANÇA 2014", nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/10/2014.

Abertura: dia 21/10/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas

na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 01 de outubro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 45/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 45/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento do senhor JOSÉ FREITAS LOMBE, segurado inativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, I, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora JUVITÁ MASSIMIANO LOMBE, dependente presumida do senhor JOSÉ FREITAS LOMBE, segurado inativo do IPRECON, falecido, equivalente à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de agosto de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora



**Portaria Nº 46/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 46/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora FRACIDES DIAS.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 38/2014, de 17 de junho de 2014, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora FRACIDES DIAS para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, à servidora FRACIDES DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, matrícula nº 94730-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

**Portaria Nº 47/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 47/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora GLORIA FILOMENA DE SOUZA BORGES DANELUZ.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda,

com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 38/2014, de 17 de junho de 2014, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora GLORIA FILOMENA DE SOUZA BORGES DANELUZ para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, à servidora GLORIA FILOMENA DE SOUZA BORGES DANELUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 6-35-GTA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 93378-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

**Portaria Nº 48/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 48/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor RICIERI ANTÔNIO PEREIRA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 38/2014, de 17 de junho de 2014, que concluiu pela incapacidade total e definitiva do servidor RICIERI ANTÔNIO PEREIRA para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, ao servidor RICIERI ANTÔNIO PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, nível 4-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, matrícula nº 37028-00, Aposentadoria por



Invalidez, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição do servidor e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

#### **Portaria Nº 49/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 49/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez à servidora CATIA GILVANA BONETTI DALLA COSTA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, §§ 1º, I, 3º, 8º e 17, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 46 e seguintes e 105 da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 38/2014, de 17 de junho de 2014, que concluiu pela incapacidade total e definitiva da servidora CATIA GILVANA BONETTI DALLA COSTA para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, à servidora CATIA GILVANA BONETTI DALLA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 6-35-GTA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 101427-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

#### **Portaria Nº 50/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 50/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor MILTON PERUZZIN.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 6º-A da mesma Emenda, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012 e no art. 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e alterações, e

considerando o Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido pela Junta Médica deste Instituto, constituída pela Portaria nº 38/2014, de 17 de junho de 2014, que concluiu pela incapacidade total e definitiva do servidor MILTON PERUZZIN para o exercício de qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Concórdia.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, ao servidor MILTON PERUZZIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, nível 4-40-GOA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, matrícula nº 94048-00, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na última remuneração-de-contribuição do servidor, e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

**Portaria Nº 51/2014 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
PORTARIA Nº 51/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.  
Concede Aposentadoria por Idade à servidora DIRCE NOEMY KAPP.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de outubro de 2014, à servidora DIRCE NOEMY KAPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, 40 (quarenta) horas semanais, nível 2-40-GOA2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 89702-00, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON,  
em 1º de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

**Extrato Contrato Nº 347/2014 -PMC**

Contrato Nº : 347/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : ATI - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 105/2014

Objeto : Aquisição de câmeras de vigilância com instalação para a EBM Concórdia e GEM Petrópolis, com fornecimento de equipamentos necessários para coleta e armazenamento, monitoramento de imagens de vídeo, com sistema informatizado de gerenciamento, busca e armazenamento das mesmas, geradas por meio de câmeras de segurança, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 29/09/2014 Término: 29/11/2016

Assinatura : 29/09/2014

Valor R\$ : 12.567,00 (Doze Mil e Quinhentos e Sessenta e Sete Reais)

Dotação : 51 - 06.002.2013.333903925000000.01010000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905283000000.03010000

**EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO Nº 95/2012-PMC**

Contrato Nº : 95/2012/2012

Aditivo Nº : 1/2014/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ULIANO & ULIANO LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 9/2012

Objeto : Locação de Imóvel para desenvolvimento das atividades da Diretoria de Transito.

Vigência : Início: 08/02/2012 Término: 07/02/2013

Assinatura : 29/09/2014

Valor R\$ : 11.220,00 (Onze Mil e Duzentos e Vinte Reais)

Dotação : 122 - 08.001.2031.333903910000000.01000001

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Decreto N. 446/2014**

DECRETO Nº 446/2014, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

**DECRETA**

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

DA: Secretaria Municipal da Educação  
04.01 - Secretaria Municipal da Educação  
12.368.2506.2.013 - 01.19 - 35 R\$ 20.000,00

PARA: Secretaria Municipal da Educação  
04.01 - Secretaria Municipal da Educação  
12.368.2506.2.022 - 01.19 - 34 R\$ 20.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para 26/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de setembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

**Coronel Freitas****PREFEITURA****Tomada de Preço Nº 007/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVES DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS CORONELZINHO, INES TASSONIERO, SIMOES LOPES E CLUBE DO BOLINHA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E QUANTITATIVO E PROJETO BÁSICO EM ANEXO A ESTE EDITAL

Tipo: Menor Valor /Global por Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 hrs do dia 20/10/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 hrs do dia 20/10/2014

O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 hrs ou pelo fone: 3347.3400

Coronel Freitas (SC), 02 de Outubro de 2014

Diovani Pagnocelli

Prefeito Interino

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### Sexto Edital de Chamamento de Candidata Classificada No Processo Seletivo N. 001/2014, Homologado Pelo Decreto Municipal N. 125, de 06 de Junho de 2014.

SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, no dia 07 de outubro de 2014, às 08:00 hs, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento temporário, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
SERVENTE	ELIANE ALVES BRENA	3º

A candidata supra relacionada deverá apresentar até o dia 06 de outubro de 2014, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: do Brasil, CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo

desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 29 de setembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº. 162 de 15 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 162 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA PARA ATUAR DE FORMA COM-  
PARTILHADA JUNTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE INDICA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

#### DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Senhora RAQUEL SBABO FABRIS, ocupante do Cargo Efetivo de Psicóloga, para exercer suas funções de forma harmônica e compartilhada, de conformidade com a carga horária e Secretarias Municipais a seguir indicadas:

Carga horária	Secretaria
20hs semanais	Secretaria de Saúde
20hs semanais	Secretaria de Assistência Social - CRAS

Art. 2º A Servidora referida no artigo 1º atenderá ao público na Secretaria Municipal de Assistência Social, junto ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 15 de setembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 163, de 15 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº. 163, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

## CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 01 a 30 de novembro de 2014.

Nome Cargo Referências

Beno Vicente Welchem Aux. de Manutenção e Conservação  
02/2009 á 02/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 15 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 164 de 19 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº. 164 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

## CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/10/2014 á 30/10/2014.

Nome Cargo Referência

Mareci Angelo Trento Motorista 03/06/2012 á 02/06/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 19 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete.

**Portaria Nº. 165 de 26 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº. 165 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

## CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 29/09/2014 á 28/10/2014.

Nome Cargo Referência

Edilson Garbin Auxiliar de Mecânico 01/08/2012 á 31/07/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 26 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete.



**Portaria Nº. 166 de 26 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº. 166 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Nome Cargo Referência

Liliane Biazim Conselheira Tutelar Eletiva 07/05/2013 à 06/05/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 26 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 216 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 216 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.305.0055.2.018 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	18	01.0066	4.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.305.0055.2.018 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	19	01.0066	4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 16 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 217 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 217 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$1.819,80 (um mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40	01.0000	1.819,80

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$1.819,80 (um mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	37	01.0000	1.819,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 16 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 218, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 218, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**AUTORIZAR:**

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, a baixo nominada, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
RAQUEL SBABO FABRIS	Psicóloga

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
22 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

**EXONERAR A PEDIDO:**

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Sra. Marcia Valardão, ocupante do Cargo Estagiária, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de setembro de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 727 do dia 23/09/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 23 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	19	01.0058	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS				
10.301.0009.2.060 - Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	23	01.0058	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 23 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 221 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 221 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

FIXA HORÁRIO DE ATENIMENTO E FUNCIONAMENTO DOS CORREIOS DE CORONEL MARTINS EM TURNO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dirceu Favretto, Prefeito do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que as outras repartições públicas municipais também estão desempenhando suas atividades em turno único;

Considerando a cedência de servidor público municipal para desempenhar atividades nos Correios de Coronel Martins;

**DECRETA:**

Art. 1º A partir do dia 29 de setembro de 2014, os Correios de Coronel Martins passará a funcionar e promover o atendimento

ao público em turno único, das 08:00 (oito) às 14:00 (quatorze) horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 26 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto Nº. 222 de 26 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº. 222 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Sra. Elenice dos Santos, ocupante do Cargo Efetivo de Servente Geral, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 29 de setembro de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 730 do dia 26/09/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 26 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº. 223, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 223, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE ADMISSÃO ESTAGIARIOS- COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS, CONFORME AVISO PÚBLICO Nº. 002, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Aviso Público nº. 002, de 12 de setembro de 2014 para contratação em caráter temporário de estagiaria conforme tabela a seguir:

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LUCELIA C. P. TRINDADE	1º
CRISTIANE BIZIN	2º
ANA PAULA AMARANTE	3º
GESIANE O.CAMARGO	4º

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Coronel Martins - SC  
em 29 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto Nº. 224 de 29 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº. 224 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e pela Lei Complementar nº034 de 27 de agosto de 2013, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para ocupar Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, regida pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27 de agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargo e vencimento do pessoal do poder executivo do município de Coronel Martins/SC, a partir de 01 de outubro de 2014.

NOME	CARGO
Sandra Mara Bolzan	Diretora Geral de Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 29 de setembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

**Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 050/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 050/2014  
MÊS/ANO: agosto de 2014  
NÚMERO CONTRATO 050/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA E VENCIMENTO DO CONTRATO: 8 de agosto de 2014.

DESCRIÇÃO: Fornecimento de material de qualidade para desenvolver os cursos e profissional para trabalhar 40 horas mensais desenvolvendo cursos com crianças e adolescentes no serviço de convivência e fortalecimento de vínculo com grupo de mães, mulheres e gestantes no município de Coronel Martins. Este profissional precisa ter formação na área comprovada através de certificados ou diplomas além de experiência profissional a mais de 10 anos.

1. O pagamento será conforme prestação de serviços realizados em moeda corrente nacional com até 30 dias após a emissão da respectiva Nota Fiscal.
2. Os preços das prestações de serviços somente poderão ser alterados, aumentando-se ou reduzindo-se com vistas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro contratual, nos termos da lei.
3. O valor a ser pago pela prestação de serviços e material é de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ Nº: 06.194.566/0001-88

CONTRATADO: Bampi Comércio de Peças e Serviços Ltda Me.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 11 de julho de 2015.

**Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 051/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 051/2014  
MÊS/ANO: agosto de 2014  
NÚMERO CONTRATO 051/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA E VENCIMENTO DO CONTRATO: 08 de agosto de 2014.

DESCRIÇÃO: Professor de aula de capoeira a ser desenvolvido com as crianças do PETI do município.

- 1.O pagamento será conforme prestação de serviços realizado em moeda corrente nacional com até 30 dias após a emissão da respectiva Nota Fiscal.
- 2.Os preços das prestações de serviços somente poderão ser alterados, aumentando-se ou reduzindo-se com vistas à manutenção do equilíbrio econômico financeiro contratual, nos termos da lei.
- 3.O valor a ser pago pela prestação de serviços mensal é de R\$1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ Nº 15.151.882/0001-63

CONTRATADO: TIAGO MACEDO MEI 05436556957

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 11 de julho de 2015.

**Anexo TC-07/94 - Dados E Texto de Contrato 052/2014**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 052/2014  
MÊS/ANO: agosto de 2014  
NÚMERO CONTRATO: 052/2014

VALOR CONTRATO: O preço a ser pago pelo objeto deste contrato, é de R\$ 75.583.75 (setenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), mediante apresentação de Nota Fiscal e de relatório de atividades desempenhadas durante o mês respectivo.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/08/2014

DESCRIÇÃO: A presente licitação tem por objeto a LOCAÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA DESTINADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.926.142/0001-09

CONTRATADO: PIRIQUITO LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014.

**Correia Pinto****PREFEITURA****Extrato Revisao de Contrato - Processo 8/2013 FMS/Fhmcp - Promefarma, Item 165**

Extrato Revisao de Contrato - Processo 8/2013 FMS/FHMCP  
ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO REVISAO DE PREÇOS AO CONTRATO  
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 08/2013 - FMS, FHMCP  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014.

A empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, requereu o reequilíbrio econômico financeiro do Item 165 - Hidróxido de Alumínio + Hidróxido de Magnésio 100ML, e a troca de marca, adquirido pelo valor de 1,05 na licitação, marca Natulab. Conforme parecer jurídico opinando pelo deferimento do pedido, onde o item 165 passa a ser adquirido pelo município pelo valor de R\$ 1,55, e pela troca de marca, sendo adquirido pela marca Sobral.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA  
CNPJ: 81.706.251/0001-98

Correia Pinto/SC 02 de outubro de 2014  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Curitibanos****PREFEITURA****Edital de Chamada Pública Para Locação de Imóvel N. 002/2014**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL N. 002/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, por intermédio do seu Secretário, João Carlos Martins dos Santos, na forma das disposições contidas no artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público o presente Edital que tem como objetivo a consulta de interessados na LOCAÇÃO de imóvel para esta Secretaria, que irá analisar a possível locação conforme interesse da Administração Pública. O imóvel será utilizado para instalação de Casa Lar Infante Juvenil, com as características e condições a seguir:

**1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO IMÓVEL**

O objeto deste Edital é a LOCAÇÃO de imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação com as seguintes características mínimas:

- a) Espaço amplo para atender as necessidades do serviço de acolhimento institucional;
- b) Localizado no centro ou nas imediações do mesmo para ter fácil acesso aos usuários e a população;
- c) Possuir recepção;
- d) Cozinha grande;
- e) Sala de Estar ampla;
- f) No mínimo 03 (três) dormitórios grandes;
- g) Lavanderia;
- h) Espaço para Depósito;
- i) Garagem;
- j) Pátio; e
- k) No mínimo 02 (dois) banheiros.

**2. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da vistoria prévia.

**3. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (ENVELOPE)**

A proposta deverá vir em envelope lacrado e conter ainda os seguintes dados: descrição do imóvel, localização, área física, instalações existentes e atender as exigências mínimas do Edital. Deverá estar acompanhado ainda de cópias da Carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou Contrato Social e CNPJ, se pessoa jurídica. Deverá constar Cadastro Imobiliário, comprovante água e luz atualizada, certidão negativa de ônus real que possa pesar sobre o imóvel e certidão de quitação de IPTU/Taxas Imobiliárias. Declaração de quitação das últimas contas de energia elétrica, águas do referido imóvel e outras taxas condominiais, se for o caso.

O valor efetivo da locação será estabelecido posteriormente, sendo no máximo de R\$ 1.000,00 em razão das condições de aproveitamento dos imóveis oferecidos e depois de verificados o atendimento aos requisitos estabelecidos neste edital e da compatibilidade de seu valor, conforme previsto no inciso II, artigo 57, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Os demais documentos cadastrais deverão ser apresentados por ocasião da celebração da locação.

**4. DA VALIDADE DA PROPOSTA**

A validade da proposta de preços deverá ser de no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data para a entrega da mesma, determinada neste edital.

**5. DAS VISITAS E INFORMAÇÕES**

A Secretaria reserva-se o direito de visitar os imóveis ofertados, ou solicitar informações complementares e, para tanto, os



interessados deverão fazer constar da proposta telefone(s) e nome(s) da(s) pessoa(s) para contato e em condições de fornecer os elementos solicitados.

#### 6. LOCAL DE ENTREGA E ABERTURA DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser entregues e protocoladas no PROTOCOLO CENTRAL da Prefeitura Municipal de Curitiba, situada na Rua Cel Vidal Ramos - 860 Bairro Centro - CEP 89520-000, até as 13:30 horas do dia 24/10/2014.

A abertura dos envelopes de propostas protocolados ocorrerá no dia 24/10/2014 às 14:00 horas, na presença da Comissão Permanente de Licitações em sessão pública que será devidamente registrada em ata.

#### 7. DA ELEIÇÃO DO IMÓVEL

O presente Edital não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas. A classificação e seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, em especial, dentre critérios de conveniência e finalidade do imóvel pretendido pela Administração, a sua localização, condições de acessibilidade e o valor pretendido para a futura locação.

#### 8. SELEÇÃO DO IMÓVEL

Serão adotados como critérios para a seleção do imóvel, os seguintes fatores:

- a) Localização: estar inserido no Centro da Cidade ou nas imediações, pois necessita ser de fácil acesso aos usuários;
- b) Qualidade do imóvel: estar em condições perfeitas de pintura de paredes e fachadas, pisos e revestimentos, telhados, além dos sistemas elétricos e hidráulicos; e
- c) Segurança: conter muro de proteção ou grades e todas as portas e janelas com fechaduras e chaves em perfeito estado.

#### 9. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado desta procura de imóveis será publicado em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Município, e, oportunamente, será convocado o seu proprietário/procurador, para a formalização do contrato, na forma da Lei.

#### 10. INFORMAÇÕES

Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (49) 32416622 ou (49) 32416607, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:15 horas de segunda a sexta-feira ou na própria Secretaria.

Curitiba, 01 de outubro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### DECRETO Nº 4.485/2014

DECRETO Nº 4.485/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.297/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.287/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1007 AMPLIAÇÃO E REF. DO PRÉDIO DA SECRET. EDUCAÇÃO

4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.287/2014, no montante de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais).

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO  
3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 2.500,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.364.0013.2056 CONTRIB. P/ UNC - CAMPUS CURITIBANOS  
3350000000.00.000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUC .....  
R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.364.0013.2057 CONTRIB. P/ TRANSP. DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS  
3350000000.00.000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUC .....  
R\$ 35.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.366.0015.2058 MANUT. DO ENSINO SUPLETIVO  
3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 107.500,00

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.287/2014, no montante de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais).

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1007 AMPLIAÇÃO E REF. DO PRÉDIO DA SECRET. EDUCAÇÃO  
4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 107.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 107.500,00

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.486/2014**

DECRETO Nº 4.486/2014

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

44900000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

33900000000.00.060 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 4.487/2014**

DECRETO Nº 4.487/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no valor de R\$ 254.250,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO

FUNDAMENTAL

44900000000.00.022 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 254.250,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 254.250,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do repasse do FNDE do TERMO DE COMPROMISSO PAR/201405087/2014, no valor de R\$ 259.250,00 (Duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 22 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.488/2014**

DECRETO Nº 4.488/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA DA LEI Nº 5.290/2014

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.149/2013 do orçamento Câmara Municipal no valor de R\$ 1.232,00 ( mil, duzentos e trinta e dois reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, na forma autorizada pela Lei n 5.290/2014 a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVI. DA CÂMARA MUNICIPAL

3393000000000.000 APLIC. DIR. DEC. OP. ÓRG. CONSÓRCIA-DOS.. R\$ 1.232,00

Art. 2º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias abaixo, na forma autorizada pela Lei n. 5.290/2014 cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial serão:

ANULAÇÃO

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIVI. DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000000.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.232,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 4.489/2014**

DECRETO Nº 4.489/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.291/2014,

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

008.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00 .608 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 5.291/2014, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

008.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00 .608 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **DECRETO Nº 4.490/2014**

DECRETO Nº 4.490/2014

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 3.812/2009 QUE DISCIPLINA O USO DOS PAVILHÕES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES POUSO DO TROPEIRO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o inciso III do art. 3º e o Art. 4º do Decreto n. 3.812/2009 que disciplina o uso dos pavilhões do parque de Exposições Pouso do Tropeiro em Curitiba.

Art. 2º. Para a utilização dos pavilhões, além do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto n. 3.812/2009, o interessado deverá efetuar o recolhimento das seguintes taxas:

I - 20 (vinte) UFM's (Unidades Fiscais do Município de Curitiba) por pavilhão.

II - 12 (doze) UFM's (Unidades Fiscais do Município de Curitiba) para custeio das despesas com faturas de energia elétrica e água.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças	Neide Terezinha Furlan Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
--	--

### **DECRETO Nº 4.491/2014**

DECRETO Nº 4.491/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI N. 5.292/2014.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba na forma da Lei nº 5.292/2014, no montante de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONV. DE TRÂNSITO

3390000000.00.354 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 45.000,00  
 33900000000.00.355 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00  
 33900000000.00.356 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 48.000,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 138.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos CONVÊNIO DE TRÂNSITO no valor de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais).

Art. 3º. Ficam incluídas no orçamento municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
 15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
 44900000000.00.389 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 4º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.292/2014, no montante de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
 15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
 44900000000.00.389 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
 R\$ 160.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 160.000,00

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ALIENAÇÃO DE BENS no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de setembro de 2014.  
 José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 4.492/2014

DECRETO Nº 4.492/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.293/2014 no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04.122.0002.1026 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADE DIGITAL  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
 15.452.0018.1017 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
 15.452.0018.1018 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SEC. TRANSP. OBRAS  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 22.661.0025.1033 INFRA ESTRUTURA P/ IMPL. DE INDUSTRIAS  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 23.695.0026.1038 CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 450.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.293/2014 no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04.122.0002.1003 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SECR. ADM.  
 44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 370.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 450.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 5.284/2014

LEI Nº 5.284/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013, aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapas das quadras 79 e 113, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LISTA DE NOMES - PEDIDO DE OUTORGA BAIRRO SÃO LUIZ

#### QUADRA 79

Nome	Lote	Área
João Padilha da Rosa	02	231,94m²
Honorina da Silva Fernandes	03	235,45m²
Eli Maria da Silva	04	136,00m²

Alex Roberto Leodoro	05	198,82m²
Maria de Fátima Domingos Ferreira	07	501,60m²
Lourdes Maria Geme Facini	08	602,48m²
Gilmar Cardoso	15	266,00m²
Luiz Carlos Camargo Souza	16	385,35m²

#### QUADRA 113

Nome	Lote	Área
Ademir Garcia	01	325,00m²
Severino Nunes dos Santos	02	287,50m²
Justina Oliveira Borges	03	287,50m²
Ivone de Fátima de Oliveira	04	287,50m²
Luciane Alberton	05	287,50m²
Priscila França Aguiar	06	273,00m²
Fernanda Rodrigues dos Santos	07	252,00m²
Luciano Pires	08	252,00m²
Cintia Eckhardt Andrade	09	273,00m²
Cláudia Aparecida de Oliveira	10	287,50m²
Julio Cesar Guimarães	12	287,50m²
Neide Aparecida Guimarães	13	287,50m²
Marilene Mateus Guimarães	14	325,00m²

### LEI Nº 5.285/2014

LEI Nº 5.285/2014

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 4.128, DE 14 DE AGOSTO DE 2007.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal nº 4.128, de 14 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**LEI Nº 5.286/2014**

LEI Nº 5.286/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC E CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de cessão de uso pelo prazo de 03 (três) anos com a Associação dos Municípios da Região do Contestado - AMURC e Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO objetivando a cessão de uma sala com 97 m² (noventa e sete metros quadrados) localizada no prédio do Patrimônio Municipal localizada no Centro deste Município no lado sul da rua Barão do Rio Branco, fazendo esquina ao leste da rua Ana Costa e objeto parcial da Matrícula Imobiliária nº 21.228, com a finalidade de instalação e funcionamento de salas administrativas e auditório das entidades.

§ 1º. Caberá à AMURC e COINCO arcar com os custos das reformas necessárias.

§ 2º Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto no artigo 1º, mediante notificação prévia de 30 dias.

Art. 2º - É vedado à entidade gravar qualquer ônus do imóvel cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 3º - A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos, tributários, bem como pelas faturas de água e luz que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei.

Art. 4º - Findas as razões justificadores da cessão ou extinto o prazo previsto nesta lei, sem prorrogação, o imóvel e suas benfeitorias serão restituídos ao município.

Art. 5º - Caso a área cedida seja utilizada de forma contrária á prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades a que se propõe, o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 6º - A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da beneficiária.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de

Curitiba e Associação dos Municípios da Região do Contestado - AMURC e Consórcio Intermunicipal do Contestado - COINCO

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, nº 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado CEDENTE e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO - AMURC, E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, ambos representados por seus presidentes, doravante denominado CESSIONÁRIOS celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.286/2014 de 19/09/2014 e no § 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite aos CESSIONÁRIOS a utilização, de forma gratuita, de um espaço com 97 m² correspondente a uma sala com 97 m² (noventa e sete metros quadrados) localizada no prédio do Patrimônio Municipal localizada no Centro deste Município no lado sul da rua Barão do Rio Branco, fazendo esquina ao leste da rua Ana Costa e objeto parcial da Matrícula Imobiliária nº 21.228², no estado em que o imóvel se encontra.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES**

2.1. São obrigações do Cessionário:

- a) zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.
- b) devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente cessão.
- c) Zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.
- d) suportar o custo das reformas iniciais da sala;
- e) arcar com o pagamento da fatura de água e luz.

Parágrafo Único: As reformas realizadas nas salas incorporar-se-ão ao patrimônio para todos os efeitos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - USO E ATIVIDADE**

- 3.1. A presente cessão destina-se ao uso exclusivo do cessionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.
- 3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados á atividade ou para eventos particulares.
- 3.3. O CESSIONÁRIO fica diretamente vinculado aos órgãos municipais, no que tange ao uso do imóvel objeto da presente Cessão.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo da presente cessão de uso será de 03 (tres) anos, iniciando-se na data da assinatura do presente, podendo ser renovada pelo mesmo período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique, mediante prévia anuência da Câmara Municipal.

§1º Poderá o imóvel retornar ao Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findas as razões justificadoras da cessão ou extinto o prazo previsto nesta cláusula, sem prorrogação, o bem será restituído ao Município.

**CLÁUSULA QUINTA - PROIBIÇÕES****5.1. É proibido ao CESSIONÁRIO:**

- a) transferir, ceder, emprestar, ou locar o espaço objeto desta cessão;
- b) desenvolver atividades estranhas àquelas constantes dos respectivos estatutos.

**CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES**

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- a) advertência;
- b) multa de 50 UFMC's
- e) revogação da Cessão de Uso;

6.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. Os eventuais consertos e manutenções do espaço permitido correrão à conta da cessionária

7.5. Havendo uso indevido do patrimônio, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Cessionário bem como a desocupação do local sem prejuízo das demais penalidades.

**CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO**

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de uso:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
- b) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
- c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
- d) a alteração das finalidades institucionais do Cessionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
- e) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
- f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a cessão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

**CLÁUSULA NONA - FORO**

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Cessão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 19 de setembro de 2014.

José Antonio Guidi	AMURC
Prefeito Municipal	Cessionário

COINCO

**Lei Nº 5.287/2014**

LEI Nº 5.287/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

**INCLUI FONTE DE RECURSO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.361.0010.1007 AMPLIAÇÃO E REF. DO PRÉDIO DA SECRET. EDUCAÇÃO  
 4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais).

**ANULAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.362.0012.2055 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO MÉDIO  
 3190000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
 ..... R\$ 2.500,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.364.0013.2056 CONTRIB. P/ UNC - CAMPUS CURITIBANOS  
 3350000000.00.000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUC ..... R\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.364.0013.2057 CONTRIB. P/ TRANSP. DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS  
 3350000000.00.000 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUC ..... R\$ 35.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 12.366.0015.2058 MANUT. DO ENSINO SUPLETIVO  
 3390000000.00.000 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 107.500,00

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 107.500,00 (cento e sete mil

e quinhentos reais).

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1007 AMPLIAÇÃO E REF. DO PRÉDIO DA SECRET.  
EDUCAÇÃO  
4490000000.00.032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 107.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 107.500,00

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

#### LEI Nº 5.288/2014

LEI Nº 5.288/2014  
DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA FIRMINO AGOSTINI MACIEL"

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Rua Firmino Agostini Maciel" o prolongamento da Rua João Manoel Eeck, iniciando ao lado Oeste da Avenida Cel. Vidal Ramos, seguindo sentido Oeste até encontrar terrenos de Ignez de Almeida Costa, paralela - lado Sul - à rua João Ribas de Macedo, no Bairro Água Santa, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### LEI Nº 5.289/2014

LEI Nº 5.289/2014  
DENOMINA BIBLIOTECA ITINERANTE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominado de "Biblioteca Itinerante Professor Adelson Benedito Urioste" a Biblioteca itinerante deste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

#### LEI Nº 5.290/2014

LEI Nº 5.290/2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.149/2013 do orçamento Câmara Municipal no valor de R\$ 1.232,00 ( mil, duzentos e trinta e dois reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

#### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

01.00 PODER LEGISLATIVO  
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL  
339300000000.000 APLIC. DIR. DEC. OP. ÓRG. CONSÓRCIA-  
DOS.. R\$ 1.232,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias abaixo cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial serão:

#### ANULAÇÃO

01.00 PODER LEGISLATIVO  
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL  
339000000000.000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.232,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Lei Nº 5.291/2014**

LEI Nº 5.291/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

## INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

008.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00 .608 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

## SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

008.244.0005.2076 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00 .608 APLICAÇÕES DIRETAS .....

..... R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos do Programa PAC/CRIANÇA/ADOLESCENTE transferido pelo FNAS, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**Lei Nº 5.292/2014**

LEI Nº 5.292/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais) a saber :

## SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS CONV. DE TRÂNSITO

3390000000.00.354 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 45.000,00

3390000000.00.355 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 45.000,00

3390000000.00.356 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 48.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 138.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos CONVÊNIO DE TRÂNSITO no valor de R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais).

Art. 3º. Ficam incluídas no orçamento municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013

## INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4490000000.00.389 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) a saber :

## SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1020 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4490000000.00.389 APLICAÇÕES DIRETAS .....

R\$ 160.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 160.000,00

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ALIENAÇÃO DE BENS no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de setembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**LEI N° 5.293/2014**

LEI N° 5.293/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0002.1026 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADE DIGI-  
TAL  
44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
15.452.0018.1017 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE  
PRAÇAS  
44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 70.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
15.452.0018.1018 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SEC.  
TRANSP. OBRAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUS-  
TRIAS  
44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 80.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
22.661.0025.1033 INFRA ESTRUTURA P/ IMPL. DE INDUSTRIAS  
44900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
23.695.0026.1038 CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 450.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0002.1003 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE -  
SECR. ADM.  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 15.000.00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E

## FINANÇAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 370.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS  
33900000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 65.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 450.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de setembro de 2014.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e tres dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Edital de Pregão Presencial Nº 63/2014

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014

O Fundo Municipal de Educação Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/10/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 15/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibaanos.sc.gov.br](http://www.curitibaanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 30 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro



**Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº50/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa através do julgamento de Menor Preço por Item para: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais para montagem de Kit Maternidade para ser distribuído às participantes dos Grupos de Gestantes das Unidades de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 21/10/2014, às 09H30, e início da sessão do Pregão no dia 21/10/2014, às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 29 de setembro de 2014.

Carine Tasch                      Gabriela Q. de Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

**Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº51/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa através do julgamento de Menor Preço por Item para: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para utilização nos consultórios odontológicos das Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 22/10/2014, às 08H30, e início da sessão do Pregão no dia 22/10/2014, às 09h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 29 de setembro de 2014.

Carine Tasch                      Gabriela Q. de Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

**Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº52/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa através do julgamento de Menor Preço por Item para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de odontologia para manutenção dos atendimentos em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 22/10/2014, às 13H30, e início da sessão do Pregão no dia 22/10/2014, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br), contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 29 de setembro de 2014.

Carine Tasch                      Gabriela Q. de Almeida Martarello  
Secretária de Saúde              Pregoeira

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 245/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 245/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO, MONITORAMENTO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO, GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/10/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 16/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 26 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

**Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 248/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA CONSUMO INTERNO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CURITIBA E DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/10/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 16/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 01 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### Termo de Convenio Nº 0016 - Barra do Rio Irani

TERMO DE CESSÃO DE USO - 0016/2014

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS (PATRULHA AGRÍCOLA - LEI 2.330/2014) QUE FAZEM MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, E, ASSOCIAÇÃO BARRA DO RIO IRANI.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno da administração direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul nº 50, centro, na cidade de Faxinal dos Guedes, SC, com CNPJ nº 83.009.910/0001-62, representado por seu Prefeito Municipal Exmo. Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, e do outro lado: CESSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO BARRA DO RIO IRANI, inscrita no CNPJ sob o nº 20.946.366/0001-65, representada pelo seu Presidente o Sr. DIEGO DALLA VALLE, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 4850077 e do CPF nº 064.127.339-81, domiciliado na comunidade de Passo do Irani, município de Faxinal dos Guedes, SC, tem justo e acordado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente cessão é que o CEDENTE cederá com encargos ao CESSIONÁRIO, a Patrulha Agrícola Mecanizada, dotada dos seguintes bens móveis: 01 Trator de Pneu 4 X 4, 01 Ensiladeira, 01 Carreto Basculante, 01 Distribuidor de Adubo Líquido, 01 Distribuidor de Calcário e 01 Kit de Concha, Lâmina, Garfo e Enleirador e 1.000(um mil litros) de óleo diesel.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente cessão tem como fundamento a Lei Municipal 2.330 de 15 de abril de 2014 que autoriza a execução do programa Patrulha Agrícola Mecanizada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

1. O CESSIONÁRIO será responsável pelos equipamentos devendo cuidá-lo como se dele fosse guardando-os em local protegido;
2. É vedado ao CESSIONÁRIO, alugar, vender ou negociar com terceiros o objeto da presente cessão, sendo que o uso dos equipamentos será de uso exclusivo para serviços agropecuários, salvo para atender emergências;
3. Caberá ao CESSIONÁRIO informar ao CEDENTE possíveis avarias que venha sofrer o equipamento, sendo que a manutenção será por conta do CESSIONÁRIO;
4. As máquinas e equipamentos objetos dessa cessão, deverão ser operadas por pessoas capacitadas, sendo que a contratação de operadores será por conta do CESSIONÁRIO;
5. A manutenção, consertos ou reparos dos equipamentos, bem como o abastecimento serão custeados pelo CESSIONÁRIO.
6. As responsabilidades trabalhistas, cíveis, penais, administrativas, bem como multas, taxas ou outros impostos que venham a incidir, são de inteira responsabilidade do CESSIONÁRIO, eximindo o CEDENTE de qualquer encargo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO CEDENTE

Ao Município Cedente, compete:

1. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução da presente cessão;
2. Solicitar sempre que decidir sobre a oportunidade e conveniência documentos relativos a execução da presente cessão.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que implique descumprimento de

quaisquer deste instrumento pelo CESSIONÁRIO, poderá acarretar a sua rescisão imediata, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente termo pode ser rescindido de forma unilateral, sem ônus a ambos, cabendo à parte a notificação da outra com prazo de antecedência de 30(trinta) dias, com a total devolução dos equipamentos ora cedidos por parte do CESSIONÁRIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA TÉCNICA

No ato da entrega do objeto de que trata a Cláusula Primeira, também será feita a entrega técnica dos equipamentos, a qual será realizada por profissionais da área explicitando o adequado uso e manejo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente termo terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por ato unilateral do Chefe do Executivo.

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC, com exclusão de outros, para dirimir quaisquer dúvidas;

E, por estarem assim justos e acordados, as partes firmam o presente Termo, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

DIEGO DALLA VALLE  
Presidente

#### Testemunhas

Nome  
CPF

Nome  
CPF

### TERMO DE CONVENIO Nº 0015 - AMIGOS DO CAMPO

TERMO DE CESSÃO DE USO - 0015/2014

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS (PATRULHA AGRÍCOLA - LEI 2.330/2014) QUE FAZEM MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, E, ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CAMPO.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno da administração direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul nº 50, centro, na cidade de Faxinal dos Guedes, SC, com CNPJ nº 83.009.910/0001-62, representado por seu Prefeito Municipal Exmo. Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, e do outro lado: CESSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CAMPO, inscrita no CNPJ sob o nº 20.946.360/0001-98, representada pelo seu Presidente o Sr. JUARES BERTÉ, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.696.6775 e do CPF nº 579.693.459-72, domiciliado na comunidade de Boa Esperança, município de Faxinal dos Guedes, SC, tem justo e acordado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente cessão é que o CEDENTE cederá com encargos ao CESSIONÁRIO, a Patrulha Agrícola Mecanizada, dotada dos seguintes bens móveis: 01 Trator de Pneu 4 X 4, 01 Ensiladeira, 01 Carreto Basculante, 01 Distribuidor de Adubo Líquido, 01 Distribuidor de Calcário e 01 Kit de Concha, Lâmina, Garfo e Enleirador e 1.000(um mil litros) de óleo diesel.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente cessão tem como fundamento a Lei Municipal 2.330 de 15 de abril de 2014 que autoriza a execução do programa Patrulha Agrícola Mecanizada.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

1. O CESSIONÁRIO será responsável pelos equipamentos devendo cuidá-lo como se dele fosse guardando-os em local protegido;
2. É vedado ao CESSIONÁRIO, alugar, vender ou negociar com terceiros o objeto da presente cessão, sendo que o uso dos equipamentos será de uso exclusivo para serviços agropecuários, salvo para atender emergências;
3. Caberá ao CESSIONÁRIO informar ao CEDENTE possíveis avarias que venha sofrer o equipamento, sendo que a manutenção será por conta do CESSIONÁRIO;
4. As máquinas e equipamentos objetos dessa cessão, deverão ser operadas por pessoas capacitadas, sendo que a contratação de operadores será por conta do CESSIONÁRIO;
5. A manutenção, consertos ou reparos dos equipamentos, bem como o abastecimento serão custeados pelo CESSIONÁRIO.
6. As responsabilidades trabalhistas, cíveis, penais, administrativas, bem como multas, taxas ou outros impostos que venham a incidir, são de inteira responsabilidade do CESSIONÁRIO, eximindo o CEDENTE de qualquer encargo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO CEDENTE

Ao Município Cedente, compete:

1. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução da presente cessão;
2. Solicitar sempre que decidir sobre a oportunidade e conveniência documentos relativos a execução da presente cessão.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que impliquem descumprimento de quaisquer deste instrumento pelo CESSIÓNÁRIO, poderá acarretar a sua rescisão imediata, independente de procedimentos judiciais.

## CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente termo pode ser rescindido de forma unilateral, sem ônus a ambos, cabendo à parte a notificação da outra com prazo de antecedência de 30(trinta) dias, com a total devolução dos equipamentos ora cedidos por parte do CESSONÁRIO.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA TÉCNICA

No ato da entrega do objeto de que trata a Cláusula Primeira, também será feita a entrega técnica dos equipamentos, a qual será realizada por profissionais da área explicitando o adequado uso e manejo.

## CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente termo terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por ato unilateral do Chefe do Executivo.

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC, com exclusão de outros, para dirimir quaisquer dúvidas;

E, por estarem assim justos e acordados, as partes firmam o presente Termo, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de setembro de 2014.  
EDEGAR GIORDANI JUARES BERTÉ  
Prefeito Municipal Presidente

## Testemunhas

Nome	Nome
CPE	CPE

**TERMO DE CONVENIO Nº 0014 - AMIGOS DA TERRA**

TERMO DE CESSÃO DE USO - 0014/2014

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS (PATRULHA AGRÍCOLA - LEI 2.330/2014) QUE FAZEM MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, E, ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TERRA.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno da administração direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul nº 50, centro, na cidade de Faxinal dos Guedes, SC, com CNPJ nº 83.009.910/0001-62, representado por seu Prefeito Municipal Exmo. Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, e do outro lado: CESSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA TERRA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.946.348/0001-83, representada pelo seu Presidente o Sr. DAVID PERGHER, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 1.780.050 e do CPF nº 594.559.189-00, domiciliada na comunidade de Nova Sarandi, município de Faxinal dos Guedes, SC, tem justo e acordado o que segue:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente cessão é que o CEDENTE cederá com encargos ao CESSIONÁRIO, a Patrulha Agrícola Mecanizada, dotada dos seguintes bens móveis: 01 Trator de Pneu 4 X 4, 01 Ensiladeira, 01 Carreto Basculante, 01 Distribuidor de Adubo Líquido, 01 Distribuidor de Calcário e 01 Kit de Concha, Lâmina, Garfo e Enleirador e 1.000 (um mil litros) de óleo diesel.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente cessão tem como fundamento a Lei Municipal 2.330 de 15 de abril de 2014 que autoriza a execução do programa Patrulha Agrícola Mecanizada.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

1. O CESSIONÁRIO será responsável pelos equipamentos devendo cuidá-lo como se dele fosse guardando-os em local protegido;
2. É vedado ao CESSIONÁRIO, alugar, vender ou negociar com terceiros o objeto da presente cessão, sendo que o uso dos equipamentos será de uso exclusivo para serviços agropecuários, salvo para atender emergências;
3. Caberá ao CESSIONÁRIO informar ao CEDENTE possíveis avarias que venha sofrer o equipamento, sendo que a manutenção será por conta do CESSIONÁRIO;
4. As máquinas e equipamentos objetos dessa cessão, deverão ser operadas por pessoas capacitadas, sendo que a contratação de operadores será por conta do CESSIONÁRIO;
5. A manutenção, consertos ou reparos dos equipamentos, bem como o abastecimento serão custeados pelo CESSIONÁRIO.
6. As responsabilidades trabalhistas, cíveis, penais, administrativas, bem como multas, taxas ou outros impostos que venham a incidir, são de inteira responsabilidade do CESSIONÁRIO, eximindo o CEDENTE de qualquer encargo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO CEDENTE

Ao Município Cedente, compete:

1. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução da presente cessão;
2. Solicitar sempre que decidir sobre a oportunidade e conveniência documentos relativos a execução da presente cessão.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que impliquem descumprimento de quaisquer deste instrumento pelo CESSIONÁRIO, poderá acarretar a sua rescisão imediata, independente de procedimentos judiciais.

## CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente termo pode ser rescindido de forma unilateral, sem ônus a ambos, cabendo à parte a notificação da outra com prazo de antecedência de 30(trinta) dias, com a total devolução dos



equipamentos ora cedidos por parte do CESSIONÁRIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA TÉCNICA

No ato da entrega do objeto de que trata a Cláusula Primeira, também será feita a entrega técnica dos equipamentos, a qual será realizada por profissionais da área explicitando o adequado uso e manejo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente termo terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por ato unilateral do Chefe do Executivo;

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê, SC, com exclusão de outros, para dirimir quaisquer dúvidas;

E, por estarem assim justos e acordados, as partes firmam o presente Termo, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de setembro de 2014.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

DAVID PERGHER  
Presidente

#### Testemunhas

Nome	Nome
CPF	CPF

### TERMO DE CONVENIO Nº 0013 - APRISCO

CONVÊNIO 0013/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO APRISCO - MANTENEDORA DO LAR APRISCO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, VISANDO O ATENDIMENTO EM ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O município de Faxinal dos Guedes, inscrito no CNPJ nº 83.009.910/0001-62, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 50 neste município de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e portador do CPF nº 195.715.699-68, adiante nomeado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO - MANTENEDORA DO LAR APRISCO, que atende como abrigo, sito na Rua Odilo Antonio Linck, nº. 1621 Sala 01, CEP 89.930-000, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/RFB sob nº. 11.712.456/0001-09, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. MARCOS CESAR COSTA, brasileiro, empresário, residente na Av. Rio Grande do Sul, nº.231, apartamento Nº231, na cidade de São José do Cedro - SC, portador do CPF sob nº 019.655.139-05 e da Cédula de Identidade sob nº.2.946.665-2, órgão emissor SSP/SC, doravante denominada simplesmente de ASSOCIAÇÃO APRISCO, resolvem celebrar convênio entre si, em conformidade com o disposto na Lei 2.280/2013 e Lei 2.340/2014, nas cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES à ASSOCIAÇÃO APRISCO, em contrapartida pelo atendimento de até 04 (quatro) adolescentes de 12 a 17 anos incompletos e excepcionalmente, mediante decisão judicial, até 20 anos de idade, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em regime de acolhimento, encaminhados pelo Poder Judiciário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

a) Repasse mensal no importe de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), por adolescente atendido, durante todo o período de vigência do convênio, cujo valor será atualizado anualmente pelo índice de variação do IGPM verificado no ano anterior.

Sub-Cláusula Primeira: O MUNICÍPIO custeará, ainda:

I - passagens de ônibus, limitada a uma vez por semana, para visita da família, com intuito de manutenção dos vínculos familiares, quando não forem buscados com viatura especial de Conselho Tutelar ou Prefeitura ou ainda de acordo com a determinação Judicial;

II - vestuário de que a criança/adolescente necessite;

III - atendimento médico, medicamentos, exames, consultas e suplementos alimentares não inclusos no atendimento básico do SUS, e que não haja necessidade de AIH.

IV - Material escolar, inclusive mochila.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

a) Os recursos financeiros destinados ao atendimento dos serviços ora criados serão os de origem própria ou de transferências de qualquer origem.

b) Os recursos orçamentários destinados ao atendimento do objetivo do presente Convênio serão os previstos no orçamento do Município.

c) Caso o Município, em dado momento, não utilize todas as vagas com adolescentes residentes em seu território, poderá, excepcionalmente, cedê-las aos demais municípios da comarca de Xanxerê mediante pagamento das despesas correspondentes.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

a) Depositar mensalmente, no primeiro dia útil do mês subsequente, na conta bancária em nome da ASSOCIAÇÃO APRISCO/XANXERÊ, Conta Corrente nº 1562-8, Operação 003 Agência nº1885, Caixa Econômica Federal de São José do Cedro, SC. A quantia devida ao cumprimento do prescrito neste ato avençatório.

a) Participar da elaboração e execução das ações que lhe couberem.

b) Supervisionar, acompanhar e proceder à avaliação, emitindo relatório com os resultados obtidos.

c) Dar o cumprimento fiel às condições avençadas no presente instrumento.

Sub-Cláusula primeira: A conveniente se obriga:

a) A retirar o(s) acolhido(s) da instituição no prazo máximo de 02 (dois anos, salvo decisão judicial pela manutenção do(a) adolescente em regime de acolhimento;

b) A encaminhar para a instituição no prazo máximo de 40 (quarenta) dias os laudos, relatórios, informações sobre o processo judicial e demais documentos necessários para contribuir nos relatórios e acompanhamento dos acolhidos;

c) Disponibilizar um endereço eletrônico (e-mail), indicando o servidor municipal responsável pelo contato, destinado ao recebimento dos requerimentos formalizados pela instituição;

d) Anexar ao convênio a lei que autoriza a celebração do convênio, indicando a dotação orçamentária, bem como a resolução ou parecer favorável do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

e) Encaminhar para visita aos acolhidos, os pais ou responsáveis, todos os meses, em dia e horário a ser fixado em comum acordo com a Associação Aprisco, salvo nas hipóteses em que há expressa determinação judicial proibitiva das visitas e contato com os acolhidos;

Sub-cláusula Segunda: O não cumprimento por parte da

conveniente em qualquer uma das alíneas mencionadas na sub-cláusula primeira é motivo para rescisão do presente convênio no prazo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

- a) Manter conta em instituição financeira oficial, destinada para movimentar os recursos oriundos deste Convênio;
- b) Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente convênio;
- c) Prestar contas dos recursos recebidos na forma do estabelecido na Lei nº 4.320/64, com a apresentação de relatório de atendimento da criança abrigada, impreterivelmente até o dia 30 de cada mês, sendo tal documento encaminhado ao setor contábil do município, sob pena de não haver o pagamento, com a possibilidade de rescisão imediata do convênio, salvo prejuízo ao adolescente;
- d) Dispor de pessoal técnico especializado para bem cumprir o objeto do presente convênio, de acordo com as exigências legais.
- e) Elaborar o Pia e relatório fundamentado, de acordo com o artigo 101, parágrafo 4º e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- f) Colocar a disposição instalações físicas adequadas;
- g) Aceitar os adolescentes encaminhados pelo Setor Social/Conselho Tutelar do Município, através do Poder Judiciário da Comarca, de acordo com a disponibilidade de vagas;
- h) Aceitar a fiscalização e acompanhamento promovido pela área técnica do serviço do MUNICÍPIO, do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário;
- i) Acompanhar o(a) adolescente quando encaminhado para família acolhedora ou reintegrado na família biológica, em parceria com a Assistência Social do município;
- j) Tratar bem os(as) adolescentes acolhidos, proporcionando-lhes todos os cuidados de manutenção e educação, cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- k) Responsabilizar-se integralmente pelos adolescentes acolhidos.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Convênio em decorrência da vontade das partes.

Sub-Cláusula Primeira: O presente Convênio também poderá ser rescindido unilateralmente, quando as partes assim o desejarem, mediante notificação prévia, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, salvo se ocorrer o descrito na cláusula quinta, alínea "b" deste documento.

Sub-Cláusula Segunda: A rescisão do presente convênio, por acordo entre as partes ou por iniciativa unilateral não dará ensejo a qualquer indenização além daquelas decorrentes dos serviços prestados.

Sub-Cláusula Terceira: Caso haja o encerramento das atividades do Lar Aprisco, por força maior, o município se responsabiliza pela retirada dos acolhido(s), no prazo de trinta dias a contar da data do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

a) O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 12(doze) meses, devendo ser publicado em veículo oficial de publicações dos atos do Governo no Município de Faxinal dos Guedes, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

b) A publicação resumida do termo de convênio, no órgão oficial de divulgação do Município, é condição para a sua eficácia, devendo ser realizada de acordo com o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termos Aditivos.

#### CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

Este Convênio será publicado, no mural publico desta Prefeitura, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios das questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e de comum acordo, firmam este Termo de Convênio em 05 (cinco) vias de igual teor, forma e um só efeito, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, com as testemunhas abaixo.

Município de Faxinal dos Guedes, SC, 19 de setembro de 2014.

Edegar Giordani  
Prefeito Municipal

Marcos Cesar Costa  
Presidente da Ass. Aprisco

Testemunhas:

Nome  
CPF nº.

Nome  
CPF nº.



# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato PMF Nº. 200/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 200/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 9.802,00 (nove mil oitocentos e dois reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 09/10/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0501.2015.4490 (78), 1301.2020.3390 (193), 1301.2020.4490 (195), 1301.2021.3390 (198), 1301.2021.4490 (200), 1301.2020.3390 (238), 1301.2020.4490 (244).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 69/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 69/2014

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura: iluminação pública e construção de 01 (uma) Praça de lazer no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 18/08/2014 passará para 17/10/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 15/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 18 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 48/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 48/2014

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 186/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

DO OBJETO - Execução de obras de infraestrutura: iluminação pública e construção de 01 (uma) Praça de lazer no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha, no âmbito do programa FNHIS - Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, conforme Termo de Compromisso nº. 0352565-61/2011, firmado junto ao Ministério das Cidades

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 186/PMF/2011, sendo que o prazo estipulado para execução anteriormente em 19/06/2014 passará para 18/08/2014, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 16/11/2014.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 17 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014

A PS CONCURSOS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pelo Decreto nº 115, de 09 de Setembro de 2014 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo para admissão, em caráter temporário, de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal, na forma deste Edital:

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA reserva o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2 Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha), efetuar seu cadastro e pré-inscrição, e antes de validar a pré-inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3 O cronograma com as datas de cada fase do Processo Seletivo e os conteúdos programáticos de cada cargo estarão disponibilizados nos Anexos I e II, partes integrantes do presente Edital.

#### 2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar do Processo Seletivo, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital e da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

**ÁREA 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Educação Infantil	CR*	20h	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia ou certificado de curso Normal Superior. Remuneração: R\$ 1.137,40 Não Habilitado - Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Remuneração: R\$ 1.048,05

**ÁREA 2 - ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO).**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)	CR*	20h	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia ou certificado de curso Normal Superior. Remuneração: R\$ 1.137,40 Não Habilitado - Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia. Remuneração: R\$ 1.048,05

**ÁREA 3 - ARTES (DO INFANTIL AO 9º ANO).**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Artes (Educação Infantil ao 5º ano)	CR*	20h	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior com Licenciatura em Artes, Licenciatura em Artes Visuais, ou Educação Artística. Remuneração: R\$ 1.137,40 Não Habilitado - Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Artes ou Artes Visuais. Remuneração: R\$ 1.048,05

**ÁREA 4 - EDUCAÇÃO FÍSICA (DA PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO).**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Educação Física (Educação Infantil ao 5º ano)	CR*	20h	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Educação Física. Remuneração: R\$ 1.137,40 Não Habilitado - Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física. Remuneração: R\$ 1.048,05

**ÁREA 5 - AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Auxiliar de Educação (Creche, Pré-Escola, Educação Especial do 1º ao 5º ano)	CR*	40h	Histórico escolar de conclusão do ensino médio. Remuneração: R\$ 1.160,36

\* CR = Cadastro de Reserva

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as constantes na Lei Municipal nº. 875/2002, 1.518/2009, 2.012/2014 e leis correspondentes.

NOTA 02: Em relação às remunerações do Professor, registra-se que está incluída a regência de classe e Prêmio Assiduidade. O vencimento é proporcional à carga horária estabelecida, que poderá ser de 20 ou 30 horas.

NOTA 03: O cargo Auxiliar de Educação havendo conveniência para a administração, a carga horária diária ou semana fixada poderá ser reduzida com redução proporcional da remuneração.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo. Salvo os casos descritos a seguir:

- Caso o candidato opte por se inscrever no cargo de Professor na ÁREA 01, ele poderá também se inscrever para o cargo de Professor na ÁREA 02, como uma segunda opção.
- Caso o candidato opte por se inscrever no cargo de Professor na ÁREA 02, ele poderá também se inscrever para o cargo de Professor na ÁREA 01, como uma segunda opção.
- O candidato poderá se inscrever simultaneamente em duas opções, citado no item, 3.a e 3.b, entretanto escolherá apenas uma vaga e será automaticamente excluído da segunda classificação.

**3.1 PRÉ-INSCRIÇÃO ON-LINE**

3.1.1 A pré-inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de 03/10/2014 a 20/10/2014. Para realizar a sua pré-inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico: [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha);

- Ler atentamente o edital, efetuar seu cadastro caso ainda não seja cadastrado, preencher o Formulário de Pré-inscrição on-line, imprimir o comprovante, e seguir os passos constantes no ÍTEM 3.2 deste edital.

3.1.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá mencionar a sua condição no Formulário de Pré-inscrição on-line.

3.1.3 O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de pré-inscrição, através do e-mail: [suporte@processosseletivos.com.br](mailto:suporte@processosseletivos.com.br).

3.1.4 As informações prestadas no Formulário de Pré-inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do processo seletivo, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

**3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:**

3.2.1 O candidato, para validar a sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer nos dias 20 a 23/10/2014, das 07 às 13 horas, no Espaço Educacional "Caminhos do Saber", localizado

próximo a Prefeitura Municipal de Forquilha, situada na Avenida 25 de Julho, 3400 - Centro - Forquilha/SC munido dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Pré-inscrição impresso;
  - b) CPF e Carteira de Identidade (original e cópia);
  - c) Documentos para comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);
  - d) Comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para o cargo pleiteado (original e cópia);
  - e) O Candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o diploma de conclusão do curso (original e cópia).
  - f) Laudo médico, para os candidatos que possuírem deficiência.
  - g) Não haverá validação de inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.
  - h) Para os candidatos que não concluíram o curso superior, deverá apresentar, obrigatoriamente, Declaração de Frequência, constando a fase que está cursando (original);
- 3.2.2 O candidato inscrito que possuir deficiência deverá entregar no ato da validação da inscrição o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, atestando a aptidão para o cargo que está sendo pretendido.
- 3.2.3 O candidato deverá solicitar a prova especial, se for o caso, preenchendo o requerimento do Anexo III, parte integrante deste Edital.
- 3.2.4 No momento da validação, será emitido o comprovante de inscrição onde o candidato deverá assinar concordando incondicionalmente com todos os termos descritos na sua inscrição.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

3.3.1 É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das validações das inscrições.

3.3.2 As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha) nos últimos dias de pré-inscrição on-line.

3.3.3 A PS Concursos e a Prefeitura Municipal de FORQUILHA/SC não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.3.4 Os candidatos que não tiverem equipamentos ou acesso a Internet para efetivar a sua pré-inscrição, poderão dirigir-se ao Espaço Educacional "Caminhos do Saber", localizado próximo a Prefeitura Municipal de Forquilha, situada na Avenida 25 de Julho, 3400 - Centro - Forquilha/SC, a partir das 8h30 às 12h e das 13h às 17h, nos dias 03 a 20/10/2014.

### 3.4 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.4.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas pela autoridade competente no dia 29/10/2014, até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha), onde estarão indicados o nome, o do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.

3.4.2 No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

### 4 REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 4.1 Ter nacionalidade brasileira ou equivalente
- 4.2 Estar no gozo de direitos políticos;

4.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

4.4 Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

4.5 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no ITEM 2 do presente Edital, na data da contratação.

4.6 Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.8 Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.

4.9 Apresentar declaração de bens.

### 5 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de 02 (duas) etapas consistentes de:

a. Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório (ressalvada a ausência do candidato à prova ou zerá-la, casos em que será eliminado do processo seletivo);

b. Prova de Títulos (escolaridade e cursos de aperfeiçoamento ou atualização), de caráter classificatório.

#### 5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.2 As provas escritas serão organizadas conforme exigências do cargo pretendido:

5.1.2.1 Para os candidatos inscritos em apenas um cargo

a) A Prova Escrita será composta com 20 (vinte) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e interpretação de texto, 05 (cinco) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos do cargo pretendido. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 20 (vinte) questões. Sendo 10 (dez) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.2 Para os candidatos inscritos em dois cargos (condição prevista nos itens 3.a e 3.b)

a) A Prova Escrita será composta com 30 (vinte) questões objetivas para os cargos de interesse do candidato, sendo 05 (cinco) questões de língua portuguesa e interpretação de texto, 05 (cinco) questões de conhecimentos Gerais da Educação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos, para cada um dos cargos pretendidos. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 30 (vinte) questões. Sendo 10 (dez) questões específicas para cada cargo pretendido;

c) O caderno de avaliações será composto pelas questões gerais e específicas de cada cargo;

d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da identificação de sua disciplina/cargo e numeração de questões conforme caderno de avaliações.

5.1.2.3 As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.

5.1.2.4 O peso de cada questão é de 0,5 pontos.

5.1.2.5 A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:  $NPE = (NA \times 0,5)$  onde (NPE= Nota da

Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).

5.1.2.6 Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.

5.1.2.7 O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.

5.1.2.8 Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.

5.1.2.9 Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

## 5.2 PROVA DE TÍTULOS

### 5.2.1 Da avaliação do nível de escolaridade

A avaliação do nível de escolaridade será feita através de certificados ou diplomas de licenciatura na área a que concorre, curso de pós-graduação, mestrado e doutorado na área da educação, de acordo com a tabela de pontos abaixo:

Cargo: Professor

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Doutorado	Diploma devidamente registrado.	6,00	1	6,00
Mestrado	Diploma devidamente registrado.	5,00	1	5,00
Especialização	Diploma devidamente registrado.	4,00	1	4,00
Licenciatura na Área	Diploma devidamente registrado ou provisoriamente para os formandos, certidão de colação de grau.	3,00	1	3,00

Cargo: Auxiliar de Educação

Título	Comprovantes Exigidos	Valor unitário	Quantidade Máxima	Pontuação Máxima
Licenciatura na Área	Diploma de curso superior na área da pedagogia	6,00	1	6,00
Magistério	Diploma de magistério	5,00	1	5,00
Nível Médio	Histórico escolar de conclusão de Ensino Médio	2,00	1	2,00

5.2.2 Da avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização. A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização frequentados, ministrados e concluídos no período de 01/01/2014 a 30/09/2014, obedecida a tabela de pontos abaixo:

Número de Horas	Pontuação	Comprovantes Exigidos
80 horas	4,0 pontos	Diplomas, certificados ou declarações devidamente expedido por instituição credenciada pelo MEC, CEE ou CME, contendo a assinatura do responsável, carga horária, conteúdo programático, período de realização.

## 6 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

6.1 A prova será realizada no dia 23/11/2014, na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NATALIO VASSOLER, localizada na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, nº.80 - Bairro Vila Franca em Forquilha - SC.

6.2 Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.3 Para os candidatos inscritos em 01 (um) cargo, a prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos com início às 09h00min e término às 10h30min.

6.4 Para os candidatos inscritos em 02 (dois) cargos, a prova terá duração máxima de 02 horas e 05 minutos com início às 09h00min e término às 11h05min.

6.5 Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente) e o Comprovante de inscrição (Facultativamente).

6.6 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.

6.7 As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

6.8 O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.9 Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

6.10 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.

6.11 A apresentação do comprovante de inscrição no dia da realização da prova escrita servirá também ao candidato como único documento que possibilitará a garantia de poder realizar a prova em caso sua inscrição deferida e não constatação de seu nome nas listas de distribuições de locais de prova.

6.12 Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.

6.13 Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.14 Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.

6.15 Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.

6.16 Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para



realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.17 Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

6.18 Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até 24 horas úteis após aplicação da prova.

6.19 A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

6.20 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.21 A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

6.22 A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

6.23 Não será disponibilizado pela equipe técnica do Processo Seletivo, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

6.24 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

6.25 Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.26 Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

6.27 Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

6.28 A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no ITEM 6 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

## 7 DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO FINAL} = (\text{NOTA DA PROVA ESCRITA}) \times 7 + (\text{PONTOS DA PROVA DE TÍTULOS} + \text{HORAS DE CURSO}) \times 3$$

7.2 No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:

- a) Obtiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, (Estatuto do Idoso);
- b) Obtiver a maior idade;
- c) Persistindo o empate prevalecerá o maior número de dependentes.

7.3 As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.

7.4 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.5 A publicação da classificação final do processo seletivo será divulgada no site [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha) e no site oficial da prefeitura municipal de Forquilha/SC, no dia 12/12/2014.

## 8 DOS RECURSOS

8.1 O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital de homologação das inscrições;
- b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
- c) Com relação à classificação parcial no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.

8.2 O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos comprovantes, devendo o mesmo ser dirigido e protocolado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos prazos estabelecidos no cronograma do Anexo I.

8.3 Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

8.4 Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Processo Seletivo, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.

8.5 No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato o Caderno de Provas com respectivo Gabarito, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.

## 9 DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

9.1 Às pessoas com deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.

9.2 São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada cargo, às pessoas com deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.

9.3 Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

9.4 Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para pessoas com deficiência.

9.5 Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.

9.6 O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição, e complementado pelo preenchimento do ANEXO III desde edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

9.7 A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

9.8 O candidato com deficiência que, no ato da inscrição não



declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição solicitada de recursos especiais não concedida, passando a concorrer unicamente como candidato sem deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

9.9 A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

#### 10 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

10.1 Fica delegada competência à empresa PS CONCURSOS para:

- a) Organizar programas e inscrições no portal da internet;
  - b) Deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos previstos neste Edital;
  - c) Disponibilizar a Emissão Eletrônica dos documentos de pré-inscrições e inscrição através de sistemas automatizados e on-line;
  - d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- 10.2 Fica atribuído à Comissão do Processo Seletivo, nomeada através do Decreto, exclusivamente para acompanhar o certame, as seguintes responsabilidades:
- a) Elaborar e responder pelo edital;
  - b) Prestar informações sobre o Processo Seletivo;
  - c) Acompanhar a realização das provas;
  - d) Validar as informações prestadas pelo candidato, relativamente às pré-inscrições;

#### 11 CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS

11.1 Os candidatos aprovados e classificados no Certame serão convocados e encaminhados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no ITEM 4 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

11.2 Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

11.3 A critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no ITEM 11.2, poderão ser requisitados exames complementares.

11.4 Os candidatos considerados aptos nos exames médicos deverão apresentar a documentação necessária à sua admissão, mediante convocação.

11.5 O candidato convocado deverá apresentar a Secretaria Municipal de Educação de Forquilha/SC, situada no Paço Municipal, Avenida 25 de Julho, 3400, em Forquilha/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) Prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- f) Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
- g) Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
- h) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- i) Carteira de Identidade;
- j) CPF;
- k) PIS/PASEP;
- l) Certidão de Casamento;
- m) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- n) Duas fotos 3x4 recentes;
- o) Carteira Profissional Original;
- p) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone

fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

#### 12 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

12.3 Será excluído do certame o candidato que:

- Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- Não pontuar na prova objetiva;
- Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

12.4 O presente edital objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais de FORQUILHINHA/SC.

12.5 Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não contratação.

12.6 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da mesma.

12.7 O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.

12.8 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.

12.9 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA/SC, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

12.10 Os casos omissos serão resolvidos pela PS CONCURSOS e pela Comissão do Processo Seletivo.

12.11 O presente Edital estará disponibilizado no site [www.processosseletivos.com.br/forquilha](http://www.processosseletivos.com.br/forquilha), no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de Forquilha.

12.12 Faz parte deste edital o Anexo I - Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

12.13 Faz parte deste edital o Anexo II - Dos Conteúdos Programáticos.

12.14 Faz parte deste edital o Anexo III - Do Requerimento do candidato com deficiência.

12.15 Faz parte deste edital o Anexo IV - Do formulário para recurso.

12.16 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

12.17 Revogam-se as disposições em contrário.

FORQUILHINHA/SC, em 01 de Outubro de 2014.

JUCELMA DA SILVA MARTINS BERETTA

Presidente da Comissão do Teste Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014, a data, o local e o horário da prova.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE Forquilha/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2014

#### ANEXO I CRONOGRAMA DO PROCESSO

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	01/10/2014
Período de pré-Inscrições Online	03/10/2014 a 17/10/2014
Período de validação das inscrições (junto à Secretaria Municipal de Educação)	20 a 23/10/2014 (das 07:00 as 13:00 Horas)
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	29/10/2014
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	30 e 31/10/2014 (das 07:00 as 13:00 Horas)
Homologação Definitiva das Inscrições	05/11/2014
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	23/11/2014
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	24 e 25/11/2014 (das 07:00 as 13:00 Horas)
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	05/12/2014
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	08 e 09/12/2014 (das 07:00 as 13:00 Horas)
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo	12/12/2014

#### REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 08h30min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

Para os candidatos inscritos em 01 (um) cargo, a prova terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos com início às 09h00min e término às 10h30min.

Para os candidatos inscritos em 02 (dois) cargos, a prova terá duração máxima de 02 horas e 05 minutos com início às 09h00min e término às 11h05min.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato

com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Processo Seletivo do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de 30 (trinta) minutos.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação do Processo Seletivo, acompanhados dos três últimos candidatos.

A data da escolha de vaga será publicada no dia 12/12/2014.

FORQUILHINHA/SC, em 01 de Outubro de 2014.

JUCELMA DA SILVA MARTINS BERETTA  
Presidente da Comissão do Teste Seletivo

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014, Do Cronograma e Do Regulamento para as provas do Processo Seletivo.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2014

#### ANEXO II CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

##### 1. CONHECIMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO (05 questões)

Para todos os cargos:

Função social da escola, Currículo, Projeto Político Pedagógico; Concepções de Ensino-Aprendizagem; Concepção histórico cultural (Vygotsky e Wallon); Inclusão digital; Teorias do conhecimento (Paulo Freire); Educação Inclusiva; Planejamento e avaliação; Legislação da educação básica; Estatuto da Criança e do Adolescente; Atualidades.

##### 2. LINGUA PORTUGUESA (05 questões)

Para os cargos de nível Superior

1. Compreensão e interpretação de textos. 2. Características dos diversos gêneros textuais. 3. Tipologia textual. (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal). 4. Elementos de coesão e coerência textual. 5. Funções da linguagem, Ortografia oficial. 6. Acentuação gráfica. 7. Emprego do sinal indicativo de crase. 8. Pontuação. 9. Emprego e descrição das classes de palavras. 10. Sintaxe da oração e do período. (ênfase em concordância e regência). 11. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto. 12. Fonética e Fonologia Fonema e Letra Ortografia 13. Recursos sonoros Vícios de linguagem Lexicologia Polissemia Sinônimos e antônimos Homônimos e parônimos; 14. Morfologia Estrutura as palavras Formação das palavras Neologismos e Estrangeirismos.

**3. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (10 questões)****3.1.1 - Educação Infantil**

Concepção de Infância; concepções de atendimento à infância; Função Social da Educação Infantil; Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Eixos Norteadores da Educação Infantil e o Papel do Professor; Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Princípios que fundamentam as práticas da Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil; Parâmetro Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil; Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil; Projeto Político Pedagógico e Legislação vigente da Educação.

**3.1.2 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

Alfabetização na perspectiva do letramento; Alfabetização como processo de apropriação das diferentes linguagens: apropriação inicial da leitura e da escrita Oralidade e escrita; Perfil do Professor Alfabetizador; Letramento e a diversidade de Gêneros discursivos; Ideia de representação, funções sociais da escrita; Texto: unidade da língua, tipologia textual, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Direitos de aprendizagem da Língua Portuguesa; Sequência didática (Schneuwly, Dolz e colaboradores). Elaboração de conceitos matemáticos: Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais, Análise Combinatória; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística - Gráficos estatísticos; Direitos de aprendizagem da Matemática; Elaboração de conceitos das Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Elaboração de conceitos das Ciências humanas e sociais: tempo, tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação; Parâmetros Curriculares Nacionais das Séries Iniciais.

**3.1.3 - Auxiliar de Educação.**

Recepção às crianças, banho e higiene, fornecimento de alimentação, vigilância a saúde e alimentação, zelo pela higiene da sala e outros materiais, organização de atividades educativas e materiais pedagógicos, auxílio em atividades escolares que promovam o desenvolvimento físico, mental, emocional e social, auxílio ao docente em todas as atividades de atendimento às crianças.

**3.1.4 - Educação Física:**

Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, Educação Física Crítico Superadora; Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos essenciais da Educação Física Escolar: Corporeidade/Movimento: dança; jogos; ginástica, Esporte e Lutas e Qualidade de vida.

**3.1.5 - Artes:**

Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte.

FORQUILHINHA/SC, 01 de Outubro de 2014.

JUCELMA DA SILVA MARTINS BERETTA  
Presidente da Comissão do Teste Seletivo

Fica homologado o ANEXO I do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014, conteúdos programáticos.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2014

**ANEXO III****PARA USO DE CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA****R E Q U E R I M E N T O**

Nome: \_\_\_\_\_  
Nº. de Inscrição: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_,  
CPF: \_\_\_\_\_,  
Candidato (a) \_\_\_\_\_  
Inscrito (a) para a Cargo de: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Código \_\_\_\_\_, Residente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_,  
Pessoa \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ deficiência \_\_\_\_\_, re-

quer a Vossa Senhoria condições especiais (\*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de FORQUILHINHA/SC, conforme Edital nº 001/2014, de 01 de OUTUBRO de 2014, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

N. Termos

P. Deferimento.

FORQUILHINHA/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura

(\*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2014

**ANEXO IV****FORMULÁRIO PARA RECURSO**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Nº. de Inscrição: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade Nº.: \_\_\_\_\_  
Questionamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Embasamento: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0126/2014-PMF Rp 0068

Aviso do Pregão Presencial nº 0126/2014 - PMF  
Registro de Preços Nº 0068/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de lvas para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME), durante o período de outubro de 2014 a março de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Outubro de 2014 a março de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 16.10.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de setembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CM Nº 004/2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 004/2014

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

A obra de melhoramento da via descrita no item II deste Edital está devidamente autorizada pelas disposições do artigo 362 (instituição da contribuição de melhoria em face da valorização imobiliária); artigo 363 (fato gerador); artigo 364 (valorização - descrição dos melhoramentos); artigos 365 a 367 (base de cálculo); artigo 372 (sujeito passivo); artigo 373 (solidariedade tributária); artigos 374 a 377 (lançamento e recolhimento) e artigo 378 (notificação).

#### II - LOCAL

RUA GUILHERME FANTINEL (Bairro São José)

#### III - IMÓVEIS LINDEIROS - NOTIFICAÇÃO

Como interessados diretos, ficam notificados das disposições do presente edital: Cidclei Ramos, Jolsemar Tonial, Gabriel Fantin, Irineu Domingos Caon, Espólio de Dorval Bonetti, Alfredo Antunes Gonçalves, Fernando dos Santos, Roberto Cezar Ramos, Thiago Palhano da Rocha, Caroline Palhano da Rocha, Airto Pereira de Oliveira, Lourdes de Fátima Mendes Wurges, José Fagundes de Oliveira e Rosa Maria Seisl.

#### IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: locação, escavação e compactação;
- b) base de pedrisco;
- d) pavimentação com asfalto usinado a quente;
- e) serviços gerais: limpeza permanente da obra, pinturas e colocação de placas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3155/2013.

#### V - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3155/2013).

#### VII - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3155/2013. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VIII - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

São os constantes no Processo Administrativo nº 3155/2013. Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### IX - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância



paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 60 (sessenta) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária pré-fixada; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM e acrescidos de juros de 1% ao mês, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### X - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

O contribuinte receberá a circular proposta onde poderá optar pela condição que melhor lhe aprouver.

#### XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, parcela de participação do Município, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3155/2013.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova. Fica franqueada vista integral do Processo Administrativo nº 3155/2013 e obtenção de cópias.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;  
II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, ou pelo fone (49) 32563000.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EDITAL DE CM Nº 005/2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2014

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

A obra de melhoramento da via descrita no item II deste Edital está devidamente autorizada pelas disposições do artigo 362 (instituição da contribuição de melhoria em face da valorização imobiliária); artigo 363 (fato gerador); artigo 364 (valorização - descrição dos melhoramentos); artigos 365 a 367 (base de cálculo); artigo 372 (sujeito passivo); artigo 373 (solidariedade tributária); artigos 374 a 377 (lançamento e recolhimento) e artigo 378 (notificação).

#### II - LOCAL

AVENIDAS IDAMIR BOGONI E MIGUEL NOVICKI (Bairro das Nações)

#### III - IMÓVEIS LINDEIROS - NOTIFICAÇÃO

Como interessados diretos, ficam notificados das disposições do presente edital: Cremério Fortes, Valdemir Schizzi, Henrique Fischer Neto e Gilmar Horn.

#### IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: locação, escavação e compactação;
- b) base de pedrisco;
- d) pavimentação com pedra basalto irregular rejuntada;
- e) serviços gerais: limpeza permanente da obra, pinturas e colocação de placas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3154/2013.

#### V - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas



diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3154/2013).

#### VII - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3154/2013. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VIII - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

São os constantes no Processo Administrativo nº 3154/2013. Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### IX - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 60 (sessenta) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária pré-fixada; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM e acréscimos de juros de 1% ao mês, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### X - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais

condições previstas no presente Edital.

O contribuinte receberá a circular proposta onde poderá optar pela condição que melhor lhe aprouver.

#### XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, parcela de participação do Município, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3154/2013.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova. Fica franqueada vista integral do Processo Administrativo nº 3154/2013 e obtenção de cópias.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, ou pelo fone (49) 32563000.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1887/2014**

PORTARIA Nº 1.887, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 004.720.519-97, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de outubro- de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Frei Rogério****PREFEITURA****Decreto Nº 659-2014**

DECRETO Nº 659/2014 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, Inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao

CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica Nomeada a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Dirceia Lucia Franz, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Sani Toscan, representando a Secretaria Municipal de Saúde  
Julia de Fatima Caetano, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Elaine Rinaldi, representando a Secretaria Municipal de Esporte  
Lindamir de Souza Faquin, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Mariane Carla Haag Pegoraro, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 25 de novembro.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.  
Registre-se e publique-se.

Frei Rogério (SC), 01 de outubro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 660-2014

DECRETO Nº. 660/2014, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

SUSPENDE AS AULAS EM TODO O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO DEVIDO AS CHUVAS TORRENCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Conforme orientação da coordenadoria de Defesa Civil Municipal suspende as aulas em todo o Município de Frei Rogério no dia 01/10/2014, devido às chuvas torrenciais que atinge todo Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Frei Rogério (SC), 01 de outubro de 2014.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

**Galvão****PREFEITURA****Processo de Licitação 055/2014**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE GALVÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico que realizou no dia 01 de outubro de 2014, Dispensa de Licitação para contratação da empresa JORGE V. STRECIWIK E CIA S/S/ LTDA EPP, CNPJ: 72.429.293/0001-38, localizada na Avenida Brasil, 260 sala 204 2º andar, centro - Xanxerê, para ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PERÍCIAS TRABALHISTAS POR DOENÇA OCUPACIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, pelo valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O fundamento legal é o Art. 24, inciso V a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 01 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****Portaria N.º 771/2014.**

PORTARIA N.º 771, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LISIELE DE ARAÚJO PIRES, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 4054, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 772/2014.**

PORTARIA N.º 772, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR a designação para exercer interinamente e sem ônus o cargo de CHEFE DA DIVISÃO DO IGP E JUNTA MILITAR, da Prefeitura Municipal de Garopaba, de CLAUDELIR DE AMORIM GONÇALVES, CPF nº 022.666.119-92, em 18/08/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 18/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 773/2014.**

PORTARIA N.º 773, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora SANDRA APARECIDA AMARAL, Matrícula Funcional n.º 0174, referente a 2008-2013, no período de 09/09/2014 à 08/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 774/2014.**

PORTARIA N.º 774, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PAULA PEDRON, Matrícula Funcional n.º 3011, referente a 2013/2014, no período de 20/09/2014 à 19/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 775/2014.**

PORTARIA N.º 775, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ADRIANE DOS SANTOS, CPF n.º 846.090.959-04, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ZOOSE E BEM ESTAR ANIMAL, da Secretaria de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 776/2014.**

PORTARIA N.º 776, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ANELISE BELARDINELLI CANAL, Professora, matrícula funcional n.º 5477, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 31 (trinta e um) dias, a partir de 15/07/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/07/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 777/2014.**

PORTARIA N.º 777, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, PATRÍCIA VIEIRA PINHEIRO, CPF n.º 002.822.620-83, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, da Secretaria de Assistência Social, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 778/2014.**

PORTARIA N.º 778, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MICHELE SILVA DE CAMPOS DOS SANTOS, CPF n.º 039.004.929-80, das funções comissionadas do cargo de ASSISTENTE DE DIREÇÃO, da Secretaria de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 779/2014.**

PORTARIA N.º 779, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 780/2014.**

PORTARIA N.º 780, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.  
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE 50% de seus vencimentos fixos, da Secretaria Municipal de Administração, do servidor CLAUDELIR DE AMORIM GONÇALVES, matrícula n.º 0751, em 01/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 781/2014.**

PORTARIA N.º 781, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MICHELE SILVA DE CAMPOS DOS SANTOS, CPF n.º 039.004.929-80, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE COMPRAS, ESTOQUE E ALMOXARIFADO, da Secretaria de Saúde, a partir de 03 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 783/2014.**

PORTARIA N.º 783, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0175, concedidas através da Portaria n.º 746/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 784/2014.**

PORTARIA N.º 784, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSUÉ DE ANDRADE PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 4747, referente à 2013/2014, no período de 01/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 787/2014.**

PORTARIA N.º 787, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
ALTERA A PORTARIA N.º 413/2012, DE 14 DE JUNHO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 01/09/2014, a gratificação especial de 30% (trinta por cento) para 50% (cinquenta por cento) do cargo ocupado, concedida através da portaria n.º 413/2012, a servidora SIMONE VERA WOLFF, matrícula funcional n.º 4248.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 788/2014.**

PORTARIA N.º 788, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor ROGÉRIO OSVALDO DE SOUZA GONÇALVES, matrícula funcional n.º 4296, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 05 (cinco) dias consecutivos, a partir de 28 de agosto de 2014, por motivo de nascimento do filho.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 789/2014.**

PORTARIA N.º 789, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) TEREZINHA DE JESUS COELHO, Professora, matrícula funcional n.º 0745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 25/08/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 790/2014.**

PORTARIA N.º 790, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) GABRIELA AMORIM CRISPIM, Contrato n.º 251/2014, em 01/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 791/2014.**

PORTARIA N.º 791, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora GLAUCE DE CASSIA TACQUES FOGAÇA, Professora, matrícula funcional n.º 5485, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (18) dezoito dias, a partir de 16/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 794/2014.**

PORTARIA N.º 794, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, Assistente Social, Matrícula n.º 0722, o valor de R\$ 71,01 (setenta e um reais e um centavo), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 461/2012, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09 /2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 795/2014.**

PORTARIA N.º 795, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) VOLNEI DE SOUZA, Contrato n.º 266/2014, em 02/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 796/2014.**

PORTARIA N.º 796, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 08/09/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor LUIZ PAULO KNISS JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 5055, concedidas através da Portaria n.º 761/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 797/2014.**

PORTARIA N.º 797, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 19 (dezenove) dias, concedidas através da Portaria n.º 362/2014 e suspensas através da Portaria n.º 9492/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor INDALÉCIO CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 0112, no período de 09/09/2014 à 27/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 798/2014.**

PORTARIA N.º 798, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 799/2014.**

PORTARIA N.º 799, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 800/2014.**

PORTARIA N.º 800, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, matrícula funcional n.º 0722, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 03 de setembro de 2014, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/09/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 801/2014.**

PORTARIA N.º 801, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, concedidas através da Portaria n.º 691/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 802/2014.**

PORTARIA N.º 802, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ELIZA REGINA MULLER CARVALHO DA ROSA, Contrato n.º 306/2014, em 10/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 803/2014.**

PORTARIA N.º 803, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA PAULA SCHMIDT, Contrato n.º 085/2014, em 12/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 804/2014.**

PORTARIA N.º 804, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MAIRA TEIXEIRA NUNES, CPF n.º 986.804.719-68, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/09/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 805/2014.**

PORTARIA N.º 805, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, Matrícula Funcional n.º 0038, referente a 2002-2007, no período de 18/09/2014 à 17/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 806/2014.**

PORTARIA N.º 806, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor TEODORO SOARES DE SOUZA FILHO, Matrícula Funcional n.º 0237, referente à 2012/2013, no período de 12/09/2014 à 01/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 807/2014.**

PORTARIA N.º 807, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TEREZINHA DE JESUS COELHO, Professora, matrícula funcional n.º 0745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 10/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 808/2014.**

PORTARIA N.º 808, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MAÍRA TEIXEIRA NUNES, CPF n.º 986.804.719-68, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ZOOOSE E BEM ESTAR ANIMAL, da Secretaria de Saúde, a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 809/2014.**

PORTARIA N.º 809, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CINARA RICARDO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 08/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 810/2014.**

PORTARIA N.º 810, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 01/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 811/2014.**

PORTARIA N.º 811, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de setembro de 2014:

MATRICULA	NOME
5717	Adriana Bessa da Silva
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
5679	Carlos Eduardo de Abreu
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5694	Elis Margreth Elizeu Hilário
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5664	Luzia Carlos de Oliveira
3759	Maria Aparecida dos Santos

5294	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 814/2014.**

PORTARIA N.º 814, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA SALETE VIEIRA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 5445, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 02/09/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 815/2014.**

PORTARIA N.º 815, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, Professora, matrícula funcional n.º 5320, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 11/09/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 816/2014.**

PORTARIA N.º 816, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, Professora, matrícula funcional n.º 4474, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 817/2014.**

PORTARIA N.º 817, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 111/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, Matrícula Funcional n.º 3764, no período de 16/09/2014 à 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 818/2014.**

PORTARIA N.º 818, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ALICE LOBO, Matrícula Funcional n.º 0083, referente à 2012/2013, no período de 01/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 820/2014.**

PORTARIA N.º 820, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora NÉSIA DE OLIVEIRA ANDRIOTTI, matrícula funcional n.º 3649, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 11 de agosto de 2014, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/08/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 821/2014.**

PORTARIA N.º 821, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANELISE BELARDINELLI CANAL, Professora, matrícula funcional n.º 5477, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 09/09/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 822/2014.**

PORTARIA N.º 822, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 01/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 823/2014.**

PORTARIA N.º 823, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL de 70% de seus vencimentos fixos, da Secretaria Municipal de Administração, da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula n.º 0017, em 01/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 824/2014.**

PORTARIA N.º 824, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 15 (quinze) dias, concedida através da Portaria n.º 802/2012 e suspensão através da Portaria n.º 123/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JORGE CARLOS DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0077, no período de 25/08/2014 à 08/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 25/08/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 825/2014.**

PORTARIA N.º 825, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ADRIANE DOS SANTOS, matrícula n.º 0009, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/09/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ADRIANE DOS SANTOS, CPF nº.846.090.959-04, fica designada para desenvolver junto ao Fórum deste Município a função de responsabilidade pela execução fiscal, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de setembro de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 826/2014.**

PORTARIA N.º 826, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SILCI ANTONIA MATTANA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0787, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 15/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 827/2014.**

PORTARIA N.º 827, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula n.º 00017, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/09/2014.  
§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula n.º 0017,

fica designada a responsabilidade por organizar e manter os arquivos de Leis e Decretos, da Prefeitura Municipal de Garopaba.  
§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 828/2014.**

PORTARIA N.º 828, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CINARA RICARDO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 08/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 832/2014.**

PORTARIA N.º 832, 22 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) HELTON LUIZ GODINHO BEDERODE, Contrato n.º 396/2013, em 19/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 833/2014.**

PORTARIA N.º 833, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora PATRÍCIA SCHOTT, Agente Administrativo, Matrícula n.º 3705, o valor de R\$ 247,07 (duzentos e quarenta e sete reais e sete centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 544/2011, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 834/2014.**

PORTARIA N.º 834, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JEROBAL GUIMARÃES, Matrícula Funcional n.º 0014, referente à 2013/2014, no período de 01/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 835/2014.**

PORTARIA N.º 835, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, Professora, matrícula funcional n.º 4474, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 11/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 836/2014.**

PORTARIA N.º 836, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ITAMAR CARVALHO FARACO, Matrícula Funcional n.º 3700, referente à 2013/2014, no período de 01/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 838/2014.**

PORTARIA N.º 838, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ZILMA DOS SANTOS DE ABREU, Contrato nº 214/2014, em 30/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 839/2014.**

PORTARIA N.º 839, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos  
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)  
servidor(a) SILCI ANTONIA MATTANA, , matrícula funcional n.º  
0787, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período  
de 30 (trinta) dias, a partir de 15/09/2014, conforme Laudo Médi-  
co Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 840/2014.**

PORTARIA N.º 840, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Mu-  
nicipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a)  
contratado(a) GIZELLI DE SOUZA JOVINO, Contrato n.º 232/2013,  
em 22/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/09/2014 .

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 843/2014.**

PORTARIA N.º 843, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei  
Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO,  
o(a) contratado(a) ELIS MARGRETH ELIZEU HILÁRIO, Contrato  
n.º 352/2014, em 23/09/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 837/2014.**

PORTARIA N.º 837, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos  
termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora  
KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, re-  
ferente à 2011/2012, no período de 01/10/2014 à 10/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 841/2014.**

PORTARIA N.º 841, DE 25 DE Setembro de 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDEGAR FURTADO RODRIGUES, matrícula n.º 3838, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio-Ambiente, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/09/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Alteração de Edital PMG Nº 069/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL**

Processo Licitatório PMG nº 069/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova, para atender as necessidades da Secretaria de Estratégias Rurais, conforme Memorial Descritivo. Convênio firmado entre o Município de Garuva e o Estado de Santa Catarina, conforme Proposta de Transferência nº 0000012510, Programa de Transferência nº 2014002318.

Devido a alterações no memorial descritivo do item a ser licitado, a nova data será a seguinte:

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/10/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo retificado está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 01 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1836/2014**

LEI Nº 1836, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

“DENOMINA VEREADOR REGINALDO MEWS O GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL VICENTE VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado “GINÁSIO DE ESPORTES VEREADOR REGINALDO MEWS”, o ginásio de esportes localizado na Escola Municipal Vicente Vieira, neste município.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação tomará as providências necessárias para aposição de placa indicativa no aludido prédio público.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



**Lei Nº 1837/2014**

LEI Nº 1837, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"Denomina via pública, e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado como Servidão Conquista do Litoral que se localiza na Estrada Palmeiras, distante 1.100 metros do entroncamento com a Estrada Geral dos Três Barras.

Art. 2º - A referida servidão possui uma extensão de aproximadamente 2.000,00 metros de comprimento e 6,00 metros de largura.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada Servidão, dando-se conhecimento da mesma a Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****SAMAE - GASPAR****Aviso de Concorrência Nº 52/2014 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº.52/2014

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis provenientes de domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais com características de domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar/SC.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 06/11/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 06/11/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 22 de agosto de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### Autorizações de Fornecimento 822/2014 E 823/2014 Referente ao Pregão 51/2014

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS</b></p> <p>CNPJ: 82.892.373/0001-89 Fone: 048.32620141          PRACA 06 DE NOVENBRO, 01          C.E.P.: 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC</p>	<p><b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b>  <b>Nr.: 822/2014</b></p> <p>Processo Administrativo: 71/2014          Processo Nr.: 71/2014          Data do Processo: 18/06/2014          Data da Homologação: 15/07/2014          Sequência da Adjudicação: 1          Data da Adjudicação: 15/07/2014</p> <p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 51/2014 - PR</b></p>
---	---

Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: .....

Folha: 1/1

Fornecedor: **BMC HYUNDAI S.A.** Código: 10516 Telefone:  
 Endereço: ROD PRESIDENTE DUTRA, SN - KM 315 Banco:  
 Cidade: Itatiaia - RJ - CEP: 27580-000 Agência:  
 CNPJ: 14.168.536/0001-25 Inscrição Estadual: Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

**Órgão:** 12 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS  
**Unidade:** 01 - Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos  
**Centro de Custo:**  
**Fonte de Recurso:** Recursos de Convênios da União Destinados a:  
**Dotações Utilizadas:** 1.027.4.4.90.00.00.00.00 (205) - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários

**Compl. Elemento:** 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos  
**Condições de Pagto:** CONFORME EDITAL  
**Prazo Entrega/Exec.:** CONFORME EDITAL  
**Local de Entrega:** CONFORME EDITAL - -  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 1004649-69/2013 - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.

**Observações:**

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	0,951	UND	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA CFME. ANEXO I DO EDITAL (42241)	HYUNDAI	205.000,00	195.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	195.000,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	195.000,00

Governador Celso Ramos, 19 de Setembro de 2014

\_\_\_\_\_  
 Prefeito Augusto Aristo Da Silva

\_\_\_\_\_  
 FORNECEDOR

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS</b>  CNPJ: 82.892.373/0001-89      Fone: 048.32620141 PRACA 06 DE NOVENBRO, 01 C.E.P.: 88190-000      - Governador Celso Ramos - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 823/2014</b>  Processo Administrativo: 71/2014 Processo Nr.: 71/2014 Data do Processo: 18/06/2014 Data da Homologação: 15/07/2014 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 15/07/2014  <b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 51/2014 - PR</b>
--	--

Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: ..... Folha: 1/1

Fornecedor: <b>BMC HYUNDAI S.A.</b> Endereço: ROD PRESIDENTE DUTRA, SN - KM 315 Cidade: Itatiaia - RJ - CEP: 27580-000 CNPJ: 14.168.536/0001-25      Inscrição Estadual:	Código: 10516      Telefone: Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 12 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS <b>Unidade:</b> 01 - Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos <b>Centro de Custo:</b> <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Ordinários <b>Dotações Utilizadas:</b> 1.027.4.4.90.00.00.00.00 (96) - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários  <b>Compl. Elemento:</b> 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos <b>Condições de Pagto:</b> CONFORME EDITAL <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> CONFORME EDITAL <b>Local de Entrega:</b> CONFORME EDITAL - - <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 1004649-69/2013 - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.  <b>Observações:</b>
--

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	0,049	UND	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA CFME. ANEXO I DO EDITAL (42241)	HYUNDAI	205.000,00	10.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					<b>Total Geral:</b>	10.000,00
					<b>Desconto:</b>	0,00
					<b>Total Líquido:</b>	10.000,00

Governador Celso Ramos, 19 de Setembro de 2014  <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> .....  Prefeito Augusto Aristo Da Silva </div> <div> .....  FORNECEDOR </div> </div>
---

# Grão Pará

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

### 13º Termo Aditivo ao Contrato N 10-2011 (Bf Construções)-FMS

#### DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 46 (quarenta e seis) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
CHRISTIAN FERNANDES  
Sócio Administrador  
Empresa Contratada

#### TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**DECRETO DF 60/2014 - ORÇAMENTO****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000060/14 de 1 de Outubro de 2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(008)3.3.50.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	35.000,00
(067)4.4.90.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	48.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>83.000,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(010)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	83.000,00
--	-----------

<b>Total Anulação:</b>	<b>83.000,00</b>
------------------------	------------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Outubro de 2014.**

\_\_\_\_\_  
**AMILTON ASCARI**  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 1 de Outubro de 2014.

\_\_\_\_\_  
**DIONE HEINZEN**  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaramirim

## PREFEITURA

### Ata 09 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2014

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 09/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ 09.056.757/0001-71

R\$ 1.872,50(HUM MIL E OITOCENTOS E SETENTA E DOIS Reais E CINQUENTA Centavos)

QUARK ENGENHARIA LTDA-ME

CNPJ 12.496.490/0001-48

R\$ 129.238,40(CENTO E VINTE E NOVE MIL E DUZENTOS E TRINTA E OITO Reais E QUARENTA Centavos)

LATINA COMERCIAL LTDA

CNPJ 12.626.885/0001-18

R\$ 17.670,00(DEZESSETE MIL E SEISCENTOS E SETENTA Reais)

TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS ME

CNPJ 07.270.992/0001-16

R\$ 25.693,00(VINTE E CINCO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E TRES Reais)

Vigência: Início: 25/03/2014 Término: 24/03/2015.

Guaramirim-SC, 07 de Abril de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### ATA 11 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2014

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 11/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E DEMAIS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

J.P. DE LIMA COMERCIO EPP

CNPJ 05.785.417/0001-20

R\$ 121.522,00(CENTO E VINTE E HUM MIL E QUINHENTOS E VINTE E DOIS Reais)

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME

CNPJ 06.220.022/0001-43

R\$ 72.579,50(SETENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA E NOVE Reais E CINQUENTA Centavos)

EXPRESSÃO COMERCIO DE MATERIAIS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 06.314.098/0001-38

R\$ 5.845,00(CINCO MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO Reais)

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ 07.483.630/0001-03

R\$ 46.097,00(QUARENTA E SEIS MIL E NOVENTA E SETE Reais)

JEVERSON JENIEL REGLY FABRICAÇÃO E EMBALAGENS PLASTICAS - ME

CNPJ 08.087.374/0001-06

R\$ 47.654,38(QUARENTA E SETE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO Reais E TRINTA E OITO Centavos)

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

CNPJ 01.648.513/0001-76

R\$ 43.414,50(QUARENTA E TRES MIL E QUATROCENTOS E QUATORZE Reais E CINQUENTA Centavos)

Vigência: Início: 25/03/2014 Término: 24/03/2015.

Guaramirim-SC, 07 de Abril de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**ATA 12 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2014

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 12/2014.

Objeto: Aquisição de Materiais Hidráulicos

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:

GUARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ 09.253.331/0001-08

R\$ 7.747,10(SETE MIL E SETECENTOS E QUARENTA E SETE Reais E DEZ Centavos)

KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ 15.843.503/0001-04

R\$ 10.550,80(DEZ MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA Reais E OITENTA Centavos)

COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

CNPJ 18.138.763/0001-69

R\$ 3.728,90(TRES MIL E SETECENTOS E VINTE E OITO Reais E NOVENTA Centavos)

VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA -ME

CNPJ 16.637.264/0001-90

R\$ 8.528,00(OITO MIL E QUINHENTOS E VINTE E OITO Reais)

Vigência: Início: 02/04/2014 Término: 02/04/2015.

Guaramirim-SC, 07 de Abril de 2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Valor do Contrato: de R\$ 4.188,00 ( Quatro mil cento e oitenta e oito reais )

Data da Assinatura: 02/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

Contrato nº 17/2014 - PMG

Contratada: CEQUIPEL IND. MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 00.325.400/0001-77, estabelecida na Rua Rui Barbosa,2980- Guatupe, São José dos Pinhais, PR.

Valor do Contrato: de R\$ 10.245,00 ( dez mil duzentos e quarenta e cinco reais )

Data da Assinatura: 02/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

Contrato nº 18/2014 - PMG

Contratada: DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o no 07.698.920/0001-74, estabelecida na Rua Tubarão, 250, Bom Jesus - Caçador SC

Valor do Contrato: de R\$ 8.364,00 ( oito mil trezentos e sessenta e quatro reais )

Data da Assinatura: 02/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

Contrato nº 19/2014 - PMG

Contratada: IRMAOS PACHECO COM. E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 15.874.834/0001-01, estabelecida na Rua Santo Antônio, 683- Jardim Hantschel, Rio Negrinho SC.

Valor do Contrato: de R\$ 4.698,00 ( Quatro mil seiscentos e noventa e oito reais )

Data da Assinatura: 02/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

Contrato nº 20/2014 - PMG

Contratada: SUPRIMOVEIS LTDA- EPP, inscrita no CNPJ sob o no 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Lauro Muller , 490, Praça, Tijucas SC.

Valor do Contrato: de R\$ 2.726,00 ( dois mil setecentos e vinte e seis reais )

Data da Assinatura: 02/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 22/04/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTR 15 2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

Processo de Licitação: 15/2014 -PMG.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. º2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contrato nº 16/2014 - PMG

Contratada: ESCOBRINQ LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o no 08.395.310/0001-64, estabelecida na Rua Edumundo Koch, 1527, Nereu Ramos, município de Jaraguá do Sul, SC

**CÂMARA MUNICIPAL****Licitação Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM  
CÂMARA DE VEREADORES DE GUARAMIRIM  
Comissão Permanente de Licitação  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO  
PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2014  
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, de acordo com a legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados, de acordo com a Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010 e Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, conforme Processo Interno n.º 002/2014, com o seguinte objeto:

**Objeto:**

Contratação de empresas para prestação de serviços de publicidade e propaganda, englobando as atividades de planejamento, criação de layouts e roteiros, produção de peças gráficas e eletrônicas, supervisão técnica junto aos fornecedores contratados, administração de mídia para veiculação das peças publicitárias em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, bem como junto aos demais meios de comunicação de acordo com as necessidades e planos da Câmara Municipal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, observados os termos da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965; do Decreto nº 57.690, de 01 de fevereiro de 1966; do Decreto nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002; das Normas-Padrão da Atividade Publicitária do CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), e de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos.

Os documentos referentes à PROPOSTA TÉCNICA e à PROPOSTA DE PREÇOS serão recebidas no dia 20 de Outubro de 2014, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores de Guaramirim.

O edital e demais elementos da licitação, bem como outras informações, poderão ser obtidas junto à Câmara Municipal, localizada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, Bairro Centro nesta cidade de Guaramirim, de segundas às sextas-feiras, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas e pelo telefone (47) 3373.0002.

Guaramirim/SC, 30 de Setembro de 2014.  
Aurélio Tadeu Tomaselli  
Presidente da Comissão de Licitação

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 1092/2014**

PORTARIA Nº 1092/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21 de setembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor ARY CHATEL (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente Operacional, Nível - 4, Referência "M", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1093/2014**

PORTARIA Nº 1093/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor ELTON VOLNEI MASCARELLO (Matr. 2785), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 29 de setembro de 2014 a 10 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1094/2014**

PORTARIA Nº 1094/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ANDRÉIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 8, Referência "D", Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2014 a 12 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1095/2014**

PORTARIA Nº 1095/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 929/2012, por mais 06 (seis) meses, a contar de 01 de Outubro de 2014, em que é concedida Licença Sem Remuneração ao Servidor RICARDO VILLELA ARMÊNIO (Matr. 666), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível/Referência - 13/1/D, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o art. 105, inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1096/2014**

PORTARIA Nº 1096/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ DE OLIVEIRA (Matr. 709), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2013 e 31 de março de 2014, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1097/2014**

PORTARIA Nº 1097/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor IRINEU MASCARELLO (Matr. 167), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "L" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de janeiro de 2013 e 02 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1098/2014**

PORTARIA Nº 1098/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AVELINO RUPPENTHAL (Matr. 167), ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Técnico em Edificação e Manutenção, Nível - 5, Referência "M" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de novembro de 2012 e 09 de novembro de 2013, para serem gozadas a contar de 01 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2014.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2014.

Convoca Audiência Pública Municipal

O Prefeito do Município de Herval d' Oeste, NELSON GUINDANI

No uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste, bem como, em atendimento à Lei Federal nº 12.594/2012 (que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE), em seu art. 5º, inciso II, e art. 7º, § 2,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Convocar a população em geral para participar de audiência pública para apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º. A Audiência Pública de que trata o art. 1º será realizada no dia 8 (oito) de outubro de 2014 (quarta-feira), às 13h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d' Oeste (SC).

Herval d' Oeste (SC), 30 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 1099/2014**

PORTARIA Nº 1099/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR a Servidora EUGÊNIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Administrador, Nível/ Referência - 12/1/E, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para atuar como Administrador de Saúde Pública da UPA 24 horas, de conformidade com o artigo 6º, Inciso I, da Lei Complementar nº 320/2014, de 18 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1100/2014**

PORTARIA Nº 1100/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor CARLOS ROGÉRIO LOPES DE LIMA (Matr. 2743), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Médico, Nível/ Referência - 14/B, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para atuar como Diretor/Responsável Clínico da UPA 24 horas, de conformidade com o artigo 6º, Inciso II, da Lei Complementar nº 320/2014, de 18 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**IPREVI/HO****Resolução Iprevi-Ho Nº 016/2014**

RESOLUÇÃO Nº 016/2014

"AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO LABORAL DOS SERVIDORES AFASTADOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E PARA VERIFICAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 179/2005, no art. 33, §§ 1º e 8º e nos artigos 4º a 7º do Regulamento para Avaliação da Incapacidade Laboral pela Perícia Médica do IPREVI-HO, aprovado pela Resolução IPREVI-HO nº 004/2010;

Considerando a necessidade de avaliação especializada diferenciada das perícias médicas rotineiras de auxílio-doença;

Considerando a deliberação e autorização do Conselho de Administração contida nas Atas nº 143, 144 e 145/2014;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Encaminhar servidores em gozo de benefício previdenciário para avaliação médica especializada nas doenças preponderantes que deram causa ao afastamento do trabalho para tratamento de saúde, destinadas a avaliar a capacidade laboral temporária ou parcial e/ou para avaliar casos de incapacidade definitiva ao trabalho, sendo: Maria de Lurdes de Paula Bertotti, Vivaldino Schuastz, Rosilene Eleutério Brandalise, Catarina Fernandes, Sebastião Pereira, Fabiana Corbari, Zenilisa Maria Friedrich e Sergio Comaretto;

Art. 2º Os valores a serem pagos pelas perícias médicas, em sendo valores diferentes daqueles credenciados, serão objeto de deliberação e autorização dos membros do Conselho de Administração, com registro em ata;

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 017/2014**

RESOLUÇÃO Nº 017/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMUM, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PARIDADE, À MARIA DE LURDES DE PAULA BERTOTTI."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando que a servidora Maria de Lurdes de Paula Bertotti recebeu indicação de perícia médica para Aposentadoria por Invalidez Permanente;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 015 de 12.07.2007 que "aprova o regulamento para avaliação de incapacidade laboral

pela Perícia Médica";

Considerando a incapacidade laborativa da servidora em caráter definitivo, devidamente atestada por exames médico-periciais do IPREVI-HO, através dos Profissionais Médicos Especialistas em Medicina do Trabalho e em Ortopedia, como portadora de doença incapacitante;

Considerando o Parecer Conclusivo da Junta Médica; e

Considerando a Portaria nº 929 de 05 de agosto de 2014;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, decorrente de Doença Comum, à Servidora Sra. Maria de Lurdes de Paula Bertotti, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "H", 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao período contributivo, com paridade; a partir de 05 de agosto de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 05 de agosto de 2014.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração

**Resolução Iprevi-Ho Nº 018/2014**

RESOLUÇÃO Nº 018/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMUM, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PARIDADE, À VIVALDINO SCHUASTZ."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando que o servidor Vivaldino Schuastz recebeu indicação de perícia médica para Aposentadoria por Invalidez Permanente;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 015 de 12.07.2007 que "aprova o regulamento para avaliação de incapacidade laboral pela Perícia Médica";

Considerando a incapacidade laborativa do servidor em caráter definitivo, devidamente atestada por exames médico-periciais do IPREVI-HO, através dos Profissionais Médicos Especialistas em Medicina do Trabalho e em Ortopedia, como portador de doença incapacitante;

Considerando o Parecer Conclusivo da Junta Médica; e

Considerando a Portaria nº 928 de 05 de agosto de 2014;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, decorrente de Doença Comum, ao

Servidor Sr. Vivaldino Schuastz, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "E", 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao período contributivo, com paridade; a partir de 05 de agosto de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 05 de agosto de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho  
de Administração

## **Termo de Credenciamento Nº 006/2014**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2014

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, neste ato representado pelo seu Gestor, a Senhora Silvana Lazzarini Bulla, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 907.308.609-49, doravante denominada CREDENCIANTE e a empresa: CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.321.004/0001-22, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. Aluar de Oliveira Pinto, portador da Carteira de Identidade n. 11/R 73.046 e CPF n. 003.156.059-87, doravante denominada CREDENCIADA, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo o artigo 25, da Lei 8.666/1993 e alterações, e o Edital de Credenciamento n. 02/2014 e seus Anexos e processo licitatório n. 03/2014, inexistência de licitação n. 01/2014,

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1. É objeto do presente o CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA, para prestação de serviços de perícias médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, para fins de concessão do benefício previdenciário de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez Permanente, e avaliação periódica de ex-Servidores Aposentados por Invalidez Permanente; nas especificações e em conformidade com os demais anexos, partes integrantes do edital.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do acima descrito e do Edital de credenciamento nº 002/2014 e nos termos da proposta apresentada pela mesma, são os seguintes: Fornecimento de Perícias Médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, referente à especialidade de Medicina do Trabalho.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **2.1 Obrigações da Credenciada**

2.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade, nas dependências da CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA à Avenida Santa Terezinha, nº 275, Centro, no Município de Joaçaba (SC).

2.1.2. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos servidores municipais, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).

2.1.3. Encaminhar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO até o dia 05 (cinco) do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.

2.1.4. Comunicar imediatamente à Diretoria Executiva do IPREVI-HO, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;

2.1.5. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O IPREVI-HO se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

2.1.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao IPREVI-HO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

2.1.7. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento;

2.1.8. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

#### **2.2. Obrigações do IPREVI-HO**

2.2.1. Fornecer, por intermédio do setor requisitante, todas as instruções necessárias à CREDENCIADA, para a prestação dos serviços;

2.2.2. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a Cláusula Quarta deste Termo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1. Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Termo correrão por conta da CREDENCIADA.

### **CLÁUSULA QUARTA**

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores aprovados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO;

4.2. O Município efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização da Nota Fiscal/Fatura e de relatório dos atendimentos/serviços prestados e/ou demais documentos comprobatórios da execução dos serviços contratados, devidamente assinados pelo representante legal da CREDENCIADA e atestados por servidor designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, Rua Nereu Ramos, 389, centro, Herval d' Oeste, SC, CNPJ/MF 07.733.382/0001-01, e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Estando sujeita a CREDENCIADA à retenção das contribuições devidas à seguridade social, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 209/99 do INSS, será procedida pelo IPREVI-HO a referida retenção, na forma da lei, obrigando-se a CREDENCIADA a apresentar as faturas como exigido na legislação pertinente.

4.5. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2014, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal.

5.1.1. Ocorrendo prorrogação do contrato, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da contratada neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste, o qual será analisado pelo IPREVI-HO.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1. A vigência do presente instrumento é até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93, até o período máximo de 60 meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o IPREVI-HO poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- a. Advertência;
- b. Multa na forma prevista no subitem 7.3;
- c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do IPREVI-HO, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
- f. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- g. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos

ao IPREVI-HO e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA NONA

9.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 002/2014 e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Modalidades de Aplicação:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE - IPREVI-HO

Projeto/Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI

Elemento Despesa: 339000000 Aplicações Diretas

Conta: 1201.2.087.3.3.90.00.00.00.00

Recursos Financeiros Próprios

10.2. Caso o IPREVI-HO optar pela prorrogação do Termo de Credenciamento, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

10.3. Facultar-se-á ao IPREVI-HO, quando o caso exigir, a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade e/ou após a deliberação pelo Conselho de Administração e emissão de Resolução própria.

10.4. O IPREVI-HO, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

11.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo;

11.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 Face à natureza Jurídica do Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, para as questões decorrentes deste Credenciamento, fica eleita a da Comarca de Herval d

'Oeste, SC, como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente Credenciamento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

HERVAL D' OESTE, SC, 08 de agosto de 2014.

CREDENCIANTE	CREDENCIADA
SILVANA LAZZARINI BULLA Presidente do Conselho de Administração CPF nº 907.308.609-49 Pelo IPREVI-HO	CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA Dr. Aluar de Oliveira Pinto CPF nº 003.156.059-87 Pela Empresa

Testemunhas:

FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI  
CPF: 494.748.399-72

CHARLENE RAMPAZZO  
CPF: 038.919.389-50

### **Termo de Credenciamento Nº 007/2014**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2014

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, neste ato representado pelo seu Gestor, a Senhora Silvana Lazzarini Bulla, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 907.308.609-49, doravante denominada CREDENCIANTE e a empresa: S.C. CLÍNICA MÉDICA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.754.064/0001-27, estabelecida na Rua Rolindo Casagrande nº 23, 1º andar, sala 03, Centro, no Município de Capinzal (SC), neste ato representada pelo Sr. João Antônio dos Santos da Conceição, portador da Carteira de Identidade Profissional n. 7.029 e CPF n. 571.840.200-06, doravante denominada CREDENCIADA, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo o artigo 25, da Lei 8.666/1993 e alterações, e o Edital de Credenciamento n. 02/2014 e seus Anexos e processo licitatório n. 04/2014, inexigibilidade de licitação n. 02/2014,

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1. É objeto do presente o CREDENCIAMENTO da empresa S.C. CLÍNICA MÉDICA - ME, para prestação de serviços de perícias médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, para fins de concessão do benefício previdenciário de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez Permanente, e avaliação periódica de ex-Servidores Aposentados por Invalidez Permanente; nas especificações e em conformidade com os demais anexos, partes integrantes do edital.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do acima descrito e do Edital de credenciamento nº 002/2014 e nos termos da proposta apresentada pela mesma, são os seguintes: Fornecimento de Perícias Médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, referente à especialidade de Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

##### **2.1 Obrigações da Credenciada**

2.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às

especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade, nas dependências da S.C. CLÍNICA MÉDICA - ME à Rua Rolindo Casagrande nº 23, 1º andar, sala 03, Centro, no Município de Capinzal (SC) e também em consultório cedido da Secretaria Municipal de Saúde, à Rua Nereu Ramos, Centro, no Município de Herval d' Oeste.

2.1.2. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos servidores municipais, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).

2.1.3. Encaminhar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO até o dia 05 (cinco) do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.

2.1.4. Comunicar imediatamente à Diretoria Executiva do IPREVI-HO, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;

2.1.5. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O IPREVI-HO se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

2.1.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao IPREVI-HO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

2.1.7. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento;

2.1.8. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

#### **2.2. Obrigações do IPREVI-HO**

2.2.1. Fornecer, por intermédio do setor requisitante, todas as instruções necessárias à CREDENCIADA, para a prestação dos serviços;

2.2.2. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a Cláusula Quarta deste Termo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1. Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Termo correrão por conta da CREDENCIADA.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores aprovados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO;

4.2. O Município efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização da Nota Fiscal/Fatura e de relatório dos atendimentos/serviços prestados e/ou demais documentos comprobatórios da execução dos serviços contratados, devidamente assinados pelo representante legal da CREDENCIADA e atestados por servidor designado.



4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste - IPREVI-HO, Rua Nereu Ramos, 389, centro, Herval d'Oeste, SC, CNPJ/MF 07.733.382/0001-01, e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Estando sujeita a CREDENCIADA à retenção das contribuições devidas à seguridade social, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 209/99 do INSS, será procedida pelo IPREVI-HO a referida retenção, na forma da lei, obrigando-se a CREDENCIADA a apresentar as faturas como exigido na legislação pertinente.

4.5. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. Fica suspensa a aplicação da cláusula de reajuste dos valores contratados no exercício financeiro de 2014, salvo disciplina diversa oriunda de Lei Federal.

5.1.1. Ocorrendo prorrogação do contrato, os valores propostos poderão ser reajustados após decorrido o primeiro ano contratual, com base no índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da contratada neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste, o qual será analisado pelo IPREVI-HO.

#### CLÁUSULA SEXTA

6.1. A vigência do presente instrumento é até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93, até o período máximo de 60 meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o IPREVI-HO poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- Advertência;
- Multa na forma prevista no subitem 7.3;
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do IPREVI-HO, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.3. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, quando a CREDENCIADA:

- Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a

terceiros;

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

e. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;

f. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

g. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao IPREVI-HO e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.4. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA NONA

9.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 002/2014 e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Modalidades de Aplicação:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE - IPREVI-HO

Projeto/Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI

Elemento Despesa: 339000000 Aplicações Diretas

Conta: 1201.2.087.3.3.90.00.00.00.00

Recursos Financeiros Próprios

10.2. Caso o IPREVI-HO optar pela prorrogação do Termo de Credenciamento, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

10.3. Facultar-se-á ao IPREVI-HO, quando o caso exigir, a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade e/ou após a deliberação pelo Conselho de Administração e emissão de Resolução própria.

10.4. O IPREVI-HO, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias;



11.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo;

11.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 Face à natureza Jurídica do Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO, para as questões decorrentes deste Credenciamento, fica eleita a da Comarca de Herval d' Oeste, SC, como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente Credenciamento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

HERVAL D' OESTE, SC, 08 de agosto de 2014.

CREDENCIANTE	CREDENCIADA
SILVANA LAZZARINI BULLA Presidente do Conselho de Administração CPF nº 907.308.609-49 Pelo IPREVI-HO	S.C. CLÍNICA MÉDICA - ME Dr. João Antônio dos Santos Conceição CPF nº 571.840.200-06 Pela Empresa

Testemunhas:

FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI  
CPF: 494.748.399-72

CHARLENE RAMPAZZO  
CPF: 038.919.389-50

## Resolução Iprevi-Ho Nº 019/2014

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 19/2014

"DETERMINA O VALOR A SER PAGO PELOS SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA RELATIVOS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE AUXÍLIO-SAÚDE E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE E À AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE EX-SERVIDORES APOSENTADOS POR INVALIDEZ PERMANENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando a vigência da Lei Complementar nº 0179 de 30.09.2005, que criou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste - IPREVI-HO;

Considerando a necessidade de cumprir o disposto no Capítulo V - Do Plano de Benefícios - Seção V - Do Auxílio-Doença, nos art. 37 e seus parágrafos e art. 38, da Lei Complementar nº 0179 de 30.09.2005;

Considerando o art. 33 e seus parágrafos, Seção I da Aposentadoria por Invalidez;

Considerando o disposto no Edital de Credenciamento nº 002/2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Remunerar por perícia médica para concessão do benefício de Auxílio-saúde, o valor de R\$ 169,00 (Cento e sessenta e nove reais);

Art. 2º Remunerar por perícia médica para concessão do benefício de aposentaria por invalidez e revisão periódica de ex-servidores aposentados por invalidez permanente, pelos médicos peritos do IPREVI - HO, o valor R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais);

Art. 3º Os valores previstos nos art. 1º e 2º servem de parâmetro, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse do IPREVI-HO e anuência das partes;

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução nº. 005/2014.

Herval d' Oeste (SC), 11 de agosto de 2014.

JAQUELINE RAZERA SILVANA  
Diretora Administrativa

LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho de Administração

## Certificado de Registro Cadastral Nº 006/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste

CNPJ/MF nº. 07.733.382/0001-01

Rua Nereu Ramos nº. 389

Credenciante

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

BANCO DO BRASIL S.A. / BB GESTÃO DE RECURSOS □ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A. -

CNPJ/MF nº. 30.822.936/0001-69

Agência Herval d' Oeste

Credenciado

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO Nº. 006/2014

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE - IPREVI-HO, Sra. SILVANA LAZZARINI BULLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei 8.666/1993, subsidiariamente às normas da Resolução CMN nº 3.922/2010, ao Edital nº 001/2014 e pela Resolução IPREVI-HO nº 014 de 03.06.2014, CERTIFICA:

Que o BANCO DO BRASIL S.A. / BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A.; está credenciado junto ao Cadastro de Instituições Financeiras do IPREVI-HO, para prestação de serviços especializados em administração de carteira de investimentos prevista na Resolução CMN nº 3.922/2010 dos recursos financeiros do Instituto.

O credenciamento desta Instituição Financeira junto ao cadastro do IPREVI-HO implica a necessidade de observância das disposições do edital pertinente e não obriga a Diretoria Financeira a realizar suas aplicações junto a esta, apenas a habilita e a qualifica para a opção pelo investimento, de acordo com a Política de Investimentos do IPREVI-HO.

Herval d' Oeste (SC), 14 de agosto de 2014.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho  
de Administração

### **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL Nº 007/2014**

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
de Herval d' Oeste

CNPJ/MF nº. 07.733.382/0001-01

Rua Nereu Ramos nº. 389

Credenciante

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

Caixa Econômica Federal - Agência Herval d' Oeste

CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04

Credenciada

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO Nº. 007/2014

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE - IPREVI-HO, Sra. SILVANA LAZZARINI BULLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei 8.666/1993, subsidiariamente às normas da Resolução CMN nº 3.922/2010, ao Edital nº 001/2014 e pela Resolução IPREVI-HO nº 014 de 03.06.2014, CERTIFICA:

Que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; está credenciada junto ao Cadastro de Instituições Financeiras do IPREVI-HO, para prestação de serviços especializados em administração de carteira de investimentos prevista na Resolução CMN nº 3.922/2010 dos recursos financeiros do Instituto.

O credenciamento desta Instituição Financeira junto ao cadastro do IPREVI-HO implica a necessidade de observância das disposições do edital pertinente e não obriga a Diretoria Financeira a realizar suas aplicações junto a esta, apenas a habilita e a qualifica para a opção pelo investimento, de acordo com a Política de Investimentos do IPREVI-HO.

Herval d' Oeste (SC), 19 de agosto de 2014.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho  
de Administração

### **RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 020/2014**

RESOLUÇÃO Nº 017/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMUM, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PARIDADE, À MARIA DE LURDES DE PAULA BERTOTTI."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando que a servidora Maria de Lurdes de Paula Bertotti recebeu indicação de perícia médica para Aposentadoria por Invalidez Permanente;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 015 de 12.07.2007 que "aprova o regulamento para avaliação de incapacidade laboral pela Perícia Médica";

Considerando a incapacidade laborativa da servidora em caráter definitivo, devidamente atestada por exames médico-periciais do IPREVI-HO, através dos Profissionais Médicos Especialistas em Medicina do Trabalho e em Ortopedia, como portadora de doença incapacitante;

Considerando o Parecer Conclusivo da Junta Médica; e

Considerando a Portaria nº 929 de 05 de agosto de 2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, decorrente de Doença Comum, à Servidora Sra. Maria de Lurdes de Paula Bertotti, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "H", 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao período contributivo, com paridade; a partir de 05 de agosto de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 05 de agosto de 2014.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração

**Certificado de Registro Cadastral Nº 008/2014**

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste

CNPJ/MF nº. 07.733.382/0001-01

Rua Nereu Ramos nº. 389

Credenciante

Estado de Santa Catarina

Município de Joaçaba

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ/MF nº. 90.400.888/0001-42

Agência - Joaçaba

Credenciado

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO Nº. 008/2014

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE - IPREVI-HO, Sra. SILVANA LAZZARINI BULLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei 8.666/1993, subsidiariamente às normas da Resolução CMN nº 3.922/2010, ao Edital nº 001/2014 e pela Resolução IPREVI-HO nº 014 de 03.06.2014, CERTIFICA:

Que o Banco SANTANDER (BRASIL) S.A.; está credenciado junto ao Cadastro de Instituições Financeiras do IPREVI-HO, para prestação de serviços especializados em administração de carteira de investimentos prevista na Resolução CMN nº 3.922/2010 dos recursos financeiros do Instituto.

O credenciamento desta Instituição Financeira junto ao cadastro do IPREVI-HO implica a necessidade de observância das disposições do edital pertinente e não obriga a Diretoria Financeira a realizar suas aplicações junto a esta, apenas a habilita e a qualifica para a opção pelo investimento, de acordo com a Política de Investimentos do IPREVI-HO.

Herval d' Oeste (SC), 08 de setembro de 2014.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho

de Administração

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 021/2014**

RESOLUÇÃO Nº 021/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, À SERVIDORA LUIZA SALETE BALESTRIN."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pela servidora Luiza Salete Balestrin em 13.08.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 948, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1020 de 09.09.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 6º da EC nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, à Servidora Luiza Salete Balestrin, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde Pública, Nível - 8, Classe "H", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 09 de setembro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 09 de setembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

de Administração

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 022/2014**

RESOLUÇÃO Nº 022/2014

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, AO SERVIDOR ANTONIO PEREIRA DE MORAES."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pela servidora Luiza Salete Balestrin em 03.09.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 949, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1025 de 10.09.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - COMUM, ao Servidor Antonio Pereira de Moraes, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível - 7, Classe "I", 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 10 de setembro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 10 de setembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA

Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho

de Administração

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 023/2014**

RESOLUÇÃO Nº 023/2014

“CONVERTE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, COM PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE, DA INATIVA SEBASTIANA JUREMA MARTINS EM PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES POR DECORRÊNCIA DE SEU ÓBITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando a Portaria nº 1040 de 18.09.2014;

Considerando o óbito da servidora inativa, Sra. Sebastiana Jurema Martins, ocorrido em 10.09.2014;

Considerando o requerimento do Sr. Herculano Martins datado de 16.09.2014;

Considerando o disposto nos artigos 46, 47, 48, 51 e 52 da LC nº 179/2005;

Considerando o disposto no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal;

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº. 261 de 01.04.2000, que concedeu Aposentadoria por Invalidez Permanente, com proventos integrais e paridade, à Sebastiana Jurema Martins;

Art. 2º Converter o benefício de aposentadoria por invalidez permanente de Sebastiana Jurema Martins, em decorrência do seu óbito, em benefício de “Pensão por Morte aos Dependentes”, equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, sem paridade, ao Sr. Herculano Martins;

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 19 de setembro de 2014.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração

**Resolução Iprevi-Ho Nº 024/2014**

RESOLUÇÃO Nº 024/2014

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ESPECIAL DE PROFESSOR, PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, COM PARIDADE, À SERVIDORA RENI CÂMARA.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, formalizado pela servidora Reni Camara em 03.09.2014;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 950, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1090 de 30.09.2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Especial de Professor de Educação Infantil e Fundamental, à servidora Reni Camara, Matrícula nº 82, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Classe “E”, do Anexo XI da LC nº 316/2013/Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 01 de outubro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 01 de outubro de 2014.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 025/2014**

RESOLUÇÃO Nº 025/2014

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMUM, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PARIDADE, À ZENILISA MARIA FRIEDRICH.”

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando que a servidora Zenilisa Maria Friedrich recebeu indicação de perícia médica para Aposentadoria por Invalidez Permanente;

Considerando a Resolução IPREVI-HO nº 015 de 12.07.2007 que “aprova o regulamento para avaliação de incapacidade laboral pela Perícia Médica”;

Considerando a incapacidade laborativa da servidora em caráter definitivo, devidamente atestada por exames médico-periciais do IPREVI-HO, através dos Profissionais Médicos Especialistas em Medicina do Trabalho e em Ortopedia, como portadora de doença incapacitante;

Considerando o Parecer Conclusivo da Junta Médica; e

Considerando a Portaria nº 1089 de 30 de setembro de 2014;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, decorrente de Doença Comum, à Servidora Zenilisa Maria Friedrich, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência - “F”, 40 horas semanais, com proventos proporcionais ao período contributivo, com paridade; a partir de 01 de outubro de 2014;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Herval d’ Oeste (SC), 01 de outubro de 2014.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração



# Ibiam

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2692/2014

DECRETO Nº 2692, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.  
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 006, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário - Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2014, conforme EDITAL nº 006, de 28 de agosto de 2014, para os seguintes cargos:

Auxiliar Administrativo (CRAS)	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	Veronise Rossatto de Moraes Zarpelon
002	Dariane Aparecida Gomes Ramos
005	Patrícia Brunetto
006	Odaia Moreira Schizzi
008	Cristiane Cordeiro de Morais
009	Leticia Cendron Rampon
010	Maria de Castro Carvalho
011	Josiane Raizer Busatto
012	Angélica Barth da Costa Recalcatti
013	Marilete de Castro Carvalho
015	Sirlei dos Santos Dias
016	Angelita Lidimir Costa
017	Silvana Costa da Silva
018	Silvana Trevisol
021	Joicieli Pôcera Ceron
025	Camila Bortoli
026	Juliana Macedo Trevisol
030	Rafaela de Souza Ribeiro
031	Ewerton Luiz Bertelli Tragancin

Psicóloga	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
004	Elis Regina da Rosa
020	Jamila Karine Busnello
022	Daiane Raizel de Meira
023	Paula Andressa Lopes Miri
027	Rochana Mendes
029	Delina Macan
032	Jane Maria Andretta
033	Karine Campagnaro Matias

Agente de Serviços Gerais	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
003	Rosane de Fátima Vargas Antunes
019	Jucelino Ferreira
024	Olivete dos Anjos Bortoli
028	Rodrigo Mendes Recalcatti

Art. 2º. Foram indeferidas as seguintes inscrições:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	MOTIVO
007	Damiane Vieira Dames	Faltou comprovante de escolaridade
014	Danieli Rodrigues	Faltou comprovante de escolaridade

Art. 3º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 03 de outubro de 2014, conforme item 3.2 do Edital nº 006/2014.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
01 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### Portaria Nº 216/2014

PORTARIA Nº 216, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando, parecer do Procurador Geral do Município;

Amparado no art. 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 201, de 22 de setembro de 2014, que desconta do vencimento valores do Setor de Fiscalização Tributária, do servidor SÉRGIO ANTONIO RAMOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de setembro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE SETEMBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal



## Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 217/2014**

PORTARIA Nº 217, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando, parecer do Procurador Geral do Município;

Amparado no art. 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 202, de 22 de setembro de 2014, que desconta do vencimento valores do Setor de Fiscalização Tributária, do servidor LAELCIO ANTONIO GASANIGA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de setembro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE Setembro de 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 218/2014**

PORTARIA Nº 218, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando, parecer do Procurador Geral do Município;

Amparado no art. 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 203, de 22 de setembro de 2014, que desconta do vencimento valores do Setor de Fiscalização

Tributária, do servidor CLOVIS JOSE BUSATTO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22 de setembro de 2014.  
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
24 DE Setembro de 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

## Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Processo 049 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 018/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de Lubrificantes, óleos, combustível e outros, para as diversas Secretarias Municipais, pelo período de até 12 meses.  
Entrega dos envelopes: 20/10/2014 até às 13:30 horas  
Abertura dos envelopes: 20/10/2014 às 13:45 horas  
Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário  
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.  
O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 01 de Outubro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiã

**Processo 050 2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014  
Sistema de Registro de Preços-SRP Nº 019/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de Lubrificantes, óleos, combustível e outros, para o FMS de Ibiã, pelo período de até 12 meses.  
Entrega dos envelopes: 20/10/2014 até às 13:30 horas  
Abertura dos envelopes: 20/10/2014 às 16:00 horas  
Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário  
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.  
O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 01 de Outubro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiã

**Imarui****PREFEITURA****Decreto Nº. 090, de 01 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº. 090, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTAURA SINDICANCIA/PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DE FATO NOTIFIADO DE BENEFICIADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.070/2014 - PJM/IMA subscrita pela Exma. Sr. Procuradora Jurídica Raquel Zanotelli narrando possível fato de acometimento de falta disciplinar;

CONSIDERANDO o despacho do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, datado de 30.05.2014 determinando a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO o despacho do Exmo. Sr. Prefeito, datado de 15.09.2014 reiterando a determinação para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.110/2014/SPM, subscrita pela Exma. Sr. Secretaria de promoção Social Sabrina Feliciano da Conceição, solicitando a abertura do devido Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO, por fim a Comunicação Interna n.051/2014/PAD da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância solicitando o ato de instauração do procedimento supra;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado a instauração de Sindicância e/ou Procedimento Administrativo disciplinar com a finalidade de apurar os fatos e/ou eventuais responsáveis decorrentes da denúncia de beneficiada do Programa Bolsa Família, da Secretaria de Promoção Social;

Art. 2º - O procedimento ora instaurado será conduzido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância instituída através do Decreto nº031/2014.

Imaruí, SC, 01 de outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

**Imbituba****PREFEITURA****Edital SEAGP Nº 133/2014**

EDITAL SEAGP Nº 133/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 001/2012, de 09 de FEVEREIRO de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2011, de 10 de FEVEREIRO de 2012, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Publico Nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 30 de SETEMBRO a 29 de OUTUBRO de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 30 de SEtembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerência De Gestão De Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 133/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

SERVENTE MERENDEIRA

JOZILENE SILVA DE SOUZA

# Indaial

## PREFEITURA

### Edital Nº 23/2014 - Pavimentação - Sistema Mutirão da Rua Montana, Bairro dos Estados.

Indaial, 08 de setembro de 2014

#### EDITAL Nº 23/2014

O Prefeito Municipal de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei 4.580 de 20 de Dezembro de 2011 e Decreto nº 2475/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão da Rua Montana, Bairro dos Estados, totalizando 3.044,40m² de pavimentação de lajota tijolão de concreto, e 749,60 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto (374,80 metros de extensão), importando a obra em R\$ 261.588,34 (Duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), iniciando na lateral da propriedade do Charles Fischer/ Condomínio Edifício dos Estados pelo lado direito e na propriedade de Carlos Fabiano Fistarol pelo lado esquerdo, terminando na propriedade de Rodrigo Setraghi pelo lado direito e na propriedade de Ivani Ivanoff Wolf pelo lado esquerdo.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

#### MEMORIAL DESCRITIVO

##### 1. MATERIAL

- 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 - Fornecimento de meio fio de concreto;
- 1.3 - Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
- 1.4 - Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 - Grelha para caixa coletora;
- 1.6 - Tubos de concreto diâmetro de 30cm e 40 cm;
- 1.7 - Cimento para rejunte.

##### 2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 - Colocação de lajota tijolão de concreto com prep. do colchão para assentamento das sarjetas;
- 2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 - Colocação de tubos pluviais e sanitários;
- 2.4 - Confecção de caixas coletoras;
- 2.5 - Abertura de vala para colocação de tubos;
- 2.6 - Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 - Caminhão para retirada de barro excedente;
- 2.8 - Caminhão para transporte de macadame para apiloamento de vala com tubos;
- 2.9 - Rolo compactador;
- 2.10 - Carregadeira para barro excedente.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	3.044,40	32,14	97.847,01
1.2 - Fornecimento de meio-fio de concreto	m	749,60	16,30	12.218,48
1.3 - Colchão de Areia	m³	555,89	50,20	27.905,82

1.4 - Tijolo comum para confecção de caixa coletora	unid.	2.000,00	0,50	1.000,00
1.5 - Grelha para Caixa Coletora	peça	20,00	48,00	960,00
1.6 - Cimento para rejunte	saco	8,00	22,00	176,00
1.7 - Tubos de concreto diâmetro de 30 cm	m	100,00	19,00	1.900,00
1.8 - Tubos de concreto diâmetro de 40 cm	m	350,00	27,00	9.450,00
TOTAL ITEM 01 = R\$				151.457,31

##### 2. MÃO-DE-OBRA

2.1 - Exec. de pav. c/ prep. de colchão de areia	m²	3.044,40	18,85	57.386,94
2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	749,60	8,53	6.394,09
2.3 - Execução de caixa coletora	unid.	20,00	100,00	2.000,00
2.4 - Máquina p/ abertura de valas p/ coloc. de tubos	h	80,00	80,00	6.400,00
2.5 - Colocação de tubos de concreto diâmetro 30cm	m	100,00	15,00	1.500,00
2.6 - Colocação de tubos de concreto diâmetro 40cm	M	350,00	15,00	5.250,00
2.6 - Máquina para preparação de cancha	h	50,00	240,00	12.000,00
2.7 - Rolo compactador	h	10,00	80,00	800,00
2.8 - Transporte de material excedente	h	40,00	80,00	3.200,00
2.9 - Carregadeira	h	100,00	80,00	8.000,00
2.10 - Transporte de material para apiloamento da vala	h	60,00	120,00	7.200,00
TOTAL ITEM 02 = R\$				110.131,03

TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$ 261.588,34

##### 3. CUSTOS DA OBRA

3.1 Participações dos moradores				166.056,67
3.2 - Participações do Poder Público				
3.2.1 - Testadas/Embocamentos				35.695,67
3.2.2 - Infraestrutura e melhorias				59.836,00
TOTAL ITEM 03 = R\$				261.588,34

##### DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS

	ÁREA	TESTADA	
PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	TOTAL
Lado Direito			
CHARLES FISCHER / CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DOS ESTADOS	57,60	14,40	3.817,15
MIRIAN ZIBELL	57,60	14,40	3.817,15
JUCINEIDE APARAECIDA MARTINS	57,60	14,40	3.817,15

VALDECIR JOSE DE LIMA	57,60	14,40	3.817,15
URSULA VOGEL DE OLIVEIRA	57,60	14,40	3.817,15
FERNANDA BERTOLUZZI/QUINTO BERTOLUZZI	57,60	14,40	3.817,15
DANIEL HENRIQUE	57,60	14,40	3.817,15
GLADYS GALLO MARTYL	57,60	14,40	3.817,15
RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA	57,60	14,40	3.817,15
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ÁREA VERDE	57,60	14,40	3.817,15
DEOMIR LOURENÇO CORDEIRO	57,60	14,40	3.817,15
ADRIANA DE FÁTIMA MADALENA	57,60	14,40	3.817,15
GILBERTO GIACOMONI	57,60	14,40	3.817,15
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ÁREA VERDE	57,60	14,40	3.817,15
EDERSON MAXIMINO	57,60	14,40	3.817,15
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ÁREA VERDE	57,60	14,40	3.817,15
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ÁREA VERDE	52,80	13,20	3.499,06
MUNICÍPIO DE INDAIAL - RUA PROJETADA	48,00	12,00	3.180,96
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ÁREA VERDE	68,00	17,00	4.506,36
MARCELO DA COSTA	57,60	14,40	3.817,15
CARLOS ALBERTO THEISS	57,60	14,40	3.817,15
OLDEMAR HILGARTO KITTEL	57,60	14,40	3.817,15
CARLOS ALBERTO THEISS	57,60	14,40	3.817,15
RAUL GOULART	57,60	14,40	3.817,15
RODRIGO SETRAGNI	57,60	14,40	3.817,15
RODRIGO SETRAGNI	63,20	15,80	4.188,26
Lado Esquerdo			
CARLOS FABIANO FISTAROL	76,00	19,00	5.036,52
ANGELITA LEMOS DO NASCIMENTO	60,00	15,00	3.976,20
JOSÉ EUSTÁQUIO RABELO	60,00	15,00	3.976,20
JOSÉ EUSTÁQUIO RABELO	60,00	15,00	3.976,20
ALBINO JOSÉ LOES	60,00	15,00	3.976,20
EMERSON ERMINIO SILVEIRA	60,00	15,00	3.976,20
SUELI TERESINHA MORAES	60,00	15,00	3.976,20
SIMONE FRANCIELI FRONZA	60,00	15,00	3.976,20
THIAGO ROBERTO SCHLEMPER	60,00	15,00	3.976,20
JOICE BIANNA DALZOTTO BRAZ DA SILVA	60,00	15,00	3.976,20
MARCS SENNA BOLSEN	60,00	15,00	3.976,20
DARCI ALOISIO WROBEL/VANETE TERESINHA WROBEL	60,00	15,00	3.976,20
TERESA MARIA DOS SANTOS	60,00	15,00	3.976,20
VALDECIR DE SOUZA BUENO	60,00	15,00	3.976,20
ANTONIO BLOEMER	76,00	19,00	5.036,52
CAMILA DA SILVA	74,00	18,50	4.903,98
CLEBER BLOEMER	69,60	17,40	4.612,39
ANDERSON JOSE MARÇANEIRO	57,12	14,28	3.785,34
IVALDO INÁCIO DE SOUZA	56,00	14,00	3.711,12
CRISTIANE SARDAGNA	63,44	15,86	4.204,17
IVANI IVANOFF WOLF	96,00	24,00	6.361,92

MUNICÍPIO DE INDAIAL - ENTRONCAMENTO RUA INDIANA	43,84	10,96	2.905,28
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ENTRONCAMENTO RUA HAWAI	48,00	12,00	3.180,96
MUNICÍPIO DE INDAIAL - ENTRONCAMENTO RUA NEVADA	59,20	14,80	3.923,18
MUNICÍPIO DE INDAIAL - EMBOC. RUAS HAWAI E NEVADA	46,00		3.048,42
TOTAL:			201.752,34

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

#### MODALIDADE DE PAGAMENTO

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..
3. O não pagamento implicará:
  - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
  - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
  - 3.3- CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

#### **Edital Nº 26/14 - Pavimentação - Sistema Mutirão da Rua Arnoldo Fritz, Bairro Warnow**

Indaial, 24 de setembro de 2014

#### EDITAL Nº 26/2014

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido nas Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto nº 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão da Rua Arnoldo Fritz, Bairro Warnow, totalizando 7.181,21 m² de pavimentação de lajota tijolão de concreto, importando a obra em R\$ 503.518,06 (quinhentos e três mil, quinhentos e dezoito reais e seis centavos), iniciando no Lote 01 do Loteamento Residencial Palmeira Indaiaí II de propriedade de RH Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo lado direito e no lote 84 de propriedade também de RH Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo lado esquerdo, terminando no embocamento com a Rua Werner Schlei, em ambos os lados.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

1. MATERIAL
  - 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
  - 1.2 - Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
  - 1.3 - Tijolos maciços para reparação de caixas coletoras;
  - 1.4 - Cimento para reparação de caixa coletora.e para rejunte;

#### 2. MÃO-DE-OBRA



- 2.1 - Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;  
 2.2 - Confeção de caixas coletoras;  
 2.3 - Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;  
 2.4 - Transporte de material excedente;  
 2.5 - Rolo compactador;  
 2.6 - Carregadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. MATERIAL				
1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	7.181,21	45,01	323.249,89
1.2 - Areia para preparo de colchão	m³	719,00	38,42	27.623,98
1.3 - Tijolo comum para reparação de caixa coletora	unid.	1.000,00	0,48	480,00
1.5- Cimento	saco	5,00	19,87	99,35
TOTAL ITEM 01 = R\$				351.453,22
2. MÃO-DE-OBRA				
2.1 - Exec. de pav. c/ prep. de colchão de areia	m²	7.181,21	17,41	125.024,84
2.2 - Reparação de caixa coletora	unid.	20,00	80,00	1.600,00
2.3 - Máquina para preparação de cancha	h	60,00	240,00	14.400,00
2.4 - Rolo compactador	h	18,00	80,00	1.440,00
2.5 - Transporte de material excedente	h	60,00	80,00	4.800,00
2.6 - Carregadeira	h	60,00	80,00	4.800,00
TOTAL ITEM 02 = R\$				152.064,84
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$				503.518,06
3. CUSTOS DA OBRA				
3.1 Participações dos moradores				447.733,96
3.2 - Participações do Poder Público				
3.2.1 - Embocamentos, testadas e viradouros				28.164,75
3.2.2 - Infraestrutura e melhorias				27.619,35
TOTAL ITEM 03 = R\$				503.518,06
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		ÁREA	TESTADA	
PROPRIETÁRIOS		(m²)	(m)	TOTAL R\$
Lado Direito				
R H Empreendimentos Imobiliários Ltda	147,05	29,41		9.745,00
Ivanor Bambinetti	60,00	12,00		3.976,20
Ivanor Bambinetti	60,00	12,00		3.976,20
Rafael Reckelberg	60,00	12,00		3.976,20
Nadir Simioni	60,00	12,00		3.976,20
Josenir Busarello	60,00	12,00		3.976,20
Josenir Busarello	60,00	12,00		3.976,20

Pedro A. Koshanski	60,00	12,00	3.976,20
Rogério Davi	60,00	12,00	3.976,20
Antonio de Souza Martins	64,35	12,87	4.264,47
Município de Indaial - FSNE -	15,00	3,00	994,05
Rodrigo Busnardo	61,05	12,21	4.045,78
Fernando Rothenburg	62,35	12,47	4.131,93
Celso Feuser	60,00	12,00	3.976,20
Rodrigo Vanderlinde	60,00	12,00	3.976,20
Perci Vieira dos Santos	60,00	12,00	3.976,20
Osmar José Neckel	60,00	12,00	3.976,20
Samuel Schmitt	60,00	12,00	3.976,20
Fabio Junior Giovanella	60,00	12,00	3.976,20
Cleberton Trapp	60,00	12,00	3.976,20
Antonio Albino de Abreu	60,00	12,00	3.976,20
Fabio Fritz	60,00	12,00	3.976,20
Valdomiro Angioletti	60,00	12,00	3.976,20
Ticyana Cani	60,00	12,00	3.976,20
Robson L Reinheimer	60,00	12,00	3.976,20
Anderson Rachadel	60,00	12,00	3.976,20
Anderson N. Galkowski	60,00	12,00	3.976,20
Marcio Adriano	60,00	12,00	3.976,20
Ariana Balduino	60,00	12,00	3.976,20
Paulo Krenkel	60,00	12,00	3.976,20
Paulo Krenkel	84,70	16,94	5.613,06
Município de Indaial -Emboc. Rua Norberto Passig	20,00	4,00	1.325,40
Município de Indaial -Testada Rua Norberto Passig	40,00	8,00	2.650,80
Roberto Renato Schumann	77,65	15,53	5.145,86
Tania Maria Zermiani	60,00	12,00	3.976,20
Luciano Raasch	60,00	12,00	3.976,20
Michael Lutkemaier	60,00	12,00	3.976,20
Erondina L. da Silveira	60,00	12,00	3.976,20
Marcia Kienen	60,00	12,00	3.976,20
Adécio Rodrigues Silva	60,00	12,00	3.976,20
Edson F. Rodrigues	60,00	12,00	3.976,20
Thiago Girardi	60,00	12,00	3.976,20
Vanderson Gabriel Piva	60,00	12,00	3.976,20
Manoel José Pacheco	60,00	12,00	3.976,20
Willian Gonzaga Dias	60,00	12,00	3.976,20
Marcio Andre Siquela	60,00	12,00	3.976,20
Moacir Blasius	60,00	12,00	3.976,20
Marcos Poffo	60,00	12,00	3.976,20
Maico Joel Lang	60,00	12,00	3.976,20
Jeferson Loz	60,00	12,00	3.976,20
Mauricio Felipe	60,00	12,00	3.976,20
Marcos Alupp Alves	60,00	12,00	3.976,20
Marcos do Amaral	86,36	17,27	5.723,07
Município de Indaial -Emboc. Rua Antonio Bauer	20,00	4,00	1.325,40
Município de Indaial -Testada Rua Norberto Passig	40,00	8,00	2.650,80
Sandra Helena Moraes do Amaral Porto	42,55	8,51	2.819,78
Gabriel Antonio Pauletti	42,55	8,51	2.819,78



Marco Antonio Mund	42,55	8,51	2.819,78
Orandina Tambosi Heringer	126,05	25,21	8.353,33
Município de Indaial - Emboc./ passeio Rua Werner Schlei	10,00	2,00	662,70
Lado Esquerdo			
R H Empreendimentos Imobili- ários Ltda	153,55	30,71	10.175,75
Cleonir Sehn	60,00	12,00	3.976,20
Alexandre Michelson	60,00	12,00	3.976,20
Anselmo Ruzkovski	60,00	12,00	3.976,20
Rita de Fatima Petri	60,00	12,00	3.976,20
Dirlei João da Cunha	60,00	12,00	3.976,20
Irio Dannehl	60,00	12,00	3.976,20
Franciele Wolter	60,00	12,00	3.976,20
Leandro Maciel Witte	60,00	12,00	3.976,20
Jeferson Juliano Dilda	50,00	10,00	3.313,50
Município de Indaial - F.S.N.E	15,00	3,00	994,05
Rafael Fachini	65,00	13,00	4.307,55
Jeferson Rogério Barbosa	60,00	12,00	3.976,20
Luan Marcel Piske	60,00	12,00	3.976,20
Geovane da Silva	60,00	12,00	3.976,20
Lindomar Pereira	60,00	12,00	3.976,20
Fernando Schmitt	60,00	12,00	3.976,20
Daniel Rossi	60,00	12,00	3.976,20
Daniel Rossi	60,00	12,00	3.976,20
Vilmar Petrowski	60,00	12,00	3.976,20
Vera Lucia Bambinetti	60,00	12,00	3.976,20
Ralf Graupe	60,00	12,00	3.976,20
Jaison da Silva	60,00	12,00	3.976,20
Jonas Salvador	60,00	12,00	3.976,20
Alan Rogério Jasper	60,00	12,00	3.976,20
Nair Belini	60,00	12,00	3.976,20
Município de Indaial - área verde	240,00	48,00	15.904,80
Neusa Carmen Giacomozzi	60,00	12,00	3.976,20
Edilson Duwe	60,00	12,00	3.976,20
César Felipe	60,00	12,00	3.976,20
Silmar Gilli	60,00	12,00	3.976,20
Ivair Paza	60,00	12,00	3.976,20
Diógenes Campestrini	60,00	12,00	3.976,20
Egon Kopsch	60,00	12,00	3.976,20
Ditmar Heinig	60,00	12,00	3.976,20
Ditmar Heinig	60,00	12,00	3.976,20
Neuzier dos Reis Cardoso	60,00	12,00	3.976,20
Daniela Vanzuita Jedliczka e Cleiton Schneider	60,00	12,00	3.976,20
Silvestre Andregtone	60,00	12,00	3.976,20
Marlene Warmling Negherbon	60,00	12,00	3.976,20
Vanessa Metzger	60,00	12,00	3.976,20
Orli Branco Cordova	60,00	12,00	3.976,20
Carlos Alexandre Cardoso	60,00	12,00	3.976,20
Izaquiel Barth da Silva	60,00	12,00	3.976,20
Osmar L. T. Ferreira	60,00	12,00	3.976,20
Silvio de Oliveira	60,00	12,00	3.976,20

Rodrigo Kurek	60,00	12,00	3.976,20
Sidnei Mafra	60,00	12,00	3.976,20
Lauro Koschowski	60,00	12,00	3.976,20
Juramir S. da Silva Maçaneiro	60,00	12,00	3.976,20
Edevaldo F. Simões Jr.	60,00	12,00	3.976,20
Município de Indaial - F.S.N.E.	15,00	3,00	994,05
Edson dos Santos	45,00	9,00	2.982,15
Gilsemar Frutuoso	60,00	12,00	3.976,20
Clarice Ferrari	60,00	12,00	3.976,20
Iolanda Franzoi Nunes	60,00	12,00	3.976,20
Iolanda Franzoi Nunes	85,45	17,09	5.662,77
Município de Indaial - Emboc./ passeio Rua Werner Schlei	10,00	2,00	662,70

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

#### MODALIDADE DE PAGAMENTO

- 1.Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
- 2.Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..
- 3.O não pagamento implicará:
  - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
  - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
  - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Cometido de Infração de Trânsito Nº 789 194/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 194/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJO5879	8789035455	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALC4012	8789036527	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUH0707	8789035471	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BFB5020	8789036037	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BIU3072	8789035257	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BTE3194	8789040495	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CSV7877	8789040835	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DDC8953	8789036534	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFU5362	8789035916	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DUU8449	8789036573	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HJE8242	8789036618	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HJK5852	8789035231	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
HRG4058	8789035541	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IAV0441	8789035250	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX5344	8789036330	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD6152	8789041211	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI0149	8789035353	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP8743	8789040700	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXT8872	8789035832	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC9045	8789036601	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL1709	8789035896	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL7334	8789035862	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN0081	8789035537	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAP0374	8789035406	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW2966	8789039840	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE6024	8789040291	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBY6722	8789035653	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE2741	8789035984	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS1220	8789040932	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA2853	8789041124	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF4272	8789036332	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG1701	8789035468	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP5152	8789035268	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ6803	8789036373	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV5231	8789035332	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD2967	8789040140	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD2967	8789040996	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI2057	8789040337	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM0158	8789039955	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM0976	8789036430	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR5902	8789040070	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV0809	8789036544	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW4024	8789035972	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG0913	8789035452	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL8309	8789035402	7463/0	23/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO9958	8789035934	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA7020	8789035323	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MID7317	8789035290	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE2542	8789036057	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF4764	8789035342	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF4764	8789036225	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN0150	8789040259	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1253	8789035480	7463/0	25/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJB0908	8789035476	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB0908	8789035481	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH4498	8789035819	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI4386	8789035344	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP5655	8789036022	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI4677	8789040092	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ5727	8789041105	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT2806	8789035420	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV1356	8789040373	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX2717	8789040270	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLL3352	8789036174	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP9601	8789035907	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW9797	8789036588	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 193/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 193/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFP9442	8789042331	7463/0	29/08/2014	218 * II
ARG1496	8789042460	7455/0	01/09/2014	218 * I
ATO8390	8789042287	7455/0	27/08/2014	218 * I
BTJ3967	8789042449	7455/0	01/09/2014	218 * I
DFT5062	8789041960	7455/0	19/08/2014	218 * I
DJB9504	8789042244	7455/0	26/08/2014	218 * I
IEO4905	8789042252	7455/0	26/08/2014	218 * I
IGG1749	8789042353	7455/0	29/08/2014	218 * I
KVN1417	8789042132	7455/0	24/08/2014	218 * I
LWU9360	8789042138	7455/0	24/08/2014	218 * I
LXJ0671	8789042354	7455/0	29/08/2014	218 * I
MAN7524	8789042343	7463/0	29/08/2014	218 * II
MBN5518	8789042402	7455/0	31/08/2014	218 * I
MBZ1406	8789042334	7455/0	29/08/2014	218 * I
MCH5252	8789042059	7463/0	22/08/2014	218 * II
MCH5252	8789042404	7463/0	31/08/2014	218 * II
MCQ5640	8789042370	7455/0	30/08/2014	218 * I
MCS3468	8789042295	7455/0	28/08/2014	218 * I
MCW5300	8789042466	7455/0	02/09/2014	218 * I
MDM8382	8789041945	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDU3363	8789041893	7455/0	17/08/2014	218 * I
MEJ2353	8789042448	7455/0	01/09/2014	218 * I
MET6955	8789042320	7455/0	28/08/2014	218 * I
MEX9420	8789042358	7455/0	29/08/2014	218 * I
MFF0138	8789042256	7455/0	27/08/2014	218 * I
MFG0564	8789041563	7455/0	08/08/2014	218 * I

1 / 2



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFP5957	8789042293	7471/0	28/08/2014	218 * III
MFW7163	8789042463	7455/0	01/09/2014	218 * I
MF3586	8789041801	7455/0	14/08/2014	218 * I
MGL3495	8789041866	7455/0	16/08/2014	218 * I
MHE4761	8789042220	7455/0	25/08/2014	218 * I
MHI5454	8789042399	7455/0	30/08/2014	218 * I
MHJ1975	8789042159	7455/0	24/08/2014	218 * I
MHK7032	8789042106	7455/0	23/08/2014	218 * I
MHQ0630	8789042314	7455/0	28/08/2014	218 * I
MHX6876	8789041834	7455/0	15/08/2014	218 * I
MIC1789	8789042424	7455/0	01/09/2014	218 * I
MJG8367	8789042344	7455/0	29/08/2014	218 * I
MJO9171	8789042222	7463/0	25/08/2014	218 * II
MKQ1025	8789042216	7455/0	25/08/2014	218 * I
MLX6352	8789042206	7455/0	25/08/2014	218 * I
MMH7700	8789042078	7455/0	22/08/2014	218 * I
MMH7700	8789042255	7455/0	27/08/2014	218 * I
NGR0247	8789042202	7455/0	25/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 192/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 192/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKX0022	8789024332	7455/0	19/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
DQE9790	8789039204	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DQE9790	8789039321	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EIS7536	8789032991	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HFI2071	8789039548	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
INE8954	8789036023	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXX0479	8789035955	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN6355	8789035392	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBF6445	8789035255	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA7277	8789039455	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH3315	8789039132	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR2050	8789039475	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ2504	8789023503	7471/0	09/10/2013	R\$ 574,61	218 * III
MHA8627	8789039071	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE3646	8789039460	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL6988	8789039092	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL6988	8789039606	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV2685	8789039091	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY3666	8789039485	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM2323	8789039095	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX0740	8789039414	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX0740	8789039544	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NLY9715	8789036466	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 191/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 191/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXG3432	8789041326	7455/0	29/07/2014	218 * I
CJB8184	8789041186	7455/0	02/08/2014	218 * I
CMO2383	8789041299	7455/0	08/08/2014	218 * I
CND1302	8789041499	7455/0	06/08/2014	218 * I
CND1302	8789041500	7463/0	06/08/2014	218 * II
DCC3137	8789040797	7455/0	26/07/2014	218 * I
JGT7202	8789041301	7455/0	08/08/2014	218 * I
LPQ0769	8789040820	7455/0	27/07/2014	218 * I
LXR6785	8789041005	7455/0	31/07/2014	218 * I
LXW8766	8789040442	7455/0	21/07/2014	218 * I
MBD5094	8789040342	7455/0	20/07/2014	218 * I
MDM3853	8789041175	7455/0	02/08/2014	218 * I
MDR9046	8789039992	7455/0	13/07/2014	218 * I
MFS4440	8789040585	7455/0	23/07/2014	218 * I
MGQ4446	8789040923	7455/0	29/07/2014	218 * I
MHO5158	8789041285	7463/0	03/08/2014	218 * II
MIJ5829	8789040696	7455/0	25/07/2014	218 * I
MJA8610	8789041007	7455/0	31/07/2014	218 * I
MJE8833	8789040787	7463/0	26/07/2014	218 * II
MJJ1760	8789041217	7455/0	03/08/2014	218 * I
MKD0740	8789040547	7455/0	22/07/2014	218 * I
MKD0740	8789040550	7455/0	22/07/2014	218 * I
MKO6604	8789041069	7455/0	01/08/2014	218 * I
MKQ6726	8789040739	7455/0	26/07/2014	218 * I
MLC9169	8789040079	7455/0	15/07/2014	218 * I
MLQ0353	8789040965	7463/0	30/07/2014	218 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OPY9453	8789041205	7455/0	02/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 190/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 190/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HTD8940	8789036047	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8526	8789036440	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 189/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 189/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW7422	8789040011	7463/0	13/07/2014	218 * II
ABV0757	8789040936	7455/0	30/07/2014	218 * I
ABW0431	8789041053	7455/0	31/07/2014	218 * I
ACW1855	8789041693	7455/0	11/08/2014	218 * I
AER1728	8789041609	7455/0	09/08/2014	218 * I
AHA6799	8789040517	7455/0	22/07/2014	218 * I
AJN3008	8789040366	7455/0	20/07/2014	218 * I
AJY0437	8789042025	7455/0	21/08/2014	218 * I
ALA6881	8789041128	7455/0	02/08/2014	218 * I
ALE1593	8789040474	7455/0	21/07/2014	218 * I
AME0488	8789039173	7463/0	30/06/2014	218 * II
ANE5249	8789041194	7455/0	02/08/2014	218 * I
AQC3776	8789040484	7455/0	21/07/2014	218 * I
AQK2638	8789041373	7455/0	04/08/2014	218 * I
ASX1520	8789041273	7455/0	03/08/2014	218 * I
ATG2201	8789039887	7455/0	12/07/2014	218 * I
AVC1919	8789041336	7455/0	02/08/2014	218 * I
AWI1667	8789041307	7455/0	10/08/2014	218 * I
BBQ1727	8789041427	7455/0	05/08/2014	218 * I
BRK3694	8789041586	7455/0	08/08/2014	218 * I
CCA6186	8789041303	7455/0	09/08/2014	218 * I
CKG4417	8789041143	7455/0	02/08/2014	218 * I
COQ1305	8789041300	7455/0	08/08/2014	218 * I
COX0685	8789042029	7455/0	21/08/2014	218 * I
CQR9858	8789041621	7455/0	09/08/2014	218 * I
CRB6160	8789040175	7455/0	17/07/2014	218 * I

1 / 8

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCC0985	8789041010	7455/0	31/07/2014	218 * I
DIV4649	8789041201	7455/0	02/08/2014	218 * I
DSU5868	8789041333	7455/0	01/08/2014	218 * I
DTB3088	8789040703	7455/0	25/07/2014	218 * I
DYB2996	8789040128	7455/0	16/07/2014	218 * I
DYF5298	8789041137	7455/0	02/08/2014	218 * I
EAY5467	8789040039	7455/0	14/07/2014	218 * I
EDI3332	8789041589	7455/0	08/08/2014	218 * I
FMW5300	8789040861	7455/0	27/07/2014	218 * I
HCS8705	8789040556	7455/0	22/07/2014	218 * I
HCS8705	8789040695	7455/0	25/07/2014	218 * I
HPI2987	8789041605	7455/0	09/08/2014	218 * I
HVQ9244	8789040272	7455/0	19/07/2014	218 * I
ICT4452	8789041571	7455/0	08/08/2014	218 * I
IOY4570	8789039180	7463/0	30/06/2014	218 * II
IPF9703	8789040006	7463/0	13/07/2014	218 * II
IRL0450	8789041140	7463/0	02/08/2014	218 * II
JQQ6631	8789041594	7455/0	09/08/2014	218 * I
JUZ2467	8789041378	7455/0	04/08/2014	218 * I
KVZ2914	8789040018	7455/0	13/07/2014	218 * I
LAC7086	8789040252	7455/0	18/07/2014	218 * I
LWY6175	8789041596	7471/0	09/08/2014	218 * III
LXD9482	8789040859	7455/0	27/07/2014	218 * I
LXF4607	8789041641	7455/0	10/08/2014	218 * I
LXK9214	8789040984	7455/0	30/07/2014	218 * I
LXN3692	8789041951	7455/0	19/08/2014	218 * I
LXO7353	8789040335	7455/0	20/07/2014	218 * I
LXP0882	8789040918	7455/0	29/07/2014	218 * I
LXR5131	8789039834	7455/0	12/07/2014	218 * I
LXT7945	8789041422	7455/0	05/08/2014	218 * I
LXY3399	8789041933	7471/0	18/08/2014	218 * III
LXZ9116	8789040189	7455/0	17/07/2014	218 * I
LYH9336	8789040467	7463/0	21/07/2014	218 * II
LYH9336	8789041061	7455/0	01/08/2014	218 * I
LYK0142	8789041057	7455/0	01/08/2014	218 * I
LYX1654	8789041793	7471/0	14/08/2014	218 * III
LYY6673	8789041798	7455/0	14/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZB2179	8789039819	7455/0	11/07/2014	218 * I
LZB6588	8789042047	7455/0	21/08/2014	218 * I
LZC2030	8789041116	7455/0	01/08/2014	218 * I
LZF4603	8789041823	7463/0	15/08/2014	218 * II
LZP5811	8789041752	7455/0	13/08/2014	218 * I
LZU0812	8789041680	7455/0	11/08/2014	218 * I
LZV2063	8789040485	7455/0	21/07/2014	218 * I
LZV2063	8789040611	7455/0	23/07/2014	218 * I
MAA7372	8789040088	7455/0	15/07/2014	218 * I
MAB4087	8789041375	7455/0	04/08/2014	218 * I
MAI2342	8789041660	7455/0	10/08/2014	218 * I
MAK0213	8789041842	7455/0	15/08/2014	218 * I
MAM2753	8789041068	7463/0	01/08/2014	218 * II
MAN0418	8789041130	7455/0	02/08/2014	218 * I
MAQ1209	8789041247	7455/0	03/08/2014	218 * I
MAZ7531	8789040375	7455/0	20/07/2014	218 * I
MBA4368	8789041580	7455/0	08/08/2014	218 * I
MBC8984	8789040215	7455/0	18/07/2014	218 * I
MBD6822	8789041416	7455/0	05/08/2014	218 * I
MBE9147	8789039831	7455/0	12/07/2014	218 * I
MBG9821	8789040045	7455/0	14/07/2014	218 * I
MBI1168	8789041385	7455/0	04/08/2014	218 * I
MBJ0788	8789040867	7455/0	28/07/2014	218 * I
MBJ1275	8789041732	7455/0	12/08/2014	218 * I
MBL3343	8789041957	7455/0	19/08/2014	218 * I
MBQ2311	8789040843	7455/0	27/07/2014	218 * I
MBS0677	8789040778	7455/0	26/07/2014	218 * I
MBU3662	8789041409	7455/0	05/08/2014	218 * I
MBV0610	8789041845	7455/0	16/08/2014	218 * I
MBV4484	8789040512	7463/0	22/07/2014	218 * II
MBZ1590	8789041166	7455/0	02/08/2014	218 * I
MBZ8439	8789041727	7455/0	12/08/2014	218 * I
MCC8793	8789041229	7455/0	03/08/2014	218 * I
MCE2741	8789040027	7455/0	13/07/2014	218 * I
MCG1522	8789041490	7455/0	06/08/2014	218 * I
MCJ0409	8789040120	7455/0	16/07/2014	218 * I
MCJ8737	8789041467	7455/0	06/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCL5967	8789041704	7463/0	11/08/2014	218 * II
MCM0332	8789040530	7455/0	22/07/2014	218 * I
MCT0125	8789040101	7463/0	16/07/2014	218 * II
MCT5054	8789041971	7455/0	20/08/2014	218 * I
MCU3766	8789040424	7455/0	18/07/2014	218 * I
MCV7096	8789040557	7455/0	22/07/2014	218 * I
MCX4965	8789041856	7455/0	16/08/2014	218 * I
MDB9380	8789040763	7455/0	26/07/2014	218 * I
MDC2497	8789039852	7455/0	12/07/2014	218 * I
MDC7682	8789041557	7455/0	07/08/2014	218 * I
MDF3232	8789041776	7455/0	14/08/2014	218 * I
MDI5776	8789041482	7455/0	06/08/2014	218 * I
MDJ1304	8789040806	7455/0	26/07/2014	218 * I
MDK5237	8789039945	7455/0	13/07/2014	218 * I
MDL5328	8789041929	7455/0	18/08/2014	218 * I
MDN5600	8789041232	7455/0	03/08/2014	218 * I
MDR8046	8789041974	7455/0	20/08/2014	218 * I
MDS1653	8789040002	7455/0	13/07/2014	218 * I
MDT6936	8789040300	7455/0	19/07/2014	218 * I
MEA2624	8789041998	7455/0	20/08/2014	218 * I
MEA3858	8789040529	7455/0	22/07/2014	218 * I
MED3270	8789040370	7455/0	20/07/2014	218 * I
MEE4127	8789041996	7455/0	20/08/2014	218 * I
MEF6390	8789040986	7455/0	30/07/2014	218 * I
MEI4122	8789039884	7455/0	12/07/2014	218 * I
MEI6379	8789040817	7455/0	27/07/2014	218 * I
MEI9505	8789040566	7455/0	22/07/2014	218 * I
MEJ2763	8789041780	7455/0	14/08/2014	218 * I
MEN0515	8789042009	7455/0	21/08/2014	218 * I
MEN0828	8789041348	7455/0	04/08/2014	218 * I
MEN5877	8789041632	7455/0	10/08/2014	218 * I
MER5755	8789039843	7455/0	12/07/2014	218 * I
MET4535	8789040642	7455/0	24/07/2014	218 * I
MEU8156	8789041430	7455/0	05/08/2014	218 * I
MEV2223	8789041281	7455/0	03/08/2014	218 * I
MFB3613	8789042030	7455/0	21/08/2014	218 * I
MFD5723	8789041032	7455/0	31/07/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFE8754	8789040575	7455/0	23/07/2014	218 * I
MFI8768	8789041579	7455/0	08/08/2014	218 * I
MFK4231	8789040019	7455/0	13/07/2014	218 * I
MF2900	8789040082	7455/0	15/07/2014	218 * I
MFP2702	8789040852	7463/0	27/07/2014	218 * II
MFP5945	8789040324	7455/0	20/07/2014	218 * I
MFQ6626	8789041234	7455/0	03/08/2014	218 * I
MFT3784	8789041549	7455/0	07/08/2014	218 * I
MFV4186	8789041543	7455/0	07/08/2014	218 * I
MFZ3040	8789041090	7455/0	01/08/2014	218 * I
MFZ7283	8789040035	7455/0	14/07/2014	218 * I
MGB0162	8789041839	7455/0	15/08/2014	218 * I
MGG1162	8789040108	7455/0	16/07/2014	218 * I
MGH9251	8789039976	7455/0	13/07/2014	218 * I
MGJ2723	8789041576	7455/0	08/08/2014	218 * I
MGL5716	8789041611	7455/0	09/08/2014	218 * I
MGL9463	8789039893	7455/0	12/07/2014	218 * I
MGM2738	8789040457	7455/0	21/07/2014	218 * I
MGR0093	8789040204	7455/0	18/07/2014	218 * I
MG3216	8789041985	7455/0	20/08/2014	218 * I
MGV5339	8789040146	7455/0	17/07/2014	218 * I
MGW1616	8789040038	7463/0	14/07/2014	218 * II
MGW2761	8789041830	7455/0	15/08/2014	218 * I
MGY2814	8789041721	7455/0	12/08/2014	218 * I
MGY7565	8789040214	7455/0	18/07/2014	218 * I
MGZ2439	8789041251	7455/0	03/08/2014	218 * I
MHA9672	8789040838	7455/0	27/07/2014	218 * I
MHB0552	8789041882	7455/0	17/08/2014	218 * I
MHB8269	8789041620	7455/0	09/08/2014	218 * I
MHD1062	8789041607	7455/0	09/08/2014	218 * I
MHG2495	8789040075	7455/0	15/07/2014	218 * I
MHH8383	8789041671	7455/0	11/08/2014	218 * I
MHJ1211	8789040028	7455/0	13/07/2014	218 * I
MHK8648	8789039958	7463/0	13/07/2014	218 * II
MHK9552	8789040939	7455/0	30/07/2014	218 * I
MHL9562	8789041473	7455/0	06/08/2014	218 * I
MHP4254	8789040444	7455/0	21/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR3624	8789041118	7455/0	01/08/2014	218 * I
MHS2491	8789040298	7463/0	19/07/2014	218 * II
MHV3659	8789041376	7455/0	04/08/2014	218 * I
MHX0549	8789041241	7455/0	03/08/2014	218 * I
MHY4185	8789040493	7455/0	21/07/2014	218 * I
MHY9355	8789041821	7455/0	15/08/2014	218 * I
MIA8726	8789039964	7471/0	13/07/2014	218 * III
MIE2542	8789040743	7455/0	26/07/2014	218 * I
MIG4393	8789041436	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIG4643	8789041514	7463/0	07/08/2014	218 * II
MIG6825	8789041545	7455/0	07/08/2014	218 * I
MIJ7898	8789040714	7455/0	25/07/2014	218 * I
MIN3257	8789040678	7463/0	25/07/2014	218 * II
MIP6959	8789042011	7455/0	21/08/2014	218 * I
MIS3029	8789041698	7455/0	11/08/2014	218 * I
MIX6917	8789041892	7455/0	17/08/2014	218 * I
MJC5633	8789041794	7455/0	14/08/2014	218 * I
MJD5266	8789041172	7455/0	02/08/2014	218 * I
MJE0309	8789039803	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJG0810	8789040891	7463/0	28/07/2014	218 * II
MJG1534	8789041901	7455/0	17/08/2014	218 * I
MJH8907	8789041908	7455/0	18/08/2014	218 * I
MJJ2727	8789042044	7455/0	21/08/2014	218 * I
MJK6112	8789041022	7455/0	31/07/2014	218 * I
MJK9274	8789041048	7455/0	31/07/2014	218 * I
MJO0876	8789039805	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJR0453	8789041565	7455/0	08/08/2014	218 * I
MJR6569	8789041412	7455/0	05/08/2014	218 * I
MJR9730	8789041012	7455/0	31/07/2014	218 * I
MJV0873	8789041662	7455/0	10/08/2014	218 * I
MJW6654	8789040100	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKC0504	8789041942	7455/0	19/08/2014	218 * I
MKD6341	8789041389	7455/0	04/08/2014	218 * I
MKD8945	8789041926	7463/0	18/08/2014	218 * II
MKG1501	8789040548	7455/0	22/07/2014	218 * I
MKJ4026	8789040747	7455/0	26/07/2014	218 * I
MKJ5747	8789041932	7455/0	18/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKJ8338	8789041146	7455/0	02/08/2014	218 * I
MKJ9120	8789040374	7455/0	20/07/2014	218 * I
MKK0674	8789040131	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKL6251	8789040725	7455/0	26/07/2014	218 * I
MKL6251	8789040726	7463/0	26/07/2014	218 * II
MKR4038	8789040309	7463/0	19/07/2014	218 * II
MKS1910	8789041958	7463/0	19/08/2014	218 * II
MKT0845	8789041117	7455/0	01/08/2014	218 * I
MKV0025	8789041469	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKY7404	8789039750	7455/0	11/07/2014	218 * I
MKZ0008	8789040620	7455/0	24/07/2014	218 * I
MKZ8772	8789042045	7471/0	21/08/2014	218 * III
MLA4926	8789041981	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLA4926	8789042016	7455/0	21/08/2014	218 * I
MLC8898	8789041806	7455/0	14/08/2014	218 * I
MLC9146	8789040084	7455/0	15/07/2014	218 * I
MLG6621	8789040445	7455/0	21/07/2014	218 * I
MLJ5038	8789041610	7455/0	09/08/2014	218 * I
MLK3384	8789040170	7463/0	17/07/2014	218 * II
MLL8941	8789041551	7463/0	07/08/2014	218 * II
MLN3090	8789041080	7455/0	01/08/2014	218 * I
MLN4626	8789041733	7455/0	12/08/2014	218 * I
MLN9023	8789041242	7455/0	03/08/2014	218 * I
MLN9023	8789041243	7455/0	03/08/2014	218 * I
MLW8273	8789041775	7455/0	14/08/2014	218 * I
MLX2785	8789040441	7463/0	21/07/2014	218 * II
MLY4474	8789042020	7455/0	21/08/2014	218 * I
MMA1700	8789040894	7455/0	28/07/2014	218 * I
MMB0484	8789041913	7455/0	18/08/2014	218 * I
MMB9501	8789041995	7455/0	20/08/2014	218 * I
MMD1567	8789040428	7455/0	19/07/2014	218 * I
MMD1567	8789040429	7455/0	19/07/2014	218 * I
MMH0328	8789039759	7463/0	11/07/2014	218 * II
MMI5075	8789040393	7455/0	12/07/2014	218 * I
MMK1937	8789040560	7455/0	22/07/2014	218 * I
MMK1966	8789041657	7455/0	10/08/2014	218 * I
MNC8707	8789040578	7455/0	23/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NIB6157	8789040689	7455/0	25/07/2014	218 * I
NKU8486	8789040954	7463/0	30/07/2014	218 * II
OKE7424	8789041324	7455/0	29/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº789 188/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 188/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ8781	8789037273	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHQ7677	8789034750	7463/0	23/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AIH0339	8789035242	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKP1036	8789036908	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKP6609	8789037067	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALC8384	8789036871	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
AMH7021	8789036079	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANX6039	8789035442	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVB3493	8789036482	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWO4311	8789036812	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BMD2908	8789034804	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CZK0743	8789037203	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DWK4365	8789037229	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
EAM5118	8789037281	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
EFR1177	8789036528	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HEF1649	8789034837	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJU9148	8789035492	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ION8515	8789034536	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
JLB7997	8789036099	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JVO4000	8789037390	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KNI4638	8789033681	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWR0545	8789037209	7463/0	25/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXF1593	8789036880	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXH3320	8789037076	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXH9571	8789036820	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV3553	8789035428	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ9732	8789036958	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG3815	8789036979	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAP7559	8789037282	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW4043	8789037188	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX3449	8789036822	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF8692	8789037318	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG6542	8789034880	7455/0	08/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV0702	8789036977	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE0685	8789037092	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT9105	8789036815	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW8581	8789037325	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY5849	8789035339	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD5408	8789037280	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK3424	8789037006	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT7619	8789037181	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC5282	8789037112	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE2374	8789036355	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789037002	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789037003	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES1818	8789037378	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY7711	8789036912	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY7711	8789037055	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFI8002	8789036891	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL0194	8789037335	7463/0	28/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFM0584	8789036890	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFU0194	8789037080	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ7490	8789036242	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA1325	8789034768	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD3808	8789037174	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI2411	8789036817	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGJ4958	8789036849	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN2375	8789037136	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP5292	8789037164	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA8809	8789036994	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE1009	8789035779	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG9123	8789037277	7463/0	27/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHH1977	8789037152	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW5001	8789036916	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA2217	8789037114	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK7693	8789037057	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL1590	8789037187	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO4079	8789037328	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0937	8789036626	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA8610	8789036938	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA8610	8789037368	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG5317	8789034897	7463/0	13/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG5317	8789034898	7463/0	13/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG5317	8789034899	7463/0	13/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJG8367	8789037374	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL4830	8789036272	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL5992	8789037322	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO4933	8789037221	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJP5862	8789036992	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR3586	8789035605	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU2530	8789037049	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU2802	8789035493	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV4569	8789037238	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY3666	8789035418	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ6617	8789037013	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG6685	8789036942	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI4690	8789036976	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ8602	8789037169	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV9341	8789037371	7463/0	28/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMB0779	8789036883	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM2211	8789036829	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº789 187/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 187/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACY7893	8789041918	7455/0	18/08/2014	218 * I
AGV5434	8789039137	7455/0	30/06/2014	218 * I
AKI6586	8789039911	7463/0	12/07/2014	218 * II
AKJ9714	8789040353	7455/0	20/07/2014	218 * I
ANS0082	8789039433	7455/0	03/07/2014	218 * I
AUL3325	8789040425	7455/0	19/07/2014	218 * I
BMK3089	8789039174	7455/0	30/06/2014	218 * I
CIO1863	8789040186	7455/0	17/07/2014	218 * I
COD1212	8789041741	7455/0	13/08/2014	218 * I
CQF4481	8789041847	7455/0	16/08/2014	218 * I
CQK6818	8789040736	7455/0	26/07/2014	218 * I
CTZ1867	8789039720	7455/0	10/07/2014	218 * I
CYS7934	8789039172	7455/0	30/06/2014	218 * I
DDQ1433	8789040359	7463/0	20/07/2014	218 * II
DJF5599	8789041838	7455/0	15/08/2014	218 * I
DJN0584	8789039612	7463/0	06/07/2014	218 * II
DYD6570	8789039349	7455/0	02/07/2014	218 * I
EEW7500	8789040099	7455/0	16/07/2014	218 * I
EKS0031	8789041509	7455/0	06/08/2014	218 * I
HAE6582	8789041761	7455/0	13/08/2014	218 * I
HJC0453	8789041919	7455/0	18/08/2014	218 * I
KES7169	8789041355	7455/0	04/08/2014	218 * I
LBW7381	8789039418	7455/0	03/07/2014	218 * I
LVO7118	8789039604	7455/0	06/07/2014	218 * I
LXF6637	8789041342	7463/0	04/08/2014	218 * II
LXG0390	8789039411	7455/0	03/07/2014	218 * I

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ4408	8789041829	7455/0	15/08/2014	218 * I
LXQ9242	8789041878	7455/0	17/08/2014	218 * I
LYA1479	8789041668	7455/0	11/08/2014	218 * I
LYA1479	8789041867	7455/0	16/08/2014	218 * I
LYG4645	8789039269	7455/0	01/07/2014	218 * I
LYK3209	8789039545	7455/0	05/07/2014	218 * I
LYV1873	8789039589	7455/0	06/07/2014	218 * I
LZA6554	8789040279	7455/0	19/07/2014	218 * I
LZE1375	8789041864	7455/0	16/08/2014	218 * I
LZP1130	8789039528	7455/0	05/07/2014	218 * I
LZR4609	8789039747	7455/0	10/07/2014	218 * I
LZV5555	8789040229	7455/0	18/07/2014	218 * I
LZX5313	8789039189	7455/0	30/06/2014	218 * I
LZZ7812	8789041520	7455/0	07/08/2014	218 * I
MAM2157	8789039117	7455/0	29/06/2014	218 * I
MAR6181	8789039692	7455/0	09/07/2014	218 * I
MAR6206	8789039655	7455/0	07/07/2014	218 * I
MBB1590	8789039255	7455/0	01/07/2014	218 * I
MBB5045	8789039512	7463/0	04/07/2014	218 * II
MBH2380	8789040107	7455/0	16/07/2014	218 * I
MBI2725	8789042001	7455/0	20/08/2014	218 * I
MBI6881	8789039430	7455/0	03/07/2014	218 * I
MBL9100	8789041782	7455/0	14/08/2014	218 * I
MBN5518	8789039722	7463/0	10/07/2014	218 * II
MBR9667	8789041462	7455/0	06/08/2014	218 * I
MCF7067	8789040076	7463/0	15/07/2014	218 * II
MCH5252	8789041448	7455/0	05/08/2014	218 * I
MCH5252	8789041805	7455/0	14/08/2014	218 * I
MCQ7002	8789039533	7455/0	05/07/2014	218 * I
MDH7593	8789039482	7455/0	04/07/2014	218 * I
MDH8501	8789039895	7455/0	12/07/2014	218 * I
MDK3297	8789039359	7455/0	02/07/2014	218 * I
MDM9746	8789041738	7455/0	12/08/2014	218 * I
MDT6222	8789039696	7455/0	09/07/2014	218 * I
MDW2150	8789041891	7455/0	17/08/2014	218 * I
MDZ4107	8789039621	7455/0	06/07/2014	218 * I
MED7781	8789039728	7455/0	10/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEE7393	8789040875	7455/0	28/07/2014	218 * I
MEF4272	8789039221	7455/0	01/07/2014	218 * I
MEI4671	8789041717	7455/0	12/08/2014	218 * I
MEI4671	8789041718	7455/0	12/08/2014	218 * I
MEI4671	8789041737	7455/0	12/08/2014	218 * I
MEI5906	8789039315	7455/0	02/07/2014	218 * I
MEK2423	8789040014	7455/0	13/07/2014	218 * I
MEK7788	8789041710	7455/0	12/08/2014	218 * I
MEP7093	8789039295	7455/0	01/07/2014	218 * I
MEZ3652	8789039600	7455/0	06/07/2014	218 * I
MFE2200	8789039343	7455/0	02/07/2014	218 * I
MFM6145	8789041953	7455/0	19/08/2014	218 * I
MFM8536	8789040686	7455/0	25/07/2014	218 * I
MFN6406	8789039397	7455/0	03/07/2014	218 * I
MFP5957	8789041774	7471/0	14/08/2014	218 * III
MFW1717	8789039764	7455/0	11/07/2014	218 * I
MGD0698	8789039215	7455/0	01/07/2014	218 * I
MGL3495	8789040992	7455/0	30/07/2014	218 * I
MGO6411	8789041807	7463/0	14/08/2014	218 * II
MGQ1759	8789039185	7463/0	30/06/2014	218 * II
MGV9938	8789039608	7471/0	06/07/2014	218 * III
MGX1017	8789040238	7455/0	18/07/2014	218 * I
MGZ1902	8789039454	7455/0	04/07/2014	218 * I
MGZ3771	8789039739	7455/0	10/07/2014	218 * I
MHG5069	8789039477	7455/0	04/07/2014	218 * I
MHL2926	8789041730	7455/0	12/08/2014	218 * I
MHN3260	8789039868	7455/0	12/07/2014	218 * I
MHN4319	8789041460	7455/0	06/08/2014	218 * I
MHS0658	8789041365	7455/0	04/08/2014	218 * I
MHX0201	8789039435	7455/0	03/07/2014	218 * I
MHZ7069	8789041458	7455/0	06/08/2014	218 * I
MIA3318	8789039353	7455/0	02/07/2014	218 * I
MIC8812	8789041502	7455/0	06/08/2014	218 * I
MIE4061	8789041510	7463/0	06/08/2014	218 * II
MIJ0872	8789039438	7463/0	03/07/2014	218 * II
MIL0999	8789041450	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIM2359	8789041777	7455/0	14/08/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO4079	8789041666	7455/0	11/08/2014	218 * I
MIO6173	8789039136	7463/0	29/06/2014	218 * II
MIO7788	8789041763	7455/0	13/08/2014	218 * I
MIS0151	8789041770	7455/0	13/08/2014	218 * I
MIT8221	8789039808	7455/0	11/07/2014	218 * I
MIW5021	8789041405	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIW5021	8789041561	7455/0	07/08/2014	218 * I
MIX2399	8789039999	7455/0	13/07/2014	218 * I
MJB4875	8789039082	7455/0	29/06/2014	218 * I
MJD4765	8789040334	7455/0	20/07/2014	218 * I
MJD9043	8789039150	7455/0	30/06/2014	218 * I
MJF6759	8789041954	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJG4918	8789041529	7463/0	07/08/2014	218 * II
MJJ1612	8789039903	7455/0	12/07/2014	218 * I
MJJ2498	8789039664	7455/0	08/07/2014	218 * I
MJL0586	8789041748	7455/0	13/08/2014	218 * I
MJL2422	8789039595	7455/0	06/07/2014	218 * I
MJQ2790	8789041493	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKG8304	8789039334	7455/0	02/07/2014	218 * I
MKR5540	8789039118	7455/0	29/06/2014	218 * I
MKT4648	8789039742	7455/0	10/07/2014	218 * I
MKT7259	8789039729	7455/0	10/07/2014	218 * I
MKX3527	8789039156	7455/0	30/06/2014	218 * I
MKZ0783	8789041713	7455/0	12/08/2014	218 * I
MLD0284	8789040289	7455/0	19/07/2014	218 * I
MLE1226	8789039332	7463/0	02/07/2014	218 * II
MLG4254	8789039083	7455/0	29/06/2014	218 * I
MLG6685	8789041515	7455/0	07/08/2014	218 * I
MLJ0011	8789039306	7455/0	02/07/2014	218 * I
MLK1457	8789039874	7455/0	12/07/2014	218 * I
MLN3921	8789039508	7455/0	04/07/2014	218 * I
MLP8012	8789041872	7463/0	16/08/2014	218 * II
MLP8012	8789041873	7455/0	16/08/2014	218 * I
MLP8012	8789041874	7455/0	16/08/2014	218 * I
MLS8181	8789039168	7455/0	30/06/2014	218 * I
MLS8181	8789039169	7455/0	30/06/2014	218 * I
MLS8181	8789039601	7455/0	06/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLS9225	8789039219	7455/0	01/07/2014	218 * I
MLX1641	8789039388	7455/0	03/07/2014	218 * I
MLX1641	8789039737	7455/0	10/07/2014	218 * I
MLX2785	8789039800	7455/0	11/07/2014	218 * I
MMB7532	8789039867	7463/0	12/07/2014	218 * II
MMC8756	8789041425	7455/0	05/08/2014	218 * I
MMH0307	8789039357	7455/0	02/07/2014	218 * I
MMM0825	8789039134	7455/0	29/06/2014	218 * I
QHA4975	8789041695	7455/0	11/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1554/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1554/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW6776	54430774E	6270/0	05/07/2014	R\$ 127,69	220 * II
MEK5965	55720017D	5185/1	13/08/2013	R\$ 127,69	167
MFS9189	55485670E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MGL0234	54427444E	7056/1	08/05/2014	R\$ 191,53	244 * III
MGL0234	54427445E	5835/0	08/05/2014	R\$ 127,69	195
MJW6434	54430553E	5185/1	29/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1552/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1552/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK5227	55486033E	5185/1	09/09/2014	167
DHK4201	54430983E	5193/0	16/08/2014	168
LXM2979	54430674E	5185/1	15/09/2014	167
LYC7938	55486029E	5193/0	08/09/2014	168
MAA8242	55485928E	6050/2	13/08/2014	208
MAA8242	55485929E	5835/0	13/08/2014	195
MAA8242	55485955E	6050/2	13/08/2014	208
MAA8242	55485956E	5215/2	13/08/2014	170
MAA8242	55485957E	5215/2	13/08/2014	170
MCI3627	55486013E	5380/0	01/09/2014	181 * I
MCI6482	55486017E	5185/1	04/09/2014	167
MDC7957	55485954E	5541/4	13/08/2014	181 * XVII
MEM7061	55486019E	5185/1	06/09/2014	167
MGW6109	55486107E	5541/1	16/09/2014	181 * XVII
MGZ1619	55720702E	5835/0	07/09/2014	195
MHJ2047	55486108E	5207/0	16/09/2014	169
MHJ2047	55486109E	6050/2	16/09/2014	208
MHQ9688	54430569E	7366/2	17/08/2014	252 * VI
MIT9085	54429863E	5185/1	10/09/2014	167
MLD8715	54430521E	5185/1	13/08/2014	167
MLN6026	55485767E	5185/1	06/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1550/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1550/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV1901	54426057E	5185/1	10/05/2013	R\$ 127,69	167
MBF3532	54426895E	5835/0	17/06/2013	R\$ 127,69	195
MBH6304	54429758E	7056/1	23/09/2013	R\$ 191,53	244 * III
MBH6304	54429759E	5835/0	23/09/2013	R\$ 127,69	195
MEG4645	55485806E	5193/0	16/07/2014	R\$ 191,53	168
MEU5178	54430085E	5835/0	02/07/2014	R\$ 127,69	195
MEU5178	54430087E	6270/0	02/07/2014	R\$ 127,69	220 * II
MEU5178	54430088E	5908/0	02/07/2014	R\$ 127,69	202 * I
MF6977	55485823E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHE1551	55719618D	5428/1	20/08/2013	R\$ 191,53	181 * V
MHR6209	55720999D	6050/2	11/11/2013	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1548/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1548/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIG2385	55486034E	5185/1	09/09/2014	167
LXZ7494	55486027E	5185/1	08/09/2014	167
LZI1923	55486073E	7064/0	08/09/2014	244 * IV
LZP7661	55486069E	5452/3	04/09/2014	181 * VIII
LZX3367	54430530E	5452/1	24/08/2014	181 * VIII
MBV4656	55485849E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MCR3095	55486082E	5541/1	09/09/2014	181 * XVII
MDP0385	54430349E	6270/0	01/09/2014	220 * II
MDP9402	54430336E	5835/0	25/08/2014	195
MDP9402	54430337E	5819/1	25/08/2014	193
MDP9402	54430338E	6050/2	25/08/2014	208
MDY4607	54430963E	5967/0	03/08/2014	203 * V
MFY3277	55485887E	5185/2	08/08/2014	167
MGP3829	55486030E	5185/1	08/09/2014	167
MGV3159	54430668E	5541/5	30/08/2014	181 * XVII
MIW2548	54430350E	6270/0	01/09/2014	220 * II
MJM8496	54430533E	5568/0	01/09/2014	181 * XIX
MJR9730	55485900E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MKE9324	55485877E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MKR7800	55486075E	5568/0	08/09/2014	181 * XIX
MLX8836	54428691E	5835/0	24/08/2014	195
MLY9394	54430670E	5967/0	30/08/2014	203 * V
MMM9092	54430798E	5541/5	04/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1546/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1546/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZC2191	55721780D	7366/2	13/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1544/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1544/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IQA4751	55485760E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
MDI2860	55485859E	5452/1	30/07/2014	181 * VIII
MDU2803	55485995E	5541/1	26/08/2014	181 * XVII
MEA2853	55486000E	5185/1	28/08/2014	167
MEC6171	55485851E	5380/0	24/07/2014	181 * I
MGU7634	55485973E	5185/1	22/08/2014	167
MHC4094	55485937E	7366/2	22/08/2014	252 * VI
MIC7619	55485831E	5452/6	04/08/2014	181 * VIII
MIU0167	54430918E	6270/0	03/08/2014	220 * II
MKD0234	55485989E	5967/0	25/08/2014	203 * V
MLB7621	55485967E	5967/0	21/08/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1542/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1542/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATK4345	54428151E	5940/1	08/05/2014	R\$ 191,53	203 * III
LXR8860	55040746D	6270/0	21/06/2014	R\$ 127,69	220 * II
LYV8640	54430110E	5185/1	24/05/2014	R\$ 127,69	167
MES1987	54428649E	5185/1	31/03/2014	R\$ 127,69	167
MFR3423	54430212E	7048/1	01/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MID8944	55485551E	7366/2	27/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MID8944	55485552E	5185/1	27/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1540/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1540/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACC7184	54430626E	5835/0	10/08/2014	195
AEZ0734	55485920E	5460/0	12/08/2014	181 * IX
COX0685	54430522E	5185/1	14/08/2014	167
KJI8329	55485974E	5452/6	22/08/2014	181 * VIII
MAT9764	55485983E	5967/0	25/08/2014	203 * V
MBB2711	55485925E	5193/0	13/08/2014	168
MBB2711	55485926E	5185/1	13/08/2014	167
MBF3557	55485754E	7366/2	16/07/2014	252 * VI
MCV0226	55485587E	5568/0	09/07/2014	181 * XIX
MEI4671	55485935E	5185/1	21/08/2014	167
MEL4209	55485812E	5185/1	19/07/2014	167
MEL4209	55485813E	6858/0	19/07/2014	231 * VII
MFV5437	55485923E	5185/1	12/08/2014	167
MGU1154	55485932E	5380/0	18/08/2014	181 * I
MHD1868	55485591E	7366/2	12/07/2014	252 * VI
MHM5649	55485922E	5207/0	12/08/2014	169
MLI3054	55485814E	7048/1	20/07/2014	244 * II
MLY8855	55485953E	7366/2	11/08/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1528/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1528/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACD8930	55485671E	5541/1	05/07/2014	181 * XVII
DTA5851	55485581E	5193/0	07/07/2014	168
MAV4939	55485664E	5193/0	02/07/2014	168
MBC1263	54430608E	7056/1	20/07/2014	244 * III
MDQ5201	55485657E	6130/0	01/07/2014	214 * II
MDT0062	55485675E	5819/1	05/07/2014	193
MFL3129	54430791E	7030/1	25/07/2014	244 * I
MIH4025	55485579E	5967/0	07/07/2014	203 * V
MKX8611	55485504E	5185/1	01/07/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1530/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1530/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZE9450	55722157D	7366/2	19/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1532/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1532/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXH3599	55485834E	6858/0	04/08/2014	231 * VII
CIT1493	54428294E	5835/0	13/07/2014	195
IET1648	54430095E	7366/2	10/07/2014	252 * VI
LZP7441	55485874E	6270/0	07/08/2014	220 * II
MAD6060	54428291E	5185/1	13/07/2014	167
MBU9752	55485890E	5207/0	08/08/2014	169
MER3775	55485512E	5452/1	02/08/2014	181 * VIII
MFF0138	55485826E	5185/1	30/07/2014	167
MFF0138	55485827E	7366/2	30/07/2014	252 * VI
MGF7896	55485836E	5452/3	05/08/2014	181 * VIII
MGF7896	55485838E	5185/1	05/08/2014	167
MIO7788	55485882E	7366/2	08/08/2014	252 * VI
MJD7700	54430604E	7234/0	09/07/2014	250 * I * a
MKG1397	55485829E	5185/1	01/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1534/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1534/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY4641	55720564D	7030/2	12/09/2013	R\$ 191,53	244 * I
MFD1748	54428427E	5460/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1536/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1536/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMU6108	54430975E	5185/1	04/08/2014	167
LZO4873	54428800E	5185/1	20/07/2014	167
MAW0146	55485830E	7366/2	01/08/2014	252 * VI
MEF5794	55485901E	6858/0	07/08/2014	231 * VII
MEF5794	55485902E	5185/1	07/08/2014	167
MEW6713	55485871E	5185/1	07/08/2014	167
MFC9301	54430307E	6270/0	22/07/2014	220 * II
MHH4846	54430851E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MLD8715	54430782E	6050/1	11/07/2014	208
MZA3541	54430621E	5835/0	02/08/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1538/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1538/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX9283	54427395E	5843/3	01/04/2014	R\$ 127,69	196
MFY2217	55722190D	5410/0	12/04/2014	R\$ 85,12	181 * IV
MKX1004	54428443E	5835/0	27/06/2014	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 181/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 181/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABH3472	8789039972	7455/0	13/07/2014	218 * I
ACI7774	8789040228	7463/0	18/07/2014	218 * II
AEA6503	8789040597	7455/0	23/07/2014	218 * I
AFP9442	8789041026	7455/0	31/07/2014	218 * I
AHC4119	8789037021	7455/0	21/05/2014	218 * I
AJA7487	8789040390	7455/0	12/07/2014	218 * I
AKN0208	8789039466	7455/0	04/07/2014	218 * I
ALI0555	8789040470	7455/0	21/07/2014	218 * I
ALK9228	8789041297	7455/0	03/08/2014	218 * I
ALT7722	8789039842	7455/0	12/07/2014	218 * I
BBW0708	8789039909	7455/0	12/07/2014	218 * I
BBZ4545	8789039279	7455/0	01/07/2014	218 * I
CDL5399	8789041296	7455/0	03/08/2014	218 * I
CDL8700	8789041228	7455/0	03/08/2014	218 * I
CLF3523	8789041000	7455/0	31/07/2014	218 * I
CQF4481	8789040200	7455/0	18/07/2014	218 * I
CRF4942	8789040182	7455/0	17/07/2014	218 * I
DBN3757	8789039323	7455/0	02/07/2014	218 * I
DCA6762	8789040262	7455/0	19/07/2014	218 * I
DEX8187	8789039442	7455/0	03/07/2014	218 * I
DIN9926	8789039543	7455/0	05/07/2014	218 * I
DIQ0801	8789039657	7455/0	07/07/2014	218 * I
EEG3460	8789040413	7455/0	17/07/2014	218 * I
EMD4980	8789040460	7463/0	21/07/2014	218 * II
IGX7549	8789039618	7455/0	06/07/2014	218 * I
IJK3373	8789040085	7455/0	15/07/2014	218 * I

1 / 7



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJK3373	8789040613	7463/0	23/07/2014	218 * II
IPV3769	8789039280	7455/0	01/07/2014	218 * I
JKP0644	8789039076	7455/0	29/06/2014	218 * I
JLB7997	8789041082	7455/0	01/08/2014	218 * I
JPE1195	8789039352	7455/0	02/07/2014	218 * I
JPO8605	8789040938	7455/0	30/07/2014	218 * I
JUR1948	8789041129	7455/0	02/08/2014	218 * I
JZR8977	8789040472	7455/0	21/07/2014	218 * I
LWS4589	8789040462	7455/0	21/07/2014	218 * I
LWY6344	8789039344	7455/0	02/07/2014	218 * I
LXC9898	8789040698	7455/0	25/07/2014	218 * I
LXI6397	8789040277	7455/0	19/07/2014	218 * I
LXK1605	8789039845	7455/0	12/07/2014	218 * I
LXN0442	8789040628	7455/0	24/07/2014	218 * I
LXQ2450	8789040340	7455/0	20/07/2014	218 * I
LXR2593	8789040313	7455/0	19/07/2014	218 * I
LXV1547	8789039231	7455/0	01/07/2014	218 * I
LXX1992	8789039603	7463/0	06/07/2014	218 * II
LXX1992	8789039614	7455/0	06/07/2014	218 * I
LYM6339	8789039297	7455/0	01/07/2014	218 * I
LYP2297	8789040281	7455/0	19/07/2014	218 * I
LYU2676	8789039265	7455/0	01/07/2014	218 * I
LYU5701	8789039926	7455/0	13/07/2014	218 * I
LYW6784	8789041213	7455/0	03/08/2014	218 * I
LYX1326	8789039822	7455/0	11/07/2014	218 * I
LYY5685	8789041287	7455/0	03/08/2014	218 * I
LZF0607	8789039914	7455/0	13/07/2014	218 * I
LZH7914	8789039989	7455/0	13/07/2014	218 * I
LZS2489	8789040332	7455/0	20/07/2014	218 * I
MAB4087	8789040073	7455/0	15/07/2014	218 * I
MAB4087	8789040074	7455/0	15/07/2014	218 * I
MAB4087	8789040881	7455/0	28/07/2014	218 * I
MAC0620	8789040713	7455/0	25/07/2014	218 * I
MAC0620	8789040916	7455/0	29/07/2014	218 * I
MAN4230	8789040051	7455/0	14/07/2014	218 * I
MAQ0912	8789040072	7455/0	15/07/2014	218 * I
MAQ6960	8789040823	7455/0	27/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAQ8947	8789040021	7455/0	13/07/2014	218 * I
MAR7406	8789040636	7455/0	24/07/2014	218 * I
MAW2763	8789040119	7455/0	16/07/2014	218 * I
MAY3480	8789040619	7455/0	23/07/2014	218 * I
MAZ5824	8789039627	7455/0	07/07/2014	218 * I
MBC2805	8789039699	7455/0	09/07/2014	218 * I
MBF5223	8789040086	7471/0	15/07/2014	218 * III
MBJ3805	8789039763	7455/0	11/07/2014	218 * I
MBJ3805	8789039962	7455/0	13/07/2014	218 * I
MBL1179	8789040302	7455/0	19/07/2014	218 * I
MBN9128	8789040728	7455/0	26/07/2014	218 * I
MBO4259	8789039991	7455/0	13/07/2014	218 * I
MBP1604	8789040811	7455/0	27/07/2014	218 * I
MBT1418	8789041106	7455/0	01/08/2014	218 * I
MBY2107	8789039560	7455/0	05/07/2014	218 * I
MBZ3713	8789040453	7455/0	21/07/2014	218 * I
MCA3106	8789040113	7455/0	16/07/2014	218 * I
MCA7130	8789041288	7455/0	03/08/2014	218 * I
MCD4007	8789039116	7455/0	29/06/2014	218 * I
MCE6101	8789039266	7455/0	01/07/2014	218 * I
MCE6101	8789040187	7455/0	17/07/2014	218 * I
MCE9375	8789040383	7455/0	20/07/2014	218 * I
MCG6721	8789041060	7455/0	01/08/2014	218 * I
MCI2405	8789039673	7455/0	08/07/2014	218 * I
MCJ2882	8789041104	7455/0	01/08/2014	218 * I
MCL9658	8789040989	7455/0	30/07/2014	218 * I
MCO2094	8789039130	7455/0	29/06/2014	218 * I
MCR4173	8789039891	7455/0	12/07/2014	218 * I
MCV7594	8789039143	7455/0	30/06/2014	218 * I
MCX8496	8789039810	7455/0	11/07/2014	218 * I
MCY2435	8789039239	7455/0	01/07/2014	218 * I
MCY5297	8789039788	7455/0	11/07/2014	218 * I
MDI5402	8789039863	7455/0	12/07/2014	218 * I
MDR9127	8789039232	7455/0	01/07/2014	218 * I
MDR9127	8789040159	7455/0	17/07/2014	218 * I
MDW0268	8789039278	7455/0	01/07/2014	218 * I
MDX0019	8789040360	7455/0	20/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDX0554	8789039924	7455/0	13/07/2014	218 * I
MDZ3922	8789039658	7455/0	07/07/2014	218 * I
MEB6605	8789039594	7455/0	06/07/2014	218 * I
MEC0182	8789040217	7455/0	18/07/2014	218 * I
MEC5282	8789041136	7471/0	02/08/2014	218 * III
MEE4921	8789040500	7455/0	21/07/2014	218 * I
MEI0031	8789040908	7455/0	29/07/2014	218 * I
MEI4671	8789039775	7455/0	11/07/2014	218 * I
MEI8463	8789039841	7455/0	12/07/2014	218 * I
MEJ5697	8789040935	7455/0	30/07/2014	218 * I
MEK4178	8789040574	7455/0	23/07/2014	218 * I
MEN9107	8789039193	7455/0	30/06/2014	218 * I
MEQ8159	8789039795	7455/0	11/07/2014	218 * I
MET8710	8789039456	7455/0	04/07/2014	218 * I
MEU1041	8789039662	7455/0	08/07/2014	218 * I
MEZ7384	8789039943	7455/0	13/07/2014	218 * I
MFA9780	8789039259	7455/0	01/07/2014	218 * I
MFB4120	8789039873	7455/0	12/07/2014	218 * I
MFE7043	8789040306	7463/0	19/07/2014	218 * II
MFF1696	8789039850	7455/0	12/07/2014	218 * I
MFG6824	8789040138	7455/0	16/07/2014	218 * I
MFH6299	8789039625	7455/0	07/07/2014	218 * I
MFH6493	8789039100	7471/0	29/06/2014	218 * III
MFH6493	8789039102	7471/0	29/06/2014	218 * III
MFI8768	8789040283	7455/0	19/07/2014	218 * I
MFN7783	8789040919	7455/0	29/07/2014	218 * I
MFN0073	8789039709	7455/0	09/07/2014	218 * I
MFP4772	8789039387	7455/0	03/07/2014	218 * I
MFQ4787	8789039724	7455/0	10/07/2014	218 * I
MFR4903	8789039410	7455/0	03/07/2014	218 * I
MFS6142	8789040188	7455/0	17/07/2014	218 * I
MFT3493	8789039476	7455/0	04/07/2014	218 * I
MFT6853	8789039787	7463/0	11/07/2014	218 * II
MFU6376	8789041254	7455/0	03/08/2014	218 * I
MFV9878	8789040203	7471/0	18/07/2014	218 * III
MGH5274	8789040242	7455/0	18/07/2014	218 * I
MGL1683	8789039765	7455/0	11/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGL9924	8789039391	7455/0	03/07/2014	218 * I
MGO9472	8789040770	7455/0	26/07/2014	218 * I
MGO9472	8789040840	7455/0	27/07/2014	218 * I
MGP3699	8789039202	7455/0	30/06/2014	218 * I
MGP7777	8789040016	7455/0	13/07/2014	218 * I
MGQ4027	8789039237	7455/0	01/07/2014	218 * I
MGT1364	8789040598	7455/0	23/07/2014	218 * I
MGT7941	8789040222	7455/0	18/07/2014	218 * I
MGU3534	8789039337	7455/0	02/07/2014	218 * I
MGV9061	8789039900	7463/0	12/07/2014	218 * II
MGX8179	8789040265	7455/0	19/07/2014	218 * I
MGZ3152	8789039616	7455/0	06/07/2014	218 * I
MHB7265	8789040920	7455/0	29/07/2014	218 * I
MHE3289	8789039212	7455/0	01/07/2014	218 * I
MHE3289	8789039213	7455/0	01/07/2014	218 * I
MHE3289	8789039214	7455/0	01/07/2014	218 * I
MHE3289	8789039223	7455/0	01/07/2014	218 * I
MHE4655	8789040837	7455/0	27/07/2014	218 * I
MHE8088	8789040545	7455/0	22/07/2014	218 * I
MHG1240	8789040727	7471/0	26/07/2014	218 * III
MHJ4818	8789040220	7455/0	18/07/2014	218 * I
MHK2720	8789040777	7455/0	26/07/2014	218 * I
MHL3073	8789041119	7455/0	01/08/2014	218 * I
MHM2776	8789039546	7463/0	05/07/2014	218 * II
MHN5713	8789040583	7455/0	23/07/2014	218 * I
MHR8299	8789040296	7455/0	19/07/2014	218 * I
MHU5331	8789039640	7455/0	07/07/2014	218 * I
MHU6692	8789040106	7463/0	16/07/2014	218 * II
MHW0315	8789041040	7455/0	31/07/2014	218 * I
MHW2326	8789040631	7455/0	24/07/2014	218 * I
MHW8656	8789040134	7455/0	16/07/2014	218 * I
MIA8022	8789039524	7455/0	05/07/2014	218 * I
MIH5767	8789039191	7455/0	30/06/2014	218 * I
MIH7290	8789041031	7455/0	31/07/2014	218 * I
MII9068	8789040839	7455/0	27/07/2014	218 * I
MIM1212	8789040934	7455/0	30/07/2014	218 * I
MIR0115	8789040795	7455/0	26/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT5916	8789040902	7455/0	28/07/2014	218 * I
MIU5799	8789040173	7455/0	17/07/2014	218 * I
MIZ2798	8789040118	7455/0	16/07/2014	218 * I
MIZ2798	8789040169	7455/0	17/07/2014	218 * I
MIZ2798	8789040895	7455/0	28/07/2014	218 * I
MJB9923	8789040814	7455/0	27/07/2014	218 * I
MJC2137	8789040810	7455/0	27/07/2014	218 * I
MJF3535	8789039506	7455/0	04/07/2014	218 * I
MJF8164	8789039165	7455/0	30/06/2014	218 * I
MJG8367	8789041132	7455/0	02/08/2014	218 * I
MJK0011	8789039978	7455/0	13/07/2014	218 * I
MJL0586	8789039782	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJL8562	8789040246	7455/0	18/07/2014	218 * I
MJR1441	8789040649	7455/0	24/07/2014	218 * I
MJR9723	8789040071	7455/0	15/07/2014	218 * I
MJU0835	8789041182	7455/0	02/08/2014	218 * I
MJU8137	8789039623	7463/0	07/07/2014	218 * II
MJV4634	8789039271	7455/0	01/07/2014	218 * I
MJW4730	8789039339	7455/0	02/07/2014	218 * I
MKB7950	8789040001	7455/0	13/07/2014	218 * I
MKC4042	8789040966	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKE1202	8789041163	7455/0	02/08/2014	218 * I
MKE3158	8789039112	7455/0	29/06/2014	218 * I
MKF0324	8789039228	7455/0	01/07/2014	218 * I
MKF4615	8789039312	7455/0	02/07/2014	218 * I
MKF4615	8789039313	7455/0	02/07/2014	218 * I
MKG1397	8789039160	7463/0	30/06/2014	218 * II
MKH1819	8789039481	7463/0	04/07/2014	218 * II
MKJ3833	8789039224	7455/0	01/07/2014	218 * I
MKK3636	8789040055	7455/0	14/07/2014	218 * I
MKK6287	8789039721	7455/0	10/07/2014	218 * I
MKO0162	8789039458	7455/0	04/07/2014	218 * I
MKO5747	8789039248	7455/0	01/07/2014	218 * I
MKQ1025	8789040157	7455/0	17/07/2014	218 * I
MKR1056	8789040376	7455/0	20/07/2014	218 * I
MKT4060	8789039579	7455/0	06/07/2014	218 * I
MKW2486	8789040319	7455/0	20/07/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLA3418	8789039922	7455/0	13/07/2014	218 * I
MLG3182	8789040439	7455/0	21/07/2014	218 * I
MLJ0172	8789039473	7455/0	04/07/2014	218 * I
MLK4085	8789039229	7455/0	01/07/2014	218 * I
MLT9304	8789040724	7455/0	26/07/2014	218 * I
MLX8836	8789041133	7463/0	02/08/2014	218 * II
MLZ9615	8789040419	7455/0	18/07/2014	218 * I
MMA1063	8789040037	7455/0	14/07/2014	218 * I
MMB4531	8789039209	7463/0	30/06/2014	218 * II
MMC3102	8789039825	7455/0	11/07/2014	218 * I
MMC5375	8789040422	7463/0	18/07/2014	218 * II
MMC5375	8789040427	7455/0	19/07/2014	218 * I
MMC8533	8789040767	7455/0	26/07/2014	218 * I
MMI9552	8789040356	7455/0	20/07/2014	218 * I
MMI9552	8789040626	7463/0	24/07/2014	218 * II
MMI9552	8789041203	7455/0	02/08/2014	218 * I
MML3991	8789040899	7455/0	28/07/2014	218 * I
MMX3345	8789039823	7455/0	11/07/2014	218 * I
MNN1263	8789040269	7455/0	19/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 182/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 182/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS7305	8789034805	7471/0	29/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
AQR8404	8789037340	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBO9843	8789025752	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
DBO9843	8789025753	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
HYR0110	8789035254	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAA6669	8789026856	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBM0121	8789035815	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU1103	8789035579	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV9250	8789035756	7463/0	29/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDH8994	8789034893	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY4016	8789025435	7455/0	05/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEG7314	8789036824	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD7628	8789035735	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH7345	8789035391	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI3566	8789033603	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFX5404	8789035396	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU7614	8789026844	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0344	8789036120	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH3550	8789035534	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJK0016	8789025491	7455/0	06/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO2421	8789036888	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT4811	8789036034	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLM4402	8789035839	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR1793	8789034775	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR5162	8789035587	7463/0	25/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLR5162	8789035588	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLR5162	8789035589	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX4263	8789035595	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 183/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 183/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABI0603	8789040447	7455/0	21/07/2014	218 * I
ACW1855	8789040602	7455/0	23/07/2014	218 * I
ACX3682	8789041222	7455/0	03/08/2014	218 * I
AGF7809	8789040723	7463/0	26/07/2014	218 * II
AGF7809	8789041206	7455/0	03/08/2014	218 * I
AIT9693	8789041258	7455/0	03/08/2014	218 * I
AIT9693	8789041289	7455/0	03/08/2014	218 * I
AJG7328	8789039106	7455/0	29/06/2014	218 * I
AKO6737	8789040596	7455/0	23/07/2014	218 * I
ALN1882	8789040964	7455/0	30/07/2014	218 * I
AMU1657	8789040760	7455/0	26/07/2014	218 * I
ANP5004	8789040590	7455/0	23/07/2014	218 * I
ATR1402	8789040034	7455/0	14/07/2014	218 * I
AUG2227	8789041181	7463/0	02/08/2014	218 * II
BAN0128	8789040172	7455/0	17/07/2014	218 * I
BEC2208	8789040372	7463/0	20/07/2014	218 * II
CRU6667	8789040307	7455/0	19/07/2014	218 * I
DIN9926	8789040400	7455/0	13/07/2014	218 * I
DIV0545	8789041184	7463/0	02/08/2014	218 * II
DTS6643	8789041284	7455/0	03/08/2014	218 * I
DXU6661	8789041231	7455/0	03/08/2014	218 * I
EEI0318	8789040690	7463/0	25/07/2014	218 * II
EEI0318	8789041162	7455/0	02/08/2014	218 * I
HOC3944	8789040543	7455/0	22/07/2014	218 * I
HSA9976	8789041280	7455/0	03/08/2014	218 * I
IHE5728	8789040961	7463/0	30/07/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJQ8132	8789041141	7455/0	02/08/2014	218 * I
IJQ8132	8789041142	7463/0	02/08/2014	218 * II
INJ9056	8789040738	7455/0	26/07/2014	218 * I
INL3076	8789040417	7455/0	17/07/2014	218 * I
JYH7575	8789040621	7455/0	24/07/2014	218 * I
KMO6168	8789040522	7455/0	22/07/2014	218 * I
LCV5735	8789041216	7455/0	03/08/2014	218 * I
LCX1361	8789041220	7463/0	03/08/2014	218 * II
LWU3336	8789040008	7455/0	13/07/2014	218 * I
LWY5362	8789040740	7455/0	26/07/2014	218 * I
LWZ6106	8789041148	7455/0	02/08/2014	218 * I
LXI6869	8789040537	7455/0	22/07/2014	218 * I
LXW3027	8789040607	7455/0	23/07/2014	218 * I
LXW5947	8789040752	7455/0	26/07/2014	218 * I
LYO1868	8789041065	7455/0	01/08/2014	218 * I
LYV8269	8789040786	7455/0	26/07/2014	218 * I
LYY1849	8789040854	7455/0	27/07/2014	218 * I
LZH1659	8789040466	7455/0	21/07/2014	218 * I
MAF6530	8789040737	7455/0	26/07/2014	218 * I
MAG8444	8789041240	7455/0	03/08/2014	218 * I
MAJ1809	8789039973	7463/0	13/07/2014	218 * II
MAJ1809	8789040024	7455/0	13/07/2014	218 * I
MAL9360	8789040046	7455/0	14/07/2014	218 * I
MAP5138	8789040922	7455/0	29/07/2014	218 * I
MAR7973	8789041245	7455/0	03/08/2014	218 * I
MBA2968	8789040020	7455/0	13/07/2014	218 * I
MBB7172	8789040499	7455/0	21/07/2014	218 * I
MBG3595	8789039778	7455/0	11/07/2014	218 * I
MBJ6241	8789041170	7455/0	02/08/2014	218 * I
MBQ3634	8789040671	7463/0	25/07/2014	218 * II
MBU5228	8789040748	7455/0	26/07/2014	218 * I
MBX8717	8789040123	7455/0	16/07/2014	218 * I
MCF1253	8789040706	7455/0	25/07/2014	218 * I
MCG9389	8789041151	7455/0	02/08/2014	218 * I
MCW8342	8789040047	7455/0	14/07/2014	218 * I
MDF9495	8789040478	7455/0	21/07/2014	218 * I
MDJ5961	8789040505	7463/0	21/07/2014	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDQ4698	8789040744	7463/0	26/07/2014	218 * II
MDT9642	8789040502	7455/0	21/07/2014	218 * I
MDU4455	8789040712	7455/0	25/07/2014	218 * I
MEC4141	8789040741	7455/0	26/07/2014	218 * I
MEC4141	8789040742	7455/0	26/07/2014	218 * I
MEC6486	8789040317	7455/0	20/07/2014	218 * I
MEK6904	8789040271	7455/0	19/07/2014	218 * I
MEL9571	8789039997	7455/0	13/07/2014	218 * I
MEM3658	8789041276	7455/0	03/08/2014	218 * I
MEN0828	8789040130	7455/0	16/07/2014	218 * I
MEQ2800	8789040586	7455/0	23/07/2014	218 * I
MET8710	8789040828	7455/0	27/07/2014	218 * I
MEU7417	8789040114	7455/0	16/07/2014	218 * I
MEZ0416	8789041164	7455/0	02/08/2014	218 * I
MFG0941	8789040264	7455/0	19/07/2014	218 * I
MFG0941	8789040266	7455/0	19/07/2014	218 * I
MFH6299	8789039807	7463/0	11/07/2014	218 * II
MFH6299	8789040868	7463/0	28/07/2014	218 * II
MFH6299	8789040929	7455/0	29/07/2014	218 * I
MFH6299	8789040979	7455/0	30/07/2014	218 * I
MFH6299	8789041127	7455/0	02/08/2014	218 * I
MFH6299	8789041204	7463/0	02/08/2014	218 * II
MFI1603	8789040629	7455/0	24/07/2014	218 * I
MFL1952	8789039856	7455/0	12/07/2014	218 * I
MFM5086	8789040893	7455/0	28/07/2014	218 * I
MFQ6258	8789040245	7455/0	18/07/2014	218 * I
MFR4903	8789040533	7455/0	22/07/2014	218 * I
MFU6032	8789040818	7455/0	27/07/2014	218 * I
MGD8447	8789039756	7455/0	11/07/2014	218 * I
MGL9924	8789040143	7455/0	16/07/2014	218 * I
MGV3204	8789040959	7455/0	30/07/2014	218 * I
MGZ3152	8789040785	7455/0	26/07/2014	218 * I
MHB4122	8789039916	7455/0	13/07/2014	218 * I
MHC3482	8789040675	7455/0	25/07/2014	218 * I
MHK4943	8789040709	7455/0	25/07/2014	218 * I
MHL4231	8789040459	7455/0	21/07/2014	218 * I
MHS1387	8789040358	7455/0	20/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHT6152	8789039866	7463/0	12/07/2014	218 * II
MHT6277	8789040764	7455/0	26/07/2014	218 * I
MHV2357	8789040558	7455/0	22/07/2014	218 * I
MHZ3635	8789040913	7455/0	29/07/2014	218 * I
MIB0133	8789040857	7455/0	27/07/2014	218 * I
MIB3005	8789041123	7455/0	02/08/2014	218 * I
MIC5613	8789039776	7455/0	11/07/2014	218 * I
MIE2836	8789040180	7455/0	17/07/2014	218 * I
MIE3510	8789040768	7463/0	26/07/2014	218 * II
MIF1261	8789040255	7455/0	19/07/2014	218 * I
MIG0098	8789039923	7455/0	13/07/2014	218 * I
MIT5718	8789041160	7455/0	02/08/2014	218 * I
MIT8985	8789040565	7455/0	22/07/2014	218 * I
MIV4703	8789039812	7455/0	11/07/2014	218 * I
MIW5853	8789040880	7463/0	28/07/2014	218 * II
MIX7925	8789041152	7463/0	02/08/2014	218 * II
MIZ0144	8789040320	7463/0	20/07/2014	218 * II
MJC3185	8789040058	7455/0	14/07/2014	218 * I
MJF3796	8789039780	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJH6488	8789040124	7455/0	16/07/2014	218 * I
MJJ7987	8789040967	7455/0	30/07/2014	218 * I
MJN3834	8789041039	7463/0	31/07/2014	218 * II
MJN7131	8789041255	7455/0	03/08/2014	218 * I
MJQ4620	8789041147	7463/0	02/08/2014	218 * II
MJS6748	8789040314	7455/0	19/07/2014	218 * I
MJT6303	8789041079	7455/0	01/08/2014	218 * I
MJV0193	8789040111	7455/0	16/07/2014	218 * I
MJY3689	8789040981	7455/0	30/07/2014	218 * I
MJZ7093	8789039881	7455/0	12/07/2014	218 * I
MKC4037	8789040943	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKD3541	8789041190	7463/0	02/08/2014	218 * II
MKF4615	8789041025	7455/0	31/07/2014	218 * I
MKG1397	8789040443	7455/0	21/07/2014	218 * I
MKG2700	8789040972	7463/0	30/07/2014	218 * II
MKI8476	8789040962	7463/0	30/07/2014	218 * II
MKN5553	8789039761	7455/0	11/07/2014	218 * I
MKO0064	8789040885	7455/0	28/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKP0108	8789040930	7455/0	29/07/2014	218 * I
MKR1056	8789041291	7455/0	03/08/2014	218 * I
MKR9427	8789041034	7455/0	31/07/2014	218 * I
MKS1717	8789040978	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKS8102	8789040524	7455/0	22/07/2014	218 * I
MKZ4309	8789039784	7455/0	11/07/2014	218 * I
MLB1396	8789040653	7455/0	25/07/2014	218 * I
MLG2326	8789039982	7455/0	13/07/2014	218 * I
MLH9908	8789040974	7455/0	30/07/2014	218 * I
MLJ6401	8789041185	7455/0	02/08/2014	218 * I
MLQ9918	8789040326	7463/0	20/07/2014	218 * II
MMC3463	8789040345	7455/0	20/07/2014	218 * I
MMF0577	8789039797	7455/0	11/07/2014	218 * I
MMJ3490	8789041023	7455/0	31/07/2014	218 * I
NWE6767	8789040395	7463/0	12/07/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 184/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 184/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIZ0758	8789026687	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOO8680	8789030834	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNM4410	8789026870	7455/0	26/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
HMF1185	8789036560	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HZU9918	8789036909	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOU0360	8789026513	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZG1554	8789021543	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAG5414	8789026745	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFK4231	8789027119	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFT3164	8789026797	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK1862	8789025595	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MML3901	8789025334	7455/0	03/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 185/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 185/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BXG3432	8789039403	7455/0	03/07/2014	218 * I
CCA6186	8789040396	7455/0	12/07/2014	218 * I
DFS6521	8789039243	7455/0	01/07/2014	218 * I
DSA2714	8789040235	7455/0	18/07/2014	218 * I
HGV8153	8789039529	7455/0	05/07/2014	218 * I
LZV2063	8789039633	7455/0	07/07/2014	218 * I
MBM1506	8789040942	7455/0	30/07/2014	218 * I
MBU8192	8789039525	7455/0	05/07/2014	218 * I
MCQ3637	8789039101	7455/0	29/06/2014	218 * I
MDO9873	8789041196	7463/0	02/08/2014	218 * II
MEE3796	8789039086	7455/0	29/06/2014	218 * I
MEP5176	8789041103	7455/0	01/08/2014	218 * I
MFD6820	8789039515	7455/0	04/07/2014	218 * I
MFL4410	8789039704	7455/0	09/07/2014	218 * I
MFV8316	8789039596	7455/0	06/07/2014	218 * I
MGV6629	8789040605	7455/0	23/07/2014	218 * I
MHF2389	8789039632	7463/0	07/07/2014	218 * II
MIC5613	8789041037	7455/0	31/07/2014	218 * I
MIF0971	8789039164	7455/0	30/06/2014	218 * I
MIT9978	8789040809	7455/0	27/07/2014	218 * I
MLC5549	8789040249	7455/0	18/07/2014	218 * I
MLP9672	8789040903	7455/0	28/07/2014	218 * I
NDH4900	8789040406	7455/0	15/07/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 186/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 186/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMM4764	8789034769	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIH3663	8789036274	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGQ1046	8789034773	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DVD8515	8789034797	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IYI9000	8789034888	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD9288	8789034903	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA1272	8789034816	7463/0	31/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCJ4213	8789034258	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ8008	8789036473	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEF5386	8789035416	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB4846	8789034627	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB5818	8789034712	7463/0	21/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHH1824	8789034791	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL7428	8789035690	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO0865	8789035407	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV3996	8789034454	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE2488	8789035668	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1520/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1520/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDL7112	54428998E	7366/2	21/06/2014	252 * VI
MEC8943	54430408E	5207/0	17/06/2014	169
MEK8182	54430239E	5207/0	18/06/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1522/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1522/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNI9938	55722348D	5193/0	06/05/2014	R\$ 191,53	168
LZU3483	54430103E	7366/2	20/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1524/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1524/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU0407	54430901E	5185/1	18/07/2014	167
CAS9555	54430911E	5207/0	26/07/2014	169
IBE8252	55485808E	5550/0	17/07/2014	181 * XVIII
LXU8810	55485815E	5193/0	21/07/2014	168
MFZ8688	55485803E	5207/0	16/07/2014	169
MGI6553	55485811E	5916/1	19/07/2014	202 * II
MHO4717	55485820E	6858/0	23/07/2014	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº206 1526/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1526/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CEF2696	54428832E	5185/1	03/05/2014	R\$ 127,69	167
CEJ1314	54428818E	5185/1	21/04/2014	R\$ 127,69	167
DJK6687	55722447D	7030/1	08/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
DQO9863	54428414E	5452/3	10/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAX6531	54428740E	5185/1	06/05/2014	R\$ 127,69	167
MBC1072	54428739E	5193/0	06/05/2014	R\$ 191,53	168
MCJ8737	54428950E	5185/1	26/04/2014	R\$ 127,69	167
MEV8644	55722180D	5460/0	04/04/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEW3520	54428750E	5185/1	09/05/2014	R\$ 127,69	167
MFA7811	55722496D	5967/0	16/04/2014	R\$ 191,53	203 * V
MIY0068	54428110E	5835/0	18/04/2014	R\$ 127,69	195
MLC9010	54428936E	5207/0	22/04/2014	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 177/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 177/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CXV1557	8789036955	7463/0	20/05/2014	218 * II
LZY3939	8789037119	7455/0	24/05/2014	218 * I
MFS2441	8789036996	7455/0	21/05/2014	218 * I
MJM7799	8789036853	7463/0	18/05/2014	218 * II
MLG5450	8789037020	7463/0	21/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 178/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 178/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEG4494	8789021656	7455/0	03/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFM0420	8789021865	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AHA8202	8789034233	7463/0	07/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AJM8989	8789026701	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANK0743	8789021806	7455/0	06/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
APY5776	8789033701	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BJG9128	8789025627	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BXB7545	8789025534	7455/0	07/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CLA7370	8789026502	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CTM3028	8789021831	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DID3268	8789026048	7463/0	13/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
GXF7513	8789026810	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
HLP8280	8789021615	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IIX4777	8789026993	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILF9157	8789021903	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
KNN9466	8789025908	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWT1753	8789035274	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWV7930	8789021870	7463/0	07/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXD9288	8789031849	7463/0	30/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXE6003	8789021836	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXP5235	8789025989	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXP6487	8789021753	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYE2000	8789033514	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY1792	8789021821	7463/0	06/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZA5200	8789026037	7455/0	13/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZK7749	8789026786	7471/0	24/11/2013	R\$ 574,61	218 * III

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZU9769	8789027138	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZW3485	8789021786	7463/0	06/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZW3485	8789021787	7463/0	06/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZW3485	8789021802	7463/0	06/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LZW3485	8789021803	7471/0	06/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MAW0293	8789035368	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB5365	8789035474	7463/0	25/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBG7841	8789025373	7455/0	04/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBH0526	8789033626	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL0593	8789026005	7455/0	13/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBO0435	8789033984	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR5841	8789025599	7471/0	08/11/2013	R\$ 574,61	218 * III
MBR6507	8789035300	7463/0	21/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCB8144	8789021842	7463/0	07/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCF7067	8789021746	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDN2313	8789026737	7455/0	24/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDV2903	8789021593	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDY4016	8789021595	7471/0	02/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MDY4016	8789021844	7463/0	07/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEA5462	8789022994	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEB9764	8789033785	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE5756	8789026937	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE7707	8789021540	7455/0	01/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE7707	8789025210	7455/0	01/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET6961	8789034136	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX8813	8789022788	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFP0990	8789021658	7463/0	03/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGT4749	8789027012	7463/0	29/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGU3951	8789035281	7463/0	21/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGW3017	8789026550	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHI4883	8789022856	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHM2369	8789021924	7471/0	08/09/2013	R\$ 574,61	218 * III
MIE5874	8789035748	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM7184	8789026620	7455/0	22/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIN9170	8789022639	7455/0	20/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIV7178	8789021765	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJJ0110	8789025440	7455/0	05/11/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJK0016	8789033940	7463/0	06/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJQ7127	8789021782	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKG9908	8789033857	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG9908	8789033858	7455/0	03/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV2581	8789025072	7463/0	30/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKW6818	8789034692	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO1080	8789022460	7455/0	17/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLV3636	8789026705	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 179/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 179/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACX2581	8789039483	7463/0	04/07/2014	218 * II
AFQ8533	8789039453	7455/0	04/07/2014	218 * I
APS5584	8789039643	7455/0	07/07/2014	218 * I
ARS0012	8789039195	7455/0	30/06/2014	218 * I
BGT2628	8789039470	7455/0	04/07/2014	218 * I
CAV4442	8789039644	7455/0	07/07/2014	218 * I
CIC0535	8789039607	7455/0	06/07/2014	218 * I
CIY6593	8789039676	7455/0	08/07/2014	218 * I
CQF4481	8789039298	7463/0	02/07/2014	218 * II
DMS2300	8789039167	7455/0	30/06/2014	218 * I
HHT8871	8789039207	7455/0	30/06/2014	218 * I
HHT8871	8789039217	7455/0	01/07/2014	218 * I
IEL7078	8789039630	7455/0	07/07/2014	218 * I
IFW9727	8789039474	7455/0	04/07/2014	218 * I
IKS8992	8789039746	7455/0	10/07/2014	218 * I
JQO0270	8789039690	7455/0	09/07/2014	218 * I
KNI3851	8789039484	7455/0	04/07/2014	218 * I
LXJ0671	8789039530	7455/0	05/07/2014	218 * I
LXP4943	8789039491	7455/0	04/07/2014	218 * I
LXX2409	8789039322	7455/0	02/07/2014	218 * I
LYN6433	8789039293	7455/0	01/07/2014	218 * I
LYQ8235	8789039199	7455/0	30/06/2014	218 * I
LZO5071	8789039598	7455/0	06/07/2014	218 * I
LZT1802	8789037131	7455/0	24/05/2014	218 * I
MAI3189	8789039170	7463/0	30/06/2014	218 * II
MAQ5605	8789039509	7455/0	04/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT9063	8789039584	7455/0	06/07/2014	218 * I
MAT9063	8789039585	7455/0	06/07/2014	218 * I
MAV0768	8789039347	7455/0	02/07/2014	218 * I
MBI3516	8789039552	7463/0	05/07/2014	218 * II
MCS0933	8789039587	7455/0	06/07/2014	218 * I
MCU0634	8789039389	7455/0	03/07/2014	218 * I
MDA5609	8789039580	7455/0	06/07/2014	218 * I
MDC5252	8789039186	7455/0	30/06/2014	218 * I
MDP0382	8789039416	7455/0	03/07/2014	218 * I
MDQ8956	8789039551	7471/0	05/07/2014	218 * III
MDS1372	8789039711	7455/0	09/07/2014	218 * I
MEA0692	8789039626	7471/0	07/07/2014	218 * III
MED6254	8789039536	7455/0	05/07/2014	218 * I
MEE6796	8789039253	7463/0	01/07/2014	218 * II
MEI4671	8789039274	7455/0	01/07/2014	218 * I
MEI4671	8789039490	7455/0	04/07/2014	218 * I
MEL1927	8789039161	7455/0	30/06/2014	218 * I
MER3967	8789039538	7455/0	05/07/2014	218 * I
MFB4120	8789039701	7455/0	09/07/2014	218 * I
MFD3149	8789039135	7455/0	29/06/2014	218 * I
MFD9315	8789039471	7455/0	04/07/2014	218 * I
MFE7043	8789039578	7455/0	06/07/2014	218 * I
MFI0449	8789039292	7455/0	01/07/2014	218 * I
MFI6679	8789039452	7455/0	04/07/2014	218 * I
MFM6145	8789039715	7455/0	09/07/2014	218 * I
MFS3099	8789039252	7455/0	01/07/2014	218 * I
MGB2961	8789039105	7463/0	29/06/2014	218 * II
MGL4477	8789039444	7463/0	04/07/2014	218 * II
MGV2807	8789039346	7455/0	02/07/2014	218 * I
MGX7412	8789039570	7455/0	06/07/2014	218 * I
MHB1307	8789039227	7455/0	01/07/2014	218 * I
MHB1307	8789039647	7455/0	07/07/2014	218 * I
MHE4761	8789039492	7455/0	04/07/2014	218 * I
MHN4677	8789039163	7455/0	30/06/2014	218 * I
MIB2167	8789039634	7455/0	07/07/2014	218 * I
MIE4341	8789039296	7463/0	01/07/2014	218 * II
MIF1985	8789039158	7455/0	30/06/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIK8989	8789039233	7455/0	01/07/2014	218 * I
MIP9230	8789036848	7455/0	18/05/2014	218 * I
MIS3029	8789039333	7455/0	02/07/2014	218 * I
MIS4236	8789039320	7455/0	02/07/2014	218 * I
MIS5313	8789039393	7455/0	03/07/2014	218 * I
MIT4258	8789039440	7455/0	03/07/2014	218 * I
MIZ2798	8789039240	7455/0	01/07/2014	218 * I
MIZ2798	8789039424	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJC7786	8789039480	7455/0	04/07/2014	218 * I
MJH8907	8789039235	7455/0	01/07/2014	218 * I
MJL0586	8789039179	7455/0	30/06/2014	218 * I
MJL0586	8789039184	7455/0	30/06/2014	218 * I
MJL6680	8789037263	7463/0	26/05/2014	218 * II
MKA3459	8789039628	7455/0	07/07/2014	218 * I
MKD6341	8789039081	7455/0	29/06/2014	218 * I
MKE2385	8789039511	7455/0	04/07/2014	218 * I
MKF1145	8789039563	7455/0	05/07/2014	218 * I
MKF3857	8789039432	7455/0	03/07/2014	218 * I
MKT4331	8789039671	7455/0	08/07/2014	218 * I
MKT6415	8789039423	7455/0	03/07/2014	218 * I
MKV9666	8789039190	7455/0	30/06/2014	218 * I
MKZ9385	8789039145	7455/0	30/06/2014	218 * I
MLL6291	8789039291	7455/0	01/07/2014	218 * I
MLL6291	8789039356	7471/0	02/07/2014	218 * III
MLY6611	8789039398	7455/0	03/07/2014	218 * I
MMC5535	8789039125	7463/0	29/06/2014	218 * II
MMI1175	8789039404	7455/0	03/07/2014	218 * I
MUW4472	8789039516	7455/0	04/07/2014	218 * I
NDM0809	8789039636	7455/0	07/07/2014	218 * I
NQS5052	8789039619	7455/0	06/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 180/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 180/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACB5810	8789035998	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADN5787	8789036385	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEK1864	8789022746	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AFJ2579	8789035667	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGO6856	8789035340	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHA0595	8789035230	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIF5164	8789035741	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIW9831	8789036143	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJQ8076	8789023015	7455/0	27/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJW4812	8789022998	7463/0	27/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
AJY0437	8789035288	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKH8870	8789035798	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALQ9057	8789023236	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOP1943	8789034889	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARX7524	8789036318	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASW7735	8789036263	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATQ1910	8789035865	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BAD0563	8789035248	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BAD4400	8789036509	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BNR8418	8789033887	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CAI0995	8789034562	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CAI0995	8789034566	7471/0	16/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
CAK7802	8789035603	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
CCQ6210	8789036264	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLA5160	8789022852	7455/0	25/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
CWO8909	8789035523	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEM8095	8789034781	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMM0650	8789035826	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTW4685	8789036642	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HAB2089	8789035423	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFX1836	8789036357	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGX8109	8789033140	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJU9148	8789035609	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IQL4119	8789035400	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IQL4119	8789035592	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IRN4686	8789033491	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPT7908	8789036328	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JQQ6631	8789035886	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JSR4397	8789035499	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789035502	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LKS7440	8789036375	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LKS7440	8789036376	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXB2446	8789036342	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF4890	8789036609	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXN9505	8789035233	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR5131	8789035306	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU3985	8789035259	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXZ2837	8789036575	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA1479	8789036431	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK3464	8789035624	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYL5642	8789035727	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYP3614	8789035381	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ9976	8789036551	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV8640	8789035866	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV9887	8789036284	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYX8175	8789036204	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA4649	8789021856	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZG3891	8789035397	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG3891	8789036510	7463/0	13/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZG3891	8789036511	7463/0	13/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZG5122	8789036283	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZJ9553	8789021909	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZP8303	8789033777	7463/0	01/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS1430	8789034459	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789035780	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789036114	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM1779	8789035875	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM3793	8789035411	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN7524	8789035622	7463/0	26/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAP3871	8789036201	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAT6015	8789035724	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU2216	8789034766	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX0029	8789036055	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY2683	8789026580	7455/0	21/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBA3756	8789034867	7463/0	06/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF6272	8789021650	7463/0	03/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBL8865	8789035358	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL9100	8789036165	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP1930	8789035807	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV3465	8789035310	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV9232	8789035350	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY7533	8789034910	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ9898	8789021606	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCD5119	8789035345	7463/0	22/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCE2812	8789036045	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL1364	8789035343	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM3805	8789036151	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO5328	8789023237	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCQ3174	8789036487	7463/0	13/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCW8924	8789036194	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ7779	8789036499	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE7395	8789034806	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH5229	8789035438	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK2066	8789023379	7455/0	03/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK3171	8789035390	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN1032	8789035354	7463/0	22/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDN7838	8789035384	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR5019	8789035539	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR6592	8789035747	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ1121	8789035247	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MED0354	8789036044	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE2093	8789036983	7463/0	20/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEH9134	8789034885	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789035833	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789036091	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789036191	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789036368	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789036507	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL5058	8789035236	7463/0	20/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEM4672	8789035772	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ5504	8789035726	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ5762	8789036359	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER6771	8789035770	7463/0	29/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MER6771	8789035771	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES1800	8789036378	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU8156	8789036184	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY7251	8789035761	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY7608	8789021859	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFA7182	8789035394	7463/0	23/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFH5688	8789036014	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ1600	8789026713	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFQ8987	8789035216	7471/0	20/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFR2394	8789035725	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR6002	8789036141	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY6086	8789034904	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC0524	8789036481	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGF3566	8789035509	7463/0	26/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGH2899	8789036591	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2766	8789035220	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ8902	8789036361	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL5716	8789036367	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM1586	8789035942	7463/0	03/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGO3308	8789035766	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO7211	8789035678	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ4733	8789034856	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ6971	8789034854	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGS3216	8789036496	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT7612	8789036088	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU7044	8789035607	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW7362	8789021375	7455/0	29/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGZ6764	8789035307	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC6759	8789035847	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC8888	8789035978	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI3541	8789036347	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI3541	8789036390	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI3541	8789036393	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM1811	8789035773	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN9144	8789036388	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO3083	8789035959	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO3683	8789035636	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO3683	8789036007	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO4717	8789035750	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ4242	8789023071	7455/0	28/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHQ6463	8789036582	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ1386	8789037048	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA4090	8789036602	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA4090	8789036604	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA4090	8789036605	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK3469	8789036017	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL1794	8789035217	7471/0	20/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIM6900	8789035890	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN4988	8789033992	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO3317	8789033181	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS9648	8789035346	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT5558	8789035479	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX9347	8789035333	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ5585	8789035424	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJK2359	8789036525	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7854	8789036612	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT7681	8789035743	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU5311	8789036308	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV3785	8789035494	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ6617	8789035755	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB1456	8789036438	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG9508	8789035331	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI3070	8789021849	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKL1188	8789035966	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP9880	8789035776	7463/0	30/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR3553	8789035379	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS2097	8789021858	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKT4060	8789034865	7463/0	06/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKT4331	8789035484	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV2966	8789036016	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ7663	8789036500	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE9910	8789036577	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG3395	8789035497	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI5443	8789035224	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK8793	8789036300	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL8652	8789036176	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLL9964	8789035458	7463/0	25/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLM5605	8789035355	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP9033	8789036965	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLV1282	8789035580	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA4361	8789035870	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD1159	8789035283	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD6099	8789035876	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML2940	8789021602	7455/0	02/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MTS8207	8789036229	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MVG8059	8789036054	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
OPN0615	8789035736	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE AGOSTO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



# Iomerê

## PREFEITURA

### Contrato Nº 14/077

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE.

CT14/077

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Campos Novos, na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 78.511.466/0001-49, neste ato representado pelo Sr. Luiz Carlos Spanholi, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto serviços de arbitragem em competições esportivas a serem realizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	29	Arbitragem Futsal	180,00	5.220,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados no Município de Iomerê, nos locais onde foram realizadas as competições esportivas, nos horários a serem definidos, de acordo com a programação das competições a serem elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - Departamento de Esportes.

2.2 - Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, deverá disponibilizar profissionais capacitados e que possuam experiência no ramo de arbitragem, de acordo com cada modalidade esportiva descrita no Item 1.1, sem custo de transporte, alimentação e água.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do contrato é de R\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais).

3.2 - O pagamento pelos serviços/objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

3.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso

gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DEPTO ESPORTES
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 - RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	55

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0011/2014 - Pregão Presencial 0011/2014 e RP 0007/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, despesas com alimentação e deslocamento, dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor de pessoal especializado para prestação dos serviços, nos dias, horários e locais em que acontecerão as competições esportivas, com antecedência mínima de uma hora do início das competições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos

do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 05 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Paula Pasqual  
CPF: OAB.SC 16.164

Nome:  
CPF:

#### Contrato Nº 14/078

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DELCIR BOESING - ME.

CT14/078

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa DELCIR BOESING - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303, Km 200, Bairro Vila Bressan, na cidade de Pinheiro Preto - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.006/0001-40, neste ato representado pelo Sr Delcir Boesing, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de tubos de concreto a serem utilizados no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	30	Tubo de Concreto de 1 metro com malha de aço dupla	294,50	8.835,00

1.2 - O valor do contrato é de R\$ 8.835,00 (oito mil oitocentos e trinta e cinco reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os tubos serão entregues parceladamente, conforme a necessidade, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.2 - Os tubos deverão ser de primeira qualidade, sem quebras e tendo como medida de comprimento mínima de 100 cm.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos tubos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Funcional	Manutenção da Malha Rodoviária
Complem. Elemento	33900000 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários 0124 - Recursos de Convênio
Reduzido	096 - 121

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado

novo contrato até o vencimento da ata.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2014 - Pregão Presencial nº 0030/2014 e Registro de Preço nº 0015/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - Os tubos de concreto deverão ser entregues no Município, em local indicado pelo Secretário de Agricultura e todas as despesas com a entrega e descarregamento dos tubos correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 22 de setembro 2014.

MUNICÍPIO  
CONTRATANTE

DELCIR BOESING - ME  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### CONTRATO Nº 14/079

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA.

CT14/079

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa nº 240, Bairro Frei Bruno, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83, neste ato representado pelo Sr Fernando Regensburger, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de tubos de concreto a serem utilizados no Município de IOMERÊ, conforme segue:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	20	Tubo de Concreto de 2 metros com malha de aço dupla	990,00	19.800,00

1.2 - O valor do contrato é de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os tubos serão entregues parceladamente, conforme a necessidade, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.2 - Os tubos deverão ser de primeira qualidade, sem quebras e tendo como medida de comprimento mínima de 100 cm.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos tubos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica

do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Funcional	Manutenção da Malha Rodoviária
Complem. Elemento	33900000 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários 0124 - Recursos de Convênio
Reduzido	096 - 121

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014, caso nesta data ainda existir saldo/quantidade para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2014 - Pregão Presencial nº 0030/2014 e Registro de Preço nº 0015/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - Os tubos de concreto deverão ser entregues no Município, em local indicado pelo Secretário de Agricultura e todas as despesas com a entrega e descarregamento dos tubos correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos

as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 22 de setembro 2014.

MUNICÍPIO CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA  
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### CONTRATO Nº 14/080

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME.

CT14/080

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, Centro na cidade de Indaial - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.018.430/0001-05, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa que atue no ramo de locação de máquinas copiadoras/xerocadoras, com fornecimento de material de consumo, exceto papel e grampo bem como treinamento dos operadores do equipamento, conforme segue:



ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$
1	04	Locação de máquinas copiadoras, para uso em serviços reprográficos com fornecimento de equipamentos digitais, insumos e manutenção, exceto papel, para uma demanda média estimada de 12.900 cópias mensais (podendo aumentar), para atendimento de todo o serviço reprográfico: sendo uma máquina para o setor administrativo e três máquinas para o setor de educação. Configuração mínima: entrada frontal USB, pendrive, 30 copias/minuto, entrada para diversos tipos de papéis (carta, ofício e A4), placa de rede sem fio e duplex completo (imprime, copia e digitaliza frente e verso). Acompanhando cabos, suprimento e auto-transformador.	0,039

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0050/2014, na modalidade Pregão Presencial nº 0031/2014, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 0,039 (trinta e nove milésimos de centavos de real) cada cópia ou impressão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2014, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares com reajuste pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

3.2 - A CONTRATANTE obriga-se atingir um valor mínimo de R\$ 80,00 (oitenta) reais entre cópias/impressões no mês, caso não atinja o valor mínimo da franquia, será automaticamente cobrado o valor de R\$ 80,00 (oitenta) reais.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente ou boleto bancário. Podendo ser comunicado a leitura nos primeiros dias do mês subsequente e o município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.2 - A CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA o total de páginas produzidas no mês para apuração do valor a cobrar por página, bem como informará a leitura dos medidores de páginas do equipamento que estará sujeito a conferência, a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Complem. Elemento	3390.0000 - APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	013 - 043

#### CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 - Instalar os equipamentos em perfeita condição para o uso a que se destina e em local determinado pelo CONTRATANTE. A despesa com as instalações no local pré-fixado ocorrerá por conta da CONTRATADA;

7.2 - A CONTRATADA deverá fornecer o equipamento de primeiro uso;

7.3 - Fica a CONTRATADA obrigada a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro do chamado pelo CONTRATANTE;

7.4 - A CONTRATADA fica obrigada substituir o equipamento por igual ao contratado sempre que o equipamento ficar parado por defeito técnico superior a 06 (seis) dias, a contar da data do primeiro chamado técnico. Os serviços de manutenção preventiva serão solicitados sempre que o CONTRATANTE achar necessário. Os chamados técnicos corretivos serão feitos sempre que a máquina estiver parada ou funcionando parcialmente por defeito técnico;

7.5 - Em caso de indisponibilidade do serviço de cópia, o tempo médio para restabelecimento deve ser de, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, portanto havendo necessidade urgente de serviço e estando o equipamento indisponível, a CONTRATADA deverá providenciar as cópias no prazo máximo estabelecido acima;

7.6 - Os serviços de manutenção e reparo do equipamento serão realizados entre às 07h30min e às 17h dos dias úteis;

7.7 - A CONTRATADA fica obrigada a oferecer treinamento aos operadores do equipamento locado no local de instalação do mesmo.

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.8 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos objeto deste contrato, através da fiscalização do CONTRATANTE;

7.9 - Não permitir que terceiros não autorizados ou credenciados pela CONTRATADA intervenham nas partes e nos componentes do equipamento;

7.10 - Não ceder, transferir ou sublocar o equipamento objeto deste contrato, assim como não poderá introduzir modificação de qualquer natureza no equipamento;

7.11 - Preparar o local para instalação do equipamento.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente

Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 26 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

COLOR-BLACK REC. DE CART. LTDA-ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:  
Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

Nome:  
CPF:

**Contrato Nº 14/018 - FMS**

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME.

CT14/018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, Centro na cidade de Indaial - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.018.430/0001-05, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa que atue no ramo de locação de máquinas copadoras/xerocadoras, com fornecimento de material de consumo, exceto papel e grampo bem como treinamento dos operadores do equipamento, conforme segue:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$
1	02	Locação de máquinas copadoras, para uso em serviços reprográficos com fornecimento de equipamentos digitais, insumos e manutenção, exceto papel, para uma demanda média estimada de 2.100 cópias mensais (podendo aumentar), para atendimento de todo o serviço reprográfico da secretaria de Saúde. Configuração mínima: entrada frontal USB, pendrive, 30 copias/minuto, entrada para diversos tipos de papéis (carta, ofício e A4), placa de rede sem fio e duplex completo (imprime, copia e digitaliza frente e verso). Acompanhando cabos, suprimento e autotransformador.	0,039

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E VALOR**

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0050/2014, na modalidade Pregão Presencial nº 0031/2014, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 0,039 (trinta e nove milésimos de centavos de real) cada cópia ou impressão.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE**

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2014, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares com reajuste pelo INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

3.2 - A CONTRATANTE obriga-se atingir um valor mínimo de R\$ 80,00 (oitenta) reais entre cópias/impressões no mês, caso não atinja o valor mínimo da franquia, será automaticamente cobrado o valor de R\$ 80,00 (oitenta) reais.



**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente ou boleto bancário. Podendo ser comunicado a leitura nos primeiros dias do mês subsequente e o município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.2 - A CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA o total de páginas produzidas no mês para apuração do valor a cobrar por página, bem como informará a leitura dos medidores de páginas do equipamento que estará sujeito a conferência, a qualquer tempo.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Complem. Elemento	3390.0000 - APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	02 - RECURSOS PRÓPRIOS
Reduzido	011

**CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

7.1 - Instalar os equipamentos em perfeita condição para o uso a que se destina e em local determinado pelo CONTRATANTE. A despesa com as instalações no local pré-fixado ocorrerá por conta da CONTRATADA;

7.2 - A CONTRATADA deverá fornecer o equipamento de primeiro uso;

7.3 - Fica a CONTRATADA obrigada a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro do chamado pelo CONTRATANTE;

7.4 - A CONTRATADA fica obrigada substituir o equipamento por igual ao contratado sempre que o equipamento ficar parado por defeito técnico superior a 06 (seis) dias, a contar da data do primeiro chamado técnico. Os serviços de manutenção preventiva serão solicitados sempre que o CONTRATANTE achar necessário. Os chamados técnicos corretivos serão feitos sempre que a máquina estiver parada ou funcionando parcialmente por defeito técnico;

7.5 - Em caso de indisponibilidade do serviço de cópia, o tempo médio para restabelecimento deve ser de, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, portanto havendo necessidade urgente de serviço e estando o equipamento indisponível, a CONTRATADA deverá providenciar as cópias no prazo máximo estabelecido acima;

7.6 - Os serviços de manutenção e reparo do equipamento serão realizados entre às 07h30min e às 17h dos dias úteis;

7.7 - A CONTRATADA fica obrigada a oferecer treinamento aos operadores do equipamento locado no local de instalação do mesmo.

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.8 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos objeto deste contrato, através da fiscalização do CONTRATANTE;

7.9 - Não permitir que terceiros não autorizados ou credenciados pela CONTRATADA intervenham nas partes e nos componentes do equipamento;

7.10 - Não ceder, transferir ou sublocar o equipamento objeto deste contrato, assim como não poderá introduzir modificação de qualquer natureza no equipamento;

7.11 - Preparar o local para instalação do equipamento.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente

Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 26 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

COLOR-BLACK REC. DE CART. LTDA-ME  
CONTRATADA

## Testemunhas:

Nome:  
CPF:  
Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

Nome:  
CPF:

**Contrato Ctact14/55**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT14/55

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ADEMIR ALVES DOS PASSOS, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 377.238.040/91 e RG 901.339.882-2, residente na Rua Emilio Crestani - Centro - Iomere- SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Motorista de Ambulância -, comprometendo-se o CONTRATADO a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO**

2.1 - O CONTRATADO prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 - A carga horária do CONTRATADO será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 3,0 salários mínimos municipais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 08 de setembro de 2014 e tendo seu término previsto para 30 de dezembro de 2014 podendo ser prorrogado.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao CONTRATADO pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO**

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo CONTRATADO, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 05 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

ADEMIR ALVES DOS PASSOS  
CONTRATADA

## Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

**CONTRATO CTACT14/56**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT14/56

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, KASSIANE PELLE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 092.536.979-97 RG 5.585.890, residente na Linha Pasqual - Interior, Iomre-SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor de Educação Física - Área de Dança, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE;

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de professor aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços, não podendo os alunos serem prejudicados pela ausência de professor em sala de aula.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO**

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,34 salários mínimos municipais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de outubro de 2014 e tendo seu término

previsto para 20 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 30 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

KASSIANE PELLE  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

#### Ata de R. de Preços Nº 0018/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2014

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: DELCIR BOESING - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303, Km 200, no Bairro Vila Bressan, na cidade de Pinheiro Preto - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.515.006/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Delcir Boesing, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0030/2014, Registro de Preços nº 0015/2014. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2014.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRO
01	TUBO DE CONCRETO DE 1 METRO COM MALHA DE AÇO DUPLA	UN.	294,50

Iomerê, 19 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

DELCIR BOESING  
Delcir Boesing - ME

#### Ata de R. de Preços Nº 0019/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2014

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa, nº 240, Bairro Frei Bruno, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 75.493.908/0001-83, neste ato representado pelo Sr. Fernando Regensburger, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0030/2014, Registro de Preços nº 0015/2014. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2014.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRO
02	TUBO DE CONCRETO DE 2 METROS COM MALHA DE AÇO DUPLA	UN.	990,00

Iomerê, 19 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

FERNANDO REGENSBURGER  
Concretos Cruzeiro Ind. e Com. Ltda

# Ipumirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº.319/2014 de 01 de Outubro de 2014.**

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

**AFASTA POR AUXILIO DOENÇA**

MARIA ELIZA MOSELE, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 2.322.034 e CPF sob o nº.023.177.699-38 residente e domiciliada na Rua Celso Ramos, no cargo Efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produza efeitos a partir de 01 de Outubro de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 320/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.**

PRORROGA PORTARIA 301/2014 QUE CONTRATOU EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NCESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**P R O R R O G A**

Fica prorrogada a portaria que contratou JOZIANE DUARTE HAJDSZ SOMARIVA, sob a Matrícula 2313-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.040 e do CPF 069.074.789-60, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional João Jacob Nicoden, para o período de 03/09/2014 até a volta da titular Vilma Lang que se encontra em Ferias.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 02/10/2014.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2014.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 321/2014 de 01 de Outubro de 2.014.**

REVOGA PORTARIA 301/2013 QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

**R E V O G A**

Art. 1º - Fica revogada a portaria 301/2013 que Concedeu à DEISE CRISTINE SINHORATI, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, nomeada pela portaria 432/2010, gratificação de função correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o piso salarial do município, passara a atuar como responsável técnica perante a FATMA para a liberação e corte de madeiras. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legitima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Outubro de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 322/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.**

TRANSFERE SERVIDORA PUBLICA POR APOSENTADORIA PARA O QUADRO DE INATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**TRANSFERE**

MARIZETE BONISSONI CAGOL, Matrícula 98-1 e 1697-7 com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.1.553.126 e do CPF sob o nº,486.545.409-82 com nomeação para o cargo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 01 de Outubro de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº. 323/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**CONTRATA**

CLECI SALETE TEDESCO, sob a Matrícula 2319-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.461.515 e do CPF 020.673.309-77, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Giácomo Savaris, para o período de 01/10/2014 até a volta da titular Marília Cumerlatto que esta em atestado Médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/10/2014.

Ipumirim - SC, 01 de outubro de 2014.  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 324/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 003/2013.

**CONTRATA**

JUCIANE SALETE SOARES, sob a Matrícula 2320-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 53366190 e do CPF 058.123.109-04, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 01/10/2014 até a volta da titular Dirlei Piscinini que esta afastada por atestado Médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria

produzirá efeitos a partir de 01/10/2014.

Ipumirim - SC, 01 de outubro de 2014.  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**DECRETO NO 2096**

DECRETO No 2096 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

PRORROGA O DECRETO Nº 2074 DE 01 DE JULHO DE 2014, QUE DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA" NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4.

O Senhor Valdir Zanella, Prefeito do município de Ipumirim, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI, do artigo 87 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e pelo art. 2º da Instrução Normativa nº 01 de 24 de agosto de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 2074 de 01 de julho de 2014, que declarada em situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", a área do Município de Ipumirim, afetada por Chuvas Intensas - COBRADE -1.3.2.1.4.  
Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 25 de setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito,  
aos 01 dias do mês de outubro de 2014.  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Portaria N º 460/2014

PORTARIA N º 460/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LIDIANE ROBERTA PARTICA, nascida em 10/12/1989, portadora do CPF n º 078.118.519-03, RG. n º 5.795.243, SESP/SC, para no período de 22/09/2014 a 19/12/2014, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n º 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 062/2014/SME, para atuar na creche da EI Vila Nova do Timbó, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 22/09/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
30 de Setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## Itaiópolis

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

#### Licitação Nº 15/2014

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório Nº 15/2014, Pregão Eletrônico nº 06/2014. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis para uso na FHMSA. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 15 de outubro de 2014. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Data e hora para sessão dos lances: dia 16 de outubro de 2014 às 08:00horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

Liandra Terezinha Koppe  
Administradora Hospitalar.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### Extrato de Contratos Prefeitura Nº 131/2014 A 132/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 082/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora de Poços Ltda - EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 71/2014.

OBJETO: Acréscimo no valor do contrato para execução em regime de empreitada global do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as ruas sete de setembro e Nereu Ramos, no centro da cidade de Itapiranga, que ocorre em virtude de terem sido encontrados obstáculos não previsto anteriormente e por terem sido encontradas ligações no sistema de esgoto não catalogadas no projeto inicial.

VALOR: R\$ 4.941,55

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 29 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2014

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Parzzianello Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda.

ORIGEM: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 056/2013.

OBJETO: Prorroga até o dia 30 de outubro a vigência do contrato para serviços para elaboração de projetos de engenharia, objetivando a pavimentação asfáltica de ruas no perímetro urbano da cidade.

VIGÊNCIA: 30 de outubro de 2014.

Itapiranga - SC. 30 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 230/2014

Portaria nº 230 de 1º de outubro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 1º de outubro de 2014, Milton Luis Wolf, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico do Município, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de

Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 587 classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

# Itapoá

## PREFEITURA

### Ata do Convite Nº 26-2014 - Deserta

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/09/2014	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 26/2014 Nº 122/2014

#### OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura externa e interna no Prédio sede da Prefeitura de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014, para os procedimentos inerentes a sessão de Convite em epigrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, jornal diário de grande circulação no Estado e site municipal no dia 11/09/2014 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: RONALDO DO NASCIMENTO & CIA LIDA - ME, CNPJ/MF: 08.495.775/0001-97, DOCA OBRAS E SERVIÇOS LIDA, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, MATERIAS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09 e PAULO CESAR DIAS - ME, CNPJ/MF: 17.930.277/0001-16. Iniciada a sessão foi constatando pela CPL que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 10h:15min.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK MEMBRO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
---	---

### ATA DO PREGÃO Nº 65-2014- DESERTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	01/10/2014	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	PREGÃO PROCESSO	Nº 65/2014 Nº 118/2014

#### OBJETO:

Aquisição de 01 (um) veículo tipo utilitário passageiro, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e quatorze, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Valério Pacheco, conforme Decreto nº 2192/2014, para os procedimentos inerentes

a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h40min.

Itapoá, 01 de outubro de 2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA PREGOEIRA OFICIAL	
ISABELA R. DUTRA POHL MEMBRO	VALÉRIO PACHECO MEMBRO

### SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 029/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO PONTAL DO NORTE

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 029/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO PONTAL DO NORTE

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a classificação do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da localidade do Pontal do Norte

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Carmen Lucia Constantino	78
2ª	Eliane Dubiela Peres da Silva	64

Itapoá, 01 de Outubro de 2014.

Cristian Angelo Grassi  
Secretário Municipal da Saúde

### Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 041/2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 041/2014.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 05/2014 para complementação do quadro de Especialistas que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental e ou Educação Infantil num período determinado de 75 dias, compreendidos entre 06/10/2014 a 19/12/2014.

#### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo

médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

## 2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 02 mês de outubro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

## 3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga	Supervisor (a) Escolar	40hs
--------	------------------------	------

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

## 4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 03 de outubro 2014 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

## 5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

- 1- Cédula de Identidade (RG)
- 2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- 3- Título de Eleitor
- 4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)
- 5- Certidão de nascimento ou casamento
- 6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)
- 7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação
- 8- Uma foto recente
- 9- Comprovante de residência
- 10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)
- 11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)

15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

19- Tipagem sanguínea

20- Laudo médico

21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

22- Comprovante de quitação militar.

## 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 01 de outubro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

**SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 030/2014 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO ITAPEMA DO NORTE****PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

**CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 030/2014  
– AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO ITAPEMA  
DO NORTE**

**Cristian Angelo Grassi**, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público a classificação do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde Localidade do Itapema do Norte.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Samantha Cristina Souza Silva	94
2º	Dalvanir Catarina de Almeida	90
3º	Priscila Cristina Amorim	82
4º	Barbara Maria Santos da Silva	80
5º	Silvia Cristina Grigorini	78
6º	Maria Bogulawski	72
7º	Terezinha Druczkoski	70
8º	Luzele Cristina Vieira	70
9º	Keila Fernandes da Silva	70
10º	Sheila Aparecida Claudino	68
11º	Leda Bertoli Alexandrino	66
12º	Marcia Maria de Lacerda	66
13º	Marina Saibert de Almeida	64
14º	Claudia Soares	62
15º	Sirlei da Silva	62
16º	Juliana da Silva Leandro Mattos	62

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Secretaria Municipal da Saúde

Critérios de desempate conforme Edital 029/2014, item 4, subitem 4.3.

Itapoá, 01 de Outubro de 2014.

**Cristian Angelo Grassi**

**Secretário Municipal da Saúde**

RUA 960 Nº 201; BAIRRO: ITAPEMA DO NORTE – FONE: (047) 443-8800 -CNPJ 81.140.303/0001-01 - CEP 89.249-000 - ITAPOÁ

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Portarias Nº. 380 A 407 de 2014

PORTARIA Nº. 380 DE 05 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JOSÉ ANTONIO DA SILVA, portador do CPF nº. 693.909.759-72, no cargo de Motorista, nível TSA 4A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no período de 05/09/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 381 DE 08 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora GESSICA EUFRASIO POSSAMAI DELLA do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 382 DE 09 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 323 de 01 de julho de 2014, período de contratação da servidora CINTIA REGINA GABRIEL, até 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 383 DE 09 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 316 de 25 de junho de 2014, período de contratação da servidora MORGANA PATRICIO PIETSCH, até 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 384 DE 09 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ROSANA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 009.876.550-78, em vaga Excedente no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 09/09/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 385 DE 09 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Readaptar provisoriamente a Servidora Pública ROSILEIA FERREIRA, matrícula nº. 2335, ocupante do cargo de professora, conforme parecer Técnico da Junta Medica Oficial do Município, passando a exercer suas funções na Biblioteca da Escola Municipal de Educação Básica Figueira, com carga horária de 40 horas semanais.

PORTARIA Nº. 386 DE 10 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora SCHIRLEI SCHAUKOSKI ROQUE do cargo em (ACT) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 387 DE 10 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
3600	IRACY CAMBRUZZI	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

PORTARIA Nº. 388 DE 10 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 291 de 19 de maio de 2014, período de contratação da servidora VANDERLEIA MARCOLINO EUZEBIO, até 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 389 DE 10 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSIMERI CAMPOS INACIO, portadora do CPF nº. 103.131.049-56, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 10/09/2014 à 13/10/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 390 DE 11 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ROSELI CAMBRUZZI DE BORBA, portadora do CPF nº. 097.319.759-50, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 11/09/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 391 DE 11 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de ENEDIR JOAQUIM INACIO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Benefício no. 6073320730, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 392 DE 11 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ANTONIO CARLOS PATEL	1225	05/07/13a 05/07/14	11/09/14 a 10/10/14

PORTARIA Nº. 393 DE 17 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor JÔNATAS DE VARGAS VEFAGO do cargo em (ACT) de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 394 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANAINA MONTOVANI MANARIN do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 395 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora MARLENE BORGES TEIXEIRA, matrícula nº. 1242, ocupante de Servente, a serem gozadas no período de 15/09/2014 à 14/10/2014, período aquisitivo 05/07/2002 à 04/07/2007.

PORTARIA Nº. 396 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JADNA TEREZINHA DOS SANTOS do cargo em (ACT) de Professora de Séries Iniciais, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 397 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANDIRA MONTOVANI



DOS SANTOS do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 398 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor HUGO PEREIRA SILVEIRA, portador do CPF nº. 224.316.759-04, do cargo em comissão de Diretor de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, nível DAS - 3, lotado junto a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 399 DE 19 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ARLETE MARIA CARDOSO, matrícula nº. 127, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 10/09/2014 à 09/10/2014, período aquisitivo 27/02/2004 à 26/02/2009.

PORTARIA Nº. 400 DE 22 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil JANAINA MONTOVANI MANARIN, portadora do CPF nº. 087.944.929-21, nível MAG AT 1A, para atuar na CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 22/09/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 401 DE 22 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora de Séries Iniciais JANDIRA MONTOVANI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 460.448.099-00, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 22/09/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 402 DE 24 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil LUCIANA INACIO GOMES DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 048.004.379-54, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 24/09/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 403 DE 24 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil SUSAMARA CECONELLI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 040.398.499-81, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 24/09/2014 à 23/11/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 404 DE 25 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JANETE ZAUER TOMASI	112	31/07/12 a 30/07/13	01/10/14 a 30/10/14
ANTONIO NICOLAU ANTONIN	956	15/10/09 a 14/10/10	01/10/14 a 30/10/14

JOSÉ DOS SANTOS	1247	05/07/13 a 04/07/14	01/10/14 a 30/10/14
-----------------	------	---------------------	---------------------

PORTARIA Nº. 405 DE 25 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor VALDENI JOAQUIM INACIO, matrícula nº. 251, ocupante do cargo de Serviços Gerais, a serem gozadas no período de 01/10/2014 à 30/10/2014, período aquisitivo 02/02/1998 à 01/02/2003.

PORTARIA Nº. 406 DE 25 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor RONI PEREIRA GONÇALVES, matrícula nº. 2497, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a serem gozadas no período de 01/10/2014 à 30/10/2014, período aquisitivo 01/02/2008 à 31/01/2013.

PORTARIA Nº. 407 DE 26 DE Setembro de 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora MARLENE CARDOSO DE BRITTOS VALDATI, matrícula nº. 170, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 02/10/2014 à 31/10/2014, período aquisitivo 01/06/2005 à 31/05/2010.

## DECRETO Nº. 102 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 102 DE 23 DE Setembro de 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 741 de 23 de setembro de 2014:

### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), como seguem:

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.026: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(01) - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Atividade 2.030: Implantação e Manutenção de Programas Sociais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(07) - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Atividade 2.068: Manutenção das Atividades da Secretaria do Desenvolvimento Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(15) - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

TOTAL: ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(98) - Aplicações

Diretas ..... R\$ 40.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 40.000,00

Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade 2.065: Construção, Implantação e Manutenção do CRAS  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(09) - Aplicações  
Diretas ..... R\$ 10.000,00  
Atividade 2.066: Construção de Moradias e Manutenção do FRO-HAB  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(13) - Aplicações  
Diretas ..... R\$ 30.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 40.000,00  
TOTAL GERAL: ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

#### **Decreto Nº. 103 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº. 103 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 740 de 23 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), como segue:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(07) - Aplicações  
Diretas..R\$ 100.000,00  
Atividade 2.021: Manutenção do PSF/PACS  
Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0080(13) - Transf. a Cons. Públicos..R\$ 150.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais  
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0.0080(99) - Aplicações  
Diretas...R\$ 250.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

#### **Decreto Nº. 104 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº. 104 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2014 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 742 de 23 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), como segue:

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(10) - Aplicações  
Diretas ..... R\$ 73.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(13) - Aplicações  
Diretas...R\$ 100.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 173.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade 03: DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
Atividade 2.019: Manutenção do Departamento de Esportes  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(61) - Aplicações  
Diretas ..... R\$ 27.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 27.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(98) - Aplicações  
Diretas...R\$ 200.000,00  
TOTAL: ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### **Decreto Nº. 105 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº. 105 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.  
REGULAMENTA O USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Senhor Antonio João de Fáveri, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Jacinto Machado, de 31 de maio de 1990 e Lei nº. 743, de 23 de setembro de 2014.

DECRETA:

#### **CAPÍTULO I**

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 1º. O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta SERVIÇOS disponibilizada pela prefeitura no site [www.jacintomachado.sc.gov.br](http://www.jacintomachado.sc.gov.br), ou outro que venha substituí-lo.

Art. 2º. O prestador de serviços deverá efetuar a solicitação de acesso para utilização do sistema para emissão de NFS-e através da ferramenta SERVIÇOS, na opção solicitação de acesso.

§1º Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura Municipal de Jacinto Machado-SC.

§2º. Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

§3º. A obrigatoriedade para utilização das NFS-e será de 60 (Sessenta) dias para todos os Prestadores de Serviços do Município, após a publicação da Lei nº 743/2014.

Art. 3º. O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso aos sistemas. Sendo pré-requisito para liberação do acesso.

#### **CAPÍTULO II**

DO CANCLAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 4º. A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto;

#### **CAPÍTULO III**

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 5º. O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", não podendo ser confundido com documentos

fiscal.

#### **CAPÍTULO IV**

DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 6º. O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observado os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no caput:

I - Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos Federal, Estadual e Municipal.

II - Às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

#### **CAPÍTULO V**

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. As NFS-e poderão ser consultados em sistema próprio do Município de Jacinto Machado-SC, durante o prazo de 05 (Cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 8º. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**Extrato do Contrato Nº 152/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA  
Valor Global: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).  
Vigência: Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 017/2014/PMJM  
Dotação: 2.019.3390.00 - 80 - 61/2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NOS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE SALÃO DE JACINTO MACHADO/SC - EDIÇÃO 2014.

Jacinto Machado - SC, 25 de Setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 017/2014/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 017/2014/PMJM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2014/PMJM**

Homologação: 25/09/2014  
Contratado: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NOS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE SALÃO DE JACINTO MACHADO/SC - EDIÇÃO 2014.  
Valor da Despesa: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)  
Dotação: 2.019.3390.00 - 80 - 61/2014 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 de Licitações.

Jacinto Machado - SC, 25 de Setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 040/2013/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 040/2013/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP  
Valor Aditado: R\$ 1.439,15 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e quinze centavos).  
Vigência: Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 002/2013 - TP  
Objeto: FICA ADITADO UM ACRÉSCIMO DE R\$ 1.439,15 (UM MIL QUATROCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUINZE CENTAVOS) EQUIVALENTE A 1,3% NO VALOR TOTAL DO CONTRATO.

Jacinto Machado - SC, 16 de Setembro de 2014.  
Ana Maria Back Machado  
Gestora do Fundo



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Nota Anulação Leis

#### NOTA DE ANULAÇÃO

FICA ANULADO O NÚMERO DE LEI Nº 4.526, TENDO EM VISTA VERIFICAR-SE ERRO NA DIGITAÇÃO, TORNANDO SEM EFEITO A ORDEM CRONOLÓGICA DAQUELE NÚMERO.

JOAÇABA (SC), EM 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Gabinete do Prefeito

Daniela Aparecida Mattos

Matrícula nº 12.039

### Extrato PL 25/2014/FMS - PP 20/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 22/10/2014, a partir das 09 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09 horas do dia 22/10/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 1º de outubro de 2014.

PAULA GIOVANA KLEBER

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestora em Exercício

### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

#### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ANA PAULA MELLEGERI, Cargo de Professor Nível I (Licenciatura - Inglês), classificado em 3º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

#### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ELSON WILLIAN DE MATOS, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 71º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

#### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) LUCIELI FERNANDA BRAGALÃO FAGUNDES, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 73º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### EXTRATO PL 74/2014/PMJ - PP 54/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo 26º Batalhão de Polícia Militar relativas ao policiamento de trânsito. Forma de Julgamento: Menor Preço Mensal por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 29/10/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 29/10/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 1º de outubro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Extrato Alteração PP 53/2014/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 53/2014/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 26/09/2014, tendo por objeto a "contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de vigilância desarmada e de serviços de atendente, a serem prestados junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, bem como, de serviços de vigilância desarmada a serem prestados junto ao prédio do Terminal Rodoviário Horivil Zago."

1) No anexo I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / VALOR DE REFERÊNCIA / MODELO DA PROPOSTA, no item 2 (dois):

Onde se lê:

"SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA EM 01 POSTO DE TRABALHO COM CARGA HORÁRIA DE 12 (DOZE) HORAS ININTERMITENTES, JUNTO AO PRÉDIO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL ORIVIL ZAGO, ÀS MARGENS DA BR 282, JOAÇABA - SC";

Leia-se:

"SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA EM 01 POSTO DE TRABALHO COM CARGA HORÁRIA DE 12 (DOZE) HORAS ININTERMITENTES, DAS 19 ÀS 7 HORAS, JUNTO AO PRÉDIO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL HORIVIL ZAGO, ÀS MARGENS DA BR 282, JOAÇABA - SC".

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados de até as 14h do dia 09/10/2014, para até as 14h do dia 15/10/2014;

3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados do dia 09/10/2014, a partir das 14h, para o dia 15/10/2014, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas. O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 01 de outubro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
Celso Felipe Bordin  
Secretário

**Nota Publicação Sem Efeito - PP 8/2014/FMAS**

NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
JOAÇABA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 8/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2014/PMJ

O município de Joaçaba, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, torna SEM EFEITO a publicação do extrato referente ao Processo Licitatório nº 8/2014/PMJ - Pregão Presencial nº 7/2014/PMJ, feita no Diário Oficial dos Municípios em 01/10/2014, cujo objeto é "aquisição de 01 (um) veículo tipo pick up, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2014 ou 2015, destinado aos atendimentos do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS, mantido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.",

Joaçaba, 30 de setembro de 2014.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MARIO WOLFART  
Secretário

---

**SIMAE - JOAÇABA**

---

**Pregão Presencial PP 0035/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0046/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2014  
PROTOCOLO JHL 2347/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0035/2014 - Licitação 0046/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Materiais de Segurança para reposição de estoque do SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 15/10/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 15/10/2014 às 14h05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8h às 11h e das 14h às 17 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 02/10/2014 a 15/10/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49)3551-8200.

Joaçaba - SC, 01 de outubro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE



**PREGÃO PRESENCIAL PP 0038/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0051/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038/2014

PROTOCOLO JHL 2469/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0038/2014 - Licitação 0051/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Quadro de Comando de Motores QCM para instalação nas Elevatórias de Água Tratada denominadas EAT-004 e EAT-022, localizadas em Joaçaba/SC de propriedade do SIMAE. Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 20/10/2014 às 09 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 20/10/2014 às 09h05, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8h às 11h e das 14h às 17 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 01/10/2014 a 20/10/2014.


Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49)3551-8200.

Joaçaba - SC, 01 de outubro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**HOMOLOGAÇÃO PP31/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 31/2014 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> 42/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 42/2014 <b>Data do Processo:</b> 11/07/2014	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 42/2014  
b ) Licitação Nr.: 31/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/09/2014  
e ) Data da Adjudicação: 12/09/2014 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA UTILIZAÇÃO NAS AREA TECNICAS AGUA E ESGOTO DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------


**AUTOSHOW COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA (7922)**

2 VEÍCULO ZERO KILÔMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; TIPO UTILITÁRIO CABINE 2 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA, COR BRANCA ANO/MODELO 2014/14, MOTOR BICOMBUSTÍVEL MÍNIMO 1.350CC, POTÊNCIA MÍNIMA DE 85CV, TORQUE MÍNIMO DE 12 KGF.M, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 700 KG, PESO BRUTO TOTAL MÁXIMO 1200 KG, ALTURA MÁXIMA 1650 MM, LARGURA MÁXIMA 1750 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO 4400 MM, TRAÇÃO DIANTEIRA, CAMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 6 MARCHAS SENDO 5 A FRENTE E UMA A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR QUENTE, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS, AIR BAG DUPLO, RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM INTERNA, SISTEMA DE FREIOS HIDRAULICO A PEDAL E ABS, FREIOS TRASEIROS A TAMBOR E DIANTEIROS A DISCO VENTILADO. RODAS EM AÇO 14 E PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, RODA COM PNEU SOBRESSALENTE, PROTETOR DE CARTER DO MOTOR E DA CAIXA DE CÂMBIO (EXCETO PARA OS MODELOS ONDE A POSIÇÃO DESTES COMPONENTES ESTEJAM PROTEGIDOS PELO EIXO DIANTEIRO DO VEÍCULO), TANQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE MÍNIMA DE 53 LITROS. HODÔMETRO TOTAL E PARCIAL DIGITAL, CONTAGIROS, CAÇAMBA COM REVESTIMENTO COMPÓSITO COM LATERAL RETA, FIXAÇÃO DE CARGA POR GANCHOS, LONA MARÍTIMA, PROTETOR DE TETO TIPO SANTO ANTONIO, JOGO DE TAPETES, CARPETE NO ASSOALHO INTERNO, PROTETOR DE CAÇAMBA, BANCOS INDIVIDUAIS, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. - Marca: GM/MONTANA LS	PÇ	1,00	0,0000	37.200,00	37.200,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 37.200,00**

Joaçaba, 12 de Setembro de 2014.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 31/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: 42/2014 Processo de Licitação: 42/2014 Data do Processo: 11/07/2014

Folha: 2/2

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **VIDECAR CAMINHÕES LTDA (7198)**

3	VEICULO TIPO CAMINHAO, MOTOR A DIESEL, COR BRANCA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, 04 CILINDROS, TORQUE MÍNIMO DE 600 KGFM; TRANSMISSÃO MECÂNICA DE NO MÍNIMO 05 MARCHAS À FRENTE SINCRONIZADAS E UMA À RÉ; COM DIREÇÃO HIDRÁULICA; COM CABINE CONSTRUÍDA TOTALMENTE METÁLICA TIPO AVANÇADA, GUARDA SOL, NÚMERO DE PORTAS 02; O CAMINHÃO DEVERÁ POSSUIR SOBRE FEIXE DE MOLAS NO EIXO TRASEIRO (INSTALADO DE FÁBRICA OU PELA CONCESSIONÁRIA DA MARCA). AR QUENTE, CLIMATIZAR. COM FREIOS DE SERVIÇO DE AR COMPRIMIDO, DIANTEIRO E TRASEIRO TIPO TAMBOR, FREIO DE ESTACIONAMENTO COM CÂMARA DE MOLA ACUMULADORA; COM PBT (PESO BRUTO TOTAL) DE NO MÍNIMO 9700 KG; DISTÂNCIA ENTRE OS EIXOS DE NO MÍNIMO 3.600 MM E NO MÁXIMO 4.300 MM. CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 150 LITROS; RODAS DE AÇO E PNEUS COMPATÍVEIS COM O VEÍCULO; COM TACÓGRAFO SEMANAL INSTALADO; MACACO HIDRÁULICO PARA TROCA DE PNEUS, CHAVE DE RODAS, PINO REBOQUE, TRIÂNGULO; EXTINTOR DE INCÊNDIO; RODA COM PNEU PARA ESTEPE COMPATÍVEL COM OS INSTALADOS NO CAMINHÃO; TAPETES PARA CABINE; ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS, ESPELHO AERODINÂMICO LADO DIREITO. CALHA DE CHUVA. OBS. O MOTOR DEVERÁ OBEDECER ÀS NORMAS DA RESOLUÇÃO DO CONAMA, EM VIGOR QUE NORMATIZA A EMISSÃO DE GASES POLUENTES, CONFORME PROGRAMA DE CONTROLE DE EMISSÃO VEICULAR - PROCONVE. - Marca: VOLKSWAGEN	PÇ	1,00	0,0000	149.500,00	149.500,00
---	--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 149.500,00

Total Geral: 186.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00.00 (24), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (30), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (31),  
2.062.4.4.90.00.00.00.00.00 (32)

Joaçaba, 12 de Setembro de 2014.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

# Luzerna

## PREFEITURA

### Decreto 1889 A

DECRETO Nº 1889 a de 24 de setembro de 2014.

“PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 1824 DE 26/06/2014 QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4 - COBRADE, CONFORME IN/MI Nº 01/2012”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso XXXII, do artigo 9º, da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e art. 7º do Decreto 1824 de 26 de junho de 2014, e

#### CONSIDERANDO:

- a continuidade dos efeitos do evento, ocorrido no dia 26 de junho de 2014, resultando em danos e prejuízos,
- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência,
- que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado em 90 (noventa) dias o prazo de vigência do Decreto nº 1824 DE 26/06/2014 que “DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4 - COBRADE, CONFORME IN/MI Nº 01/2012”.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigência na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de setembro de 2014.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito Municipal em exercício

### Decreto 1893

DECRETO Nº 1893 de 30 de setembro de 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito Municipal em exercício de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 52 - ACESSUAS, criando Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes

Fonte 0.3.52 - ACESSUAS ..... R\$ 14.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de setembro de 2014.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito Municipal em exercício

**Receitas Federais do Dia 30/09/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/09/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>86.250,72</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	91.998,67
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	91.998,67
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	91.425,58
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	91.425,58
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	54.855,34
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	22.856,40
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	13.713,84
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	573,09
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	343,86
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	143,27
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	85,96
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.651,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.651,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.591,06
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.060,71
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-18.399,72
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-18.399,72
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-18.285,11
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-18.285,11
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-114,61

Luzerna, 01/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Mafra****PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial Nº 160/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2014**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de brinquedos destinados ao Serviço de Fortalecimento de Vínculos através da Secretaria Municipal de Ação Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/10/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição e instalação de película automotiva, destinados as viaturas da Polícia Militar, com recursos do FUMMPOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 16/10/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 432/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 432/2014.**

FORNECEDOR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC

CNPJ: 83.395.921/0001-28

OBJETO: Locação de salas de aula mobiliadas com carteira e cadeira, laboratório de informática equipado com os computadores, utilização de ginásio de esportes, pista de atletismo, área de convivência, sanitários e salas de coordenação e professores perfazendo uma área total de aproximadamente 2.500 M<sup>2</sup>, localizado na Avenida Presidente Nereu Ramos, Nº 1071, bairro Jardim Moinho, cidade de Mafra/SC, o qual a locatária destinará exclusivamente as atividades dos alunos da EMEF São Lourenço, através da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso X, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 52.500,00 (Cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Mafra, (SC) 01 de outubro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 437/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 437/2014.**

FORNECEDOR: MAXICAR - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 79.420.873/0001-03

OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos 15.000 km do veículo Fiat Pálio placa MLX-0598, pertencente ao Conselho Tutelar, através do Fundo Municipal de Assistência Social, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 151,90 (Cento e cinquenta e um reais e noventa centavos).

Mafra, (SC) 01 de outubro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2014

FORNECEDOR: S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVIÇOS DE  
SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ: 03.928.511/0001-66.

OBJETO: Aquisição ferramenta hidráulica (composta de motog-  
rador hidráulico, carretel com duas mangueiras, ferramenta com-  
binada, cilindro telescópio de resgate, conexão fêmea single e co-  
nexão macho single) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de  
Mafra, com recursos do FUNREBOM.FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I,  
com alterações posteriores.VALOR: R\$ 98.068,73 (Noventa e oito mil e sessenta e oito reais e  
setenta e três centavos)

Mafra, (SC) 01 de outubro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº. 6/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2014

Processo Licitatório Nº. 18/2014

Pregão Presencial Nº. 11/2014

errata

Na Ata Nº 06/2014, onde se lê:

“ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2014

Processo Licitatório Nº. 18/2014

Pregão Presencial Nº. 13/2014”

Leia-se:

“ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2014

Processo Licitatório Nº. 18/2014

Pregão Presencial Nº. 11/2014”

Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 29 de setembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUN DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Contratante	Gestora

### CO 61/2013 AD61/3 - CONCESSÃO ESPAÇO RESTAURANTE TERMINAL RODOV. - VANTOIR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 61/2011

CONTRATO ADITIVO Nº. 61/3

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 79/2011

Concorrência para Concessão nº. 01/2011

CONCEDENTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONCESSIONARIA: VANTOIR DERETTI ME

REPRESENTANTE: VANTOIR DERETTI

OBJETO: Exploração da atividade de restaurante, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data de assinatura do contrato.

VALOR MENSAL: R\$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais)

Massaranduba, 15 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2975 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2975 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$

80.000,00(Oitenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0403- GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Municipais

0403 - 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 25 de Setembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

### DECRETO Nº. 2976 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 2976 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1620 de 30 de setembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 479.000,00 (Quatrocentos e setenta e nove reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0021.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0201.004.122.0021.2006 - Manutenção das atividades do Procon

0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos ordinários R\$ 5.000,00

0201.004.122.0022.2007 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.843.0170.0080 - Amortização da Dívida Pública

0304 - 32900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

0304 - 46900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0054.2025 - Conservação dos Serviços Urbanos

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 124.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 479.000,00 (Quatrocentos e setenta e nove mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.845.0170.0081 - Transferências a Entidades e Associações

0304 - 33500000 - Transferências instituições Privadas sem fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

0304 - 44500000 - Transferências instituições Privadas sem fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0052.1023 - Abertura de Ruas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0401.015.452.0053.1024 - Construção de Praças Públicas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0401.022.666.0160.2026 - Apoio a Indústrias

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

0401 - 45900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0401.025.752.0056.2028 - Manutenção da Iluminação Pública

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0120.2061 - Incentivo à Cultura

0505 - 44900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0131.1065 - Construção e Equip. para Academias ao ar livre

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0506 - 44900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

0507 - GERÊNCIA DE TURISMO

0507.013.695.0140.2063 - Incentivo ao Turismo

0507 - 31900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0507 - 33900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0507 - 44900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.018.541.0150.1071 - Aquisição de Veículo para Gestão Ambiental

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0901.020.604.0153.1075 - Aquisição de Equipamentos p/ Patrulha Agr.Mecanizada

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 36.000,00

0901.020.606.0151.2079 - Parceria na instalação da telefonia rural

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
CAMILA ROSSI  
Gerente do Procon

### **Lei Nº. 1620 de 30 de Setembro de 2014**

LEI Nº. 1620 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 479.000,00 (Quatrocentos e setenta e nove reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO  
0201 - GABINETE DO PREFEITO  
0201.004.122.0021.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0201.004.122.0021.2006 - Manutenção das atividades do Procon  
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos ordinários R\$ 5.000,00

0201.004.122.0022.2007 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito  
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.843.0170.0080 - Amortização da Dívida Pública

0304 - 32900000 - Aplicações Diretas  
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

0304 - 46900000 - Aplicações Diretas  
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0054.2025 - Conservação dos Serviços Urbanos

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 124.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 479.000,00 (Quatrocentos e setenta e nove mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.845.0170.0081 - Transferências a Entidades e Associações

0304 - 33500000 - Transferências instituições Privadas sem fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

0304 - 44500000 - Transferências instituições Privadas sem fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0052.1023 - Abertura de Ruas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0401.015.452.0053.1024 - Construção de Praças Públicas

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0401.022.666.0160.2026 - Apoio a Indústrias

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

0401 - 45900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0401.025.752.0056.2028 - Manutenção da Iluminação Pública

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0120.2061 - Incentivo à Cultura

0505 - 44900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0131.1065 - Construção e Equip. para Academias ao ar livre

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0506 - 44900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

0507 - GERÊNCIA DE TURISMO

0507.013.695.0140.2063 - Incentivo ao Turismo

0507 - 31900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0507 - 33900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0507 - 44900000 - Aplicações Diretas

0507 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.018.541.0150.1071 - Aquisição de Veículo para Gestão Ambiental

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0901.020.604.0153.1075 - Aquisição de Equipamentos p/ Patrulha Agr.Mecanizada

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 36.000,00

0901.020.606.0151.2079 - Parceria na instalação da telefonia rural

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0901 - 44900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
CAMILA ROSSI  
Gerente do Procon



# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria Nº 404/2014

PORTARIA n.º 404/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 404/2014

NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
Antonio José Macarini	351
Remio Moraes de Souza	1301

Meleiro, 01 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 403/2014

PORTARIA n.º 403/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PEDREIRO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

### EXONERAR

Art. 1.º O Senhor MÁRCIO BORDIGNON MAFIOLETTI, ocupante do cargo de Pedreiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 181/2014 e n.º 393/2013.

Meleiro, 30 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 020/2014

PORTARIA n.º 020/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE ENCANADOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, Lei n.º 910/2002, e Lei Complementar n.º 037/2013, de 03 de Dezembro de 2013, resolve:

### CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor DOUGLAS GAVA BUZANELLO, para ocupar o cargo de Encanador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas ao SAMAE.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

EVERALDO MARTINS

Diretor do SAMAE

### DECRETO Nº 073/2014

DECRETO n.º 073/2014

TRATA DA DECRETAÇÃO DE LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO PADRE ARCÂNGELO SPRÍCIGO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, da lei Orgânica Municipal, resolve:

CONSIDERANDO o falecimento ocorrido do Padre Arcangelo

Sprícigo.

CONSIDERANDO que exerceu durante 18 (dezoito) anos o sacerdócio, na Paróquia Nossa Senhora da Glória deste Município.

DECRETA

Art. 1.º Luto oficial no Município de Meleiro, durante os dias 30 de setembro e 01,02 de outubro de 2014.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 30 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Modelo

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Nº 1183/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1183/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 038/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 038/2014, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPONENTE ELETRO/ELETRÔNICO LUMINÁRIA DE LED 100W, PARA MELHORAMENTO DA ILUMINAÇÃO EM LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10520/2002, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 13/10/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 01 de Outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 266/2014

DECRETO Nº 0266/2014 de 01.10.2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANESSA SIMONE MUNDT, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.132/2014, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada nesta data, a Servidora VANESSA SIMONE MUNDT, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Departamento, do serviço público do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
ao 01 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente e de acordo:

VANESSA SIMONE MUNDT

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini

Chefe de Setor

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1204/2014**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1204/2014 - Modalidade Convite n. 010/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Convite n. 010/2014, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO AVISOS, E LEMBRETES QUE SERÃO DIVULGADOS PERIODICAMENTE, SEMPRE QUE REQUISITADOS POR QUALQUER DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL, INCLUINDO A DISTRIBUIÇÃO DE 200 EXEMPLARES DE CADA EDIÇÃO NO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 09/10/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 01 de Outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**Morro da Fumaça****PREFEITURA****Registro de Preço 103/2014**

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 103/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO INSTALADO PARA TODA A PREFEITURA, conforme anexo. Data: 14/10/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

**EXTRATO DO CONTRATO 074/2014**

Município de Morro da Fumaça. Extrato do Contrato 074/2014 da Tomada de Preço 042/2014. A empresa a DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA venceu o item 1 no valor de R\$ 159.523,20. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, MEIO FIO, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA E CALÇADAS DE CONCRETO NA RUA JOSÉ CARLOS FRASSON. CONFORME ANEXO. Homologada em 27/06/2014. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Ata de Recebimento E Abertura de Documentação 180/2014 PMN.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 180/2014 PMN.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- SESSÃO REINICIADA PARA ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SEM NENHUMA EMPRESA PRESENTE. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO ABRIRAM O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR ENVIADO PELA EMPRESA DLG AUTOMAÇÃO ATRAVÉS DOS CORREIOS. EM SEGUIDA A ABERTURA DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR CONSTATOU-SE A PRESENÇA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: DECLARAÇÃO DA EMPRESA DLG, CONTRATO SOCIAL, ALTERAÇÃO DO CONTATO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA CJM E ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA CJM, TODOS OS DOCUMENTOS DEVIDAMENTE AUTENTICADOS. ASSIM O PREGOEIRO VERIFICA QUE TODOS OS DOCUMENTOS ESTÃO REGULARIZADOS E CUMPRINDO ASSIM O OBJETIVO INICIAL DA SUSPENSÃO DO CERTAME. MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE .

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro(a)

MARIA BENEDITA CORREA

PREGOEIRA SUBSTITUTA

JOSEZITE DOS SANTOS

EQUIPE DE APOIO

FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO

EQUIPE DE APOIO

CARLA CLAUDINO

EQUIPE DE APOIO

Navegantes, 30 de setembro de 2014

### AVISO DE SUSPENSÃO E MULTA DIMACI 64/2014 FMS

CERTIDAO

CERTIFICO, para os devidos fins que, em data de 29/09/2014 neste Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, foi publicado e afixado no Mural Ofício do Município o extrato a seguir transcrito:

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - inscrita - Procedimento Administrativo nº 32/2014 - A empresa Dimaci SC Materiais Cirúrgicos LTDA, inscrita no CNPJ 05.531.725/0001-20, uma das vencedoras dos Pregões nºs: 114/2012 e 64/2013 são o

que restaram prejudicados, conforme CI's 007/2014, 008/2014 e 009/2014 da Secretaria de Saúde, deste Município, bem como as AF's que restaram prejudicadas AF's de nºs 328/2014, 339/2014, 246/2014, etc...Enviadas para a empresa Dimaci, através dos e-mails: dimacisc@dimacisc.com.br e fabiana@dimacisc.com.br, não foram cumpridos os prazos de entrega.

No dia 03/07/2014, foi enviada uma notificação pelo departamento de Processos Administrativos NT nº 32/2014, para a empresa, a qual foi devolvida pelo correio, pois a empresa mudou-se, no dia 09/07/2014, uma segunda notificação foi encaminhada, agora com endereço correto, pois foi confirmado o endereço por telefone pela própria empresa, enviando assim a segunda via da Notificação de nº 32/2014, retornando o AR de nº JG 07525356 4 BR, com seu devido recebimento pela empresa no dia 14 de julho de 2014, para que a mesma prestasse esclarecimentos, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades contratuais e editalícias.

A Dimaci SC Materiais Cirúrgicos LTDA, foi devidamente notificada para apresentar justificativa e/ou suprir, em tempo hábil, eventuais falhas que a tornaram inadimplente em relação ao Município, sob penalidades previstas em contrato, edital e legislação vigente, através de notificações enviadas pela Secretaria de Saúde e duas por este departamento de Processos Administrativos, para que a mesma prestasse esclarecimentos, garantindo assim seu direito a defesa.

Foi dado à empresa o direito a ampla defesa e o contraditório, através da Notificação nº 32/2014. A qual ficou revel e precluso, pois a empresa não respondeu a presente notificação, tomando este Ente Público como verdadeiros os fatos alegados na exordial. No Ato da Decisão Administrativa, restou comprovado que As cláusulas desrespeitadas foram dos Pregões 114/2012 e 64/2013, cláusulas descumpridas 12, 12.1, etc... Com fundamento no alegado pela Secretaria de Saúde, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público, ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 que prevê multa diária limitada ao valor de 20% sobre o valor total do contrato, e outras penalidades previstas em lei, contra empresas que descumprirem as cláusulas contratuais e editalícias,

Isto Posto, DETERMINAMOS A APLICAÇÃO DE 20% DE MULTA SOBRE O VALOR DOS ITENS FALTANTES DAS AF'S 328/2014 e 246/2014, bem como sua Rescisão Total e fica por este ato impedido de licitar pelo prazo de 2 anos com este ente público, multa representada através de Boleto no valor de R\$ 1.657,46 (Hum mil seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos) que será enviado por AR para a empresa DIMACI SC, com prazo para pagamento de 30 dias após a publicação desta decisão, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa. Intime-se. Publique-se. Arquive-se. Navegantes, 30 de Setembro de 2014. Comissão de Licitação, BENILDE PERÃO - Secretária da Secretaria de Administração e Logística.

### Ata Verificação de Amostras Pregão Presencial Nº 23/2014 F.m.s. E Aviso de Finalização da Fase de Coleta E Análise de Amostras.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

cN

cn

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 F.M.S. E AVISO DE FINALIZAÇÃO DA FASE DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS.

Em relação ao item 184 a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, foi reprovado, pois, a mesma não apresentou a amostra.

Sem mais encerram-se assim a etapa de apresentação das amostras. Dando continuidade ao certame.

CARLA CLAUDINO

Navegantes, 1º de setembro de 2014.

### **Protocolou Questionamento Pregão 189/2014 PMN**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA; protocolou questionamento PREGÃO 189/2014 PMN empresa - vidalimp locação de equipamentos Ltda me questionamento 01:

- No caso não tenho interesse no item 03 (limpeza de caixa d'água...) Neste caso preciso apresentar NR's 33, 35 já que para dedetização e desratização não se é exigido?

Resposta

Neste caso a licitante deverá apresentar apenas a NR-33 "SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS"; complementando, para os serviços de caixa d'água será necessário apresentação das NR's 33 e 35.

Ficam inalteradas a data e horário de acontecimento do certame

Navegantes 01 de outubro de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

### **INFORMATIVO PREGÃO 182/2014 PMN**

pregão 182/2014 pmn

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA;

no dia 1º de outubro de 2014 as 10:30 h o departamento de compras e licitações recebeu via correio os envelopes dos licitantes rodolfo da rosa schontag, e daniel elias garcia ambos referente o pregão 182/2014, todavia ambos não foram e nem serão abertos pois o pregão em questão foi suspenso, informamos ainda que os envelopes serão autuados e anexados ao processo, caso os interessados queiram participar da licitação deverão encaminhar novamente os envelopes pertinentes ao certame - lembramos ainda que os envelopes deverão estar no departamento de compras e licitações no horário mencionado em edital a ser retificado.

Protocolo correios SF850412757BR e SF848932422BR

Navegantes 01 de outubro de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 247/2014.**

Extrato Contratual PMN Nº 247/2014.

Contrato Nº.: 247/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda.

CNPJ: 75.862.946/0001-66.

Vigência ..... : Início: 29/09/2014 Término: 29/12/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 107/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 147/2014, referente à Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas (com fornecimento de materiais) da Rua Aníbal Gazaniga e Travessa Manoel João dos Santos, localizadas no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 107/2014 - Convênio nº 1646/2014, Processo SDR17.3403/2014.

Navegantes, 29 de junho de 2014.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 248/2014.**

Extrato Contratual PMN Nº 248/2014.

Contrato Nº.: 248/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.

CNPJ: 81.537.672/0001-72.

Vigência ..... : Início: 29/09/2014 Término: 29/12/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 102/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 146/014, referente à Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto das Ruas Augusto Romão e Helena Passos Dauer, localizadas no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 102/2014 - Convênio nº 1647/2014, Processo nº SDR17.3278/2014.

Navegantes, 29 de setembro de 2014.

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS FMV Nº 019/2014.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMV Nº19/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMV nº 19/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 19/2014

- contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO AO CITRAN DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA E TRANSITO DO MUNICIPIO.

Fornecedor: KMJ TRANSPORTES LTDA.

Valor: R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais).

Fornecedor: A.M.B Transportes Ltda.

Valor: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais).

Vigência: 29/09/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de setembro de 2014.



**NAVEGANTESPREV****Portaria N.º 022 de 02 de Outubro de 2014  
"Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, Em Caráter Proporcional"**

PORTARIA N.º 022 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III "a", §5º da CFRB/88, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

**RESOLVE:**

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora MARIA APARECIDA GOMES CUNHA, portador da cédula de identidade nº 1.722.119-6 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 953.444.979-20 e Pis/Pasep nº 120.39498.54.2, efetiva no cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2014.04.00112, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

**Nova Trento****PREFEITURA****Portaria Nº 785/2014 "A"**

PORTARIA Nº 785/ 2014 "A"

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal SERGIO ROBERTO BADINELLI, matrícula nº 120, concursado no cargo de Médico Veterinário, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 05 de setembro de 2014 a 01 de dezembro de 2014, conforme atestado médico datado de 05/09/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 05 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 839/2014**

PORTARIA Nº 839/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 177/2014, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal HELGA PETERMANN, matrícula nº 2073, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro Pessoal desta Prefeitura Municipal, pelo período de 145 (cento e quarenta e cinco) dias, a contar de 11 de setembro de 2014 a 01 de fevereiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 25/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**Portaria Nº 841/2014**

PORTARIA Nº 841/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ANA CAROLINA SANTANA BERNARDI, matrícula nº 2071, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária do Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 97 (noventa e sete) dias, a contar de 26 de agosto de 2014 a 30 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 22/09/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 25 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 842/2014**

PORTARIA Nº 842/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Setembro/2014, á Servidora Pública Municipal MILIANI PIFFER MAZZOLA, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Departamento de Recursos Humanos, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período de 03/04/2013 a 02/04/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 843/2014**

PORTARIA Nº 843/ 2014

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Setembro/2014, a Servidora Pública Municipal CATIA REGINA DELL'AGNOLO MARCHIORI, matrícula nº 5882, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Agente Social, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período de 01/04/2013 a 31/03/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 845/2014**

PORTARIA Nº 845/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LEONORA KLIMA, matrícula nº 6284, atuante no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ATA REGISTRO DE PREÇOS 036/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2014

PROCESSO Nº 105/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 01/10/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Fraldas Descartáveis Geriátricas para uso na distribuição gratuita a pessoas carentes, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Trento/SC, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste Pregão.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

JACQUES BRIÃO MOREIRA - ME. (CNPJ 18.941.818/0001-74)

Item	Unid.	Qtd	Discriminação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pacote mínimo c/08 unid.	10.000	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. MÉDIO.		R\$ 6,29	R\$ 62.900,00
2	Pacote mínimo c/08 unid.	10.000	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. GRANDE.		R\$ 6,29	R\$ 62.900,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 125,800,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 01 de outubro de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

**SAMAE - NOVA TRENTO****Cv\_07\_2014 Contratação Serviços Eletricos E Painele de Comando**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE NOVA TRENTO  
CNPJ: 95.785.267/0001-48  
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO -SC  
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

Processo Administrativo: 012/2014  
Processo de Licitação: 012/2014  
CV CONVITE - Nr.: 007/2014  
Data do Processo: 02/10/2014

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2014**

A Comissão Especial de Licitação, da SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 02/01/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 22/10/2014, às 15:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, NOVA TRENTO-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 07/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

**Objeto da Licitação:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELETRICO DE BOMBEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA E INSTALAÇÃO NA MONTAGEM DE PAINEL DE COMANDO ELÉTRICO, ATUALMENTE EM FUNCIONAMENTO, PERTENCENTE A ESTA AUTARQUIA DO MUNICIPIO DE NOVA TRENTO/SC. EXERCÍCIO 2014/2015.  
VALOR MÁXIMO PREVISTO R\$ 31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS)

NOVA TRENTO, 02 de Outubro de 2014  
CARLOS TARCISIO BATTISTI  
Diretor SAMAE/NTR

MARIA DE LOURDES ROVER  
Presidente da Comissão de Licitação

**Novo Horizonte****PREFEITURA****Extrato Contratual Nº 084/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 084/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada....: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP  
Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)  
Vigência ..... : Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117)  
Objeto ..... : O objeto do presente contrato é aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando à continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Novo Horizonte/SC.

Novo Horizonte/SC, 01 de Outubro de 2014

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 061/2014-CV Nº 015/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014  
CONVITE Nº 015/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 01/10/2014  
CONTRATADO: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando à continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes nos anexos deste Edital.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)  
DATA: 01/10/14 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

# Orleans

## PREFEITURA

### Pregão 153-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA GALERIA DE FOTOS DE EX-PREFEITOS NA SEDE DA PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ANEXOS.

Data Abertura: 14/10/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Telefone: (48) 3886-0100

[www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br)

[licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração

### EDITAL DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº011/2014

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Orleans  
Edital de Processo Seletivo Nº 011/2014

#### EDITAL DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº011/2014

A Comissão de Permanente de Processo Seletivo nº011/2014, torna publico a nota e classificação geral dos candidatos para cargo de:

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
006	DAIANE GALVANI	23/12/1983	8,8	1º LUGAR
008	NATALIA FABRE MENDES	09/11/1991	8,4	2º LUGAR
011	ROSILDA COELHO	02/02/1978	8,0	3º LUGAR
013	SÔNIA APARECIDA RIBEIRO	15/10/1972	6,8	4º LUGAR
010	ROSINETI CAMILO SALVALAGIO GALVANI	05/08/1981	6,8	5º LUGAR
007	MARIA APARECIDA CORREIA CROZETA	13/05/1990	6,0	6º LUGAR
012	TEREZINHA APARECIDA C. BECHENBACH	31/05/1964	1,6	ELIM.
002	MARIA ALBERTINA SERAFIM	16/05/1958	0,0	ELIM.

ELIM = Eliminado

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, tem o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso conforme Edital Processo Seletivo nº 011/2014.

Orleans, 01 de outubro de 2014.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

**EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº002/2014 - SAÚDE**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014, mediante o qual fica CONVOCADADA, para nomeação, da candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2014 (disponível no sítio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 38860128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ANA LAURA PHILIPPI	MÉDICO DA SF	40 h

Orleans, 01 de outubro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

**Ouro Verde****PREFEITURA****Extrato Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0106/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LDTA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 06/10/2014 á 10/10/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2012, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 26 de setembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0108/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LDTA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 06/10/2014 á 10/10/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2012, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 26 de setembro de 2014 de 2013. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0109/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LDTA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 06/10/2014 á 10/10/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2012, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 26 de setembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0110/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LDTA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública

municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 06/10/2014 á 10/10/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2012, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 26 de setembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0111/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO HABITACIONAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 06/10/2014 á 10/10/2015. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2012, Lei Federal nº 8.666/93 Ouro Verde, 26 de setembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

#### **DECRETO Nº2539**

DECRETO N.º 2539/2014

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com ata 052/2014, do CMDCA de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologada a Nomeação da Senhora Elizabete Rodrigues dos Santos Siqueira, para o mandato de Conselheira Tutelar.

2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 01 de outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

#### **Decreto Nº2540**

DECRETO N.º 2540/2014

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com ata 052/2014, do CMDCA de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologada a Nomeação da Senhora Luara da Silva Orlandi Bioto, para o mandato de Conselheira Tutelar.

2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 01 de outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

#### **Decreto Nº2541**

DECRETO N.º 2541/2014

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com ata 052/2014, do CMDCA de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologada a Nomeação da Senhora Jocelaine Sutieli, para o mandato de Conselheira Tutelar.

2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 01 de outubro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão



# Palhoça

## PREFEITURA

### Ata com O Resultado da Habilitação da Tomada de Preços Nº 177/2014

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO - E ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS - PARA O PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 177/2014.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL - designada pela Portaria nº 1419/2014. Sob a Presidência do Senhor Júlio César da Cruz, convocando o servidor Eduardo Henrique Machado Sato para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a contratação de empresa especializada para Reforma do Corpo de Bombeiros, Bairro Centro - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e MENOR PREÇO GLOBAL. Empresas participantes que entregaram os envelopes de documentação e proposta até a data e hora marcada para abertura deste processo licitatório: 1 - MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP, 2 - DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA, 3 - TNH PRESTADORA DE SERVIÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, 4 - MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME e 5 - CS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. Os envelopes foram entregues devidamente lacrados e vistados por todos os presentes. Declarada aberta a reunião pelo Presidente. Presentes a sessão, os membros da Comissão Permanente de Licitações, o representante do Corpo de Bombeiros de Palhoça, Sargento Espíndola e, devidamente credenciados (as), os (as) Senhores (as): Mauricio Savulski de Matos CPF nº 058.020.509-69 e Jair José Bezerra CPF nº 229.476.717-91. Em seguida passou-se para abertura do envelope de nº 01 - Habilitação - das empresas supracitadas. Após abertura dos envelopes, o Presidente passou os referidos documentos para que todos os presentes fizessem vistos. A Comissão resolveu suspender a sessão por 20 (vinte) minutos para poder analisar a documentação de Habilitação das empresas. Após análise desta Comissão, foi constatado que as empresas apresentaram toda documentação conforme exigido no Edital, ficando assim HABILITADAS. Os envelopes nº 2 - Propostas de Preços - foram rubricados em seu feixe por todos os licitantes presentes e ficarão em domínio da Comissão Permanente de Licitações para posterior abertura. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão indagou aos licitantes presentes se tinham algo a consignar em ata. Nada mais a consignar em ata, o Presidente informou o encerramento da sessão, para que sejam analisadas as documentações de Habilitação. O resultado da fase de Habilitação será publicado em Mural Público, no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e enviado através de Ofício aos licitantes participantes. Nada mais a relatar, a sessão foi encerrada na qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pela Comissão e licitantes abaixo relacionados.

Palhoça, 01 de outubro de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ	EDUARDO HENRIQUE M. SATO
Presidente Da Comissão	Membro Da Comissão

JANE DAS DORES DA SILVA	MAURICIO SAVULSKI DE MATOS
Membro Da Comissão	Mauricio Savulski De Matos Me

JAIR JOSÉ BEZERRA  
Mundial Serviços Ltda Epp

SGT. ESPÍNDOLA  
Corpo de Bombeiros de Palhoça

### Pregão Presencial Nº 195/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 17 de outubro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 195/2014, que tem por objeto a aquisição de suprimentos e equipamentos de informática para atender às necessidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 01 de outubro de 2014. A PREGOEIRA.

### RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PARA O EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 176/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 176/2014

O Município de Palhoça torna público, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para pavimentação com blocos de concreto intertravado, drenagem e sinalização vertical da Rua Pedro David dos Santos localizada no bairro São Sebastião (LOTE 01) e pavimentação a PAVER, drenagem e sinalização vertical das Ruas Luiz José de Farias e Guarujá localizadas no bairro Passa Vinte (LOTE 02), neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, conforme especificado no Edital e seus anexos.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 01: STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME venceu o item totalizando a importância de R\$ 135.453,55 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

LOTE 02: LUIZ FABIANO SILVEIRA ME venceu o item totalizando a importância de R\$ 72.548,46 (setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Palhoça, 01 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº194/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº194/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.194/2014, no dia 14 de Outubro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº194/2014 tem como objeto a aquisição de ar condicionado, Televisores, Microcomputadores, equipamentos eletrônicos e mobiliários em geral, para a FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 01 de outubro de 2014. Pregoeiro.

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº186/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

186/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de refil para filtros de água existentes nas Unidades Escolares do Município, incluindo a instalação e revisão no local indicado pela Secretaria de Educação, através de Registro de Preços.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

LOTE 1 - DISTRIBUIDORA DE BRUNA LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 23.111,93 (vinte e três mil cento e onze reais e noventa e três centavos).

Palhoça, 01 de Outubro de 2014.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****Extrato de Ata de Registro de Preços Nº118/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº117/2014 –  
Pregão Presencial 38/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: SCHEID E CASTRO DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS  
LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para  
atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães  
portadoras de HIV.  
DATA: 26/09/2014 à 25/09/2015.

Nome da Empresa: SCHEID E CASTRO DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA				CNPJ: 05.912.018/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
19	200,00	LATA	Nutren Active (ban)	R\$29,50	R\$5.900,00
Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
20	200,00	LATA	Nutren Active (baun)	R\$29,50	R\$5.900,00
Especificação: Leite em pó Nutren Jr, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
21	300,00	LATA	Nutren Jr. Pó	R\$44,00	R\$13.200,00
Especificação: Leite em pó Peptamen Junior, lata com 430 gramas. NESTLÉ					
22	400,00	LATA	Peptamen Jr. Pó	R\$174,00	R\$69.600,00
Valor Total		(noventa e quatro mil e seiscentos reais)			R\$94.600,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: CRISTALIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACEÚTICAS LTDA. CNPJ: 44.734.671/0001-51</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Azatioprina 50 mg, caixa com 50 comp.					
25	40,00	CX	CRISTÁLIA	R\$55,00	R\$2.200,00
<b>Especificação:</b> Clonazepan 2 mg					
55	1700000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,07	R\$122.400,00
<b>Especificação:</b> Clorpromazina 100mg					
63	150000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,16	R\$24.000,00
<b>Especificação:</b> Clorpromazina 25mg					
64	60000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,17	R\$10.140,00
<b>Especificação:</b> Diazepan 5 mg					
76	1100000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,04	R\$39.600,00
<b>Especificação:</b> Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.					
110	2500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,40	R\$8.500,00
<b>Especificação:</b> Hidralazina 20mg c/1ml					
111	2000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,49	R\$6.980,00

<b>Especificação:</b> Levomepromazina 100mg					
126	150000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,51	R\$76.500,00
<b>Especificação:</b> Levomepromazina 40mg/ml, frs. c/ 20 ml					
128	2000,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$6,89	R\$13.780,00
<b>Especificação:</b> Tramadol 100mg, caixa com 10 comp.					
201	160,00	CX	CRISTÁLIA	R\$12,20	R\$1.952,00
<b>Valor Total</b>		<b>(trezentos e seis mil e cinquenta e dois reais)</b>			<b>R\$306.052,00</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES  
LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						CNPJ: 00.088.317/0001-21	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total		
Especificação: Metoprolol 1mg/mL c/5mL							
148	800,00	AMP	ASTRAZENECA	R\$19,62	R\$15.696,00		
Especificação: Tobramicina 3mg/mLsolução oftálmica - 5ml							
198	6000,00	FRS	BIOSINTETICA	R\$2,70	R\$16.200,00		
Valor Total		(trinta e um mil e oitocentos e noventa e seis reais)				R\$31.896,00	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: PRATI DONADUZZI CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de  
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o  
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede  
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA</b>					
<b>CNPJ: 73.856.593/0001-66</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Albendazol 400mg.					
10	25000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,37	R\$9.250,00
<b>Especificação:</b> Albendazol 40mg/ml 10ml					
11	15000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$0,81	R\$12.150,00
<b>Especificação:</b> Alopurinol 300mg					
14	100000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,10	R\$10.000,00
<b>Especificação:</b> Amoxicilina 250 mg/5ml com 60mL					
16	20000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$1,30	R\$26.000,00
<b>Especificação:</b> Ampicilina 500mg.					
18	30000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,10	R\$2.970,00
<b>Especificação:</b> Ampicilina 50mg/ml suspensão 60 ml					
19	1000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$1,57	R\$1.570,00
<b>Especificação:</b> Azitromicina 500 mg					
26	60000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,34	R\$20.100,00

<b>Especificação:</b> Ciprofloxacino 500 mg					
53	150000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,13	R\$19.200,00
<b>Especificação:</b> Cloridrato de verapamil 80 mg					
61	200000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,04	R\$8.800,00
<b>Especificação:</b> Digoxina elixir, frasco com 60 ml					
80	500,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$4,77	R\$2.385,00
<b>Especificação:</b> Eritromicina 250mg/5ml-60ml.					
93	3000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$2,60	R\$7.800,00
<b>Especificação:</b> HALOPERIDOL GOTAS 20 ML					
109	1000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$2,30	R\$2.300,00
<b>Especificação:</b> Ibuprofeno 600 mg.					
115	600000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,08	R\$46.200,00
<b>Especificação:</b> Metformina 500mg.					
142	1100000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,04	R\$48.950,00
<b>Especificação:</b> Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50 gramas, com aplicador					
147	5000,00	TB	PRATTIDONADUZZI	R\$3,15	R\$15.750,00
<b>Especificação:</b> METRONIDAZOL 4%, SUSP., FRS. C/ 100ml					
149	2500,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$1,62	R\$4.050,00
<b>Especificação:</b> Nistatina creme vaginal 25.000UI, 50 gramas, com 07 aplicadores.					
157	8000,00	BN	PRATTIDONADUZZI	R\$3,16	R\$25.280,00

<b>Especificação:</b> Prednisona 5mg					
170	150000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,06	R\$8.850,00
<b>Especificação:</b> Sulfametoxazol+Trimetoprima (400mg/80mg)					
191	90000,00	COMP	PRATTIDONADUZZI	R\$0,06	R\$5.400,00
<b>Valor Total</b>		<b>(duzentos e setenta e sete mil e cinco reais)</b>			<b>R\$277.005,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: DIMASTER COM. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

**Nome da Empresa: DIMASTER COM. E PRODU. HOSPITALARES LTDA** **CNPJ: 02.520.829/0001-40**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI - pó para suspensão injetável + diluente					
30	8000,00	F/AM	TEUTO	R\$2,95	R\$23.600,00
<b>Especificação:</b> Cloridrato de biperideno 2 mg.					
59	120000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,16	R\$19.080,00
<b>Especificação:</b> Digoxina 0,25 mg					
79	130000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,04	R\$4.550,00
<b>Especificação:</b> Ibuprofeno 50mg/ml 30ml.					
114	9000,00	FRS	NATULAB	R\$0,75	R\$6.741,00
<b>Especificação:</b> Levomepromazina 25mg					
127	150000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,22	R\$32.850,00
<b>Especificação:</b> Loratadina xpe, frs. c/ 100 ml					
136	7000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$1,76	R\$12.320,00

<b>Especificação:</b> Maleato de Enalapril 20mg					
138	1000000,00	COMP	TEUTO	R\$0,05	R\$48.700,00
<b>Especificação:</b> Metoclopramida 10mg.					
145	150000,00	COMP	BELFAR	R\$0,05	R\$8.085,00
<b>Especificação:</b> Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas..					
178	35000,00	ENV	NATULAB	R\$0,38	R\$13.265,00
<b>Especificação:</b> Sinvastatina 10mg comprimido					
185	800000,00	COMP	SANVAL	R\$0,04	R\$31.200,00
<b>Valor Total</b>		<b>(duzentos mil e trezentos e noventa e um reais)</b>			<b>R\$200.391,00</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº122/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: DIMASTER COM. E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

**Nome da Empresa: DIMASTER COM. E PRODU. HOSPITALARES LTDA** **CNPJ: 02.520.829/0001-40**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI - pó para suspensão injetável + diluente					
30	8000,00	F/AM	TEUTO	R\$2,95	R\$23.600,00
<b>Especificação:</b> Cloridrato de biperideno 2 mg.					
59	120000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,16	R\$19.080,00
<b>Especificação:</b> Digoxina 0,25 mg					
79	130000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,04	R\$4.550,00
<b>Especificação:</b> Ibuprofeno 50mg/ml 30ml.					
114	9000,00	FRS	NATULAB	R\$0,75	R\$6.741,00
<b>Especificação:</b> Levomepromazina 25mg					
127	150000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,22	R\$32.850,00
<b>Especificação:</b> Loratadina xpe, frs. c/ 100 ml					
136	7000,00	FRS	PRATTIDONADUZZI	R\$1,76	R\$12.320,00

<b>Especificação:</b> Maleato de Enalapril 20mg					
138	1000000,00	COMP	TEUTO	R\$0,05	R\$48.700,00
<b>Especificação:</b> Metoclopramida 10mg.					
145	150000,00	COMP	BELFAR	R\$0,05	R\$8.085,00
<b>Especificação:</b> Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas..					
178	35000,00	ENV	NATULAB	R\$0,38	R\$13.265,00
<b>Especificação:</b> Sinvastatina 10mg comprimido					
185	800000,00	COMP	SANVAL	R\$0,04	R\$31.200,00
<b>Valor Total</b>		<b>(duzentos mil e trezentos e noventa e um reais)</b>			<b>R\$200.391,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº123/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO:  
Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais  
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: AAS 100 mg					
1	1800000,00	COMP	IMEC	R\$0,01	R\$18.900,00
Especificação: Captopril 25 mg.					
39	2300000,00	COMP	SANVAL	R\$0,01	R\$33.810,00
Especificação: Carbidopa/Levodopa 25/250mg					
41	30000,00	COMP	BRAINFARMA	R\$0,16	R\$4.725,00
Especificação: Carbonato de calcio 500mg + Vit D 200UI.					
42	250000,00	COMP	IMEC	R\$0,12	R\$28.875,00
Especificação: Cinarizina 25mg					
52	300000,00	COMP	BRAINFARMA	R\$0,06	R\$17.100,00
Especificação: Cloreto de sódio 9.0mg/ml+cloreto de benzalcônio 0,1mg/ml 30 ml.					
57	7000,00	FRS	NATIVITA	R\$0,53	R\$3.675,00
Especificação: Cloridrato de ranitidina 50 mg, amp. c/ 2 ml, injetável					
58	3000,00	AMP	TEUTO	R\$0,64	R\$1.920,00
Especificação: Cloridrato de fluoxetina 20 mg					
60	1800000,00	COMP	TEUTO	R\$0,04	R\$79.380,00
Especificação: Colchichina 0,5mg					
66	80000,00	COMP	MULTILAB	R\$0,22	R\$17.600,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

**Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91  
FILIAL.**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação: AAS 500 mg</b>					
2	20000,00	COMP	BALM-LABOR	R\$0,03	R\$640,00
<b>Especificação: Adrenalina injetável 1ml</b>					
8	2000,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,10	R\$2.200,00
<b>Especificação: Água destilada 20 ml, injetável</b>					
9	5000,00	AMP	SAMTEC	R\$0,23	R\$1.125,00
<b>Especificação: Butilbrometo de escopolamina + dipirona 6,67mg/ml + 333,4mg/ml solução oral 20ml.</b>					
36	8000,00	FRS	FARMACE	R\$1,78	R\$14.240,00
<b>Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg</b>					
37	150000,00	COMP	BELFAR	R\$0,23	R\$34.500,00
<b>Especificação: Butilbrometo de escopolamina 20 mg, ampola c/ 1 ml</b>					
38	5000,00	AMP	HIPOLABOR	R\$1,45	R\$7.250,00

<b>Especificação:</b> Carbonato de Lítio 300mg					
43	800000,00	COMP	HIPOLABOR	R\$0,09	R\$68.000,00
<b>Especificação:</b> Enantato de Noretisterona 50mg + Valerato de estradiol 5mg/ml, contraceptivo hormonal injetável, cartela c/ 01 seringa pré-carregada c/ 1ml + agulha p/ solução oleosa.					
92	2000,00	AMP	MABRA	R\$4,80	R\$9.600,00
<b>Especificação:</b> Estrogênio Conjugado 0,625mg					
97	30000,00	COMP	MABRA	R\$0,55	R\$16.500,00
<b>Especificação:</b> Fenobarbital 100 mg					
102	300000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,08	R\$24.000,00
<b>Especificação:</b> Imipramina 25mg					
116	350000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,13	R\$44.800,00
<b>Especificação:</b> Isossorbida mononitrato 40mg					
124	150000,00	COMP	BALDACCI	R\$0,12	R\$17.250,00
<b>Especificação:</b> Glimepirida 4 mg c/30cp					
129	100,00	CX	BALDACCI	R\$4,89	R\$489,00
<b>Especificação:</b> Lidocaína Spray 10%, frs. c/ 50ml					
134	150,00	FRS	HIPOLABOR	R\$41,00	R\$6.150,00
<b>Especificação:</b> Loratadina 10 mg					
135	250000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,04	R\$11.000,00
<b>Especificação:</b> Metildopa 250 mg					
143	100000,00	COMP	SANVAL	R\$0,11	R\$10.500,00



<b>Especificação:</b> Metildopa 500mg.					
144	350000,00	COMP	TKS	R\$0,18	R\$63.000,00
<b>Especificação:</b> Propranolol 40mg.					
173	900000,00	COMP	OSORIO DE MORAES	R\$0,01	R\$10.800,00
<b>Especificação:</b> Salbutamol 0,04% solução oral-100ml.					
179	2000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,68	R\$1.360,00
<b>Valor Total</b>		<b>(trezentos e quarenta e três mil e quatrocentos e quatro reais)</b>			<b>R\$343.404,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS  
FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

**Nome da Empresa: NUNESFARMA DIST. DE PROD FARMACÊUTICOS CNPJ: 75.014.167/0001-00  
LTDA MATRIZ**

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Alphagan, frasco com 5 ml					
12	110,00	FRS	ALLERGAN	R\$27,24	R\$2.996,36
<b>Especificação:</b> Carbamazepina 200mg					
40	900000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,07	R\$65.700,00
<b>Especificação:</b> Fenilefrina 10 pcc, frasco com 5 ml					
100	300,00	FRS	ALLERGAN	R\$6,55	R\$1.964,91
<b>Especificação:</b> Metoclopramida gts 4mg/ml-10ml.					
146	12000,00	FRS	MARIOL	R\$0,45	R\$5.364,00
<b>Especificação:</b> Sulfato ferroso 40mg					
193	700000,00	COMP	Medicamen	R\$0,02	R\$16.800,00
<b>Valor Total</b>		<b>(noventa e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos)</b>			<b>R\$92.825,27</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA</b>						<b>CNPJ: 00.802.002/0001-02</b>
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total	
<b>Especificação:</b> Cetoconazol xampu						
49	30,00	FRS	PRATIDONADUZZI	R\$4,20	R\$126,00	
<b>Especificação:</b> CEFALEXINA 500MG.						
67	350000,00	COMP	TEUTO	R\$0,15	R\$51.800,00	
<b>Especificação:</b> Fentanil 78,5 mcg, ampolas 2 ml						
104	500,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,80	R\$398,65	
<b>Especificação:</b> Gel lubrificante 5g.						
107	4000,00	UN	CARBOGEL	R\$0,41	R\$1.649,60	
<b>Especificação:</b> Mebendazol 100mg						
140	30000,00	COMP	SOBRAL	R\$0,03	R\$888,00	
<b>Valor Total</b>		<b>(cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos)</b>			<b>R\$54.862,25</b>	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA</b>				<b>CNPJ: 05.782.733/0001-49</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Acido Valpróico 250 mg					
3	400000,00	COMP	ABBOTT	R\$0,18	R\$73.600,00
<b>Especificação:</b> Ácido Valpróico 500mg					
4	400000,00	COMP	ABBOTT	R\$0,46	R\$184.000,00
<b>Especificação:</b> Depakote 250mg, caixa com 30 comp.					
70	70,00	CX	ABBOTT	R\$13,50	R\$945,00
<b>Especificação:</b> Kolagenese pomada 30gr.					
120	40,00	TB	ABBOTT	R\$12,09	R\$483,60
<b>Especificação:</b> Isossorbina mononitrato 20 mg					
123	200000,00	COMP	ZYDUS	R\$0,05	R\$10.400,00
<b>Especificação:</b> Levotiroxina Sódica 50mcg.					
133	300000,00	COMP	ABBOTT	R\$0,12	R\$35.400,00
<b>Especificação:</b> Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp.					
159	4000,00	CART	BIOLAB	R\$5,45	R\$21.800,00
<b>Especificação:</b> Ritmonorm 300mg, caixa com 10 comprimidos					
176	140,00	CX	ABBOTT	R\$15,69	R\$2.196,60
<b>Especificação:</b> Salbutamol 2mg					
180	40000,00	COMP	GLAXO	R\$0,14	R\$5.600,00
<b>Especificação:</b> Seretide diskus 50/500mcg com 28 doses					

183	25,00	CX	GLAXO	R\$84,49	R\$2.112,25
<b>Valor Total</b>		<b>(trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos)</b>			<b>R\$336.537,45</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2014 –  
 Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
 empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS  
 LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
 Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
 atendimentos do CENTRI.  
 DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 85.247.385/0001-49</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Anlodipino 10mg					
20	250000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,04	R\$8.975,00
<b>Especificação:</b> ANLODIPINO 5MG					
21	1000000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,02	R\$21.000,00
<b>Especificação:</b> Atenolol + clortalidona 100+25 mg, caixa com 28 comprimidos					
24	35,00	CX	VITAPAN	R\$4,76	R\$166,60
<b>Especificação:</b> Azitromicina 600 mg suspensão					
27	40000,00	FRS	PHARLAB	R\$2,18	R\$87.036,00
<b>Especificação:</b> Diclofenaco resinato 15mg/mL c/ 20mL					
77	2000,00	FRS	VITAPAN	R\$1,61	R\$3.225,60
<b>Especificação:</b> NIMESULIDA 100 MG					
155	700000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,04	R\$27.300,00
<b>Especificação:</b> Nimesulida 50mg/ml, frasco com 15ml					
156	4000,00	FRS	VITAPAN	R\$0,70	R\$2.815,60
<b>Valor Total</b>		<b>(cento e cinquenta mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta centavos)</b>			<b>R\$150.518,80</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E  
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de  
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o  
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede  
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 06.035.038/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Isossorbina dinitrato de 10 mg					
122	200000,00	COMP	GERMED	R\$0,08	R\$16.000,00
Valor Total		(dezesesseis mil reais)			R\$16.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PROD HOSP LTDA				CNPJ: 26.921.908/0001-21	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Azopt 1% 5ml					
28	70,00	FRS	ALCON	R\$32,80	R\$2.296,00
<b>Especificação:</b> Duovent N c/ 10 ml aerosol					
88	60,00	FRS	BOEHRINGER	R\$7,64	R\$458,40
<b>Especificação:</b> Hyperium 1mg, caixa com 30 comprimidos.					
113	30,00	CX	SERVIER	R\$44,10	R\$1.323,00
<b>Especificação:</b> Pradaxa 150mg c/30cp					
169	30,00	CX	BOEHRINGER	R\$66,00	R\$1.980,00
<b>Valor Total</b>		<b>(seis mil, cinquenta e sete reais e quarenta centavos)</b>			<b>R\$6.057,40</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2014 –  
 Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
 empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
 atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
 Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
 Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
 DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA</b>				<b>CNPJ: 94.516.671/0002-34</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Aminofilina 100 mg					
15	80000,00	COMP	VITAPAN	R\$0,03	R\$2.240,00
<b>Especificação:</b> Cetoconazol 200mg					
47	90000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,08	R\$7.200,00
<b>Especificação:</b> Deslanosídeo 0,2mg/mL IM, IV c/2mL					
71	1500,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,10	R\$1.650,00
<b>Especificação:</b> Levotiroxina Sódica 100mcg.					
131	300000,00	COMP	MERCK	R\$0,11	R\$32.400,00
<b>Especificação:</b> Sulfadiazina de prata creme 10mg/g 400 gramas					
189	400,00	POTE	SILVESTRE LABS	R\$17,50	R\$7.000,00
<b>Valor Total</b>		<b>(cinquenta mil e quatrocentos e noventa reais)</b>			<b>R\$50.490,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 81.706.251/0001-98</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Amoxicilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml					
17	5500,00	FRS	SANDOZ	R\$4,45	R\$24.475,00
<b>Especificação:</b> Anticoncepcional trifásico - Triquilar					
22	7000,00	CART	BAYER - SCHERING	R\$5,12	R\$35.840,00
<b>Especificação:</b> Benzilpenicilina procaína + potássica 300.000 UI + 100.000 U - solução injetável + diluente					
32	2000,00	F/AM	NOVAFARMA	R\$3,55	R\$7.100,00
<b>Especificação:</b> Cefalexina 250 mg/5ml 60 ml					
46	6000,00	FRS	TEUTO	R\$2,69	R\$16.140,00
<b>Especificação:</b> Cetozonazol 30 grama (creme)					
48	13000,00	TB	HIPOLABOR	R\$0,98	R\$12.740,00
<b>Especificação:</b> Clopidogrel 75mg					
56	100000,00	COMP	SANDOZ	R\$0,34	R\$33.900,00
<b>Especificação:</b> Eritromicina 500 mg					
94	3500,00	COMP	PRATI	R\$0,39	R\$1.361,50
<b>Especificação:</b> Ezetimiba 10mg, caixa com 30 comp.					
99	25,00	CX	BAYER/MSD/SCHERING	R\$68,90	R\$1.722,50
<b>Especificação:</b> Hidróxido de Alumínio 100ml					
112	4500,00	FRS	NATIVITA	R\$1,29	R\$5.805,00
<b>Especificação:</b> Levotiroxina Sódica 25mcg.					

132	300000,00	COMP	MERCK	R\$0,11	R\$34.200,00
<b>Especificação:</b> Mebendazol 20mg/ml - frs 30ml.					
141	5000,00	FRS	NATULAB	R\$0,69	R\$3.445,00
<b>Especificação:</b> Nifedipino 20 mg					
154	200000,00	COMP	HYPERMARCAS - BRAINF	R\$0,03	R\$5.400,00
<b>Especificação:</b> Polivitaminico 120mL (Vitaminas: A, C, D, E e do complexo B)					
168	4000,00	FRS	NATURELIFE	R\$3,45	R\$13.800,00
<b>Especificação:</b> Retinol + colecalciferol + óxido de zinco, bisnaga com 45gr. (pomada de assadura)					
175	23000,00	BN	VITAPAN	R\$1,68	R\$38.617,00
<b>Especificação:</b> Vitamina B1 100mg + B6 100mg + B12 5000mcg solução injetável IM, IV ampola 1 ml, caixa com 3 ampolas					
208	600,00	CX	MERCK	R\$7,99	R\$4.794,00
<b>Valor Total</b>		<b>(duzentos e trinta e nove mil e trezentos e quarenta reais)</b>			<b>R\$239.340,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: Aquisição de  
medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o  
Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede  
Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA</b>				<b>CNPJ: 43.940.618/0001-44</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Cymbalta 60 mg, caixa com 28 comp.					
69	35,00	CX	LILLY	R\$190,40	R\$6.664,00
<b>Valor Total</b>		<b>(seis mil e seiscentos e sessenta e quatro reais)</b>			<b>R\$6.664,00</b>



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº134/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: DHOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP E EXP  
LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: DHOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP E EXP LTDA CNPJ: 08.076.127/0006-00</b>					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Artrodar 50mg, caixa com 30 comprimidos					
7	60,00	CX	TRB PHARMA	R\$73,49	R\$4.409,40
<b>Especificação:</b> Insulina Humana Novomix Penfil 70/30 100U/ml com 3ml, caixa com 05 refis					
117	40,00	FRS	NOVO NORDISK	R\$128,50	R\$5.140,00
<b>Especificação:</b> Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.					
150	90,00	CX	ACCORD	R\$324,55	R\$29.209,50
<b>Valor Total</b>		<b>(trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)</b>			<b>R\$38.758,90</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº135/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>				<b>CNPJ: 03.652.030/0001-70</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Dexametasona 0,1% creme bisnaga c/ 10 mg					
72	25000,00	BN	MULTILAB	R\$0,56	R\$14.000,00
<b>Especificação:</b> Petidina 50mg/ml solução injetável com 2 ml					
165	1000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,64	R\$1.640,00
<b>Especificação:</b> Timolol, maleato 0,5% solução oftalmologica, 5ml.					
197	2000,00	FRS	TEUTO	R\$0,90	R\$1.800,00
<b>Especificação:</b> Zolpidem 10 mg, caixa com 20 comprimidos					
211	60,00	CX	ZYDUS	R\$9,00	R\$540,00
<b>Valor Total</b>		<b>(dezessete mil e novecentos e oitenta reais)</b>			<b>R\$17.980,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº136/2014 –  
 Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
 empresa: CIRURGICA JAW COM. MAT. MEDICO HOSP. LTDA.  
 OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações  
 Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas  
 Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos  
 atendimentos do CENTRI.  
 DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA</b>				<b>CNPJ: 79.250.676/0001-93</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV					
81	7000,00	AMP	DRAMIN B6 DL	R\$1,85	R\$12.946,50
<b>Especificação:</b> Saniskin loção 200ml					
182	25,00	FRS	SANISKIN 200ML	R\$34,00	R\$850,00
<b>Especificação:</b> Venalot, caixa com 30 comprimidos					
204	160,00	CX	VENALOT 15MG/90MG	R\$22,89	R\$3.662,40
<b>Especificação:</b> Vitamina A+D gotas 50.000 + 10.000UI c/15mL					
207	10000,00	FRS	AD-TIL 10ML	R\$4,90	R\$49.000,00
<b>Valor Total</b>		<b>(sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)</b>			<b>R\$66.458,90</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº137/2014 –  
Pregão Presencial 37/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a  
empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS  
HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para  
atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de  
Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de  
Saúde e para uso nos atendimentos do CENTRI.  
DATA: 30/09/2014 à 29/09/2015.

<b>Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>				<b>CNPJ: 09.192.829/0001-08</b>	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Carvedilol 6,25 mg					
44	400000,00	COMP	Karvil / TORRENT	R\$0,07	R\$26.000,00
<b>Valor Total</b>		<b>(vinte e seis mil reais)</b>			<b>R\$26.000,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST.

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
113	60	frs	Travatan colírio	ALCON	R\$33,20	R\$1.992,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AL-TERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST.

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	80	cx	Alprazolam 0,25mg c/20 comprimidos	UNIÃO QUÍMICA	R\$2,246	R\$179,68
19	100	cx	Carvedilol 25mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$3,60	R\$360,00
20	200	cx	Carvedilol 3,125mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$1,80	R\$360,00
25	120	cx	Citalopram 20mg c/28 comprimidos	TORRENT	R\$3,36	R\$403,20
32	60	cx	Cloridrato de Sertralina 50mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$3,00	R\$180,00
36	80	cx	Cloridrato de Venlafaxina 150mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$13,98	R\$1.118,40
37	180	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$9,92	R\$1.785,60
73	40	cx	Losartana 25mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$2,211	R\$88,44
74	30	cx	Losartana potássica + hidroclorotiazida (100+25mg) c/30 comprimidos	EMS	R\$5,643	R\$169,29
87	50	cx	Oxcarbazepina 300mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$8,49	R\$424,50
88	120	cx	Oxcarbazepina 600mg c/30 comprimidos	TORRENT	R\$16,50	R\$1.980,00
108	300	frs	Solução Manitol 20% c/250mL	BASA	R\$4,0702	R\$1.221,06
109	1.500	amp	Sulfato de Morfina 10mg	CRISTÁLIA	R\$3,55	R\$5.325,00
123	100	amp.	Haloperidol 5 mg, injetável	TEUTO	R\$0,4632	R\$46,32
124	1.600.000	cp	Atenolol 50mg	VITAPAN	R\$0,0245	R\$39.200,00
125	60.000	cp	Alopurinol	PRATI	R\$0,0487	R\$2.922,00
						R\$55.763,49

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIA-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
97	60	cx	Ritmonorm 300mg c/30 comprimidos	ABBOTT	R\$61,19	R\$3.671,40

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA JAW COMERCIO MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
40	80	frs	Cosopt c/5mL	MERCK	R\$53,57	R\$4.285,60
82	40	frs	Óleo Dersani c/200mL	DESANI	R\$25,00	R\$1.000,00
122	70	cx	Vytorin 10/20mg c/28 comprimidos	VYTORIN	R\$60,39	R\$4.227,30
						R\$9.512,90

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
89	30.000	frs	Paracetamol 200mg/mL 15mL	HIPOLABOR	R\$0,43	R\$12.900,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DI-MASTER COMERCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
75	1.500.000	cp	Maleato de enalapril 10mg	TEUTO	R\$0,048	R\$72.000,00
98	6.000	frs	Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses	GLENMARK	R\$3,29	R\$19.740,00
						R\$91.740,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.



Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	3	frs	Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa	NOVAQUÍMICA	R\$979,71	R\$2.939,13
8	50	cx	Anafranil SR 75mg, caixa com 20 comprimidos	NOVAQUÍMICA	R\$32,92	R\$1.646,00
10	15	cx	Atacand Hct 16/12,5mg, caixa com 30 comprimidos	ASTRAZENICA	R\$57,92	R\$855,30
11	15	cx	Benicarano 40/10mg, caixa com 30 comprimidos	DAIICHI	R\$34,70	R\$520,50
12	30	cx	Benicar HCT 40/12,5mg c/30 comprimidos	DAIICHI	R\$29,00	R\$870,00
21	150	cx	Casodex 50mg, caixa com 28 comprimidos	ASTRAZENICA	R\$438,44	R\$65.766,00
39	50	cx	Condroflex 1500 + 1200mg, caixa com 30 saches	ZODIAC	R\$100,66	R\$5.033,00
42	20	cx	Crestor 10,4 mg, caixa com 30 comprimidos	ASTRAZENICA	R\$74,18	R\$1.483,60
47	30	cx	Diovan HCT 160/12,5mg c/28 comprimidos	NOVARTIS	R\$58,56	R\$1.756,80
52	20	cx	Exelon patch 18mg/10cm com 30 comprimidos	NOVARTIS	R\$275,13	R\$5.502,60
58	15	cx	Galvus 50mg c/56 comprimidos	NOVARTIS	R\$100,27	R\$1.504,05
59	25	cx	Galvus met 50/850 mg, caixa com 56 comprimidos	NOVARTIS	R\$100,27	R\$2.506,75
67	40	cx	Labirin 24 mg, caixa com 30 comprimidos	APSEN	R\$19,44	R\$777,60
76	130	cx	Melleril 100 mg, caixa com 20 comprimidos	VALEANT	R\$14,90	R\$1.937,00
85	15	cx	Onglyza 5mg c/28 comprimidos	BRISTOL	R\$114,39	R\$1.715,85
92	15	Cx.	Rasilez 150mg c/28 comprimidos	NOVARTIS	R\$65,25	R\$978,75
93	100	Cx.	Rasilez 300mg c/28 comprimidos	NOVARTIS	R\$64,47	R\$6.447,00
94	70	Cx.	Ritalina 10mg, caixa com 60 comprimidos	NOVARTIS	R\$33,38	R\$2.336,60
100	100	Cx.	Selozok 50 mg, caixa com 30 comprimidos	ASTRAZENICA	R\$21,78	R\$2.178,00
101	30	Cx.	Selozok 25mg c/30 comprimidos	ASTRAZENICA	R\$10,86	R\$325,80
106	20	frs	Symbicort 6/200mcg, frsco com 60 doses	ASTRAZENICA	R\$51,05	R\$1.021,00
107	20	frs	Symbicort 12/400mcg, frsco com 60 doses	ASTRAZENICA	R\$56,80	R\$1.136,00
110	30	Cx.	Tegretol CR 400 mg, caixa com 60 comprimidos	NOVARTIS	R\$57,99	R\$1.739,70
116	25	cx	Trileptal 600mg c/60 comprimidos	NOVARTIS	R\$119,21	R\$2.980,25
						R\$113.957,28

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
26	1.000	cp	Clindamicina, cloridrato 300 mg	TEUTO	R\$0,69	R\$690,00
28	80	cx	Cloridrato de Bupropiona 150mg c/60 comprimidos	NOVAQUÍMICA	R\$56,00	R\$4.480,00
31	100	cx	Cloridrato de Paroxetina 20mg c/30 comprimidos	AUROBINDO	R\$6,00	R\$600,00
34	160	cx	Cloridrato de Tramadol 50mg c/10 comprimidos	HYPERMARCAS	R\$7,10	R\$1.136,00
55	20	cx	Fluir 12mcg c/60caps + Inalador	MANTECORP	R\$39,49	R\$789,80
70	60	cx	Levotiroxina sódica 75mcg c/30 comprimidos	MERCK	R\$4,41	R\$264,60
72	70	cx	Losartana 100mg c/30 comprimidos	EUROFARMA	R\$11,20	R\$784,00
						R\$8.744,40

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODIET FARMACÊUTICA S.A. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
38	30	cx	Concerta 36mg c/30 comprimidos	JANSEN	R\$220,20	R\$6.606,00
44	40	cx	Depakote ER 500mg c/30 comprimidos	ABBOTT	R\$41,20	R\$1.648,00
68	250.000	cp	Levodopa + Benzerazida 100+25mg, comprimidos birranhurados	ROCHE	R\$0,82	R\$205.000,00
91	400.000	cp	Propatilnitrato 10mg	FARMOQUÍMICA	R\$0,28	R\$112.000,00
114	40	Cx.	Tylex 30mg c/24 comprimidos	JANSEN	R\$13,44	R\$537,60
						R\$325.791,60

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRO-MEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	150	frs	Alphagan 5mL	HYPERMARCAS	R\$8,99	R\$1.348,50
9	50	cx	Atacand 8mg c/30 comprimidos	SANDOZ	R\$21,521	R\$1.076,05
46	40	cx	Diovan 320mg c/28 comprimidos	SANDOZ	R\$32,00	R\$1.280,00
60	80.000	cp	Hidralazina 50 mg	NOVARTIS	R\$0,30	R\$24.000,00
69	30	cx	Levotiroxina sódica 125mcg c/30 comprimidos	MERCK	R\$14,56	R\$436,80
77	80	cx	Mesilato de Doxazosina 4mg c/30 comprimidos	SANDOZ	R\$5,99	R\$479,20
83	40	frs	Óleo Mineral c/100mL	NATULAB	R\$1,99	R\$79,60
						R\$28.700,15

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	100.000	cp	Ácido Valproico 250mg	BIOLAB	R\$0,168	R\$16.800,00
4	120	cx	Alprazolam 1mg c/30 comprimidos	EMS	R\$3,32	R\$398,40
5	80	cx	Alprazolam 2mg c/30 comprimidos	EMS	R\$3,92	R\$313,60
33	120	cx	Cloridrato de Ticlopidina 250mg c/30 comprimidos	EMS	R\$8,22	R\$986,40
53	60	cx	Finasterida 5mg c/30 comprimidos	EMS	R\$7,42	R\$445,20
						R\$18.943,60

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2014 - Pregão Presencial 12/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WIN-CORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri e para o Programa DST).

DATA: 26/03/2014 à 25/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor Total
64	750	refil	Insulina Lantus 3mL	SANOFI	R\$61,39	R\$46.042,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2014 - Pregão Presencial 09/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & E COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, cadeiras, termo-higrômetro, termômetro digital, termômetro infravermelho e trena eletrônica e outros, para a Secretaria de Saúde e demais setores.

DATA: 28/03/2014 à 27/03/2015.

Eletrônicos, eletrodomésticos

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
5	6	unid.	Conjunto split (parede) 9.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Garantia do conjunto mínimo 02 anos. 01.13.0286	CONSUL CB09CB	R\$1.215,00	R\$7.290,00

Cadeiras

6	300	unid.	Cadeira plástica, com apoio para braços, empilhável, com as especificações mínimas: Dimensões (compr. X larg. X alt.): 550x540x740 mm, em polipropileno + aditivos, capacidade: 140kg, produto monobloco, resistente e empilhável, produzida com matéria prima 100%virgem, tendo, dessa forma, garantia de qualidade do material, produto aditivado com anti-uv, ou seja, resistente aos raios solares e de fácil limpeza, com certificação do Inmetro, conforme portaria 213/07 e norma da ABNT, na cor branca, com garantia de fábrica de no mínimo 03 anos. 01-11-0179	TRAMONTINA	R\$38,00	R\$11.400,00
7	200	unid.	Cadeira plástica, sem apoio para os braços, empilhável, com as seguintes especificações mínimas: dimensões produto(compr. x larg. x alt.): 510x430x900mm, material: polipropileno + aditivos, capacidade: 120kg, produto monobloco, resistente e empilhável, produzida com matéria prima 100%virgem, tendo, dessa forma, garantia de qualidade do material, produto aditivado com anti-uv, ou seja, resistente aos raios solares e de fácil limpeza, com certificação do Inmetro, conforme portaria 213/07 e norma da ABNT, na cor branca, com garantia de fábrica de no mínimo 03 anos.	TRAMONTINA	R\$38,00	R\$7.600,00

Termômetros e trena

12	02	unid.	Trena eletrônica digital com mira laser, display de cristal líquido (LCD) com iluminação, escala: 0,91~18,28 m, precisão: 0,5%, frequência: 40KHZ, unidade de medição: metros ou pés, laser visível classe II de 1mW, comprimento de onda do laser: 650 nm, função de soma e subtração, memória: 3 para medições de área e volume, compensação de temperatura, desligamento automático ou manual, temperatura de operação: 0~40°C, alimentação: 1 bateria de 9V, estojo para transporte. Garantia 1 ano. 01-13-0146	INSTRTHERM	R\$143,00	R\$286,00
----	----	-------	--	------------	-----------	-----------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2014 - Pregão Presencial 09/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L.MOHR LTDA. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, cadeiras, termo-higrômetro, termômetro digital, termômetro infra-vermelho e trena eletrônica e outros, para a Secretaria de Saúde e demais setores.

DATA: 28/03/2014 à 27/03/2015.

Termômetros e trena

09	30	unid.	Termo-higrômetro para medição de temperatura com seguintes especificações mínimas: controle de temperatura e umidade de armazenamento de medicamentos, externa e interna e a umidade interna; Função máxima e mínima; Visor de cristal líquido LCD, base de apoio dobrável, mede em °C e °F, cabo de aproximadamente 2,8 m, faixa de medição interna de 0°C à 50°C (32°F à 122°F), faixa de medição externa de -50° à +70°C (-58°F à 158°F), resolução interna/externa de 0,1°C/°F, precisão de +ou- 1°C/°F, faixa de medição da umidade de 15% à 95% UR, resolução 1% UR, precisão +ou-5%UR, dimensões de 35x27mm, peso de 85g, pilha 1,5V-AAA inclusa, em plástico ABS. Manual de instruções em português; Certificado de calibração; Garantia 01 ano. 0105-0810	INCO-TERM/7663.02.0.0	R\$85,00	R\$2.550,00
10	50	unid.	Termômetro digital de medição de temperatura interna e externa, com escala de -50°C a 70°C, máximas e mínimas, display em LCD, 02 pilhas tipo AAA, 1,5V (já inclusa), base magnética para fixação em superfícies metálicas, desligamento automático, alarme, cabo de no mínimo 01 metro. Manual de instruções em português; Certificado de calibração; Garantia 01 ano. 01-1-0270	INCO-TERM/7424.0.1.00	R\$43,00	R\$2.150,00
						R\$4.700,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2014 - Pregão Presencial 09/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, cadeiras, termo-higrômetro, termômetro digital, termômetro infra-vermelho e trena eletrônica e outros, para a Secretaria de Saúde e demais setores.

DATA: 28/03/2014 à 27/03/2015.

Eletroeletrônicos, eletrodomésticos

Item	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	50	unid.	Conjunto split (parede) 12.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Garantia do conjunto, mínimo 02 anos. 01.13.0282	KOMEKO	R\$1.348,00	R\$67.400,00

2	15	unid.	Conjunto split (parede) 18.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Garantia do conjunto, mínimo 02 anos. 01.13.0283	KOMECO	R\$1.930,00	R\$28.950,00
3	12	unid.	Conjunto split (parede) 30.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Garantia do conjunto mínimo 02 anos. 01.13.0284	KOMECO	R\$3.550,00	R\$42.600,00
4	6	unid.	Conjunto split (parede) 60.000 btu/h, 220 volts, seguintes especificações mínimas: operação frio e quente, controle-remoto digital, auto programável, silencioso, função desumidificação, distribuição de ar automática, compressor rotativo, filtro removível, menor consumo de energia, dentro das normas da ABNT. Garantia do conjunto mínimo 02 anos. 01.13.0285	KOMECO	R\$5.785,00	R\$34.710,00
						R\$173.660,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2014 - Pregão Presencial 09/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA. OBJETO: Aquisição de condicionadores de ar, cadeiras, termo-higrômetro, termômetro digital, termômetro infravermelho e trena eletrônica e outros, para a Secretaria de Saúde e demais setores.

DATA: 28/03/2014 à 27/03/2015.

**Cadeiras**

8	100	unid.	Cadeira secretária executiva giratória, estrutura preta com braços, com braços, confortável, sistema de regulagem de altura do assento com sistema pneumático, Estofamento do assento em encosto confeccionado em espuma de poliuretano injetado, moldado, de densidade controlada com as seguintes especificações mínimas: Estofado do assento com profundidade: 430 mm, largura 470 mm, espessura 50 mm na superfície útil e 70 mm na ponta caída e densidade 53 Kg/m. Estofado do encosto com altura 350 mm, largura 422 mm e densidade 53 Kg/m³, bordas do assento e encosto com perfil de PVC. Rodízios em nylon com duplo giro, coluna com capa telescopia e ajuste de altura do assento por meio de alavanca. Braços com regulagem de altura com apoio. Revestimento em courvin na cor azul marinho, contra encosto na cor preto, que atenda os princípios de ergonomia, NR17 e normas técnicas da ABNT. 01.11.0197	GIROS LINHA EXECUTIV	R\$135,00	R\$13.500,00
---	-----	-------	--	----------------------	-----------	--------------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/modelo	Valor unitário	Valor total
10	150	unid.	Lixeira retangular, material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, capacidade 12 litros, medindo aproximadamente 32X23X38cm, cor branca. 01-01-0343	JAGUAR	R\$17,73	R\$2.659,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
3	2.000		Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	LIMPINHA	R\$ 0,90	R\$1.800,00
5	50	unid.	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno. (01-01-0298)	PRIMAVERA/ VALENTE	R\$ 2,70	R\$135,00
9	40	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.01-01-0303)	PLASUTIL	R\$ 52,00	R\$2.080,00
36	3.000	tira	Copo plástico descartável para água em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 200ml.	MASTERCOPO	R\$2,18	R\$6.540,00
37	2.000	tira	Copo plástico descartável para cafézinho em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 50 ml	MASTECOPO	R\$0,92	R\$1.840,00
						R\$12.395,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL MULTVILLE LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
11	2	unid.	Lixeira redonda, material polietileno resistente, com tampa basculante, capacidade 12 litros, medindo 36 alt.X25 diâmetro, cor branca. 01-01-0346	PLASVALE	R\$ 20,00	R\$40,00
12	2	unid.	Lixeira redonda, material polietileno resistente, com tampa basculante, capacidade aproximadamente 30 litros e medindo 35X25X57,5 diâmetro, cor branca. 01-01-0344	BELOSCH	R\$ 35,00	R\$70,00
14	10	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade 30 litros, com tampa, acionamento a pedal, pedal e estrutura em ferro galvanizado, cor branca. 01-01-0347	BELOSCH	R\$ 95,20	R\$952,00
15	150	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca. (01-01-0304)	PLASVALE	R\$ 21,50	R\$3.225,00
22	70	unid.	Rodo de borracha EVA dupla, para limpeza, base com 0,40 cm, com serrilha para melhor aderencia do pano, em plástico resistente, com cabo de metal revestido em plástico.	INCAVAS	R\$ 5,40	R\$378,00



23	600	unid.	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr. (01-01-0324)	POLWAX	R\$ 3,08	R\$1.848,00
27	2.000	pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0315)	BRIOVILLE	R\$ 1,09	R\$2.180,00
29	1.000	pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. (01-01-0317)	BRIOVILLE	R\$ 1,09	R\$1.090,00
38	40	unid	Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm	PREMISSE	R\$11,84	R\$473,60
39	20	unid	Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm	PREMISSE	R\$9,66	R\$193,20
						R\$10.449,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
16	200	par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393(01-01-0305)	LAGROTA	R\$1,85	R\$370,00
17	300	par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394 (01-01-0306)	LAGROTA	R\$ 1,85	R\$555,00
18	300	par	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395 (01-01-0307)	LAGROTA	R\$ 1,85	R\$555,00
19	40	unid.	Pá coletora lixo automático, plástico resistente, cabo longo. (cata cata) (01-01-0339)	BETTANIN/ SUPERPRO	R\$17,30	R\$692,00
28	1.000	pct	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.(01-01-0316)	LIMPA BRASIL	R\$ 1,09	R\$1.090,00

35	3400	pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, 30 x 33 cm pacote com no mínimo 50 unidades (01-01-0334)	DOPEL	R\$0,94	R\$3.196,00
						R\$6.458,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
6	300	pct	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.(01-01-0299)	INOVE	R\$ 0,88	R\$264,00
21	100	pct	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia (01-01-0205)	ZAVASKI	R\$ 1,50	R\$150,00
24	350	unid.	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0312)	ZAVASKI	R\$ 0,71	R\$248,50
25	50	unid.	Saboneteira em plástico especial com depósito, alta resistência ao impacto para sabonete líquido. Cor: Branco.(01-01-0329)	PLUS	R\$ 13,50	R\$675,00
26	400	unid.	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada),medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade. (01-01-0314)	MARTIMPANOS	R\$ 4,09	R\$1.636,00
30	200	unid.	Saponáceo em pó, embalagem c/ 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (01-01-0318)	SANY	R\$ 1,14	R\$228,00
31	200	unid.	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico. (01-01-0320)	CONDOR/V. FÁCIL V35	R\$ 6,74	R\$1.348,00
			Material de copa e cozinha			
34	100	unid	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro. (01-24-0001)	TERMOLAR	R\$37,45	R\$3.745,00

40	400	unid	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.	MARTIMPANOS	R\$1,84	R\$736,00
						R\$R\$9.030,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº55/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº55/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
2	1.000	gl	Desinfetante com ação bactericida, desinfetante e germicida, para limpeza de sanitários, pias, ralos, frasco com 5000 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	SAUBA	R\$5,00	R\$5.000,00
7	600	unid.	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.(01-01-0281)	SAUBA	R\$1,25	R\$750,00
8	4.000		Limpador multiuso, indicado para limpeza de superfícies laváveis, unidade, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	SAUBA	R\$1,15	R\$4.600,00
32	200	unid.	Sabonete líquido perolado, diversas fragrâncias, frs com 5000 ml.	SAUBA	R\$ 11,00	R\$2.200,00
						R\$12.550,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº56/2014 - Pregão Presencial 14/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e NEPS.

DATA: 31/03/2014 à 30/03/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Marca/ modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000	frs	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Q BOA	R\$1,70	R\$5.100,00
20	3.000	pct	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1000 folhas. (01-01-0311)	INDAIAL LIGHT	R\$ 12,67	R\$38.010,00
33	1.500	unid	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses. (01-23-0001	CARAVELAS	R\$ 1,72	R\$2.580,00
						R\$45.690,00

# Papanduva

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 085/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 085/2014

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 105/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/09/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa C. E. MACEDO e CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.965.552/0001-83, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de material hidráulico para o uso do SAMAE conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do(s) material(is) licitado(s) pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento dos mesmos e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 137.795,00 (cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais), referente aos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96 e 97, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 105/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 105/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4. - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.

4.3 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

4.4 - Fornecer os materiais contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 105/2014 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital e desta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;



- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 09 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_ - Fábio José Padilha - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -  
Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Márcio Wisniewski - Equipe de  
Apoio  
\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - C.E. Macedo e Cia Ltda

Ilario Schulka  
Diretor Presidente - SAMAE

#### Ata de Registro de Preços Nº 086/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2014

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 105/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/09/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa TIGRE S.A TUBOS E CONEXOES, inscrita no CNPJ sob nº 84.684.455/0069-51, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de material hidráulico para o uso do SAMAE conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do(s) material(is) licitado(s) pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento dos mesmos e assim sucessivamente.
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 8.566,00 (oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais), referente aos itens 01, 20, 23, 24, 25 e 92, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 105/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 105/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4. - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação.
- 4.3 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.
- 4.4 - Fornecer os materiais contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.



5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE.

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 105/2014 e seus anexos;

6.2 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital e desta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 09 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_ - Fábio José Padilha - Pregoeiro  
\_\_\_\_\_ - Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ - Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_ - Otávio Hunka - Equipe de Apoio  
\_\_\_\_\_ - Tigre S.A. Tubos e Conexões

Ilario Schulka  
Diretor Presidente - SAMAE

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 029/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 029, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

**ALTERA A LEI Nº 167 DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1995 (CÓDIGO  
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Juarez Godinho Scheffer**, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - O Art. 198 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 198** - A prova de quitação de tributos municipais será feita por Certidão Negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pelo Fisco”.

§1º A certidão será fornecida dentro do prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de entrada do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional, e terá validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição.

§2º O Município não celebrará contrato, aceitará proposta em licitação, aprovará planta de loteamento, e também não concederá licenças para construção ou reforma e habite-se, localização, ambiental, e atos de vigilância sanitária, sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

**Art. 2º** - O § 8º do Art. 317 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§8º. Quando a prestação do serviço se der sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte e não constante na Lista de Serviços e a critério da Administração Municipal, o imposto poderá ser lançado conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE UFM POR ANO
<b>A</b> - Profissional com nível superior	12
<b>B</b> - Profissional com nível médio	8,0
<b>C</b> - Demais profissionais	4,0



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Art. 3º** - O Art. 347 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 347-** O fato gerador da Taxa de Licença Para Localização é o exame e fiscalização, com vistas ao licenciamento obrigatório para cada exercício, das condições de localização e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, de acordo com as determinações contidas na legislação urbanística e administrativa do Município, concernentes a higiene, saúde, moralidade, tranquilidade pública, direitos e costumes individuais e coletivos, pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas.

**§ 1º** - A licença a que se refere o *caput* deste artigo, quando do primeiro licenciamento, abrange a localização e o funcionamento e, nos exercícios subsequentes, a permanência das condições iniciais que permitiram a concessão da licença.

**§ 2º** - Fica configurado como exercício do poder de polícia, para fins de ocorrência do fato gerador, a fiscalização realizada em estabelecimento por servidor público municipal competente.

**§ 3º** - Caso a fiscalização constate a omissão de inscrição, será a mesma efetuada de ofício.”

**Art. 4º** - O Art. 353 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 353** – O valor da Taxa de Licença para Localização será calculado em função da atividade e do grau de escolaridade de acordo com os valores fixados em UFM indicados na Tabela I, contida no Art. 367 da presente Lei.

**Parágrafo Único** – O valor da Taxa de Licença para Localização das Pessoas Jurídicas será calculado além da aplicação dos valores indicados no “caput” deste artigo, com a aplicação do fator corretivo quanta à natureza jurídica estabelecido no Item III da Tabela I, contida no Art. 367 da presente Lei”.

**Art. 5º** - A TABELA I do Art. 367 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“TABELA I**

**I - PESSOAS JURIDICAS:**

Código CNAE 2.0	Denominação	
Subclasse		Quant. fixa em UFM ao ano



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</b>	
	<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>	
	<b><i>Produção de lavouras temporárias</i></b>	
	<b>Cultivo de cereais</b>	
0111-3/01	Cultivo de arroz	7
0111-3/02	Cultivo de milho	7
0111-3/03	Cultivo de trigo	7
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	7
	<b>Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária</b>	
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	7
0112-1/02	Cultivo de juta	7
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	7
	<b>Cultivo de cana-de-açúcar</b>	
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	7
	<b>Cultivo de fumo</b>	
0114-8/00	Cultivo de fumo	7
	<b>Cultivo de soja</b>	
0115-6/00	Cultivo de soja	7
	<b>Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja</b>	
0116-4/01	Cultivo de amendoim	7
0116-4/02	Cultivo de girassol	7
0116-4/03	Cultivo de mamona	7
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	7
	<b>Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente</b>	
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	7
0119-9/02	Cultivo de alho	7
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	7
0119-9/04	Cultivo de cebola	7
0119-9/05	Cultivo de feijão	7
0119-9/06	Cultivo de mandioca	7
0119-9/07	Cultivo de melão	7
0119-9/08	Cultivo de melancia	7
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	7
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporárias não especificadas anteriormente	7
	<b><i>Horticultura e floricultura</i></b>	
	<b>Horticultura</b>	
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	7
0121-1/02	Cultivo de morango	7
	<b>Cultivo de flores e plantas ornamentais</b>	
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	7
	<b><i>Produção de lavouras permanentes</i></b>	
	<b>Cultivo de laranja</b>	
0131-8/00	Cultivo de laranja	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Cultivo de uva</b>	
0132-6/00	Cultivo de uva	7
	<b>Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva</b>	
0133-4/01	Cultivo de açaí	7
0133-4/02	Cultivo de banana	7
0133-4/03	Cultivo de caju	7
0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	7
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	7
0133-4/06	Cultivo de guaraná	7
0133-4/07	Cultivo de maçã	7
0133-4/08	Cultivo de mamão	7
0133-4/09	Cultivo de maracujá	7
0133-4/10	Cultivo de manga	7
0133-4/11	Cultivo de pêssego	7
0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	7
	<b>Cultivo de café</b>	
0134-2/00	Cultivo de café	7
	<b>Cultivo de cacau</b>	
0135-1/00	Cultivo de cacau	7
	<b>Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente</b>	
0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	7
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	7
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	7
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	7
0139-3/05	Cultivo de dendê	7
0139-3/06	Cultivo de seringueira	7
0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	7
	<b>Produção de sementes e mudas certificadas</b>	
	<b>Produção de sementes certificadas</b>	
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	7
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	7
	<b>Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas</b>	
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	7
	<b>Pecuária</b>	
	<b>Criação de bovinos</b>	
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	7
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	7
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	7
	<b>Criação de outros animais de grande porte</b>	
0152-1/01	Criação de bufalinos	7
0152-1/02	Criação de eqüinos	7
0152-1/03	Criação de asininos e muare	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Criação de caprinos e ovinos</b>	
0153-9/01	Criação de caprinos	7
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	7
	<b>Criação de suínos</b>	
0154-7/00	Criação de suínos	7
	<b>Criação de aves</b>	
0155-5/01	Criação de frangos para corte	7
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	7
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	7
0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	7
0155-5/05	Produção de ovos	7
	<b>Criação de animais não especificados anteriormente</b>	
0159-8/01	Apicultura	7
0159-8/02	Criação de animais de estimação	7
0159-8/03	Criação de escargô	7
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	7
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	7
	<b>Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita</b>	
	<b>Atividades de apoio à agricultura</b>	
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	7
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	7
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	7
0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	7
	<b>Atividades de apoio à pecuária</b>	
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	7
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	7
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	7
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	7
	<b>Atividades de pós-colheita</b>	
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	7
	<b>Caça e serviços relacionados</b>	
	<b>Caça e serviços relacionados</b>	
0170-9/00	Caça e serviços relacionados	15
	<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b>	
	<b>Produção florestal - florestas plantadas</b>	
	<b>Produção florestal - florestas plantadas</b>	
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	10
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	10
0210-1/03	Cultivo de pinus	10
0210-1/04	Cultivo de teca	10
0210-1/05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	10
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	10
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	10
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	10
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	10
0210-1/99	Produção de produtos não-madeiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	10
	<b>Produção florestal - florestas nativas</b>	





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Produção florestal - florestas nativas</b>	
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	10
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	10
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	10
0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	10
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	10
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	10
0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	10
	<b>Atividades de apoio à produção florestal</b>	
	<b>Atividades de apoio à produção florestal</b>	
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	10
	<b>PESCA E AQUICULTURA</b>	
	<b>Pesca</b>	
	<b>Pesca em água salgada</b>	
0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	10
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	10
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	10
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	10
	<b>Pesca em água doce</b>	
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	10
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	10
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	10
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	10
	<b>Aqüicultura</b>	
	<b>Aqüicultura em água salgada e salobra</b>	
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	10
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	10
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	10
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	10
0321-3/05	Atividades de apoio à aqüicultura em água salgada e salobra	10
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aqüicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	10
	<b>Aqüicultura em água doce</b>	
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	10
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	10
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	10
0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	10
0322-1/05	Ranicultura	10
0322-1/06	Criação de jacaré	20
0322-1/07	Atividades de apoio à aqüicultura em água doce	10
0322-1/99		<b>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>
	<b>EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL</b>	
	<b>Extração de carvão mineral</b>	
	<b>Extração de carvão mineral</b>	
0500-3/01	Extração de carvão mineral	10
0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>	
	<b><i>Extração de petróleo e gás natural</i></b>	
	<b><i>Extração de petróleo e gás natural</i></b>	
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	25
0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	15
0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	15
	<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS</b>	
	<b><i>Extração de minério de ferro</i></b>	
	<b><i>Extração de minério de ferro</i></b>	
0710-3/01	Extração de minério de ferro	10
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	10
	<b><i>Extração de minerais metálicos não-ferrosos</i></b>	
	<b><i>Extração de minério de alumínio</i></b>	
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	10
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	10
	<b><i>Extração de minério de estanho</i></b>	
0722-7/01	Extração de minério de estanho	10
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	10
	<b><i>Extração de minério de manganês</i></b>	
0723-5/01	Extração de minério de manganês	10
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	10
	<b><i>Extração de minério de metais preciosos</i></b>	
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	15
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	15
	<b><i>Extração de minerais radioativos</i></b>	
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	30
	<b><i>Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente</i></b>	
0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	10
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	10
0729-4/03	Extração de minério de níquel	10
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	10
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	10
	<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>	
	<b><i>Extração de pedra, areia e argila</i></b>	
	<b><i>Extração de pedra, areia e argila</i></b>	
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	10
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	10
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	10
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	10
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	10
0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	10
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	10
0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	10
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	10
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	10
	<b>Extração de outros minerais não-metálicos</b>	
	<b>Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos</b>	
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	10
	<b>Extração e refino de sal marinho e sal-gema</b>	
0892-4/01	Extração de sal marinho	10
0892-4/02	Extração de sal-gema	10
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	10
	<b>Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)</b>	
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	15
	<b>Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente</b>	
0899-1/01	Extração de grafita	10
0899-1/02	Extração de quartzo	10
0899-1/03	Extração de amianto	10
0899-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	10
	<b>ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS</b>	
	<b>Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural</b>	
	<b>Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural</b>	
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	10
	<b>Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural</b>	
	<b>Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural</b>	
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	10
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	10
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	10
	<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>	
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS</b>	
	<b>Abate e fabricação de produtos de carne</b>	
	<b>Abate de reses, exceto suínos</b>	
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	10
1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	10
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	10
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	10
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	10
	<b>Abate de suínos, aves e outros pequenos animais</b>	
1012-1/01	Abate de aves	10
1012-1/02	Abate de pequenos animais	10
1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	10
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	10
	<b>Fabricação de produtos de carne</b>	
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	10
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado</b>	
	<b>Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado</b>	
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	10
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	10
	<b>Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais</b>	
	<b>Fabricação de conservas de frutas</b>	
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	10
	<b>Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais</b>	
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	10
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	10
	<b>Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes</b>	
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	10
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	10
	<b>Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais</b>	
	<b>Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho</b>	
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	10
	<b>Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho</b>	
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	10
	<b>Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais</b>	
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	10
	<b>Laticínios</b>	
	<b>Preparação do leite</b>	
1051-1/00	Preparação do leite	10
	<b>Fabricação de laticínios</b>	
1052-0/00	Fabricação de laticínios	10
	<b>Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis</b>	
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	10
	<b>Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais</b>	
	<b>Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz</b>	
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	10
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	10
	<b>Moagem de trigo e fabricação de derivados</b>	
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	10
	<b>Fabricação de farinha de mandioca e derivados</b>	
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	10
	<b>Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho</b>	
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho</b>	
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	10
1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	10
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	10
	<b>Fabricação de alimentos para animais</b>	
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	10
	<b>Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente</b>	
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	10
	<b>Fabricação e refino de açúcar</b>	
	<b>Fabricação de açúcar em bruto</b>	
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	10
	<b>Fabricação de açúcar refinado</b>	
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	10
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	10
	<b>Torrefação e moagem de café</b>	
	<b>Torrefação e moagem de café</b>	
1081-3/01	Beneficiamento de café	10
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	10
	<b>Fabricação de produtos à base de café</b>	
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	10
	<b>Fabricação de outros produtos alimentícios</b>	
	<b>Fabricação de produtos de panificação</b>	
1091-1/00	Fabricação de produtos de panificação	10
	<b>Fabricação de biscoitos e bolachas</b>	
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	10
	<b>Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos</b>	
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	10
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	10
	<b>Fabricação de massas alimentícias</b>	
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	10
	<b>Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos</b>	
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	10
	<b>Fabricação de alimentos e pratos prontos</b>	
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	10
	<b>Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente</b>	
1099-6/01	Fabricação de vinagres	10
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	10
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	10
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	10
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	10
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	10
1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	10
	<b>FABRICAÇÃO DE BEBIDAS</b>	
	<b>Fabricação de bebidas alcoólicas</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas</b>	
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	10
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	10
	<b>Fabricação de vinho</b>	
1112-7/00	Fabricação de vinho	10
	<b>Fabricação de malte, cervejas e chopes</b>	
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	10
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	10
	<b>Fabricação de bebidas não-alcoólicas</b>	
	<b>Fabricação de águas envasadas</b>	
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	10
	<b>Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas</b>	
1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	15
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	10
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	10
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	10
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO</b>	
	<b>Processamento industrial do fumo</b>	
	<b>Processamento industrial do fumo</b>	
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	10
	<b>Fabricação de produtos do fumo</b>	
	<b>Fabricação de produtos do fumo</b>	
1220-4/01	Fabricação de cigarros	10
1220-4/02	Fabricação de cigarilhas e charutos	10
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	10
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos	10
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS</b>	
	<b>Preparação e fiação de fibras têxteis</b>	
	<b>Preparação e fiação de fibras de algodão</b>	
1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	10
	<b>Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão</b>	
1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	10
	<b>Fiação de fibras artificiais e sintéticas</b>	
1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	10
	<b>Fabricação de linhas para costurar e bordar</b>	
1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	8
	<b>Tecelagem, exceto malha</b>	
	<b>Tecelagem de fios de algodão</b>	
1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	8
	<b>Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão</b>	
1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	8
	<b>Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas</b>	
1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	8
	<b>Fabricação de tecidos de malha</b>	





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Fabricação de tecidos de malha</b>	
1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	10
	<b>Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis</b>	
	<b>Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis</b>	
1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	10
1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	10
1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	10
	<b>Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário</b>	
	<b>Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico</b>	
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	8
	<b>Fabricação de artefatos de tapeçaria</b>	
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	8
	<b>Fabricação de artefatos de cordoaria</b>	
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	8
	<b>Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos</b>	
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	8
	<b>Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente</b>	
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	8
	<b>CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS</b>	
	<b>Confecção de artigos do vestuário e acessórios</b>	
	<b>Confecção de roupas íntimas</b>	
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	7
1411-8/02	Facção de roupas íntimas	7
	<b>Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas</b>	
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	8
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8
1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	8
	<b>Confecção de roupas profissionais</b>	
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	8
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	8
1413-4/03	Facção de roupas profissionais	8
	<b>Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção</b>	
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	8
	<b>Fabricação de artigos de malharia e tricotagem</b>	
	<b>Fabricação de meias</b>	
1421-5/00	Fabricação de meias	8
	<b>Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias</b>	
1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	8
	<b>PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b><i>Curtimento e outras preparações de couro</i></b>	
	<b><i>Curtimento e outras preparações de couro</i></b>	
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	8
	<b><i>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro</i></b>	
	<b><i>Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material</i></b>	
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	8
	<b><i>Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente</i></b>	
1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	8
	<b><i>Fabricação de calçados</i></b>	
	<b><i>Fabricação de calçados de couro</i></b>	
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	8
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	8
	<b><i>Fabricação de tênis de qualquer material</i></b>	
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	8
	<b><i>Fabricação de calçados de material sintético</i></b>	
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	8
	<b><i>Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente</i></b>	
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	8
	<b><i>Fabricação de partes para calçados, de qualquer material</i></b>	
	<b><i>Fabricação de partes para calçados, de qualquer material</i></b>	
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	7
	<b><i>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA</i></b>	
	<b><i>Desdobramento de madeira</i></b>	
	<b><i>Desdobramento de madeira</i></b>	
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	10
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	10
	<b><i>Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis</i></b>	
	<b><i>Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada</i></b>	
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	10
	<b><i>Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção</i></b>	
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	10
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	10
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	10
	<b><i>Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira</i></b>	
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis</b>	
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	10
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	10
	<b>FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL</b>	
	<i>Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel</i>	
	<b>Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel</b>	
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	10
	<i>Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão</i>	
	<b>Fabricação de papel</b>	
1721-4/00	Fabricação de papel	10
	<b>Fabricação de cartolina e papel-cartão</b>	
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	10
	<i>Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado</i>	
	<b>Fabricação de embalagens de papel</b>	
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	
	<b>Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão</b>	
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	8
	<b>Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado</b>	
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	8
	<i>Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado</i>	
	<b>Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório</b>	
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	8
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	8
	<b>Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário</b>	
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	10
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	10
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	10
	<b>Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente</b>	
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	10
	<b>IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES</b>	
	<i>Atividade de impressão</i>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas</b>	
1811-3/01	Impressão de jornais	8
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	8
	<b>Impressão de material de segurança</b>	
1812-1/00	Impressão de material de segurança	8
	<b>Impressão de materiais para outros usos</b>	
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	8
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	8
	<b>Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos</b>	
	<b>Serviços de pré-impressão</b>	
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	8
	<b>Serviços de acabamentos gráficos</b>	
1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	8
	<b>Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte</b>	
	<b>Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte</b>	
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	8
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	8
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	8
	<b>FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS</b>	
	<b>Coquerias</b>	
	<b>Coquerias</b>	
1910-1/00	Coquerias	10
	<b>Fabricação de produtos derivados do petróleo</b>	
	<b>Fabricação de produtos do refino de petróleo</b>	
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	12
	<b>Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino</b>	
1922-5/01	Formulação de combustíveis	15
1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	15
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	15
	<b>Fabricação de biocombustíveis</b>	
	<b>Fabricação de álcool</b>	
1931-4/00	Fabricação de álcool	15
	<b>Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool</b>	
1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	15
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	
	<b>Fabricação de produtos químicos inorgânicos</b>	
	<b>Fabricação de cloro e álcalis</b>	
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	10
	<b>Fabricação de intermediários para fertilizantes</b>	
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	10
	<b>Fabricação de adubos e fertilizantes</b>	
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	10
	<b>Fabricação de gases industriais</b>	
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	10
	<b>Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente</b>	
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	30



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	12
	<b>Fabricação de produtos químicos orgânicos</b>	
	<b>Fabricação de produtos petroquímicos básicos</b>	
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	12
	<b>Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras</b>	
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	12
	<b>Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente</b>	
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	12
	<b>Fabricação de resinas e elastômeros</b>	
	<b>Fabricação de resinas termoplásticas</b>	
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	12
	<b>Fabricação de resinas termofixas</b>	
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	12
	<b>Fabricação de elastômeros</b>	
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	12
	<b>Fabricação de fibras artificiais e sintéticas</b>	
	<b>Fabricação de fibras artificiais e sintéticas</b>	
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	12
	<b>Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários</b>	
	<b>Fabricação de defensivos agrícolas</b>	
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	12
	<b>Fabricação de desinfestantes domissanitários</b>	
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	10
	<b>Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>	
	<b>Fabricação de sabões e detergentes sintéticos</b>	
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	10
	<b>Fabricação de produtos de limpeza e polimento</b>	
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	10
	<b>Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>	
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	10
	<b>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins</b>	
	<b>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas</b>	
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	10
	<b>Fabricação de tintas de impressão</b>	
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	10
	<b>Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins</b>	
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	10
	<b>Fabricação de produtos e preparados químicos diversos</b>	
	<b>Fabricação de adesivos e selantes</b>	
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Fabricação de explosivos</b>	
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	15
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	12
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	10
	<b>Fabricação de aditivos de uso industrial</b>	
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	10
	<b>Fabricação de catalisadores</b>	
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	10
	<b>Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente</b>	
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	10
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	10
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS</b>	
	<b>Fabricação de produtos farmoquímicos</b>	
	<b>Fabricação de produtos farmoquímicos</b>	
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	15
	<b>Fabricação de produtos farmacêuticos</b>	
	<b>Fabricação de medicamentos para uso humano</b>	
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	15
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	15
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	15
	<b>Fabricação de medicamentos para uso veterinário</b>	
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	12
	<b>Fabricação de preparações farmacêuticas</b>	
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	12
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO</b>	
	<b>Fabricação de produtos de borracha</b>	
	<b>Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar</b>	
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	10
	<b>Reforma de pneumáticos usados</b>	
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	10
	<b>Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente</b>	
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	10
	<b>Fabricação de produtos de material plástico</b>	
	<b>Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico</b>	
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	10
	<b>Fabricação de embalagens de material plástico</b>	
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	10
	<b>Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção</b>	
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	10
	<b>Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente</b>	





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	10
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	10
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	10
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	10
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>	
	<b><i>Fabricação de vidro e de produtos do vidro</i></b>	
	<b><i>Fabricação de vidro plano e de segurança</i></b>	
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	12
	<b><i>Fabricação de embalagens de vidro</i></b>	
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	12
	<b><i>Fabricação de artigos de vidro</i></b>	
2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	12
	<b><i>Fabricação de cimento</i></b>	
	<b><i>Fabricação de cimento</i></b>	
2320-6/00	Fabricação de cimento	12
	<b><i>Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</i></b>	
	<b><i>Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</i></b>	
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	12
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	12
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	12
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	12
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	10
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	12
	<b><i>Fabricação de produtos cerâmicos</i></b>	
	<b><i>Fabricação de produtos cerâmicos refratários</i></b>	
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	10
	<b><i>Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção</i></b>	
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	12
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	12
	<b><i>Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente</i></b>	
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	10
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	10
	<b><i>Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos</i></b>	
	<b><i>Aparelhamento e outros trabalhos em pedras</i></b>	
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	10
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	10
	<b>Fabricação de cal e gesso</b>	
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	12
	<b>Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente</b>	
2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	10
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	10
	<b>METALURGIA</b>	
	<b>Produção de ferro-gusa e de ferroligas</b>	
	<b>Produção de ferro-gusa</b>	
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	12
	<b>Produção de ferroligas</b>	
2412-1/00	Produção de ferroligas	10
	<b>Siderurgia</b>	
	<b>Produção de semi-acabados de aço</b>	
2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	10
	<b>Produção de laminados planos de aço</b>	
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	10
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	10
	<b>Produção de laminados longos de aço</b>	
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	10
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	10
	<b>Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço</b>	
2424-5/01	Produção de arames de aço	10
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	10
	<b>Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura</b>	
	<b>Produção de tubos de aço com costura</b>	
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	10
	<b>Produção de outros tubos de ferro e aço</b>	
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	10
	<b>Metalurgia dos metais não-ferrosos</b>	
	<b>Metalurgia do alumínio e suas ligas</b>	
2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	10
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	10
	<b>Metalurgia dos metais preciosos</b>	
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	12
	<b>Metalurgia do cobre</b>	
2443-1/00	Metalurgia do cobre	10
	<b>Metalurgia dos metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente</b>	
2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	10
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	10
2449-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	10
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	10
	<b>Fundição</b>	
	<b>Fundição de ferro e aço</b>	
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas</b>	
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	10
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	
	<i>Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada</i>	
	<b>Fabricação de estruturas metálicas</b>	
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	10
	<b>Fabricação de esquadrias de metal</b>	
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	10
	<b>Fabricação de obras de caldeiraria pesada</b>	
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	10
	<i>Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras</i>	
	<b>Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central</b>	
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	12
	<b>Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos</b>	
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	10
	<i>Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais</i>	
	<b>Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas</b>	
2531-4/01	Produção de forjados de aço	10
2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	10
	<b>Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó</b>	
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	10
2532-2/02	Metalurgia do pó	10
	<b>Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais</b>	
2539-0/00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	10
	<i>Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas</i>	
	<b>Fabricação de artigos de cutelaria</b>	
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	10
	<b>Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias</b>	
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	10
	<b>Fabricação de ferramentas</b>	
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	10
	<i>Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições</i>	
	<b>Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições</b>	
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	20
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	20



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente</b>	
	<b>Fabricação de embalagens metálicas</b>	
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	10
	<b>Fabricação de produtos de trefilados de metal</b>	
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	10
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	10
	<b>Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal</b>	
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	10
	<b>Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente</b>	
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	10
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	10
	<b>FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS</b>	
	<b>Fabricação de componentes eletrônicos</b>	
	<b>Fabricação de componentes eletrônicos</b>	
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	10
	<b>Fabricação de equipamentos de informática e periféricos</b>	
	<b>Fabricação de equipamentos de informática</b>	
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	10
	<b>Fabricação de periféricos para equipamentos de informática</b>	
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	10
	<b>Fabricação de equipamentos de comunicação</b>	
	<b>Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação</b>	
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação</b>	
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo</b>	
	<b>Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo</b>	
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	10
	<b>Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios</b>	
	<b>Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle</b>	
2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	10
	<b>Fabricação de cronômetros e relógios</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	8
	<b>Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b>	
	<b>Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b>	
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	10
	<b>Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos</b>	
	<b>Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos</b>	
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	8
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	8
	<b>Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas</b>	
	<b>Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas</b>	
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	8
	<b>FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS</b>	
	<b>Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos</b>	
	<b>Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos</b>	
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	8
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	8
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos</b>	
	<b>Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores</b>	
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	10
	<b>Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores</b>	
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	10
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	10
	<b>Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica</b>	
	<b>Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica</b>	
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	10
	<b>Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo</b>	
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	10
	<b>Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados</b>	
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação</b>	
	<b>Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação</b>	
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	8
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	8
	<b>Fabricação de eletrodomésticos</b>	
	<b>Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico</b>	
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente</b>	
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	8
2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	8
	<b>Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente</b>	
	<b>Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente</b>	
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	8
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	8
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	8
	<b>FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	
	<b>Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão</b>	
	<b>Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários</b>	
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	10
	<b>Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas</b>	
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	10
	<b>Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes</b>	
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	8
	<b>Fabricação de compressores</b>	
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	8
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	8
	<b>Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais</b>	
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	8
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	8
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral</b>	





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas</b>	
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	10
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas</b>	
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	10
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial</b>	
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado</b>	
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	10
2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental</b>	
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente</b>	
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	10
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária</b>	
	<b>Fabricação de tratores agrícolas</b>	
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	12
	<b>Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola</b>	
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação</b>	
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	12
	<b>Fabricação de máquinas-ferramenta</b>	
	<b>Fabricação de máquinas-ferramenta</b>	
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	12
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção</b>	
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	12
	<b>Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo</b>	
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	12
	<b>Fabricação de tratores, exceto agrícolas</b>	
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	12
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores</b>	
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico</b>	
	<b>Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta</b>	
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo</b>	
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil</b>	
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados</b>	
2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos</b>	
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico</b>	
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	10
	<b>Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente</b>	
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	10
	<b>FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS</b>	
	<b>Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários</b>	
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	20
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	12
2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	15
	<b>Fabricação de caminhões e ônibus</b>	
	<b>Fabricação de caminhões e ônibus</b>	
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	20
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	15
	<b>Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores</b>	
	<b>Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores</b>	
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	12
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	10
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	10
	<b>Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores</b>	
	<b>Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores</b>	
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	10
	<b>Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores</b>	
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	10
	<b>Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores</b>	
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	10
	<b>Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores</b>	
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	10
	<b>Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias</b>	
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	10
	<b>Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente</b>	
2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	10
2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	10
	<b>Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b>	
	<b>Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b>	
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES</b>	
	<b><i>Construção de embarcações</i></b>	
	<b><i>Construção de embarcações e estruturas flutuantes</i></b>	
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	15
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	12
	<b><i>Construção de embarcações para esporte e lazer</i></b>	
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	10
	<b><i>Fabricação de veículos ferroviários</i></b>	
	<b><i>Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes</i></b>	
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	10
	<b><i>Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários</i></b>	
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	10
	<b><i>Fabricação de aeronaves</i></b>	
	<b><i>Fabricação de aeronaves</i></b>	
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	15
	<b><i>Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves</i></b>	
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	15
	<b><i>Fabricação de veículos militares de combate</i></b>	
	<b><i>Fabricação de veículos militares de combate</i></b>	
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	30
	<b><i>Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente</i></b>	
	<b><i>Fabricação de motocicletas</i></b>	
3091-1/00	Fabricação de motocicletas, peças e acessórios	12
	<b><i>Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados</i></b>	
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	12
	<b><i>Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente</i></b>	
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	12
	<b>FABRICAÇÃO DE MÓVEIS</b>	
	<b><i>Fabricação de móveis</i></b>	
	<b><i>Fabricação de móveis com predominância de madeira</i></b>	
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	12
	<b><i>Fabricação de móveis com predominância de metal</i></b>	
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	12
	<b><i>Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal</i></b>	
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	12
	<b><i>Fabricação de colchões</i></b>	
3104-7/00	Fabricação de colchões	12
	<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS</b>	
	<b><i>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</i></b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria</b>	
3211-6/01	Lapidação de gemas	12
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	12
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	12
	<b>Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes</b>	
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	12
	<b>Fabricação de instrumentos musicais</b>	
	<b>Fabricação de instrumentos musicais</b>	
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	12
	<b>Fabricação de artefatos para pesca e esporte</b>	
	<b>Fabricação de artefatos para pesca e esporte</b>	
3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	12
	<b>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</b>	
	<b>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</b>	
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	10
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	10
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	10
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	10
	<b>Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos</b>	
	<b>Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos</b>	
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	10
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	10
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	10
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	10
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	10
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	10
3250-7/08	Fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar	10
	<b>Fabricação de produtos diversos</b>	
	<b>Fabricação de escovas, pincéis e vassouras</b>	
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	10
	<b>Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional</b>	
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	10
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	10
	<b>Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente</b>	
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	10
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	escritório	
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	10
3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	10
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	10
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	10
	<b>MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>	
	<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos</b>	
	<b>Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos</b>	
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	10
	<b>Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos</b>	
3312-1/01	Manutenção e reparação de equipamentos transmissores de comunicação	10
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	10
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	10
3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	10
	<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos</b>	
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	10
3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	10
3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	10
	<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica</b>	
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	10
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	10
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	10
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	10
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	10
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	10
3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	10
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	10
3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	10
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	10





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	10
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	10
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	10
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	10
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	10
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	10
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	10
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	10
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	10
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	10
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	10
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	10
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	10
	<b>Manutenção e reparação de veículos ferroviários</b>	
3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	10
	<b>Manutenção e reparação de aeronaves</b>	
3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	10
3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	10
	<b>Manutenção e reparação de embarcações</b>	
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	10
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	10
	<b>Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente</b>	
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	10
	<b>Instalação de máquinas e equipamentos</b>	
	<b>Instalação de máquinas e equipamentos industriais</b>	
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	10
	<b>Instalação de equipamentos não especificados anteriormente</b>	
3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	12
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	10
	<b>ELETRICIDADE E GÁS</b>	
	<b>ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES</b>	
	<b>Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica</b>	
	<b>Geração de energia elétrica</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

3511-5/00	Geração de energia elétrica	15
	<b>Transmissão de energia elétrica</b>	
3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	15
	<b>Comércio atacadista de energia elétrica</b>	
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	12
	<b>Distribuição de energia elétrica</b>	
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	15
	<b>Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas</b>	
	<b>Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas</b>	
3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	10
3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	10
	<b>Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado</b>	
	<b>Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado</b>	
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	10
	<b>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>	
	<b>CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</b>	
	<b>Captação, tratamento e distribuição de água</b>	
	<b>Captação, tratamento e distribuição de água</b>	
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	10
3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	10
	<b>ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS</b>	
	<b>Esgoto e atividades relacionadas</b>	
	<b>Gestão de redes de esgoto</b>	
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	15
	<b>Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes</b>	
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	10
	<b>COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS</b>	
	<b>Coleta de resíduos</b>	
	<b>Coleta de resíduos não-perigosos</b>	
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	12
	<b>Coleta de resíduos perigosos</b>	
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	15
	<b>Tratamento e disposição de resíduos</b>	
	<b>Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos</b>	
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	12
	<b>Tratamento e disposição de resíduos perigosos</b>	
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	15
	<b>Recuperação de materiais</b>	
	<b>Recuperação de materiais metálicos</b>	
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	10
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	10
	<b>Recuperação de materiais plásticos</b>	
3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Recuperação de materiais não especificados anteriormente</b>	
3839-4/01	Usinas de compostagem	12
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	12
	<b>DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	
	<i>Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos</i>	
	<b>Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos</b>	
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	12
	<b>CONSTRUÇÃO</b>	
	<b>CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS</b>	
	<i>Incorporação de empreendimentos imobiliários</i>	
	<i>Incorporação de empreendimentos imobiliários</i>	
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	12
	<i>Construção de edifícios</i>	
	<b>Construção de edifícios</b>	
4120-4/00	Construção de edifícios	30
	<b>OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA</b>	
	<i>Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais</i>	
	<b>Construção de rodovias e ferrovias</b>	
4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	30
4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	12
	<b>Construção de obras-de-arte especiais</b>	
4212-0/00	Construção de obras-de-arte especiais	12
	<b>Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</b>	
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	12
	<i>Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos</i>	
	<b>Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações</b>	
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	12
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	12
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	12
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	12
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	12
	<b>Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas</b>	
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	12
4222-7/02	Obras de irrigação	12
	<b>Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto</b>	
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	12
	<b>Construção de outras obras de infra-estrutura</b>	
	<b>Obras portuárias, marítimas e fluviais</b>	
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	12



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas</b>	
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	12
4292-8/02	Obras de montagem industrial	12
	<b>Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente</b>	
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	12
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	12
	<b>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO</b>	
	<b>Demolição e preparação do terreno</b>	
	<b>Demolição e preparação de canteiros de obras</b>	
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	12
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	12
	<b>Perfurações e sondagens</b>	
4312-6/00	Perfurações e sondagens	12
	<b>Obras de terraplenagem</b>	
4313-4/00	Obras de terraplenagem	12
	<b>Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente</b>	
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	10
	<b>Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções</b>	
	<b>Instalações elétricas</b>	
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	10
	<b>Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração</b>	
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	10
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	10
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	10
	<b>Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente</b>	
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	10
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	10
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria	10
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	10
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	10
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	10
	<b>Obras de acabamento</b>	
	<b>Obras de acabamento</b>	
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	12
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	10
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	10
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	15
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	12
	<b>Outros serviços especializados para construção</b>	
	<b>Obras de fundações</b>	
4391-6/00	Obras de fundações	12
	<b>Serviços especializados para construção não especificados anteriormente</b>	
4399-1/01	Administração de obras	12
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	12
4399-1/03	Obras de alvenaria	10
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	12
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	12
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	12
	<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>	
	<b>COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>	
	<b>Comércio de veículos automotores</b>	
	<b>Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores</b>	
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	12
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	12
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	12
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	12
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	12
4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	12
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores</b>	
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	12
4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	12
	<b>Manutenção e reparação de veículos automotores</b>	
	<b>Manutenção e reparação de veículos automotores</b>	
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	10
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	10
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	10
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	10
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	10
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	8
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Comércio de peças e acessórios para veículos automotores</b>	
	<b>Comércio de peças e acessórios para veículos automotores</b>	
4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	12
4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	12
4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	12
4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	12
4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	12
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	12
	<b>Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios</b>	
	<b>Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios</b>	
4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	12
4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	12
4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	12
4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	12
4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	12
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios</b>	
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	12
4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	12
	<b>Manutenção e reparação de motocicletas</b>	
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	12
	<b>COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>	
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas</b>	
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos</b>	
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos</b>	
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens</b>	
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves</b>	
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	10





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico</b>	
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem</b>	
4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>	
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente</b>	
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	10
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	10
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	10
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	10
	<b>Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado</b>	
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	10
	<b>Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos</b>	
	<b>Comércio atacadista de café em grão</b>	
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	10
	<b>Comércio atacadista de soja</b>	
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	10
	<b>Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja</b>	
4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	10
4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	10
4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	10
4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	10
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	10
4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	10
4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	10
4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10
4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	10
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	10
	<b>Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>	
	<b>Comércio atacadista de leite e laticínios</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	10
	<b>Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas</b>	
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	10
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	10
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10
	<b>Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros</b>	
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	10
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	10
4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	10
	<b>Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado</b>	
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	10
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	10
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	10
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	10
	<b>Comércio atacadista de bebidas</b>	
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	10
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	10
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	10
	<b>Comércio atacadista de produtos do fumo</b>	
4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	10
4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	10
	<b>Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente</b>	
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	10
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	10
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	10
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	10
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	10
4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	10
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	10
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	10
	<b>Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral</b>	
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	12
4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	12
	<b>Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho</b>	
4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	10
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	10
4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	10
	<b>Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios</b>	
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	10
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	10
	<b>Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem</b>	
4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	10
4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	10
	<b>Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário</b>	
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	10
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	10
	<b>Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico</b>	
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	12
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	12
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	12
	<b>Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>	
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	10
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	10
	<b>Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações</b>	
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	10
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	10
	<b>Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente</b>	
4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	10
4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	10
4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	10
4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	10
4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	10
4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	10
4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	10
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	10
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

4649-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	10
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	12
	<b>Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação</b>	
	<b>Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática</b>	
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	12
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	12
	<b>Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação</b>	
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	12
	<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação</b>	
	<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças</b>	
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	12
	<b>Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças</b>	
4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	12
	<b>Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças</b>	
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	10
	<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças</b>	
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	10
	<b>Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças</b>	
4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	10
	<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças</b>	
4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	10
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	10
	<b>Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção</b>	
	<b>Comércio atacadista de madeira e produtos derivados</b>	
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	10
	<b>Comércio atacadista de ferragens e ferramentas</b>	
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	10
	<b>Comércio atacadista de material elétrico</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	10
	<b>Comércio atacadista de cimento</b>	
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	10
	<b>Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral</b>	
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	10
4679-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	10
4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	10
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	12
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	12
	<b>Comércio atacadista especializado em outros produtos</b>	
	<b>Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP</b>	
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	12
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	12
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	12
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	12
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	12
	<b>Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)</b>	
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	12
	<b>Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo</b>	
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	10
	<b>Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos</b>	
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	12
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	12
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	12
	<b>Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção</b>	
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	12
	<b>Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens</b>	
4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	10
4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens	10
	<b>Comércio atacadista de resíduos e sucatas</b>	
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	10
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	10
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente</b>	
4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	10
4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	10
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	10
	<b>Comércio atacadista não-especializado</b>	
	<b>Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios</b>	
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	12
	<b>Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários</b>	
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	10
	<b>Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários</b>	
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	10
	<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>	
	<b>Comércio varejista não-especializado</b>	
	<b>Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados</b>	
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	18
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	18
	<b>Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</b>	
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	12
	<b>Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios</b>	
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	12
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	12
4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	12
	<b>Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>	
	<b>Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes</b>	
4721-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	10
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	10
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	10
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	10





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias</b>	
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	12
4722-9/02	Peixaria	12
	<b>Comércio varejista de bebidas</b>	
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	12
	<b>Comércio varejista de hortifrutigranjeiros</b>	
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	12
	<b>Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo</b>	
4729-6/01	Tabacaria	10
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	10
	<b>Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores</b>	
	<b>Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores</b>	
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	10
	<b>Comércio varejista de lubrificantes</b>	
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	10
	<b>Comércio varejista de material de construção</b>	
	<b>Comércio varejista de tintas e materiais para pintura</b>	
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	10
	<b>Comércio varejista de material elétrico</b>	
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	10
	<b>Comércio varejista de vidros</b>	
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	10
	<b>Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção</b>	
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	10
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	10
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	10
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	10
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	10
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	10
	<b>Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico</b>	
	<b>Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</b>	
4751-2/00	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	10
	<b>Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação</b>	
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	10
	<b>Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	10
	<b>Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação</b>	
4754-7/01	Comércio varejista de móveis	10
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	10
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	10
	<b>Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho</b>	
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	10
4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	10
4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	10
	<b>Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios</b>	
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	10
	<b>Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação</b>	
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	10
	<b>Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente</b>	
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	10
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	10
	<b>Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos</b>	
	<b>Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria</b>	
4761-0/01	Comércio varejista de livros	10
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	10
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	10
	<b>Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas</b>	
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	10
	<b>Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos</b>	
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	10
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	10
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	10
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	10
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	10
	<b>Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos</b>	
	<b>Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário</b>	
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	10
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	10
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	10
	<b>Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>	
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	10
	<b>Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos</b>	
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	10
	<b>Comércio varejista de artigos de óptica</b>	
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	10
	<b>Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados</b>	
	<b>Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b>	
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	10
	<b>Comércio varejista de calçados e artigos de viagem</b>	
4782-2/01	Comércio varejista de calçados	10
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	10
	<b>Comércio varejista de jóias e relógios</b>	
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	10
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	10
	<b>Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)</b>	
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	10
	<b>Comércio varejista de artigos usados</b>	
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	10
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	10
	<b>Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente</b>	
4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	8
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	8
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	8
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	10
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	10
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	10
4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	10
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	10
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	10
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	10
	<b>Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista</b>	
	<b>Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista</b>	
	<b>TRANSPORTE TERRESTRE</b>	
	<b>Transporte ferroviário e metroferroviário</b>	
	<b>Transporte ferroviário de carga</b>	
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	12
	<b>Transporte metroferroviário de passageiros</b>	
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	12



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	12
4912-4/03	Transporte metroviário	12
	<b>Transporte rodoviário de passageiros</b>	
	<b>Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana</b>	
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	12
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	12
	<b>Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional</b>	
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	12
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	12
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	12
	<b>Transporte rodoviário de táxi</b>	
4923-0/01	Serviço de táxi	12
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	12
	<b>Transporte escolar</b>	
4924-8/00	Transporte escolar	12
	<b>Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente</b>	
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	12
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	12
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	12
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	12
4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	12
	<b>Transporte rodoviário de carga</b>	
	<b>Transporte rodoviário de carga</b>	
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	12
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	12
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	12
4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	12
	<b>Transporte dutoviário</b>	
	<b>Transporte dutoviário</b>	
4940-0/00	Transporte dutoviário	10
	<b>Trens turísticos, teleféricos e similares</b>	
	<b>Trens turísticos, teleféricos e similares</b>	
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	10
	<b>TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Transporte marítimo de cabotagem e longo curso</b>	
	<b>Transporte marítimo de cabotagem</b>	
5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	10
5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	10
	<b>Transporte marítimo de longo curso</b>	
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	10
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	10
	<b>Transporte por navegação interior</b>	
	<b>Transporte por navegação interior de carga</b>	
5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	10
5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	10
	<b>Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares</b>	
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	10
5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	10
	<b>Navegação de apoio</b>	
	<b>Navegação de apoio</b>	
5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	10
5030-1/02	Navegação de apoio portuário	10
	<b>Outros transportes aquaviários</b>	
	<b>Transporte por navegação de travessia</b>	
5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	10
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	10
	<b>Transportes aquaviários não especificados anteriormente</b>	
5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	10
5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	10
	<b>TRANSPORTE AÉREO</b>	
	<b>Transporte aéreo de passageiros</b>	
	<b>Transporte aéreo de passageiros regular</b>	
5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	15
	<b>Transporte aéreo de passageiros não-regular</b>	
5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	15
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	15
	<b>Transporte aéreo de carga</b>	
	<b>Transporte aéreo de carga</b>	
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	15
	<b>Transporte espacial</b>	
	<b>Transporte espacial</b>	
5130-7/00	Transporte espacial	15
	<b>ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES</b>	
	<b>Armazenamento, carga e descarga</b>	
	<b>Armazenamento</b>	
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	12
5211-7/02	Guarda-móveis	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	10
	<b>Carga e descarga</b>	
5212-5/00	Carga e descarga	10
	<b>Atividades auxiliares dos transportes terrestres</b>	
	<b>Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados</b>	
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	10
	<b>Terminais rodoviários e ferroviários</b>	
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	10
	<b>Estacionamento de veículos</b>	
5223-1/00	Estacionamento de veículos	10
	<b>Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente</b>	
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	10
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	10
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades auxiliares dos transportes aquaviários</b>	
	<b>Gestão de portos e terminais</b>	
5231-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	10
5231-1/02	Operações de terminais	10
	<b>Atividades de agenciamento marítimo</b>	
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	10
	<b>Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente</b>	
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades auxiliares dos transportes aéreos</b>	
	<b>Atividades auxiliares dos transportes aéreos</b>	
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	10
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	10
	<b>Atividades relacionadas à organização do transporte de carga</b>	
	<b>Atividades relacionadas à organização do transporte de carga</b>	
5250-8/01	Comissaria de despachos	10
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	10
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	10
5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	10
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	10
	<b>CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA</b>	
	<b>Atividades de Correio</b>	
	<b>Atividades de Correio</b>	
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional	10
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional	10
	<b>Atividades de malote e de entrega</b>	
	<b>Atividades de malote e de entrega</b>	
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	10





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

5320-2/02	Serviços de entrega rápida	10
	<b>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>	
	<b>ALOJAMENTO</b>	
	<i>Hotéis e similares</i>	
	<b>Hotéis e similares</b>	
5510-8/01	Hotéis	12
5510-8/02	Apart-hotéis	12
5510-8/03	Motéis	12
	<i>Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente</i>	
	<b>Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente</b>	
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	10
5590-6/02	Campings	10
5590-6/03	Pensões (alojamento)	10
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	10
	<b>ALIMENTAÇÃO</b>	
	<i>Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas</i>	
	<b>Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas</b>	
5611-2/01	Restaurantes e similares	18
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	12
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	12
	<b>Serviços ambulantes de alimentação</b>	
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	12
	<i>Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada</i>	
	<b>Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada</b>	
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	10
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	12
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	12
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	12
	<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>	
	<b>EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO</b>	
	<i>Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição</i>	
	<b>Edição de livros</b>	
5811-5/00	Edição de livros	10
	<b>Edição de jornais</b>	
5812-3/00	Edição de jornais	10
	<b>Edição de revistas</b>	
5813-1/00	Edição de revistas	10
	<b>Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos</b>	
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	10
	<i>Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações</i>	
	<b>Edição integrada à impressão de livros</b>	
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	10
	<b>Edição integrada à impressão de jornais</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	10
	<b>Edição integrada à impressão de revistas</b>	
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	10
	<b>Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos</b>	
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	10
	<b>ATIVIDADES CINEMATográfICAS, PRODUÇÃO DE VíDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA</b>	
	<i>Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão</i>	
	<i>Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão</i>	
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	10
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	10
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão</b>	
5912-0/01	Serviços de dublagem	10
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	10
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	10
	<b>Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão</b>	
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	10
	<b>Atividades de exibição cinematográfica</b>	
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	10
	<b>Atividades de gravação de som e de edição de música</b>	
	<b>Atividades de gravação de som e de edição de música</b>	
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	10
	<b>ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO</b>	
	<b>Atividades de rádio</b>	
	<b>Atividades de rádio</b>	
6010-1/00	Atividades de rádio	10
	<b>Atividades de televisão</b>	
	<b>Atividades de televisão aberta</b>	
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	12
	<b>Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura</b>	
6022-5/01	Programadoras	10
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	12
	<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>	
	<b>Telecomunicações por fio</b>	
	<b>Telecomunicações por fio</b>	
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	10
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	10
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	10
	<b>Telecomunicações sem fio</b>	
	<b>Telecomunicações sem fio</b>	
6120-5/01	Telefonia móvel celular	10
6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	10
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	10
	<b>Telecomunicações por satélite</b>	
	<b>Telecomunicações por satélite</b>	
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	10
	<b>Operadoras de televisão por assinatura</b>	
	<b>Operadoras de televisão por assinatura por cabo</b>	
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	10
	<b>Operadoras de televisão por assinatura por microondas</b>	
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	10
	<b>Operadoras de televisão por assinatura por satélite</b>	
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	10
	<b>Outras atividades de telecomunicações</b>	
	<b>Outras atividades de telecomunicações</b>	
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	10
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	10
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	10
	<b>ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	
	<b>Atividades dos serviços de tecnologia da informação</b>	
	<b>Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda</b>	
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	10
	<b>Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b>	
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	10
	<b>Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis</b>	
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	10
	<b>Consultoria em tecnologia da informação</b>	
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	10
	<b>Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b>	
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	10
	<b>ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO</b>	
	<b>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</b>	
	<b>Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet</b>	
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	12



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b>	
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	12
	<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação</b>	
	<b>Agências de notícias</b>	
6391-7/00	Agências de notícias	12
	<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente</b>	
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	12
	<b>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>	
	<b>ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	
	<b>Banco Central</b>	
	<b>Banco Central</b>	
6410-7/00	Banco Central	40
	<b>Intermediação monetária - depósitos à vista</b>	
	<b>Bancos comerciais</b>	
6421-2/00	Bancos comerciais	30
	<b>Bancos múltiplos, com carteira comercial</b>	
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	30
	<b>Caixas econômicas</b>	
6423-9/00	Caixas econômicas	30
	<b>Crédito cooperativo</b>	
6424-7/01	Bancos cooperativos	30
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	20
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	20
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	20
	<b>Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação</b>	
	<b>Bancos múltiplos, sem carteira comercial</b>	
6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	30
	<b>Bancos de investimento</b>	
6432-8/00	Bancos de investimento	30
	<b>Bancos de desenvolvimento</b>	
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	30
	<b>Agências de fomento</b>	
6434-4/00	Agências de fomento	20
	<b>Crédito imobiliário</b>	
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	30
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	30
6435-2/03	Companhias hipotecárias	25
	<b>Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras</b>	
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	25
	<b>Sociedades de crédito ao microempreendedor</b>	
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	25
	<b>Arrendamento mercantil</b>	
	<b>Arrendamento mercantil</b>	
6440-9/00	Arrendamento mercantil	20
	<b>Sociedades de capitalização</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Sociedades de capitalização</b>	
6450-6/00	Sociedades de capitalização	20
	<b>Atividades de sociedades de participação</b>	
	<b>Holdings de instituições financeiras</b>	
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	20
	<b>Holdings de instituições não-financeiras</b>	
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	20
	<b>Outras sociedades de participação, exceto holdings</b>	
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	20
	<b>Fundos de investimento</b>	
	<b>Fundos de investimento</b>	
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	20
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	20
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	20
	<b>Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>	
	<b>Sociedades de fomento mercantil - factoring</b>	
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	20
	<b>Securitização de créditos</b>	
6492-1/00	Securitização de créditos	20
	<b>Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos</b>	
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	20
	<b>Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>	
6499-9/01	Clubes de investimento	20
6499-9/02	Sociedades de investimento	20
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	20
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	20
6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	20
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	20
	<b>SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>	
	<b>Seguros de vida e não-vida</b>	
	<b>Seguros de vida</b>	
6511-1/01	Seguros de vida	12
6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	12
	<b>Seguros não-vida</b>	
6512-0/00	Seguros não-vida	12
	<b>Seguros-saúde</b>	
	<b>Seguros-saúde</b>	
6520-1/00	Seguros-saúde	12
	<b>Resseguros</b>	
	<b>Resseguros</b>	
6530-8/00	Resseguros	12
	<b>Previdência complementar</b>	
	<b>Previdência complementar fechada</b>	
6541-3/00	Previdência complementar fechada	12
	<b>Previdência complementar aberta</b>	
6542-1/00	Previdência complementar aberta	12
	<b>Planos de saúde</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Planos de saúde</b>	
6550-2/00	Planos de saúde	12
	<b>ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>	
	<i>Atividades auxiliares dos serviços financeiros</i>	
	<b>Administração de bolsas e mercados de balcão organizados</b>	
6611-8/01	Bolsa de valores	20
6611-8/02	Bolsa de mercadorias	20
6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	20
6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	20
	<b>Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias</b>	
6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	12
6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	12
6612-6/03	Corretoras de câmbio	25
6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	20
6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	20
	<b>Administração de cartões de crédito</b>	
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	25
	<b>Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>	
6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	12
6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	15
6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	20
6619-3/04	Caixas eletrônicos	12
6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	15
6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	12
	<b>Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde</b>	
	<b>Avaliação de riscos e perdas</b>	
6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	12
6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	12
	<b>Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde</b>	
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	12
	<b>Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente</b>	
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	12
	<b>Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão</b>	
	<b>Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão</b>	
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	12
	<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>	
	<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>	
	<b>Atividades imobiliárias de imóveis próprios</b>	





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Atividades imobiliárias de imóveis próprios</b>	
6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	12
6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	12
	<b>Atividades imobiliárias por contrato ou comissão</b>	
	<b>Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis</b>	
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	12
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	12
	<b>Gestão e administração da propriedade imobiliária</b>	
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	10
	<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>	
	<b>ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA</b>	
	<b>Atividades jurídicas</b>	
	<b>Atividades jurídicas, exceto cartórios</b>	
6911-7/01	Serviços advocatícios	8
6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	6
6911-7/03	Agente de propriedade industrial	6
	<b>Cartórios</b>	
6912-5/00	Cartórios	10
	<b>Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária</b>	
	<b>Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária</b>	
6920-6/01	Atividades de contabilidade	12
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	12
	<b>ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL</b>	
	<b>Sedes de empresas e unidades administrativas locais</b>	
	<b>Sedes de empresas e unidades administrativas locais</b>	
	<b>Atividades de consultoria em gestão empresarial</b>	
	<b>Atividades de consultoria em gestão empresarial</b>	
7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	12
	<b>SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS</b>	
	<b>Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas</b>	
	<b>Serviços de arquitetura</b>	
7111-1/00	Serviços de arquitetura	12
	<b>Serviços de engenharia</b>	
7112-0/00	Serviços de engenharia	12
	<b>Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia</b>	
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	10
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	10
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	10
7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	10
7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	12
	<b>Testes e análises técnicas</b>	
	<b>Testes e análises técnicas</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

7120-1/00	Testes e análises técnicas	10
	<b>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO</b>	
	<i>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais</i>	
	<b>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais</b>	
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	10
	<i>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</i>	
	<b>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b>	
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	10
	<b>PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO</b>	
	<i>Publicidade</i>	
	<b>Agências de publicidade</b>	
7311-4/00	Agências de publicidade	10
	<b>Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação</b>	
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	10
	<b>Atividades de publicidade não especificadas anteriormente</b>	
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	10
7319-0/02	Promoção de vendas	10
7319-0/03	Marketing direto	10
7319-0/04	Consultoria em publicidade	10
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	10
	<i>Pesquisas de mercado e de opinião pública</i>	
	<b>Pesquisas de mercado e de opinião pública</b>	
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	10
	<b>OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>	
	<i>Design e decoração de interiores</i>	
	<b>Design e decoração de interiores</b>	
7410-2/01	Design	10
7410-2/02	Decoração de interiores	10
	<i>Atividades fotográficas e similares</i>	
	<b>Atividades fotográficas e similares</b>	
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	10
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	10
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	10
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	10
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	10
	<i>Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</i>	
	<b>Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b>	
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	10
7490-1/02	Escafandria e mergulho	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	10
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	10
7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	10
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	10
	<b>ATIVIDADES VETERINÁRIAS</b>	
	<i>Atividades veterinárias</i>	
	<b>Atividades veterinárias</b>	
7500-1/00	Atividades veterinárias	10
	<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>	
	<b>ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS</b>	
	<i>Locação de meios de transporte sem condutor</i>	
	<b>Locação de automóveis sem condutor</b>	
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	15
	<b>Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor</b>	
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	15
7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	20
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	12
	<i>Aluguel de objetos pessoais e domésticos</i>	
	<b>Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos</b>	
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	10
	<b>Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares</b>	
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	10
	<b>Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios</b>	
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	10
	<b>Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente</b>	
7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	10
7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	10
7729-2/03	Aluguel de material médico	12
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	10
	<i>Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador</i>	
	<b>Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador</b>	
7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	10
	<b>Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador</b>	
7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	12
7732-2/02	Aluguel de andaimes	12
	<b>Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório</b>	
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente</b>	
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	10
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	10
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	12
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	10
	<b>Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b>	
	<b>Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b>	
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	10
	<b>SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA</b>	
	<b>Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>	
	<b>Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>	
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	10
	<b>Locação de mão-de-obra temporária</b>	
	<b>Locação de mão-de-obra temporária</b>	
7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	10
	<b>Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b>	
	<b>Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b>	
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	10
	<b>AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS</b>	
	<b>Agências de viagens e operadores turísticos</b>	
	<b>Agências de viagens</b>	
7911-2/00	Agências de viagens	10
	<b>Operadores turísticos</b>	
7912-1/00	Operadores turísticos	10
	<b>Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente</b>	
	<b>Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente</b>	
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	10
	<b>ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO</b>	
	<b>Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores</b>	
	<b>Atividades de vigilância e segurança privada</b>	
8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	10
8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	10
	<b>Atividades de transporte de valores</b>	
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	10
	<b>Atividades de monitoramento de sistemas de segurança</b>	
	<b>Atividades de monitoramento de sistemas de segurança</b>	
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	10



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Atividades de investigação particular</b>	
	<b>Atividades de investigação particular</b>	
8030-7/00	Atividades de investigação particular	10
	<b>SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS</b>	
	<b>Serviços combinados para apoio a edifícios</b>	
	<b>Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais</b>	
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	10
	<b>Condomínios prediais</b>	
8112-5/00	Condomínios prediais	20
	<b>Atividades de limpeza</b>	
	<b>Limpeza em prédios e em domicílios</b>	
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	10
	<b>Imunização e controle de pragas urbanas</b>	
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	10
	<b>Atividades de limpeza não especificadas anteriormente</b>	
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades paisagísticas</b>	
	<b>Atividades paisagísticas</b>	
8130-3/00	Atividades paisagísticas	10
	<b>SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS</b>	
	<b>Serviços de escritório e apoio administrativo</b>	
	<b>Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</b>	
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	10
	<b>Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo</b>	
8219-9/01	Fotocópias	10
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	10
	<b>Atividades de teleatendimento</b>	
	<b>Atividades de teleatendimento</b>	
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	10
	<b>Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos</b>	
	<b>Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos</b>	
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	10
8230-0/02	Casas de festas e eventos	12
	<b>Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas</b>	
	<b>Atividades de cobrança e informações cadastrais</b>	
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	10
	<b>Envasamento e empacotamento sob contrato</b>	
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	10
	<b>Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente</b>	
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	10
8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	10
8299-7/04	Leiloeiros independentes	10
8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	10
8299-7/06	Casas lotéricas	12
8299-7/07	Salas de acesso à internet	10
8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	10
	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>	
	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>	
	<i>Administração do estado e da política econômica e social</i>	
	<b>Administração pública em geral</b>	
8411-6/00	Administração pública em geral	10
	<b>Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais</b>	
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	10
	<b>Regulação das atividades econômicas</b>	
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	10
	<b>Serviços coletivos prestados pela administração pública</b>	
	<b>Relações exteriores</b>	
8421-3/00	Relações exteriores	10
	<b>Defesa</b>	
8422-1/00	Defesa	10
	<b>Justiça</b>	
8423-0/00	Justiça	10
	<b>Segurança e ordem pública</b>	
8424-8/00	Segurança e ordem pública	10
	<b>Defesa Civil</b>	
8425-6/00	Defesa Civil	10
	<b>Seguridade social obrigatória</b>	
	<b>Seguridade social obrigatória</b>	
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	10
	<b>EDUCAÇÃO</b>	
	<b>EDUCAÇÃO</b>	
	<b>Educação infantil e ensino fundamental</b>	
	<b>Educação infantil - creche</b>	
8511-2/00	Educação infantil - creche	10
	<b>Educação infantil - pré-escola</b>	
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	10
	<b>Ensino fundamental</b>	
8513-9/00	Ensino fundamental	10
	<b>Ensino médio</b>	
	<b>Ensino médio</b>	
8520-1/00	Ensino médio	10
	<b>Educação superior</b>	
	<b>Educação superior - graduação</b>	
8531-7/00	Educação superior - graduação	10
	<b>Educação superior - graduação e pós-graduação</b>	
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	10





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Educação superior - pós-graduação e extensão</b>	
8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	10
	<b>Educação profissional de nível técnico e tecnológico</b>	
	<b>Educação profissional de nível técnico</b>	
8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	10
	<b>Educação profissional de nível tecnológico</b>	
8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	10
	<b>Atividades de apoio à educação</b>	
	<b>Atividades de apoio à educação</b>	
8550-3/01	Administração de caixas escolares	10
8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	10
	<b>Outras atividades de ensino</b>	
	<b>Ensino de esportes</b>	
8591-1/00	Ensino de esportes	10
	<b>Ensino de arte e cultura</b>	
8592-9/01	Ensino de dança	10
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	10
8592-9/03	Ensino de música	10
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	10
	<b>Ensino de idiomas</b>	
8593-7/00	Ensino de idiomas	10
	<b>Atividades de ensino não especificadas anteriormente</b>	
8599-6/01	Formação de condutores	12
8599-6/02	Cursos de pilotagem	15
8599-6/03	Treinamento em informática	10
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	10
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	10
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	10
	<b>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	
	<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA</b>	
	<b>Atividades de atendimento hospitalar</b>	
	<b>Atividades de atendimento hospitalar</b>	
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	10
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	10
	<b>Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes</b>	
	<b>Serviços móveis de atendimento a urgências</b>	
8621-6/01	UTI móvel	10
8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	10
	<b>Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências</b>	
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	10
	<b>Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos</b>	
	<b>Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos</b>	
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	10



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	10
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	10
8630-5/04	Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	10
8630-5/05	Atividade odontológica sem recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	10
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	10
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	10
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica</b>	
	<b>Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica</b>	
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	10
8640-2/02	Laboratórios clínicos	10
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	10
8640-2/04	Serviços de tomografia	10
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	10
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	10
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	10
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	10
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	10
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	10
8640-2/11	Serviços de radioterapia	10
8640-2/12	Serviços de hemoterapia	10
8640-2/13	Serviços de litotripsia	10
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	10
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	10
	<b>Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos</b>	
	<b>Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos</b>	
8650-0/01	Atividades de enfermagem	8
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	6
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	8
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	10
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	10
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	8
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	8
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	8
	<b>Atividades de apoio à gestão de saúde</b>	
	<b>Atividades de apoio à gestão de saúde</b>	
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	8
	<b>Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	<b>Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>	
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	6
8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	6
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	6
	<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES</b>	
	<i>Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares</i>	
	<b>Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares</b>	
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	8
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	5
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	5
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	5
8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	5
	<b>Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio</b>	
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	8
	<i>Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química</i>	
	<b>Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química</b>	
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	6
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	6
	<i>Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares</i>	
	<b>Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares</b>	
8730-1/01	Orfanatos	8
8730-1/02	Albergues assistenciais	8
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	8
	<b>SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO</b>	
	<i>Serviços de assistência social sem alojamento</i>	
	<b>Serviços de assistência social sem alojamento</b>	
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	5
	<b>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</b>	
	<b>ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

	<b>Atividades artísticas, criativas e de espetáculos</b>	
	<b>Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares</b>	
9001-9/01	Produção teatral	5
9001-9/02	Produção musical	5
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	5
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	5
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	12
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	10
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	10
	<b>Criação artística</b>	
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	10
9002-7/02	Restauração de obras de arte	10
	<b>Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas</b>	
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	10
	<b>ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL</b>	
	<b>Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental</b>	
	<b>Atividades de bibliotecas e arquivos</b>	
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	6
	<b>Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares</b>	
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	6
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	6
	<b>Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental</b>	
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	6
	<b>ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS</b>	
	<b>Atividades de exploração de jogos de azar e apostas</b>	
	<b>Atividades de exploração de jogos de azar e apostas</b>	
9200-3/01	Casas de bingo	10
9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	20
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	20
	<b>ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER</b>	
	<b>Atividades esportivas</b>	
	<b>Gestão de instalações de esportes</b>	
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	5
	<b>Clubes sociais, esportivos e similares</b>	
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	8
	<b>Atividades de condicionamento físico</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	8
	<b>Atividades esportivas não especificadas anteriormente</b>	
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	6
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	6
	<b>Atividades de recreação e lazer</b>	
	<b>Parques de diversão e parques temáticos</b>	
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	12
	<b>Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente</b>	
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	10
9329-8/02	Exploração de boliches	10
9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	10
9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	10
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	10
	<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</b>	
	<b>ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS</b>	
	<b>Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais</b>	
	<b>Atividades de organizações associativas patronais e empresariais</b>	
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	10
	<b>Atividades de organizações associativas profissionais</b>	
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	10
	<b>Atividades de organizações sindicais</b>	
	<b>Atividades de organizações sindicais</b>	
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	10
	<b>Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>	
	<b>Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>	
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	10
	<b>Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente</b>	
	<b>Atividades de organizações religiosas</b>	
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	10
	<b>Atividades de organizações políticas</b>	
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	10
	<b>Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b>	
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	10
	<b>Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>	
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	10
	<b>REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS</b>	
	<b>Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação</b>	
	<b>Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos</b>	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	10
	<b>Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação</b>	
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	10
	<b>Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos</b>	
	<b>Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico</b>	
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	10
	<b>Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente</b>	
9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	8
9529-1/02	Chaveiros	8
9529-1/03	Reparação de relógios	8
9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	8
9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	8
9529-1/06	Reparação de jóias	8
9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	
	<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS</b>	8
	<b>Outras atividades de serviços pessoais</b>	
	<b>Lavanderias, tinturarias e toalheiros</b>	
9601-7/01	Lavanderias	8
9601-7/02	Tinturarias	8
9601-7/03	Toalheiros	8
	<b>Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza</b>	
9602-5/01	Cabeleireiros	8
9602-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	8
	<b>Atividades funerárias e serviços relacionados</b>	
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	10
9603-3/02	Serviços de cremação	10
9603-3/03	Serviços de sepultamento	10
9603-3/04	Serviços de funerárias	10
9603-3/05	Serviços de somato conservação	10
9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	10
	<b>Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente</b>	
9609-2/01	Clínicas de estética e similares	10
9609-2/02	Agências matrimoniais	10
9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	10
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	10
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	
	<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>	10
	<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>	





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES**

	Serviços domésticos	
	Serviços domésticos	
9700-5/00	Serviços domésticos	10
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	10
a)	II - PESSOAS FÍSICAS	
Denominação		Quantidade fixa em UFM
a) Profissional com nível superior:		8,00
b) Profissional com nível médio:		6,00
c) Demais profissionais:		4,00
III – FATOR CORRETIVO QUANTO A NATUREZA JURÍDICA (Pessoa Jurídica)		
Natureza Jurídica		Fator
a) Micro empreendedor – MEI		0,60
b) Microempresa		0,70
c) Empresa de Pequeno Porte		0,80
d) Empresa Normal		1,00

**Art. 6º** - Fica criado o Parágrafo Único ao Art. 386:

**“Art. 386....**

Parágrafo Único – A taxa de Licença para funcionamento de feiras e eventos temporários não conveniada, e não promovida pelo Município seguirão as normas estabelecidas através de Lei específica.”

**Art. 7º** - A Tabela III do Art. 388, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“TABELA III**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**TAXA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO AMBULANTE  
OU EVENTUAL**

ATIVIDADE EXERCIDA	PERCENTUAL SOBRE A UFM	
	AO DIA	AO MÊS
1 – Alimentos preparados, inclusive bebidas e sucos	40%	700%
2 – Armário e miudezas	40%	700%
3 – Brinquedos, louças, ferragens e similares	40%	700%
4 – Frutas, legumes e verduras.	10%	100%
5 - Tecidos e confecções em geral.	40%	700%
6 – Cadeiras, redes, guarda sóis, pranchas, e outros artigos de praia.	40%	700%
7 – Outras atividades não especificado anteriormente	40%	700%

**Art. 8º** - O Art. 432 passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 432** - A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição, calculada por meio de percentuais incidentes sobre a Unidade Financeira Municipal - UFM, em função da área e destinação da edificação, bem como da natureza do servido, conforme tabela a seguir:

DESTINAÇÃO	Percentagem sobre a UFM por m <sup>2</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Residencial por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de construção</li> <li>• Comercial e prestador de serviços por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de construção</li> <li>• Industrial, por metro quadrado (m<sup>2</sup>) de construção</li> <li>• Demais itens não especificados anteriormente;</li> </ul>	1,90% 2,20% 1,20% 1,70%

§1º A taxa de coleta de lixo será cobrada até o limite máximo de área construída, assim discriminada:

1. Área residencial até 150,00 mts<sup>2</sup>
2. Área comercial e prestador de serviços até 150,00 mts<sup>2</sup>
3. Industrial até 300,00 mts<sup>2</sup>.
4. Demais destinação até 250,00 mts<sup>2</sup>.

§2º - Os imóveis do tipo garagem, telheiro, anexo, e não construído não terão incidência da Taxa de Limpeza e Coleta de Resíduos Sólidos;”



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.10º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 30 de setembro de 2014

Juarez Godinho Scheffer  
**Prefeito Municipal**

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em  
30 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
**Secretária Municipal de Administração e Finanças**

**DECRETO Nº 107/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 107, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS A ACIDENTES E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VEÍCULO PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar os procedimentos relativos a acidentes e infrações de trânsito envolvendo veículo pertencente à frota municipal;

CONSIDERANDO o número elevado de infrações de trânsito cometidas pelos servidores públicos municipais na condução dos veículos pertencentes ao Município;

CONSIDERANDO, ainda, que tal fato vem acarretando sérios prejuízos ao erário;

DECRETA:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos e diretrizes com a finalidade de agilizar, padronizar e controlar, de forma mais eficiente e eficaz, os eventos relacionados a veículos pertencentes à frota da Prefeitura envolvidos em acidentes ou infrações de trânsito.

Parágrafo Único - Para os fins deste Decreto, são considerados veículos da frota da Prefeitura os veículos oficiais próprios, contratados ou colocados à disposição da municipalidade em virtude de convênio.

Art. 2º Em todas as secretarias municipais, haverá um servidor designado pelo titular da Pasta para exercer a função de dirigente responsável pelo controle da respectiva frota.

§ 1º O servidor a que se refere o caput deste artigo deverá manter controle do uso e das condições de cada veículo da frota, bem como um cadastro atualizado, contendo cópia dos documentos de habilitação, dos condutores autorizados.

§ 2º O controle referido no § 1º será efetivado mediante:

I - registro de ocorrências;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

II - registro de saída e entrada;

III - registro de quilometragem percorrida e gasolina consumida;

IV - elaboração de relatórios e quadros estatísticos;

V - preenchimento de impressos e fichas diversas; e

VI - registro de ferramentas, controle de substituição de peças e acessórios.

Art. 3º Cabe ao dirigente responsável pela frota representar ao Secretário Municipal de Administração e Finanças sobre o uso irregular de veículo da frota da Prefeitura.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá manter cadastro atualizado dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura, no qual constará, entre outras informações, o órgão para o qual o veículo estiver alocado.

**CAPÍTULO II****DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO**

Art. 5º Na hipótese de ocorrência de acidente com qualquer veículo da frota da Prefeitura, o condutor deverá comunicá-la imediatamente ao dirigente responsável.

Art. 6º Em caso de acidente sem vítima, o condutor deverá adotar as providências para remover o veículo do local, garantindo a segurança e fluidez do trânsito.

Art. 7º Em caso de acidente com vítima, o veículo não deverá ser retirado do local, sem a anuência da autoridade de trânsito que atender a ocorrência.

Art. 8º Resultando lesões corporais a terceiros, caso haja possibilidade e não havendo risco pessoal, o condutor deverá prestar a devida assistência.

Art. 9º Também compete ao condutor do veículo providenciar o respectivo Boletim de Ocorrência.

Art. 10. No dia subsequente à ocorrência, o condutor do veículo deverá encaminhar ao dirigente responsável pela frota relatório circunstanciado do acidente de trânsito, devidamente datado e assinado, anexando o Boletim de Ocorrência.

Parágrafo Único - O dirigente responsável deverá comunicar a ocorrência a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a instauração de processo administrativo visando a apurar as causas, efeitos e responsabilidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 11. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ao receber a comunicação de que houve acidente com veículo da frota da Prefeitura, designará um servidor para realizar o levantamento dos danos e apresentar relatório da ocorrência, conforme elementos levantados e dados constantes do Boletim de Ocorrência.

Parágrafo Único - O relatório a que se refere o caput deste artigo será utilizado para fins de averiguação preliminar destinada a apurar as causas do acidente e definir a responsabilidade do servidor envolvido.

Art. 12. Se o processo de apuração regular da ocorrência concluir pela culpabilidade do condutor do veículo, este responderá pelo valor integral do prejuízo ou da franquia do seguro, quando houver, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 1º A indenização à Fazenda Municipal será feita mediante pagamento espontâneo do servidor ou quando este autorizar formalmente, mediante desconto em folha de pagamento.

§ 2º Não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no parágrafo anterior, o município, através do departamento jurídico intentará a competente ação regressiva, visando ressarcir-se dos prejuízos advindos do ocorrido, respondendo, inclusive, pelos danos causados a terceiros.

Art. 13. Independentemente da indenização a que estiver obrigado, poderá ser aplicada ao condutor responsável pena disciplinar variável, segundo as circunstâncias e o caráter da falta.

Art. 14. O condutor do veículo e demais servidores da Prefeitura, eventualmente envolvidos em acidente de trânsito, devem evitar alterações e discussões de qualquer natureza com os demais implicados no acidente, procurando conduzir os acontecimentos com serenidade.

**CAPÍTULO III****DAS MULTAS DE TRÂNSITO**

Art. 16. As notificações relativas a infrações de trânsito de veículos da frota da Prefeitura deverão ser encaminhadas imediatamente para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que adotará as seguintes providências:

I - determinará a autuação do documento e convocará o dirigente responsável para, em 24 (vinte e quatro) horas, tomar ciência da notificação, fixando-lhe o prazo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

improrrogável de 5 (cinco) dias para indicar o condutor do veículo, bem como para encaminhar cópia de sua Carteira Nacional de Habilitação e documento de identidade;

II - convocará, ato contínuo, o condutor indicado nos termos do inciso I para assinar o formulário de identificação do condutor do veículo quando da infração; e

III - adotará as devidas providências para o pagamento da multa, bem como, quando for o caso, efetuado o desconto, pelo Departamento Pessoal, na folha de pagamento do servidor infrator, se este o autorizar.

Art. 17. A responsabilidade pelo pagamento das multas por infrações às normas de trânsito, aplicadas aos veículos oficiais da frota

da Prefeitura, caberá:

I - ao condutor, se a transgressão às regras de trânsito decorrer de sua própria conduta;

II - ao usuário, se a transgressão às regras de trânsito ocorrer por sua ordem;

III - à Administração, se a transgressão às regras de trânsito ocorrer por irregularidades circunstanciais, decorrentes de falha técnica do veículo, ou outras imprevisíveis, independentes da vontade do condutor e do usuário.

§ 1º A Prefeitura recolherá a repartição de trânsito autuadora o valor das multas impostas aos condutores de seus veículos, quando as mesmas não forem pagas pelos infratores no momento devido, iniciando, de imediato, o necessário procedimento, visando ao ressarcimento do erário.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças cumprir e fazer cumprir as disposições constantes do presente Decreto.

Art. 19. O descumprimento das regras contidas neste Decreto implicará na responsabilização de quem a ele houver dado causa, nos termos da legislação vigente.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 02 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### **DECRETO Nº 108/2014**

DECRETO Nº 108 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PASSO DE TORRES (CMPC), aprovado pelo referido Conselho que com este decreto é baixado.

Art. 2º Ficam designados os seguintes Membros Titulares e Suplentes do CMPC:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Comunicação:

Titular: Alecsander Alves

Suplente: Gilmar Santos

Artesanato e Cultura Popular

Titular: Ieda Ferras Zeferino

Suplente: Ornélio Becker

Música e Dança

Titular: Rodrigo Pacheco

Suplente: Maria Ceni Godinho Scheffer

História, Literatura, Patrimônio material e imaterial,

Titular: Patrícia Joppert Pedroso

Suplente: Sérgio Batista da Silva

Associações e entidades culturais

Titular: Associação dos Agricultores de Passo de Torres

Suplente: APAE de Passo de Torres

Colônia de Pescadores Z-18

Titular: Adriano Delfino Joaquim

Suplente: Lais Clos Carvalho Joaquim

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Jaime Luis da Silveira Batista

Suplente: Marilian da Silva Casagrande

Titular: Marcelo Moretti

Suplente: Jaqueline Monteiro Ramos

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Elisandra da Silva Martins

Suplente: Robert Francis Brocca Minotto

Secretaria Municipal de Pesca,

Titular: Ana Lucia Clos C. Joaquim

Suplente: Luiz Carlos Hespanhol

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Titular: Tiago Zacca Acordi

Suplente: Fábio Alves da Silveira

Biblioteca Pública Municipal.

Titular: Micael Camacho de Lima

Suplente: Edner Rospa da Silveira

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 22 de setembro de 2014.

Alissandrs Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, nos termos dos artigos 39 a 44 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres.

CAPÍTULO II

NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal de Política Cultural de Passo de Torres - CMPC é órgão deliberativo, consultivo e normativo de assessoria direta ao Executivo Municipal, no que se refere a assuntos de planejamento e orientação cultural no município, nos termos da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014.

Art. 3º O CMPC e seu Plenário serão presididos por uma Diretoria de mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida 1 (uma) reeleição, composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, designados em votação dentre seus

membros no mês de agosto do ano da eleição. .

§1º Em casos de ausência do Presidente, o CMPC e o Plenário serão presididos subsequentemente pelo Vice-Presidente, pelo 1º Secretário e pelo 2º Secretário.

§ 2º Na presidência dos trabalhos quando exercida pelo 1º Secretário ou 2º Secretário, a Plenária indicará um de seus integrantes para redigir a ata.

§ 3º Em última instância, um dos conselheiros será eleito pelos demais para assumir pro-tempore.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Políticas Culturais terá as seguintes atribuições, além de outras constantes de lei específica:

- I - Colaborar na formulação, planejamento e execução das políticas culturais do município;
- II - Proteger e resguardar o patrimônio histórico, artístico, das culturas populares, arqueológico, paisagístico, etnográfico e bibliográfico do município;
- III - Zelar pelo cumprimento das normas e atos sobre assuntos culturais.

### CAPITULO III

#### DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 5º - A estrutura básica do Conselho Municipal de Políticas Culturais é composta por:

##### I - PRESIDÊNCIA

- 1- Presidente
- 2- Vice-Presidente

##### II- SECRETARIA

- 1- 1º Secretário
- 2- 2º Secretário

##### III - COMISSÕES TEMÁTICAS

- 1- Comissão de articulação institucional;
- 2- Comissão de Coordenação, Programas e Projetos;
- 3- Comissão de Legislação e Normas;
- 4- Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural

Art. 6º - Os membros das Comissões são designados pelo Presidente do Conselho "ad referendum" do plenário, para exercício de 01 (um) ano, que poderá ser renovado.

PARÁGRAFO ÚNICO - É de 03 (três), no máximo, o número de conselheiros integrantes das Comissões Temáticas.

Art. 7º - Cabe a cada Comissão eleger seu Coordenador e reunir-se para avaliação das atividades.

### CAPÍTULO IV

#### DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS SETORIAIS E MEMBROS DO PLENÁRIO

Art. 8º - Ao Presidente incumbe:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, o voto de qualidade;
- II- ordenar o uso da palavra;
- III- submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- IV - assinar:

- a) atas aprovadas nas reuniões;
  - b) portarias de designação dos membros do Conselho;
  - c) deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento.
- V - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- VI - encaminhar aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais exposições de motivos e informações sobre as matérias da competência do CMPC, sempre que julgar necessário;
- VII - delegar competências ao 1º Secretário do CMPC;
- VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias.
- IX - Indicar Conselheiro para representação institucional do CMPC sempre que se fizer necessário.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Presidente não assinará deliberação ou qualquer ato que diga respeito a si próprio ou à qualidade de sua gestão, sendo para tal escolhido, em Plenário, 1 (um) conselheiro que o fará, no ato de aprovação dos mesmos.

Art. 9º Ao Vice-Presidente incumbe:

I - Ajudar o Presidente em suas atribuições e substituí-lo em seus impedimentos e sucedê-lo em caso de ausência, afastamento temporário ou motivo de outra ordem praticando todas as atribuições que lhe são pertinentes.

Art. 10 - À secretaria incumbe:

- I - Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos e sucedê-lo em caso de vacância, praticando todas as atribuições que lhe são pertinentes.
- II - assessorar o Presidente em questões de sua atribuição;
- III - lavrar a ata das reuniões ordinárias e extraordinárias, encaminhá-las eletronicamente aos demais membros do CMPC para que possam apresentar, antes da próxima reunião, suas propostas de alteração.
- IV - acompanhar o calendário e a agenda das reuniões do CMPC;
- V - sistematizar e preparar a pauta das reuniões do Plenário;
- VI - convocar as reuniões do CMPC, por determinação de seu Presidente;
- VII - promover a divulgação e garantir a transparência dos atos do CMPC;
- VIII - elaborar relatórios anuais de atividades, submetendo-os ao Presidente do CMPC;
- IX - expedir e receber correspondências;
- X - prestar esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;
- XI - comunicar, encaminhar e fazer publicar as deliberações emanadas do Plenário;
- XII - responder pela comunicação interna e externa do CMPC;
- XIII - executar as atribuições correlatas determinadas pelo Presidente do CMPC;
- XIV - organizar e manter o arquivo de documentação relativo às atividades de todas as instâncias do CMPC;
- XV - cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento Interno e os encargos que lhe forem atribuídos pelo CPMC;

Art. 11 - Às Comissões Temáticas incumbe:

- I - Apreciar e votar as matérias que lhe forem submetidas;
- II- Responder formalmente as consultas encaminhadas pelo Presidente do CMPC ou pelos Presidentes de outras comissões;
- III - Promover a instalação de processos, bem como fazer cumprir as diligências estabelecidas pelo plenário;
- IV - Examinar relatórios das entidades culturais que recebam apoio ou auxílio do Executivo, determinando as providências cabíveis a cada caso;
- V - Promover estudos, pesquisas e levantamento para serem utilizados nos trabalhos e atividades do CMPC.



**Art. 12 - São competências específicas:**

I - À Comissão de Articulação institucional, compete estabelecer uma relação de cooperação e consulta com órgãos públicos, entidades e instituições públicas e privadas;

II - À Comissão de coordenação e planejamento de programas e projetos, compete subsidiar, assessorar e coordenar as ações relativas à cultura;

III - À Comissão de legislação e normas, compete subsidiar juridicamente os atos do CMPC, suas relações com o poder Executivo, Legislativo, Judiciário realizando estudos da legislação pertinente.

IV - À Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural compete acompanhar, promover ações destinadas a conservação ou restauro do patrimônio material, e da promoção e divulgação do patrimônio imaterial (saberes e fazeres, festas e tradições do povo passotorense).

Art. 13 - Poderão ser convidados pelo CMPC, com a aprovação da Plenária especialistas e assessores especiais para participarem das atividades específicas de cada Câmara.

**Art. 14 - Aos Conselheiros incumbe:**

I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados;

II - participar das atividades do CMPC, com direito a voz e voto, nos termos da Lei;

III - debater e deliberar sobre as matérias em discussão;

IV - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao 1º Secretário;

V - participar das Comissões Temáticas para as quais for indicado, com direito a voz e voto;

VI - presidir quando eleito, os trabalhos das Comissões Temáticas;

VII - pedir vista de matéria, na forma regimental;

VIII - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;

IX - propor antecipadamente temas e assuntos para a deliberação e ação do Plenário sob forma de propostas de resolução, recomendação, proposição e moção;

X - propor antecipadamente questões de ordem nas reuniões plenárias;

XI - solicitar a verificação de quórum;

XII - observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro;

XIII - representar o CMPC quando indicado pelo Presidente;

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Nenhum membro representante da Sociedade Civil poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Município;

XIV - comunicar com prazo de 60 dias de antecedência seu desligamento para que seja providenciada o preenchimento da vacância;

XV - serão aceitas licenças por motivo relevante com prazo máximo de 60 dias, sendo uma única vez no mandato;

XVI - conhecer e fazer cumprir o Regimento Interno bem como propor alterações.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Perderá o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) extraordinárias consecutivas sem motivo justificado, por escrito.

Art. 15 - Ao Plenário, instância máxima do Conselho, além das atribuições do artigo 42 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres, também incumbe:

I - Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho;

II - Sugerir diretrizes e políticas culturais do Município;

III - Indicar representantes para o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Cultura;

IV - Acompanhar a elaboração e a execução dos planos e programas relativos à aplicação de recursos destinados à cultura;

**V - Deliberar sobre:**

1 - as alterações do presente regimento;

2 - sobre a concessão de prêmios que venham a ser criados no âmbito do Conselho;

3 - Processos de registro e reconhecimento, no CMPC, de entidades culturais;

4 - Propostas que visem à proteção e preservação de obras, monumentos de valor histórico, bibliográfico, artístico, bem como do patrimônio paisagístico do município;

**CAPÍTULO IV****DO FUNCIONAMENTO**

Art. 16 - As reuniões ordinárias do CMPC serão mensais, podendo ter sua periodicidade alterada, excepcionalmente, em razão de Plano de Trabalho.

Art. 17 - As reuniões ordinárias do CMPC serão públicas, convocadas por sua Diretoria só podendo deliberar com a presença da maioria simples de seus Conselheiros.

Art. 18 - As reuniões do CMPC serão registradas em ata própria e tornadas públicas por meio digital

§ 1º. As atas deverão ser redigidas, preferencialmente de forma presencial, no intuito de retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas pelo Plenário e, depois de aprovadas pelo CMPC, assinadas pela Diretoria.

§ 2º As atas das reuniões do CMPC serão enviadas eletronicamente aos Conselheiros para análise e sugestões de alteração que julgarem necessárias. Incorporadas às alterações, as atas serão consideradas lidas e colocadas à aprovação no início da reunião subsequente, sem a necessidade de sua leitura oral.

§ 3º As reuniões deverão ser realizadas na primeira quarta-feira de cada mês às 19 horas em local a definir, com aviso de 7 (sete) dias de antecedência. Caso a data pré determinada coincidir com feriados ou datas festivas, a reunião deverá ser realizada na quinta-feira.

Art. 19 - As reuniões extraordinárias serão convocadas em caráter de urgência pelo presidente ou por requerimento da maioria dos conselheiros com antecedência de 2 (dois) dias úteis

Art. 20 - As decisões do CMPC serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 1º O exercício do voto é privativo dos membros titulares, não sendo permitido seu exercício por representantes ou procuradores.

§ 2º Todos os documentos, relatórios e atas de reuniões - presenciais ou remotas - produzidas pelo CMPC deverão ser postos à disposição do público em sítio eletrônico, remetidos aos membros do Conselho por e-mail e arquivados pela Secretaria do CMPC.

Art. 21 - A articulação das agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela Diretoria do CMPC.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As sugestões, reclamações e consultas encaminhadas ao CMPC através da Secretaria e/ou Conselheiros serão remetidas ao presidente que incluirá na pauta.

Art. 22 - As matérias a serem submetidas à apreciação do Plenário podem ser apresentadas por quaisquer membros e constituir-se-ão de:

I - resolução - quando se tratar de deliberação vinculada a sua

competência específica;

II - recomendação - quando se tratar de manifestação sobre implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área da cultura;

III - proposição - quando se tratar de matéria a ser encaminhada ao Poder Legislativo;

IV - moção - quando se tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público e/ou à sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa.

§ 1º As resoluções, proposições e recomendações serão encaminhadas à Diretoria do CMPC, que as colocará na pauta para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pela Plenária.

§ 2º As resoluções, proposições, recomendações e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria do CMPC corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

§ 3º As moções independem de apreciação por outras instâncias do Conselho, devendo ser votadas na reunião plenária quando tempestivamente apresentadas. Na ausência de quórum ou tempo hábil para apreciação, serão votadas, na reunião subsequente do CMPC.

Art. 23 - Matéria vencida não voltará a debate, no mesmo período de sessões, salvo se forem aduzidos novos elementos de juízo, apresentados por 1/3 (um terço) dos membros do conselho.

Art. 24 - Ao Conselheiro suplente que não esteja no exercício da titularidade, é facultada a participação nas sessões plenárias, sem direito a voto, mas com direito a voz.

Art. 25 - A indicação para substituição de membros titulares ou suplentes pela instituição pública será homologada pelos Conselheiros na assembleia subsequente à saída do Conselheiro a ser substituído.

Art. 26 - A participação dos membros no CMPC é considerada prestação de serviço de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 27 - Poderão ser convidadas, pelo Plenário do CMPC, para participarem de reuniões temáticas, somente com direito a voz, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise.

Parágrafo único - A presença de pessoas convidadas não será computada para efeito de quórum das reuniões do CMPC.

Art. 28 - As reuniões ordinárias terão suas pautas encaminhadas pela Diretoria do Conselho, respeitando determinações e sugestões estabelecidas em reuniões anteriores, delas constando:

I- Abertura de Sessão;

II- Apresentação de novos conselheiros;

III- Aprovação da ata da reunião anterior;

IV- Apresentação da ordem do dia e eventuais encaminhamentos à mesa de pedido de inversão de pauta, retirada de matérias, requerimentos de urgência e propostas de moção e de recomendação, dando conhecimento imediato ao Plenário;

V- Discussão e votação das matérias da ordem do dia;

VI- Apresentação de informes;

VII- Encerramento.

Parágrafo único - A inversão de pauta dependerá de aprovação por maioria simples dos conselheiros presentes.

Art. 29 - A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer

à seguinte ordem:

I - O Presidente apresentará o item incluído na Ordem do Dia e dará a palavra ao relator da matéria, que apresentará seu parecer oral ou escrito;

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer conselheiro manifestar-se a respeito, escrita ou oralmente;

III - encerrada a discussão, verificar-se-á a solicitação de pedidos de vista, e, não havendo, o Plenário votará a matéria.

§1º A manifestação de que trata o inciso II terá o tempo de sua exposição definida a critério do Presidente.

§2º Serão permitidos apartes durante as discussões, desde que concedidos pelo orador, descontados de seu tempo e vedadas às discussões paralelas.

§3º Encerrados os debates, não será permitido o uso da palavra, exceto para encaminhamento da votação.

§4º A abstenção ou voto em branco não altera o quórum.

§5º A votação será nominal quando solicitada pela maioria simples dos conselheiros, com o representante declarando apenas seu nome completo e seu voto.

§6º Realizada a votação, qualquer conselheiro poderá apresentar declaração de voto cujo teor será registrado em ata.

§7º O conselheiro poderá declarar-se impedido de participar da discussão e votação sendo, neste caso, computada sua presença para efeito de quórum.

Art. 30 - É facultado a qualquer conselheiro, com direito a voto, requerer vista, devidamente justificada, de matéria não julgada.

§ 1º O pedido de vistas por parte de um conselheiro implica na re-discussão da questão em debate, o que poderá ocorrer na mesma reunião ou em qualquer reunião subsequente do CMPC;

§ 2º O parecer relativo à matéria objeto de pedido de vista deverá ser encaminhado à Diretoria do CMPC no prazo estabelecido pelo Presidente.

§ 3º Quando mais de um conselheiro pedir vista, o prazo para apresentação dos pareceres correrá simultaneamente.

§ 4º É intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta depois de iniciada a votação da matéria.

§ 5º As matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

§ 6º A matéria poderá ser retirada de pauta, por pedido de vista, somente uma única vez.

§ 7º A matéria objeto de pedido de vista constará da pauta da reunião subsequente, independentemente da apresentação do respectivo parecer no prazo estipulado.

Art. 31 - As resoluções, moções, proposições e recomendações aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente serão disponibilizadas ao público no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, bem como poderão ser divulgadas em qualquer outro meio, a critério da plenária ou da diretoria do CMPC;

Parágrafo único - O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a divulgação de qualquer matéria aprovada, desde que

constatados equívocos, infração a normas jurídicas ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emenda devidamente justificada.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta de conselheiros e aprovado pelo Plenário, com aprovação de dois terços dos membros do CMPC.

Art. 33 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Presidente do CMPC, ouvido o Plenário.

Art. 34 - Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passo de Torres em 22 de setembro de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 22 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 109/2014

DECRETO Nº. 109, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"NOMEIA GABRIEL PEREIRA CRAVO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Gabriel Pereira Cravo para exercer o cargo de Chefe de Departamento da Pesca - DAS 4, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 22 de setembro de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 110/2014

DECRETO Nº. 110, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

"EXONERA À PEDIDO CASSIO ROBERTO ROCHA WITT, DO CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Cassio Roberto Rocha Witt, do cargo de Assessor de Coordenação e Planejamento, DAS 2.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 25 de setembro de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### Lei Nº 955/2014

LEI Nº 955, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

"INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ - AB, instituído pelo Ministério da Saúde - SUS, pela portaria nº 1.654 de 19 de Julho de 2011, visando a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica em saúde, homologado pela portaria nº 2.812 de 29 de Novembro de 2011.

Artigo 2º - O incentivo não Tributário do PMAQ somente perdurará enquanto existir, na esfera Federal, o programa de repasse de recursos para o Município que atendam especificamente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, aplicados a Estratégia de Saúde da Família, nos termos da Portaria expedida Ministério da Saúde, bem como, durante o período de adesão deste Município ao PMAQ.

Artigo 3º - A presente Lei regulamenta o incentivo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ - AB, denominado Componente de Qualidade do Piso da Atenção Básica Variável, especificando sua origem, natureza e destinação.

Artigo 4º - O prêmio variável previsto no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ - AB será repassado pelo Ministério da Saúde ao Município de Passo de Torres, conforme previsto na portaria GM/MS nº 1.654 de 19 de Julho de 2011 e na portaria GM/MS nº 535 de 03 de Abril de 2013.

Artigo 5º - O valor do prêmio incentivo financeiro variável do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ - AB, recebido do Ministério da Saúde será aplicado em despesas de custeio para melhorar o acesso e qualidade dos serviços na atenção básica e em forma de prêmio aos servidores lotados na Estratégia de Saúde da Família - ESF que aderiram ao PMAQ, coordenação das ESFs, técnicos ligados com os programas da Atenção Básica e apoio institucional, conforme alcance de metas relativas aos indicadores de saúde, cujos percentuais serão definidos por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Cabe a cada servidor se envolver e cumprir com as metas planejadas pela equipe e determinadas pelo PMAQ ficando todos cientes que este incentivo poderá mudar conforme o desempenho e as metas alcançadas dos indicadores de saúde realizadas pelas equipes, que posteriores serão avaliadas pelo Ministério da Saúde, determinando assim o incentivo mensal.

§ 2º - O funcionário que estiver afastado de suas funções deixará de receber o incentivo durante o afastamento, com exceção das férias.

Artigo 6º - O pagamento do valor do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ aos servidores será distribuído conforme função e categoria profissional, de acordo com Portaria da Secretaria de Saúde, que regulamentará os critérios de premiação.

Artigo 7º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta dos incentivos provenientes do Ministério da Saúde, creditada em conta própria através do fundo a fundo, e no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 8º - O Prêmio PMAQ-AB, dada a sua não habitualidade e sua natureza jurídica indenizatória, não tem natureza salarial ou remuneratória, não incorpora a remuneração do premiado para nenhum efeito jurídico, não é considerado para efeito de pagamento 13º (décimo terceiro) salário e férias, não constitui base cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde, não configura rendimento tributável ao servidor.

Artigo 9º - Fará jus ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não tributário a todos os servidores, concursados, comissionados ou contratados, desde que vinculados a Estratégia de Saúde da Família e que estejam desempenhando ativamente as atividades inerentes ao PMAQ, conforme Termo Interno de Compromisso (anexo I) e conforme profissionais descritos (anexo II).

§ 1º - Não fará jus ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário o profissional que deixar de comparecer, injustificadamente, as atividades educativas e de planejamento da Equipe de Saúde da Família, o profissional que não comparecer aos trabalhos de equipe, as reuniões de equipe semanais, aos grupos de Atividades Educativas e nas solicitações especifica que por ventura vierem a serem solicitadas.

§ 2º - Não fará jus ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário o profissional que estiver de atestado médico.

§ 3º - Não fará jus ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário o profissional que não comparecer aos trabalhos de equipe, as reuniões de equipe semanais, aos grupos de Atividades Educativas e nas solicitações especifica que por ventura vierem a acontecer.

§ 4º - O profissional que se ausentar para estudos, reuniões, seminários, conferencias ou congressos relacionados a Equipe de Saúde da Família ou PMAQ, devidamente justificado não perderá o direito de recebimento do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ.

§ 5º - O profissional que justificar devidamente sua ausência ou falta não perderá o direito ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ.

§ 6º - O Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário fica condicionado ao repasse dos respectivos valores pelo Ministério da Saúde e será creditada na folha de pagamento do mês subsequente ao repasse.

§ 7º - O Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário que trata esta Lei não será incorporada ao salário dos servidores deste município. Conforme parágrafo único do Art. 1º desta Lei.

§ 8º - Haverá uma comissão (anexo III) que se reunirá mensalmente para avaliar as ausências e as justificativas dos profissionais.

Artigo 10 - O valor do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário para os profissionais de cada Equipe ficará disposto por Unidade de Saúde, conforme (anexo IV desta Lei).

Artigo 11 - O Conselho Municipal de Saúde fará o monitoramento das atividades inerentes do PMAQ, realizadas em cada Unidade de Saúde, a fim de auxiliar no desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as exigências do Ministério da Saúde para fins de avaliação.

Artigo 12 - As regras contidas nesta Lei, e os anexos I, II e III, serão regulamentados por decreto.

Artigo 13 - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

Artigo 14 - Revogam-se às disposições em contrário.

Passo de Torres, 17 de setembro de 2014.  
Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 17 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

Termo de Compromisso para as Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal

A Secretaria Municipal de Saúde de Passo de Torres, juntamente com a Equipe de Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal, considerando as disposições contidas na Portaria GM/MS nº 1.654/2011, que institui o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e na Portaria GM/MS nº 535, de 03 de abril de 2013, que institui as regras para o segundo ciclo do PMAQ, assumem os compromissos específicos do Programa.

O presente Termo de Compromisso tem vigência de 12 meses, a partir da data da publicação desta Lei.

Este documento deverá ser assinado por todos os membros da Equipe e estar sempre disponível para verificação  
A adesão é voluntária de cada profissional.

Prefeitura Municipal de Passo de Torres, 25 de agosto de 2014.

Secretário Municipal de Saúde

Enfermeira Coordenadora - Centro



Enfermeira - Bellatorres

Farmacêutica

Anexo II

Lista de profissionais que farão jus ao Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário.

PROFISSIONAL	OCUPAÇÃO	Unidade de Saúde
Elizangela Coelho Rodrigues	Enfermeira Coordenadora	Centro
Camila da Silva de Matos	Enfermeira	Bella Torres
Angela Matos Raupp	Farmacêutica	Centro

Anexo III

Comissão de Avaliação e Monitoramento do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário do PMAQ

A Comissão de Avaliação e Monitoramento do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário do PMAQ, será formada, por uma equipe de profissionais das Equipes de Saúde da Família, sendo que os integrantes serão as Enfermeiras Coordenadoras das Unidades, a Coordenadora de Equipe e mais um profissional de cada categoria profissional.

A Comissão de Avaliação e Monitoramento do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não tributário do PMAQ se reunirá mensalmente, antes da geração da folha de pagamento, para fins de gerar a lista de beneficiários do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ.

Os profissionais que farão parte da Comissão de Avaliação e Monitoramento do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário serão:

1. Elizangela Coelho Rodrigues - Enfermeira Coordenadora da Equipe
2. Camila da Silva de Matos - Enfermeira da Bella Torres
3. Angela Matos Raupp - Farmacêutica do Centro

Esta Comissão terá funcionalidade no período de 12 meses.

Anexo IV

Tabela de valores do Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário do PMAQ

O Prêmio Incentivo Financeiro Variável do PMAQ não Tributário do PMAQ será dividido entre as Equipes de Saúde da Família (ESF) e distribuído da seguinte forma:

1. Quadro Geral:

Ocupação	Valor Unitário R\$	Qtidade.	Valor Total R\$
Enfermeira Coordenadora	390,00	1	390,00
Enfermeira	195,00	1	195,00
Farmacêutica	195,00	1	195,00
TOTAL			780,00

## LEI Nº 956/2014

LEI Nº 956, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

"ALTERA A LEI 952 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Artigo 1º - Fica alterado o nível 2 do grupo I de Atividade de Nível Superior do anexo I, que passa a vigorar conforme anexo I desta lei.

Artigo 2º - Fica alterado o Nível 2 do grupo I de Atividade de Nível Superior do anexo II, que passa a vigorar conforme anexo II desta lei.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Passo de Torres, 17 de setembro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria municipal de Administração e Finanças, em 17 de setembro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

NÍVEL	AMPLITUDE DE REFERENCIA	VENCIMENTO	CARGO
2	A	2.500,00	ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO

# Penha

## PREFEITURA

### **Pp51/2014 - Pmp - Deserta**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº88/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - PMP

Objeto:AQUISIÇÃO DE PALLETS DUPLA FACE E CONTENTORES DE PLÁSTICO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA/SC.

NÃO COMPARECEU NENHUMA EMPRESA PARA PARTICIPAR DESTA CERTAME, RESTANDO DESERTA.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231.Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 02 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo Nº 414/2014 - Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 414/2014 AO CONTRATO Nº144/2014 PMP

Contratado (A) BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA, fica alterada a carga horária de 30 (trinta) horas para 40 (quarenta) horas semanais, com início em 01/10/2014 e término em 19/12/2014.

Penha/SC, 01 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2103/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2103/2014

NOMEIA a Sra. JANAINA ANDRIETTI PINTO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE VIGILANCIA SANITARIA I, do Departamento de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saude, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 01 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 222/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 222/2014

ALTERA: A pedido, a carga horária do funcionário FABIO GARDIOLI DE CARVALHO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/10/2014 a 19/12/2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 01 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 223/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 223/2014

DESIGNAR: o funcionário efetivo FABIO GARDIOLI DE CARVALHO, ocupante do cargo de Professor III, para responder por atribuição específica- coordenador de Medidas Sócio-Educativas - percebendo um adicional de função no percentual de 50% sobre seus vencimentos, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 01 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido oTermo Aditivo nº364/2014Contratonº 342/2013 - PMP, firmado entre a Sra. ADRIANA CORREA BONELA e esta PREFEITURA, em 06 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 01 de outubro 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **Contrato Nº 415/2014 Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 415/2014 - RH/PMP

Contratado (A): ADRIANA CORREA BONELA, na função de servente/merendeira, início em 02/10/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2104/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2104/2014

NOMEIA o Sr. LEANDRO GALUTTI LUGLI, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO I, do Departamento Fiscalização e Cadastro, da Secretaria Municipal da Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 01 de outubro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

**Portaria Nº 321, de 30 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA INTERINAMENTE PARA A PASTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a concessão de férias ao Secretário da pasta da Secretaria de Administração, Eder Farina,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear interinamente GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 437.589.839-91, residente e domiciliada em Pinheiro Preto, para o cargo de SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO, exercendo, de forma cumulada, o cargo de Secretária da Educação.

Parágrafo único. A acumulação das pastas não poderá estender-se aos subsídios.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 30 de outubro de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA INTERINAMENTE PARA A PASTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a concessão de férias ao Secretário da pasta da Secretaria de Administração, Eder Farina,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear interinamente GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 437.589.839-91, residente e domiciliada em Pinheiro Preto, para o cargo de SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO, exercendo, de forma cumulada, o cargo de Secretária da Educação.

Parágrafo único. A acumulação das pastas não poderá estender-se aos subsídios.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 30 de outubro de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.077, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.077, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666/1993.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso XL, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei n. 8.666/1993,

**DECRETA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**CAPÍTULO II****DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Art. 4º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar o registro de preços no Portal de Compras do Município;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado

realizadas pelos órgãos e entidades participantes;  
V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;  
VI - realizar o procedimento licitatório;  
VII - gerenciar a ata de registro de preços;  
VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;  
IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e  
X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.  
Parágrafo único. A ata de registro de preços, disponibilizada no Portal de Compras do Governo Municipal, poderá ser assinada por certificação digital.

### CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### CAPÍTULO IV DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

Parágrafo Único. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e

contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

Parágrafo único. A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Art. 9º Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

### CAPÍTULO V DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

§ 4º O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens

ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame. Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

## CAPÍTULO VI

### DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

## CAPÍTULO VII

### DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

## CAPÍTULO VIII

### DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º É facultada a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal e de Consórcio Público Municipal.

## CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23. As atas de registro de preços vigentes, decorrentes de certames realizados sob a vigência do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Art. 24. Até a completa adequação do Portal de Compras Municipal, o órgão gerenciador deverá:

I - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e

II - providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

Art. 25. Até a completa adequação do Portal de Compras do Município, a ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
26 de setembro de 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial N.º 043/2014 - Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 043/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 093/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 15/10/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 15/10/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 01 de Outubro de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2014 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2014 TERMO DE ANULAÇÃO TOTAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 001/2014

TERMO DE ANULAÇÃO TOTAL

OBJETO: COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 17 (DEZESSETE) ANOS, DE AMBOS OS SEXOS, QUE POR ALGUM MOTIVO FORAM AFASTADAS DO CONVÍVIO FAMILIAR POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO EM 22 DE AGOSTO DE 2014.

Atendendo aos interesses legais do Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode/SC, declaro TOTALMENTE ANULADA a Licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2014, com base no Parecer Jurídico n.º 191/2014 da Procuradoria Geral do Município, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação.

Ato motivado sob a seguinte justificativa:

☐ PROCESSO LICITATÓRIO ANULADO DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE APROVAÇÃO, PELO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO CONVÊNIO FIRMADO COM A ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM, CONFORME EXIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 39 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 206,



DE 25/05/2011.

Pomerode/SC, 23 de Setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## SAMAE

### **Decisão de Recurso Administrativo Pregão 16/2014**

Assunto: julgamento do recurso administrativo.

Recorrente VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA EPP.

O Pregoeiro responsável pelo processo Licitatório 018/2014 pregoão 16/2014 o recurso interposto intempestivamente pela licitante: VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA EPP. No dia 15/09/2014 foi realizada a sessão pública, conforme rege a lei 10520/2002 e o presente edital a licitante recorrente foi oportunizada no momento oportuno na sessão pública a manifestar-se a cerca da intenção de interpor recurso sendo que a mesma não manifestou-se.

Em face de todos os documentos que compõem o processo o presente recurso torna-se intempestivo conforme Art. 4º A fase externa do pregoão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: inciso XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

Diante da clareza dos fatos o que caracteriza a preclusão do direito de interposição de recurso, reforçado pelo parecer jurídico anexo aos autos resolve não apreciar o recurso e encaminhar para a autoridade competente para adjudicação e homologação.

CHARLES HENRIQUE SCHUSTER

Pregoeiro Oficial

### **DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO 16/2014**

Assunto: julgamento do recurso administrativo.

Recorrente SAY MULLER SERVIÇOS LTDA.

O Pregoeiro responsável pelo processo Licitatório 018/2014 pregoão 16/2014 vem julgar o recurso interposto tempestivamente pela licitante SAY MULLER SERVIÇOS LTDA, contra a habilitação da licitante: VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA EPP.

No dia 15/09/2014 foi realizada a sessão pública, conforme rege a lei 10520/2002 e o presente edital a licitante recorrente manifestou a intenção de interpor recurso sendo lhe assegurado três dias para apresentar suas razões as quais foram protocoladas ao SAMAE no dia 18/09/2014 conforme consta nos autos, oportunizando imediatamente a Licitante VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA EPP vista do recurso para manifestar suas contra razões com igual prazo de três dias úteis.

Alega a recorrente:

Integra: O objeto do edital faz previsão de contratação de serviços de locação de caminhão compactador, assim como caminhão equipado com baú. Existem "n" serviços de locação que podem ser considerados semelhantes, compatíveis em características e quantidades prazos como requerido pela administração do SAMAE de Pomerode. No entanto, a empresa melhor classificada apresentou para certame, atestado de qualificação técnica comprovando a execução de serviços de coleta do lixo domiciliar convencional na área urbana, coleta seletiva do lixo reciclável na área urbana, destinação final de resíduos coletados em aterro sanitário licenciado, varrição de ruas", sendo que durante a execução dos serviços

forneceu "caminhões compactadores de lixo, caminhões baú para coleta seletiva, retroescavadeira, trator de esteira, escavadeira hidráulica, caminhão basculante, motoristas, garis, varredores(as), ajudantes gerais, supervisores, engenheiro civil e outros profissionais na execução dos serviços".

Ou seja, de semelhança atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazo com objeto da licitação nada apresentam.

O pregoeiro não entendeu acertadas as razões do recurso posto que:

No seu entendimento saliente-se primeiramente que o objeto da licitação é OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CAMINHÃO EQUIPADO COM BAÚ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA, DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA:

Ou seja fica claro que mesmo não sendo idêntico à semelhança no objeto ora pleiteado caracteriza a qualificação técnica exigida, pois a mesma forneceu caminhão compactador de lixo para execução dos serviços. Ressaltamos ainda que conforme entendimento jurídico anexo aos autos onde traz o seguinte texto: "Deste modo, o fato alegado pela recorrente, de que a empresa melhor qualificada não comprovou qualificação técnica para alugar caminhões a meu ver não deve ser aceito como motivo para eventual inabilitação. Isto porque, a empresa melhor qualificada demonstrou ter capacidade de cumprir até mesmo além do objeto da licitação, um a vez que comprovou ter capacidade técnica para efetivamente prestar o serviço licitado e não apenas alugar bens de sua propriedade". Saliente-se que essa experiência prévia não precisa ser idêntica à do objeto que se pretende licitar, conforme leciona Marçal Justen Filho (2010, p.441):

"Em primeiro lugar, não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço exatamente idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado - a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto".

Deve-se atentar sempre para que as exigências de qualificação técnica não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame. Outro não é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b):

"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (Grifo nosso). Considerações finais

Por fim conforme exposto acima declaro habilitada a empresa VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA EPP e submeto a autoridade competente para adjudicação e homologação.

Pomerode 29/09/2014

CHARLES HENRIQUE SCHUSTER

Pregoeiro Oficial

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### Decreto 574/2014

DECRETO Nº 574/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora MIRIAN SALETE CARNIEL MORANDI matrícula 5767 ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 575/2014

DECRETO Nº 575/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora ROSENILDA MONTEIRO matrícula 1563 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 576/2014

DECRETO Nº 576/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora Fernanda de Oliveira Justen assumiu as aulas da servidora Juceli Caliar, a qual, esta em licença maternidade.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SAIONARA DALLALIBERA, matrícula 6183, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 577/2014

DECRETO Nº 577/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora Juceli Cagliari esta em licença maternidade.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. FERNANDA DE OLIVEIRA JUSTEN, matrícula 6209, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de setembro de 2014.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 578/2014**

DECRETO Nº 578/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA - SAMU”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que o servidor RONALDO ASSOLINI matrícula 1570 ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, passará a exercer suas atividades no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 579/2014**

DECRETO Nº 579/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MAIELI APARECIDA LAMP, Matrícula 5930, ocupante do cargo de MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 (sessenta) dias, a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **ATA 2014**

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE ATAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 001/2014

PROCESSO Nº. 084/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: JOCELIA BORSATTI BORGES DA CRUZ ME

CNPJ: 10.604.006/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FRETADO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO RURAL.

ITENS REGISTRADOS: item 02

VALOR DA ATA: R\$17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 ( DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 002/2014

PROCESSO Nº. 084/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: TRANSPORTES RCST LTDA ME

CNPJ: 13.471.910/0001-02

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FRETADO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO RURAL.

ITENS REGISTRADOS: item 01

VALOR DA ATA: R\$64.620,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 ( DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 003/2014

PROCESSO Nº. 083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: IRMÃOS DE GREGORI LTDA EPP

CNPJ: 83.426.882/0002-60

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar.

ITENS REGISTRADOS: 04, 09,14, 16, 44, 45, 48 e 61.

VALOR DA ATA: R\$83.907,00 (oitenta e três mil novecentos e sete reais).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº004/2014

PROCESSO Nº. 083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar.

ITENS REGISTRADOS: 02, 03, 06, 07, 08, 10, 13, 15, 17, 19, 20, 22, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 49, 50,52, 53, 56, 58, 64, 65, 67, 68, 69 e 70.

VALOR DA ATA: R\$93.794,10 (noventa e três mil setecentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 05( CINCO) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº005/2014

PROCESSO Nº. 083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME

CNPJ: 11.340.804/0001-56

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar.

ITENS REGISTRADOS: 11, 18, 23, 25, 41, 43, 46, 51 e 57.

VALOR DA ATA: R\$85.057,00 (oitenta e cinco mil e cinquenta e sete reais).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 05 ( CINCO) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº006/2014

PROCESSO Nº. 083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

FORNECEDOR: NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar.

ITENS REGISTRADOS: 01, 05, 12, 21, 24, 31, 37, 38, 39, 47, 54, 55, 59, 60, 62, 63 e 66.

VALOR DA ATA: R\$82.731,00 (oitenta e dois mil setecentos e trinta e um reais).

VIGÊNCIA: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 05 ( CINCO) MESES

PONTE SERRADA, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Extrato da Publicação Nº 001/2014

Extrato da publicação

Auto de Infração Ambiental: FAMAP nº 24/2014 e 28/2014

Data da Infração: 30/06/2014

Autuado: João José Pistum Filho

CPF: 429.249.609-91

Decisão da avaliação do auto: Manter o Auto de Infração Ambiental e multa

Decisão sobre o embargo de obra ou atividade: Manter o embargo

Decisão sobre a demolição de obra: Manter a demolição

Observações: Construção de muro em Unidade de Conservação.

# Porto União

## PREFEITURA

### Decreto Nº 544/2014

DECRETO Nº 544, de 23 de setembro de 2014.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

#### DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. OSNI JOSÉ BORGES DE CAMARGO, portador do RG nº 3.991.635 SSP/SC e CPF nº 020.205.289-32, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

### Decreto Nº 546/2014

DECRETO Nº 546, de 30 de setembro de 2014.

Dispõe sobre Junta Médica Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 e suas alterações, e na Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995 e suas alterações,

CONSIDERANDO o Art. 292, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, que trata sobre os exames de sanidade física e mental e a Portaria nº 023, de 01 de junho de 2011, que nomeia Médico Perito Oficial do Trabalho no Município;

CONSIDERANDO o atestado médico que sugere a redução de carga horária para a Servidora Odete Sass Fraga,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Junta Médica Especial, formada pelo Dr. Alberto Aurélio Possenato, Médico Perito Oficial do Trabalho do Município, Dr. Juliano Hassan, Médico Clínico Geral e Dr. Adriano Reus Darin de Araújo, Médico Ortopedista, para avaliar a integridade física e aptidão laboral da servidora Odete Sass Fraga.

Art. 2º Ficam à disposição da Junta Médica Especial os atestados

médicos da Senhora Odete Sass Fraga.

Art. 3º Para que não haja dúvidas na confecção do laudo final, caso necessário, a Junta Médica poderá requisitar novos exames a fim de esclarecer a existência de incapacidade física da Senhora Odete Sass Fraga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 112/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 112/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de mão de obra e fornecimento/aquisição de materiais elétricos, para a conclusão da obra de reforma parcial da Unidade Sanitária do Município de Presidente Castello Branco (SC), aplicada a etapa 01 da reforma parcial.
VALOR:	R\$ 23.202,83 (vinte e três mil, duzentos e dois reais, com oitenta e três centavos).
VIGÊNCIA:	11/08/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### 5º E 6º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 309/2013

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013 firmado em 11/10/2013, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILMA LUCIA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 719.097.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NILMA LUCIA DOS SANTOS

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013 firmado em 11/10/2013, com término previsto para 05/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILMA LUCIA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 719.097.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NILMA LUCIA DOS SANTOS

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

### 4º, 5º E 6º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 304/2013

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013 firmado em 19/09/2013, com término previsto para 30/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUTHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 045.092.449-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário de Administração Interino

LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013 firmado em 19/09/2013, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 045.092.449-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LINDONESI APARECIDA PAIXAO DOS SAN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013 firmado em 19/09/2013, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 045.092.449-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LINDONESI APARECIDA PAIXAO DOS SAN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

## 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 264/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 264/2014 firmado em 14/03/2014, com término previsto para 16/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONINA APARECIDA FERNANDES portador(a) do CPF nº 981.712.599-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 264/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 264/2014, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

IVONINA APARECIDA FERNANDES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

## 7º E 8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 314/2013

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013 firmado em 22/10/2013, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CELITA APARECIDA DO AMARAL portador(a) do CPF nº 052.193.989-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 314/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se



refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

CELITA APARECIDA DO AMARAL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013 firmado em 22/10/2013, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CELITA APARECIDA DO AMARAL portador(a) do CPF nº 052.193.989-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 314/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

CELITA APARECIDA DO AMARAL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

## **2º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 290/2013**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013 firmado em 30/08/2013, com término previsto para 01/11/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS portador(a) do CPF nº 043.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2013, iniciando-se a prorrogação em 02/11/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/11/2013.  
GIVANILDO SILVA ANA CRISTINA MATTOS  
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

## **3º E 4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 233/2014**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DAS NEVES PEREIRA portador(a) do CPF nº 623.222.579-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA MARIA DAS NEVES PEREIRA  
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DAS NEVES PEREIRA portador(a) do CPF nº 623.222.579-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA DAS NEVES PEREIRA

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

**Contrato Administrativo Nº 343/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 343/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI, portador(a) do CPF nº 292.729.809-25, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Exp. Nardelli, nº 269 – Bairro Centro – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor – Geografia, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Daniel Maschio e CE Guilherme Butzke, em substituição a Silvio Tobias Brandalize, que está em Licença para tratamento de saúde. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,59 (mil novecentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 01/10/2014 e encerrando-se em 31/10/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI

Contratado (a)

**3º E 4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 283/2014**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014 firmado em 31/03/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA DOLZAN portador(a) do CPF nº 803.055.639-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e

encerrando-se em 05/09/2014.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA DOLZAN

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014 firmado em 31/03/2014, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA DOLZAN portador(a) do CPF nº 803.055.639-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA DOLZAN

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

### **3º E 4º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 274/2014**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA portador(a) do CPF nº 657.139.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA portador(a) do CPF nº 657.139.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.

#### Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA

Contratado(a)

#### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

**2º, 3º E 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 287/2014**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014 firmado em 01/04/2014, com término previsto para 04/06/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA PARMA ERHARDT portador(a) do CPF nº 084.591.329-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 287/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIANA PARMA ERHARDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014 firmado em 01/04/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA PARMA ERHARDT portador(a) do CPF nº 084.591.329-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 287/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIANA PARMA ERHARDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014 firmado em 01/04/2014, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA PARMA ERHARDT portador(a) do CPF nº 084.591.329-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 287/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIANA PARMA ERHARDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

**Portaria N. 1042/RH**

PORTARIA N. 1042/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 105 a 112, dos autos do Processo Administrativo n. 007/2013, instaurado pela Portaria n. 1451/RH de 04 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de dezembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 116 a 117 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, à empresa Gaertner Obra e Engenharia Ltda. 0 EPP, com base no Art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/93 a Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) ano e também declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **Portaria N. 1041/RH**

PORTARIA N. 1041/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 105 a 112, dos autos do Processo Administrativo n. 006/2013, instaurado pela Portaria n. 1450/RH de 04 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de dezembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 114 a 115 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, à empresa Gaertner Obra e Engenharia Ltda. 0 EPP, com base no Art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/93 a Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) ano e também declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **Portaria N. 1026/RH**

PORTARIA N. 1026/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante, de fls. 308 a 329, dos autos do Processo Administrativo n. 001/2013, instaurada pela Portaria n. 1101/RH de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de setembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 331 e 332 dos mesmos autos, no

que tange à apuração e comprovação dos fatos,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar que a Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente mantenha um acompanhamento completo de cada obra, devendo toda a documentação estar arquivada em protocolo e que, quando necessário, implemente contrato de gerenciamento de obra.

Art. 2º. Determinar que o Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração elabore um Manual de Licitações e Contratos de Obras Públicas.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

#### **Portaria N. 1039/RH**

PORTARIA N. 1039/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 114 a 121, dos autos do Processo Administrativo n. 005/2013, instaurado pela Portaria n. 1449/RH de 04 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de dezembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 123 a 124 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, à empresa Gaertner Obra e Engenharia Ltda. 0 EPP, com base no Art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/93 a Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) ano e também declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**7º E 8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 287/2013**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013 firmado em 22/08/2013, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE ROCHA DA SILVA portador(a) do CPF nº 051.844.809-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLISE ROCHA DA SILVA

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013 firmado em 22/08/2013, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE ROCHA DA SILVA portador(a) do CPF nº 051.844.809-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLISE ROCHA DA SILVA

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

**Ata de Abertura da Tomada de Preços 123/2014**

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder julgamento de recurso proposta técnica da Tomada de Preços nº. 123/2014, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Augusto Fenski, Bairro Rainha em Rio do Sul.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às nove horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de licitações, nomeados pelo Decreto nº. 3766 de 10 de dezembro de 2013, Srs. Carlos Alberto Luithardt, Marco Aurélio Ferrari e Marcon Kleinhempel, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Marco Aurélio Ferrari, para secretariar os trabalhos.

CONSIDERANDO, que a empresa PRÓ-MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, através do protocolo nº 149689/2014, solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando que apresentou todos os certificados exigidos pelo Edital.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando a apresentação do recurso, não há como prosperar visto que o critério analisado é a apresentação de Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins, e o recorrente somente apresentou currículos dos profissionais e não anexando os certificados.

CONSIDERANDO, que a empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, através do protocolo nº 149743/2014, solicita revisão da sua pontuação relativa a Atestado de Capacidade Técnica, afirma que apresentou um total de 14 (catorze) atestados e solicita a pontuação máxima. Também solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando apresentou mais de 20 certificados de conclusão de cursos da equipe multidisciplinar. Na questão do engenheiro agrônomo, nesse sentido a recorrente até superou a previsão, apresentando um engenheiro ambiental, onde seu requisito é muito mais amplo.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando o recurso relativo ao critério de Atestado de Capacidade Técnica, observou que a requerente apresentou 08 (oito) atestado e não os 06 (seis) anteriormente julgados. Os demais Atestados apresentados estão a ser concluído, conforme o solicitado no Edital que exige data de início e término do trabalho realizado. Ao requisito Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, o requerente zerou pelo fato que não apresentou a formação da Equipe Multidisciplinar, conforme solicita o Termo de Referência no seu item 8, faltando o Engenheiro Agrônomo, e este não poderá ser substituído, mesmo que seja de categoria superior, fato que prejudicaria outros participantes na igualdade de critério.

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do



juízo objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);" (grifei)

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);" (grifei)

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai ao encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo: "As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. min. José Delgado)" (grifei).

Desta forma, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, decidir abaixo as pontuações dos participantes, sendo: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 15 (quinze) pontos, totalizando 40 (quarenta) pontos. PRO MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 05 (cinco) pontos, totalizando 30 (trinta) pontos. PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, Prova de Aptidão, 11 (onze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, não pontuou, totalizando 21 (vinte e um) pontos. Declara a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, vencedora com a maior pontuação, no que dispõe o item 8.1.8 do Edital e conforme determinação § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação do julgamento a partir da notificação. Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Marco Aurélio Ferrari, \_\_\_\_\_ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. Intimem-se as partes.

Publica-se no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Carlos Alberto Luithardt  
Presidente

Marco Aurélio Ferrari  
Membro

Marcon Kleinhempel  
Membro

## Ata de Abertura da Tomada de Preços 124/2014

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder julgamento de recurso proposta técnica da Tomada de Preços nº. 124/2014, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Marcolino Martinho Felipe, Bairro Barra do Trombudo em Rio do Sul.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dez horas reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de licitações, nomeados pelo Decreto nº. 3766 de 10 de dezembro de 2013, Srs. Carlos Alberto Luithardt, Marco Aurélio Ferrari e Marcon Kleinhempel, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Marco Aurélio Ferrari, para secretariar os trabalhos.

CONSIDERANDO, que a empresa PRÓ-MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, através do protocolo nº 149689/2014, solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando que apresentou todos os certificados exigidos pelo Edital.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando a apresentação do recurso, não há como prosperar visto que o critério analisado é a apresentação de Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins, e o recorrente somente apresentou currículos dos profissionais e não anexando os certificados.

CONSIDERANDO, que a empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, através do protocolo nº 149746/2014, solicita revisão da sua pontuação relativa a Atestado de Capacidade Técnica, afirma que apresentou um total de 14 (catorze) atestados e solicita a pontuação máxima. Também solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando apresentou mais de 20 certificados de conclusão de cursos da equipe multidisciplinar. Na questão do engenheiro agrônomo, nesse sentido a recorrente até superou a previsão, apresentando um engenheiro ambiental, onde seu requisito é muito mais amplo.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando o recurso relativo ao critério de Atestado de Capacidade Técnica, observou que a requerente apresentou 08 (oito) atestado e não os 06 (seis) anteriormente julgados. Os demais Atestados apresentados estão a ser concluído, conforme o solicitado no Edital que exige data de início e término do trabalho realizado. Ao requisito Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, o requerente zerou pelo fato que não apresentou a formação da Equipe Multidisciplinar, conforme solicita o Termo de Referência no seu item 8, faltando o Engenheiro Agrônomo, e este não poderá ser substituído, mesmo que seja de categoria superior, fato que prejudicaria outros participantes na igualdade de critério.

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);" (grifei)

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a

Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);" (grifei)

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai ao encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo: "As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. min. José Delgado)" (grifei).

Desta forma, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, decidir abaixo as pontuações dos participantes, sendo: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 15 (quinze) pontos, totalizando 40 (quarenta) pontos. PRO MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 05 (cinco) pontos, totalizando 30 (trinta) pontos. PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, Prova de Aptidão, 11 (onze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, não pontuou, totalizando 21 (vinte e um) pontos. COMVIVER EDUCAR, SOCIALIZAR e URBANIZAR LTDA, Prova de Aptidão, 05 (cinco) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, não pontuou, Certificados de Conclusão de Cursos, 10 (dez) pontos, totalizando 15 (quinze) pontos. Declara a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, vencedora com a maior pontuação, no que dispõe o item 8.1.8 do Edital e conforme determinação § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação do julgamento a partir da notificação. Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Marco Aurélio Ferrari, \_\_\_\_\_ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. Intimem-se as partes.

Publica-se no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Carlos Alberto Luithardt  
Presidente

Marco Aurélio Ferrari  
Membro

Marcon Kleinhempel  
Membro

### Ata da Tomada de Preços 125/2014-FMAS

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder julgamento de recurso proposta técnica da Tomada de Preços nº. 125/2014, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Ataíde Generoso Fernandes "Marajó", Bairro Progresso em Rio do Sul.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze,

às onze horas reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de licitações, nomeados pelo Decreto nº. 3766 de 10 de dezembro de 2013, Srs. Carlos Alberto Luithardt, Marco Aurélio Ferrari e Marcon Kleinhempel, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Marco Aurélio Ferrari, para secretariar os trabalhos.

CONSIDERANDO, que a empresa PRÓ-MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, através do protocolo nº 149689/2014, solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando que apresentou todos os certificados exigidos pelo Edital.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando a apresentação do recurso, não há como prosperar visto que o critério analisado é a apresentação de Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins, e o recorrente somente apresentou currículos dos profissionais e não anexando os certificados.

CONSIDERANDO, que a empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, através do protocolo nº 149744/2014, solicita revisão da sua pontuação relativa a Atestado de Capacidade Técnica, afirma que apresentou um total de 14 (catorze) atestados e solicita a pontuação máxima. Também solicita revisão da sua pontuação no requisito do Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, afirmando apresentou mais de 20 certificados de conclusão de cursos da equipe multidisciplinar. Na questão do engenheiro agrônomo, nesse sentido a recorrente até superou a previsão, apresentando um engenheiro ambiental, onde seu requisito é muito mais amplo.

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitações, analisando o recurso relativo ao critério de Atestado de Capacidade Técnica, observou que a requerente apresentou 08 (oito) atestado e não os 06 (seis) anteriormente julgados. Os demais Atestados apresentados estão a ser concluído, conforme o solicitado no Edital que exige data de início e término do trabalho realizado. Ao requisito Certificado de Conclusão de Cursos em Áreas Afins dos Profissionais que Compõem a Equipe Multidisciplinar, o requerente zerou pelo fato que não apresentou a formação da Equipe Multidisciplinar, conforme solicita o Termo de Referência no seu item 8, faltando o Engenheiro Agrônomo, e este não poderá ser substituído, mesmo que seja de categoria superior, fato que prejudicaria outros participantes na igualdade de critério.

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);" (grifei)

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);" (grifei)

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai ao

encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo: "As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. min. José Delgado)" (grifei).

Desta forma, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, decidir abaixo as pontuações dos participantes, sendo: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 15 (quinze) pontos, totalizando 40 (quarenta) pontos. PRO MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO, Prova de Aptidão, 15 (quinze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, 05 (cinco) pontos, totalizando 30 (trinta) pontos. PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA, Prova de Aptidão, 11 (onze) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, 10 (dez) pontos, Certificados de Conclusão de Cursos, não pontuou, totalizando 21 (vinte e um) pontos. COMVIVER EDUCAR, SOCIALIZAR e URBANIZAR LTDA, Prova de Aptidão, 05 (cinco) pontos, Declaração de Disponibilidade de Profissionais, não pontuou, Certificados de Conclusão de Cursos, 10 (dez) pontos, totalizando 15 (quinze) pontos. Declara a empresa ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP, vencedora com a maior pontuação, no que dispõe o item 8.1.8 do Edital e conforme determinação § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, estabelece o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação do julgamento a partir da notificação. Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Marco Aurélio Ferrari, \_\_\_\_\_ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. Intimem-se as partes.

Publica-se no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Carlos Alberto Luithardt  
Presidente

Marco Aurélio Ferrari  
Membro

Marcon Kleinhempel  
Membro

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Resultado de Licitação 80/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 80/2014

Objeto: Execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto, com área de 3.167,10 m². -Drenagem pluvial, bocas de lobo, meio-fio, placas de sinalização e calçadas em concreto com rampa de acessibilidade na Rua Antonio Alberto Trajano na cidade de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro.

Empresa Vencedora: CONCRETUBOS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA – EPP.

CNPJ: 07.323.544/0001-33

TOTAL: R\$ 318.253,50(Trezentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0685/2014

DECRETO Nº 0685, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-  
GENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 2º, da Lei Municipal 3.285/13 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplemen-  
tar no valor de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) no  
orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-  
AGRI

(389) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. PJ  
R\$ 2.000,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histó-  
rico, Artístico, Material e Imaterial

(8) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 – Material de Consumo R\$ 520,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aber-  
to, serão utilizados como fonte de recursos as anulações das se-  
guintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-  
AGRI

(388) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 – Locação de Mão-de-obra  
..... R\$ 1.000,00

(392) 3.3.91.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. PJ  
R\$ 850,00

(393) 3.3.91.47.00.00.00.00.0100 – Obrigações Tribut e Contrib  
R\$ 150,00

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histó-  
rico, Artístico, Material e Imaterial

(12) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 – Equipamento e Mat.Perman.  
R\$ 520,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de setembro 2014.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

### Listagem Portarias N º 10/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas  
atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6523, de 29 de setembro de 2014. Retira Gratificação  
de Função – FG3, a partir de 01 de outubro de 2014. Paulo Geral-  
do dos Santos Lima. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 6524, de 29 de setembro de 2014. Revoga Portaria nº  
602/2013, a partir de 01 de outubro de 2014. Irosaleti Bauer de  
Lima. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6527, de 29 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2005/2008, período 01/10/2014 a  
30/10/2014. Heleno Velozo. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6528, de 29 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2005/2008, período 30/10/2014 a  
28/11/2014. Marcio Drevek. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 6529, de 30 de setembro de 2014. Nomeia Coordena-  
dor de Setor de Atenção aos Maus Tratos aos Animais Domésticos,  
a partir de 01 de outubro de 2014. Lucia Novak Schreiner. SEMAN.

Portaria nº 6530, de 30 de setembro de 2014. Nomeia Coordena-  
dor de Serviços Administrativos – Departamento de Trânsito Ur-  
bano, a partir de 01 de outubro de 2014. Agata Schmitt. SEPLU.

Portaria nº 6532, de 30 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2009/2012, período 03/11/2014 a  
02/12/2014. Isolde de Lima Deretti. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 6533, de 30 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período 19/11/2014 a  
18/12/2014. Lindacir Droszczaka. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6534, de 30 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período 03/11/2014 a  
02/12/2014. Antonio Joaquim Tomazini Filho. Médico Clínico Geral.  
SEMUS.

Portaria nº 6535, de 30 de setembro de 2014. Concede Licen-  
ça Prêmio, referente ao triênio 2010/2013, período 10/11/2014 a  
09/12/2014. Monika Regina Wiggers Redlich. Bioquímico. SEMUS.

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.



**Portaria Nº 6525/2014**

PORTARIA Nº 6525, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Autorizar a servidora MARIELLE SACHWEH, ocupante do cargo de Odontopediatra, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

GM/Corsa, placa LZS 2583

GM/Corsa, placa MBI 0423

GM/Corsa, placa MHW 3336  
GM/Celta, placa MMK 1823

GM/Celta, placa MMJ 8823

Fiat/Doblo, placa MFF 1106

Fiat/Doblo, placa MFN 6248

Ford/Fiesta, placa OKF 3715

Ford/Fiesta, placa OKF 3645

VW/Gol, placa MBL 6765

VW/Gol, placa MFQ 9645

VW/Gol, placa MFT 3739

VW/Gol, placa MJS 2989

GM/Montana, placa MJC 4066

Fiat/Palio, placa MGX 5834

Peugeot, placa MJZ 8342

Fiat/Uno, placa MCG 4284

Fiat/Uno, placa MFN 8302

Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2014.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**Portaria Nº 6526/2014**

PORTARIA Nº 6526, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIA ANTONIA FUCKNER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00101/14-0, de 05 anos, 05 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6346, de 26 de setembro de 2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2014.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**Portaria Nº 6531/2014**

PORTARIA Nº 6531, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal COLUTILDE ROHRBACHER GROSSEL, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00034/13-2, de 11 anos, 02 meses e 23 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 6385, de 29 de setembro de 2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2014.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## **Diretrizes Para Matrícula do Ano Letivo de 2015**

### **DIRETRIZES PARA MATRÍCULA DO ANO LETIVO DE 2015**

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições, torna público as diretrizes que fixam datas e critérios para as matrículas/cadastros nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul, para o ano letivo de 2015.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO OBJETO**

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação fixa diretrizes para o procedimento destinado à matrícula e cadastro nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino em São Bento do Sul, para o ano letivo de 2015.

Parágrafo Único - A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de contribuição financeira.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA**

Art. 2º A renovação da matrícula é a confirmação da matrícula para os educandos que estão cursando a Educação Básica em Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino. É de responsabilidade dos pais e ou responsáveis efetuar a confirmação junto à Unidade Escolar.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DA MATRÍCULA**

Art. 3º A matrícula é o ato normativo que inclui o educando no Sistema Municipal de Ensino. É dever dos pais e ou responsáveis legais efetuar a matrícula dos menores nas instituições de ensino.

§ 1º - Para o ingresso na Pré-Escola, a criança deverá ter 4 (quatro) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em curso, não eliminando a possibilidade da matrícula de quem completar 4 anos após esta data, em caráter excepcional.

I - A excepcionalidade do usufruto do direito à matrícula na Pré Escola, de crianças que completarem 4 anos após 31 de março é possível, desde que, avaliada a conveniência pedagógica - a qual será verificada por meio de relatório fornecido pela Unidade Escolar de Educação Infantil em que o aluno frequentou até o momento - e resulte da decisão conjunta dos pais e da escola, devidamente formalizada em Ata assinada pelas partes.

II - A excepcionalidade deve respeitar a existência de vaga e se a demanda for expressiva, respeitar a cronologia de nascimentos.

§ 2º - A matrícula no Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, é obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade.

§ 3º - Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos completos até 31 de março do ano em curso, como limite para a obrigatoriedade da matrícula, não eliminando a possibilidade da matrícula de quem completar 6 anos após esta data, em caráter excepcional.

I - A excepcionalidade do usufruto do direito à matrícula, no Ensino Fundamental, de crianças que completarem 6 anos após 31 de março é possível, desde que, avaliada a conveniência pedagógica - a qual será verificada por meio de relatório fornecido pela Unidade Escolar onde o aluno frequentou a Pré Escola ou por profissional qualificado - e resulte da decisão conjunta dos pais e da escola, devidamente formalizada em Ata assinada pelas partes.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DO CRONOGRAMA**

Art. 4º A renovação das matrículas dar-se-á de 20 a 24 de outubro

de 2014, em horário escolar, quando esta ocorrer para a mesma Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Serão consideradas renovação de matrícula aquelas que ocorrerem entre as etapas nominadas abaixo, entre Unidades Escolares diferentes, desde que dentro da Rede Municipal de Ensino e respeitado o zoneamento entre as UEs. Nestes casos, a renovação dar-se-á de 28 a 31 de outubro de 2014.

a) Do Maternal II para Pré Escola, em Unidades Escolares diversas;

b) Da Pré Escola para o primeiro ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas;

c) Do quinto ano para o sexto ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas.

Art. 5º As matrículas novas para Ensino Fundamental e Pré Escola Parcial, dar-se-ão de 03 a 14 de novembro de 2014, em horário escolar.

Art. 6º Os cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), serão realizados no período de 03 a 14 de novembro de 2014 junto ao Setor de Educação Infantil - Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos necessários conforme disposto no Capítulo V destas Diretrizes, sendo que para efetivação da matrícula será priorizada a renda familiar per capita, da menor para maior.

§ 1º A análise dos cadastros acontecerá de 17 a 21 de novembro de 2014, por Comissão designada para este fim.

§ 2º Após análise dos cadastros, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 044/2011 do Conselho Municipal de Educação, a Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, no período de 24 a 28 de novembro de 2014.

§ 3º Os cadastros que foram efetuados no decorrer do ano de 2014 permanecerão válidos.

§ 4º A partir de 15 de novembro de 2014, os novos cadastros estarão suspensos temporariamente, retornando em 15 de janeiro de 2015.

Art. 7º Os cadastros para Pré Escola e Ensino Fundamental em período integral, serão realizados no período de 03 a 14 de novembro de 2014, na própria Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Após análise dos cadastros pela Comissão Especial de Matrícula, a Direção da Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, no período de 26 a 30 de janeiro de 2015.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 8º Para o cadastro de vaga na Educação Infantil e em período integral, os pais deverão comparecer com os seguintes documentos:

I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da criança (Registro Geral);

II. Cópia de comprovante de residência;

III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;

IV. Cópia do comprovante de renda familiar, incluindo declaração de recebimento de pensão alimentícia, nos casos de pais divorciados ou separados (Anexo II - Resolução/CME nº 056/2014);

V. Declaração de trabalho reconhecida em cartório, para diaristas, pedreiros, ou seja, trabalhadores autônomos, conforme modelo constante no Anexo III da Resolução/CME nº 056/2014;

VI. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais;

VII. Comprovante de pagamento de aluguel.



Art. 9º Para a matrícula no Ensino Fundamental os pais devem comparecer com os seguintes documentos:

- I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da criança (Registro Geral);
- II. Cópia de comprovante de residência;
- III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;
- IV. Atestado de frequência ou histórico escolar para alunos transferidos;
- V. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais.

#### CAPÍTULO VI DAS VAGAS/TURNOS

Art. 10. A Rede Municipal de Ensino oferta vagas nos turnos matutino, vespertino e integral, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Unidade Escolar próxima a residência, respeitando o zoneamento de 3 (três) quilômetros ou mais de distância residência/escola.

§ 1º - A vaga está condicionada ao número de alunos por turma, não sendo garantido o turno - matutino ou vespertino.

§ 2º - A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é ofertada nos períodos matutino, vespertino e noturno, em sede própria.

Art. 11. O número de alunos por classe e ou turma deverão obedecer aos critérios pedagógicos que visam otimização do rendimento e da aprendizagem.

##### I. Educação Infantil:

###### a) Creche:

1. Berçário: 4 meses a 1 ano - 10 a 12 crianças;
2. Maternal I: 1 ano a 2 anos - 12 a 15 crianças;
3. Maternal II: 2 anos e 3 anos - 16 a 18 crianças.

###### b) Pré-Escola:

1. Pré I: 4 anos - 18 a 20 crianças;
2. Pré II: 5 anos - 20 a 25 crianças;
3. Pré Integral - 4 anos a 5 anos - 20 a 25 crianças.

##### II. Ensino Fundamental:

- a) 1º ano: 25 alunos;
- b) 2º ano: 28 alunos;
- c) 3º, 4º e 5º anos: 30 alunos;
- d) 6º, 7º, 8º e 9º anos: 35 alunos;
- e) Período Integral: de 20 a 25 alunos (Turma I: 1º e 2º anos, Turma II: 3º e 4º anos e Turma III: 5º e 6º anos); e
- f) Turmas multisseriadas: 20 alunos.

III. Ensino Fundamental - Educação de Jovens e Adultos as turmas serão organizadas com no mínimo 10 (dez) alunos para os Anos Iniciais e 15 (quinze) alunos para Anos Finais.

Art. 12. Para atender a demanda da matrícula, cada Unidade Escolar da Rede Municipal deverá constituir uma Comissão Especial de Matrícula formada pelo gestor da Unidade Escolar, Coordenador Pedagógico, Especialista em Assuntos Educacionais, 01 (um) ou 02 (dois) professores e 02 (dois) ou 04 (quatro) representantes de pais e ou responsáveis legais que procederão a análise e parecer do cadastro para efetivação da matrícula em período integral e/ou turno de frequência.

Art. 13. Para realizar a análise dos cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), será constituída, por meio de Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação, uma Comissão Especial

para Análise de Cadastros formada por 05 (cinco) representantes de pais e ou responsáveis legais, 05 (cinco) professores, 03 (três) gestores de Unidade Escolar e 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO VII DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 14. A Educação Infantil é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até 03 (três) anos de idade;
- II. Pré-escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- III. Unidades Escolares de Ensino Fundamental, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 15. A ordem de matrícula para educação infantil dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- I. risco social;
- II. encaminhamentos técnicos do Ministério Público;
- III. da menor renda per capita para a maior renda;
- IV. pais e ou responsáveis legais trabalhadores no caso de possuírem atividade informal, estarão sujeitos à visitação de assistente social;
- V. para efetivação da matrícula será observado o zoneamento residencial ou de local de trabalho dos pais ou responsáveis.

Art. 16. A Comissão Especial de Matrícula procederá a análise e parecer do cadastro para efetivação de matrícula em período integral (Pré Escola).

#### CAPÍTULO VIII DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 17. O Ensino Fundamental é gratuito e obrigatório para educandos que completam 6 (seis) anos de idade até o dia 31 de março de 2014.

Art. 18. O ensino fundamental de 9 anos será ofertado em:

- I. Escolas Básicas - ensino fundamental completo anos iniciais e anos finais;
- II. Escolas Básicas - ensino fundamental anos iniciais.

#### CAPÍTULO IX DO ENSINO INTEGRAL

Art. 19. A educação integral é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até três anos de idade;
- II. Pré-Escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 a 5 anos de idade;
- III. Pré-Escolas nas Escolas Básicas, para crianças de 4 a 5 anos de idade, no horário de funcionamento da Unidade;
- IV. Escolas de Período Integral para crianças de 6 a 11 anos, nas Unidades Escolares contempladas pelo programa.

Art. 20. A ordem de matrícula para educação integral dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- a) os Pais ou Responsáveis comprovadamente trabalhando;
- b) a criança deve estar sob guarda legal de um dos pais ou outro parente (avós, tios, etc), ou mesmo com família de apoio ou adotado;
- c) a família que apresentar a menor renda mensal;
- d) a família ou a criança que apresentar algum fator de risco social terá preferência na lista de candidatos;
- e) a criança deverá ter idade inferior a 12 (doze) anos (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Art. 2º). Considerando que a família não

deve permitir a permanência da criança sem acompanhamento, porém, legalmente, o adolescente tem a permissão de permanecer em casa sem acompanhamento dos pais e ou responsáveis;

f) a criança não poderá estudar em outra Unidade Escolar;

g) a criança deverá obrigatoriamente frequentar todas as atividades curriculares e extras curriculares no contra turno, pois não são opcionais e sim parte do modelo escolar escolhido pela família. As referidas atividades no contra turno fazem parte do histórico escolar e terão controle de frequência. Caso a criança cometa faltas constantes sem justificativas (Atestado Médico) perderá a vaga.

#### CAPÍTULO X DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 21. A educação de Jovens e Adultos será ofertada em sede própria.

Parágrafo Único - A matrícula será realizada na secretaria da Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EMEJA, para jovens e adultos com idade superior a 15 anos.

Art. 22. A matrícula será ofertada durante todo o período letivo.

Art. 23. A documentação para efetuar a matrícula será:

- I. Carteira de Identidade;
- II. CPF;
- III. Comprovante de residência;
- IV. Histórico escolar.

#### CAPÍTULO XI DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 24. O benefício do Transporte Escolar é direito dos alunos que atendem às especificações, em conformidade com a legislação que norteia o recebimento financeiro dos repasses aos municípios, conforme critérios:

- I.residência em área rural e ou urbana;
- II.distância, residência/escola, de 3 (três) ou mais quilômetros;
- III.renda per capita, igual ou inferior aos valores estipulados pelo Poder Executivo Municipal;
- IV. distância, residência/escola, de 2 km (dois quilômetros) ou mais, no caso de alunos residentes em bairros que não possuam Unidades Escolares no entorno de sua comunidade ou que possuam Unidades Escolares, mas não ofereçam vagas para determinadas séries/anos.

Art. 25. Além das especificações acima, deverá ser respeitado o zoneamento de matrícula para recebimento do benefício do Transporte Escolar.

Parágrafo Único. A matrícula em escola de preferência, desde que respeitado o zoneamento é direito e dever dos pais; sendo que, os pais que optarem não matricular seus filhos na Unidade Escolar próxima à residência, estarão se responsabilizando pelo Transporte Escolar dos mesmos.

Art. 26. Alunos que residirem em Área Rural, em endereços que não oferecem Linha Coletiva de ônibus, a uma distância mínima residência/escola de 1,5 km receberão benefício do Transporte Escolar.

Art. 27. O recebimento do benefício do Transporte Escolar, estará sujeito à deferimento ou indeferimento de cadastro, por meio do Departamento de Programas e Projetos - Coordenadoria do Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28. O cadastro para recebimento do Transporte Escolar, deve ser preenchido no ato da matrícula e/ou rematrícula na Unidade Escolar, anexando ao cadastro: cópia de comprovante de

residência, de renda familiar e termo de responsabilidade assinado pelos pais e ou responsáveis.

Art. 29. Todos os campos do cadastro devem ser preenchidos corretamente e, é responsabilidade da Unidade Escolar, encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação, informando à família, que o recebimento do benefício do Transporte Escolar iniciará após a análise e dar-se-á retorno sobre deferimento ou indeferimento à Unidade Escolar.

#### CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Matrícula de cada Unidade Escolar e se necessário, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2014

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

#### EDITAL Nº 007/2014

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 007/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

#### 1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos disposto no quadro a seguir sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Auxiliar de Serviços Fundação Municipal de Desportos - FMD	40 horas	R\$ 765,26	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços - Prefeitura Municipal	40 horas	R\$ 765,26	Ensino Fundamental Incompleto
Professor Português/Inglês	10/20/30/40	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Português/Inglês (não habilitado)	10/20/30/40	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Educação Infantil (habilitado)	20/40 horas	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.

Professor Educação Infantil (não-habilitado)	20/40 horas	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.
Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 2.023,61 (p/ 40 horas)	Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso Plena Letras LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 horas (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Certidão de frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS. Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Licenciatura Especial.

Professor Educação Especial - Interprete de Libras	20/40 horas	R\$ 1.575,03 (p/ 40 horas)	Não Habilitado = Certidão de frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena LIBRAS com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, com no mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio - Magistério Séries Iniciais do Ensino Fundamental com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.
--	-------------	----------------------------	--

1.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2014.

1.3 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.2. A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

2.3. Aplica-se ao pessoal contratado nos ternos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

## 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições de 06 de outubro de 2014 a 15 de outubro de 2014.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá, fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no Depto de Recursos Humanos sito à Rua Jorge Lacerda, 75- Centro, no horário das 8:00 horas às 11:30 horas e 13:30 hora às 16:00 horas

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção deste documento.

3.7 São condições de inscrição:

- 3.7.1 Nacionalidade brasileira;  
 3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;  
 3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;  
 3.7.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;  
 3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;  
 3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional;  
 3.8 Ao preencher sua Ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.  
 3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo.  
 3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

- 4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 serão de Escolaridade e de Tempo de Serviço.  
 4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.  
 4.3 Grau de Instrução:

Pós Graduação	05 pontos
Ensino Superior Completo	04 pontos
Ensino Médio Completo	03 pontos
Ensino Fundamental	02 ponto
Ensino Fundamental Incompleto	01 ponto

#### 4.4 Tempo de Serviço no exercício de cargo público ou emprego público:

- a) Até 05 anos: 2,5 pontos  
 b) De 06 anos a 10 anos: 05 pontos  
 c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

#### 5 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

- 5.1 Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de:  
 5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;  
 5.1.2 Que seja mais idoso.  
 5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site [www.sao-bentodosul.sc.gov.br](http://www.sao-bentodosul.sc.gov.br), no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.  
 5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

#### 6. DO REGIME JURÍDICO

- 6.1 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

#### 7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

- 7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo função.  
 7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.  
 7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ☐ ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal - SBS;  
☐ Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).  
☐ 01 Foto 3x4  
☐ Exame Pré-admissional; (Realizado no Posto Central, com agendamento no RH)  
☐ Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;  
☐ Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;  
☐ Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;  
☐ Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;  
☐ Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca - de São Bento do Sul através do site [www.tjcs.jus.br](http://www.tjcs.jus.br)  
 Fotocópias (xerox):  
☐ Cédula de Identidade;  
☐ C.P.F.;  
☐ Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;  
☐ Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;  
☐ Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);  
☐ Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;  
☐ Certificado de Alistamento Militar;  
☐ Comprovante de Residência Atual;  
☐ Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão; com apresentação do original no ato da admissão;  
☐ Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)  
☐ Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;  
☐ Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.  
 7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;  
 b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria de Municipal de Administração no Departamento de Recursos Humano sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 - Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

#### 8. DA ESCOLHA DE VAGA

- 8.1 - A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.  
 8.2 - A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;  
 8.3 - No surgimento de vagas caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);  
 8.4 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:



- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao - Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" [www.saobento-dosul.sc.gov.br](http://www.saobento-dosul.sc.gov.br) - no link /EditaisRH

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul-SC, 01 de outubro de 2014.

Arildo Gesser

Prefeito Municipal em Exercício

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/26  
Data: 11/08/2014

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Livre	0.1.0000	00.00.00		188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - 25% Educação	0.1.0000	00.00.00		6.512.101,69	5.386.000,00	5.602.000,00	5.826.000,00	23.326.101,69
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Saúde	0.1.0001	01.00.00		6.512.101,69	5.386.000,00	5.602.000,00	5.826.000,00	23.326.101,69
4.1.1.2.0.0.00.00.00.00	TAXAS	0.1.0002	02.00.00		3.130.818,12	2.564.000,00	2.666.000,00	2.773.000,00	11.133.818,12
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia				2.880.352,67	2.308.000,00	2.400.000,00	2.496.000,00	10.084.352,67
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P-Serviços				4.358.133,64	664.000,00	781.000,00	824.000,00	6.627.133,64
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	0.1.0000	00.00.00		797.103,31	511.000,00	568.000,00	598.000,00	2.474.103,31
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0.1.0000	00.00.00		605.196,70	255.000,00	260.000,00	270.000,00	1.390.196,70
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	0.1.0000	00.00.00		605.196,70	255.000,00	260.000,00	270.000,00	1.390.196,70
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços				135.421,06	190.000,00	232.000,00	246.000,00	803.421,06
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	0.1.0000	00.00.00		52.987,75	63.000,00	71.000,00	75.000,00	281.987,75
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	0.1.0000	00.00.00		52.987,75	63.000,00	71.000,00	75.000,00	281.987,75
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		945,20	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.945,20
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		2.552,60	2.000,00	3.000,00	4.000,00	11.552,60
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		2.552,60	2.000,00	3.000,00	4.000,00	11.552,60
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		3.561.030,33	153.000,00	213.000,00	226.000,00	4.153.030,33
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		95.761,92	152.000,00	211.000,00	223.000,00	681.761,92
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		95.761,92	152.000,00	211.000,00	223.000,00	681.761,92
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		3.460.950,94	0,00	0,00	0,00	3.460.950,94
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		3.460.950,94	0,00	0,00	0,00	3.460.950,94
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		4.317,47	1.000,00	2.000,00	3.000,00	10.317,47
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		4.317,47	1.000,00	2.000,00	3.000,00	10.317,47
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00	25.296,42
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00	25.296,42
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00	25.296,42
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		16.296,42	2.000,00	3.000,00	4.000,00	25.296,42
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		2.678.356,84	2.440.000,00	2.493.620,00	2.559.850,00	10.171.826,84
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		2.678.356,84	2.440.000,00	2.493.620,00	2.559.850,00	10.171.826,84
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		2.678.356,84	2.440.000,00	2.493.620,00	2.559.850,00	10.171.826,84
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		639.694,64	1.060.500,00	1.111.800,00	1.159.300,00	3.971.294,64
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		113.288,63	120.000,00	127.000,00	135.000,00	495.288,63
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		113.288,63	120.000,00	127.000,00	135.000,00	495.288,63
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		113.288,63	120.000,00	127.000,00	135.000,00	495.288,63
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		526.406,01	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00	3.476.006,01
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		526.406,01	940.500,00	984.800,00	1.024.300,00	3.476.006,01
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		494.597,71	690.500,00	724.800,00	754.300,00	2.664.197,71
4.1.1.2.2.99.00.01.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0.1.0000	00.00.00		95.000,00	203.000,00	210.000,00	212.000,00	720.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação					2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL					188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00 FUNDEB 60%					95.000,00	203.000,00	210.000,00	212.000,00	720.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Recelta de Remuneração de depósitos Bancarios Vinculados - F					95.000,00	203.000,00	210.000,00	212.000,00	720.000,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00 Recelta de Remuneração de depósitos Bancarios de Recursos Vinculados - S					0,00	5.200,00	5.300,00	5.400,00	15.900,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação					0,00	5.200,00	5.300,00	5.400,00	15.900,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação					154.316,72	187.200,00	190.200,00	193.500,00	725.216,72
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FINE Sal. Educação					85.587,58	80.000,00	81.000,00	82.000,00	328.587,58
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FINE - PNAE					60.503,43	62.700,00	63.000,00	63.700,00	249.903,43
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. CONV FNDE					8.225,71	3.600,00	3.700,00	3.800,00	19.325,71
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR					0,00	35.900,00	37.000,00	38.000,00	110.900,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE					0,00	5.000,00	5.500,00	6.000,00	16.500,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. Recursos					2.395,24	1.000,00	1.500,00	2.000,00	6.895,24
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remun. de Recursos da COSIP					2.395,24	0,00	0,00	0,00	2.395,24
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00 Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito					242.885,75	294.100,00	317.800,00	341.400,00	1.196.185,75
4.1.3.2.5.01.99.02.01.00 Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - Prefeitura					32.275,41	30.000,00	31.000,00	32.000,00	125.275,41
4.1.3.2.5.01.99.02.02.00 Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PM					38.083,81	19.700,00	20.300,00	20.900,00	98.983,81
4.1.3.2.5.01.99.02.03.00 Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PC					4.460,62	12.000,00	12.500,00	13.000,00	41.960,62
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00 Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas					2.164,09	7.600,00	8.000,00	8.500,00	26.264,09
4.1.3.2.5.01.99.03.01.00 Remun. Depós. Banc. Contrib. Facult. - PM					29.000,00	26.500,00	27.500,00	28.500,00	111.500,00
4.1.3.2.5.01.99.03.02.00 Remun. Depós. Banc. Contrib. Facultat.- BOMBEIROS					13.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	22.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00 Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS					16.000,00	24.000,00	24.500,00	25.000,00	89.500,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. FIA					16.704,86	40.000,00	41.000,00	42.000,00	139.704,86
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIOS					159,04	7.000,00	7.500,00	8.000,00	22.659,04
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. FUNDETUR					3.000,00	9.500,00	10.000,00	10.500,00	33.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR					2.306,10	3.000,00	3.500,00	4.000,00	12.806,10
					2.306,10	3.000,00	3.500,00	4.000,00	12.806,10
					2.917,26	1.000,00	2.000,00	3.000,00	8.917,26
					2.917,26	1.000,00	2.000,00	3.000,00	8.917,26

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação					Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL												
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. LEILÃO					0.1.0089	04.01.01		188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00 Remun de Outros Dep. Banc. Vinc. Conventos								11.974,50	3.500,00	4.000,00	5.000,00	24.474,50
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. Fundo Es					0.1.0024	04.00.00		11.974,50	3.500,00	4.000,00	5.000,00	24.474,50
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bolsa Família								65.209,62	100.000,00	110.000,00	120.000,00	395.209,62
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FND					0.1.0063	04.00.00		7.021,39	9.000,00	10.000,00	11.000,00	37.021,39
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Port. Defic								1.290,97	6.300,00	7.000,00	8.000,00	22.590,97
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Operação Credi					0.1.0062	01.03.00		1.290,97	6.300,00	7.000,00	8.000,00	22.590,97
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bombeiros								9.202,09	1.000,00	2.000,00	3.000,00	15.202,09
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00 Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS					0.1.0083	04.02.00		6,56	1.000,00	2.500,00	3.000,00	6.506,56
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS								15.609,43	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.609,43
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços de Transporte					0.1.0105	04.00.00		15.609,43	16.000,00	17.000,00	18.000,00	66.609,43
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Recelta de Terminais Rodoviários								1.500,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	7.500,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços Administrativos					0.1.0000	00.00.00		1.500,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	7.500,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos								31.808,30	250.000,00	260.000,00	270.000,00	811.808,30
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços Especiais PM/Bombeiro					0.1.0106	04.00.00		31.808,30	250.000,00	260.000,00	270.000,00	811.808,30
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Contribuições Facultativas Polícia Militar								1.780.615,26	958.000,00	1.017.000,00	1.078.000,00	4.833.615,26
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Contribuições Facultativas Bombeiros					0.1.0000	00.00.00		203.071,91	72.000,00	73.000,00	74.000,00	422.071,91
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços de Vistoria de Veículos								203.071,91	72.000,00	73.000,00	74.000,00	422.071,91
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Outros Serviços Administrativos					0.1.0105	04.00.00		1.163.923,31	769.000,00	818.000,00	871.000,00	3.621.923,31
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização								0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	105.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Outros Serviços					0.1.0000	00.00.00		0,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	105.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Outras Receitas								853.000,00	611.000,00	648.000,00	688.000,00	2.800.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Guarda Volume					0.1.0000	00.00.00		250.000,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	259.000,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Preço Público								250.000,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	259.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					0.1.0106	04.00.00		603.000,00	609.000,00	645.000,00	684.000,00	2.541.000,00
								603.000,00	609.000,00	645.000,00	684.000,00	2.541.000,00
					0.1.0105	04.00.00		158.131,32	65.000,00	69.000,00	73.000,00	365.131,32
								158.131,32	65.000,00	69.000,00	73.000,00	365.131,32
					0.1.0000	00.00.00		152.791,99	63.000,00	66.000,00	70.000,00	351.791,99
								152.791,99	63.000,00	66.000,00	70.000,00	351.791,99
					0.1.0000	00.00.00		161.963,51	71.000,00	76.000,00	80.000,00	388.963,51
								161.963,51	71.000,00	76.000,00	80.000,00	388.963,51
					0.1.0000	00.00.00		251.656,53	46.000,00	50.000,00	53.000,00	400.656,53
								251.656,53	46.000,00	50.000,00	53.000,00	400.656,53
					0.1.0000	00.00.00		150.704,17	11.000,00	12.000,00	13.000,00	186.704,17
								150.704,17	11.000,00	12.000,00	13.000,00	186.704,17
					0.1.0000	00.00.00		100.952,36	3.000,00	4.000,00	5.000,00	112.952,36
								100.952,36	3.000,00	4.000,00	5.000,00	112.952,36
					0.1.0000	00.00.00		0,00	32.000,00	34.000,00	35.000,00	101.000,00
								0,00	32.000,00	34.000,00	35.000,00	101.000,00
					0.1.0000	00.00.00		117.503.569,09	145.232.257,00	153.690.437,00	163.916.537,00	580.342.800,09
								117.503.569,09	145.232.257,00	153.690.437,00	163.916.537,00	580.342.800,09

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
4.1.7.2.0.0.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00		Transferências da União			117.314.161,33	144.693.257,00	153.134.337,00	163.342.337,00	578.484.092,33
4.1.7.2.1.01.00.00.00		Participação na Receita da União			31.564.051,84	38.700.460,00	42.238.500,00	47.334.840,00	159.837.851,84
4.1.7.2.1.01.02.00.00		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios			25.928.020,55	31.636.140,00	35.038.680,00	40.041.720,00	132.644.560,55
4.1.7.2.1.01.02.01.00		Cota-Parte do FPM - Livre			25.898.851,92	31.600.000,00	35.000.000,00	40.000.000,00	132.498.851,92
4.1.7.2.1.01.02.02.00		Cota-Parte do FPM - 25% Educação			13.467.403,00	16.432.000,00	18.200.000,00	20.800.000,00	68.899.403,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00		Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural			13.467.403,00	16.432.000,00	18.200.000,00	20.800.000,00	68.899.403,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00		Cota-Parte do ITR - Livre			6.474.712,98	7.900.000,00	8.750.000,00	10.000.000,00	33.124.712,98
4.1.7.2.1.01.05.01.00		Cota-Parte do ITR - Saúde			5.956.735,94	7.268.000,00	8.050.000,00	9.200.000,00	30.474.735,94
4.1.7.2.1.01.05.02.00		Cota-Parte do ITR - 25% Educação			5.956.735,94	7.268.000,00	8.050.000,00	9.200.000,00	30.474.735,94
4.1.7.2.1.01.05.03.00		Cota-Parte do ITR - Saúde			29.168,63	25.640,00	27.680,00	29.720,00	112.208,63
4.1.7.2.1.01.13.00.00		Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ			15.167,69	16.640,00	17.680,00	18.720,00	68.207,69
4.1.7.2.1.22.00.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			7.292,16	8.000,00	8.500,00	9.000,00	32.792,16
4.1.7.2.1.22.01.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			7.292,16	8.000,00	8.500,00	9.000,00	32.792,16
4.1.7.2.1.22.02.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			6.708,78	1.000,00	1.500,00	2.000,00	11.208,78
4.1.7.2.1.22.03.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			6.708,78	1.000,00	1.500,00	2.000,00	11.208,78
4.1.7.2.1.22.04.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			0,00	10.500,00	11.000,00	12.000,00	33.500,00
4.1.7.2.1.22.05.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			0,00	10.500,00	11.000,00	12.000,00	33.500,00
4.1.7.2.1.22.06.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			462.409,05	475.000,00	520.000,00	535.000,00	1.992.409,05
4.1.7.2.1.22.07.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			41.790,93	100.000,00	110.000,00	115.000,00	366.790,93
4.1.7.2.1.22.08.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			41.790,93	100.000,00	110.000,00	115.000,00	366.790,93
4.1.7.2.1.22.09.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			420.618,12	375.000,00	410.000,00	420.000,00	1.625.618,12
4.1.7.2.1.22.10.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			420.618,12	375.000,00	410.000,00	420.000,00	1.625.618,12
4.1.7.2.1.22.11.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			614.377,27	591.220,00	612.820,00	625.320,00	2.443.737,27
4.1.7.2.1.22.12.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			614.377,27	591.220,00	612.820,00	625.320,00	2.443.737,27
4.1.7.2.1.22.13.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			16.304,86	14.700,00	15.300,00	16.800,00	63.104,86
4.1.7.2.1.22.14.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			16.304,86	14.700,00	15.300,00	16.800,00	63.104,86
4.1.7.2.1.22.15.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			16.000,00	22.300,00	22.300,00	22.300,00	82.900,00
4.1.7.2.1.22.16.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			16.000,00	22.300,00	22.300,00	22.300,00	82.900,00
4.1.7.2.1.22.17.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			90.372,41	27.000,00	28.000,00	29.000,00	174.372,41
4.1.7.2.1.22.18.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			90.372,41	27.000,00	28.000,00	29.000,00	174.372,41
4.1.7.2.1.22.19.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			216.000,00	288.000,00	288.000,00	288.000,00	1.080.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			216.000,00	288.000,00	288.000,00	288.000,00	1.080.000,00
4.1.7.2.1.22.21.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			150.000,00	150.000,00	170.000,00	180.000,00	650.000,00
4.1.7.2.1.22.22.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			150.000,00	150.000,00	170.000,00	180.000,00	650.000,00
4.1.7.2.1.22.23.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			15.000,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	55.500,00
4.1.7.2.1.22.24.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			15.000,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	55.500,00
4.1.7.2.1.22.25.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			23.700,00	19.800,00	19.800,00	19.800,00	83.100,00
4.1.7.2.1.22.26.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			23.700,00	19.800,00	19.800,00	19.800,00	83.100,00
4.1.7.2.1.22.27.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			87.000,00	13.920,00	13.920,00	13.920,00	128.760,00
4.1.7.2.1.22.28.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			87.000,00	13.920,00	13.920,00	13.920,00	128.760,00
4.1.7.2.1.22.29.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			0,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	126.000,00
4.1.7.2.1.22.30.00.00		Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS			0,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	126.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 6/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>								
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FNDNE			188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação			4.338.955,18	5.476.100,00	5.529.000,00	5.576.800,00	20.920.855,18
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	0.1.0058	01.03.01	3.110.341,95	4.290.000,00	4.300.000,00	4.310.000,00	16.010.341,95
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE			3.110.341,95	4.290.000,00	4.300.000,00	4.310.000,00	16.010.341,95
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental			1.010.043,22	1.118.700,00	1.155.000,00	1.181.200,00	4.464.943,22
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escola			467.258,31	485.000,00	495.000,00	500.000,00	1.947.258,31
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AEE			172.969,52	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.192.969,52
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E.J.A.			0,00	8.700,00	9.000,00	9.200,00	26.900,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche			6.716,83	10.000,00	11.000,00	12.000,00	39.716,83
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE			363.098,56	285.000,00	300.000,00	310.000,00	1.258.098,56
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. Fundamental			108.128,89	66.400,00	72.000,00	82.600,00	329.128,89
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil			87.975,65	45.000,00	50.000,00	60.000,00	242.975,65
4.1.7.2.1.35.04.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Médio			3.975,80	1.900,00	2.000,00	2.100,00	9.975,80
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE			16.177,44	19.500,00	20.000,00	20.500,00	76.177,44
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE			110.441,12	1.000,00	2.000,00	3.000,00	116.441,12
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96			110.441,12	1.000,00	2.000,00	3.000,00	116.441,12
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96			220.289,79	192.000,00	198.000,00	206.000,00	816.289,79
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Edu			114.550,69	99.840,00	102.960,00	106.600,00	423.950,69
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS/Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saú			55.072,45	48.000,00	49.500,00	52.250,00	204.822,45
4.1.7.2.1.98.00.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX			50.666,65	44.160,00	45.540,00	47.150,00	187.516,65
4.1.7.2.1.98.01.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX			0,00	330.000,00	340.000,00	350.000,00	1.020.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados			50.850.109,49	67.082.097,00	69.095.537,00	71.193.097,00	258.220.840,49
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS			50.186.464,98	66.427.000,00	68.430.440,00	70.529.000,00	255.572.904,98
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre			42.194.604,08	55.800.000,00	57.500.000,00	59.300.000,00	214.794.604,08
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação			21.269.194,12	29.016.000,00	29.900.000,00	30.836.000,00	111.021.194,12
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde			10.898.651,02	13.950.000,00	14.375.000,00	14.825.000,00	54.048.651,02
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde			10.898.651,02	13.950.000,00	14.375.000,00	14.825.000,00	54.048.651,02
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde			10.026.758,94	12.834.000,00	13.225.000,00	13.639.000,00	49.724.758,94
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde			10.026.758,94	12.834.000,00	13.225.000,00	13.639.000,00	49.724.758,94
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde			7.296.919,81	10.000.000,00	10.300.000,00	10.600.000,00	38.196.919,81

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL					188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-parte do IPVA - Livre				3.794.398,30	5.200.000,00	5.356.000,00	5.512.000,00	19.862.398,30
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-parte do IPVA - 25% Educação	0.1.0000	00.00.00		3.794.398,30	5.200.000,00	5.356.000,00	5.512.000,00	19.862.398,30
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-parte do IPVA - Saúde	0.1.0001	01.00.00		1.824.229,95	2.500.000,00	2.575.000,00	2.650.000,00	9.549.229,95
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-parte do IPVA - Saúde	0.1.0002	02.00.00		1.824.229,95	2.500.000,00	2.575.000,00	2.650.000,00	9.549.229,95
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação				1.678.291,56	2.300.000,00	2.369.000,00	2.438.000,00	8.785.291,56
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre				1.678.291,56	2.300.000,00	2.369.000,00	2.438.000,00	8.785.291,56
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	0.1.0000	00.00.00		694.941,09	627.000,00	630.440,00	629.000,00	2.581.381,09
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	0.1.0001	01.00.00		361.369,37	326.040,00	329.000,00	327.080,00	1.343.489,37
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	0.1.0002	02.00.00		173.735,27	156.750,00	157.000,00	157.250,00	644.735,27
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados				159.836,45	144.210,00	144.440,00	144.670,00	593.156,45
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar				663.844,51	655.097,00	665.097,00	664.097,00	2.647.935,51
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	0.1.0061	01.03.00		476.789,05	475.000,00	485.000,00	495.000,00	1.931.789,05
4.1.7.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Complexidade				104.855,46	95.040,00	95.040,00	95.040,00	389.975,46
4.1.7.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Complexidade	0.1.0052	04.00.00		104.855,46	95.040,00	95.040,00	95.040,00	389.975,46
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	0.1.0052	04.00.00		82.000,00	72.600,00	72.600,00	72.600,00	299.800,00
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	0.1.0052	04.00.00		0,00	12.457,00	12.457,00	1.457,00	26.371,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais				34.900.000,00	38.910.700,00	41.800.300,00	44.814.400,00	160.425.400,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB				34.900.000,00	38.910.700,00	41.800.300,00	44.814.400,00	160.425.400,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%				26.400.000,00	29.010.700,00	30.900.300,00	32.914.400,00	119.225.400,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%				26.400.000,00	29.010.700,00	30.900.300,00	32.914.400,00	119.225.400,00
4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40%				8.500.000,00	9.900.000,00	10.900.000,00	11.900.000,00	41.200.000,00
4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40% Infantil	0.1.0019	01.02.03		3.400.000,00	9.900.000,00	10.900.000,00	11.900.000,00	36.100.000,00
4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. Recursos FUNDEB - 40% Infantil	0.1.0019	01.02.04		5.100.000,00	0,00	0,00	0,00	5.100.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas				0,00	43.000,00	43.100,00	43.200,00	129.300,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	0.1.0108	04.00.00		22.907,38	1.000,00	1.000,00	1.000,00	25.907,38
4.1.7.5.0.00.00.00.00.01	Transferência de Pessoas				22.907,38	1.000,00	1.000,00	1.000,00	25.907,38
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0.1.0108	04.00.00		22.907,38	1.000,00	1.000,00	1.000,00	25.907,38
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades				166.500,38	495.000,00	512.000,00	530.000,00	1.703.500,38
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União				8.984,49	97.000,00	103.000,00	109.000,00	317.984,49
4.1.7.6.1.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênios da União				8.984,49	97.000,00	103.000,00	109.000,00	317.984,49
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.				8.984,49	97.000,00	103.000,00	109.000,00	317.984,49
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00	681.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00	681.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Conv. Estados				188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
		0.1.0024	04.00.00		0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00	681.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas				0,00	226.000,00	227.000,00	228.000,00	681.000,00
4.1.7.6.4.99.00.00.00.00	Transf. de Outros Convênios de Inst. Privadas				157.515,89	172.000,00	182.000,00	193.000,00	704.515,89
		0.1.0022	01.06.00		157.515,89	172.000,00	182.000,00	193.000,00	704.515,89
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				157.515,89	172.000,00	182.000,00	193.000,00	704.515,89
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora				11.686.604,88	4.750.070,00	5.058.340,00	5.303.700,00	26.798.714,88
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos				3.307.395,28	3.084.000,00	3.260.700,00	3.391.600,00	13.023.695,28
4.1.9.1.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU				193.532,28	205.000,00	218.000,00	232.000,00	848.532,28
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre				25.567,96	57.000,00	60.000,00	64.000,00	206.567,96
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação				13.295,34	29.640,00	31.200,00	33.280,00	107.415,34
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde				6.391,99	14.250,00	15.000,00	16.000,00	51.641,99
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI				5.880,63	13.110,00	13.800,00	14.720,00	47.510,63
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre				0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educação				0,00	1.040,00	1.560,00	2.080,00	4.680,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde				0,00	500,00	750,00	1.000,00	2.250,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS				167.964,32	144.000,00	153.000,00	162.000,00	626.964,32
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Livre				87.341,45	74.880,00	79.560,00	84.240,00	326.021,45
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25% Educação				41.991,08	36.000,00	38.250,00	40.500,00	156.741,08
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde				38.631,79	33.120,00	35.190,00	37.260,00	144.201,79
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria				38.631,79	33.120,00	35.190,00	37.260,00	144.201,79
4.1.9.1.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria - Livre				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.1.98.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.1.98.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.1.98.04.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos - Livre				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos				904.747,89	855.900,00	906.700,00	960.600,00	3.627.947,89
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU				571.038,72	582.000,00	617.000,00	654.000,00	2.424.038,72
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Livre				296.940,13	302.640,00	320.840,00	340.080,00	1.260.500,13
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ				296.940,13	302.640,00	320.840,00	340.080,00	1.260.500,13
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde				142.759,68	145.500,00	154.250,00	163.500,00	606.009,68
4.1.9.1.3.11.04.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde				142.759,68	145.500,00	154.250,00	163.500,00	606.009,68
4.1.9.1.3.11.05.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde				131.338,91	133.860,00	141.910,00	150.420,00	557.528,91
4.1.9.1.3.11.06.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde				131.338,91	133.860,00	141.910,00	150.420,00	557.528,91

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 9/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
					<b>188.075.314,10</b>	<b>186.541.719,00</b>	<b>199.145.093,00</b>	<b>213.585.663,00</b>	<b>787.347.789,10</b>
4.1.9.1.3.13.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS				151.123,97	137.000,00	145.000,00	153.000,00	586.123,97
4.1.9.1.3.13.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Livre				78.584,47	71.240,00	75.400,00	79.560,00	304.784,47
4.1.9.1.3.13.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	0.1.0000	00.00.00		78.584,47	71.240,00	75.400,00	79.560,00	304.784,47
4.1.9.1.3.13.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saude	0.1.0001	01.00.00		37.780,99	34.250,00	36.250,00	38.250,00	146.530,99
4.1.9.1.3.13.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saude	0.1.0002	02.00.00		37.780,99	34.250,00	36.250,00	38.250,00	146.530,99
4.1.9.1.3.35.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	0.1.0000	00.00.00		34.758,51	31.510,00	33.350,00	35.190,00	134.808,51
4.1.9.1.3.35.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Melhorior	0.1.0000	00.00.00		0,00	6.600,00	7.000,00	7.600,00	21.200,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Melhorior - Li	0.1.0000	00.00.00		26.157,37	7.300,00	7.700,00	8.000,00	49.157,37
4.1.9.1.3.98.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib. Melhorior - Li	0.1.0000	00.00.00		26.157,37	7.300,00	7.700,00	8.000,00	49.157,37
4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos				156.427,83	123.000,00	130.000,00	138.000,00	547.427,83
4.1.9.1.3.99.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Trib. - Livre	0.1.0000	00.00.00		156.427,83	123.000,00	130.000,00	138.000,00	547.427,83
4.1.9.1.5.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.				0,00	27.100,00	29.500,00	31.000,00	87.600,00
4.1.9.1.5.09.00.00.00	MJM Receita Div Ativa Serv de Inspec Fiscalização	0.1.0000	00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.				0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00	Outras MJM Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	0.1.0000	00.00.00		0,00	26.100,00	27.500,00	28.000,00	81.600,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas				0,00	26.100,00	27.500,00	28.000,00	81.600,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora				82.691,99	88.000,00	93.000,00	99.000,00	362.691,99
4.1.9.1.9.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0.1.0000	00.00.00		82.691,99	88.000,00	93.000,00	99.000,00	362.691,99
4.1.9.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito				2.126.423,12	1.888.000,00	2.013.500,00	2.069.000,00	8.096.923,12
4.1.9.1.9.15.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito				2.080.254,60	1.672.000,00	1.784.000,00	1.826.000,00	7.362.254,60
4.1.9.1.9.15.01.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	0.1.0056	04.00.00		1.199.530,02	732.000,00	744.000,00	756.000,00	3.431.530,02
4.1.9.1.9.15.01.02.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	0.1.0054	04.00.00		920.898,91	730.000,00	740.000,00	750.000,00	3.140.898,91
4.1.9.1.9.15.01.03.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	0.1.0055	04.00.00		139.300,81	1.000,00	2.000,00	3.000,00	145.300,81
4.1.9.1.9.15.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito				139.330,30	1.000,00	2.000,00	3.000,00	145.330,30
4.1.9.1.9.15.02.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	0.1.0056	04.00.00		880.724,58	940.000,00	1.040.000,00	1.070.000,00	3.930.724,58
4.1.9.1.9.15.02.02.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	0.1.0054	04.00.00		755.494,44	780.000,00	860.000,00	870.000,00	3.265.494,44
4.1.9.1.9.15.02.03.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	0.1.0055	04.00.00		755.494,44	780.000,00	860.000,00	870.000,00	3.265.494,44
4.1.9.1.9.26.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Direitos Difusos				62.615,07	80.000,00	90.000,00	100.000,00	332.615,07
4.1.9.1.9.26.02.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos				62.615,07	80.000,00	90.000,00	100.000,00	332.615,07
4.1.9.1.9.26.02.01.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos				45.249,82	210.000,00	220.000,00	230.000,00	705.249,82
					45.249,82	210.000,00	220.000,00	230.000,00	705.249,82

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>								
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial			0,00	4.000,00	5.500,00	7.000,00	16.500,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			0,00	4.000,00	5.500,00	7.000,00	16.500,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Conselho Tutelar			0,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	10.500,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Polícia Militar	0.1.0000 00.00.00		0,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	10.500,00
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Polícia Militar	0.1.0106 04.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente			918,70	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.918,70
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente			918,70	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.918,70
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	0.1.0000 00.00.00		918,70	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.918,70
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0.1.0000 00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00	257.506,18
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores			149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00	257.506,18
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições	0.1.0000 00.00.00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restit. em folha	0.1.0052 00.00.00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%			149.506,18	29.000,00	36.000,00	43.000,00	257.506,18
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60%			9.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	42.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40%	0.1.0018 01.02.00		9.000,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	42.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.03.00	Outras Rest. Folha - Transito	0.1.0019 01.02.04		3.000,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00	21.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.04.00	Outras Rest. Folha - Iluminação Publica	0.1.0056 00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Rest. Folha - MDE	0.1.0017 00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	0.1.0001 01.01.01		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	0.1.0000 00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA			137.506,18	10.000,00	11.000,00	12.000,00	170.506,18
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Recelita da Dívida Ativa Tributária			137.506,18	1.656.070,00	1.759.640,00	1.866.100,00	13.459.976,24
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU			8.178.166,24	1.632.370,00	1.733.540,00	1.837.500,00	13.381.576,24
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Livre			7.318.166,24	1.200.000,00	1.272.000,00	1.348.000,00	11.138.166,24
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	0.1.0000 00.00.00		2.650.602,51	624.000,00	661.440,00	700.960,00	4.637.002,51
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	0.1.0001 01.00.00		2.036.133,25	300.000,00	318.000,00	337.000,00	2.991.133,25
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	0.1.0002 02.00.00		2.631.430,48	276.000,00	292.560,00	310.040,00	3.510.030,48
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Livre			700.000,00	264.000,00	280.000,00	297.000,00	1.541.000,00
				357.000,00	137.280,00	145.600,00	154.440,00	794.320,00
				357.000,00	137.280,00	145.600,00	154.440,00	794.320,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	0.1.0001	01.00.00		186.541,719,00	186.541,719,00	199.145,093,00	213.585,663,00	787.347,789,10
					175.000,00	66.000,00	70.000,00	74.250,00	385.250,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde				175.000,00	66.000,00	70.000,00	74.250,00	385.250,00
					168.000,00	60.720,00	64.400,00	68.310,00	361.430,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	0.1.0002	02.00.00		168.000,00	60.720,00	64.400,00	68.310,00	361.430,00
					0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhorias	0.1.0000	00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
					10.000,00	10.620,00	11.000,00	11.500,00	43.120,00
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhorias				10.000,00	10.620,00	11.000,00	11.500,00	43.120,00
					10.000,00	10.620,00	11.000,00	11.500,00	43.120,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0.1.0000	00.00.00		150.000,00	156.750,00	168.540,00	178.000,00	653.290,00
					150.000,00	156.750,00	168.540,00	178.000,00	653.290,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos				150.000,00	156.750,00	168.540,00	178.000,00	653.290,00
					150.000,00	156.750,00	168.540,00	178.000,00	653.290,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0.1.0000	00.00.00		0,00	23.700,00	26.100,00	28.600,00	78.400,00
					0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00	Receita Dívida Ativa Serv. de Inspeç. Fiscalização				0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
					0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0.1.0000	00.00.00		0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00	72.400,00
					0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00	72.400,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tribut. de Outras Rec. - Princ				0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00	72.400,00
					0,00	22.700,00	24.100,00	25.600,00	72.400,00
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS				51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
					51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas				51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
					51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
4.1.9.9.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas				51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
					51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
4.1.9.9.0.99.00.00.01.01	Outras Receitas - Prefeitura				51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
					51.537,18	1.000,00	2.000,00	3.000,00	57.537,18
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0.1.0000	00.00.00		37.165.438,70	25.200.000,00	26.750.000,00	28.300.000,00	117.415.438,70
					16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00	68.843.518,62
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO				16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00	68.843.518,62
					16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00	68.843.518,62
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas				16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00	68.843.518,62
					16.343.518,62	17.000.000,00	17.500.000,00	18.000.000,00	68.843.518,62
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0.1.0083	04.02.00		609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
					609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS				609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
					609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis				609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
					609.810,22	200.000,00	250.000,00	300.000,00	1.359.810,22
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0.1.0089	04.01.01		20.212.109,86	8.000.000,00	9.000.000,00	10.000.000,00	47.212.109,86
					18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
					18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
					18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União				18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
					18.952.543,96	5.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	36.952.543,96
4.2.4.2.1.00.00.01.00.00	Transferências União				1.259.565,90	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	10.259.565,90
					989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0.1.0024	04.00.00		989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
					989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades				989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
					989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç				989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
					989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Conv. União Area Educação				989.153,97	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.989.153,97
					270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0.1.0062	01.03.00		270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93
					270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				<b>188.075.314,10</b>	<b>186.541.719,00</b>	<b>199.145.093,00</b>	<b>213.585.663,00</b>	<b>787.347.789,10</b>
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00				270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93
Outras Transf. de Convênio dos Estados								
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00				270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93
Outras Transf. Conv. dos Estados								
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	0.1.0024	04.00.00		270.411,93	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	6.270.411,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				88.549,40	82.820,00	92.120,00	100.220,00	363.709,40
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00				88.549,40	82.820,00	92.120,00	100.220,00	363.709,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES								
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00				88.549,40	82.820,00	92.120,00	100.220,00	363.709,40
Transferências dos Municípios								
4.7.2.3.0.00.00.00.00.01				88.549,40	82.820,00	92.120,00	100.220,00	363.709,40
Custeio p/Serv. Iluminação Pública								
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	0.1.0017	04.00.00		88.549,40	82.820,00	92.120,00	100.220,00	363.709,40
DEDUÇÕES DA RECEITA				-15.502.418,62	-19.648.928,00	-20.731.224,00	-22.152.944,00	-78.035.514,62
9.1.0.0.00.00.00.00.00				-15.502.418,62	-19.648.928,00	-20.731.224,00	-22.152.944,00	-78.035.514,62
DEDUÇÕES DA RECEITA				-232.824,08	0,00	0,00	0,00	-232.824,08
9.1.1.0.00.00.00.00.00				-232.824,08	0,00	0,00	0,00	-232.824,08
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.				-61.712,59	0,00	0,00	0,00	-61.712,59
9.1.1.0.00.00.00.00.00				-33.368,11	0,00	0,00	0,00	-33.368,11
DEDUÇÃO DE IMPOSTOS				-17.351,42	0,00	0,00	0,00	-17.351,42
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00				-17.351,42	0,00	0,00	0,00	-17.351,42
Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda				-8.342,03	0,00	0,00	0,00	-8.342,03
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00				-8.342,03	0,00	0,00	0,00	-8.342,03
Deduções de Receita do IPTU				-7.674,66	0,00	0,00	0,00	-7.674,66
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00				-7.674,66	0,00	0,00	0,00	-7.674,66
Dedução s/o IPTU - Livre				-7.674,66	0,00	0,00	0,00	-7.674,66
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	0.1.0000	00.00.00		-17.351,42	0,00	0,00	0,00	-17.351,42
Dedução s/o Imp. Predial e Territ.Urbano-25% Educ				-8.342,03	0,00	0,00	0,00	-8.342,03
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	0.1.0001	01.00.00		-8.342,03	0,00	0,00	0,00	-8.342,03
Dedução s/o Imp. Predial e Territ.Urbano-15% Saúde				-7.674,66	0,00	0,00	0,00	-7.674,66
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	0.1.0002	02.00.00		-7.674,66	0,00	0,00	0,00	-7.674,66
Deduções de Receita do ITBI				-28.344,48	0,00	0,00	0,00	-28.344,48
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00				-14.739,13	0,00	0,00	0,00	-14.739,13
Deduções de Receita do ITBI - Livre				-14.739,13	0,00	0,00	0,00	-14.739,13
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	0.1.0000	00.00.00		-14.739,13	0,00	0,00	0,00	-14.739,13
Deduções de Receita de ITBI - 25% Educação				-7.086,12	0,00	0,00	0,00	-7.086,12
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	0.1.0001	01.00.00		-7.086,12	0,00	0,00	0,00	-7.086,12
Deduções de Receita de ITBI - 15% Saúde				-6.519,23	0,00	0,00	0,00	-6.519,23
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	0.1.0002	02.00.00		-6.519,23	0,00	0,00	0,00	-6.519,23
Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação				-171.111,49	0,00	0,00	0,00	-171.111,49
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00				-171.111,49	0,00	0,00	0,00	-171.111,49
Dedução sobre o ISSQN				-171.111,49	0,00	0,00	0,00	-171.111,49
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00				-171.111,49	0,00	0,00	0,00	-171.111,49
Dedução ISSQN				-88.977,98	0,00	0,00	0,00	-88.977,98
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	0.1.0000	00.00.00		-88.977,98	0,00	0,00	0,00	-88.977,98
Dedução ISS - Livre				-88.977,98	0,00	0,00	0,00	-88.977,98
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	0.1.0001	01.00.00		-42.777,87	0,00	0,00	0,00	-42.777,87
Dedução ISSQN - 25% Educação				-39.355,64	0,00	0,00	0,00	-39.355,64
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	0.1.0002	02.00.00		-39.355,64	0,00	0,00	0,00	-39.355,64
Dedução ISS - Saúde				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
9.1.6.0.0.00.00.00.00.00				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
Dedução Rec. Serviços				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
9.1.6.0.0.13.00.00.00.00				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
Dedução Rec. Serviços				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
9.1.6.0.0.13.03.00.00.00				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
Dedução Receitas Serv. Especiais				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
9.1.6.0.0.13.03.02.00.00				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
Dedução FUNREBOM - Bombeiros				-706,86	0,00	0,00	0,00	-706,86
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	0.1.0105	04.00.00		-15.266.954,99	-19.648.928,00	-20.731.224,00	-22.152.944,00	-77.800.050,99
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE				-15.266.954,99	-19.648.928,00	-20.731.224,00	-22.152.944,00	-77.800.050,99
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00				-15.266.954,99	-19.648.928,00	-20.731.224,00	-22.152.944,00	-77.800.050,99
Dedução das Receitas de Transferências				-5.229.661,99	-6.363.528,00	-7.045.136,00	-8.047.144,00	-26.685.469,99
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00								
Dedução das Receitas de Transferências da União								

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>								
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União			188.075.314,10	186.541.719,00	199.145.093,00	213.585.663,00	787.347.789,10
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB			-5.185.604,11	-6.325.128,00	-7.005.536,00	-8.005.944,00	-26.522.212,11
9.1.7.2.1.01.02.02.00	Dedução Receita do FPM - FUNDEB			-5.179.770,38	-6.320.000,00	-7.000.000,00	-8.000.000,00	-26.499.770,38
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	01.0001		-5.179.770,38	-6.320.000,00	-7.000.000,00	-8.000.000,00	-26.499.770,38
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR			-5.833,73	-5.128,00	-5.536,00	-5.944,00	-22.441,73
9.1.7.2.1.01.05.02.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR			-5.833,73	-5.128,00	-5.536,00	-5.944,00	-22.441,73
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	01.00.00		-44.057,88	-38.400,00	-39.600,00	-41.200,00	-163.257,88
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96			-44.057,88	-38.400,00	-39.600,00	-41.200,00	-163.257,88
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	01.0001		-10.037.293,00	-13.285.400,00	-13.686.088,00	-14.105.800,00	-51.114.581,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados			-10.037.293,00	-13.285.400,00	-13.686.088,00	-14.105.800,00	-51.114.581,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB			-8.438.920,82	-11.160.000,00	-11.500.000,00	-11.860.000,00	-42.958.920,82
9.1.7.2.2.01.01.02.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB - ICMS			-8.438.920,82	-11.160.000,00	-11.500.000,00	-11.860.000,00	-42.958.920,82
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	01.00.00		-1.459.383,96	-2.000.000,00	-2.060.000,00	-2.120.000,00	-7.639.383,96
9.1.7.2.2.01.02.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA			-1.459.383,96	-2.000.000,00	-2.060.000,00	-2.120.000,00	-7.639.383,96
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	01.00.00		-138.988,22	-125.400,00	-126.088,00	-125.800,00	-516.276,22
9.1.7.2.2.01.04.02.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB - IPI E			-138.988,22	-125.400,00	-126.088,00	-125.800,00	-516.276,22
9.1.9.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	01.0001		-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
9.1.9.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
9.1.9.1.9.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
9.1.9.1.9.15.00.00.00	Dedução Multas			-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
9.1.9.1.9.15.02.00.00	Dedução Multas de Trânsito Conv. SSP/Trânsito			-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
9.1.9.1.9.15.02.01.00	Dedução Multas de Trânsito Conv. SSP/Trânsito			-1.932,69	0,00	0,00	0,00	-1.932,69
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>								
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			22.262.595,00	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00	88.065.670,00
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.462.595,00	20.950.975,00	21.038.200,00	21.113.900,00	83.565.670,00
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA			300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS			300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária			300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			146.500,00	171.500,00	174.700,00	177.900,00	670.600,00
4.1.3.2.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			146.500,00	171.500,00	174.700,00	177.900,00	670.600,00
4.1.3.2.5.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			146.500,00	171.500,00	174.700,00	177.900,00	670.600,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			146.500,00	171.500,00	174.700,00	177.900,00	670.600,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB			123.500,00	146.500,00	149.700,00	152.900,00	572.600,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>									
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS PAB	0.2.0064	02.00.00		22.262.595,00	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00	88.065.670,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Teto				41.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	167.000,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS CEO	0.2.0065	02.00.00		41.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	167.000,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS CEO				44.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	164.000,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Epidem.	0.2.0065	02.00.00		5.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	68.000,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Vig. Sanit.	0.2.0066	02.00.00		5.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	68.000,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS DST/AIDS	0.2.0066	02.00.00		4.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	98.000,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Com. Ba. Farm.	0.2.0066	02.00.00		4.000,00	25.000,00	26.000,00	27.000,00	98.000,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Gestão SUS	0.2.0067	02.00.00		4.000,00	4.000,00	4.100,00	4.200,00	16.300,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remuneração de Outros Dep. Banc. Vinc. Atenção Bás	0.2.0070	02.00.00		4.500,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	37.500,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Vinc UPA	0.2.0064	02.00.00		4.500,00	10.000,00	11.000,00	12.000,00	37.500,00
4.1.3.2.5.01.03.11.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Vinc UPA	0.2.0065	02.00.00		3.000,00	3.500,00	3.600,00	3.700,00	13.800,00
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Remuneração de Média e Alta	0.2.0065	02.00.00		3.000,00	3.500,00	3.600,00	3.700,00	13.800,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Saúde	0.2.0065	02.00.00		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Apões e Serv.	0.2.0200	02.00.00		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0.2.0200	02.00.00		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS				13.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	73.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS				13.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	73.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.60.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)				10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Saúde da Família				19.986.095,00	20.443.475,00	20.525.500,00	20.596.000,00	81.551.070,00
4.1.7.2.1.33.11.30.10.00	Saúde da Família				19.986.095,00	20.443.475,00	20.525.500,00	20.596.000,00	81.551.070,00
4.1.7.2.1.33.11.30.11.00	Saúde Bucal	0.2.0064	02.00.00		16.824.345,00	17.848.275,00	17.890.000,00	17.923.000,00	70.485.620,00
4.1.7.2.1.33.11.30.12.00	Agentes Comunitários de Saúde				16.824.345,00	17.848.275,00	17.890.000,00	17.923.000,00	70.485.620,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fund.	0.2.0064	02.00.00		4.991.850,00	5.225.000,00	5.228.000,00	5.231.000,00	20.675.850,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Teto Financeiro	0.2.0064	02.00.00		1.938.600,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	7.938.600,00
					1.938.600,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	7.938.600,00
					2.423.250,00	2.575.000,00	2.577.000,00	2.579.000,00	10.154.250,00
					969.300,00	1.030.000,00	1.030.000,00	1.030.000,00	4.059.300,00
					969.300,00	1.030.000,00	1.030.000,00	1.030.000,00	4.059.300,00
					269.250,00	270.000,00	271.000,00	272.000,00	1.082.250,00
					269.250,00	270.000,00	271.000,00	272.000,00	1.082.250,00
					1.184.700,00	1.275.000,00	1.276.000,00	1.277.000,00	5.012.700,00
					1.184.700,00	1.275.000,00	1.276.000,00	1.277.000,00	5.012.700,00
					630.000,00	650.000,00	651.000,00	652.000,00	2.583.000,00
					630.000,00	650.000,00	651.000,00	652.000,00	2.583.000,00
					10.807.070,00	11.587.500,00	11.615.000,00	11.633.000,00	45.642.570,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 15/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>									
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Teto Financeiro				22.262.595,00	22.250.975,00	22.338.200,00	22.213.900,00	88.065.670,00
4.1.7.2.1.33.12.10.17.00	Teto Financeiro				8.350.000,00	8.762.500,00	8.778.000,00	8.789.000,00	34.679.500,00
		0.2.0065	02.00.00		8.100.000,00	8.500.000,00	8.510.000,00	8.515.000,00	33.625.000,00
4.1.7.2.1.33.12.10.20.00	SAMU - Serv. Atend. Móvel de Urgência				8.100.000,00	8.500.000,00	8.510.000,00	8.515.000,00	33.625.000,00
		0.2.0057	02.00.00		150.000,00	157.500,00	158.000,00	159.000,00	624.500,00
4.1.7.2.1.33.12.10.59.00	CEO - Centro Espec. Odontológicas				150.000,00	157.500,00	158.000,00	159.000,00	624.500,00
		0.2.0065	02.00.00		100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
4.1.7.2.1.33.12.14.00.00	CAPS				100.000,00	105.000,00	110.000,00	115.000,00	430.000,00
		0.2.0065	02.00.00		400.000,00	420.000,00	421.000,00	422.000,00	1.663.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.00.00	Terapia Renal Substitutiva				400.000,00	420.000,00	421.000,00	422.000,00	1.663.000,00
4.1.7.2.1.33.12.20.57.00	Terapia Renal Substitutiva				2.046.300,00	2.400.000,00	2.410.000,00	2.415.000,00	9.271.300,00
		0.2.0065	02.00.00		2.046.300,00	2.400.000,00	2.410.000,00	2.415.000,00	9.271.300,00
4.1.7.2.1.33.12.99.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo FAEC				10.770,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00	28.770,00
		0.2.0065	02.00.00		10.770,00	5.000,00	6.000,00	7.000,00	28.770,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde				530.775,00	525.775,00	532.000,00	539.000,00	2.127.550,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde				480.775,00	480.775,00	486.000,00	492.000,00	1.939.550,00
4.1.7.2.1.33.13.10.16.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde				400.000,00	400.000,00	405.000,00	410.000,00	1.615.000,00
		0.2.0066	02.00.00		400.000,00	400.000,00	405.000,00	410.000,00	1.615.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.18.00	Vigilância Epid. e Amb. em Saúde - DST/HIV				80.775,00	80.775,00	81.000,00	82.000,00	324.550,00
		0.2.0066	02.00.00		80.775,00	80.775,00	81.000,00	82.000,00	324.550,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária				50.000,00	45.000,00	46.000,00	47.000,00	188.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.15.00	Vigilância Sanitária				50.000,00	45.000,00	46.000,00	47.000,00	188.000,00
		0.2.0066	02.00.00		484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00	1.999.650,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica				484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00	1.999.650,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica				484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00	1.999.650,00
		0.2.0067	02.00.00		484.650,00	500.000,00	505.000,00	510.000,00	1.999.650,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Qualificação Gestão do SUS				10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação Gestão do SUS				10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
		0.2.0070	02.00.00		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados				3.161.750,00	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00	11.065.450,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde				3.161.750,00	2.595.200,00	2.635.500,00	2.673.000,00	11.065.450,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Farmacêutica				376.950,00	405.000,00	406.000,00	407.000,00	1.594.950,00
		0.2.0067	02.00.00		376.950,00	405.000,00	406.000,00	407.000,00	1.594.950,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	PSF				269.250,00	289.000,00	311.000,00	334.000,00	1.203.250,00
		0.2.0064	02.00.00		269.250,00	289.000,00	311.000,00	334.000,00	1.203.250,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	CEO				50.000,00	79.200,00	79.500,00	80.000,00	288.700,00
		0.2.0065	02.00.00		50.000,00	79.200,00	79.500,00	80.000,00	288.700,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenioterapia				100.000,00	102.000,00	109.000,00	117.000,00	428.000,00
		0.2.0065	02.00.00		100.000,00	102.000,00	109.000,00	117.000,00	428.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Farmácia Básica Diabetes				50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		0.2.0067	02.00.00		50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência				2.315.550,00	1.200.000,00	1.210.000,00	1.215.000,00	5.940.550,00
		0.2.0065	02.00.00		2.315.550,00	1.200.000,00	1.210.000,00	1.215.000,00	5.940.550,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 16/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>				<b>22.262.595,00</b>	<b>22.250.975,00</b>	<b>22.338.200,00</b>	<b>22.213.900,00</b>	<b>88.065.670,00</b>
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00 Média e Alta Complexidade				0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
4.1.7.2.2.33.11.00.00.00 Incentivo para Captação de Órgãos	0.2.0065	02.00.00		0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES				0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES				30.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00	144.000,00
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores				30.000,00	36.000,00	38.000,00	40.000,00	144.000,00
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00 Outras Restituições	0.2.0200	02.00.00		20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	86.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00 Outras Restituições				20.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	58.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL				10.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00	58.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0.2.0200	02.00.00		1.800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00	5.500.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				1.800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00	5.500.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União				800.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.100.000,00	4.500.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União				0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
4.2.4.2.1.01.03.00.00.00 Bloco de Investimento Média e Alta Complexidade				0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	0.2.0065	02.00.00		800.000,00	800.000,00	800.000,00	600.000,00	3.000.000,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados				500.000,00	500.000,00	500.000,00	300.000,00	1.800.000,00
4.2.4.2.2.02.00.00.00.00 Transf. de Recursos Destinados Programas	0.2.0064	02.00.00		500.000,00	500.000,00	500.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades				300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	0.2.0065	02.00.00		1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União				1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				<b>41.986.922,53</b>	<b>51.777.970,00</b>	<b>52.562.480,00</b>	<b>53.472.210,00</b>	<b>198.799.582,53</b>
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS				41.986.922,53	51.777.970,00	52.562.480,00	53.472.210,00	198.799.582,53
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES				30.025.323,08	38.949.970,00	39.138.130,00	39.556.540,00	147.669.963,08
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES				6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00	26.885.358,58
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00	26.885.358,58
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio				6.098.318,58	6.859.370,00	6.912.130,00	7.015.540,00	26.885.358,58
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 Contrib. de Servidor Ativo Civil				6.073.584,74	6.826.120,00	6.878.530,00	6.981.340,00	26.759.574,74
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00 Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura				4.061.720,57	4.550.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00	17.911.720,57
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00 Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	0.2.0203	03.01.00		4.061.720,57	4.550.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00	17.911.720,57
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00 Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara				290.924,17	341.000,00	342.000,00	343.000,00	1.316.924,17
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00 Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	0.2.0203	03.01.00		290.924,17	341.000,00	342.000,00	343.000,00	1.316.924,17
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00 Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara				26.909,49	37.900,00	38.000,00	38.500,00	141.309,49
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00 Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	0.2.0203	03.01.00		26.909,49	37.900,00	38.000,00	38.500,00	141.309,49

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 17/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>									
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúde	0.2.0203	03.01.00		41.986.922,53	51.777.970,00	52.562.480,00	53.472.210,00	198.799.582,53
					1.533.082,51	1.720.000,00	1.721.000,00	1.722.000,00	6.696.082,51
4.1.2.1.0.29.07.05.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	0.2.0203	03.01.00		1.533.082,51	1.720.000,00	1.721.000,00	1.722.000,00	6.696.082,51
					34.527,76	38.600,00	38.700,00	38.800,00	150.627,76
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	0.2.0203	03.01.00		34.527,76	38.600,00	38.700,00	38.800,00	150.627,76
					82.501,75	98.400,00	98.500,00	98.600,00	378.001,75
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desportos	0.2.0203	03.01.00		82.501,75	98.400,00	98.500,00	98.600,00	378.001,75
					19.718,49	22.200,00	22.300,00	22.400,00	86.618,49
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	0.2.0203	03.01.00		19.718,49	22.200,00	22.300,00	22.400,00	86.618,49
					24.200,00	18.020,00	18.030,00	18.040,00	78.290,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	0.2.0203	03.01.00		24.200,00	18.020,00	18.030,00	18.040,00	78.290,00
					9.754,60	16.750,00	17.000,00	17.500,00	61.004,60
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	0.2.0203	03.01.00		9.754,60	16.750,00	17.000,00	17.500,00	61.004,60
					14.979,24	16.500,00	16.600,00	16.700,00	64.779,24
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib. de Pensionista Civil	0.2.0203	03.01.00		14.979,24	16.500,00	16.600,00	16.700,00	64.779,24
					23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00	118.611.600,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0.2.0203	03.01.00		23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00	118.611.600,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0.2.0203	03.01.00		23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00	118.611.600,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	0.2.0203	03.01.00		23.400.000,00	31.546.600,00	31.680.000,00	31.985.000,00	118.611.600,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	0.2.0203	03.01.00		22.800.000,00	31.071.600,00	31.200.000,00	31.500.000,00	116.571.600,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	0.2.0203	03.01.00		22.800.000,00	31.071.600,00	31.200.000,00	31.500.000,00	116.571.600,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.2.0203	03.01.00		600.000,00	475.000,00	480.000,00	485.000,00	2.040.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0.2.0203	03.01.00		600.000,00	475.000,00	480.000,00	485.000,00	2.040.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0.2.0203	03.01.00		527.004,50	544.000,00	546.000,00	556.000,00	2.173.004,50
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros Mora Alienação Outros Bens Imóveis	0.2.0289	03.02.00		6.004,50	0,00	0,00	0,00	6.004,50
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0.2.0289	03.02.00		6.004,50	0,00	0,00	0,00	6.004,50
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0.2.0289	03.02.00		6.004,50	0,00	0,00	0,00	6.004,50
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	0.2.0205	03.01.00		520.000,00	543.000,00	545.000,00	555.000,00	2.163.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0.2.0205	03.01.00		520.000,00	543.000,00	545.000,00	555.000,00	2.163.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	0.2.0205	03.01.00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0.2.0203	03.01.00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0.2.0203	03.01.00		11.916.599,45	12.828.000,00	13.424.350,00	13.915.670,00	52.084.619,45
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0.2.0203	03.01.00		11.892.599,45	12.793.000,00	13.389.350,00	13.880.670,00	51.955.619,45
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	0.2.0203	03.01.00		11.892.599,45	12.793.000,00	13.389.350,00	13.880.670,00	51.955.619,45
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Serv. Ativo - Intra-Orçam.	0.2.0203	03.01.00		9.181.049,90	9.430.729,00	9.889.918,50	10.398.934,70	38.900.632,10
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Prefeitura	0.2.0203	03.01.00		5.984.659,50	6.161.771,00	6.572.758,50	7.030.184,70	25.749.373,70
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - SAMAE	0.2.0203	03.01.00		5.984.659,50	6.161.771,00	6.572.758,50	7.030.184,70	25.749.373,70
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Câmara	0.2.0203	03.01.00		536.044,80	557.788,00	591.360,00	626.780,00	2.311.972,80
					536.044,80	557.788,00	591.360,00	626.780,00	2.311.972,80
					68.000,00	71.610,00	80.080,00	90.090,00	309.780,00
					68.000,00	71.610,00	80.080,00	90.090,00	309.780,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 18/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação				Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor	
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							41.986.922,53	51.777.970,00	52.562.480,00	53.472.210,00	199.799.582,53	
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fundo de Saúde				0.2.0203	03.01.00		2.348.000,00	2.375.450,00	2.375.450,00	2.375.450,00	2.375.450,00	9.474.350,00
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - EMHAB				0.2.0203	03.01.00		50.178,40	56.980,00	57.750,00	58.520,00	58.520,00	223.428,40
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Cultural				0.2.0203	03.01.00		124.092,00	134.750,00	138.600,00	142.450,00	142.450,00	539.892,00
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Desportos				0.2.0203	03.01.00		30.075,20	33.880,00	34.650,00	35.420,00	35.420,00	134.025,20
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00 Contrib. Patronal Serv. Ativo - IPRESBS				0.2.0203	03.01.00		40.000,00	38.500,00	39.270,00	40.040,00	40.040,00	157.810,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00 Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu				0.2.0203	03.01.00		2.294.827,47	2.816.971,00	2.954.131,50	2.936.435,30	2.936.435,30	11.002.365,27
4.7.2.1.0.29.13.01.00.00 Contrib. Previd. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA				0.2.0203	03.01.00		1.496.164,87	1.840.529,00	1.963.291,50	2.099.925,30	2.099.925,30	7.399.910,67
4.7.2.1.0.29.13.02.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE				0.2.0275	03.01.00		134.011,20	166.612,00	176.640,00	17.480,00	17.480,00	494.743,20
4.7.2.1.0.29.13.03.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - Câmara				0.2.0275	03.01.00		0,00	166.612,00	176.640,00	17.480,00	17.480,00	360.732,00
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE				0.2.0275	03.01.00		17.000,00	21.390,00	23.920,00	26.910,00	26.910,00	89.220,00
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB				0.2.0203	03.01.00		17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultural				0.2.0275	03.01.00		587.000,00	709.550,00	709.550,00	709.550,00	709.550,00	2.715.650,00
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD				0.2.0203	03.01.00		587.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.000,00
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00 Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS				0.2.0275	03.01.00		12.544,60	17.020,00	17.250,00	17.480,00	17.480,00	2.128.650,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00 Contr. Previd em Regime de Parcelamento de Débitos				0.2.0203	03.01.00		0,00	40.250,00	41.400,00	42.550,00	42.550,00	155.223,00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES				0.2.0275	03.01.00		31.023,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.023,00
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora				0.2.0203	03.01.00		0,00	40.250,00	41.400,00	42.550,00	42.550,00	124.200,00
4.7.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora-Outras Receitas				0.2.0275	03.01.00		7.518,80	10.120,00	10.350,00	10.580,00	10.580,00	38.568,80
4.7.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora				0.2.0203	03.01.00		7.518,80	0,00	0,00	0,00	0,00	7.518,80
4.8.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				0.2.0275	03.01.00		9.565,00	11.500,00	11.730,00	11.960,00	11.960,00	31.050,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		9.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,00
4.8.3.0.80.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		416.722,08	545.300,00	545.300,00	545.300,00	545.300,00	2.052.622,08
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		416.722,08	545.300,00	545.300,00	545.300,00	545.300,00	2.052.622,08
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	129.000,00
4.8.3.0.0.00.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos				0.2.0203	03.01.00		24.000,00	35.000,00				

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 19/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>				<b>41.986.922,53</b>	<b>51.777.970,00</b>	<b>52.562.480,00</b>	<b>53.472.210,00</b>	<b>198.799.582,53</b>
4.8.3.0.0.80.01.00.00.00 Amortização de Financiamentos de Bens	0.2.0289	03.02.00		45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
				45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>				<b>1.576.000,00</b>	<b>2.812.000,00</b>	<b>2.840.000,00</b>	<b>2.868.000,00</b>	<b>10.096.000,00</b>
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS				1.576.000,00	2.812.000,00	2.840.000,00	2.868.000,00	10.096.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES				611.500,00	2.117.000,00	2.143.000,00	2.169.000,00	7.040.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL				28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00	285.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS				28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00	285.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários				28.000,00	76.000,00	79.000,00	82.000,00	285.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados				0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.				0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00 Remun.de Outros Depós.Banc.Rec. Vinculados	0.2.0289	04.01.00		0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. Outros Dep. Banc. Rec. fl Vinc.				28.000,00	74.000,00	76.000,00	78.000,00	256.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00 Remun.de Outros Depós.Banc.Rec Não Vinc.				0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	45.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. Outros Dep. Banc. Rec. fl Vinc.	0.1.0000	00.00.00		0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	45.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.2.0200	00.00.00		28.000,00	60.000,00	61.000,00	62.000,00	211.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora				8.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	67.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00 Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.				0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00 Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.				0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
4.1.9.1.5.99.03.00.00.00 Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	0.2.0200	00.00.00		0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas				8.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	71.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00 Outras Multas e Juros de Mora	0.2.0200	00.00.00		8.000,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	71.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA				0,00	500.000,00	501.000,00	502.000,00	1.503.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa não tributária				0,00	500.000,00	501.000,00	502.000,00	1.503.000,00
4.1.9.3.2.01.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Contrib Prev P/Reg Geral Prev Soci				0,00	500.000,00	501.000,00	502.000,00	1.503.000,00
4.1.9.3.2.01.25.00.00.00 Dívida Ativa Não-Tributária (ARLP)	0.2.0200	00.00.00		0,00	500.000,00	501.000,00	502.000,00	1.503.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS				575.500,00	1.471.000,00	1.491.000,00	1.511.000,00	5.048.500,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas				575.500,00	1.471.000,00	1.491.000,00	1.511.000,00	5.048.500,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00.00 Outras Receitas				575.500,00	0,00	0,00	0,00	575.500,00
4.1.9.9.0.99.13.00.00.00 OUTRAS RECEITAS	0.2.0200	00.00.00		575.500,00	0,00	0,00	0,00	575.500,00
4.1.9.9.0.99.14.00.00.00 Outras Receitas Financ. Imobiliário por Grupos	0.1.0000	00.00.00		0,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	6.000,00
4.1.9.9.0.99.14.01.00.00 Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 1				0,00	485.000,00	503.000,00	521.000,00	1.509.000,00
4.1.9.9.0.99.14.02.00.00 Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 3	0.2.0200	00.00.00		0,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	87.000,00
				0,00	28.000,00	29.000,00	30.000,00	87.000,00
				0,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00	39.000,00
				0,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00	39.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 20/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação		Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>									
4.1.9.0.0.99.14.03.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 5	0.2.0200	00.00.00		1.576.000,00	2.812.000,00	2.840.000,00	2.868.000,00	10.096.000,00
4.1.9.0.0.99.14.04.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 6				0,00	115.000,00	116.000,00	117.000,00	348.000,00
4.1.9.0.0.99.14.05.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 7	0.2.0200	00.00.00		0,00	115.000,00	116.000,00	117.000,00	348.000,00
4.1.9.0.0.99.14.06.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 8	0.2.0200	00.00.00		0,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	99.000,00
4.1.9.0.0.99.14.07.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 10	0.2.0200	00.00.00		0,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00	99.000,00
4.1.9.0.0.99.14.08.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 12	0.2.0200	00.00.00		0,00	3.000,00	4.000,00	5.000,00	12.000,00
4.1.9.0.0.99.14.09.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 13	0.2.0200	00.00.00		0,00	3.000,00	4.000,00	5.000,00	12.000,00
4.1.9.0.0.99.14.10.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 14	0.2.0200	00.00.00		0,00	37.000,00	38.000,00	39.000,00	114.000,00
4.1.9.0.0.99.14.11.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 15	0.2.0200	00.00.00		0,00	37.000,00	38.000,00	39.000,00	114.000,00
4.1.9.0.0.99.14.12.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 16	0.2.0200	00.00.00		0,00	27.000,00	28.000,00	29.000,00	84.000,00
4.1.9.0.0.99.14.13.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 17	0.2.0200	00.00.00		0,00	12.000,00	13.000,00	14.000,00	39.000,00
4.1.9.0.0.99.14.14.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 18	0.2.0200	00.00.00		0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	45.000,00
4.1.9.0.0.99.14.15.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 19	0.2.0200	00.00.00		0,00	14.000,00	15.000,00	16.000,00	45.000,00
4.1.9.0.0.99.14.16.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 20	0.2.0200	00.00.00		0,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	96.000,00
4.1.9.0.0.99.14.17.00.00	Outras Rec. Financ. Imob. Grupo 21	0.2.0200	00.00.00		0,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00	96.000,00
4.1.9.0.0.99.14.18.00.00	Outras Rec. Financ. Diversos	0.2.0200	00.00.00		0,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	72.000,00
4.1.9.0.0.99.15.00.00.00	Outras Receitas	0.2.0200	00.00.00		0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.2.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
4.2.2.0.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS				0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
4.2.2.2.0.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
4.2.2.2.5.0.0.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos				0,00	7.000,00	8.000,00	9.000,00	24.000,00
4.2.3.0.0.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos				0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
		0.2.0200	00.00.00		0,00	2.000,00	3.000,00	4.000,00	9.000,00
		0.2.0200	00.00.00		0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00	153.000,00
		0.2.0200	00.00.00		0,00	985.000,00	986.000,00	987.000,00	2.958.000,00
		0.2.0200	00.00.00		0,00	985.000,00	986.000,00	987.000,00	2.958.000,00
					964.500,00	695.000,00	697.000,00	699.000,00	3.055.500,00
					890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00	2.738.000,00
					890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00	2.738.000,00
					890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00	2.738.000,00
		0.2.0289	04.01.00		890.000,00	615.000,00	616.000,00	617.000,00	2.738.000,00
					74.500,00	80.000,00	81.000,00	82.000,00	317.500,00
					74.500,00	80.000,00	81.000,00	82.000,00	317.500,00
		0.2.0200	00.00.00		74.500,00	80.000,00	81.000,00	82.000,00	317.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
**PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual**

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 21/26  
Data: 11/08/2014

[illegible]

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 22/26  
Data: 11/08/2014

Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE									
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços				110.878,10	120.900,00	128.600,00	75.370,00	435.748,10
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Desligamento de Água/Esgoto				6.637,28	7.300,00	7.800,00	8.300,00	30.037,28
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	0.2.0200	00.00.00		6.637,28	7.300,00	7.800,00	8.300,00	30.037,28
4.1.6.0.0.99.03.00.00.00	Aferição de Hidrômetro	0.2.0200	00.00.00		55.377,45	60.200,00	63.900,00	6.770,00	186.247,45
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Conservação	0.2.0200	00.00.00		55.377,45	60.200,00	63.900,00	6.770,00	186.247,45
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Atualização do Padrão de Ligação				225,47	300,00	400,00	400,00	1.325,47
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Análises de Água	0.2.0200	00.00.00		225,47	300,00	400,00	400,00	1.325,47
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	0.2.0200	00.00.00		12.665,38	13.800,00	14.700,00	15.600,00	56.765,38
4.1.6.0.0.99.08.00.00.00	Outras Receitas	0.2.0200	00.00.00		12.665,38	13.800,00	14.700,00	15.600,00	56.765,38
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				223,57	300,00	400,00	400,00	1.323,57
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora				2785,91	3.100,00	3.300,00	3.500,00	12.685,91
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas				32.963,04	35.900,00	38.100,00	40.400,00	147.363,04
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora				166.392,20	210.100,00	223.500,00	237.500,00	837.492,20
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00	545.798,40
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES				101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00	545.798,40
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações				101.598,40	139.500,00	147.900,00	156.800,00	545.798,40
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES				42.673,55	46.500,00	49.400,00	52.300,00	190.873,55
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições				2.741,00	3.000,00	3.200,00	3.400,00	12.341,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições				2.741,00	3.000,00	3.200,00	3.400,00	12.341,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECETA DA DÍVIDA ATIVA				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.04.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.05.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.06.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.07.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.08.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.09.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.10.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.11.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.12.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.13.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.14.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.15.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.16.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.17.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.18.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.19.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.20.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.21.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.22.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.23.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.24.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.25.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.26.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.27.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.28.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.29.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.30.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.31.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.32.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.33.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.34.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.35.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.36.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.37.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.38.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.39.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.40.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.41.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.42.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.43.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.44.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.45.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.46.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.47.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.48.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.49.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.50.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.51.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.52.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.53.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.54.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.55.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.56.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.57.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.58.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.59.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.				39.932,55	43.500,00	46.200,00	48.900,00	178.532,55
4.1.9.3.2.99.60.00.00.00									

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 23/26  
Data: 11/08/2014

Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE									
4.2.2.1.6.00.01.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos	0.2.0289	04.01.00	Não detalhado	14.786.743,23	20.935.180,00	22.481.300,00	23.776.170,00	81.979.393,23
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos				5.854,14	6.400,00	6.800,00	7.200,00	26.254,14
4.2.2.1.7.00.01.00.00.00	Alienação de Equipamento de Informática				5.854,14	6.400,00	6.800,00	7.200,00	26.254,14
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0.2.0289	04.01.00	Não detalhado	2.147,41	2.400,00	2.600,00	2.700,00	9.847,41
4.7.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS				2.147,41	2.400,00	2.600,00	2.700,00	9.847,41
4.7.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. Captação, Adução, Trat. Res. Distrib. Água				195.035,32	218.300,00	231.500,00	245.400,00	890.235,32
4.7.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	179.700,00	201.600,00	213.700,00	226.600,00	821.600,00
4.7.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta, Transp., Trat. e Dest. Final Res.				179.700,00	201.600,00	213.700,00	226.600,00	821.600,00
4.7.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos				15.335,32	16.700,00	17.800,00	18.800,00	68.635,32
		0.2.0200	00.00.00		15.335,32	16.700,00	17.800,00	18.800,00	68.635,32
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS									
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0.2.0224	04.00.00	Não detalhado	1.745.500,00	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00	7.123.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES				1.745.500,00	1.787.000,00	1.792.500,00	1.798.000,00	7.123.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				22.500,00	9.000,00	9.500,00	10.000,00	51.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	16.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	22.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários				16.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	22.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários				15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.01.99.99.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinculados				15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários				15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	18.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.3.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.3.3.3.0.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Public	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	29.000,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública				6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	29.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS				6.500,00	7.000,00	7.500,00	8.000,00	29.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	120.000,00	125.000,00	130.000,00	135.000,00	510.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				120.000,00	125.000,00	130.000,00	135.000,00	510.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	6.550.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0.2.0224	04.00.00	Não detalhado	1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	6.550.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União				1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	6.550.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				1.600.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	1.650.000,00	6.550.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0.2.0200	00.00.00	Não detalhado	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 24/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>				<b>1.745.500,00</b>	<b>1.787.000,00</b>	<b>1.792.500,00</b>	<b>1.798.000,00</b>	<b>7.123.000,00</b>
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Outras Restituições				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
Outras Restituições				2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00		0.2.0200	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
RECEITAS DIVERSAS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Outras Receitas				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00.00				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Outras Receitas - Diversas - PMSBS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
4.1.9.9.0.99.12.00.00.00		0.2.0200	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Outras Receitas - Diversas - PMSBS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				<b>887.000,00</b>	<b>2.233.000,00</b>	<b>2.724.000,00</b>	<b>2.722.500,00</b>	<b>8.566.500,00</b>
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00				887.000,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00	8.566.500,00
RECEITAS				887.000,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00	8.566.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00				672.000,00	1.259.000,00	1.583.000,00	1.790.500,00	5.304.500,00
RECEITAS CORRENTES				672.000,00	1.259.000,00	1.583.000,00	1.790.500,00	5.304.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00				6.000,00	18.000,00	23.000,00	25.000,00	72.000,00
RECEITA PATRIMONIAL				6.000,00	18.000,00	23.000,00	25.000,00	72.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00				0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS				0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00				0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários				0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários conta vinculada				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00		0.2.0224	04.03.00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00				0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
Remun. de Outros Dep. de Rec. não Vinc.				0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00				0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
Remun Outros Dep Banc de Rec Não Vinculados 1				0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00		0.2.0200	00.00.00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
Remun Outros Dep. Banc Rec Não Vinculados 2				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00		0.2.0200	00.00.00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00				6.000,00	15.000,00	20.000,00	22.000,00	63.000,00
Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic				6.000,00	15.000,00	20.000,00	22.000,00	63.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00				0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública				0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00		0.2.0200	00.00.00	0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
Rec de Outorga de Dir Uso/Explor de Criação Proteg				0,00	8.000,00	9.000,00	10.000,00	27.000,00
4.1.3.3.3.02.00.00.00.00		0.2.0224	04.00.00	6.000,00	7.000,00	11.000,00	12.000,00	36.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS				6.000,00	7.000,00	11.000,00	12.000,00	36.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00				13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00	59.500,00
Serviços Recreativos e Culturais				13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00	59.500,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00				13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00	59.500,00
Serviços Recreativos e Culturais				13.000,00	14.000,00	15.000,00	17.500,00	59.500,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00		0.2.0200	00.00.00	649.000,00	1.220.000,00	1.537.000,00	1.740.000,00	5.146.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				649.000,00	1.220.000,00	1.537.000,00	1.740.000,00	5.146.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00				444.000,00	1.000.000,00	1.302.000,00	1.480.000,00	4.226.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				444.000,00	1.000.000,00	1.302.000,00	1.480.000,00	4.226.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00				379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00	3.906.000,00
Transferências da União				379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00	3.906.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00		0.2.0224	04.00.00	379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00	3.906.000,00
Outras Transferências da União				379.000,00	900.000,00	1.227.000,00	1.400.000,00	3.906.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00				65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00
Transferências dos Estados				65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00				65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00
Outras Transferências dos Estados				65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00		0.2.0224	04.00.00	65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00
Outras Transf. dos Estados - Outros				65.000,00	100.000,00	75.000,00	80.000,00	320.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Relação Detalhada das Receitas Planejadas  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 25/26  
Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL</b>				<b>887.000,00</b>	<b>2.233.000,00</b>	<b>2.724.000,00</b>	<b>2.722.500,00</b>	<b>8.566.500,00</b>
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00 Transferências de Instituições Privadas				150.000,00	160.000,00	170.000,00	190.000,00	670.000,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00 Transferências para o Combate à Fome	0.2.0224	04.00.00		150.000,00	160.000,00	170.000,00	190.000,00	670.000,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00 Provenientes de Pessoas Jurídicas				55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	250.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.2.0224	04.00.00		55.000,00	60.000,00	65.000,00	70.000,00	250.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora				4.000,00	7.000,00	8.000,00	8.000,00	27.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora das Contribuições				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00 MJ de Mora de Outras Contrib - Principal				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0.2.0200	00.00.00		0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES				4.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00	24.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 Outras Restituições				4.000,00	6.000,00	7.000,00	7.000,00	24.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00 Outras Restituições				4.000,00	4.000,00	5.000,00	5.000,00	18.000,00
Outras Restituições	0.2.0200	00.00.00		0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	0.2.0200	00.00.00		0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS				215.000,00	974.000,00	1.141.000,00	932.000,00	3.262.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis				0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0.2.0289	04.01.01		0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				215.000,00	973.000,00	1.140.000,00	931.000,00	3.259.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados				45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00	220.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00 Outras Transferências dos Estados				45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00	220.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00 Transf. de Instituições Privadas	0.2.0224	04.00.00		45.000,00	65.000,00	50.000,00	60.000,00	220.000,00
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0.2.0224	04.00.00		170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades				170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00				0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00	2.299.000,00
				0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00	2.299.000,00



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 26/26

Data: 11/08/2014

Código Especificação	Recurso	Aplicação	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL				887.000,00	2.233.000,00	2.724.000,00	2.722.500,00	8.566.500,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União				0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00	2.299.000,00
	0.2.0224	04.00.00		0,00	728.000,00	900.000,00	671.000,00	2.299.000,00

Total geral:

271.320.074,86288.337.844,00303.883.573,00320.436.443,001.183.977.934,86

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS

Contadora

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/24

Data: 11/08/2014

Programa

0001 - Processo Legislativo

Objetivos

Aperfeiçoar as atividades do legislativo, dar cumprimento às funções, praticando o princípio da transparência de seus atos.

Justificativas

O Legislativo Municipal, composto atualmente por 10 Vereadores, funciona em sede própria e com amplo espaço físico, abrangendo inclusive as bancadas dos partidos. Com a nova sede foi ampliada a diversidade de seus trabalhos para o cumprimento de suas funções constitucionais. Sendo assim é necessária a contratação de pessoal; aquisição de novos equipamentos de informática; reforma e ampliação do prédio da Câmara como: troca do telhado, pintura interna e externa, melhorar o jardim e pintura do estacionamento; aquisição de um novo veículo, aquisição de móveis e as manutenções necessárias durante o período.

Diretrizes (Forma de implementação)

Executar as atribuições do Poder Legislativo, efetuar todas as manutenções que se fizerem necessárias, para exercer os objetivos a que se propõe, adquirir um veículo adicional, equipamentos permanentes para a sede, aperfeiçoar os conhecimentos dos senhores vereadores e servidores, bem como, ampliar o quadro funcional, tornar o processo legislativo mais humano, buscando maior participação da população.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	11.515.443,80
Total:			11.515.443,80	

Legenda:

0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/24  
Data: 11/08/2014

Programa

0002 - Gestão Administrativa do Gabinete

Objetivos

Desenvolver atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, em cumprimento aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, fortalecendo a prevenção da corrupção e ampliando a transparência da gestão pública, através do contínuo aperfeiçoamento e adoção das melhores práticas de gestão governamental.

Justificativas

Atender as Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos, dando suporte para a implantação dos Programas e Projetos, elaborar normas e procedimentos juntamente com o Departamento de Controle Interno, com a finalidade de evitar, prevenir e detectar possíveis erros, fraudes ou omissões. Atender os municípios em geral.

Diretrizes (Forma de implementação)

Adequar as assessorias às exigências futuras, facilitando as ações que lhe cabem que caracteriza a própria rotina do Gabinete do Prefeito e da Administração Pública em Geral.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.049 - Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades.	Entidades Beneficiadas (UN.)	0.1.0000	100,000	3.028.900,00
2.002 - Gestão do Gabinete do Prefeito	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	10.419.690,00
2.003 - Departamento de Defesa Civil - DEFIV	Pessoas Atendidas (UN.)	0.1.0000	100,000	194.700,00
2.004 - Manutenção e Conservação da OBM	Contribuição (UN.)	0.1.0105	100,000	2.637.293,14
		0.3.0305		0,00
2.005 - Contribuições Facultativas - Polícia Militar	Contribuição (UN.)	0.1.0106	100,000	287.000,00
		0.3.0306		0,00
2.011 - Departamento de Controle Interno - DECI	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	91.020,52
4.002 - Departamento de Comunicação Social - DECS	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	3.954.300,00
4.004 - Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS	Atendimentos (UN.)	0.2.0065	100,000	305.900,00
		0.6.0665		0,00
Total:			20.918.803,66	

Legenda:

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0105 - Funrebom - Bombeiros
- 0.1.0106 - FUNREBOM - Polícia Militar
- 0.2.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
- 0.3.0305 - Funrebom Bombeiros - Superávit Financeiro
- 0.3.0306 - FUNREBOM - Polícia Militar/Superáv
- 0.6.0665 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**

0003 - Procuradoria Jurídica

**Objetivos**

Aperfeiçoamento da Legislação Municipal, com adequação às finalidades da Administração Pública e aos interesses da coletividade, bem como, aprimoramento da defesa e dos interesses do Município.

**Justificativas**

Elaborar normas e procedimentos com a finalidade de evitar, prevenir e detectar possíveis erros, fraudes ou omissões; Comprovar a veracidade das informações da Administração Pública Municipal; Estimular a eficiência do pessoal, mediante a vigilância que exerce através dos relatórios; Promoção dos interesses judiciais e extrajudiciais do município.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Adquirir e disponibilizar bens e serviços necessários aos trabalhos desenvolvidos na Procuradoria, por meio de assinatura de periódicos, aquisição de softwares e livros, serviços de consultoria, serviços técnicos profissionais, entre outros.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	19.005.185,00
Total:			19.005.185,00	

**Legenda:**

0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/24  
Data: 11/08/2014

Programa  
0004 - Administração Geral

Objetivos

Desenvolver atividades do sistema de controle de interno do Poder Executivo Municipal, em cumprimento aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, fortalecendo a prevenção da corrupção e ampliando a transparência da gestão pública, através do contínuo aperfeiçoamento e adoção das melhores práticas de gestão governamental.

Justificativas

Promover integração da organização, através dos processos administrativos, estrutura, recursos e competências possibilitando a execução do Plano de Governo.

Diretrizes (Forma de implementação)

Ampliar o patrimônio de materiais permanentes das secretarias; Manter seguros os veículos das secretarias; Ampliar e modernizar a tecnologia de informação da Administração Pública; Administrar e aprimorar a gestão de Recursos Humanos; Melhorar e ampliar os serviços de Seleção e Treinamento em geral; Melhorar e ampliar os serviços de saúde e segurança no trabalho; Implantar a Gestão de Patrimônio no Município; Elaborar a Reforma Administrativa da Administração Pública.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.050 - Contribuição ao PASEP	Contribuição (UN.)	0.1.0000 0.1.0045	100.000	6.596.420,00 24.806,10
0.086 - Pagamentos Pensionistas	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	184.000,00
2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	24.624.400,00
2.009 - Gestão do Departamento de Recursos Humanos - DEREH	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	28.000,00
2.012 - Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação - DETIN	Modernização (UN.)	0.1.0000	100.000	94.000,00
2.043 - Gestão de Contratos Administrativos e Concessões	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	8.500,00
2.048 - Publicações Oficiais e Divulgações do Município	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	82.000,00
2.051 - Gestão dos Serviços Públicos	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	9.424.000,00
2.999 - Reserva de Contingência	Reserva de Contingência (UN.)	0.1.0000	100.000	1.200.000,00
Total:			42.266.126,10	

Legenda:

0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS  
0.1.0045 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos N

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**

0005 - Gerindo Recursos com Responsabilidade

**Objetivos**

Garantir a elaboração e execução do orçamento da Administração Municipal, promovendo a arrecadação de tributos e equilíbrio financeiro, proporcionando assim, os meios necessários à implementação e gestão dos programas de governo, visando à melhoria da qualidade do gasto público.

**Justificativas**

Garantir a elaboração e execução do orçamento da Administração Municipal, promovendo a arrecadação de tributos e equilíbrio financeiro, proporcionando assim, os meios necessários à implementação e gestão dos programas de governo, visando à melhoria da qualidade do gasto público.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Implementar e consolidar o orçamento comunitário, visando a divulgação e participação do cidadão no orçamento público, buscando maior transparência, redução de custos administrativos; Manter os compromissos relativos ao pagamento das tarifas bancárias; Proceder o lançamento dos tributos municipais; Promover ações para o desenvolvimento institucional e aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão; Manter atualizada a base cadastral analógica com a utilização do sistema de base georeferenciada do Cadastro Técnico Municipal; Manter a operacionalidade administrativa das unidades.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.047 - Amortização e Juros da Dívida Pública	Amortização (UN.)	0.1.0000 0.2.0200	100.000	35.045.329,93 6.300.000,00
2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	7.718.650,00
4.007 - Departamento de Receitas - DERECA	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100.000	1.061.900,00
<b>Total:</b>			<b>50.125.879,93</b>	

**Legenda:**

0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS  
0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 6/24

Data: 11/08/2014

Programa

0006 - Planejando com Eficiência

Objetivos

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, em cumprimento aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, fortalecendo a prevenção da corrupção e ampliando a transparência da gestão pública, através do contínuo aperfeiçoamento e adoção das melhores práticas de gestão governamental.

Justificativas

O crescimento urbano da cidade careceu de planejamento. O crescimento desordenado foi contido apenas a partir da década de 1990, a solução para os problemas advindos dessa falta de planejamento somente será alcançada com ações adequadas em cada área (trânsito, saneamento, etc.).

Diretrizes (Forma de implementação)

O programa visa planejar, projetar e orientar o crescimento da cidade de São Bento do Sul, com a infraestrutura básica necessária, de acordo com as normas técnicas e legais em vigor; Promover melhorias na mobilidade urbana; Construção de novo terminal rodoviário; Atualizar e melhorar a situação cadastral do município; Elaborar e implantar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana; Implantar o Plano Municipal de Saneamento; Pavimentar e melhorar as vias urbanas e rurais do município; Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para atender as necessidades da Secretaria.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.040 - Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto	Pavimento (Km.)	0.1.0000 0.1.0024 0.1.0083 0.3.0324	100,000	6.084.662,09 27.926.490,00 68.910.128,05 0,00
2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	9.405.400,00
2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA	Manutenção (UN.)	0.1.0000 0.1.0024	100,000	165.000,00 150.000,00
2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR	Convênios (UN.)	0.1.0056 0.1.0054	100,000	6.509.444,47 519.876,50
2.036 - Convênio SSP/Trânsito - POLICIA CIVIL	Convênios (UN.)	0.3.0354 0.1.0055	100,000	0,00 504.209,46
2.042 - Departamento de Projetos - DEPRO	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	596.808,49
Total:			120.772.019,06	

Legenda:

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.1.0054 - Convênio Trânsito - Militar
- 0.1.0055 - Convênio Trânsito - Civil
- 0.1.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura
- 0.1.0083 - Operação de Créditos Internas
- 0.3.0324 - Superávit - Convênios
- 0.3.0354 - Convênio Trânsito - Militar (Superávit)

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/24  
Data: 11/08/2014

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**

0007 - Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização

**Objetivos**

Planejar o crescimento de nossa cidade na área de desenvolvimento econômico, sempre visando gerar emprego e renda.

**Justificativas**

O desenvolvimento econômico do município visa a forma sustentável econômica, ambiental e social, bem como integrado regionalmente, estabelecendo uma visão de futuro, identificação de setores prioritários, estratégias de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento desses setores prioritizados da economia local, com ênfase na organização de arranjos produtivos locais, em especial quando se trata de micro, pequenas e médias empresas, além, de empresas de inovação tecnológica.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Executar planejamentos e obras para atribuir resultados futuros na abertura de novas empresas e novos negócios, assim sempre visando gerar emprego, renda e o bem social de nossa cidade e região, sempre atendendo os limites das leis e órgãos existentes.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.016 - Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	4.953.450,00
		0.1.0024		150.000,00
2.019 - Departamento de Turismo - DETUR	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	2.022.300,00
		0.1.0024		1.420.000,00
2.020 - Fundo Municipal de Turismo	Manutenção (UN.)	0.1.0110	100,000	12.806,10
		0.3.0310		0,00
2.070 - Departamento de Indústria e Comércio - DEICO	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	56.000,00
		0.1.0024		118.500,00
2.078 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	1.271.200,00
2.087 - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	Serviço (UN.)	0.1.0000	100,000	224.750,00
<b>Total:</b>			<b>10.229.006,10</b>	

**Legenda:**

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.1.0110 - Fundo Municipal de Turismo
- 0.3.0310 - Superávit Fundo de Desenvolvimento do Turismo

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 9/24

Data: 11/08/2014

Programa

0008 - Construindo um Município de Qualidade.

Objetivos

Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, em cumprimento aos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, fortalecendo a prevenção da corrupção e ampliando a transparência da gestão pública, através do contínuo aperfeiçoamento e adoção das melhores práticas de gestão governamental.

Justificativas

Realizar ações que visem a execução, manutenção e revitalização da infraestrutura urbana do Município. Promover integração da organização, através de processos administrativos, estrutura, recursos e competências possibilitando a execução do Plano de Governo.

Diretrizes (Forma de implementação)

Aquisição de máquinas e equipamentos em geral: Gerenciamento das atividades de administração e de gestão de recursos da Secretaria; Promover ações visando garantir a capacitação profissional, a proteção individual e a segurança dos servidores que desenvolvem atividades de obras públicas; Promover a execução, ampliação e adaptação para acessibilidade de obras de domínio público, como pontes, calçamento público, ciclovias e demais obras complementares. Promover a ampliação e manutenção da pavimentação asfáltica e respectivas obras complementares; Promover a ampliação e manutenção da rede de drenagem de águas pluviais.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	7.244.600,00
		0.1.0016		33.500,00
2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	28.581.580,00
2.030 - Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	Pavimento (UN.)	0.1.0000	100.000	6.447.947,00
		0.1.0024		148.790,00
		0.1.0045		2.009.124,34
		0.1.0089		1.384.284,72
		0.3.0345		0,00
2.031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	Serviço (UN.)	0.1.0017	100.000	10.666.811,65
		0.3.0317		0,00
2.033 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	Serviço (UN.)	0.1.0000	100.000	2.515.000,00
2.034 - Rádio Patrulha	Convênios (UN.)	0.1.0000	100.000	560.100,00
Total:			Total:	59.591.737,71

Legenda:

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0016 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
- 0.1.0017 - Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública - COSIP
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.1.0045 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos N
- 0.1.0089 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
- 0.3.0317 - Sup. financeiro Cosip

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/24  
Data: 11/08/2014

**Legenda:**

0.3.0345 - Superávit Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de R

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/24  
Data: 11/08/2014

Programa

0009 - Habitação com Qualidade

Objetivos

Diminuir o déficit habitacional, proporcionando as famílias carentes, um moradia digna; Atingir as residências que encontram-se em situação irregular; Intensificar a fiscalização para que novas áreas impróprias para habitação não sejam invadidas, dos loteamentos existentes e dos próximos que venham a ser implementados; Manter protegidas, sinalizadas e limpas as áreas verdes e APP's, cercando caso houver necessidade, nos loteamentos a serem implantados pela EIMHAB; Buscar novas parcerias com instituições públicas e privadas; Criar mecanismos para solucionar a inadimplência dos mutuários; Intensificar programas educacionais, voltados a preservação ambiental em parceria com o Departamento Municipal de Meio Ambiente e outras Secretarias Municipais, quando da implantação de novos loteamentos e dos já existentes.

Justificativas

A estrutura administrativa é composta por Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Assessor Jurídico e Chefes de Divisão, Coordenadores de Setor, tendo ainda em seu quadro funcional os seguintes profissionais concursados: Assistente Social, Assistente Administrativo, Arquiteto, Contador, Engenheiro, Pedreiro e Auxiliar de Serviços Gerais. A EIMHAB está localizada no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, localizado à Rua Benjamin Constant, 120, sala 02, Bairro Centro. Em 2007 foi publicado o Decreto nº 4500, que ampara o atendimento a famílias que vivem em situação de risco e insalubres, tendo uma demanda expressiva. O embasamento legal vem a regulamentar o artigo 3º da Lei nº 056/01 que cria a EIMHAB. O FMHIS foi reestruturado através da Lei nº 2048/2007 que criou também o Conselho Gestor do FMHIS, com o objetivo de gerenciar os recursos orçamentários para os programas destinados a população de menor renda. Atualmente existem 4.131 famílias cadastradas na EIMHAB e que ainda não foram atendidas, exigindo do município investimentos maciços na área habitacional, visto que desde a criação da EIMHAB em 2001, foram atendidas 1.942 famílias. Existem hoje no município 93 pontos com algum tipo de precariedade (invasão da área verde ou institucional, APP, loteamentos clandestinos áreas de risco, desmemoramento e alagamento entre outras), nestes locais há 1.402 residências, das quais muitas terão que ser recuperadas e regularizadas.

Diretrizes (Forma de implementação)

- Promover o desenvolvimento de Habitação de Interesse Social, seguindo as premissas do Plano Diretor vigente e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS;
- Ampliar os Programas habitacionais, atingindo famílias com renda até três salários mínimos (Op. Coletivas "Kit Casa", Kit Reforma, Imóvel na Planta e Minha Casa Minha Vida);
- Adquirir áreas, urbanizar e dar infra-estrutura, para construção de moradias populares, bem como, comercializar imóveis a famílias de baixa renda;
- Aperfeiçoar a qualificação profissional da EIMHAB através de treinamentos nas diversas áreas de atuação;
- Desenvolver mecanismos para a regularização das residências e criar um Programa específico de reassentamento para os casos impossíveis de regularização, (áreas verdes, institucionais e loteamentos clandestinos);
- Criar medidas preventivas para cobrir as invasões de áreas verdes, institucionais, APP e loteamentos clandestinos;
- Aprimorar a gestão financeira;
- Aperfeiçoamento da Lei nº 1714/06 Lei de Pontuação, visando o atendimentos das famílias cadastradas;
- Legalização dos loteamentos existentes;
- Implantação dos programas "Moradia Legal" e "Sobrou Douu".

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.017 - Investindo em Programs Habitacionais	Casas (UN.)	0.2.0200	100,000	6.592.000,00
		0.2.0289		2.747.000,00
1.018 - Programa FNHIS	Lotes (UN.)	0.1.0000	100,000	500.000,00
		0.1.0024		8.501.500,00
1.050 - Convênios - Trabalho Técnico Social	Convênios (UN.)	0.1.0000	100,000	6.000,00
		0.1.0024		250.000,00
2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EIMHAB.	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	5.287.834,00
2.056 - Regularização Fundiária Habitacional	Imóvel (UN.)	0.2.0200	4,000	706.000,00
Total:				24.590.334,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/24  
Data: 11/08/2014

**Legenda:**

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE
- 0.2.0289 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/24

Data: 11/08/2014

Programa

0010 - Inovando na Saúde

Objetivos

- 1 - Fortalecimento da atenção Básica; ( 1024; 2101; 2054; 2203)
- 2- Realização das ações de média e alta complexidade ambulatorial, hospitalar e estratégicas; (2201; 2202)
- 3- Promover as ações de Vigilância em Saúde; (2301; 2302; 2303)
- 4 - Implementação da Assistência Farmacêutica; (2401)

Justificativas

São Bento do Sul tem como premissa promover ações em saúde para fortalecer a assistência em saúde pública no município, de acordo com o Planejamento Plurianual, com objetivos de ampliar a Assistência, estimular ações de Promoção, Proteção e Apoio à Saúde do Usuário do Sistema Único de Saúde, sejam em ações de atenção primária à saúde, de média e de alta complexidade, priorizando atividades para legitimar os princípios básicos do SUS.

Desde o primeiro trimestre de 2012, o município conta com 10 (dez) equipes de Estratégias de Saúde da Família implantadas em seu território, totalizando cerca de 60,30% da população (SIAB:2012). Nas ESF's, são 102 Agentes Comunitários de Saúde implantados e cadastrados no sistema, abrangendo 61,88% das famílias cadastradas (SIAB:2012). São 07 Equipes de Saúde Bucal Modalidade 1, e 01 Equipe de Saúde Bucal Modalidade 2, implantadas e cadastradas no CNES, sistema de informação do Ministério da Saúde, e 09 Unidades Básicas de Saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde busca consolidar o SUS como forte sistema de saúde, que promova a integralidade, a universalidade, a equidade amparado pela ética, voltado para a excelência no atendimento em saúde pública e contribuindo decisivamente para a qualidade de vida da população.

Diretrizes (Forma de implementação)

1.1 Ampl. e readequação da rede Física com contrat. de profis., aquis. de mat. e equip. 1.2 Ampl./impl. de ESF. EACS; 1.3 Manut. e ampl. dos progr. de atenção à saúde, com ações descentralizadas; 1.4 Manut. das redes; 1.5 Amp./Manut. da rede de atend. odontol. 1.6 Ampl. dos horários de atend. nos locais de maior população; 1.7 Executar ações PMAQ com impl. do Protocolo de Manchester; 2.1 Renovação/manut. da frota; 2.2 Redimen. do atend. Especializado ambulatorial; 2.3 Contrat. com manut. e readequação dos serviços; 2.4 Manter CIS-AMUNESC e ampliar a participação em outros consórcios; 2.5 Implementar ações estratégicas de gestão no trabalho e educação na saúde; 2.5.3 Interligar os setores de RH/Pref. e SEMUS; 2.6 Ampliar o atendimento nas especialidades médicas com ênfase em oncologia/quimioterapia; 2.7 Criação/manut. de comissão de acompanhamento e avaliação dos serviços contratualizados; 2.8 Criação do Centro Integrado de Saúde - CIS; 2.9 Impl. de consultório oftalmológico e aquisição de equip.; 3.1 Executar as ações de Vigilância em Saúde do PAVS; 4.1 Manut. da Comissão de Farmácia e Terapêutica, padronização do elenco de medicamentos e capacitação dos atendentes de farmácia; 4.2 Impl. do Programa Remédio em Casa; 5.1 Promover a equidade na atenção integral à saúde; 5.2 Implementação da PNH; 5.3 Rediscutir, implementar Núcleo/Programa Saúde do Trabalho; 5.4 Readeq. organograma SEMUS; 5.5 Impl./manut. do prontuário eletrônico; 5.6 Manut. melhoria de serviços SEMUS.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.024 - Ampliação da rede Física da Saúde	Imóvel (5)	0.1.0002 0.2.0064	100,000	40.000,00 3.002.000,00
1.025 - Ampliação da Rede Física da Saúde - Média e Alta Complexidade	Imóvel (5)	0.1.0002 0.2.0065	100,000	40.000,00 2.504.000,00
2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica	Pessoas Atendidas (UN.)	0.1.0002 0.2.0064	100,000	99.026.047,02 5.106.100,00
2.101 - Estratégia da Saúde da Família	Manutenção (UN.)	0.2.0200 0.1.0002	100,000	1.442.000,00 13.590.000,00
2.102 - Gestão do SUS	Manutenção (UN.)	0.2.0064	100,000	12.785.250,00
2.201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade	Manutenção (UN.)	0.2.0070 0.1.0002 0.2.0065	100,000 100,000	42.000,00 4.710.000,00 50.749.870,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/24

Data: 11/08/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.202 - Operação e Manutenção do SAMU	Manutenção (UN.)	0.1.0002	100,000	637.000,00
		0.2.0057		624.500,00
2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	Manutenção (UN.)	0.2.0064	100,000	1.088.750,00
		0.2.0065		767.450,00
2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária	Manutenção (UN.)	0.2.0066	100,000	226.750,00
2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica	Manutenção (UN.)	0.2.0066	100,000	1.695.000,00
2.303 - Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST	Manutenção (UN.)	0.2.0066	100,000	357.600,00
2.401 - Atenção Farmacêutica	Manutenção (UN.)	0.1.0002	100,000	2.643.000,00
		0.2.0064		3.066.000,00
		0.2.0067		3.658.400,00
2.501 - Ações Voltadas à Manutenção do CAPS	Atendimentos (UN.)	0.2.0065	100,000	1.660.000,00
<b>Total:</b>			<b>209.461.717,02</b>	

**Legenda:**

- 0.1.0002 - RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSF.DE IMPOSTOS-SAÚDE
- 0.2.0057 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
- 0.2.0064 - Atenção Básica
- 0.2.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
- 0.2.0066 - Vigilância em Saúde
- 0.2.0067 - Assistência Farmacêutica Básica
- 0.2.0070 - Gestão do SUS
- 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 15/24  
Data: 11/08/2014

Programa  
0011 - Esporte e Cidadania

Objetivos

Melhorar a participação das equipes nas competições, dando ênfase às categorias de base. Qualificar os atletas valorizando a nossa população. Fomentar a prática esportiva nos bairros atingindo a todas as faixas etárias desde o desporto nas escolhinhas para crianças até o envolvimento da comunidade pertencente aos grupos de terceira idade e pessoas com necessidades especiais. Ampliar o número de pessoas atendidas nos bairros e melhorar as condições de treinamentos de nossas equipes e escolhinhas.

Justificativas

Hoje faltam núcleos de iniciação esportiva nos bairros. Há associações esportivas por modalidade para os treinamentos das equipes. Há a organização de diversos campeonatos municipais nas mais diversas modalidades. O Ginásio Amnes Gualberto, é usado para treinamentos, como estrutura locadas por terceiros, o referido ginásio não comporta as exigências das Federações para a realização de jogos oficiais, e tem baixa capacidade, além de goteiras, piso danificado, etc., a piscina municipal precisa ser reformada e ampliada.

Diretrizes (Forma de implementação)

Modernizar o sistema de informática e oferecer cursos de treinamento aos servidores da FMD; Equipar e estruturar a estrutura administrativa; Massificar o desporto escolar através de núcleos de iniciação nas escolas; Facilitar a estrutura técnica e material para as equipes que representam o Município; Projetar e pleitear recursos da União e Estado; Ampliar trabalho nos bairros com ênfase aos campeonatos municipais; Construir a Arena de Multiuso; ampliar a piscina municipal; Construir o Centro de Treinamento Esportivo, pista de atletismo e praças esportivas nos bairros; Reformar o espaço físico para a prática esportiva.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.029 - Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas.	Manutenção (UN.)	0.1.0000 0.2.0224	100,000	36.300,00 6.568.000,00
2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos	Manutenção (UN.)	0.1.0000 0.2.0200	100,000	5.677.296,00 555.000,00
2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	4.619.420,00
2.059 - Desporto Comunitário	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	129.000,00
Total:			17.585.016,00	

Legenda:

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIO CORRENTE
- 0.2.0224 - Transferências de Convênios - Outros

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 16/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**

0012 - Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural

**Objetivos**

Garantir a execução das ações desenvolvidas pela Fundação Cultural.

**Justificativas**

Como órgão de gestão de políticas públicas na área de cultura, a Fundação Cultural incentiva e realiza ações contempladas no Plano Municipal de Cultura e atividades necessárias a manutenção de programas e projetos em todas as áreas culturais.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

São aquelas definidas na Lei nº 202/87, Decreto 665/87, Plano Municipal da Cultural (Lei nº 3078/2012) e pelo Fundo Municipal de Cultura (Lei nº 3152/2013).

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.031 - Investindo na Cultura	Modernização (UN.)	0.2.0224	100.000	8.444.000,00
2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	7.592.752,00
		0.2.0200		119.500,00
		0.2.0289		3.000,00
2.061 - Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	305.000,00
2.076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100.000	780.000,00
<b>Total:</b>				<b>17.244.252,00</b>

**Legenda:**

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIO CORRENTE
- 0.2.0224 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.2.0289 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 17/24

Data: 11/08/2014

Programa

0013 - Universalização dos Serviços de Água e Esgoto

Objetivos

Mante a operação dos diversos setores da Autarquia; Fornecer água potável de boa qualidade e em quantidade aos usuários; Atender com coleta e tratamento de esgotos aos usuários; Evitar a contaminação do solo e rios; Melhorar e agilizar procedimentos e atendimento aos usuários; Controlar perdas e promover eficiência do SAMAE.

Justificativas

Atualmente, o Serviço Municipal de Água e Esgoto é um autarquia responsável, pela captação, adução, tratamento e distribuição de água potável e pela coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de São Bento do Sul. E, competência técnica para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, incluindo a construção civil, serviços da saúde e correlatos, com todos os poderes de controle e fiscalização inerentes. São aproximadamente 23.880 ligações de água e 4645 de esgoto. O SAMAE conta com 100 servidores e precisa aumentar a cobertura de coleta de esgoto no município, assim como atender à demanda de água potável para os próximos anos.

Diretrizes (Forma de implementação)

Trabalhar pela implantação e manutenção das redes de água e esgoto existentes, buscando a expansão das mesmas para ampliar o número de pessoas beneficiadas. Valorizar os servidores da Autarquia, através de treinamento e motivação. Ampliar os programas de qualidade da Autarquia assim como dar continuidade ao programa de redução de perdas para diminuir as perdas do sistema, aumentar a vazão da ETA, Renovar os equipamentos e veículos da Autarquia, assim como utilizar técnicas modernas em sua gestão.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.001 - Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	Reservação de Água (M3)	0.2.0200	100,000	1.847.468,40
1.002 - Ampliação, Reforma e Reparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água	Sistema (UN.)	0.2.0200	100,000	3.563.009,13
1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto	Sistema (UN.)	0.1.0083	100,000	163.146,01
		0.2.0200		1.321.400,00
1.004 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	Sistema (UN.)	0.2.0200	100,000	613.493,00
2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	74.000,00
		0.2.0200		13.038.521,46
2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água	Manutenção (UN.)	0.2.0200	100,000	27.429.583,67
2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário	Manutenção (UN.)	0.2.0200	100,000	10.615.361,16
2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	266.000,00
		0.2.0200		3.015.425,30
2.067 - Contribuição ao PASEP	Contribuição (UN.)	0.2.0289		278.685,10
2.069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	Manutenção (UN.)	0.2.0200	100,000	645.300,00
		0.2.0200	100,000	12.934.000,00
Total:				75.805.393,23

Legenda:

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0083 - Operação de Créditos Internas
- 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIO CORRENTE
- 0.2.0289 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas



**Estado de Santa Catarina**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 18/24

Data: 11/08/2014

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 19/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**  
0014 - Regime Próprio de Previdência

**Objetivos**  
Aposentadorias e Pensões

**Justificativas**  
O Instituto de Previdência é o órgão responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões aos servidores de cargo efetivo da Administração Pública Municipal do Município de São Bento do Sul.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
Garantir o equilíbrio financeiro e atuarial para garantir os pagamentos das aposentadorias e pensões.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS	Manutenção (UN.)	0.1.0000 0.2.0200 0.2.0203 0.2.0205	100,000	11.760.200,00 214.000,00 49.427.764,68 2.163.000,00
2.068 - Superávit Financeiro do RPPS	Superávit Financeiro (UN.)	0.2.0203 0.2.0275 0.2.0289	100,000	134.571.574,98 8.707.537,80 51.004,50
4.062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS	Manutenção (UN.)	0.2.0203	100,000	4.878.700,57
<b>Total:</b>			<b>211.773.782,53</b>	

- Legenda:**
- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
  - 0.2.0200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCICIO CORRENTE
  - 0.2.0203 - Contribuição para o RPPS
  - 0.2.0205 - Compensação Previdenciária
  - 0.2.0275 - Contrib. Previd. p/Cobert. Déficit
  - 0.2.0289 - Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 20/24

Data: 11/08/2014

Programa

0015 - Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade

Objetivos

Proporcionar aos alunos da Rede Municipal de Ensino uma educação de qualidade, visando o seu desenvolvimento integral, garantindo o direito ao acesso, permanência e aprendizagem.  
Assegurar padrões necessários de infra estrutura para a educação infantil e ensino fundamental.  
Implantar e implementar os programas de Oficinas Pedagógicas e de Tecnologias através da Informação e Comunicação (Educatic).  
Ampliar a oferta de escola em período integral.

Justificativas

A rede municipal de ensino é composta de 49 unidades escolares de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, sendo assim distribuídos: 24 unidades de Educação Infantil, 25 unidades de Ensino Fundamental e 01 unidade de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente 21 unidades escolares entre educação infantil e ensino fundamental atendem o pré escolar em período integral, sendo que cinco delas também atendem em período integral alunos do ensino fundamental. Estão regularmente matriculados 10.344 alunos, sendo 3461 alunos da educação infantil, 6.656 alunos do ensino fundamental e 227 alunos da educação de jovens e adultos. Estão incluídos no ensino regular 116 alunos que apresentam necessidades especiais. Para garantir o acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem, o município mantém o programa de Alimentação Escolar, oferecendo 21.066 refeições por dia, sendo uma refeição diária para os alunos que frequentam as aulas em um único período e quatro refeições aos alunos que frequentam a escola em período integral. O transporte escolar também é ofertado a 1.503 alunos da rede municipal e 1.153 alunos da rede estadual, transportados em veículos próprios e terceirizados, totalizando uma quilometragem de 979 quilômetros/dia. O quadro de profissionais é composto 1.484 servidores.

Diretrizes (Forma de implementação)

Garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar com conclusão do Ensino Fundamental a todos os alunos. Proporcionar o ingresso a todas as crianças de 4 e 5 anos a Pré Escola em período parcial, ampliando gradativamente o período integral. Ofertar para as crianças de 4 meses a 3 anos a Educação Infantil nos Centros de Educação Infantil. Oportunizar aos jovens e adultos que não tiveram acesso em idade escolar própria através da Educação de Jovens e Adultos. Integrar os alunos que apresentam necessidades especiais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Ofertar alimentação escolar buscando suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante a sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem. Proporcionar o acesso a educação através do transporte escolar para os alunos provenientes das localidades rurais e distantes das escolas, garantindo a permanência, o sucesso e a conclusão do ensino fundamental. Ampliar gradativamente a jornada escolar com oficinas pedagógicas e escola em período integral. Manter parcerias com outras secretarias e instituições. Incentivar o Programa CONETA@SAOBENTO, viabilizando a inclusão digital a alunos e professores da rede municipal de ensino.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.000 - Alimentação Escolar	Aluno/dia (UN.)	0.1.0000 0.1.0060 0.3.0360	100,000	5.860.000,00 4.484.268,93 0,00
2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino	Aluno/dia (UN.)	0.1.0001	100,000	3.711.503,25
2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil	Aluno/dia (UN.)	0.1.0001 0.1.0058	100,000	23.794.644,00 5.944.700,00
2.023 - Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental	Aluno/dia (UN.)	0.1.0001 0.1.0058	100,000	20.055.910,00 7.144.700,00
2.024 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Aluno/dia (UN.)	0.1.0001	100,000	40.000,00
2.025 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação	Aluno/dia (UN.)	0.1.0061 0.1.0058 0.3.0358	100,000	1.866.022,00 3.170.845,38 0,00
2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental	Aluno/dia (UN.)	0.1.0001	100,000	5.411.192,60
2.027 - Convênios com Empresas	Convênios (UN.)	0.1.0022	100,000	737.515,89

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 21/24  
Data: 11/08/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
4.023 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB	Aluno/dia (UN.)	0.3.0322 0.1.0018 0.1.0019 0.3.0019 0.1.0001 0.1.0061	4,000	0,00 40.490.200,00 23.526.600,00 0,00 70.000,00 16.878,20
4.024 - Transporte Escolar - Educação Infantil	Aluno/dia (UN.)	0.1.0018 0.1.0019 0.1.0062 0.3.0362	100,000 100,000 100,000	0,00 79.497.200,00 17.594.400,00 4.231.697,18
4.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB	Aluno/dia (UN.)	0.1.0000 0.1.0001	100,000 100,000	426.800,00 43.700,00
4.027 - Recurso do FNDE	Aluno/dia (UN.)	0.1.0061		603.435,00
6.025 - Subvenções ao Ensino Superior	Alunos/ano (UN.)			
8.024 - Transporte Escolar - Ensino Médio	Aluno/dia (UN.)			
<b>Total:</b>			<b>248.622.212,43</b>	

**Legenda:**

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0001 - Receitas de Impostos e de Transf. de Imps-Educação
- 0.1.0018 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 60%
- 0.1.0019 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - 40%
- 0.1.0022 - Transferências de Convênios Educação
- 0.1.0058 - Salário Educação
- 0.1.0060 - Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE
- 0.1.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
- 0.1.0062 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- 0.3.0019 - Rec. Exerc. Anteriores - FUNDEB
- 0.3.0322 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO (Superávlt)
- 0.3.0358 - Salário Educação (Superávlt)
- 0.3.0360 - Programa Naci.de Alimentação Escolar-PNAE (Supera)
- 0.3.0362 - Outros Recursos do FNDE - Superávlt

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 22/24

Data: 11/08/2014

**Programa**

0016 - Assistência Social

**Objetivos**

Ofertar serviços e benefícios de proteção social às famílias e indivíduos que deles necessitem, tendo como meta principal reduzir e prevenir o impacto das vicissitudes sociais e naturais do ciclo de vida, da dignidade humana e da família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

**Justificativas**

A assistência social, como uma política de proteção social, configura-se em garantir a todos que dela necessitem a provisão desta proteção. Esta provisão significa levar em conta três vertentes: as pessoas, as suas circunstâncias e dentro delas seu núcleo social primeiro, isto é, a família, situação que exige a capacidade da maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é neles que riscos e vulnerabilidades se constituem. Portanto, pretende-se realizar a vigilância socioassistencial para assim identificar as demandas e reconhecer as formas de vulnerabilidade social da população e os territórios de incidência, para assim planejar as intervenções adequadas e garantir a proteção social.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Fortalecer a oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, focando a matricialidade sociofamiliar; garantir o atendimento territorializado; fortalecer o Controle Social através dos Conselhos de Políticas e de Direitos; Assegurar a oferta qualificada de serviços e benefícios; implementar a rede socioassistencial.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.090 - Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA	Entidades Beneficiadas (UN.)	0.1.0108	100,000	168.366,42
1.030 - Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	Convênios (UN.)	0.1.0000	100,000	70.000,00
		0.1.0024		880.000,00
1.041 - Horta Comunitária	Convênios (UN.)	0.1.0000	100,000	18.000,00
		0.1.0024		462.600,00
2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	19.085.900,00
		0.1.0052		63.000,00
2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	953.650,00
2.044 - Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA	Entidades Beneficiadas (UN.)	0.1.0000	100,000	57.705,00
		0.1.0108		9.500,00
2.071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS	Atendimentos (UN.)	0.1.0052	100,000	82.900,00
2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS	Atendimentos (UN.)	0.1.0052	100,000	126.960,00
2.079 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	14.000,00
		0.1.0052		907.086,46
2.080 - Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	168.800,00
		0.1.0052		299.800,00
2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	67.750,00
		0.1.0052		1.090.460,00
2.082 - Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente	Abrigos (UN.)	0.1.0000	100,000	5.731.000,00
4.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	40.120,00
		0.1.0052		412.704,86
4.080 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBV II	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	9.125,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 23/24  
Data: 11/08/2014

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
4.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - Bolsa Família	Atendimentos (UN.)	0.1.0052 0.1.0000 0.1.0063	100,000	79.200,00 16.000,00 196.963,38
6.041 - Gestão do FNAS - Port. Deficiência	Convênios (UN.)	0.1.0000 0.1.0024 0.1.0049 0.1.0024	100,000	47.800,00 50.020,00 69.611,42 79.250,00
8.813 - Gestão da Praça CEU	Manutenção (UN.)	0.1.0024	0,000	
<b>Total:</b>				<b>31.258.272,54</b>

**Legenda:**

- 0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
- 0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
- 0.1.0049 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD
- 0.1.0052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS
- 0.1.0063 - Bolsa Família
- 0.1.0108 - Fundo para a Infancia e Adolescencia



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Programas de Governo  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 24/24  
Data: 11/08/2014

**Programa**  
0017 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente

**Objetivos**  
Implementar ações visando a diversificação e a melhoria da produção agrícola e pecuária do município, com consequente geração de emprego e renda.

**Justificativas**  
Promover a integração da organização, através dos processos administrativos, estrutura, recursos, ampliando as ações da Secretaria e competências possibilitando a execução do Plano de Governo.

**Diretrizes (Forma de implementação)**  
Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos para atender as necessidades da Secretaria; Ampliar as feirasdos colonos; Aumentar a bacia leiteira no município; Implantar/implementar o Programa Portaria a Dentro; Mudança da sede da Secretaria para o imóvel da CIDASC; Criação do mercado público municipal no local aonde se encontra a rodoviária; Planejar e executar ações direcionadas ao meio ambiente; Capacitar servidores que atuam na área; Criar e implantar a regulamentação de Zoneamento Ambiental; Realizar ações de educação ambiental; Propiciar condições de estruturação básica de apoio das atividades inerentes ao interesse coletivo, atendendo as demandas do público interno e externo; Criar a estrutura e capacitar a equipe para resgate e triagem de animais selvagens em risco; Estudo e análise para a implantação de liberação de licenças ambientais no município; Recuperação de áreas verdes; arborização da cidade; Implantar a produção e variedades da espécies de mudas no viveiro municipal; Realizar ações de educação ambiental.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	6.429.720,00
		0.1.0024		4.480.000,00
2.018 - Departamento de Pecuária - DEPEC	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	168.000,00
4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM	Manutenção (UN.)	0.1.0000	100,000	1.580.920,00
4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio	Contribuição (UN.)	0.1.0000	100,000	431.012,50
4.017 - Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário	Atendimentos (UN.)	0.1.0000	100,000	123.101,25
<b>Total:</b>				<b>13.212.753,75</b>

**Legenda:**  
0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS  
0.1.0024 - Transferencias de Convênios - Outros

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Resumo dos Programas por Macroobjetivos

Seleção: Mostrar detalhamento anual, Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/1

Data: 11/08/2014

Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
<b>Macroobjeto: 1 - Saúde</b>						<b>209.461.717,02</b>
0010 - Inovando na Saúde	49.349.472,02	51.204.015,00	53.269.110,00	55.639.120,00	----	209.461.717,02
<b>Macroobjeto: 2 - Educação</b>						<b>248.622.212,43</b>
0015 - Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	55.399.358,43	60.131.572,00	64.294.528,00	68.796.756,00	0,00	248.622.212,43
<b>Macroobjeto: 3 - Inclusão Social, Cidadania, Segurança e Moradia.</b>						<b>55.848.606,54</b>
0009 - Habitação com Qualidade	8.333.834,00	7.752.500,00	4.235.500,00	4.268.500,00	----	24.590.334,00
0016 - Assistência Social	6.882.291,54	7.902.327,00	8.064.527,00	8.409.127,00	----	31.258.272,54
<b>Macroobjeto: 4 - Indústria, Comércio, Serviços, Turismo e Agropecuária</b>						<b>23.441.759,85</b>
0007 - Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	3.129.456,10	2.638.530,00	2.160.720,00	2.300.300,00	0,00	10.229.006,10
0017 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	3.009.500,00	3.260.640,00	3.393.545,00	3.549.068,75	----	13.212.753,75
<b>Macroobjeto: 7 - Transporte e Sistema Viário</b>						<b>59.591.737,71</b>
0008 - Construindo um Município de Qualidade.	15.049.790,71	14.089.327,00	14.891.790,00	15.560.830,00	0,00	59.591.737,71
<b>Macroobjeto: 9 - Cultura</b>						<b>17.244.252,00</b>
0012 - Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.723.752,00	4.504.000,00	5.005.000,00	5.011.500,00	----	17.244.252,00
<b>Macroobjeto: 10 - Apoio Administrativo</b>						<b>340.408.850,78</b>
0001 - Processo Legislativo	2.642.500,00	2.800.000,00	2.952.330,48	3.120.613,32	----	11.515.443,80
0002 - Gestão Administrativa do Gabinete	5.362.843,14	4.778.800,00	5.148.605,00	5.628.555,52	0,00	20.918.803,66
0003 - Procuradoria Jurídica	2.277.030,00	5.321.225,00	5.417.830,00	5.989.100,00	----	19.005.185,00
0004 - Administração Geral	9.776.406,10	10.070.428,00	10.666.632,00	11.752.660,00	----	42.266.126,10
0005 - Gerindo Recursos com Responsabilidade	10.332.950,00	11.372.400,00	13.324.587,52	15.095.942,41	----	50.125.879,93
0006 - Planejando com Eficiência	33.126.829,06	24.318.990,00	30.602.250,00	32.723.950,00	0,00	120.772.019,06
0013 - Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	15.086.743,23	18.878.180,00	20.323.300,00	21.517.170,00	----	75.805.393,23
<b>Macroobjeto: 12 - Desporto e Lazer</b>						<b>17.585.016,00</b>
0011 - Esporte e Cidadania	4.050.196,00	4.479.940,00	4.512.840,00	4.542.040,00	----	17.585.016,00
<b>Macroobjeto: 13 - Previdência Social</b>						<b>211.773.782,53</b>
0014 - Regime Próprio de Previdência	44.787.122,53	54.834.970,00	55.620.480,00	56.531.210,00	----	211.773.782,53
<b>Total Geral:</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>288.337.844,00</b>	<b>303.883.573,00</b>	<b>320.436.443,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.183.977.934,86</b>

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**  
PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual  
Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015  
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito			616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito			20.918.803,66	0,00	5.362.843,14	15.555.960,52	4.778.800,00	0,00	15.555.960,52
			17.493.910,52	0,00	4.387.550,00	13.106.360,52	4.013.800,00	0,00	13.106.360,52
0002 Gestão Administrativa do Gabinete									
0.049 Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades.			Entidades Beneficiadas (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			3.028.900,00	0,00	1.124.000,00	1.904.900,00	569.900,00	0,00	1.904.900,00
2.002 Gestão do Gabinete do Prefeito			Manutenção (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			10.419.690,00	0,00	2.336.050,00	8.083.640,00	2.510.500,00	0,00	8.083.640,00
2.011 Departamento de Controle Interno - DECIN			Manutenção (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			91.020,52	0,00	18.000,00	73.020,52	21.700,00	0,00	73.020,52
4.002 Departamento de Comunicação Social - DECS			Manutenção (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			3.954.300,00	0,00	909.500,00	3.044.800,00	911.700,00	0,00	3.044.800,00
Unidade: 02.02 - Bombeiros			2.943.193,14	0,00	684.793,14	2.258.400,00	709.200,00	0,00	2.258.400,00
0002 Gestão Administrativa do Gabinete									
2.004 Manutenção e Conservação da OBM			Contribuição (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			2.637.293,14	0,00	619.793,14	2.017.500,00	634.000,00	0,00	2.017.500,00
4.004 Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS			Atendimentos (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			305.900,00	0,00	65.000,00	240.900,00	75.200,00	0,00	240.900,00
Unidade: 02.03 - Polícia Militar			287.000,00	0,00	263.000,00	24.000,00	5.500,00	0,00	24.000,00
0002 Gestão Administrativa do Gabinete									
2.005 Contribuições Facultativas - Polícia Militar			Contribuição (UN.)						
Meta física			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			287.000,00	0,00	263.000,00	24.000,00	5.500,00	0,00	24.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão:	02.00 - Gabinete do Prefeito		616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
Unidade:	02.04 - Manutenção da Defesa Civil		20.918.803,66	0,00	5.362.843,14	15.555.960,52	4.778.800,00	0,00	15.555.960,52
			194.700,00	0,00	27.500,00	167.200,00	50.300,00	0,00	167.200,00
0002 Gestão Administrativa do Gabinete									
2.003	Departamento de Defesa Civil - DEFIV								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		194.700,00	0,00	27.500,00	167.200,00	50.300,00	0,00	167.200,00
Órgão:	03.00 - Procuradoria		19.005.185,00	0,00	2.277.030,00	16.728.155,00	5.321.225,00	0,00	16.728.155,00
Unidade:	03.01 - Assessoria Jurídica		19.005.185,00	0,00	2.277.030,00	16.728.155,00	5.321.225,00	0,00	16.728.155,00
0003 Procuradoria Jurídica									
2.006	Gestão da Assessoria Jurídica								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		19.005.185,00	0,00	2.277.030,00	16.728.155,00	5.321.225,00	0,00	16.728.155,00
Órgão:	05.00 - Secretaria Municipal de Administração		42.266.126,10	0,00	9.776.406,10	32.489.720,00	10.070.428,00	0,00	32.489.720,00
Unidade:	05.01 - Administração Geral		34.260.900,00	0,00	7.937.800,00	26.323.100,00	8.080.500,00	0,00	26.323.100,00
0004 Administração Geral									
2.008	Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		24.624.400,00	0,00	5.785.300,00	18.839.100,00	5.836.500,00	0,00	18.839.100,00
2.009	Gestão do Departamento de Recursos Humanos - DEREH								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	100.000	0,000	0,000
	Meta financeira		28.000,00	0,00	7.000,00	21.000,00	7.000,00	0,00	21.000,00
2.012	Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação - DETIN								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		94.000,00	0,00	23.500,00	70.500,00	23.500,00	0,00	70.500,00
2.043	Gestão de Contratos Administrativos e Concessões								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		8.500,00	0,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.048	Publicações Oficiais e Divulgações do Município								
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0.000	0.000	0,000	0,000
	Meta financeira		82.000,00	0,00	22.500,00	59.500,00	12.000,00	0,00	59.500,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 3/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Administração									
Unidade: 05.01 - Administração Geral									
0004 Administração Geral									
2.051 Gestão dos Serviços Públicos									
Meta física									
Meta financeira									
Unidade: 05.02 - Encargos Especiais									
0004 Administração Geral									
0.050 Contribuição ao PASEP									
Meta física									
Meta financeira									
0.086 Pagamentos Pensionistas									
Meta física									
Meta financeira									
2.999 Reserva de Contingência (UN.)									
Meta física									
Meta financeira									
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Finanças									
Unidade: 06.01 - Administração Financeira									
0005 Gerindo Recursos com Responsabilidade									
2.007 Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN									
Meta física									
Meta financeira									
4.007 Departamento de Receitas - DERECE									
Meta física									
Meta financeira									

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 4/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão:	06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
Unidade:	06.02 - Serviços da Divida Pública		50.125.879,93	0,00	10.332.950,00	39.792.929,93	11.372.400,00	0,00	39.792.929,93
			41.345.329,93	0,00	8.342.000,00	33.003.329,93	9.239.000,00	0,00	33.003.329,93
0005 Gerindo Recursos com Responsabilidade									
0.047	Amortização e Juros da Divida Pública								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	41.345.329,93	0,00	8.342.000,00	33.003.329,93	9.239.000,00	0,00	33.003.329,93
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação									
Unidade:	07.01 - Secretaria de Educação		248.622.212,43	0,00	55.399.358,43	193.222.854,00	60.131.572,00	0,00	193.222.854,00
			87.413.812,43	0,00	20.392.358,43	67.021.454,00	21.002.872,00	0,00	67.021.454,00
0015 Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade									
2.000	Alimentação Escolar								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	10.344.268,93	0,00	1.718.268,93	8.626.000,00	2.742.300,00	0,00	8.626.000,00
2.021	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	3.711.503,25	0,00	3.711.503,25	0,00	0,00	0,00	0,00
2.022	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	29.739.344,00	0,00	4.396.600,00	25.342.744,00	7.714.422,00	0,00	25.342.744,00
2.023	Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental								
		Meta fisica	100,000	0,000	0,000	100,000	0,000	0,000	100,000
		Meta financeira	27.200.610,00	0,00	0,00	27.200.610,00	8.643.750,00	0,00	27.200.610,00
2.024	Tranporte Escolar - Ensino Fundamental								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	1.706.022,00	0,00	454.522,00	1.251.500,00	409.500,00	0,00	1.251.500,00
2.025	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	3.170.845,38	0,00	3.170.845,38	0,00	0,00	0,00	0,00
2.026	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental								
		Meta fisica	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	5.411.192,60	0,00	5.411.192,60	0,00	0,00	0,00	0,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 5/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Educação									
Unidade: 07.01 - Secretaria de Educação									
0015 Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade									
2.027	Convênios com Empresas	Convênios (UN.)	616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
			248.622.212,43	0,00	55.399.358,43	193.222.854,00	60.131.572,00	0,00	193.222.854,00
			87.413.812,43	0,00	20.392.358,43	67.021.454,00	21.002.872,00	0,00	67.021.454,00
0015 Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade									
4.024	Transporte Escolar - Educação Infantil	Alunod/dia (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			86.878,20	0,00	14.878,20	72,000,00	17.900,00	0,00	72,000,00
			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
4.027	Recurso do FNDE	Alunod/dia (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			86.878,20	0,00	14.878,20	72,000,00	17.900,00	0,00	72,000,00
			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
6.025	Subvenções ao Ensino Superior	Alunos/ano (UN.)	4.231.697,18	0,00	1.108.797,18	3.122.900,00	1.037.900,00	0,00	3.122.900,00
			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			426.800,00	0,00	96.800,00	330.000,00	100.000,00	0,00	330.000,00
8.024	Transporte Escolar - Ensino Médio	Alunod/dia (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			647.135,00	0,00	148.435,00	498.700,00	155.600,00	0,00	498.700,00
			161.208.400,00	0,00	35.007.000,00	126.201.400,00	39.128.700,00	0,00	126.201.400,00
Unidade: 07.02 - FUNDEB									
0015 Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade									
4.023	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB	Alunod/dia (UN.)	4,000	0,000	4,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			64.016.800,00	0,00	14.234.800,00	49.782.000,00	15.238.600,00	0,00	49.782.000,00
			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
4.026	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB	Alunod/dia (UN.)	97.191.600,00	0,00	20.772.200,00	76.419.400,00	23.890.100,00	0,00	76.419.400,00
			100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			97.191.600,00	0,00	20.772.200,00	76.419.400,00	23.890.100,00	0,00	76.419.400,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 6/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo									
Unidade: 08.01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano									
0006 Planejando com Eficiência									
1.040	Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto	Pavimento (Km.)	616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
			120.772.019,06	0,00	16.767.701,01	104.004.318,05	24.318.990,00	0,00	104.004.318,05
			112.923.489,63	0,00	14.614.670,58	98.308.818,05	22.416.690,00	0,00	98.308.818,05
0006 Planejando com Eficiência									
2.014	Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			9.405.400,00	0,00	2.205.200,00	7.200.200,00	2.243.900,00	0,00	7.200.200,00
			0,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
2.042	Departamento de Projetos - DEPRO	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			596.808,49	0,00	146.808,49	450.000,00	149.000,00	0,00	450.000,00
			6.824.444,47	0,00	1.742.544,47	5.081.900,00	1.720.700,00	0,00	5.081.900,00
Unidade: 08.02 - DETRANSBS									
0006 Planejando com Eficiência									
2.015	Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			6.824.444,47	0,00	1.742.544,47	5.081.900,00	1.720.700,00	0,00	5.081.900,00
			519.876,50	0,00	206.376,50	313.500,00	93.000,00	0,00	313.500,00
Unidade: 08.03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR									
0006 Planejando com Eficiência									
2.035	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR	Convênios (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000
			519.876,50	0,00	206.376,50	313.500,00	93.000,00	0,00	313.500,00
			504.209,46	0,00	204.109,46	300.100,00	88.600,00	0,00	300.100,00
Unidade: 08.04 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL									
0006 Planejando com Eficiência									
2.036	Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL	Convênios (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000
			504.209,46	0,00	204.109,46	300.100,00	88.600,00	0,00	300.100,00
			0,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 7/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
<b>Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos</b>									
<b>Unidade: 09.01 - Obras e Serviços Urbanos</b>									
<b>0008 Construindo um Município de Qualidade.</b>									
2.013	Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB	Manutenção (UN.)	616.001.996,28	0,00	127.987.327,03	488.014.669,25	143.884.239,00	0,00	488.014.669,25
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	7.278.100,00	0,00	1.150.000,00	6.128.100,00	2.036.100,00	0,00	6.128.100,00
2.029	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	Manutenção (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	28.581.580,00	0,00	6.403.000,00	22.178.580,00	7.004.010,00	0,00	22.178.580,00
2.030	Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	Pavimento (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	9.990.146,06	0,00	2.102.509,06	7.887.637,00	2.335.397,00	0,00	7.887.637,00
2.031	Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	Serviço (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	10.666.811,65	0,00	2.799.181,65	7.867.630,00	2.553.820,00	0,00	7.867.630,00
2.033	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	Serviço (UN.)		0,000	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,00	0,00	0,000
		Meta financeira	2.515.000,00	0,00	2.515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.034	Rádio Patrulha	Convênios (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	560.100,00	0,00	80.100,00	480.000,00	160.000,00	0,00	480.000,00
<b>Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>	<b>Unidade: 10.01 - Assistência Social</b>		<b>31.258.272,54</b>	<b>0,00</b>	<b>6.882.291,54</b>	<b>24.375.981,00</b>	<b>7.902.327,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.375.981,00</b>
			<b>27.343.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.949.810,00</b>	<b>21.393.590,00</b>	<b>6.896.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.393.590,00</b>
		<b>0016 Assistência Social</b>							
1.030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	Convênios (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	950.000,00	0,00	245.000,00	705.000,00	235.000,00	0,00	705.000,00
1.041	Horta Comunitária	Convênios (UN.)		0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	480.600,00	0,00	120.150,00	360.450,00	120.150,00	0,00	360.450,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 8/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado	Orçamento em 2014					
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>										
<b>Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>										
<b>Unidade: 10.01 - Assistência Social</b>										
<b>0016 Assistência Social</b>										
2.037	Gestão Administrativa da SEMAS	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	19.148.900,00	0,00	4.440.110,00	14.708.790,00	4.619.650,00	0,00	14.708.790,00
2.039	Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	953.650,00	0,00	174.550,00	779.100,00	258.500,00	0,00	779.100,00
2.082	Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente	Abrigos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	5.731.000,00	0,00	970.000,00	4.761.000,00	1.583.500,00	0,00	4.761.000,00
8.813	Gestão da Praça CEU	Manutenção (UN.)								
			Meta física	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	79.250,00	0,00	0,00	79.250,00	79.250,00	0,00	79.250,00
<b>Unidade: 10.02 - Fundo de Assistência Social</b>										
<b>0016 Assistência Social</b>										
2.071	FNAS - Gestão - IGD do SUAS	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	82.900,00	0,00	16.000,00	66.900,00	22.300,00	0,00	66.900,00
2.072	FNAS - Gestão - ACESSUAS	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	126.960,00	0,00	87.000,00	39.960,00	13.320,00	0,00	39.960,00
2.079	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	921.086,46	0,00	109.855,46	811.231,00	259.897,00	0,00	811.231,00
2.080	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Atendimentos (UN.)								
			Meta física	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	468.600,00	0,00	145.800,00	322.800,00	107.600,00	0,00	322.800,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 9/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
<b>Órgão: 10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social</b>			<b>616.001.996,28</b>	<b>0,00</b>	<b>127.987.327,03</b>	<b>488.014.669,25</b>	<b>143.884.239,00</b>	<b>0,00</b>	<b>488.014.669,25</b>
<b>Unidade: 10.02 - Fundo de Assistência Social</b>			<b>31.258.272,54</b>	<b>0,00</b>	<b>6.882.291,54</b>	<b>24.375.981,00</b>	<b>7.902.327,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.375.981,00</b>
			<b>3.679.301,12</b>	<b>0,00</b>	<b>898.010,12</b>	<b>2.781.291,00</b>	<b>942.277,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.781.291,00</b>
<b>0016 Assistência Social</b>									
2.081	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF	Atendimentos (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.158.210,00	0,00	232.750,00	925.460,00	305.000,00	0,00	925.460,00
4.079	Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		452.824,86	0,00	167.704,86	285.120,00	95.040,00	0,00	285.120,00
4.080	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBV II	Atendimentos (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		88.325,00	0,00	28.925,00	59.400,00	19.800,00	0,00	59.400,00
4.081	Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - Bolsa Família	Atendimentos (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000
	Meta financeira		212.963,38	0,00	92.663,38	120.300,00	38.000,00	0,00	120.300,00
6.041	Gestão do FMAS - Port. Deficiência	Convênios (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		167.431,42	0,00	17.311,42	150.120,00	81.320,00	0,00	150.120,00
<b>Unidade: 10.03 - Fundo da Infância e Adolescência</b>			<b>235.571,42</b>	<b>0,00</b>	<b>34.471,42</b>	<b>201.100,00</b>	<b>64.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>201.100,00</b>
<b>0016 Assistência Social</b>									
0.090	Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA	Entidades Beneficiadas (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000
	Meta financeira		168.366,42	0,00	21.066,42	147.300,00	49.000,00	0,00	147.300,00
2.044	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA	Entidades Beneficiadas (UN.)							
	Meta física		100.000	0,000	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000
	Meta financeira		67.205,00	0,00	13.405,00	53.800,00	15.000,00	0,00	53.800,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 10/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL</b>									
<b>Órgão: 11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>									
<b>Unidade: 11.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>									
<b>0007 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização</b>									
2.016	Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	1.225.500,00	3.877.950,00	1.313.630,00	0,00	3.877.950,00
	Meta financeira								
2.070	Departamento de Indústria e Comércio - DEICO	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	14.000,00	160.500,00	132.500,00	0,00	160.500,00
	Meta financeira								
<b>Unidade: 11.02 - Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>									
<b>0007 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização</b>									
2.078	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	234.500,00	1.036.700,00	345.100,00	0,00	1.036.700,00
	Meta financeira								
<b>Unidade: 11.03 - Turismo</b>									
<b>0007 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização</b>									
2.019	Departamento de Turismo - DETUR	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	1.615.400,00	1.826.900,00	792.100,00	0,00	1.826.900,00
	Meta financeira								
<b>Unidade: 11.04 - Fundo Municipal de Turismo</b>									
<b>0007 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização</b>									
2.020	Fundo Municipal de Turismo	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	2.306,10	10.500,00	3.000,00	0,00	10.500,00
	Meta financeira								
<b>Unidade: 11.05 - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor</b>									
<b>0007 Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização</b>									
2.087	Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	Serviço (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física			0,00	37.750,00	187.000,00	52.200,00	0,00	187.000,00
	Meta financeira								



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 11/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura									
Unidade: 13.01 - Agricultura									
0017 Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente									
2.017 Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI									
	Meta física	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		10.909.720,00	0,00	2.457.700,00	8.452.020,00	2.718.040,00	0,00	8.452.020,00
2.018 Departamento de Pecuária - DEPEC									
	Meta física	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		168.000,00	0,00	33.000,00	135.000,00	39.000,00	0,00	135.000,00
Unidade: 13.02 - Meio Ambiente									
			2.011.932,50	0,00	488.800,00	1.523.132,50	473.100,00	0,00	1.523.132,50
0017 Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente									
4.003 Departamento de Meio Ambiente - DEMAM									
	Meta física	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.580.920,00	0,00	388.800,00	1.192.120,00	388.100,00	0,00	1.192.120,00
4.008 Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio									
	Meta física	Contribuição (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000
	Meta financeira		431.012,50	0,00	100.000,00	331.012,50	105.000,00	0,00	331.012,50
Unidade: 13.03 - Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento									
			123.101,25	0,00	30.000,00	93.101,25	30.500,00	0,00	93.101,25
0017 Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente									
4.017 Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário									
	Meta física	Atendimentos (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		123.101,25	0,00	30.000,00	93.101,25	30.500,00	0,00	93.101,25
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde									
Unidade: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde									
			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00
			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00
			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00
0010 Inovando na Saúde									
1.024 Ampliação da rede Física da Saúde									
	Meta física	Imóvel (5)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.042.000,00	0,00	810.500,00	2.231.500,00	810.500,00	0,00	2.231.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 12/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado	Orçamento em 2014					
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde Unidade: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00	
			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00	
			209.461.717,02	0,00	49.349.472,02	160.112.245,00	51.204.015,00	0,00	160.112.245,00	
0010 Inovando na Saúde										
1.025	Ampliação da Rede Física da Saude - Média e Alta Complexidade	Imóvel (5)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	2.544.000,00	0,00	1.011.000,00	1.533.000,00	511.000,00	0,00	1.533.000,00
2.054	Ações Voltadas á Atenção Básica	Pessoas Atendidas (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	105.574.147,02	0,00	24.354.477,02	81.219.670,00	24.893.540,00	0,00	81.219.670,00
2.101	Estratégia da Saúde da Família	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	26.375.250,00	0,00	6.083.250,00	20.292.000,00	6.764.000,00	0,00	20.292.000,00
2.102	Gestão do SUS	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	42.000,00	0,00	10.500,00	31.500,00	10.500,00	0,00	31.500,00
2.201	Ações Voltadas á Média e Alta Complexidade	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	55.459.870,00	0,00	13.196.620,00	42.263.250,00	14.052.050,00	0,00	42.263.250,00
2.202	Operação e Manutenção do SAMU	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	1.261.500,00	0,00	292.000,00	969.500,00	322.500,00	0,00	969.500,00
2.203	Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	1.856.200,00	0,00	424.250,00	1.431.950,00	474.650,00	0,00	1.431.950,00
2.301	Ações Voltadas á Vigilancia Sanitária	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	226.750,00	0,00	54.000,00	172.750,00	49.000,00	0,00	172.750,00
2.302	Ações Voltadas á Vigilancia Epidemiologica	Manutenção (UN.)								
			Meta física	100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
			Meta financeira	1.695.000,00	0,00	420.000,00	1.275.000,00	425.000,00	0,00	1.275.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 13/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
<b>Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>									
<b>Órgão: 17.00 - Fundo Municipal de Saúde</b>									
<b>Unidade: 17.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>									
<b>0010 Inovando na Saúde</b>									
2.303	Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		357.600,00	0,00	85.275,00	272.325,00	90.775,00	0,00	272.325,00
2.401	Atenção Farmaceutica								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		9.367.400,00	0,00	2.207.600,00	7.159.800,00	2.380.500,00	0,00	7.159.800,00
2.501	Ações Voltadas a Manutenção do CAPS								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.660.000,00	0,00	400.000,00	1.260.000,00	420.000,00	0,00	1.260.000,00
<b>Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL</b>									
<b>Órgão: 19.00 - IPRESBS</b>									
<b>Unidade: 19.01 - IPRESBS</b>									
<b>0014 Regime Próprio de Previdência</b>									
2.062	Manutenção e Funcionamento do IPRESBS								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		63.564.964,68	0,00	14.669.200,00	48.895.764,68	16.080.435,00	0,00	48.895.764,68
2.068	Superávit Financeiro do RPPS								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		143.330.117,28	0,00	28.719.221,96	114.610.895,32	37.615.535,00	0,00	114.610.895,32
4.062	Administração e Funcionamento do IPRESBS								
	Meta física		100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.878.700,57	0,00	1.398.700,57	3.480.000,00	1.139.000,00	0,00	3.480.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 14/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un.)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO									
Órgão: 16.00 - Empresa Municipal de Habitação									
Unidade: 16.01 - Empresa Municipal de Habitação									
0009 Habitação com Qualidade									
1.018	Programa FNHIS	Lotes (UN.)	24.590.334,00	0,00	8.333.834,00	16.256.500,00	7.752.500,00	0,00	16.256.500,00
			24.590.334,00	0,00	8.333.834,00	16.256.500,00	7.752.500,00	0,00	16.256.500,00
			14.545.334,00	0,00	6.757.834,00	7.787.500,00	4.955.500,00	0,00	7.787.500,00
0009 Habitação com Qualidade									
1.050	Convênios - Trabalho Técnico Social	Convênios (UN.)	100,000	0,000	0,000	100,000	0,000	0,000	100,000
			256.000,00	0,00	0,00	256.000,00	252.000,00	0,00	256.000,00
2.055	Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB.	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	25,000	75,000	25,000	0,000	75,000
			5.287.834,00	0,00	1.056.334,00	4.231.500,00	1.403.500,00	0,00	4.231.500,00
Unidade: 16.02 - Fundo Rotativo Habitacional									
0009 Habitação com Qualidade									
1.017	Investindo em Programs Habitacionais	Casas (UN.)	100,000	0,000	25,000	75,000	25,000	0,000	75,000
			9.339.000,00	0,00	1.470.000,00	7.869.000,00	2.597.000,00	0,00	7.869.000,00
2.056	Regularização Fundiária Habitacional	Imóvel (UN.)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
			706.000,00	0,00	106.000,00	600.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE									
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto									
Unidade: 23.01 - Serviços Administrativos									
0013 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto									
2.063	Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			13.112.521,46	0,00	2.890.021,46	10.222.500,00	3.210.400,00	0,00	10.222.500,00
2.067	Contribuição ao PASEP	Contribuição (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
			645.300,00	0,00	145.300,00	500.000,00	157.000,00	0,00	500.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 15/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un.)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
<b>Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>									
<b>Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>									
<b>Unidade: 23.02 - Abastecimento de Água</b>									
<b>0013 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto</b>									
1.001	Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	Reservação de Água (M3)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
1.002	Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água	Sistema (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
2.064	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
<b>Unidade: 23.03 - Sistema de Esgoto Sanitário</b>				<b>0,00</b>	<b>2.696.750,16</b>	<b>9.403.157,01</b>	<b>3.023.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.403.157,01</b>
<b>0013 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto</b>									
1.003	Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto	Sistema (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
2.065	Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
<b>Unidade: 23.04 - Sanemaneto Geral</b>				<b>0,00</b>	<b>908.304,40</b>	<b>3.265.299,00</b>	<b>986.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.265.299,00</b>
<b>0013 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto</b>									
1.004	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	Sistema (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								
2.066	Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta física								
	Meta financeira								

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 16/17

Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE									
Órgão: 23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto									
Unidade: 23.05 - Resíduos Sólidos									
0013 Universalização dos Serviços de Água e Esgoto									
2.069	Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	0,000	100,000	0,000	0,000	100,000
				0,00	0,00	12.934.000,00	3.878.000,00	0,00	12.934.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS									
Órgão: 15.00 - Fundação Municipal de Desportos									
Unidade: 15.01 - Fundação Municipal de Desportos									
0011 Esporte e Cidadania									
1.029	Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas.	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
				0,00	1.630.000,00	4.974.300,00	1.656.000,00	0,00	4.974.300,00
2.057	Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
				0,00	1.350.196,00	4.882.100,00	1.604.800,00	0,00	4.882.100,00
2.058	Desporto de Iniciação e Rendimento	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
				0,00	1.043.000,00	3.576.420,00	1.187.140,00	0,00	3.576.420,00
2.059	Desporto Comunitário	Manutenção (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000	0,000	0,000
				0,00	27.000,00	102.000,00	32.000,00	0,00	102.000,00
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul									
Unidade: 18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul									
0012 Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural									
1.031	Investindo na Cultura	Modernização (UN.)	100,000	0,000	100,000	0,000	100,000	0,000	0,000
				0,00	870.000,00	7.574.000,00	2.201.000,00	0,00	7.574.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - Plano Plurianual

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2015

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A): Realização da despesa por: Empenho

Página: 17/17  
Data: 11/08/2014

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2015	LOA 2015	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento em 2014				
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul			17.244.252,00	0,00	2.723.752,00	14.520.500,00	4.504.000,00	0,00	14.520.500,00
Unidade: 18.01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul			17.244.252,00	0,00	2.723.752,00	14.520.500,00	4.504.000,00	0,00	14.520.500,00
			16.464.252,00	0,00	2.543.752,00	13.920.500,00	4.304.000,00	0,00	13.920.500,00
0012 Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural									
2.060 Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades									
Meta física			100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			7.715.252,00	0,00	1.617.752,00	6.097.500,00	2.020.000,00	0,00	6.097.500,00
2.061 Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial									
Meta física			100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			305.000,00	0,00	56.000,00	249.000,00	83.000,00	0,00	249.000,00
Unidade: 18.02 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura			780.000,00	0,00	180.000,00	600.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00
0012 Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural									
2.076 Manutenção do Fundo Municipal da Cultura									
Meta física			100.000	0,000	100.000	0,000	0,000	0,000	0,000
Meta financeira			780.000,00	0,00	180.000,00	600.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL									
Órgão: 01.00 - Câmara Municipal de Vereadores			11.515.443,80	0,00	2.642.500,00	8.872.943,80	2.800.000,00	0,00	8.872.943,80
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores			11.515.443,80	0,00	2.642.500,00	8.872.943,80	2.800.000,00	0,00	8.872.943,80
0001 Processo Legislativo									
2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores									
Meta física			100.000	0,000	25.000	75.000	25.000	0,000	75.000
Meta financeira			11.515.443,80	0,00	2.642.500,00	8.872.943,80	2.800.000,00	0,00	8.872.943,80
Total geral:			183.977.934,86	0,00	254.923.600,80	929.054.334,06	288.337.844,00	0,00	929.054.334,06

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária de Finanças

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
Contadora

**LEI Nº 3425, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014**

ALTERA ANEXOS DA LEI Nº 3220, DE 02 DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2014 - PPA

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam alterados os anexos da Lei nº 3220, de 02 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 – PPA partes integrantes desta lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

**FERNANDO TURECK**  
Prefeito Municipal

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****Portaria/SAMAE /SBS/Nº 177, de 01 de Outubro de 2014.**

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 177, de 01 de outubro de 2014.  
"ADMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - ADMITIR, na forma da Lei nº 2397, de 09 de setembro de 2009, MONICA ROSA MARIA ZANCHETIN TOBIAS, aprovado no processo seletivo nº 02/2014, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, no quadro de pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de outubro de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 68/2014**

Pregão Presencial nº 68/2014  
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 68/2014  
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de 800 toneladas de brita graduada.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 02 de outubro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****Decreto N. 1722, de 30 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 1722, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento da entidade Prefeitura, na seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.368.1005.2.042 - Manutenção das Atividades da Educação Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	29	01.019	50.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0.1.019 - FUNDEB.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de setembro de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

# São João do Sul

## PREFEITURA

### Edital Nº 002/2014 - Homologação da Classificação Final Processo Seletivo Público

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL Nº 002/2014 - Homologação da Classificação Final

Homologa a Classificação Final do Processo Seletivo Público nº 001/2014 - ACS, lançado pelo Edital nº 001/2014, destinado ao provimento das vagas existentes para o cargo de Agente Comunitário de Saúde para atuação na Secretaria Municipal de Saúde.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através da Comissão de Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 070, de 15 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, encaminha o resultado final do Processo Seletivo convocado pelo Edital nº 001/2014, de 20 de agosto de 2014, para a HOMOLOGAÇÃO do Chefe do Poder Executivo Municipal, e determina sua publicação para que atinja seus efeitos legais, a saber:

#### LISTA DE CLASSIFICADOS

##### Área: ESF 1 (Centro)

##### Cargo: ACS - Microarea 01 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	SABRINA VICENTE DE OLIVEIRA	7.00	19-11-1992	0

##### Cargo: ACS - Microarea 02 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	PALOMA SILVA BAUER	7.00	19-07-1990	0
2º Lugar	BIANCA ALVES SCHINAIDER	5.50	21-04-1996	0

##### Cargo: ACS - Microarea 03 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	JOANITA SUZELANE BENEDET PEREIRA	6.00	29-07-1980	0

##### Cargo: ACS - Microarea 04 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	CLÁUDIA GENEROSO DA SILVA	4.50	05-06-1992	0

##### Cargo: ACS - Microarea 05 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	BRUNA JOÃO MARTINS	6.00	27-01-1995	0

##### Cargo: ACS - Microarea 06 (ESF 1)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	ROSA LÚCIA SCHEFFER BAUER	6.00	30-06-1962	2
2º Lugar	FABRICIO DOS SANTOS	5.50	15-02-1991	0
3º Lugar	MARIA INEZ DA SILVA	2.50	23-01-1969	1

##### Área: ESF 2 (Vila Conceição)

##### Cargo: ACS - Microarea 01 (ESF 2)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	LAIS DE OLIVEIRA JORGE FARIAS	6.50	13-03-1989	0
2º Lugar	DANIELA BORGES PINTO	6.00	03-08-1983	2
3º Lugar	MARIA DA GLORIA ALVES DA SILVA	4.00	15-08-1972	4

##### Cargo: ACS - Microarea 02 (ESF 2)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	MARIULA PEREIRA DOS SANTOS	6.00	10-04-1963	1
2º Lugar	ELIANE ESPINDOLA MARTINS	5.50	27-04-1978	2

##### Cargo: ACS - Microarea 03 (ESF 2)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	MARIA ELENA DE SENA CRISTIANO BORGES	7.50	13-01-1978	0
2º Lugar	JULIANA DA ROSA COSTA	7.00	26-08-1984	2

##### Cargo: ACS - Microarea 04 (ESF 2)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	FRANCIELI LUMERTZ VALIM	7.00	25-02-1994	20
2º Lugar	SIMONE DE MATOS COSTA	6.50	12-05-1982	1
3º Lugar	KATIA DUTRA DOS SANTOS	5.00	06-09-1988	2

## Cargo: ACS - Microarea 05 (ESF 2)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	SILVANA DOS SANTOS RODRIGUES	4.00	13-12-1982	1

## Área: ESF 3 (Vila Santa Catarina)

## Cargo: ACS - Microarea 01 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	MICHELE BAUER SAT ANA	6.50	19-02-1989	1

## Cargo: ACS - Microarea 02 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	PATRICIA FONTANA PIA	4.50	11-06-1989	0

## Cargo: ACS - Microarea 03 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	FATIMA ZEFERINO SALVADOR DAROS	7.50	08-11-1972	1
2º Lugar	PATRICIA SELAU	7.00	03-04-1994	1

## Cargo: ACS - Microarea 04 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	ELIZETE FELICIANO FARIAS	7.50	29-03-1995	0

## Cargo: ACS - Microarea 05 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	LUCIANE OLIVEIRA ALEXANDRE LUMMERTZ	7.00	26-05-1980	3

## Cargo: ACS - Microarea 06 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	JANAINA CORREA MAGNUS	6.00	09-11-1994	0

## Cargo: ACS - Microarea 07 (ESF 3)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	MIREMA GRUBLER DA SILVA BROGNOLI	8.00	08-06-1969	0

São João do Sul/SC, em 30 de Setembro de 2014.

REJANE ELÍBIO BORBA

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologada a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2014 - ACS, lançado pelo Edital nº 001/2014.

São João do Sul/SC, em 30 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### Pregão Presencial 066/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 066/2014 - Processo nº 212/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos (CATI) da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/10/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/10/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 085/2014 - Processo nº 238/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia hospitalar com fornecimento de roupa para atender a rede de atenção básica, rede especializada, SAMU e DST/AIDS, da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 16/10/2014 às 16h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 16/10/2014 às 16h45min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 091/2014 - Processo nº 243/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual diagramação, formatação e confecção/execução de serviços gráficos diversos, de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde de São José, vinculado diretamente a rede básica, SAMU/SJ, Programas Especiais, VIEP, VISA, DST/AIDS e Administração da Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 16/10/2014 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 16/10/2014 às 15h45min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 075/2014 - NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 075/2014 - NOVA ABERTURA - Processo nº 206/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de software de gestão pessoal e distribuição de vale transporte para atender a Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/10/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/10/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 078/2014 - Processo nº 228/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de refeições (café e lanche) destinadas a alimentação dos usuários do CAPS II e CAPS AD, e dos funcionários nas campanhas de vacinação da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 16/10/2014 às 13h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 16/10/2014 às 13h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 076/2014 - Processo nº 226/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de tubos de concreto, lajotas e meio fios para manutenção do sistema viário e manutenção, implantação e ampliação de drenagem pluvial do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 20/10/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/10/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO PRESENCIAL 086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 086/2014 - Processo nº 239/2014: Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de óculos, pares de lentes e armações, destinadas as crianças e adolescentes com comprometimento visual da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/10/2014 às 16h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/10/2014 às



16h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2014 - Processo nº 194/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos de porcelana branca personalizada, destinadas ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, do Centro de Atenção a Terceira Idade - CATI do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 02 de outubro de 2014 às 18h00min até dia 20 de outubro de 2014, às 15h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 15h00min do dia 20 de outubro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2014 - Processo nº 200/2014. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de móveis e brinquedos pedagógicos, livros educativos e testes de psicologia destinados ao Centro de Referência de Educação Especial da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 02 de outubro de 2014 às 18h00min até dia 20 de outubro de 2014, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 20 de outubro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2014 - Processo nº 234/2014. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de livros destinados a biblioteca do Centro Universitário - USJ do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 02 de outubro de 2014 às 18h00min até dia 21 de outubro de 2014, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 21 de outubro de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.957, de 1º de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4.957, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019				
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002	10	Transf. Cons. Publ.	R\$ 60.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019				
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicação Direta	R\$ 60.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº. 113/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 113/2014 - FMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 22/2014 - FMS  
Processo nº. 72/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRICLIN SAÚDE E COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.694.747/0001-76, estabelecida Rua Fagundes Varela nº 962, Bairro Jardim Social, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82.520-040.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
3	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: isento. Embalagem: lata com 400g.	80000	gramas	0,062	4.960,00
TOTAL R\$					4.960,00

Valor do Contrato: R\$ 4.960,00 (quatro mil novecentos e sessenta reais)  
Data da Assinatura: 01/10/2014 - Vigência: 01/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 114/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 114/2014 - FMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 22/2014 - FMS  
Processo nº. 72/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0001-44, estabelecida Rua Professor Serafim Orlandi nº 356, Bairro Vila Mariana, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.115-090.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
4	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contem lactose. Sabor: Baunilha ou morango ou chocolate Embalagem: lata com 350 a 400g	80000	gramas	0,037	2.960,00
TOTAL R\$					2.960,00

Valor do Contrato: R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais)  
Data da Assinatura: 01/10/2014 - Vigência: 01/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 115/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 115/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 22/2014 - FMS

Processo nº. 72/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PRÓ-VIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.889.336/0001-45, estabelecida Avenida Dr. Gastão Vidigal nº 3413, Bairro Gleba Ribeirão Pinguim, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.053-310.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarina. Sabor: baunilha. Embalagem: embalagem de 325 a 800g.	80000	gramas	0,05	4.000,00

2	Módulo de fibras, em pó, destinado a pacientes com quadro de constipação intestinal ou diarreia. Não contem glúten. Sabor: natural. Embalagem: embalagem de 250 a 400 gramas.	80000	gramas	0,10	8.000,00
TOTAL R\$					12.000,00

Valor do Contrato: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Data da Assinatura: 01/10/2014 - Vigência: 01/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 5.737/2014, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.737/2014, de 30 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Deise Mara Klitzke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Portaria Nº 5.738/2014, de 30 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 5.738/2014, de 30 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Jangla Tauchert Marostica, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.739/2014, de 1º de Outubro de 2014.**  
PORTARIA Nº 5.739/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Gerusa Isabel Lamb Mass, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 5.740/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.740/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Charlene Aparecida Ferreira Scoz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.  
Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.741/2014, de 1º de Outubro de 2014.**  
PORTARIA Nº 5.741/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do servidor, Sr. Fernando Rodrigo da Rosa em 05 de novembro de 2013.

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Greice Maiara Denker para exercer o cargo de Psicopedagoga, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 5.742/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.742/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por licença maternidade da servidora, Sra. Jordana Prestini em 15 de setembro de 2014.

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/

SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lucilene Pereira para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **PORTARIA Nº 5.743/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.743/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Edcleia Ramos dos Santos Hubner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Portaria Nº 5.744/2014, de 1º de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.744/2014, de 1º de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do servidor Sr. Fernando Claiton Santana, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.102/2014, de 01 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº3.102/2014, de 01 de outubro de 2014.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ENFERMEIRO (A) PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº142/2014-SMS, datado de 16 de setembro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Enfermeiro (a) para atuar na Secretaria de Saúde Municipal;  
Considerando que esta contratação será em substituição tendo em vista o afastamento por licença maternidade da servidora Noeli Aparecida Boehn em 14/08/2014;

Considerando que o Processo Seletivo para contratação de profissionais em caráter temporário nº01/2014 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos foi exaurida tendo em vista que houve somente uma candidata aprovada e a mesma assinou o termo de desistência o qual se encontra arquivado no setor de Recursos Humanos.

Considerando que o referido secretário já foi orientado proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;



Considerando que os profissionais da Enfermagem do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o auxílio aos médicos e demais procedimentos inerentes ao cargo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

**DECRETA:**

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Enfermeiro (a) para atuar na Secretária de Saúde Municipal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 01 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Lei Nº 2.046/2014**

LEI Nº.2.046/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$86.685,46 (OITENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$86.685,46 (Oitenta e seis mil, seiscientos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), como segue:

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 - ADMINISTRAÇÃO			
04.122.3001.2.305 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	18.185,46

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.3012.2.333 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	30.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	8.500,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.363.3009.2.324 - MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.000,00
3.3.91.47.00.00	00.01.0000	Obrigações Tributárias e Contributivas	700,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.366.3009.2.326 - MANUTENÇÃO NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO

3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
-----------------	------------	--	-----------

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.364.3009.2.328 - CONTRIBUIÇÃO BOLSA A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

3.3.90.18.00.00	00.01.0000	Auxílio Financeiro a Estudantes	30.000,00
-----------------	------------	---------------------------------	-----------

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03 - UNIDADE DE CULTURA

13.392.3011.2.332 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CULTURA

3.3.50.43.00.00	00.01.0000	Contribuições	6.449,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	13.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

01 - UNIDADE DE AGRICULTURA

04.122.3001.2.307 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	436,46
3.1.90.94.00.00	00.01.0000	Indenizações Restituições Trabalhistas	500,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	895,00



3.3.90.36.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0000	Auxílio-Alimentação	1.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	195,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## LEI Nº 2.047/2014

LEI Nº.2.047/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$165.000,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
01 - CHEFIA DE GABINETE			
04.122.3001.2.302 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	135.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	30.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
02 - PROCURADORIA JURÍDICA			
04.122.3001.2.304 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			

3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	67.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	11.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	2.500,00
3.3.90.36.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.000,00

## 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 01 - UNIDADE DE SAÚDE

10.122.3001.2.309 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	31.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	399,99

## 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

### 01 - UNIDADE DE ESPORTE E LAZER

27.812.3010.1.324 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS POLIESPORTIVAS

4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	24.899,99
-----------------	------------	---------------------	-----------

## 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

### 02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.363.3009.2.324 - MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.200,02
-----------------	------------	--	-----------

## 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

### 03 - UNIDADE DE CULTURA

13.392.3011.1.327 - AQUISIÇÃO DE ACERVO LITERÁRIO

4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
-----------------	------------	------------------------------------	-----------

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 1º de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 207/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 207/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 86/2014-PMS

Processo nº. 190/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDITORA LM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.686.917/0001-05, estabelecida na Rua José Menegotti, nº 35, Nova Brasília, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-190.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para divulgação de matéria em revista do município de Schroeder, alusivo ao cinquentenário da cidade, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Divulgação de matéria do município de Schroeder, alusivo ao cinquentenário da cidade em duas páginas inteiras da revista.	1	Unidade	1.500,00	1.500,00
TOTAL R\$					1.500,00

Valor do contrato: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 01/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOSIANE APARECIDA RIOS, inscrita no CPF sob nº. 079.604.799-50, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 13 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**DECRETO Nº 3.099/2014 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.099/2014 de 29 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.563,31 (um mil quinhentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes

Trabalhistas R\$ 1.563,31

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens

Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.563,31

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.100/2014 de 29 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.100/2014 de 29 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 104.763,35 (cento e quatro mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS  
06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0024 - Obras e Instalações R\$ 104.763,35

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0024 R\$ 104.763,35

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.101/2014 de 29 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.101/2014 de 29 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 576,03 (quinhentos e setenta e seis reais e três centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 576,03

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer  
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 369,50  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Física R\$ 206,53

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 22/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 01/10/2014		Válido até: 01/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 56% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Embalagem: embalagem de 325 a 800g.	GR	PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (12937)	NUTERAL	0	0,0500	1
2	Módulo de fibras, em pó, destinado a pacientes com quadro de constipação intestinal ou diarreia. Não contém glúten. Sabor: natural. Embalagem: embalagem de 250 a 400 gramas.	GR	PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (12937)	NUTERAL	0	0,1000	1
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)	NESTLÉ	0	0,0880	2
			NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12939)	nutri enteral	0	0,1000	3
			NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12939)	nutri fibra	0	0,1700	2
			CM HOSPITALAR LTDA (12169)	NESTLÉ	0	0,2080	3
3	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1,0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: isento. Embalagem: lata com 400g.	GR	NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS PEDIASURE - (12567)		0	0,0620	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 01/10/2014		Válido até: 01/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contem lactose. Sabor: Baurilha ou morango ou chocolate Embalagem: lata com 350 a 400g	GR	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (12939)	sustain	0	0,0370	1
			BRUTHAN COMERCIAL LTDA. (12938)	Sustagen	0	0,0380	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 01/10/2014		Válido até: 01/10/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (12937)	NUTURAL	0	0,0550	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 01/10/2014		Válido até: 01/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014  
PROCESSO Nº 72/2014

- (12169) - CM HOSPITALAR LTDA
- (12567) - NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS
- (12937) - PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
- (12938) - BRUTHAN COMERCIAL LTDA.
- (12939) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Schroeder, 1 de Outubro de 2014.

**DISPENSA Nº 86/2014-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 86/2014 - DL**Processo Nr.: 190/2014  
Data: 01/10/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: EDITORA LM LTDA - ME  
Endereço: R JOSE MENEGOTTI, 35  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 05.686.917/0001-05

Código: 9668

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para divulgação de matéria em revista do município de Schroeder, alusivo ao cinquentenário da cidade.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Divulgação de matéria do município de Schroeder, alusivo ao cinquentenário da cidade em duas páginas inteiras da revista.	UN	1.500,00	1.500,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Divulgação em revista com periodicidade mensal de matéria do município de Schroeder, alusivo ao cinquentenário da cidade, com distribuição gratuita em Jaraguá do Sul, Guaramirim, Schroeder e Massaranduba.

Schroeder, 1 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 86/2014 - DL**

Processo Nr.: 190/2014  
Data: 01/10/2014

Folha: 2/2

29/9/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Setembro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

# Sombrio

## PREFEITURA

### Lei Nº. 2174/2014

LEI Nº. 2174, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O Orçamento do Município de Sombrio, para o exercício financeiro de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015 a 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

#### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos

exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para, 2014, 2015, 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O Orçamento para o exercício de 2015 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferior a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo de Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizarem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, serem utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução

observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2015 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para

cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei

de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no

artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Município de Sombrio, 30 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **DECRETO Nº.197/2014**

DECRETO Nº 197, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 30.204,28 (trinta mil, duzentos e quatro reais e vinte e oito centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

2.029 - Apoio ao Ensino Superior

3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transf. a Inst. Privadas sem fins Lucrativos R\$ 21.000,00

06.02 - Fundo Mun. de Assist. Social de Sombrio

2.017 - Apoio a Criança e ao Adolescente

3.1.90.00.00.00.00.0053 - Aplicações Diretas R\$ 9.204,28

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 53.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 30 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### **Decreto 167/2014**

DECRETO Nº. 167, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado Jonatan Velho Burigo, CPF nº 075.895.369-03 e RG 4.261.244 no Cargo de Monitor do PETI, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de Outubro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto 168/2014**

DECRETO Nº. 168, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada Andriele Moro Berti, matrícula nº 2926, ocupante do Cargo de Chefe do Serviço de Expediente, Protocolo e Arquivo em Geral, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de outubro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### Ata Decisão Habilitação Carta Convite N.º 15 2014 - Fct

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DECISÃO DA HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 15/2014 - FCT

Às dez horas, do primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Convite nº 15/2014 - FCT conforme segue: Em análise aos documentos de habilitação da empresa LUAN CAVALLERI MEI, verificou-se que a empresa não apresentou os seguintes documentos:

- a) de acordo com o estabelecido no item 7.1.2 do Edital:
  - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (alínea "a");
  - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede da Licitante (alínea "d");
  - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) (alínea "e").
  - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (alínea "f");
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (alínea "g").
- b) de acordo com o estabelecido no item 7.1.3 do Edital:
  - Atestado e/ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que o interessado já forneceu banda base (alínea "a").
- c) de acordo com o estabelecido no item 7.1.4 do Edital:
  - Declaração expressa de estar de acordo com todas as normas, condições e exigências deste edital e de seus anexos (alínea "c").

Ademais, verificou-se ainda que quanto a Qualificação Técnica a empresa não apresentou a documentação nos termos exigidos no Edital (item 7.1.3 alínea "c"), ou seja, o Curriculum Vitae de cada um dos 3 (três) membros designados para composição da comissão julgadora, acompanhado de publicações (jornais e/ou revistas) e/ou indicações (atestados e/ou declarações por órgãos públicos ou privados que assegurem a participação como jurado em evento de natureza similar ao objeto), que demonstrem possuírem formação acadêmica e/ou reconhecimento público e notório de atuação na área musical ou de produção musical. Ante o exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, e, atendendo ao princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela inabilitação da empresa LUAN CAVALLERI MEI. Portanto, diante da inabilitação de todos os participantes, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e razoabilidade, face ao disposto no Art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, a Comissão estabelece prazo de oito (08) dias úteis, a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), para apresentação dos documentos acima elencados, escoimados dos vícios, e de acordo com os termos estabelecidos no Edital. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

### DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2014 FCT DECISÃO

A Fundação Cultural de Timbó lançou o Edital de Pregão Presencial nº. 10/2014 - FCT, cujo objeto versa acerca da contratação de empresa para locação de estrutura para eventos.

Decorridos os trâmites afetos ao certame e sem que houvesse qualquer impugnação aos seus termos (inclusive do Edital), foi realizada a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes proposta e documentação (Ata - fls. 214 a 216), do qual participaram as empresas Casa Moreira Eventos LTDA ME, Elaine Freitas Luz EPP e Bellos Eventos Ltda EPP.

Na fase dos lances restaram vencedoras as empresas Bellos Eventos Ltda EPP (lote 01), Casa Moreira Eventos LTDA EM (lotes 2, 3 e 4) e Elaine Freitas Luz EPP (lote 05). Dando continuidade e após análise dos documentos de habilitação das vencedoras, houve a desclassificação das empresas Bellos Eventos LTDA EPP (não apresentou a qualificação técnica do subitem "c" do item 7.3.4 do Edital) e Elaine Freitas Luz EPP (não apresentou a Certidão Negativa de Débitos relativa às contribuições previdenciárias e de terceiros). Consultados pelo pregoeiro acerca do interesse em apresentar recurso, os representantes o renunciaram.

Apesar disso a empresa Bellos Eventos Ltda apresentou recurso, alegando: - ser tempestivo; - motivado face à inabilitação por descumprimento ao item 7.3.4, "a", "b" e "c"; - equívoco na elaboração do edital, especialmente no item 7.3.4, alíneas "a" (a empresa vencedora deve apresentar os documentos, inexistindo razão para tal exigência na habilitação; ART é apresentada na montagem e desmontagem e não na habilitação), "b" (apenas a empresa vencedora terá que disponibilizar representante para acompanhar a vistoria dos bombeiros); e "c" (inviabilizada a apresentação da NR10 e NR35 na habilitação, pois não é possível definir quem serão os funcionários que irão desenvolver as atividades por faltar 15 dias para o evento, podendo, durante tal período, ocorrer a modificação dos mesmos, agregando maiores custos a empresa, que terá que oportunizar novos cursos para outros funcionários); - equívoco da Comissão ao promover a inabilitação, pois apenas empresas vencedoras poderiam cumprir com as exigências; - cumpriu as exigências; - que apesar de manifestar interesse na interposição do recurso o pregoeiro não o aceitou, motivando a não assinatura da ata. Requer a reforma da decisão de inabilitação, pois além de cumprir as exigências do Edital, este último foi elaborado incorretamente.

Mesmo existindo expressa disposição legal acerca do momento oportuno para a impugnação ao Edital (art. 41 da Lei nº. 8.666/93) e o mesmo não ter sido exercido pelo Recorrente, buscando zelar pelo contraditório e ampla defesa, e evitar prejuízos procedimentais, segue abaixo análise e manifestação acerca dos argumentos contidos no recurso:

O recurso é tempestivo.

Apesar do Recorrente alegar que a inabilitação decorreu do descumprimento das alíneas "a", "b" e "c" do item 7.3.4 do Edital,

compulsando a Ata (fls. 214 a 216) se constata que a mesma ocorreu somente pela não apresentação dos documentos exigidos na alínea "c" (Deverá ser fornecido certificado de NR10 e NR35 dos funcionários que efetuarem os trabalhos de montagem e desmontagem), os quais foram regularmente juntados pelos demais licitantes, conforme se constata as fls. 204 a 212.

Além disso, o próprio Recorrente, sem qualquer justificativa plausível, reconhece que não cumpriu com as exigências contidas no item 7.3.4 do Edital, o que, por si só, o inabilita.

A alegação de que os documentos constantes do item 7.3.4 do Edital deveriam ser exigidos apenas no momento da execução do objeto, além de não encontrar fundamento fático e de direito que lhe dê guarida, vai de total desconhecimento com os interesses (em especial de ordem técnica) regularmente definidos pelo ente público municipal.

Cabe ressaltar que os demais licitantes apresentaram no momento da habilitação todos estes documentos tidos pelo Recorrente como dispensáveis.

O Edital não apresenta os equívocos apontados pelo Recorrente, nem o mesmo faz prova contundente neste sentido.

Ao contrário do que alega o Recorrente:

- a ART (uma das exigências da alínea "a") constitui documento indispensável a garantia de regularidade técnica do objeto, podendo ser emitida a qualquer tempo, independente do início ou não da execução;
- a disponibilização de representante para acompanhar a vistoria dos bombeiros (alínea "b"), constitui fator preponderante a regular instalação e funcionamento do objeto;
- a apresentação da NR10 e NR35 (alínea "c"), tal como as demais exigências, constitui documento imprescindível a garantia da correta execução, podendo também ser emitida a qualquer tempo, independente do início ou não da execução. O fato de não ser possível definir quem serão os funcionários que irão desenvolver as atividades, demonstra que o Recorrente não possui em seu quadro funcional equipe que possa realizar o objeto nos padrões técnicos exigidos. O prazo de 15 dias para o evento não constitui justificativa plausível a inviabilizar a apresentação destes documentos. A eventual modificação de algum dos funcionários indicados de igual forma não constitui óbice a apresentação dos documentos, pois tal realidade poderia ser comunicada no momento da sua ocorrência. Compete a Recorrente, na condição de licitante, apresentar o aparato funcional exigido, ou seja, eventuais custos relacionados aos cursos para os seus funcionários constituem obrigações lhes inerente, não constituindo justificativa a motivar a não apresentação dos documentos.

O Recorrente não cumpriu com as exigências editalícias.

Além de inexistir prova que deixou de assinar a ata por não ter sido consignado o seu interesse na interposição do recurso perante a Ata, tal argumento não justifica a habilitação, restando sanado com esta análise e manifestação acerca do Recurso.

Ante o exposto, conheço do recurso e nego provimento a todos os seus termos, mantendo a inabilitação do Recorrente.

Publique-se. Intime-se

Timbó, 30 de setembro de 2014.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

## Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2013.106 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/106

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: TPA Telecomunicações LTDA.

OBJETO: Acréscimo de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais para o Link de interconexão com velocidade de 05MBPS e R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais) mensais na prestação de serviços referente a um novo link de acesso à internet com velocidade de 5 Mbps para a sede do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Timbó.

DATA DA ASSINATURA: 23/09/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

## SAMAE

### Portaria N. SAMAE- 115, de 22 de Setembro de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 115, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
IVONETE MATTIELLO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/12/1983	047.951.599-98	44 horas	22/09/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **Portaria N. SAMAE- 116, de 22 de Setembro de 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 116, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por vinte e nove (29) dias, a contar de 25 de setembro de 2014 (período de 25/09/2014 a 23/10/2014), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 117 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 117 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Mário Sérgio Fernandes.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor MÁRIO SÉRGIO FERNANDES ocupante de cargo efetivo de Motorista, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 21.09.2009 a 21.09.2014, conforme Processo RH n. 103/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

## Treze Tílias

### CÂMARA MUNICIPAL

### **Classificação Final dos Candidatos - Concurso Nº 01/2014 - Cmtt**

PORTARIA Nº 07/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

O Presidente da Câmara de Vereadores de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Concurso Público nº 01/2014, para o cargo de ADVOGADO, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS:

Nome	Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Redação	Nota Final	Classificação
JANAINA FERRANDIN	7,3	9,0	7,81	1o lugar
VERÔNICA SOMMER DA SILVA	6,8	9,8	7,7	2 o lugar
MILENE KRANZ MO-REIRA	6,9	9,3	7,62	3 o lugar
CHEILA MARA VASTRES	7,0	9,0	7,6	4 o lugar
DAGMAR JOSÉ BELOTTO	6,3	9,4	7,23	5 o lugar
WILSON ORZEVALLA JUNIOR	6,6	8,6	7,2	6 o lugar
RENATO BEIRÃO SCHMITZ	6,2	9,3	7,13	7 o lugar
RAQUEL TREVISOL E SILVA	5,2	9,8	6,58	8 o lugar
ALINI SIMADON	5,4	9,3	6,57	9 o lugar
EDERSON VALDIR NEPO-MUCENO	5,1	9,0	6,27	10 o lugar
RONALD ARNILDO DA MOTTA	5,4	8,0	6,18	11 o lugar
BRUNA BERKEMBROCK ANRAIN	desclassificada			
BRUNO SUHNEL BESS	desclassificado			
DANIELA KRANZ MO-REIRA	desclassificada			
DANIELA MERGENER BRANCHER	desclassificada			
DANIELA RECH	desclassificada			
FABIANA DUTRA	desclassificada			
GESSIKA ELAINE LUERSEN	desclassificada			

GUILHERME BAMBERG ZAGONEL	desclassificado			
GUILHERME GUZZI	desclassificado			
JACKSON AGAZZI	desclassificado			
JAQUELINE CORRÊA	desclassificada			
JAQUELINE DE MARCO	desclassificada			
JÉSSICA RIBEIRO CHIARELLO	desclassificada			
KARINA LARISSA DA SILVA	desclassificada			
KARINE KANDLER	desclassificada			
LILIAN BITTENCOURT CHULER	desclassificada			
MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA	desclassificado			
MARIA RITA NOGUEIRA PASA	desclassificada			
MICHELE CRISTIANE GUBIANI	desclassificada			
PATRICIA CORREA DE ALMEIDA	desclassificada			
PRISCILA DE MATTOS	desclassificada			
PRISCILA PEREGO DE OLIVEIRA	desclassificada			
QUELIN VACCARI	desclassificada			
RENATA HELENA LARA SAMPAIO	desclassificada			
ROBERTA NUNES DE QUEIROZ	desclassificada			
RODRIGO GOMES DA SILVA	desclassificado			
THIAGO NERY RETORE	desclassificado			

José da Rocha  
Presidente da Câmara de Vereadores de Treze Tílias

Treze Tílias, 01 de outubro de 2014.

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 47/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 47/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA E.J.F EMPREENDIMENTOS LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a E.J.F Empreendimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.588.912/0001-38, estabelecida na Rua XV de Novembro, 110 sala 03, centro, no Município de São Miguel do Oeste/SC representada neste ato pelo Sr. Everton José Frigeri nº 47/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 47/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado, 06 de maio de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 56/2014 e Tomada de Preço nº 03/2014, em que consta como objeto contratação de empresa em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares na Rua São Miguel.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a E.J.F Empreendimentos, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda- As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 04 de outubro de 2014.

Enói Scherer  
Prefeito Municipal

E.J.F Empreendimentos Ltda  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Cleverson Inácio Kerkoff  
CPF: 918.368.409-34

2) \_\_\_\_\_  
Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 50/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoí Scherer, e de outro lado a empresa Informática Itapiranga Ltda- EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.938.920/0001-55, estabelecida na Rua Pe. João Rick, n.89, centro, no Município de Itapiranga/SC, resolvem da melhor forma aditar o contrato de nº 50/2014.

Considerando o Contrato Administrativo nº 50/2014 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 20 de maio de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 69/2014 e Pregão Presencial nº 45/2014, em que consta como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de Link de internet para esta Municipalidade, para o ano de 2014.

Considerando que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (9,) do Fundo Municipal da Saúde (54,122) da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a Informática Itapiranga Ltda- EPP, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

**Cláusula Primeira -VALOR**

5	3	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de 2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada. (Disponibilizado na Secretaria de Educação ESCOLA HELGA FOLLMANN)
---	---	-------	-------	--

**Cláusula terceira:**

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 01 de Outubro de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP  
Contratada

TESTEMUNHAS

Cleverson Inácio Kerkoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

# Vargeão

## PREFEITURA

### Decreto No 058

DECRETO No 058

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Fenômenos Meteorológicos - Tempestades - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4

O Senhor Amarildo Paglia, Prefeito do Município de Vargeão, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela pelo art. 70 da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012; e

#### CONSIDERANDO:

I - Que o excesso de chuva no Município Vargeão, nesta última semana (08/09/2014 a 01/10/2014) e com provisão de continuidade neste mês de outubro de 2014, e que esta atingindo todo o território do Município de Vargeão;

II - Que em decorrência dos consideráveis danos nas estradas de rodagem do interior e nas vias urbanas do Município;

III - Que houve grandes estragos em galerias e na rede pluvial do Município;

IV - Que o parecer da Coordenação Municipal de Defesa Civil - COMDEC de Vargeão, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência, por Fenômenos Meteorológicos - Tempestade;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Fenômenos Meteorológicos - Tempestades - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução das áreas atingidas.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº

3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente decreto vigorará por 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão - SC, 01 de outubro de 2014.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

VOLMIR FELIPE

Secretário da Administração e Fazenda

### Resolução Nº 04, de 26 de Agosto de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 26 DE AGOSTO DE 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 26 de agosto de 2014, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

Considerando a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2015, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS),

Considerando dever do conselho conforme determina a Lei Municipal 1.540/2013 e resolução 237 de 14/12/2006 do CNAS.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária da Assistência Social, exercício de 2015, no valor total de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais), do Fundo Municipal de Assistência Social e da Administração Direta sob gestão da Secretaria municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sônia Maria Bonan

Presidente do CMAS



**RESOLUÇÃO Nº 05 DE DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - VARGÃO - SC  
RESOLUÇÃO Nº 05 DE 17 de setembro de 2014.

Estabelece critérios para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso da competência que lhe confere a concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011 e Lei Municipal nº 1.561/2014.

CONSIDERANDO que benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas - Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Definir e estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social.

§ 1º - Considerar-se-a Benefício Eventual:

I - Auxílio Natalidade; - Distribuição de bens; (enxoval)

II - Auxílio Funeral; - Custeio de despesas de ataude, traslado e urna funerária.

III - Benefício Eventual para situação de Vulnerabilidade Temporária:

a) - Diversos: fotos, segunda via de documentos, agasalhos, vestuário, cobertores, móveis, colchões, utensílios domésticos, pagamentos de taxas, água energia elétrica, gás.

b) - Segurança Alimentar: auxílio alimentação, cesta de alimentos, leite;

c) - Transporte: passagens.

d) - Habitação: auxílio para melhorias habitacionais;

IV - Benefício Eventual para situação de Calamidade Pública: - Ações de triagem e informação, encaminhamento, identificação e orientação. - Ofertas de suprimento necessários a sobrevivência das famílias, serviços ou recursos para abrigo e pagamento de aluguel social; - Articulação coordenação de várias áreas. - Realizar levantamento sócioeconômico.

§ 2º - Critérios para elegibilidade de acesso aos Benefícios Eventuais:

I - Estudo Social;

II - Residir no município;

III - Renda per capita até 1/4 salário mínimo nacional;

IV - Comprovante renda (Bloco de produtor rural, folha de pagamento ou recibo);

V - Comprovante de residência (água, luz, telefone, cadúnico, bloco de produtor rural).

VI - Documentos pessoais (certidão de nascimento, RG, CPF) ;

VII - Apresentação de certidão de nascimento carterinha de gestante/pré natal e quando se tratar de auxílio funeral certidão de óbito.

§ 3º - O critério de renda exposto no item II, parágrafo 1º (Auxílio funeral), para o qual considera-se-á o benefício de (01) um salário mínimo nacional, para famílias com renda per capita de 1/4 salário mínimo nacional e que possuem somente um imóvel. O benefício será de (02) dois salários mínimos nacionais para famílias em situação de extrema pobreza, sem vínculos familiares em situação de abandono, ou morador de rua, ou indivíduo procedente do município morador em instituição de acolhimento.

§ 4º - Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 2º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias

com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 3º - O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Art. 4º - O alcance do benefício natalidade estabelecido por legislação municipal, é destinado à família e atenderá os seguintes aspectos:

I - necessidades recém nascido;

II- apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e que será através do auxílio funeral, conforme art. 10.

III- apoio à família no caso de morte da mãe.

Art. 5º - O benefício natalidade ocorrerá na forma de bens de consumo, no valor de até 1/2 salário mínimo nacional.

§ 1º - Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º - O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

Art. 6º - O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 7º - O auxílio funeral atenderá:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Art. 8º - O benefício funeral ocorrerá na forma de prestação de serviços.

Parágrafo único: A família pode requerer o benefício até trinta dias após o funeral.

Art. 9º - Os benefícios natalidade e funeral serão concedidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 10 - Os benefícios natalidade e funeral podem ser pagos diretamente a um integrante da família beneficiária: parente, curador, responsável e por direção de intuição de acolhimento.

Art. 11 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 12 - Ao Conselhos de Assistência Social compete fornecer ao Estado e ao Município, informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e valor dos benefícios natalidade e funeral.

Art. 13 - Para a concessão de benefícios eventuais o governo municipal deverá anualmente garantir orçamento para a provisão dos benefícios.

Art. 14 - O Município buscará junto ao Estado cofinanciamento dos benefícios eventuais.

Art. 15 - Recomendar que o critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecido pelo Município atenda ao determinado no art. 22 da Lei 8.742, de 1993, não havendo impedimento para que o critério, seja fixado em valor superior a 1/4 do salário mínimo, caso comprovada a vulnerabilidade temporária, por avaliação e parecer técnico emitido por assistente social do município.

Art. 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sônia Maria Bonan  
Presidente do CMAS

### **Resolução Nº 06 de 17 de Setembro de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 17 de setembro de 2014.

"Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos serviços e de Gestão - IGD do SUAS e IGD Bolsa Família do Exercício de 2013 do Sistema Único da Assistência Social -SUAS .".

Considerando que a participação e controle social, assegurado pela Constituição Federal, estão intimamente relacionados por meio da participação na gestão pública e os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e ao mesmo tempo exerçam controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação no que se refere a implantação e implementação de políticas públicas bem como, na correta aplicação dos recursos.

Considerando o disposto no parágrafo 2º, artigo 1º, inciso "c" da Resolução 077/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é uma instância deliberativa de caráter permanente, conforme previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

O Conselho Municipal de Assistência Social de Vargeão, em reunião extraordinária no dia 17 de setembro 2014, ata nº 05/2014, no uso de atribuições conferidas pela Lei n.º 1.540/2013.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos Serviços e de Gestão - IGD do SUAS e IGD Bolsa Família do Exercício de 2013 do Sistema Único da Assistência Social -SUAS, O CMAS constatou que no ano de 2013 a Prefeitura Municipal de Vargeão através da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS/PAIF desenvolveu com o cofinanciamento da União serviços prestados de forma contínua e regular na área de Proteção Social Básica - através de Programas e Serviços destinados a população alvo atendeu em torno de 2500 famílias no ano, tendo com o objetivo realizar atendimentos e acompanhamentos individuais e coletivos com caráter protetivo, preventivo e proativo. Para o Piso Básico Variável II o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 78,30 (setenta e oito reais

e trinta centavos) um total de R\$ 10.078,30 (dez mil setenta e oito reais e trinta centavos) e investiu em manutenção do serviço um total de R\$ 9.112,96 (nove mil cento e doze reais e noventa e seis centavos) e foi reprogramado para o ano de 2014 R\$ 965,74 (novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), atendendo em torno de 100 usuários mês. Para o Piso Variável - SCFV o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 819,93 (oitocentos e dezenove reais e noventa e três centavos) um total de R\$ 17.019,93 (dezesete mil dezenove reais e noventa e três centavos) e no ano de 2013 não houve investimento do recurso e o mesmo foi reprogramando para o ano de 2014. Para o Piso Básico Fixo havia uma reprogramação do ano de 2012 R\$ 9.043,25 ( nove mil quarenta e três reais e vinte e cinco centavos) o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 363,29 (trezentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos, um total de R\$ 66.406,54 (sessenta e seis mil quatrocentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e investiu em manutenção do PAIF um total de R\$ 38.153,88 (trinta e oito mil cento e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos) e foi reprogramado para o ano de 2014 R\$ 28.452,66 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos). Também recebeu cofinanciamento federal de R\$ 80,00 ( oitenta reais) para aplicação do questionário BPC na Escola e mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) um total de R\$ 81,45 ( oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos) e no ano de 2013 não houve investimento do recurso e o mesmo foi reprogramando para o ano de 2014. Quanto ao Piso Variável de Média complexidade - PETI havia uma reprogramação do ano de 2012 R\$ 7.393,24 ( sete mil trezentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 205,60 (duzentos e cinco reais e sessenta centavos), um total de R\$ 22.598,84 (vinte e dois mil quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos) e investiu em manutenção do serviço um total de R\$ 22.598,84 (vinte e dois mil quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos), atendendo em torno de vinte e cinco crianças em risco e situação de trabalho infantil junto ao SCFV. Quanto ao IGD PBF havia uma reprogramação do ano de 2012 R\$ 6.574,46 (seis mil quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 12.919,95 (doze mil novecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), um total de R\$ 19.947,41 (dezenove mil novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos) o qual teve por objetivo financiar as ações de acompanhamento, Gestão do Programa Bolsa Família, capacitação profissional e ações relativas às condicionalidades. O conselho constatou que os gastos foram aplicados de forma adequada de acordo com a Portaria 754/2010, melhorando e qualificando as ações de gestão do Programa Bolsa família, através de um processo de planejamento entre a instância de controle social, políticas intersetoriais e com a gestão municipal do PBF, com ações que apoiaram e melhoraram as condicionalidades de saúde, educação, assistência social, capacitação profissionalizante ao público alvo e cadastramento e atualização cadastral, um total de R\$ 9.077,50 (nove mil setenta e sete reais e cinquenta centavos) e foi reprogramado para o ano de 2014 R\$ 10.869,91 (dez mil oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos). Quanto ao IGD SUAS havia uma reprogramação do ano de 2012 R\$ 20.156,82 (vinte mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos) o município recebeu de cofinanciamento federal R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), mais rendimentos de aplicação financeira R\$ 755,46 (setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), um total de R\$ 27.221,00 (vinte e sete mil duzentos e vinte e um reais) o qual teve por objetivo financiar materiais permanentes para melhorias das ações e dos serviços

realizados no CRAS/PAIF e nos SCFV, também financiou o a contratação de pessoa jurídica para organizar o reordenamento da lei municipal para a provisão de benefícios eventuais, e para adequar as novas legislações vigentes houve a necessidade do reordenamento da lei municipal que cria o CMAS e FMAS investindo um total de R\$ 2.140,00 (dois mil cento e quarenta reais) para o CMAS. O investimento destes recursos cumpriram as diretrizes dispostas nas portarias nº 337/2011 e 07/2012, respeitando as suas finalidades. O cofinanciamento federal incluído Serviços e Gestão foi de R\$ 147.023,56 (cento e quarenta e sete mil vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), o governo municipal cofinanciou os serviços e programas de assistência social investindo R\$ 75.783,27 (setenta e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos) e o governo estadual cofinanciou R\$ 9.752,33 (nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos) os recursos foram suficientes atingindo os objetivos de cada nível de proteção social. O CMAS obteve fácil compreensão dos documentos e relatórios apresentados pelo Órgão Gestor que apoiaram o que foi descrito no Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos Serviços e de Gestão PBF e Gestão SUAS ano 2013. O CMAS constatou que os serviços desenvolvidos no ano de 2013 junto a Política Municipal de Assistência Social foram executados com qualidade atingindo o público alvo, bem como os objetivos dos Programas e serviços, de forma regular e continua, havendo melhoria na qualidade dos serviços e ações ofertados a população, sem este cofinanciamento as ações realizadas seriam inviáveis, principalmente na Proteção Social Básica.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sônia Maria Bonan  
Presidente do CMAS

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### Processo 060/2014 TP 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TENDO COMO OBJETO A ILUMINAÇÃO DECORATIVA EM ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE VARGEM BONITA, compreendendo obras de Execução do Projeto Luminotécnico de intervenção elétrica externa, conforme especificações constantes nos Memoriais Descritivos, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais Anexos que compõem o Projeto Executivo de Engenharia, partes integrantes deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Orçamento Municipal.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 24 de Outubro 2014 às 10:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitória, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 01 de outubro de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

### Retificação Pregão Presencial Nº 135/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014-PMV  
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira torna pública a alteração da data de abertura do Edital do Pregão Presencial nº 135/2014 - PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO a partir das 13:00 horas do dia 14 de Outubro de 2014, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. ABERTURA: às 13:00 horas do mesmo dia. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no horário das 8:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 horas. INFORMAÇÕES: Através do fone: (49) 3566-9026.

Videira, 01 de Outubro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇOS 16/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO E ALARGAMENTO PARA ACOSTAMENTO COM C.A.U.Q, EM PARTE DA RUA LUIZ VIECELI - SANTA GEMA/CETREVI, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas de preço e documentos serão recebidos até às 13:00h do dia 06 de novembro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 h ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 01 de Outubro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.281/14

DECRETO Nº 11.281/14, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.  
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16811/2014,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, CARLA SEIXAS PINHEIRO FELICIO, do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, admitida pela Portaria

nº 1272/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de setembro de 2014.

Videira, 29 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 01321/14

PORTARIA nº 1.321/14  
Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16802/14;

#### RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Videira, nos dias: 07 de novembro de 2014, das 16h00min às 20h00min; 29 de novembro de 2014, das 09h00min às 15h00min, a fim de realizar o Natal Solidário.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**Portaria Nº 1325/14**

PORTARIA nº 1325/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Finanças;

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2014 até 05 de outubro de 2014, o gozo de férias da servidora ILVA FARINA, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 08 de agosto de 2012 até 07 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1322/14**

PORTARIA nº 1322/14

Prorroga Prazo Estabelecido na Portaria nº 1283/14, que Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, bem como, na Comunicação Interna do Departamento de Patrimônio, datada de 30 de setembro de 2014;

Considerando a grande quantidade de bens a serem avaliados,

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 1º de outubro de 2014, o prazo de avaliação e atualização dos valores dos bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, estabelecido na Portaria nº 1283/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1324/14**

PORTARIA nº 1324/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Finanças;

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2014 até 30 de outubro de 2014, o gozo de férias da servidora MARIA ANGÉLICA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2012 até 30 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1323/14**

PORTARIA nº 1323/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16905/14;

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2014 até 30 de outubro de 2014, o gozo de férias do servidor MAURI WILSON RODRIGUES JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de Profissional de Educação Física, referente ao período aquisitivo de 26 de setembro de 2013 até 25 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.288/14**

DECRETO Nº 11.288/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia Assessor de Usina de Asfalto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ITAMAR FRANCANABIA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Usina de Asfalto, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.286/14**

DECRETO Nº 11.286/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora JOCELI MARIA MARTINS DA SILVA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 036/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora JOCELI MARIA MARTINS DA SILVA, inscrita no CPF nº 347.532.659-00, com RG 1.334.444 e no PIS/PASEP nº 108.14293.01-5, detentora da matrícula funcional nº 5121, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 2.320,78 (dois mil, trezentos e vinte reais e setenta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado,

na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.285/14**

DECRETO Nº 11.285/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ROSELI DOS SANTOS MEIRELES, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 038/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ROSELI DOS SANTOS MEIRELES, inscrita no CPF nº 035.784.369-09, com RG 3.652.495 e no PIS/PASEP nº 130.89162.72-4, detentora da matrícula funcional nº 8807, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 47,02% (quarenta e sete vírgula dois por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.284/14**

DECRETO Nº 11.284/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora SALETE GONÇALVES, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 039/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora SALETE GONÇALVES, inscrita no CPF nº 275.432.328-71, com RG 36.378.027-0 e no PIS/PASEP nº 125.44346.53-3, detentora da matrícula funcional nº 10157, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 52,35% (cinquenta e dois vírgula trinta e cinco por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 30 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.283/14**

DECRETO Nº 11.283/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 034/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS ZUFFO, inscrita no CPF sob o nº 560.581.449-49, no RG nº 1.680.995 e no PIS/PASEP nº 121.09125.24-3, detentora da matrícula funcional nº 2066, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.005,25 (quatro mil e cinco reais e vinte e cinco centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.287/14**

DECRETO Nº 11.287/14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 037/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do

art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora NOELETE MARIA PARMAGNANI, inscrita no CPF nº 557.845.009-10, com RG 1.100.4535 e no PIS/PASEP nº 170.43130.79-2, detentora da matrícula funcional nº 2291, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 82,16% (oitenta e dois vírgula dezesseis por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.181,65 (um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014 - PMV**

RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica alterado descritivo da publicação, sendo que onde se lia MENOR PREÇO - UNITÁRIO, passa a ser MENOR PREÇO POR LOTE. Informa ainda que ficam inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, bem como o respectivo Edital. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 01 de Outubro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0017/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0017/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SANDRA REGINA DOS SANTOS PRIMON  
CPF: 765.784.539-20  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0121/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0121/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARCIA ALVES DOS SANTOS  
CPF: 078.631.259-95  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de novembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0129/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0129/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES  
CPF: 016.388.179-01  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de maio de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0140/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA  
CPF: 694.473.309-91  
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0203/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0203/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCELIA ALMEIDA DE SOUZA  
CPF: 949.601.199-34  
VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2013 até 10 de fevereiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0418/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0418/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PATRICIA FERNANDES FRANÇA  
CPF: 044.053.639-19  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0455/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0455/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MARCIO OGLIARI  
CPF: 035.516.779-00  
VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 até 31 de março de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0463/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0463/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ANDERSON GONDIM ROQUE  
CPF: 056.998.987-60  
VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0495/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0495/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MIGUEL CRISTIANO BARBOSA  
CPF: 071.959.129-57  
OBJETO: Alteração do valor do vencimento e o prazo final de vigência do contrato de: "R\$ 1.412,68 (um mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos) e o prazo de vigência do presente contrato será de 12/06/2014 até 31/08/2015" para "R\$ 1.440,93 (um mil, quatrocentos e quarenta e noventa e três centavos) e o prazo de vigência do presente contrato será de 12/06/2014 até 31/05/2015"  
VIGÊNCIA: de 12 de junho de 2014 até 31 de maio de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0504/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0504/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JOSÉ OSNI DE MORAES  
CPF: 387.118.009-25  
VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**Extrato do Termo Aditivo N. 0513/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0513/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA MADALENA LINS  
CPF: 420.690.419-72  
VIGÊNCIA: de 18 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0574/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0574/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI THIBES  
CPF: 425.780.519-68  
VIGÊNCIA: de 21 de agosto de 2014 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0599/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0599/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: RENATO GHELLER JUNIOR  
CPF: 032.795.549-00  
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2013 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0702/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0702/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DILCE CENDRON STIRMA  
CPF: 753.551.599-15  
VIGÊNCIA: de 08 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0719/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0719/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: HEMILY RAAP DO NASCIMENTO  
CPF: 074.920.469-95  
VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2013 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0701/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0721/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOSIANE FRANCISCA DA SILVA  
CPF: 039.598.874-85  
VIGÊNCIA: de 09 de dezembro de 2013 até 29 de maio de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

# Xavantina

## PREFEITURA

### Contrato Nº 105/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME.

Número do Contrato: 105/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (MATERIAL E MÃO DE OBRA), PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO A DE SEMÁFOROS, A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICÍPIO.

Data da Assinatura: 02/10/2014.

Vigência: 01/10/2015.

Aditivo de prazo.

### Adendo TP 06/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014 - PMXV

LICITAÇÃO MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados para recuperação de receitas públicas, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira, em favor do Município de Xavantina/SC.

#### ADENDO Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, TORNA PÚBLICO que altera o Subitem "L" do Item 5.1 do edital e Prorroga a data para Cadastro dos Fornecedores, Protocolo de Envelopes e Abertura do Processo Licitatório nº 75/2014 PMXV, modalidade Tomada de Preços nº 06/2014 PMXV, nos seguintes termos:

1 - Considerando pedido de Impugnação do Processo Licitatório nº 75/2014 PMXV, modalidade Tomada de Preços nº 06/2014 PMXV.

2 - Considerando o parecer do assessor jurídico, fica alterado o edital de licitação em referência, na seguinte forma:

ITEM 1.2 DO EDITAL: O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuada no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, nº 163, Centro, na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 06/10/2014. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 16:00 horas.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA ATÉ 09/10/2014. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 14:00 horas.

ITEM 1.3 DO EDITAL: O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA contendo as propostas dos interessados se dará da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ

09/10/2014. HORÁRIO LIMITE PARA PROTOCOLO: ATÉ 14:30 horas.

ITEM 3.4 DO EDITAL: As empresas que desejarem participar deste processo devem obrigatoriamente realizar CADASTRO junto ao Município de Xavantina, até dia 06 de outubro de 2014.

ITEM 5.1 DO EDITAL: O envelope 01, contendo a documentação relativa à habilitação deverá conter:

a) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores; este documento servirá para comprovar se a licitante possui Capital Social integralizado mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor orçado para este certame, sob pena de inabilitação (§ 2º e 3º, artigo 31, lei nº 5.666/93);

b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante;

d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD/EN do INSS);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br);

h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

i) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção do Município de Xavantina/SC.

j) Declaração de que recebeu todos os documentos, e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atende a todos os Requisitos do Edital;

k) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

l) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica de fiel cumprimento, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado,



comprovando que a proponente prestou ou vem prestando serviços similares aos licitados, no sentido de que prestou serviços técnicos especializados para recuperação de receitas públicas, através do levantamento de dados, realizando encaminhamento e acompanhamento administrativo e/ou judicial da recuperação financeira;

m) Declaração formal de disponibilidade do pessoal técnico adequado para a execução do objeto da licitação e de indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução do objeto da licitação, este(s) com curso superior completo o(s) qual(is) assumirá(ão) a gestão dos serviços, assinada por representante legal ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento:

m.1 - Comprovação da formação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) por meio de cópia autenticada ou original do Diploma, emitido pelo Conselho Regional competente. Deverá, também ser comprovado o vínculo empregatício entre o(s) técnico(s) indicado(s) e a licitante, através dos seguintes documentos:

1) No caso de ser sócio-proprietário da empresa, através da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial;

2) No caso de empregado da empresa, através da apresentação da Carteira de trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante;

3) No caso de profissionais que detenham vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços, através da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional e a empresa proponente.

n) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de pessoal ou tem contrato com 1 (um) advogado com experiência em direito público, com vínculo empregatício ou contratual de pelo menos 1 (um) ano;

o) Certificado de Registro Cadastral - CRC, válido na data de abertura dos envelopes nº 01 da presente licitação, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes da Prefeitura de Xavantina.

5.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "b" a "g" do item 6.1, por Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Xavantina.

.....

3 - Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 01 de outubro de 2014.

JOSÉ DAL BOSCO, Prefeito Municipal em Exercício.	ANDRE RICARDO BROGLIO OAB/SC 24.013
---	--

## Consórcios

### CIGA

#### Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial Nº 06/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

Aos trinta dias do mês de setembro de 2014, às 14 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), situada na Rua Santos Saraiva, 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder com a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial nº 06/2014, objeto do processo licitatório nº 14/2014, objetivando aquisição de 1 (um) veículo, zero quilômetro.

No entanto, nenhuma empresa se fez presente e nem enviou a Documentação e Proposta de Preços ou se fez representar no processo licitatório supracitado, o que resultou numa licitação deserta.

Desta forma, um novo processo licitatório, nesta mesma modalidade, será realizado para o presente objeto.

Florianópolis, 30 de setembro de 2014.

Marcello André Previdi

Pregoeiro

Rodrigo Valceli Raimundo

Presidente da Comissão de Licitação

### CIMCATARINA

#### Extratos das Atas de Registro de Preços Pe 0019/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Rio das Antas, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 19 de setembro à 30 de novembro de 2014.

FORNECEDORES:

COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS YUMIFARMA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA3189;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3190;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3191;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3192;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3193;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3194;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA3195;

GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3196;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3197;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3198;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3199;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3200;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3201;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3202;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3203;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3204;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3205;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3206;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3207;  
 GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS  
 HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA3208.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 19.09.2014 à 30.11.2014. PAL nº: 0025/2014. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **Extrato dos Termos Aditivos TA.At13cimcatarina178 À TA.At13cimcatarina191**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
 EXTRATO DE ADITIVOS DE REDUÇÃO DE PREÇOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2014

Objeto das Atas: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de medicamentos e correlatos para uso nos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Monte Carlo, Matos Costa, Lebon Régis, Rio das Antas, Salto Veloso, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará. Objeto dos Aditivos: redução de preços, conforme abaixo:

FORNECEDORES - ATA - ADITIVOS

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2649 - TA.AT13CIMCATARINA178;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2650 - TA.AT13CIMCATARINA179;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2651 - TA.AT13CIMCATARINA180;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2652 - TA.AT13CIMCATARINA181;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2653 - TA.AT13CIMCATARINA182;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2655 - TA.AT13CIMCATARINA183;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2656 - TA.AT13CIMCATARINA184;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2657 - TA.AT13CIMCATARINA185;

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2658 - TA.AT13CIMCATARINA186;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2659 - TA.AT13CIMCATARINA187;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2661 - TA.AT13CIMCATARINA188;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2662 - TA.AT13CIMCATARINA189;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2664 - TA.AT13CIMCATARINA190;  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - AT-14CIMCATARINA2665 - TA.AT13CIMCATARINA191.

PAL nº: 0025/2014 - CIMCATARINA. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0021.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT14CIMCATARINA192**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº  
 TA.AT14CIMCATARINA192

AT14CINCO29

Fornecedor: FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de tiras para teste de glicose., ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para os ITENS 3 e 4, em conformidade com a Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 01.10.2014. Validade: 09.01.2014 a 31.12.2014. PAL nº: 0026/2013 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0003. Registro de Preços nº: 0025.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

#### **EXTRATO DOS TERMOS ADITIVOS TA.AT14CIMCATARINA193 À TA.AT14CIMCATARINA209**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
 EXTRATO DE ADITIVOS DE PRAZO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0004/2014

Objeto das Atas: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de móveis para escritório, condicionadores de ar e refrigeradores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Lebon Regis, Monte Carlo, Salto Veloso e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense. Objeto dos Aditivos: prorrogação do prazo de vigência, ficando vigente até o dia 31/12/2014, conforme abaixo:

FORNECEDORES - ATA - ADITIVOS

DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP - AT-14CIMCATARINA1672 - TA.AT14CIMCATARINA193;  
 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1662 - TA.AT14CIMCATARINA194;  
 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1663 - TA.AT14CIMCATARINA195;  
 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1664 - TA.AT14CIMCATARINA196;  
 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1665 - TA.AT14CIMCATARINA197;



SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1666  
- TA.AT14CIMCATARINA198;  
SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1667  
- TA.AT14CIMCATARINA199;  
SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME - AT14CIMCATARINA1668  
- TA.AT14CIMCATARINA200;  
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP  
- AT14CIMCATARINA1669 - TA.AT14CIMCATARINA201;  
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP  
- AT14CIMCATARINA1670 - TA.AT14CIMCATARINA202;  
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP  
- AT14CIMCATARINA1671 - TA.AT14CIMCATARINA203;  
DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP  
- AT14CIMCATARINA1673 - TA.AT14CIMCATARINA204;  
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP EPP - AT14CIM-  
CATARINA1674 - TA.AT14CIMCATARINA205;  
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP EPP - AT14CIM-  
CATARINA1675 - TA.AT14CIMCATARINA206;  
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP EPP - AT14CIM-  
CATARINA1676 - TA.AT14CIMCATARINA207;  
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP EPP - AT14CIM-  
CATARINA1677 - TA.AT14CIMCATARINA208;  
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP EPP - AT14CIM-  
CATARINA1678 - TA.AT14CIMCATARINA209.  
PAL nº: 0018/2014 - CIMCATARINA. Pregão Presencial nº: 0004.  
Registro de Preços nº: 0015.

Fraiburgo (SC), 01 de outubro de 2014.  
Elói Rönnau  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CIS/AMMVI****Demonstrativo da Despesa com Pessoal Nº 02/2014**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE AMMVI  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	88.708,11	0,00
Pessoal Ativo	65.598,43	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	23.109,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	88.708,11	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	88.708,11	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Município de Apiúna	12.376,25	11.566,47
Município de Ascurra	11.026,27	10.453,16
Município de Benedito Novo	10.480,57	10.049,61
Município de Blumenau	44.470,94	41.935,71
Município de Botuverá	8.827,01	8.361,22
Município de Brusque	33.439,97	31.048,54
Município de Doutor Pedrinho	9.041,08	8.553,43
Município de Gaspar	25.428,53	24.622,35
Município de Guabiruba	13.297,65	12.345,36
Município de Indaial	27.218,82	25.966,25
Município de Pomerode	17.998,19	16.672,69
Município de Rio dos Cedros	11.544,40	10.989,98
Município de Rodeio	10.198,99	9.810,77
Município de Timbó	20.355,06	19.939,13
<b>Total</b>	<b>255.703,73</b>	<b>242.314,67</b>

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 19/09/2014, Hora de emissão 14h e 15m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.